ISSN 2318-3195
VOL 11, 2024



Guia de Estudos

21ª edição

ufrgs mun 2024

CONTATO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Av. João Pessoa, 52 - CEP 90040-00 - Centro
Porto Alegre/RS - Brasil | Telefone: +55 51 3308.3769
E-mail: ufrgsmun@gmail.com

Os materiais publicados no Guia de Estudos do UFRGSMUN são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte. Os artigos assinalados refletem o ponto de vista de seus autores e não necessariamente a opinião dos editores deste periódico.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U58 UFRGSMUN : guia de estudos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. – Vol. 11, n. 1 (2024)-. – Porto Alegre : UFRGS/FCE/PPGEEI, 2024.
v.

Anual.
ISSN: 2318-3195.

Tema: Explore perspectivas, transforme o futuro.

1. Relações exteriores : política. 2. Relações internacionais. 3. Diplomacia. 4. Ciência política. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. II. Título.

CDU 327

Elaborada pelo Núcleo de Publicações da Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS
publicafce@ufrgs.br

DESIGN GRÁFICO POR LEONARDO ANDRIGHETTO DOMERASKI
DIAGRAMAÇÃO POR NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES/FCE

SOBRE O PERIÓDICO

O periódico acadêmico do UFRGS Modelo das Nações Unidas é vinculado ao UFRGSMUN, um Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que possui como objetivo contribuir para a produção acadêmica nas áreas de Relações Internacionais e Direito Internacional, bem como em áreas afins, através do estudo de temas pertinentes da agenda internacional. O periódico publica artigos originais em Inglês e Português sobre questões relacionadas a paz e a segurança, meio ambiente, economia mundial, direito internacional, integração regional e defesa. O público-alvo da revista são estudantes de graduação e já graduados. Todas as contribuições ao periódico são objetos de revisão científica realizada cuidadosamente por estudantes de pós-graduação. O periódico do UFRGSMUN visa engajar quem o lê no debate dos temas importantes aqui levantados.

ABOUT THE JOURNAL

UFRGS Model United Nations Journal is an academic vehicle, linked to UFRGSMUN, an Extension Project of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul. It aims to contribute to the academic production in the fields of International Relations and International Law, as well as related areas, through the study of pressing topics in the international agenda. The journal publishes original articles in English and Portuguese, about issues related to peace and security, environment, world economy, international law, regional integration and defense. The journal's target audience are undergraduate and graduate students. All of the contributions to the journal are subject of careful scientific revision by postgraduate students. The journal seeks to promote and engage in the debate of such important topics.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitora: Profa. Dra. Marcia Cristina Bernardes Barbosa

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretora: Profa. Dra. Maria de Lurdes Furno da Silva

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Chefia: Profa. Dra. Daniela Dias Kühn

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Coordenador: Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira

EDITOR-CHEFE
Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

CONSELHO EDITORIAL
Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Érico Esteves Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Guilherme Ziebell de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Henrique Carlos de Oliveira de Castro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Jacqueline Angélica Haffner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
José Miguel Quedi Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Paulo Fagundes Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Tatiana Vargas Maia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

CONSELHO CONSULTIVO
Álvaro Manchon Ferreira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Camila Hirt Munareto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Felipe Dalcin Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Felipe Gobatto Scheibler (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Gabriela Ruchel (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Isabella Cruzichi de Oliveira Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Júlio Giacomin Spido (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Lucca Medeiros da Silva (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército)
Magnus Kenji Hernandes Hubler Hiraiwa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Matheus Felten Fröhlich (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Valentina Reck de Azevedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Vítor Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

CONSELHO EXECUTIVO
Augusto Camatti
Gabriela Gampe Bonness
João Gabriel Birck da Silva
Lucas Lixinski Arnhold
Maíra Emanuelle Jung Moraes

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO AFRICANA (ACEG–UA)

O Impacto da Utilização de Companhias Militares e Securitárias Privadas no Continente Africano 12

Aramis Dawas, Diego Parodi e Jéssica Manami Seki

Os Impactos das Mudanças de Regime na Integração no Continente Africano 74

Igor Estima Sardo, Tiago Maestri Doutrelepont e Vitor Redivo Ferreira

ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (AG-OEA)

Violações da Democracia e dos Direitos Humanos em El Salvador 155

Dyaila Polare, Kauane Oliveira e Victor Lucena

Colaboração regional em resposta aos desafios da migração nas Américas 222

Amanda Rosa, Fernanda Vargas e Leonardo Lagemann

COMITÊ DE DESARMAMENTO E SEGURANÇA INTERNACIONAL (DISEC)

A instrumentalização da Inteligência Artificial para a Guerra 280

Eduardo Hippler Wollmann, Lucas Isdra e Mateus Mossmann

A Militarização do Ártico 362

Bernardo Everling Ribas e Mariana Dawas Vieira

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS (CDHNU)

A proteção de populações indígenas ameaçadas 415

Angelica Razza, Lucas Augusto Hendler Soares e Mahara da Silva Ribeiro

A Preservação do Direito das Crianças Durante Conflitos Armados 480

Ana Carolina Paiva, Helena Petry Mizunski Peres e Mateus Bianco Oliveira

CÚPULA ISLÂMICA DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ISLÂMICA (OCI)

Estratégias De Combate Ao Terrorismo E Radicalização Nos Estados Membros Da Organização 565

Arthur Zanella Capra, Isabela Knauth Casanova e Laura Eduarda Mallmann Kieling

O Conflito no Iêmen: a Crise Humanitária e as Possibilidades de Resolução do Conflito..... 653

Gabriele Lima de Souza, Gisele Gregorio e Isadora Perciliana dos Santos

COMITÊ DE IMPRENSA INTERNACIONAL

Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas..... 730

Anselmo Berté, Cecília Martini, Fernanda Simoneto, Giulia Moreira, Maria Fernanda Freire, Mariana Vieira e Vinícius Morele

EAST ASIA SUMMIT (EAS)

The Rising Tensions in the Korean Peninsula as a Factor of Instability..... 796

Henrique Selmo Rael, Maria Eduarda Corumbá Silva and Nina Kraemer Alano

South China Sea: Military and Territorial Disputes Over Control of the Waterway and Obstacles to Economic Cooperation..... 866

Laura da Silva Felipeto and Matheus Severiano Marques Xavier

EDITORIAL

Conduzido por estudantes do curso de Relações Internacionais e construído também com estudantes de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Jornalismo, Letras, Medicina, Políticas Públicas, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o UFRGS Model United Nations (UFRGSMUN) tem se consolidado como um dos maiores projetos de extensão da Universidade ao longo de duas décadas e um ano.

Desde a sua criação, o projeto tem evoluído e se adaptado às demandas e desafios do cenário internacional. Cada edição do projeto reflete as questões contemporâneas que moldam o mundo, oferecendo aos estudantes uma plataforma para explorar e discutir soluções para os problemas globais. Neste ano, mais uma vez, o projeto enfrenta o desafio de abordar temas cruciais em um contexto mundial que continua a se transformar rapidamente. Assim, no ano em que chega a sua vigésima primeira edição, o UFRGSMUN está impulsionado pelo lema "explore perspectivas, molde o futuro", que reflete nosso compromisso contínuo com o diálogo, a inovação e a construção de um mundo mais justo.

Para além disso, no ano de 2024 gostaríamos de relembrar as relações humanas que se constroem por meio do UFRGSMUN. O projeto é um espaço onde as amizades florescem, os laços se fortalecem e as diferenças se transformam em forças unificadoras. Por meio de conversa, colaboração e compreensão mútua, temos visto amizades nascerem e crescerem, transcendendo os limites das salas de conferência e perdurando ao longo do tempo. As amizades construídas no âmbito do UFRGSMUN não apenas enriquecem nossas experiências pessoais, mas também fortalecem os alicerces do nosso projeto, tornando-o verdadeiramente único e especial. São essas conexões humanas que nos motivam a retornar ano após ano, prontos para enfrentar desafios e explorar novas perspectivas juntos.

Este ano, os debates provocados pelo UFRGSMUN refletem o esforço e a dedicação de estudantes e professores que se empenham em garantir debates e análises críticas e construtivas sobre como podemos enfrentar os desafios globais de forma inovadora e resiliente. Acreditamos que, ao explorar diferentes perspectivas e engajar-se em debates construtivos, os participantes estarão melhor preparados para enfrentar os desafios complexos do futuro, moldando-o para melhor. Nesse sentido, o projeto continua a ser um espaço vital para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e diplomáticas, refletindo o compromisso contínuo da nossa universidade com a excelência e a inovação.

Ao celebrarmos mais um ano de sucesso e contribuições do UFRGSMUN, renovamos nosso compromisso com a extensão, pesquisa e educação, pilares da nossa Universidade. Agradecemos profundamente a todos os envolvidos, que contribuíram e contribuem para a realização deste projeto, permitindo que ele continue a oferecer oportunidades valiosas para o crescimento pessoal e acadêmico dos estudantes.

Nossa jornada como projeto de extensão universitária, e que tem como fundamento a pesquisa acadêmica, nos ensinou a valorizar a diversidade de ideias e experiências, reconhecendo que é na interseção de diferentes pontos de vista que encontramos soluções inovadoras e eficazes para os desafios que enfrentamos. Assim, no ano de 2024, o UFRGSMUN deseja manter e fortalecer essas diferentes perspectivas, de modo a ser caminho para moldar um futuro que seja verdadeiramente inclusivo e equitativo.

Gabriela Gampe Bonness
Secretária-Geral do XXI UFRGSMUN

Henrique Carlos de Oliveira de Castro
Professor Coordenador do UFRGSMUN

ACEG-UA



ufrgs mun 2024

ASSEMBLEIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO AFRICANA (ACEG–UA)

O Impacto da Utilização de Companhias Militares e Securitárias Privadas no Continente Africano

Aramis Dawas[1]
Diego Parodi[2]
Jéssica Manami Seki[3]

RESUMO

As relações securitárias permeiam historicamente o sistema internacional, assumindo papel central no debate da esfera pública. Contudo, o século XXI e a nova ordem mundial do pós-Guerra Fria trazem consigo transformações no entendimento dessas interações, entre as quais se destaca a emergência de um novo tipo de ator: as empresas militares e securitárias privadas (PMSCs). Dessa forma, os estudos estratégicos se expandem, tornando os exércitos nacionais apenas um dos diversos grupos que disputam poder no cenário internacional. Esse guia tem, portanto, o intuito de possibilitar o entendimento da problemática das Companhias Privadas no escopo do continente africano e buscar, por meio da União Africana (UA), soluções pautadas no diálogo.

[1] Estudante de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (ACEG–UA).

[2] Estudante de Ciência Política da Università di Bologna (UNIBO) e Diretor-Assistente da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (ACEG–UA).

[3] Estudante de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (ACEG–UA).

1. INTRODUÇÃO

O continente africano foi modernamente um espaço de disputa de poder por potências externas, as quais partilharam e exploraram o território de forma arbitrária. Contudo, o século XX trouxe profundas mudanças: um processo de libertação e descolonização da África, movidos por um forte sentimento nacionalista. A partir disso, as dinâmicas de poder se alteraram drasticamente, formando uma nova ordem pautada em Estados independentes, mas que ainda obedeciam à lógica da herança colonial (Mendonça 2019).

Nesse contexto de emergência de uma estrutura baseada em entidades soberanas, as relações securitárias assumiram um papel central, com a busca das recém formadas instituições públicas pela garantia do controle de suas fronteiras e recursos naturais. Essa reconfiguração de forças inter-estatais provocou uma série de choques, já que muitos dos países recém-formados enfrentam condições que fragilizam as suas soberanias internas e eram, diversas vezes, perpassados por diversos outros sentimentos de identidade, enfraquecendo a coesão nacional. A partir disso, percebeu-se um aumento da violência armada, além da desestabilização de muitos dos territórios (Kinsey e Krieg 2014).

Contudo, o final da Guerra Fria trouxe uma nova lei sistêmica: a diminuição do Estado e o fortalecimento dos mercados privados, vistos como um meio mais eficiente para a regulação das trocas. Instituições como o FMI e o Banco Mundial, representantes da nova ordem hegemônica, demandaram reformas econômicas liberalizantes como pré-requisito de pacotes de auxílio econômico, enfraquecendo diretamente o poder estatal de manutenção da

ordem. Com isso, surgem as condições para a proliferação de um novo ator no cenário internacional com capacidade de utilizar da força: as companhias militares e securitárias privadas (PMSCs) (Pimentel 2013). Dessa maneira, o mercado privado securitário assumiu, nos últimos anos, um grande protagonismo nos conflitos armados africanos, tornando o fenômeno uma questão de segurança continental.

Dessa forma, o presente guia busca se aprofundar na presença das PMSCs no continente africano, tendo em vista que a inserção desse novo ator no sistema de Estados africanos provocou graves consequências, e no papel da União Africana como espaço responsável por mediar o diálogo. Para tal, é fundamental entender (a) o contexto histórico geral do continente, os processos de descolonização, a busca pela unidade africana e as primeiras atuações das empresas militares, (b) apresentar a problemática, aprofundando-se na estrutura do mercado securitário privado, nas consequências diretas para os países e a posição das potências externas nesse fenômeno, e, finalmente, (c) examinar as ações prévias internacionais já tomadas a respeito desse assunto.

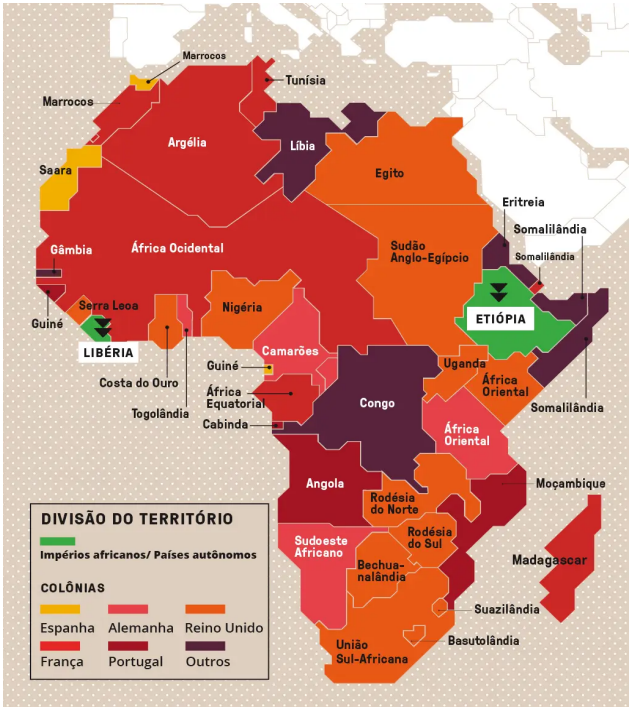
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Para compreender o fenômeno das companhias privadas no continente africano em sua totalidade é fundamental analisar o contexto no qual ele ocorre, isto é, as bases materiais que permitiram a ascensão de um mercado securitário. Portanto, essa seção busca trabalhar o contexto histórico do continente, com foco (1) no processo de descolonização do século XX, (2) nos projetos de unidade africana e, por fim, (3) nas primeiras atuações das

companhias militares e securitárias privadas, com ênfase nos casos de Angola e Serra Leoa.

2.1 Independências no século XX

Imagem 1 : Mapa do continente africano após divisão na Conferência de Berlim



Fonte: Revista Superinteressante

De acordo com Mendonça (2019), os impérios coloniais africanos foram formados na Conferência de Berlim, que ocorreu em 1885, e o colapso da maioria deles ocorreu na década de 1960.

Essa desagregação ocorreu principalmente por movimentos nacionalistas e transformações nas metrópoles. Desde o século XV, houve a exploração do território africano, com o benefício de países europeus da extração de riquezas naturais e do tráfico negreiro, mas só no século XIX é que o continente foi oficialmente dividido. O primeiro grande abalo à tal dominação aconteceu entre 1914 e o fim da Segunda Guerra Mundial durante a Revolução Russa, a ascensão do nazi-fascismo, a depressão econômica de 1929 e a emergência dos EUA como principal potência econômica. Porém, após a Segunda Guerra, as metrópoles voltaram ao seu discurso de "missão civilizatória" para manter sua dominação sobre suas colônias. Em contrapartida, a formação de uma elite africana educada que almejava o poder, o aumento dos movimentos nacionalistas e conflitos, além dos gastos para a reconstrução da Europa levaram finalmente à cessão das metrópoles aos movimentos de independência. Esse processo foi resumido por Bill Freund,

> a descolonização foi um processo histórico tão rápido e tão complexo quanto a partilha no final do século XIX. Suas causas estão, em parte, fora da África, na mudança da correlação de forças políticas internacionais e, também, nas transformações estruturais das necessidades do capital, que agora tinha muito menos interesse na extração de riquezas que caracterizou o sistema colonial na África no início. Em parte, as negociações de independência atingiram o estágio de uma nova aliança entre a emergente classe dominante nativa e os negócios do ocidente. Essa nova classe é uma criatura do colonialismo. (...) A grande onda de resistência popular surgida nas décadas de 1940 e 1950 tornou as colônias africanas muito mais difíceis de

> administrar. Foi esse movimento que transformou as pequenas associações nacionalistas do período anterior à guerra em agências políticas dinâmicas de luta contra o poder estatal. (FREUND, 1998, p. 202-203)

Outro fator determinante para os movimentos de independência foi a relação da URSS no continente africano, sendo o primeiro país não capitalista a atuar no continente, com a propagação de ideais socialistas adaptados à realidade da população local. Um exemplo de um grupo socialista formado nesse contexto foi o MPLA (Movimento Para Libertação da Angola). Essa relação da URSS com a população foi bem menos dominante do que a dos EUA e do neocolonialismo europeu. Sua atuação foi mais com propagação dos ideais socialistas e diplomacia, sem a imposição de uma natureza exploratória.

A própria URSS atuou diretamente diante da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1960, ao gerar uma resolução de convocação de que todas as metrópoles deveriam oferecer independência às suas colônias. Após as independências, no período entre 1965 e 1975, houve uma ajuda diplomática e assistencial, com ensino e pesquisa. Isso foi diminuído após a derrota dos EUA no Vietnã, com a URSS oferecendo somente apoio às guerrilhas anti-americanas e movimentos anti racistas (Mendonça 2019).

2.2 A unidade africana

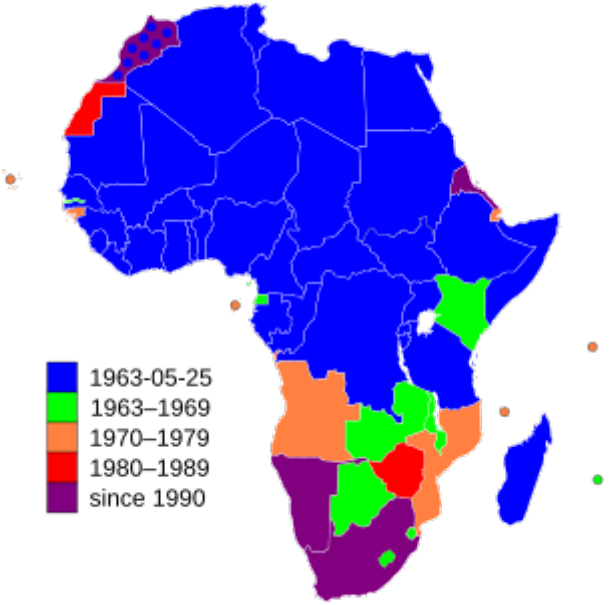
Antes do estabelecimento da Organização da Unidade Africana (OUA) havia uma divisão dos países em dois principais grupos: Casablanca e Monróvia. O primeiro foi gerado a partir da

união de Egito e Síria, entre 1958 e 1961, com a participação de Gana, Guiné, Líbia, Mali e Marrocos, e possuía uma visão mais radical de integração do continente. Seus participantes eram em grande parte socialistas, pan-africanistas e participavam do Movimento dos Não Alinhados, ou seja, não estavam alinhados às potências mundiais. Já o segundo grupo era composto por Nigéria, Etiópia, Libéria, Serra Leoa, Somália, República do Congo, Tunísia e antigas colônias francesas, sendo considerados menos radicais, com o objetivo de manter as relações com suas antigas metrópoles e defender a manutenção de fronteiras nacionais. No entanto, ambos os grupos defendiam o anti-colonialismo na África, o que os levou a se reunirem em 1963 (Fernandes 2016).

Dessa forma, em 1963, 30 estados independentes formaram a Organização da Unidade Africana (OUA), a primeira tentativa de unificação entre Estados soberanos africanos, buscando o estabelecimento de uma identidade comum e o apoio aos movimentos de independência de outros países do continente ainda sob domínio colonial (Santana et al. 2019). Essa união foi um marco histórico, já que iniciou uma nova forma de compreender a interação com o mundo exterior, através de um bloco de países e não de forma unitária, fortalecendo os posicionamentos africanos. Em 1991 ocorreu mais um grande passo em direção à unidade, a partir do projeto da Comunidade Econômica Africana (CEA), com o objetivo de criar um mercado comum na África. Finalmente, em 2002 surge a União Africana (UA), um importante órgão que nasce a partir da reformulação da OUA e que tem como norte promover o desenvolvimento socioeconômico da África e mantê-la unida e forte com parceria entre sociedade e governos. O objetivo final do bloco é estabelecer um espaço de livre circulação de pessoas e

mercadorias no continente, reforçando a soberania dos seus países e lhes oferecendo competitividade no mercado internacional (Santana et al. 2019).

Imagem 2: Mapa da União Africana (UA)



Fonte: Wikipédia, 2012

No entanto, as interações sociopolíticas na África são profundamente complexas, com até mesmo a noção de Estado-nação entre a maioria dos países ser ainda frágil pela recente descolonização, com menos de 100 anos. As questões ético-culturais foram desrespeitadas na divisão territorial dos países, o que dificulta ainda mais esse senso de identidade, já que o sentimento nacional é apenas uma das muitas relações de

identificação que permeiam o território. Em contrapartida há o surgimento do pan-africanismo, uma das bases fundamentais da UA, um movimento pautado na busca da afrocentricidade e do rompimento com uma visão histórica eurocêntrica, com a cultura e a civilização separadas, pois a essência cultural africana é oposta à civilização materialista ocidental (Santana et al. 2019).

Ainda se deve destacar que a partir dos anos 90 houve um aumento nos conflitos na África, pois o fim da bipolaridade fez o continente perder sua força estratégica e de barganha, além de força econômica, gerando mais conflitos internos. O que evidencia uma falha na missão de segurança regional da União Africana, visto que suas instituições não foram capazes de mitigar ou solucionar os conflitos. A partir desse aumento da violência e instabilidade, novas relações securitárias emergem no continente, com o protagonismo de um novo ator: as Companhias Militares e Securitárias Privadas (Viana 2012).

2.3 Ações das companhias militares privadas na África

Com o aumento de conflitos nos anos 90, após a dissolução da URSS e do mundo bipolar, as companhias militares privadas foram muito utilizadas como auxílio nos conflitos. Além disso, com o neoliberalismo e a ideia de mínima intervenção do Estado acompanhada pela privatização de serviços, a contratação de empresas privadas para a segurança estatal foi um mecanismo adotado por diversos governos (Freitas 2023). Nos próximos subtópicos são analisados dois casos de destaque sobre a utilização dessas empresas privadas no continente africano: Angola e Serra Leoa.

2.3.1 Atuação em Angola

O conflito em Angola está diretamente ligado ao seu passado colonial, à Guerra Fria e às suas riquezas minerais. Além da necessidade do uso de violência contra a opressão colonial, os grupos locais MPLA (Movimento para Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional para a Libertação da Angola) e UNITA (União para a Independência Total de Angola) também se utilizaram da violência para disputarem o poder entre si. Tal disputa resultou de anos de diferenças sociais, étnicas e regionais fortalecidas pelo poder colonial. Ademais, a adesão da URSS, dos EUA e da China à disputa interna, buscando a garantia de seus interesses na disputa capitalismo versus socialismo da Guerra Fria, também aumentou a proporção do conflito na década de 70. Já nos anos 80, com o declínio da FNLA, o conflito se intensificou entre MPLA e UNITA, com a igual presença de tropas externas, cubanas e sul-africanas. A partir do fim da Guerra Fria, tentaram-se acordos de paz entre os dois movimentos, como o Acordo de Bicesse em março de 1991 e o Protocolo de Lusaka em 1994, mas que não obtiveram sucesso (Liberatti 2004).

Assim, nos anos 90, com a continuidade do conflito, os grupos mercenários e traficantes de armas se expandiram. A firma sul-africana Executive Outcomes (EO) se tornou, assim, o principal exército privado em defesa de corporações e regimes no continente africano. Foi fundada em 1989 por veteranos das Forças de Defesa Sul-africanas (SADF) e atuou inicialmente direto nos conflitos, com apoio do seu exército e depois com contratos com o governo que chegaram a 40 milhões de dólares por ano. Além disso, treinaram forças do governo angolano até 1998. O comércio de diamantes

também foi controlado pela UNITA, com mais da metade nas suas áreas de domínio. Ainda há relatos de que a própria UNITA recrutou mercenários em 1996, além de aviões de transporte da África do Sul e armamentos do leste europeu. A guerra também causou uma catástrofe humanitária, com migrações forçadas, falta de medicamentos e alimentos, com Malanje sendo um dos territórios mais devastados (Liberatti 2004).

2.3.2 Guerra Civil de Serra Leoa

Segundo Freitas (2023) e Júnior (2023), a Guerra Civil tem raízes coloniais, através das consequências da administração britânica, que realizou captura de escravos, construiu ferrovias e tornou Serra Leoa uma rota de comércio, dividindo o poder entre os líderes étnicos os quais controlavam suas regiões. Isso gerou um sistema nepotista, repressivo e corrupto. Por outro lado, o Revolutionary United Front (RUF) nasceu nas fronteiras entre Serra Leoa e Libéria e invadiu território liberiano em março de 1991, quando, com o corrompimento de indivíduos pelas drogas e de sequestro de crianças, ampliou seu exército.

O uso de companhias militares privadas se iniciou em 1995 pelo presidente Strasser para combater o RUF, que havia assumido o controle das minas de diamantes da região. Tal intervenção durou até 1999, com a corporação denominada Strategic Resources Inc. (SRI) ficando encarregada de manter a paz no país. A empresa militar privada que atuou ativamente no conflito é a Executive Outcomes, a mesma que atuou na Angola. Ela cedeu equipamentos, soldados e treinamento para o exército de Serra Leoa. O ataque inesperado do exército foi junto à companhia

militar e através de alianças com grupos locais, que conheciam a região e também eram contra o RUF, como os Kamajors, os quais aceitaram dar treinamento militar com vasto conhecimento da região e armamento em troca de inteligência. Houve diversas tentativas de paz, até que ocorreu a intervenção da ONU, representada pela Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL), que atingiu uma solução permanente para a guerra em 2002. Como consequência do conflito, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, houveram cerca de 70 mil mortos e 2,6 milhões de migrantes. (Freitas 2023; Júnior 2023)

Agora, em uma análise mais detalhada da participação das companhias militares privadas, tem-se um panorama em ordem cronológica. Primeiro, a Gurka Security Group (GSG) em 1995 foi contratada para treinar as forças armadas de Serra Leoa e assegurar o controle das minas de diamantes. No entanto, se recusou a atuar contra o RUF por não ser parte do contrato. Ela é a representatividade da continuação da influência britânica, já que era diretamente ligada ao governo, mas também da necessidade de maior abrangência do contrato, para além do treinamento e proteção (Júnior 2023).

Depois, surgiu a Executive Outcomes (EO) com uma associação corrupta com a Branch Energy, com ganhos de 2 milhões de dólares por mês e participações nos lucros das vendas de diamantes. A empresa foi fundamental para a estabilização do governo e retomada de territórios dos rebeldes, mas suas operações eram pautadas na corrupção e violência (Júnior 2023).

Por último há a Sandline Internacional, com o objetivo de treinar e dar suporte com equipamentos e análises estratégicas para o exército de Serra Leoa. Com sua acusação de violar o embargo de

armas imposto sobre o país, tornou-se evidente o apoio e influência britânica sobre a empresa (Júnior 2023).

3. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O debate acerca do mercado privado de serviços securitários e militares acompanha o desenvolvimento histórico do próprio Estado e de suas instituições, já que a divisão entre público e privado foi se transformando e adequando de acordo com a realidade de cada época. Contudo, percebe-se que, a partir do crescente desenvolvimento tecnológico e bélico presenciado no último século e da reformulação do Estado e de sua função decorrente do fim da Guerra Fria e da ascensão do pensamento neoliberal, a problemática das companhias militares se mostrou ainda mais presente e complexa, com o claro envolvimento desses atores em diversos conflitos (Junior 2023). Portanto, essa seção tem o intuito de abordar os principais pontos dessa discussão no escopo das relações securitárias africanas.

Dessa forma, para melhor entender a dinâmica desses atores não-estatais e a sua participação no cenário internacional é necessário compreender (1) a própria estrutura do mercado e de suas companhias privadas, além de diferenciar os tipos de organização privada, (2) avaliar os impactos na soberania e estabilidade dos Estados africanos, e, (3) identificar os possíveis interesses externos que envolvem a presença desses grupos no continente.

3.1 As companhias militares privadas

Desde o final da Guerra-Fria o sistema internacional atravessou profundas transformações estruturais, sentidas principalmente no campo securitário. O fim da bipolaridade, e a consequente vitória da ordem americana, provocou uma forte onda neoliberal, a qual foi responsável por propagar uma ideologia marcada pela diminuição do papel do Estado e ampliação do mercado privado em nome da eficiência da lei da oferta e demanda (Junior 2023).

Embora o pensamento neoliberal tenha se difundido por todo o globo, as consequências mais graves foram sentidas no sul global. Países que já possuíam instituições políticas, econômicas e militares frágeis viram-se em uma profunda instabilidade decorrente do término do financiamento e auxílio das grandes potências (URSS e EUA) por conta do fim da disputa estratégica. Nesse contexto, de diminuição e enfraquecimento do Estado, emergiram novas formas de se enfrentar os desafios securitários, com o mercado privado assumindo um papel central (Pimentel 2013).

Dessa forma, companhias militares e securitárias privadas mostraram-se alternativas viáveis para Estados frágeis no continente africano, diminuindo o custo de manutenção de um exército nacional e possibilitando para esses governantes acesso à tecnologia de ponta e à manutenção de seu regime. Dessa forma, as empresas militares privadas provocaram uma revolução no equilíbrio de forças inter-estatais, já que permitiram aos atores africanos a compra de exércitos e tecnologia, podendo utilizar essas

capacidades de acordo com o interesse do contratante (Pimentel 2013).

Contudo, conforme esses atores não-estatais ganharam relevância no debate internacional, eles foram tratados como um fenômeno homogêneo, simplificando uma grande variedade de atores com objetivos e atuações distintas (Percy 2003). Portanto, torna-se necessário, para melhor compreender esse processo, descartar as denominações genéricas e se aprofundar nas companhias privadas e suas características.

Na tentativa de compreender e diferenciar os diversos atores que utilizam da força no sistema internacional, Percy (2003) elaborou um gráfico baseado em dois eixos: o nível de controle estatal e a motivação do grupo. A partir disso, ela distribuiu os diferentes atores, permitindo, assim, visualizar as relações de organização e atuação dos grupos. Cinco tipos de atores se mostram os mais importantes para o contexto do mercado militar e securitário privado.

i. Em primeiro lugar estão os mercenários no sentido amplo, indivíduos que lutam apenas pelo ganho pessoal sem nenhum nível de organização, possuindo tanto controle estatal quanto motivação do grupo em níveis extremamente baixos (Percy 2003). Essa classificação não possui grande aplicabilidade na realidade atual, mas tem importante valor comparativo para entender melhor os novos grupos.

ii. Em seguida, as Companhias Militares Privadas (PMCs) são grupos organizados que servem por meio de contratos firmados com determinados Estados, portanto podendo ser incorporados à força nacional, mas apenas temporariamente. Em resumo, possuem um nível baixo de controle (apenas enquanto o contrato vigorar),

mas uma maior organização coletiva (Percy 2003). Exemplos de atuações de PMCs são o envolvimento da sul-africana Executive Outcome na guerra civil de Angola e da britânica Sandline no conflito em Serra Leoa (Avant 2005).

iii. As Companhias de Segurança Privada (PSCs) consistem em unidades militares específicas de um Estado que são contratadas por outro, não entrando em combate direto, mas apenas prestando assistência em questões de organização e estratégia. Dessa forma, tem alto grau de controle estatal, já que todos os serviços têm que ter a aprovação do seu Estado (Percy 2003). Entre as PSCs se destaca a americana MPRI.

iv. Legião Estrangeira Francesa, Gurkhas e outros grupos representam uma classificação de soldados que estão plenamente sob a autoridade do Estado contratante, mesmo o Estado não estando em guerra (Percy 2003). Para simplificar, esse guia vai denominar esses grupos de Companhias Mercenárias com Vínculos, já que são grupos regularizados e reconhecidos como parte do Estado. Possuem alto grau tanto de controle quanto de motivação, com seus integrantes podendo, muitas vezes, ganhar a cidadania do Estado para o qual servem (Percy 2003).

v. Por fim, apenas para fins de comparação, os soldados nacionais representam o ponto mais alto em controle estatal e motivação, já que além dos propósitos individuais e dos membros de exércitos nacionais serem proibidos de atuar em instituições de outros Estados, existem as relações de nacionalismo e identificação coletiva que fortalecem a coesão e lealdade (Percy 2003).

Além disso, os grupos terroristas também são citados, possuindo uma forte coesão mas um controle relativamente baixo. Embora esses grupos sejam de fato fundamentais para o

entendimento do contexto securitário no continente africano, já que são importantes atores em diversos conflitos, uma análise aprofundada desse fenômeno foge ao escopo deste guia e do tema (Percy 2003).

Em resumo, além dos exércitos nacionais, o espaço territorial africano se tornou palco de atuação de três novos tipos de atores não-estatais: Companhias Militares Privadas, Companhias de Segurança Privada e Companhias Mercenárias com Vínculos. A partir disso, é possível compreender melhor as relações securitárias africanas, podendo distinguir os impactos da atuação de determinados grupos e o que a sua presença representa, tanto para os interesses do contratante quanto do Estado no qual atua.

3.2 Um novo paradigma securitário: as companhias privadas e o sistema de Estados africanos

Portanto, com as definições das companhias que atuam no mercado privado já estabelecidas, é possível analisar as suas atuações e impactos no continente africano.

Segundo Kinsey e Krieg (2014), existe um problema natural decorrente da utilização de companhias privadas por um Estado. O ente público tem como objetivo principal a garantia do bem coletivo, isto é, o desenvolvimento social pleno, enquanto empresas apenas obedecem a lógica do capital. Portanto, a utilização dessas empresas não pode ser vista como uma alternativa definitiva para o Estado, mas apenas uma forma de estabilização temporária. Isso não significa que a utilização dessas empresas não possa se mostrar estratégica para determinados Estados sendo instrumentalizadas a favor do bem coletivo em conjunturas específicas. "Em vez de

fornecer segurança como um bem público, essas forças securitárias paralelas fornecem segurança como um bem privado às elites próximas do regime (Kinsey e Krieg 2014, 77)".

Dessa forma, embora as PMCs e as PSCs atuem de forma relativamente simples sob a lógica do mercado, a sua presença em determinados territórios possui desdobramentos complexos e, muitas vezes, imprevisíveis. Existem grandes tensões locais, como, por exemplo, golpes de Estado, guerras civis ou presença de grupos terroristas no território, quando entes militares privados são contratados por um país, e sua entrada pode gerar ainda mais instabilidade. O caso da atuação da Executive Outcomes em Serra Leoa evidencia isso, com a companhia cometendo uma série de violações aos direitos humanos em prol da garantia de seus interesses privados (Júnior 2023).

Outro ponto fundamental a se abordar é a relação de dependência das instituições estatais com o mercado privado de segurança e as consequências decorrentes. Diversas vezes os países que utilizam forças paramilitares externas criam uma espécie de dependência dos serviços oferecidos por tais grupos, isso porque, frequentemente as forças armadas nacionais tornam-se incapazes de substituir as atividades fornecidas por grupos privados, criando uma dinâmica complexa de subordinação e vulnerabilidade que pode impactar negativamente a soberania, a estabilidade e os direitos humanos da nação. Um exemplo de comprometimento da soberania é a atuação do Grupo Wagner na República Centro-Africana, onde, em troca de auxiliar na manutenção do presidente no poder, a empresa ganhou concessão de exploração de minas e recursos naturais do território (Doboš e Purton 2024).

Por fim, outra grave problemática da presença desses grupos em diversos territórios africanos é o enfraquecimento da atuação de organizações supranacionais como a União Africana (UA), que repetidamente tem tido seu papel dificultado por diversas razões, como a falta de autoridade legal, pois muitas vezes os mercenários operam em áreas onde o governo central é fraco ou inexistente, ou até mesmo o corte de relações por parte dos países com essas organizações, por medo de uma intervenção. A perda de poder e soberania dos Estados em detrimentos das companhias privadas, logo, dificulta ações regionais em conjunto, levando a perda de capacidade das organizações de atuarem de forma prática no território africano. Um exemplo dessa diminuição das capacidades de Organismos Internacionais é o caso do Mali, onde peacekeepers da ONU relatam terem suas atividades dificultadas em decorrência da transição política e temem pela garantia da continuidade da missão humanitária (Le Cam, 2023).

Portanto, percebe-se que o fenômeno da proliferação de empresas militares e securitárias privadas pelo continente africano tem causado um desequilíbrio na estabilidade política dos países onde atuam. Esse desequilíbrio consiste, muitas vezes, na violação dos direitos humanos da sociedade civil e no enfraquecimento das instituições públicas capazes de garantir segurança e bem-estar para todos os cidadãos. Além disso, a presença dessas empresas fragmenta ainda mais a dependência bélica externa desses países, culminando no declínio das soberanias nacionais locais (Kinsey e Krieg, 2014).

3.3 As companhias privadas e os interesses externos

A emergência de atores privados capazes de ofertar serviços securitários e militares transformaram profundamente as relações africanas, entretanto, muitos padrões de interação no nível estrutural ainda mantêm ecos com o passado colonial, como a perpetuação das assimetrias centro-periferia (Wallerstein 1974). Mesmo com o processo de construção de Estados autônomos e soberanos iniciado no século XX, ainda é perceptível a manutenção dos interesses de potências externas nas decisões nacionais, normalmente através de coerções econômicas, como o exemplo do franco CFA (Ferdjani 2024) em muitas antigas colônias francesas (o controle monetário significa um controle na própria formulação de políticas fiscais e monetárias dos Estados), ou mesmo militares, como a invasão da Líbia em 2011 por parte da OTAN.

Contudo, percebe-se uma nova forma de exercer a garantia de influência nos Estados africanos: as PMSCs. As companhias privadas se mostraram recursos valiosos para as potências por três principais motivos: diminuição de custos militares, evitar baixas de cidadãos e negação plausível (Marten 2019). Nesse contexto destaca-se o último, já que a negação plausível é um artifício que permite ao Estado contratante perseguir seus objetivos na arena internacional, nesse caso no continente africano, sem sofrer as consequências das ações militares por não usar seu exército nacional diretamente. Em síntese, o Estado terceiriza tanto o serviço militar quanto às possíveis retaliações da comunidade internacional, podendo atuar de forma relativamente impune (Pimentel, 2013).

A partir disso, é necessário compreender mais a fundo o papel das potências externas no fenômeno da privatização do

mercado securitário e de que forma exercem algum nível de controle sobre as empresas e suas atuações no continente africano. Para tal, esse guia examinará a atuação de PMSCs a partir de dois países: os Estados Unidos e a Federação Russa.

3.3.1 EUA

Os Estados Unidos se destacam no cenário internacional, já que foram os responsáveis pelo estabelecimento do sistema neoliberal pós-Guerra Fria, reorganizando o campo securitário sobre um novo paradigma: as empresas privadas. Dessa forma, o Estado americano se apropriou da estrutura das PMSCs como instrumento de ganho estratégico, sendo capaz de diminuir os gastos do Estado no setor securitário, contornar os freios democráticos permitindo intervenções militares sem um debate público, tornar as ações mais eficientes e garantir a negação plausível (Pimentel 2013).

O Estado americano utiliza o mercado privado de duas formas diferentes: (1) como oferta para seu próprio corpo militar, atuando de forma complementar a suas forças armadas, e (2) como oferta para países estrangeiros aliados. Dessa forma, as companhias americanas além de reduzir os gastos, são capazes de trazer lucro e auxiliar os aliados americanos (Pimentel 2013). Em resumo, todas as atividades, seja direta ou indiretamente, atuam para a manutenção dos interesses americanos, como Ramos (2020) afirma quando analisa o contexto do Sudão: "Versaremos, no limite, que as Empresas Militares Privadas é um dos instrumentos pelo qual os Estados Unidos se utilizam para garantir seus meios de acumulação

de capital, o qual Neocleous chama de pacificação. (Ramos 2020, página 42)".

Para o primeiro caso, o exemplo que deixa claro a real mudança de estratégia militar por parte dos EUA é a intervenção no Iraque em 2003, onde um a cada dez soldados empregados adivinham do mercado privado (Avant 2005). Além disso, diversos outros conflitos, como o caso da Somália, reforçam ainda mais a transformação qualitativa do contingente militar, com a evidente ampliação do setor privado. Dessa forma, percebe-se uma complementaridade entre os serviços privados e a atuação das forças armadas, com as PMCs e PSCs realizando uma série de tarefas securitárias. Segundo Ramos (2020), isso tem origem em episódios como a Guerra do Vietnã, onde a utilização do Exército resultou em uma ampla reação da sociedade civil americana.

Já para a segunda função das empresas, como oferta de auxílio militar e securitário para países externos e até mesmo organizações internacionais, destaca-se a empresa americana MPRI que possui contratos com inúmeros países, como a Croácia e a Guiné Equatorial, e KBR que auxiliou em intervenções das Nações Unidas no Haiti e Ruanda (Avant 2005).

Portanto, percebe-se que os EUA foram capazes de moldar a realidade do sistema internacional, instrumentalizando os atores privados tanto para suas próprias forças armadas quanto para intervenções externas, sempre visando a garantia de seus interesses e a diminuição de custos.

3.3.2 Rússia

O Estado russo se diferencia de outros atores do cenário internacional por sua inegável figura de prestígio no continente, já que possui historicamente relações próximas com a África, consequência do papel central da União Soviética no processo de descolonização e independência (Doboš e Purton 2024). Dessa forma, a influência russa no continente ultrapassa as suas capacidades materiais, sendo marcada por uma cooperação e um sentimento mais receptivo do que em relação às potências ocidentais antigas metrópoles.

3.3.2.1 Grupo Wagner

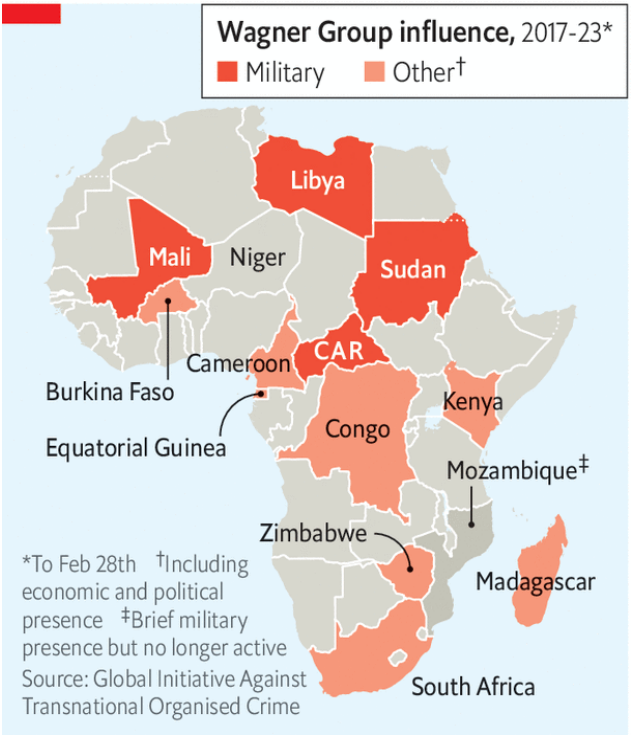
Entre as empresas militares e securitárias privadas que trabalham em conjunto com o governo russo, destaca-se o grupo Wagner. Partindo das definições anteriores de Percy (2003), o grupo Wagner se enquadra próximo a uma PMC, já que oferta suas capacidades militares em troca de ganhos financeiros. Contudo, esse ator possui uma especificidade em relação a outras PMCs por possuir um controle estreito e direto do Estado russo, principalmente em relação à figura de Vladimir Putin. Dessa forma, o Grupo Wagner pode ser definido enquanto uma PMCs com influência estatal, pois, mesmo que possua contratos privados, todos passam pelo controle do Estado originário e atendem de alguma forma a seus objetivos e posições estratégicas (Pokalova 2023).

Os territórios nos quais tropas do grupo Wagner estão presentes são incertos por conta de se tratar de uma empresa que

atua de forma ilegal segundo as normas do direito internacional[4], porém, nos últimos anos, apresentou destaque e visibilidade por suas atuações na Síria e na Ucrânia. Em ambas notavelmente defendeu os interesses russos, no primeiro caso auxiliando na manutenção do governo aliado de Bashar Al-Assad e no segundo trabalhando diretamente em conjunto com tropas russas em ofensivas no leste ucraniano (Marten 2019).

[4] Embora exista um ordenamento jurídico que regule a situação dos mercenários no sistema internacional (anexo I e II das Convenções de Genebra de 1949), as PMSCs, por serem atores de uma natureza diferente, como Percy (2003) pontua, atuam à margem do direito internacional (Ramos 2020). Esse status de "fora da lei" é um dos fatores estratégicos que garante a negação plausível.

Imagem 3: Mapa dos países onde tropas do Wagner foram reportadas de 2017 a 2023



Fonte: The Economist 2023

Em relação ao continente africano, o grupo Wagner possui participações seja direta, enquanto PMCs de fato, ou indireta, atuando como PSCs, em diversos conflitos, assegurando e avançando as posições estratégicas russas. A presença do grupo se fortaleceu a partir da década de 2010 como forma de driblar as

sanções e o isolamento imposto pelo ocidente[5], aproximando a Rússia de novos mercados (Doboš e Purton 2024). Dentro disso, para entender melhor a relação entre Estado e companhia e de que forma a atuação do grupo Wagner se posiciona de forma complementar aos interesses russos, é fundamental analisar alguns casos, com destaque a participação na República Centro-Africana, na guerra civil na Líbia e nos golpes militares na região do Sahel.

3.3.2.1.1 Líbia

Localizada no norte da África, entre o deserto do Saara e o mar mediterrâneo, a Líbia é um Estado territorialmente vasto e rico em recursos naturais, como gás natural e petróleo. Embora tenha vivido um período de relativa estabilidade, encontra-se desde 2011 em uma complexa guerra civil, envolvendo uma série de atores internos e externos. O conflito é uma consequência direta da operação realizada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2011, na qual, devido a revoltas internas no país, derrubou-se o regime de Muammar Kadafi, desde 1969 na liderança de Trípoli, deixando um vácuo de poder (Visentini 2012).

A partir da ruptura institucional de 2011, iniciou-se uma guerra civil em território líbio, com a emergência de dois principais pólos de poder: a Government of the National Accord (GNA) no oeste e a Lyiban National Army (LNA) no leste. É a partir dessa disputa de legitimidade dentro da Líbia que o grupo Wagner se insere, apoiando, principalmente a partir de 2019, as tropas de Khalifa Haftar, general encarregado da LNA (Tekir 2020).

[5] inicialmente em 2014, por conta da anexação da Crimeia, e intensificado em 2021, consequência da invasão da Ucrânia.

Imagem 4: Mapa da divisão do território libio entre LNA e GNA



Fonte: Al Jazeera 2020

A presença de tropas do grupo Wagner apoiando as ofensivas de Haftar evidencia o papel central da PMCs na garantia dos interesses do Estado, já que o apoio a LNA amplia a influência de Moscou, garantindo a manutenção de um governo aliado e o acesso a recursos naturais (Sukhankin 2020).

3.3.2.1.2 República Centro-Africana

A República Centro-Africana se encontra no centro do continente e desde 1960, data do fim da colonização francesa, é um país soberano e independente. Contudo, nas últimas décadas vem presenciando uma série de instabilidades políticas e divisões internas. Em 2020, após um longo período de guerra civil entre os Séléka e os Anti-Balaka, os grupos internos fizeram um acordo e uma eleição foi realizada no território, com a vitória do então presidente Touadéra (Strong 2022).

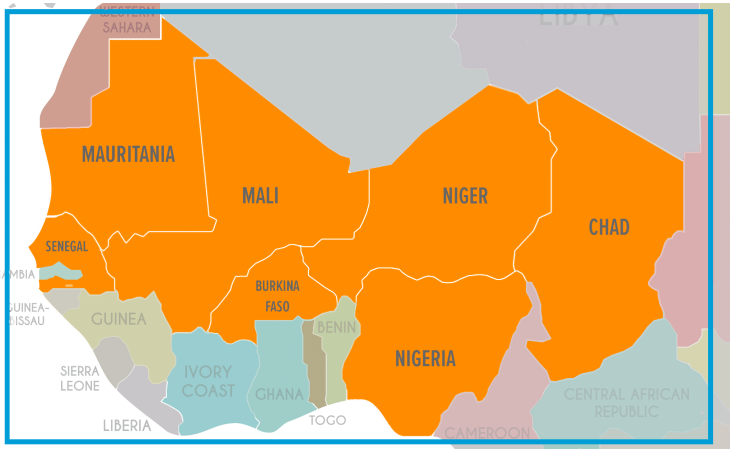
Entretanto, muitos grupos rebeldes contestaram os resultados eleitorais e negaram apoio ao governo central, fragmentando o território. Nesse contexto, o Grupo Wagner surge como uma força militar capaz de auxiliar o governo central na retomada do controle do país e garantir a unidade sobre a figura de Touadéra (Marten 2019). Esse apoio russo à RCA é profundamente estratégico, já que garante em troca a Moscou prestígio internacional, além de acesso a recursos naturais (Doboš e Purton 2024). Em 2018, o Grupo Wagner inicialmente tinha mais de 1.500 soldados no território centro-africano e expandiu esse contingente ao longo dos últimos anos, evidenciando a importância da manutenção de Touadéra (Al Jazeera 2023a).

3.3.2.1.3 Sahel

Embora Sahel seja a denominação genérica de uma extensa faixa territorial localizada ao sul do deserto do Saara que perpassa diversos países africanos, esta seção tem como foco tratar de três principais Estados: Mali, Burkina Faso e Níger. Isso se deve ao fato

de, respectivamente em 2020, 2022 e 2023, os três presenciarem golpes de Estado, com a ascensão de uma junta militar contrária à presença francesa, alterando a balança de poder na região (Armstrong 2023). É fundamental, portanto, compreender esse fenômeno "dominó" de golpes, pois ele possui relação direta com a atuação do grupo Wagner na região.

Imagem 5: Mapa com Mali, Níger e Burkina Faso



Fonte: United Nations Development Programme 2024

Historicamente os três Estados possuem relações próximas com sua antiga metrópole, a França, evidenciado pelo auxílio no combate a um complexo problema que aflige a região, o terrorismo. As operações militares Serval e Barkhane, que ocorreram entre 2014 e 2022, consistiam em uma intervenção militar e securitária do exército francês na busca da contenção de grupos terroristas, como o Estado Islâmico. Contudo, a atuação francesa falhou no combate

eficiente aos grupos além de provocar na população uma ampliação da retórica anti-colonial, o que resultou, em 2020, na tomada do poder por parte de uma junta militar no Mali (Kumar 2023).

A partir desse contexto, percebe-se que os três golpes respondem a uma mesma realidade: uma vontade de ruptura com as relações com a França e a busca de novos parceiros capazes de estabilizar a região. A percepção dos desafios securitários por parte das juntas levou à realização de uma aliança militar (Al Jazeera 2023b), da expulsão das tropas francesas (Peltier e Maclean 2022) e da parceria com um novo ator: a Rússia.

Com a busca por uma estabilização na região, o Grupo Wagner se apresentou como importante ator securitário capaz de fornecer tanto treinamento quanto combate direto contra os grupos terroristas e legitimar os governos recém formados. Além disso, o grupo é capaz de atuar de forma transnacional, utilizando-se da porosidade das fronteiras como forma de trazer mais eficiência ao combate de contra-terrorismo. O Grupo Wagner foi capaz de ampliar a influência russa na região, com o Níger, logo após a tomada de poder em 2023, requisitando diretamente o auxílio da PMC não apenas para estabilizar o país internamente, mas também como forma de garantir uma não intervenção externa (Al Jazeera 2023c). Isso revela o aumento de poder de Moscou frente às relações com o continente africano.

Essa participação ativa do Grupo Wagner na manutenção dos governos do Sahel revela um importante ganho estratégico russo, já que permite acesso a vastos recursos naturais, assim como um novo mercado alternativo ao isolamento ocidental (Kumar 2023).

Portanto, percebe-se, através desses três estudos de caso, a capacidade da Federação Russa de instrumentalizar a atuação do

Grupo Wagner, resultando em conquistas estratégicas e projeção de interesses. Além disso, fica evidente como as PMCs conseguem se adaptar de forma eficiente para os mais diversos cenários e demandas.

4. AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Com os principais pontos históricos e estratégicos referente a atuação das PMSCs no continente africano estabelecidos, é fundamental partir para o entendimento das ações prévias já tomadas pela comunidade internacional a fim de garantir o controle e a estabilidade regional face essa nova dinâmica securitária. Em resumo, essa seção tem como intuito investigar as contribuições prévias acerca dessa problemática tanto no âmbito do continente africano, através da UA e de organizações regionais, quanto em linhas mais gerais, com foco na ONU, além das respostas internas dos próprios Estados, com um estudo de caso da África do Sul.

4.1 Organização da Unidade Africana: Convenção sobre Mercenários de 1977

De acordo com Keohane e Nye (1987), o regime internacional e suas organizações têm a capacidade de assumir um papel central no equilíbrio das interações inter-estatais, sendo instrumentalizados para a formação de um sistema baseado na interdependência complexa. Dessa forma, os Estados seriam capazes de convergir seus objetivos e maximizar seus ganhos, inibindo a utilização da força e da coerção direta. Portanto, a partir disso, percebe-se que o estudo das relações internacionais guarda

para as instituições e organizações supranacionais um papel central na construção e manutenção das interações entre os Estados, além de suas próprias relações internas, possibilitando o desenvolvimento de soluções eficientes tanto no nível internacional quanto sub-estatal.

Dessa forma, a discussão acerca da presença de forças militares externas e privadas em território africano assume novos contornos, com ênfase nas instituições regionais africanas, principalmente a União Africana (UA), tendo em vista a natureza transnacional do fenômeno securitário. Como visto anteriormente, a proliferação de PMSCs no continente não é recente, mas, na realidade, data desde o próprio processo de independência e reorganização desses Estados, inseridos em um contexto de bipolaridade mundial e competição estratégica. A partir disso, entre as diversas tentativas de mitigar a instabilidade securitária em um escopo continental e formular uma norma internacional comum, destaca-se a iniciativa da Convenção sobre Mercenários de 1977 da Organização da Unidade Africana.

Essa convenção foi fundamental por buscar soluções adequadas à realidade do continente africano, indo além das capacidades da Convenção de Genebra e outros dispositivos anteriores (Bryden 2016). Embora apenas 32 dos 55 países membros da UA tenham ratificado até o momento (União Africana 2015), a Convenção apresenta um passo importante na construção de uma legislação africana acerca do combate e responsabilização aos grupos mercenários. O seu texto abrange desde a própria definição e criminalização, como o ponto 3 do primeiro artigo demonstra: "Qualquer pessoa, natural ou jurídica, que cometa o crime de mercenarismo, tal como definido no parágrafo 1 deste artigo,

comete um crime considerado um crime contra a paz e a segurança em África e será punida como tal."[6](OUA 1977), até às obrigações dos Estados africanos membros, aprofundadas no artigo 6: " [...] (cada Estado contratante se compromete a) […] impedir que seus nacionais ou estrangeiros que se encontrem em seu território pratiquem qualquer dos atos mencionados no Artigo 1 desta Convenção" e "Impedir a entrada ou passagem por seu território de qualquer mercenário ou de qualquer equipamento destinado a uso mercenário"[7](OUA 1977). Portanto, é evidente que a Convenção representou um avanço considerável em relação à legislação internacional, criminalizando os atos de mercenários além de responsabilizar os Estados que permitirem ou que não notificarem atividades em seu território.

Contudo, o século XXI vem revelando que as PMSCs ainda constituem um grave problema securitário para a África, evidenciando a necessidade de mais Estados aderirem à Convenção e da criação de novas ferramentas capazes de aplicar seus pressupostos (Bryden 2016). Casos recentes de golpes de Estado ou guerras civis envolvendo grupos mercenários preocupam profundamente a UA, por conta dos potenciais riscos à estabilidade continental. Essa urgência em relação ao tema culminou em um comunicado da Assembleia da União em 2019 expressando a necessidade de uma revisão da Convenção para mitigar os efeitos

[6] Traduzido do original: "Any person, natural or juridical who commits the crime of mercenarism as defined in paragraph 1 of this Article commits an offence considered as a crime against peace and security in Africa and shall be punished as such".

[7] Traduzido do original: "(each contracting State shall undertake to) […] prevent its nationals or foreigners on its territory from engaging in any of the acts mentioned in Article 1 of this Convention" e "Prevent entry into or passage through its territory of any mercenary or any equipment destined for mercenary use".

da crise securitária: "Instruir a UA a rever a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) de 1977 para a Eliminação do Mercenarismo e submetê-la à próxima STCDSS para consideração (Assembleia/AU//Dec.754(XXXIII)"[8] (União Africana 2019).

Além disso, a partir dos recentes eventos, o Conselho de Paz e Segurança da UA retornou a expressar sua preocupação nas sessões 1168 e 1172 realizadas em 2023, acerca, respectivamente, da situação do Níger e do Gabão, os quais passaram por trocas de governos lideradas por juntas militares. Em ambos os seus comunicados, o Conselho expressou a necessidade de combater o envolvimento de companhias privadas e interesses externos, reiterando o fundamental cumprimento da Convenção de 1977: " (O CPS) [...] Rejeita veementemente qualquer interferência externa de qualquer ator ou país fora do Continente em questões de paz e segurança na África, incluindo engajamentos de empresas militares privadas no Continente, em conformidade com a Convenção da OUA de 1977 para a Eliminação do Mercenarismo na África;"[9] (União Africana 2023).

Portanto, revela-se que, apesar da União Africana já ter aprovado um regulamento destinado a legislar acerca das companhias mercenárias, a Convenção para Eliminação de Mercenários na África de 1977, esse dispositivo ainda não foi capaz

[8] Traduzido do original: "Direct the AUC to review the 1977 Organization of African Unity (OAU) Convention for the Elimination of Mercenarism and submit to the next STCDSS for consideration (Assembly/AU//Dec.754(XXXIII)".

[9] Traduzido do original: "(The PSC) [...] Strongly rejects any external interference by any actor or country outside the Continent in the peace and security matters in Africa, including engagements by private military companies in the Continent in line with the 1977 OAU Convention for the Elimination of Mercenarism in Africa;".

de apresentar resultados duradouros e novos conflitos emergem com as PMSCs em seu centro. Dessa maneira, resoluções definitivas e instrumentos eficazes ainda são uma demanda da comunidade africana, visando, assim, estabilizar a realidade securitária do continente.

4.2 ONU: Assembleia Geral e Conselho de Segurança

A Organização das Nações Unidas é a principal instituição responsável por mediar o diálogo inter-estatal, possuindo 194 Estados-membros integrantes da Assembleia Geral e cinco membros com caráter especial, possuindo assentos permanentes no Conselho de Segurança (EUA, China, Rússia, França e Reino Unido). Dessa forma, esse órgão se mostra como um dos principais espaços para o debate acerca dos desafios securitários decorrentes da presença de PMSCs.

4.2.1 Convenção de Genebra

As Convenções de Genebra, que ocorreram em 1949, foram estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial e destacaram-se internacionalmente como uma série de acordos que busca limitar e responsabilizar os crimes de guerra, inclusive legislando a respeito da atuação de mercenários. A assinatura chegou ao total de 194 países nos anos 2000, tornando-a globalmente aplicável e um marco para o controle jurídico das PMSCs.

Para o tema, destaca-se principalmente o texto dos Protocolos Adicionais, os quais buscaram complementar as bases jurídicas das quatro convenções. O Protocolo Adicional I de 1977

estabelece, em seu artigo 47, as definições legais de um combatente mercenário, além de excluí-lo dos direitos concedidos a prisioneiros de guerra, mas garantindo os seus direitos humanos. Esse artigo representa um importante avanço para o ordenamento jurídico, já que é responsável por estabelecer as primeiras bases internacionalmente aceitas de entendimento da atividade mercenária e de suas implicações (Ramos 2020). Embora essa série de protocolos tenha atingido grande aprovação global, diversos conflitos seguiram apresentando novos desafios a tais normas, tornando, assim, necessário novos ordenamentos legais (Bryden, 2016).

4.2.2 Convenção Internacional Contra o recrutamento, uso, financiamento e treinamento de mercenários

Através da resolução 44/34 da Assembleia Geral, estabeleceu-se em 1989 a "Convenção Internacional Contra o Recrutamento, Uso, Financiamento e Treinamento de Mercenários", em resposta à crescente utilização de companhias militares privadas em conflitos. Tal texto aprofunda a legislação sobre a atuação das PMSCs e a responsabilidade dos Estados, como o artigo 5 demonstra: "Os Estados parte não recrutarão, utilizarão, financiarão ou treinarão mercenários e proibirão tais atividades de acordo com as disposições da presente Convenção[10]"(United Nations 2024). Porém, mesmo estando em vigor desde 2001, sua atuação é limitada

[10] Traduzido do original: " States Parties shall not recruit, use, finance or train mercenaries and shall prohibit such activities in accordance with the provisions of the present Convention."

já que apenas 37 países[11] são signatários, restringindo a área de jurisprudência em decorrência da soberania dos países.

4.3 Ações em âmbito nacional: o caso da África do Sul

Ademais, é importante pontuar um movimento paralelo às convenções e tratados ocorridos acerca da temática: o desenvolvimento pelos Estados de regimentos internos próprios, visando a regulamentação e responsabilização das companhias privadas, tanto interna quanto externamente. Entre os diversos países que seguiram essa linha ao longo do século XX, destacam-se França, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Entretanto, para o cenário africano o caso com maior impacto é o da República da África do Sul, tendo em vista que não apenas ela realizou legislações no contexto securitário africano, como também o fato que diversas companhias sul africanas historicamente envolveram-se em conflitos por toda a África.

A aprovação, em 1998, do "Regulation of Foreign Military Assistance Act" representou um marco para as PMSCs sul africanas, tendo em vista que o documento, ratificado pelo parlamento, legisla sobre a atuação de cidadãos e empresas privadas, criminalizando a atividade mercenária: "Nenhuma pessoa pode, dentro da República ou em qualquer outro lugar, recrutar, usar ou treinar pessoas para,

[11] Signatários: Armênia, Arábia Saudita, Azerbaijão, Barbados, Belarus, Bélgica, Camarões, Costa Rica, Catar, Croácia, Cuba, Chipre, Equador, Guinea Equatorial, Geórgia, Guinea, Honduras, Itália, Libéria, Líbia, Maldivas, Mali, Mauritânia, Moldávia, Nova Zelândia, Peru, Senegal, Sérvia, Seychelles, Suriname, Síria, Togo, Turcomenistão, Ucrânia, Uruguai, Uzbequistão e Venezuela.

financiar ou se envolver em atividades mercenárias"[12](South African Government 1998). Além disso, de acordo com o documento, torna-se necessária a autorização do Comitê Nacional de Controle de Armas para qualquer engajamento em conflitos externos, já que esse órgão estatal é responsável por analisar os possíveis impactos consequentes.

Contudo, essa legislação mostrou-se insuficiente com o crescente envolvimento de empresas sul africanas no início do século XXI em conflitos, levando o parlamento a formular um novo regimento, o "Prohibition of Mercenary Activities and Regulation of Certain Activities in Country of Armed Conflict Act" de 2006. Os principais capítulos deste documento são: "Proibição de atividade mercenária; Proibição e regulamentação de certa assistência ou prestação de serviços em país de conflito armado ou país regulamentado; Proibição e regulamentação do alistamento de sul-africanos em forças armadas; Jurisdição extraterritorial"[13](South African Government 2006). Dessa maneira, as normas desse ato foram mais detalhadas e efetivas no combate ao envolvimento fora do controle estatal sul africano: "Nenhum cidadão sul-africano ou residente permanente pode alistar-se em qualquer força armada, exceto na Força de Defesa, incluindo uma força armada de qualquer estado estrangeiro, a menos que tenha sido autorizado nos termos

[12] Traduzido do original: "No person may within the Republic or elsewhere recruit, use or train persons for or finance or engage in mercenary activity".

[13] Traduzido do original: "Prohibition of mercenary activity; Prohibition and regulation of certain assistance or rendering of services in country of armed conflict or regulated country; Prohibition and regulation of enlistment of South Africans in armed force; Extra-territorial jurisdiction"

da secção 7."[14](South African Government 2006). A partir disso, a África do Sul se destaca como um dos poucos Estados que conseguiu com sucesso ampliar seu controle sobre as PMSCs de seu território, restringindo as suas atividades de acordo com a análise e controle do poder público.

5. BLOCOS DE POSICIONAMENTO

Um dos mais influentes atores no cenário africano é sem dúvida a República da África do Sul, país historicamente central nas discussões da UA. A África do Sul possui diversas empresas originárias de seu território atuando no continente, como a Executive Outcomes, e se destaca enquanto um dos primeiros países a formular uma lei responsável por regulamentar diretamente serviços militares e securitários privados (Roberts 2007). Além da obrigatoriedade de serviços securitários obedecerem as leis nacionais e os direitos humanos garantidos pelo Capítulo 11 da Constituição, em 1998 o parlamento aprovou o "Regulation of Foreign Military Assistance Act", um documento visando legislar sobre o auxílio militar externo de cidadãos e companhias sul africanas. No segundo capítulo do ato define-se: "Nenhuma pessoa pode, dentro da República ou em qualquer outro lugar, recrutar, usar ou treinar pessoas para, financiar ou se envolver em atividades mercenárias."[15] (South African Government 1998). Ademais, define que caso deseja-se prestar auxílio militar externo, todo cidadão e

[14] Traduzido do original: "No South African citizen or permanent resident may enlist with any armed force, other than the Defence Force, including an armed force of any foreign state, unless he or she has been authorized in terms of section 7"

[15] Traduzido do original: "No person may within the Republic or elsewhere recruit, use or train persons for or finance or engage in mercenary activity".

empresa necessita de uma autorização estatal do Comitê Nacional de Controle de Armas, que irá avaliar os possíveis desdobramentos para o conflito e impactos referentes à garantia dos direitos humanos (South African Government 1998).

A República de Angola possui, historicamente, um forte envolvimento com as companhias privadas, as quais tiveram presença durante o período de disputa interna pelo poder no final do século XX, com destaque a participação da Executive Outcomes. A EO foi responsável por treinar as forças armadas nacionais e combater o grupo insurgente UNITA, auxiliando o governo angolano (Liberatti 2004). Embora Angola tenha assinado em 1978 a Convenção para Mercenários da UA, nunca chegou a ratificar (União Africana 2015).

A República Argelina Democrática e Popular é um importante ator africano, possuindo um importante peso diplomático como potência regional, além de ser o maior país em extensão territorial em todo o continente. Desde 1962, data do fim da Guerra de Libertação Argelina, o país é símbolo de emancipação, tornando-se um dos principais defensores da descolonização africana no século XX. Tendo ratificado a Convenção para Mercenários da UA em 2007 (União Africana 2015), o Estado argelino apresenta profundas preocupações com a instabilidade decorrente da presença dos grupos privados no Sahel, com destaque ao Wagner. Isso se deve a atuação do grupo privado russo na Líbia, Mali e Níger, países com os quais a Argélia faz fronteira. Com isso, a garantia de uma estabilidade interna depende do controle e contenção das PMSCs no âmbito regional. Em 2023, o presidente argelino Tebboune declarou acerca da situação do Mali: "O dinheiro que este grupo [Wagner] custa seria mais adequado e útil

se fosse destinado ao desenvolvimento da região do Sahel"[16] (El-Atti 2023).

Localizada na região sul do continente africano, a República de Botsuana é um país político e militarmente estável desde a sua independência formal em 1966. Botswana não assinou a Convenção de Mercenários da UA e nem a Convenção Internacional ao recrutamento, uso, financiamento e treinamento de mercenários (União Africana 2015; União Africana 2001).

Localizado na África Ocidental, Burkina Faso está no centro do debate atual da presença das Companhias Militares Privadas. Embora em 1978 o país tenha ratificado a Convenção de Mercenários da UA (União Africana 2015), a partir de uma mudança de regime em 2022, grupos mercenários passaram a protagonizar o cenário de política interna burquinense. Com apoio de tropas do grupo militar privado Wagner, oficiais sob a liderança de Ibrahim Traoré tomaram o poder de Burkina Faso, alterando o equilíbrio interno (Burke 2022). Ademais, o anúncio em 2023 da saída do país do bloco regional da África Ocidental, o ECOWAS, marca uma ruptura política do país com as instituições regionais, acompanhando o movimento de Mali e Níger. Dessa forma, o governo de Burkina Faso conta com o apoio militar de uma das principais PMCs atuando no continente, o Grupo Wagner, a qual garante a manutenção do governo e busca estabilizar o território face aos movimentos terroristas (Wong 2024).

A República do Chade é um país africano localizado na faixa do Sahel, fazendo fronteira ao leste com o Sudão, ao Norte com a Líbia, ao Oeste com Níger e ao sul com Nigéria, Camarões e RCA.

[16] Traduzido do original: "The money that this group [Wagner] costs would be more appropriate and useful if it was allocated for development in the Sahel region"

O país é diretamente afetado pela atuação dos mercenários, tendo em vista que, além dos conflitos internos vivenciados, a maior parte dos seus vizinhos possui presença de PMSCs. O Chad, em 2004, assinou a "Convenção para Mercenários da UA", tendo a ratificado em 2012 (União Africana 2015). Contudo, a situação do país permanece crítica e, de acordo com a declaração do Grupo de Trabalho na Atuação de Mercenários da ONU depois de uma visita ao Chad em 2018, grupos terroristas e mercenários são responsáveis por aprofundar a instabilidade do país (United Nations 2018). Além disso, o novo código penal aprovado em 2017 possui uma legislação específica acerca de mercenários. De acordo com a seção 2 do capítulo 4: "Qualquer pessoa singular que cometa o crime de mercenarismo definido no n.º 1 é punida com pena de prisão de vinte a trinta anos."[17] (Droit Afrique, 2017).

A República Árabe do Egito se localiza no Norte da África, além de possuir um pequeno território no continente asiático, a península do Sinai. Embora o Estado egípcio não apresente em seu território grandes movimentações de companhias privadas, ele possui um interesse estratégico no tema, tendo em vista que tem uma extensa fronteira com a Líbia no oeste e Sudão ao sul, dois dos principais focos de atuação das PMSCs. Essa preocupação acerca da crise securitária se torna evidente com a declaração do presidente Al-Sisi sobre a realidade líbia: "A Líbia só poderá restaurar a sua soberania, unidade e estabilidade aspirada se resolver a questão principal que a impede, nomeadamente a presença de forças estrangeiras e mercenários nos seus

[17] Traduzido do original: "Toute personne physique qui commet le crime de mercenariat tel que défini à l'alinéa 1 ci-dessus est condamnée à l'emprisonnement de vingt à trente ans".

territórios."[18] (Zaid 2021). Indo além, o Egito foi um dos primeiros países africanos a assinar a Convenção para Mercenários da UA, tendo ratificado em 1978 (União Africana 2015). Ademais, é importante salientar o papel histórico egípcio como potência regional, atuando fortemente no movimento de libertação nacional africano, com destaque ao presidente Nasser e sua política de soberania africana, e atualmente liderando importantes esforços diplomáticos tanto na União Africana quanto na Liga Árabe.

A República Democrática Federal da Etiópia é um país localizado no Chifre da África e possui um importante papel como potência regional. Além de atualmente atravessar instabilidades internas decorrentes de uma guerra entre grupos da região de Tigray e o governo central, a atuação de companhias mercenárias em países vizinhos torna a garantia da segurança nacional ainda mais delicada. Além disso, de acordo com as próprias forças do Tigray, mercenários estrangeiros auxiliaram as forças armadas etíopes no conflito no norte (Reuters 2021; Al Jazeera 2023). Dessa forma, o controle das PMSCs em território africano é um tema de interesse nacional, como evidencia a ratificação em 1982 da Convenção para Mercenários da UA (União Africana 2015).

A República Gabonesa é um país da África Central com mais de quarenta grupos étnicos, em uma área estratégica do continente. O país sofreu um golpe de Estado em agosto de 2023, com a tomada do poder por soldados após uma eleição contestada de Ali Bongo, acusado de fraudar as eleições para se perpetuar no poder (BBC 2023). O Conselho de Segurança e Paz da UA suspendeu o

[18] Traduzido do original: "Libya can only restore its sovereignty, unity and aspired stability by addressing the primary issue impeding this, namely the presence of foreign forces and mercenaries on its territories"

país da União Africana após a tomada do país pelos militares (Folha de S. Paulo 2023), além de, através da sessão 1172, expressar sua preocupação acerca do envolvimento de grupos mercenários e interesses externos na troca de governo. De acordo com um relatório do Parlamento Europeu, produzido por Caprile e Pichon (2024), a troca de regime teve forte influência do grupo Wagner, o qual fortaleceu os interesses russos no território.

A República da Guiné se tornou independente da França em 1958, com uma sucessão de instabilidades políticas. Em 2021 um grupo de militares deu um golpe de Estado em Alpha Condé, que estava em seu terceiro mandato após uma eleição polêmica com questionamento da população local (Naranjo 2021). Desde 2003 é parte tanto da Convenção para Mercenários da UA quanto da Convenção Internacional ao Recrutamento, Uso, Financiamento e Treinamento de Mercenários (União Africana 2015; União Africana 2001). Contudo, diversas acusações surgiram acerca da utilização de grupos privados pelo governo de Moussa Dadis Camara em 2009, com mercenários sul-africanos sendo responsáveis por treinar forças nacionais (Govender 2009).

A República do Gana se destaca, desde o estabelecimento de uma democracia multipartidária em 1992, como um dos países mais estáveis da África Ocidental, tendo sido a primeira nação subsaariana a ter sua independência da metrópole em 1957. Desde 1978 o país é membro da Convenção para Mercenários da UA e sofre pela instabilidade provocada pela presença de PMSCs no continente, principalmente por fazer fronteira com Burkina Faso. Em 2022 o país atravessou uma crise diplomática com o governo burquinês acerca da presença de mercenários russos, com o

presidente Nana Akufo-Addo declarando ligação entre o regime de Burkina Faso e o grupo Wagner (Al Jazeera 2022).

O Estado da Líbia se localiza no norte da África, sendo banhado pelo mar mediterrâneo. Em 1969 o país se tornou uma república através de um golpe de Estado liderado por Muammar Gaddafi, o qual governou a Líbia por quase 50 anos. Com a Primavera Árabe o regime de Gaddafi foi derrubado e o poder político se fragmentou, iniciando uma longa guerra civil. A partir disso, diversas companhias militares privadas começaram a sua atuação no conflito, com destaque ao Grupo Wagner que, apoiando o governo liderado pelo general Haftar, buscou acessar o petróleo da região e desenvolver uma maior influência no território africano (Pantano e Bozzo 2020). Ademais, a crise líbia levou a repercussões na comunidade internacional, como fica evidente na Segunda Conferência de Berlim, realizada em 2022. Nesse encontro representantes da União Africana, União Europeia, Liga Árabe e da ONU afirmaram em conjunto a necessidade de retirada de tropas mercenárias para a estabilização da Líbia: "Todas as forças estrangeiras e mercenários devem ser retirados da Líbia sem demora, e o sector da segurança deve ser reformado e colocado firmemente sob autoridade e supervisão civil unificada."[19] (US Embassy Libia 2021). Dessa forma, a questão das PMSCs é central para a política interna líbia, já que, mesmo tendo ratificado em 2003 a Convenção para Mercenários da UA e em 2000 a Convenção Internacional ao recrutamento, uso, financiamento e treinamento de

[19] Traduzido do original: "All foreign forces and mercenaries need to be withdrawn from Libya without delay, and the security sector reformed and placed firmly under unified, civilian authority and oversight".

mercenários, essas empresas estão presentes na atual guerra civil que divide o país (União Africana 2001; União Africana 2015).

A República de Madagascar, até 1975 chamada de República de Malgaxe, é uma ilha do Oceano Índico na costa africana. O país é desde 2005 membro da Convenção para Mercenários da UA, embora tenha presença de grupos militares, com destaque ao Wagner. O registro da atuação da companhia militar privada Wagner no país ocorre de uma forma distinta, com intervenções não em conflitos armados, já que o país é estável, mas na política local, como nas eleições de 2018, quando ofereceu apoio nas campanhas de políticos com o uso de desinformação em redes sociais. Assim, o grupo garante acesso a recursos, como foi o caso de uma nova mineradora estatal criada com ligações diretas com o grupo Wagner (Baker e Bullock 2023).

A República do Mali está localizada no noroeste da África, sendo um dos países com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no mundo, com uma economia principalmente extrativista. A população é majoritariamente muçulmana e a língua oficial é o francês. Embora tenha ratificado tanto a Convenção para Mercenários da UA quanto a Convenção Internacional ao Recrutamento, Uso, Financiamento e Treinamento de Mercenários, desde 2021, momento em que uma junta militar assumiu o poder no Mali, iniciaram-se relatos da presença do grupo privado Wagner como apoio ao novo regime (BBC 2023). O governo busca, através dessa parceria, combater os grupos jihadistas e se aproximar do Kremlin, garantindo apoio internacional. Portanto, a problemática das PMSCs é central para o Mali, tendo em vista que é um dos pilares de manutenção do regime.

O Reino de Marrocos é um país do norte da África localizado próximo ao continente europeu (apenas 15 km no Estreito de Gibraltar), com uma população de maioria árabe e berbere. A monarquia marroquina, apesar de historicamente ter suas relações exteriores voltadas para a Europa, nos últimos anos, iniciou um movimento de direcionamento de seus investimentos para a África. Devido aos seus conflitos pelo Saara Ocidental com o povo local saraui, o Marrocos possui relações conturbadas com outros membros da UA, saindo da organização em 1984 e só retornando em 2017 (Oliveira, 2017). Ademais, é importante pontuar que o Marrocos não é um signatário da Convenção para Mercenários da UA e nem da Convenção Internacional ao recrutamento, uso, financiamento e treinamento de mercenários, embora não possua relatos de atividades de PMSCs em seu território.

A República de Moçambique é um país localizado na África Austral e conquistou sua independência de Portugal em 1975, enfrentando uma guerra civil entre 1976 e 1992. O Estado moçambicano não é signatário da Convenção para Mercenários da UA e em 2019 envolveu-se em um episódio com grupos mercenários, quando convocou o grupo Wagner para atuar em Cabo Delgado contra insurreições terroristas, mas a operação resultou em um fracasso das forças russas, as quais se retiraram (Ehl e Kossivi 2023).

Localizada no sul do continente africano, a República da Namíbia tem seu território banhado pelo Oceano Atlântico a leste e integra a UA e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, além da ONU. Apesar disso, não assinou a Convenção para Mercenários da UA e nem a Convenção Internacional ao

recrutamento, uso, financiamento e treinamento de mercenários (União Africana 2015; União Africana 2001).

A República do Níger se destaca como parte de um importante movimento ocorrido nos últimos anos na região do Sahel, sintetizado na ascensão de regimes liderados por juntas militares (Armstrong 2023). Esses novos regimes são pautados por uma forte retórica antiocidental, resultando na aliança com a Rússia e, principalmente, com o Grupo Wagner. Dessa forma, embora tenha ratificado em 1980 a Convenção para Mercenários da UA, o Níger atualmente permite a atuação de PMCs em seu território visando a estabilidade e a luta contra o terrorismo.

A República Federal da Nigéria é um relevante ator no cenário do continente, tendo em vista que é a democracia mais populosa da África. A Nigéria, desde 1960 um Estado independente, aprovou em 1986 a Convenção para Mercenários da UA. Contudo, indícios apontam que em decorrência de instabilidades internas relacionadas com grupos islâmicos, com destaque ao Boko Haram, o governo nigeriano vem utilizando mercenários estrangeiros para auxiliar as forças armadas nos combates diretos (Reuters 2015).

A República do Quênia, localizada na África oriental, é uma democracia presidencialista independente desde 1963. Embora seja um importante ator regional, não assinou a Convenção para Mercenários da UA e nem a Convenção Internacional ao recrutamento, uso, financiamento e treinamento de mercenários (União Africana 2015; União Africana 2001). Contudo, em 1997 o Quênia elaborou um manual militar visando a disseminação das leis internacionais referentes aos direitos humanos e de acordo com o documento: "Os mercenários não têm direito ao status de

combatente nem de prisioneiro de guerra. No entanto, um mercenário capturado não pode ser privado de seus direitos fundamentais e não pode ser punido sem julgamento"[20] (Kenya 's LOAC Manual 1997).

A República Centro Africana se encontra no centro do continente e desde 1960, data do fim da colonização francesa, é um país soberano e independente. Atravessou um longo período de guerra civil até a realização de uma eleição em 2020 marcada pela ascensão de Touadéra. Contudo, diversos grupos rebeldes contestaram a nova liderança, resultando no engajamento do Grupo Wagner no conflito, visando a manutenção de Touadéra e o consequente acesso a recursos do país (Doboš e Purton 2024). Dessa forma, a RCA é um dos principais focos de atuação das PMSCs, tornando a questão do interesse nacional.

A República Democrática do Congo localiza-se na África central, sendo o segundo maior país africano em extensão territorial. A RDC atravessa um grave conflito interno, resultando em mais de 7 milhões de deslocados. Além disso, apesar de em 1979 ter ratificado a Convenção para Mercenários da UA, uma série de relatos comprovam a presença de companhias privadas no atual conflito, com destaque a contratação de PMCs russas por parte do governo congolês (Schlindwein 2023), o que resultou em tensões com os Estados vizinhos.

A República de Ruanda é um país centro africano que não possui saída para o mar. No final do século XX vivenciou uma sangrenta guerra civil e desde então atravessa um processo de

[20] Traduzido do original: "Mercenaries are neither entitled to combatant nor to prisoner-of-war status. Nevertheless, a captured mercenary cannot be deprived of his fundamental rights and may not be punished without trial".

reconstrução e desenvolvimento. Em 1979 ratificou a Convenção para Mercenários da UA, demonstrando a preocupação do país com a questão. Ademais, a instabilidade regional afeta diretamente Ruanda, levando a tensões com países vizinhos. Em 2023, o embaixador ruandês para ONU Ernest Rwamucyo acusou a RDC de permitir atividades mercenárias e dessa forma minar o processo de paz na região: "(o governo congolês) e a sua coligação de grupos de milícias armadas ilegais e mercenários estrangeiros […] mina todos os esforços regionais para trazer a paz"[21] (Lederer 2023).

A República do Sudão é um país localizado no nordeste do continente africano e desde 1956 é um país soberano. Ao longo do século XX atravessou uma série de instabilidades políticas, resultando na independência da região majoritariamente cristã no sul, o Sudão do Sul. Desde 2019, com a derrubada do regime de Al-Bashir, o país vive uma crise interna, com uma série de golpes e conflitos internos, principalmente entre as Forças de Apoio Rápido e as Forças Armadas. Embora tenha ratificado a Convenção para Mercenários da UA em 1978, o regime sudanês tem utilizado o apoio de companhias privadas, com destaque ao Grupo Wagner, para garantir a sua manutenção e conter o avanço dos rebeldes (Howell, Mway e Atanesian 2023).

A República de Zimbábue encontra-se na África Austral, fazendo fronteira com África do Sul, Botswana, Zâmbia e Moçambique e sem acesso ao mar. Desde 1980, com o fim do domínio do governo de minoria branca e a realização de eleições, Robert Gabriel Mugabe liderou o país ininterruptamente,

[21] Traduzido do original: "(the Congolese government) and its coalition of illegal armed militia groups and foreign mercenaries […] undermines all the regional efforts to bring peace".

inicialmente como primeiro-ministro e depois como presidente. Contudo, a partir de 2017, Mnangagwa assumiu a posição de presidente e comanda o país até o momento. O Zimbabwe ratificou a Convenção para Mercenários da UA em 1992, mas diversas organizações humanitárias acusam o regime de Mugabe de ter utilizado mercenários na repressão de manifestações e revoltas internas (Evans 2008).

6. QUESTÕES A PONDERAR

1) Qual o impacto securitário, tanto a nível nacional quanto regional, da presença das PMSCs em conflitos no continente africano?

2) De que forma a UA e outras instituições regionais podem atuar para mitigar as instabilidades securitárias?

3) Quais instrumentos de combate às PMSCs podem ser utilizados além dos já existentes (tanto a convenção da OUA quanto às diversas resoluções da ONU)?

4) Como a projeção de poder de potências externas é exercida pelas companhias privadas? Isso limita a soberania dos Estados africanos?

5) As PMSCs podem ser instrumentalizadas pelos Estados de forma a garantir a estabilidade regional? Quais medidas estatais e internacionais possibilitariam isso?

7. REFERÊNCIAS

"A nação africana onde mercenários pró-Rússia do grupo Wagner operam". BBC. Última modificação: 26 julho 2023. https://www.bbc.com/portuguese/articles/c90v1vq9vy4o

Armstrong, Kathryn. "Niger coup: Wagner taking advantage of instability - Antony Blinken". BBC. 8 agosto, 2023. https://www.bbc.com/news/world-africa-66436797.

Atlas Geográfico Escolar - África. IBGE. https://atlasescolar.ibge.gov.br/continentes-e-regioes-do-mundo/2966-africa.html.

Avant, Deborah D. 2005. The market for force: the consequences of privatizing security. Cambridge: Cambridge University Press.

Baker, Nick e Chris Bullock. "How a shadowy Russian organization is making political and economic inroads across Africa" ABC. 03 abril 2023. https://www.abc.net.au/news/2023-03-31/russia-wagner-group-in-africa/102160936

Bryden, Alan. THE PRIVATIZATION OF SECURITY IN AFRICA: Challenges and Lessons from Co□te d'Ivoire, Mali and Senegal. 2016. Geneva Center for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF).

Burke, Jason. "Burkina Faso coup fuels fears of growing Russian mercenary presence in Sahel". The Guardian. 03 Outubro 2022. https://www.theguardian.com/world/2022/oct/03/burkina-faso-coup-fears-growing-russian-mercenary-presence-sahel-north-africa

"Burkina Faso summons Ghana envoy over president's claim on Wagner". Al Jazeera. Última modificação: 16 dezembro 2022. https://www.aljazeera.com/news/2022/12/16/burkina-faso-summons-ghanaian-ambassador-over-wagner-allegations

Calazans, Érika Louise Bastos. O Status dos Combatentes Ilegítimos Diante da Terceira Convenção de Genebra de 1949. Programa de Pós Graduação PUC-MG. Belo Horizonte, 2007. Acesso em 01 de Agosto de 2024: https://bib.pucminas.br/teses/Direito_CalazansEL_1.pdf

Caprile, Anna, e Eric Pichon. 2024. "Russia in Africa: An atlas." European Parliament. https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2024/757654/EPRS_BRI(2024)757654_EN.pdf

"Chad: UN experts call for stronger support to stop mercenaries, foreign fighters and end humanitarian crisis". United Nations Human Rights. 30 April 2018. https://www.ohchr.org/en/press-releases/2018/04/chad-un-experts-call-stronger-support-stop-mercenaries-foreign-fighters-and

Counter Extremism Project, 2023. "The Wagner Group in the Central Sahel: Decolonization or Destabilization?" Kumar, Riza. 2023. Data de último acesso: 02/07/2024. https://www.counterextremism.com/press/new-cep-report-wagner-group-central-sahel-decolonization-or-destabilization.

Comunicado da 33a Sessão da Assembleia da União. 2019. AU//Dec.754 (XXXIII). Assembly/AU/Dec.754(XXXIII) Page 1 - African Unionafrica-union.orghttps://portal.africa-union.org › DOC-AU-DEC

Conselho de Paz e Segurança da UA, encontro 1168. Addis Ababa, 2023. https://papsrepository.africa-union.org/bitstream/handle/123456789/1920/1168.comm_en.pdf?sequence=20&isAllowed=y

Conselho de Paz e Segurança da UA, encontro 1172. Addis Ababa, 2023. https://papsrepository.africa-union.org/bitstream/handle/123456789/1950/1172.comm_en.pdf?sequence=14&isAllowed=y

Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais. 1949. International Humanitarian Law Databases. https://www.icrc.org/pt/doc/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/overview-geneva-conventions.htm

Cropley, Ed e David Lewis. "Nigeria drafts in foreign mercenaries to take on Boko Haram". Reuters. 12 de março de 2015.https://www.reuters.com/article/world/nigeria-drafts-in-foreign-mercenaries-to-take-on-boko-haram-idUSKBN0M81CN/

Doboš, Bohumil e Alexander Purton. 2023. "Proxy Neo-colonialism? The Case of Wagner Group in the Central African Republic". Insight On Africa 16 (1): 7-21. https://doi.org/10.1177/09750878231209705.

Ehl, David e Kossivi Tiassou. "Rússia aumenta influência em África através do grupo Wagner". DW. 06 março 2023. https://www.dw.com/pt-002/r%C3%BAssia-aumenta-influ%C3%AAncia-em-%C3%A1frica-atrav%C3%A9s-do-grupo-wagner/a-64898441

El-Atti, Basma."Algerian president urges Mali to drop costly Wagner's services, invest in economy instead". New Arab. 03

janeiro 2023. https://www.newarab.com/news/algerian-president-urges-mali-drop-russias-wagner-group

Evans, Ian. "Mercenaries join Mugabe's ruthless terror campaign." The Independent. 15 Julho 2008. https://www.independent.co.uk/news/world/africa/mercenaries-join-mugabe-s-ruthless-terror-campaign-867620.html

Ferdjani, Hannane. 2024. "Debate on ditching CFA begins as Burkina Faso, Mali, Niger forge new path". Al Jazeera, 23 fevereiro, 2024. https://www.aljazeera.com/features/2024/2/23/burkina-faso-mali-and-niger-debate-exiting-cfa-zone.

Fernandes, Márcia. 2016. "A organização Da Unidade Africana Como Expressão Do Projeto Político Continental No pós-Independência: Disputa e reivindicações". Sankofa 9 (17): 99-117. https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2016.119063.

Freitas, Letícia Teodoro de. 2023. Das empresas militares privadas as operações de paz da ONU: o caso da Executive Outcomes em Serra Leoa (1995 -1997). https://repositorio-api.uniso.br/server/api/core/bitstreams/6c3af231-4d1f-4a5d-93af-5e462f6aa8f5/content.

Govender, Peroshni. "S.Africa investigating Guinea mercenary report". Reuters. 18 Novembro 2009. https://www.reuters.com/article/world/s-africa-investigating-guinea-mercenary-report-idUSJOE5AH0H5/

Howell, Jeremy, Peter Mwai e Grigor Atanesian. "Wagner in Sudan: What have Russian mercenaries been up to?". BBC. 23 Abril 2023. https://www.bbc.com/news/world-africa-65328165

Junior, Daniel Correia Abreu. 2023. “Consequências do uso de forças armadas privadas durante a guerra civil de Serra Leoa.” Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Uberlândia.

Kenya’s LOAC Manual. 1997. International Committee of the Red Cross. https://ihl-databases.icrc.org/pt/customary-ihl/v2/rule108?country=ke

Keohane, Robert Owen, e Joseph Samuel Nye. 1987. "Power and interdependence revisited." International organization 41 (4): 725-753. https://doi.org/10.1017/S0020818300027661.

Kinsey, Christopher e Andreas Krieg. 2014. “O papel da segurança fornecida comercialmente no complexo patrimonial de segurança africano.” Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relac?ões Internacionais3.(5): 69-96 https://doi.org/10.22456/2238-6912.42719.

Le Cam, Morgane. "Mali's UN peacekeepers fear they are becoming 'an instrument of the junta'". Le Monde, 2023.

Lederer, Edith M. "Tensions between Congo and Rwanda heighten the risk of military confrontation, UN envoy says". The Associated Press. 11 Dezembro 2023. https://apnews.com/article/un-congo-rwanda-peacekeeping-tension-election-16d348c26bca5ecbc8a9a0a87ec977ae

Liberatti, Marco Antonio. 2004. “A Privatização Dos Conflitos Na África: O Caso de Angola.” África 22-23, 157–72. https://doi.org/10.11606/issn.2526-303x.v0i22-23p157-172.

"Libya: Mapping areas of military control" Al Jazeera. 27 julho, 2020. https://www.aljazeera.com/news/2020/7/27/libya-mapping-areas-of-military-control.

"LIST OF COUNTRIES WHICH HAVE SIGNED, RATIFIED/ACCEDED TO THE OAU CONVENTION FOR THE ELIMINATION OF MERCENARISM IN AFRICA." União Africana, 2015. https://au.int/sites/default/files/treaties/37287-sl-oau_convention_for_the_elimination_of_mercenarism_in_africa_1.pdf

"Mali, Niger and Burkina Faso establish Sahel security alliance" Al Jazeera (2023b). 16 setembro, 2023. https://www.aljazeera.com/news/2023/9/16/mali-niger-and-burkina-faso-establish-sahel-security-alliance.

Marten, Kimberly. 2019. "Russia's use of semi-state security forces: the case of the Wagner group." Post-Soviet Affairs 35 (3): 181-204. https://doi.org/10.1080/1060586X.2019.1591142.

Melly, Paul. "Por que África volta a viver onda de golpes militares". BBC. 31 agosto 2023. https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4nqkqx7lgko

Mendonça, Marina Gusmão de. 2019."A descolonização da África: nacionalismo e socialismo". Sankofa 12 (22): 117-40. https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2019.158261.

Naranjo, José."Grupo de militares protagoniza golpe de Estado na Guiné e detém o presidente". El País. 05 setembro 2021. https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-05/grupo-de-militares-protagoniza-golpe-de-estado-na-guine.html

"Niger's military rulers ask for help from Russian group Wagner" Al Jazeera (2023c) . 5 agosto, 2023. https://www.aljazeera.com/news/2023/8/5/nigers-military-rulers-ask-for-help-from-russian-group-wagner.

OAU Convention for the elimination of mercenarism in Africa. 1977. https://au.int/sites/default/files/treaties/37287-treaty-0009_-_oau_convention_for_the_elimination_of_mercenarism_in_africa_e.pdf

Oliveira, Vitória Kramer de. 2017. "A entrada do Marrocos na União Africana." CEBRAFRICA. https://www.ufrgs.br/cebrafrica/wp-content/uploads/2017/11/KRAMER-2017.pdf

"One year on, peace holds in Tigray, but Ethiopia still fractured". Al Jazeera. Última modificação: 02 novembro 2023. https://www.aljazeera.com/gallery/2023/11/2/photos-one-year-on-peace-holds-in-tigray-but-ethiopia-still-fractured

Pantano, Maria Julia, e Maria Carolina Cisotto Bozzo. 2020. "O Conflito na Líbia: análise e perspectivas". Série Conflitos Internacionais 7 (5): 1-9.. https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-7-n.5-out-2020.pdf

Peltier, Elian e Ruth Maclean. "French Soldiers Quit Mali After 9 Years, Billions Spent and Many Lives Lost". The New York Times. 15 agosto, 2022. https://www.nytimes.com/2022/08/15/world/africa/mali-france-military-operation.html.

Percy, Sarah V. 2003. "This Gun's for Hire: A New Look at an Old Issue". International Journal 58 (4): 721-736. https://doi.org/10.2307/40203894.

Pimentel, Cauê Rodrigues. 2013. "A ascensão de empresas militares e de segurança privada no pós-guerra fria: gênesis do problema e seus impactos sobre a segurança internacional." Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD 2 (4), 159–192. https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2898.

Pokalova, Elena. 2023. "The Wagner Group in Africa: russia⁚s quasi-state agent of influence." Studies In Conflict & Terrorism, 1-23. https://doi.org/10.1080/1057610x.2023.2231642.

Prohibition of Mercenary Activities and Regulation of Certain Activities in Country of Armed Conflict Act 27 of 2006. South African Government. https://www.gov.za/documents/acts/prohibition-mercenary-activities-and-regulation-certain-activities-country-armed

Ramos, Lucas de Oliveira. 2020. "As Empresas Militares Privadas e o processo de pacificac□ão no Darfur". Mestrado diss., Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Regulation of Foreign Military Assistance Act 15 of 1998. South African Government. https://www.gov.za/documents/acts/regulation-foreign-military-assistance-act-15-1998-20-may-1998#:~:text=The%20Regulation%20of%20Foreign%20Military,borders%20of%20the%20Republic%3B%20and

Roberts, Ruth. 2007. "The Role of Private Military Companies in African Conflicts". Tese. University of Stellenbosch.

Santana, Thiago Machado, Edvaldo dos Santos Junior e Álvaro Roque.. "União Africana: Por Uma Geopolítica Pan-Africanista." Anais Das Semanas de Geografia Da Unicamp, XII Semana da Geografia Unicamp: 63–67. https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/semanageounicamp/article/view/3439/3306.

Schlindwein, Simone. "Are white mercenaries fighting in the DRC conflict?". DW. 01/17/2023. https://www.dw.com/en/are-white-mercenaries-fighting-in-the-drc-conflict/a-64407711

Strong, Christopher. 2022. "Wagner Group and Opportunism in Russian Foreign Policy: Case Studies of the Central African Republic (CAR), Libya, and Mozambique". Mestrado diss., Charles University.

Sukhankin, Sergey. 2020. "Wagner Group in Libya: Weapon of War or Geopolitical Tool?". Terrorism Monitor 18 (13):https://jamestown.org/program/wagner-group-in-libya-weapon-of-war-or-geopolitical-tool/.

Tchad, Code penal. 2017. Droit Afrique. https://www.d.roit-afrique.com/uploads/Tchad-Code-penal-2017.pdf

Tekir, Go□khan. 2020. "Russian-Turkish Involvement in the Civil War in Libya". Turkish Journal of Russian Studies (3): 190-215. https://dergipark.org.tr/tr/pub/trad/issue/55699/740450.

The Sahel Resilience Project. United Nations Development Programme. https://www.undp.org/africa/sahel-resilience-project.

"Tigrayan forces say they will 'hunt down' foreign mercenaries". Reuters. Última modificação: 12 novembro 2021.

https://www.reuters.com/world/africa/tigrayan-forces-say-will-hunt-down-foreign-nationals-aiding-ethiopia-war-2021-11-12/

"União Africana suspende Gabão após junta militar tomar o poder". Folha de São Paulo. Última modificação: 31 agosto 2023. https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/08/uniao-africana-suspende-gabao-apos-junta-militar-tomar-o-poder.shtml

US Embassy Libya. THE SECOND BERLIN CONFERENCE ON LIBYA. 2021. US Embassy Lybia. https://ly.usembassy.gov/the-second-berlin-conference-on-libya/

Viana, Genivone Etmy Sequeira. 2012. "Os Desafios E as Oportunidades Da União Africana." Trabalho de conclusão de curso, UFRGS.

Visentini, Paulo Fagundes, Isadora Steens, Fernanda Lopes Silva, Raul Cavedon Nunes e Mariana Chaise, 2012. "O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen". Ciências & Letras (51): 57-79. https://geovest.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/09/o-verc3a3o-c3a1rabe.pdf

Visentini, Paulo Fagundes. Marrocos. O livro na rua. Série diplomacia ao alcance de todos, fundação Alexandre de Gusmão. https://funag.gov.br/loja/download/780-Livro-na-rua-Marrocos.pdf

"Wagner forces arrive in CAR before referendum" Al Jazeera (2023a). 17 julho 2023. https://www.aljazeera.com/news/2023/7/17/wagner-forces-arrive-central-african-republic-before-referendum.

"Wagner's customers will have to adjust to new leadership". The Economist. 31 agosto, 2023. https://www.economist.com/middle-

east-and-africa/2023/08/31/wagners-customers-will-have-to-adjust-to-new-leadership.

Wallerstein, Immanuel. "The Modern World-System". 1974. University of California Press.

Wong, Vicky. "Ecowas: Niger, Mali and Burkina Faso quit West African bloc". BBC. 28 Janeiro 2024. https://www.bbc.com/news/world-africa-68122947

Zaid, Mohammed Abu. "Egyptian president says 'all mercenaries' must be removed from Libya". Arab News. 30 março 2021. https://www.arabnews.com/node/1833986/middle-east

ASSEMBLEIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO AFRICANA (ACEG–UA)

Os Impactos das Mudanças de Regime na Integração no Continente Africano

Igor Estima Sardo[22]
Tiago Maestri Doutrelepont[23]
Vitor Redivo Ferreira[24]

RESUMO

A integração política e econômica entre os Estados do continente africano se converteu em mecanismo de incentivo e punição na comunidade de nações africanas. A integração traz benesses, como o crescimento e a paz, que muitos Estados não podem se dar ao luxo de abrir mão, gerando um dilema se vale a pena descumprir os acordos e tratados firmados para aumentar a integração. Esta foi uma lição aprendida ao longo das décadas pelas lideranças africanas logo após as independências e junto ao processo de construção estatal das nações africanas. Integrar-se é a melhor maneira de se desenvolver e, logo, evitar transbordamentos de crises locais ou regionais. No entanto, mudanças de regime que desaceleram o processo de integração voltaram a assolar o continente, apresentando um novo desafio aos líderes da África. A

[22] Estudante de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (ACEG–UA).

[23] Estudante de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor-Assistente da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (ACEG–UA).

[24] Estudante de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor-Assistente da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (ACEG–UA).

suspensão da associação aos organismos regionais de integração política e econômica se mostrou uma ferramenta útil de punição e remediação contra atos ilegítimos na comunidade política de nações africanas. Nesse sentido, o objetivo deste guia de estudos é promover uma base para o debate acerca dos impactos das mudanças de regime na integração no continente africano. Para tanto, contextualiza-se a evolução das integração política e econômica na África e dos mecanismos de punição às mudanças de regime, assim como apresenta-se a importância desse tema para a Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana.

1. INTRODUÇÃO

O processo de integração no continente africano se tornou peça fundamental para compreender a construção de Estado na África. Diferentemente do que ocorreu nas formações estatais da Europa, onde a guerra moldou o comportamento dos Estados, ou mesmo nas Américas, onde antigas colônias se desenvolveram à semelhança da metrópole, o processo de construção dos Estados africanos perpassa pelas noções de cooperação, Pan-Africanismo e integração. Desde o início, no período das independências das colônias africanas, foram criados foros regionais que tinham como objetivo a promoção da emancipação, da luta anticolonial e da luta contra a segregação racial e contra a ingerência externa (Visentini, Ribeiro, e Pereira 2014).

Contudo, junto ao processo de formação estatal coletiva, individualmente, cada Estado africano também passou por desafios próprios de sua dinâmica política interna. A construção estatal sempre passa pela disputa entre elites pelo poder, a qual pode se manifestar mediante transições abruptas e disruptivas, como golpes

de Estado e revoluções, que, por sua vez, desaceleraram ou frearam o processo de integração no continente africano. Cientes destes desafios, lideranças africanas[25] buscaram precaver e remediar que mudanças de regime impactassem negativamente a integração e, sobretudo, a realidade política e social das nações africanas (Visentini et al. 2018).

Assim sendo, o presente estudo partirá da contextualização histórica das independências africanas e do início do processo de integração desde a formação da Organização da Unidade Africana (OUA) até estágios mais avançados de integração, como a União Africana (UA), organismos regionais e áreas de livre comércio. Na seção seguinte, o guia trará a apresentação do problema de uma perspectiva contemporânea, explorando os mecanismos de prevenção e remediação aos golpes de Estado dos membros da UA, ilustrando com exemplos concretos recentes. Na sequência, expor-se-á os principais acordos e declarações internacionais sobre o tema da integração africana e como ela é tratada internacionalmente dentro da África. Na penúltima seção, é apresentado o posicionamento individual de cada nação africana sobre o tema da integração e como lidar com mudanças de regimes que atrapalhem o aumento da integração, para, por fim, o guia elencar questões a ponderar sobre a exposição da temática e fomentar o debate.

Entretanto, ainda que o guia apresente um cenário complexo no que diz respeito à integração e à manutenção da estabilidade regional no continente africano, é importante frisar que a construção estatal, a integração e a solução de crises são

[25] Entende-se por lideranças africanas, chefes de Estado africanos, civis ou militares, que construíram as instituições de seus respectivos Estados, bem como as organizações internacionais da África, como a União Africana (Visentini, Ribeiro, e Pereira 2014).

processos coletivos. As lideranças africanas souberam lidar no passado com problemas semelhantes e, atualmente, enfrentam uma situação mais controlada que anteriormente, demonstrando o grau de amadurecimento e solidez jurídico-institucional que o cenário político africano atingiu.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O processo de construção estatal na história de qualquer nação não é um caminho linear e constante, mas carregado de mudanças, muitas vezes, abruptas, como revoluções, golpes de Estado, transformações no tecido social, lutas pelo poder etc. Na história das modernas formações estatais africanas não foi diferente, haja vista que a maioria delas não completou 100 anos de independência política, e muito menos tempo de uma maior autonomia econômica, para aquelas nações que conseguiram se emancipar dos antigos laços que mantiveram com as antigas metrópoles típicas do neocolonialismo[26]. Da combinação de elementos pré-coloniais e do imperialismo europeu, surgiram 55 Estados africanos ao longo do século XX que tiveram de conciliar a construção de um jovem Estado com o desenvolvimento econômico e a estabilidade política. Neste processo, a dinâmica de crescimento sempre incorre na disputa pelo poder que, não raramente, leva a

[26] O neocolonialismo é um termo cunhado pelo teórico e líder político ganense Kwame N'Krumah, que define o fenômeno econômico como a manutenção de laços de dependência que muitas ex-colônias africanas mantiveram com suas antigas metrópoles, mesmo após a conquista da independência política. Diferente do imperialismo dos anos 1880-1940, o neocolonialismo se caracteriza pela manutenção do controle de vários aspectos das economias africanas, sem necessitar de um controle político direto (N'Krumah 1967).

mudanças de regime que podem alterar todo o conjunto de relações de uma sociedade política: reorientação da política externa e econômica, supressão de direitos civis, abusos de poder, violação dos Direitos Humanos, agressão externa, perseguição das antigas elites políticas e seus apoiadores etc. No entanto, nas subseções seguintes, argumentar-se-á que mesmo que golpes de Estado tenham voltado ao cenário africano, as novas instituições e regimes da África se apresentam mais preparadas que no século XX (Meredith 2017).

2.1 A construção do Estado na África, o Pan-Africanismo e a OUA

A construção do Estado no continente africano pode ser resumida em uma dialética entre unidades embrionárias estatais anteriores à interferência externa e a imposição de um aparato estatal importado pelo imperialismo europeu. Até meados do século XIX, a África dispunha de algumas unidades proto-estatais, como o Império da Abissínia e o sultanato do Egito otomano, contudo, nenhuma delas tinha estímulos para o desenvolvimento da esfera pública, como por exemplo, a noção de fronteiras que delimitassem o começo de um domínio e o fim de outro, desincentivando a criação de Forças Armadas organizadas que assegurassem o império da lei internamente e a projeção do poder externamente. É imperativo pontuar, no entanto, que estes aspectos são parâmetros do modelo europeu, que foi ampliado e imposto a todos os continentes do mundo com o início da segunda onda colonial europeia do século XIX. Desta forma, os Estados que atualmente formam o continente africano são o resultado da

dialética entre as unidades políticas rudimentares pré-existentes e o colonialismo europeu (Hobsbawm 2011).

A partir desta combinação de elementos, a tática europeia para colonizar o continente consistia em endividar tais unidades políticas rudimentares mediante investimento direto, empréstimos e comércio externo e, uma vez que a dívida se tornava impagável, as elites clânicas eram aliciadas pelos colonizadores, a soberania era suprimida e toda uma estrutura burocrática e racional, importada do modelo europeu, era montada para atender aos interesses estrangeiros, isto é, pagar a dívida anterior e ter acesso a matérias-primas do interior do continente. Esta estratégia foi replicada a muitas unidades políticas africanas que tinham uma elite governante melhor estruturada, como nos casos de Marrocos, Argélia e Tunísia (Visentini, Ribeiro, e Pereira 2014).

Neste processo de construção estatal no continente africano, é mister sublinhar a diferenciação da colonização que ocorreu na África de outros lugares e períodos. Primeiramente, a colonização da África como um todo, de maneira geral, é diferente da colonização que ocorreu no continente americano entre os séculos XVI e XVIII. A colonização americana foi caracterizada pela assimilação, ou extermínio em alguns casos, da população nativa, pelo povoamento europeu e, em outros casos, pela importação de mão de obra escrava; entrementes, a colonização africana[27] teve como característica principal o baixo povoamento europeu e um maior controle sobre as populações autóctones, monopólio do

[27] Importante diferenciar que no processo de colonização, os europeus se utilizaram de colônias de administração direta, como no caso da Argélia pelos franceses, e de protetorados, que tinham certo grau de autonomia, mas operavam como um Estado cliente da metrópole, como no caso da África do Sul pelos ingleses (Carreras 1985).

acesso à terra produtiva, proletarização dos habitantes locais, construção de mercados artificiais de escoamento e criação de oportunidades de investimento em infraestrutura para ter acesso às riquezas do continente (Visentini, Ribeiro, e Pereira 2014).

O imperialismo europeu na África, grosso modo, se concentrou no período de 1885 a 1945, quando a geografia política da África se dividia em unidades administrativas coloniais de Grã-Bretanha, França, Bélgica, Itália e Portugal. Após 1945, entretanto, uma série de emancipações ocorreu pela África afora, haja vista que, finda a Segunda Guerra Mundial na Europa, as potências imperialistas estavam endividadas e com uma economia em reconstrução, e, desta forma, não tinham como gerir seus respectivos domínios ultramarinos. Um ano marcante para a África no pós-guerra foi 1960, conhecido como o Ano Africnao, quando 16 nações africanas conquistaram a independência. Neste contexto, o processo de descolonização era inevitável, forçando as potências europeias a tentar, ao menos, negociar o processo de independência política, mas ainda mantendo laços de dependência econômica entre metrópole e ex-colônia (Meredith 2017).

Todavia, a descolonização na África não foi um processo homogêneo e simultâneo. Houve, na verdade, ondas de descolonização de 1945 até meados da década de 1970. Nas ex-colônias britânicas e francesas, elites locais e ex-metrópole comungaram que um único grande partido de massas concentrasse e conduzisse o processo de emancipação (Wallerstein 2005a). Observando-se em perspectiva, a maioria das independências africanas aconteceu mediante conciliação com a metrópole, ou seja, de maneira pacífica. Casos de luta armada anticolonial, porém, podem ser destacados nas colônias portuguesas (1961-1975), no

Zimbábue (1965-1980), na República Democrática do Congo (RDC) (1960-1965), no Quênia (1952-1960), na Argélia (1954-1962), entre outros (Cardoso 2020).

Somado aos movimentos de luta anticolonial, havia, igualmente, um outro movimento político-intelectual que fomentou, mesmo antes de 1945, as independências e a soberania na África. Tratava-se do Pan-africanismo, um movimento político e social que surgiu entre os descendentes de africanos do Caribe e dos Estados Unidos no último quartil do século XIX. A princípio, o movimento era uma maneira de integrar a comunidade negra no continente americano, todavia, acabou tomando proporções de uma ideologia nacionalista orientada para a libertação da África (Cardoso 2015). No continente africano, o Pan-africanismo foi um movimento importante de luta pela descolonização, e teve como expoentes Kwame N'Krumah e Léopold Senghor, líderes políticos que ulteriormente auxiliaram a construir a Organização da Unidade Africana (OUA) (Visentini, Ribeiro e Pereira 2014).

Entretanto, o Pan-africanismo e o movimento anticolonial na África não eram um movimento único, tendo em vista que diferentes visões formaram um debate de como conduzir o processo de desenvolvimento político e econômico dos novos Estados emancipados. De um lado, havia um grupo de Estados, o Grupo de Casablanca, que defendia a completa ruptura com os laços entre ex-colônia e ex-metrópole, buscando um desenvolvimento soberano; de outro lado, havia um grupo de Estados, o Grupo de Monróvia, que defendia um desenvolvimento em parceria com a ex-metrópole, mantendo laços de intercâmbio econômico e político (Visentini, Ribeiro e Pereira, 2014).

A despeito de tais diferenças, porém, os 32 Estados africanos independentes em 1963 fundaram, juntos, a OUA, uma organização intergovernamental que promovia o processo de emancipação e desenvolvimento dos Estados africanos de maneira conjunta. Em linhas gerais, os propósitos da organização eram: "(i) promoção da unidade e solidariedade entre os Estados Africanos; (ii) coordenação e aprofundamento da cooperação regional; (iii) defesa da soberania, integridade territorial e independência; (iv) fim do colonialismo na África" (Visentini et al., 2018, 11).

No entanto, de maneira contraditória, a OUA teve de conciliar um ponto progressista e um ponto conservador ao mesmo tempo. Progressista por um lado, porquanto, por meio de seus objetivos, procurava desenvolver, integrar e cooperar com todos os Estados africanos que os representavam. Por outro lado, a OUA legitimou as fronteiras legadas pelo imperialismo europeu. Esta chancela era ansiada pelas elites locais que se formaram durante o período da interferência europeia, mantendo seu poder e negociando uma dependência econômica com as ex-metrópoles (Visentini, Ribeiro, e Pereira 2014). Este aspecto conservador foi uma vitória do Grupo de Monróvia, prevalecendo a não ingerência em assuntos internos dos Estados-membros. Neste contexto, a OUA, ao longo da segunda metade do século XX, foi questionada pela comunidade internacional, justamente, por ser apática em relação a golpes de Estado, mudanças de regime, repressão e autoritarismo entre 1960 e 1980 em vários Estados associados à organização (Cardoso 2020).

De fato, a OUA era incapaz de interferir nos assuntos internos de seus Estados-membros, gerando críticas tanto dentro da organização, quanto externamente. Mudanças de regime ocorreram

ao longo de todo o século XX em diferentes Estados africanos e suas causas são complexas e únicas de cada nação. O Estado é palco político da disputa pelo poder, com diferentes grupos políticos tentando atingir o monopólio do uso legítimo da força e o controle dos meios econômicos. Normalmente, no entanto, as mudanças de regime na África foram de dois tipos: (i) intervenção externa ou (ii) golpe militar. No primeiro tipo, o chefe de Estado é derrubado com auxílio de potências estrangeiras, como foi no caso da deposição de Patrice Lumumba em 1960, primeiro-ministro da República do Congo (atual RDC). No segundo tipo, grupos de oficiais, muitas vezes jovens de baixa patente, eram influenciados por ideologias nacionalistas e/ou socialistas, a tomarem o poder do Estado em nome do desenvolvimento da nação e a construção da soberania, como foi o caso do Egito em 1956, da Líbia em 1969, da Etiópia em 1974 e de Burquina Fasso (1983), para citar alguns exemplos (Visentini, Ribeiro e Pereira 2014).

No primeiro tipo, a soberania do Estado era limitada, a política externa era reorientada para atender aos interesses da potência estrangeira e, por consequência, a economia se tornava dependente de uma metrópole extracontinental, algo característico do neocolonialismo europeu. Este é o caso mais evidente das interferências da França em vários Estados da África central e ocidental, espaço de influência francesa conhecido como Françafrique. No segundo tipo de mudança de regime, o novo governo buscava estabelecer uma política externa independente das grandes potências e uma política econômica mais alinhada com o desenvolvimento autônomo. Entretanto, tal reorientação de política externa e econômica não redundava em sucesso infalível. Se em um primeiro momento, de 1945 a 1981, os Estados que

conseguiram empregar uma política externa independente e uma política econômica desenvolvimentista, logo, enfrentaram severas restrições no Balanço de Pagamentos de 1981 a 2000 devido aos choques do petróleo de 1973 e 1979 e ao choque dos juros de 1979-1981 (Arrighi 2006; Droz e Rowley 1993).

O mesmo processo de crise de dívida, estagnação e inflação que ocorreu na América Latina na década de 1980, ocorreu, igualmente, nas economias africanas. Porém, enquanto as economias latino-americanas já eram, relativamente, maduras, as economias, sociedades e Estados africanos ainda estavam em construção. Os anos de 1980 e 1990 são conhecidos como os Anos Perdidos da África, somando a crise econômica, a crise hídrica no Sahel e as guerras civis pós-libertação das últimas colônias africanas em um cenário de desestabilização geral do continente. O período também coincide com a ascensão do neoliberalismo na economia internacional, forçando a abertura dos mercados africanos a um contexto de competição agressiva que as economias da África não estavam preparadas (Arrighi 2006; Droz e Rowley 1993).

A partir de 1991, o cenário de crise se agravou com o fim da Guerra Fria e do sistema bipolar, uma vez que a África, assim como muitas regiões do Terceiro Mundo, perdeu seu valor estratégico[28], fazendo com que grupos subestatais, como milícias e grupos terroristas, desestabilizassem ainda mais as frágeis estruturas estatais das nações africanas. A epítome deste processo, porventura, seja a situação de guerra civil e convulsão social generalizada na Somália em 1991, logo após a queda do presidente

[28] Com o fim da Guerra Fria e o início do momento unipolar dos EUA em 1991, o continente africano perdeu seu valor estratégico, uma vez que a URSS neste momento se retira da disputa política no cenário africano (Cardoso, 2020).

Siad Barre, que permaneceu no cargo por vinte anos (Cardoso 2020). Desta forma, a África entrava no século XXI com perspectivas pouco animadoras.

2.2 A conjuntura internacional no século XXI e a criação da UA

Apesar da sucessão de crises nos anos 1980 e 1990, os anos 2000 foram um período de reconstrução e crescimento para a maioria das nações africanas. Embora ainda mantivessem rendas nacionais baixas, as taxas de crescimento econômico das nações africanas, no século XXI, estão entre as maiores do mundo. A razão desta reviravolta foi a solução, pelo menos parcial e paliativa, das crises que ocorreram nas duas décadas anteriores. Os juros internacionais estabilizaram e o acesso à poupança externa se mostrou atrativo novamente; as guerras civis de Angola, Etiópia, Libéria, Moçambique, Namíbia, Serra Leoa, Somália e RDC (Guerra Mundial Africana) arrefeceram; e, por fim, a estiagem da região do Sahel foi controlada (Visentini, Ribeiro e Pereira 2014).

Estes três fatores, entretanto, não se resolveram sozinhos, na verdade, dependeram da vontade política e de cooperação entre os Estados africanos. Na virada do século, ficou claro que as organizações regionais da África, sobretudo a OUA, tinham falhado em sua missão de promover o desenvolvimento e a estabilidade no continente. Neste sentido, a OUA foi reestruturada na União Africana (UA), em 2002, encabeçada pelos líderes de potências regionais da África: Muammar Gaddafi da Líbia, Thabo Mbeki da África do Sul e Olusegun Obasanjo da Nigéria. Novamente, trata-se de uma organização intergovernamental que, desta vez, reúne as 55

nações[29] independentes da África e, ademais, dispõe de maior autonomia e poderes sobre seus membros. De fato, a organização ainda depende da participação ativa de seus membros, mas a inércia em relação aos assuntos internos de seus participantes foi abandonada em nome da estabilidade política do continente. Inegavelmente, o problema mais grave identificado pelas elites intelectuais africanas foram os golpes de Estado que, normalmente, eram seguidos por conflito interno e violação dos Direitos Humanos que, não raramente, transbordavam as fronteiras e impactavam os demais Estados africanos. Desta forma, dois mecanismos fundados junto à UA foram de suma importância para a promoção da estabilidade na África: (i) a suspensão de associação para membros que descumprirem a Carta da organização e (ii) a possibilidade de enviar esforços de missão de paz para controlar guerrilhas, guerras civis e focos de atuação de grupos terroristas e insurgentes (Visentini et al. 2018).

Inegavelmente, desde 1990, o número de golpes de Estado caiu em comparação ao período anterior[30] e, após a criação da UA, houve um fortalecimento das instituições democráticas na África. Pesquisadores e cientistas políticos ainda discutem os motivos deste fortalecimento. Por um lado, é inequívoco o amadurecimento das instituições africanas, sobretudo, no aspecto multilateral. Além de a Carta da UA de 2001 instar os governos ilegítimos a se democratizarem, três outros mecanismos de fortalecimento do império da lei foram criados pós-2002: (i) em 2003, foi criado o

[29] Destes, seis Estados estão suspensos da organização, sendo eles Burquina Fasso, Gabão, Guiné, Mali, Níger e Sudão. Esta informação foi coletada no dia 13 de julho de 2024 e será adotada no dia da simulação (African Union, 2024).

[30] Antes de 1990 foram 63 golpes ao todo, enquanto que entre 1990 e 2020 eram apenas 10 (Bolarinwa 2023).

Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares (APRM, na sigla em inglês), ferramenta que possibilita o auxílio de observadores internacionais da UA na lisura do processo eleitoral; (ii) em janeiro de 2007, na 8ª Cúpula da UA, formalizou-se a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança (ACDEG, na sigla em inglês); (iii) e, finalmente, em janeiro de 2011, dentro da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), foi criada a Arquitetura de Governança Africana (AGA), fomentando a boa governança em nível regional, mediante a UA e as demais organizações regionais africanas. Entretanto, por outro lado, a perda de valor estratégico da África pós-1991 fez com que a polarização política na sociedade civil e nas Forças Armadas arrefecesse. É seguro afirmar, portanto, que o fim da Guerra Fria e o início da unipolaridade trouxeram estabilidade política e redução de golpes na África (Bolarinwa 2023; Oko 2022).

Todavia, os mecanismos de suspensão da associação e de envio de tropas da UA têm um forte caráter paliativo, isto é, remediam uma situação que já ocorreu, são mecanismos ex post facto. Reconhecendo que golpes militares, via de regra, acontecem devido a uma disputa de poder interna, os líderes políticos africanos concordaram que era preciso precaver que situações como esta ocorressem. Sendo assim, é necessário combater a pobreza, a dependência externa, o baixo crescimento econômico e a seca perene. Para tal, a UA promoveu um programa de desenvolvimento chamado NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, na sigla em inglês), que visa atrair investimentos para o continente de maneira a desenvolver as estruturas basilares das economias da África. Diferentemente do que ocorreu no século XX, quando os

investimentos estrangeiros reforçavam uma economia radial[31] e extrativista, a NEPAD busca filtrar e selecionar os investimentos que gerarão empregos e renda e mais reterão seus frutos do que exportarão (Visentini et al. 2018).

Ademais, uma série de organismos regionais também foram criados no período de crise africana dos anos 1980 e 1990 para mitigar a estiagem e facilitar a cooperação política e econômica entre vizinhos contíguos. Neste contexto, três organismos regionais se destacam: a IGAD, a SADC e a ECOWAS. No Chifre Africano, região de maior impacto da seca, foi fundada a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês). A IGAD e seus membros identificaram que a insegurança doméstica e a seca eram as principais causas da instabilidade regional. Desde sua fundação em 1986, os projetos em infraestrutura de irrigação intrarregional e as missões de paz na Somália em conjunto com a UA surtiram efeito em diminuir a instabilidade regional e, igualmente, em evitar golpes de Estado e maior sensação de insegurança na região (Visentini et al. 2018). Na África Austral, em 1992, foi fundada a SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, na sigla em inglês) para incentivar a cooperação entre os Estados da região após o fim das lutas de libertação de Angola, Moçambique e Namíbia e das lutas contra o apartheid. A SADC tem como Estado-pivô a África do Sul, o polo econômico mais dinâmico da região e um dos mais dinâmicos do continente. Na África Ocidental, desde 1975, a ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África

[31] Economia radial no sentido de ser voltada para fora, no qual a maioria dos investimentos são feitos para infraestrutura de portos e transportes a fim de facilitar o escoamento de produtos à exportação, sobretudo, de matérias-primas.

Ocidental, na sigla em inglês) tenta integrar as economias regionais, tendo a Nigéria como Estado-pivô da região e uma árdua missão de integrar economias que ainda são fortemente atreladas a ex-metrópole francesa (Visentini et al. 2018).

No entanto, a despeito de muitos avanços institucionais no século XXI, os golpes de Estado voltaram ao cenário político do continente na década de 2020. Dois fatores parecem ser preponderantes para explicar este fenômeno: (i) a promessa da democracia falhou em atingir seus objetivos de desenvolvimento (Okon 2022) e (ii) a África voltou a ser um palco de disputa das Grandes Potências. De 1991 a meados de 2010, o fim da Guerra Fria e a unipolaridade estadunidense impuseram o modelo da democracia ocidental como o único caminho ao desenvolvimento. Isto ficou muito claro na virada da década de 1980 a 1990, com o Consenso de Washington e o Programa de Ajuste Estrutural das instituições de Bretton-Woods (Kim 1998; Paul e Tan 2003). Contudo, as estruturas sociais e políticas das nações africanas eram, e ainda são, diferentes das estruturas ocidentais. A promessa da democracia em várias nações africanas no século XXI era a de erradicar as mazelas da insegurança humana (Okon 2022).

Diferentemente do desenvolvimento dos Estados europeus, os Estados africanos se desenvolveram mediante o prisma da segurança humana[32], isto é, ameaças tangíveis e intangíveis no interior do Estado são mais prementes que o adversário externo (Thakur 2006; Tigerstrom 2006; UNDP 1994). Porém, para o africano médio, o pertencimento a uma etnia é um

[32]Parte da teoria da segurança humana, que se divide em segurança econômica, segurança política, segurança alimentar, segurança sanitária, segurança comunitária, segurança ambiental, segurança pessoal (UNDP 1994; Thakur 2006; Tigerstrom 2006).

fator sociológico mais relevante que o pertencimento a um Estado e, na verdade, boa parte da sociedade civil africana reconhece o Estado como um aparato de dominação e luta interétnica, sobretudo, na figura da instituição das Forças Armadas (Kisaka e Nyadara 2019; Ugoh 2008). Desta forma, o executivo das jovens democracias africanas cresceu com força, agindo muitas vezes de maneira arbitrária, entrementes o legislativo era deixado a reboque e inexpressivo em vários casos. Nesse sentido, o grupo político que controla o executivo, em muitos casos, controla o país. Não por acaso, os golpes de Estado na África requerem pouca mobilização de tropas, variando o efetivo necessário de 60 a 500 homens para realizar tal operação, o suficiente para render a capital e controlar os meios de comunicação. Ademais, com uma economia ainda em desenvolvimento, os golpes de Estado na África eram visto pelas Força Armadas como uma maneira de rápida ascensão social, buscando controlar o excedente econômico da nação em um espírito de rent-seeking[33] (Okon 2022).

Neste sentido, a instituição das Forças Armadas na África é, de fato, a instituição mais sólida e tradicional entre a maioria dos Estados africanos, justamente por ser uma instituição que preza pela sobrevivência do Estado doméstica e internacionalmente (Wallerstein 2005b). Por fim, outro fator preponderante no retorno dos golpes de Estado na África foi, de fato, a volta da importância estratégica do continente para as Grandes Potências. De acordo com Bolarinwa (2023, 20):

[33]Teoria econômica que argumenta que, quando um grupo social manipula o ambiente social ou político de uma economia por meio da legislação, obtém renda às dispensas do restante da população (De Souza, 2009).

> Infelizmente, no entanto, o ressurgimento de golpes na África no século XXI tem sido atribuído a muitos fatores, como pobreza, má governança, liderança deficiente e corrupção, mas, mais importante, a um retorno ao período em que golpes, revoluções e mudanças de regime eram usados como instrumentos de competição geopolítica e rivalidade entre os EUA e a OTAN e a Rússia e a China no continente africano.

Os golpes no Sahel na década de 2020 evidenciam uma disputa clara entre a Rússia, representada pelo Grupo Wagner[34], e a França, antiga potência colonial e que continua a atuar como gendarme de sua zona influência na África Central e Ocidental, a Françafrique[35]. Não obstante, um fator interveniente pode ser elencado para o aumento dos golpes de Estado, sobretudo na região do Sahel: o desmembramento do Estado líbio. Após 2011, o arsenal líbio de armas de infantaria e artilharia caiu na mão de organizações subestatais que desestabilizaram vários governos do Sahel, como o caso do Chade, Níger, Mali e Sudão (Okon 2022).

Porém, a solução para esta nova rodada de golpes na África pode estar mais ao alcance do que no passado. Unindo medidas de desenvolvimento a mecanismos de punição intrarregional, os Estados da África gozam, a partir dos anos de 2010, uma situação

[34]Importante pontuar que o Wagner é um grupo mercenário russo, ou seja, uma empresa privada que, entretanto, não tem laços formais com o governo russo. Porém, é incontroversa a ligação entre a política externa de Moscou e a atuação do Wagner mundo afora, da mesma forma que a atuação externa de companhias mercenárias estadunidenses seguem a política externa de Washington. Isto, em Relações Internacionais, é chamado de negação plausível, quando uma projeção de poder de um Estado pode ser negada de maneira plausível caso descoberta e/ou malograda (BBC 2023).

[35] De certa forma, a África Central e Ocidental são a principal zona de influência francesa, uma espécie de último respiro do império que um dia a França foi (Okon 2022).

de maior estabilidade e crescimento econômico quando comparado a outros períodos de sua história recente. É inegável que o processo de construção estatal das nações africanas está inconcluso, mas lições foram aprendidas e avanços foram feitos (Bolarinwa 2023; Okon 2022).

Tendo isto em vista, a prevenção e a remediação das mudanças de regime na África podem se tornar um círculo virtuoso de políticas. Dito de outro jeito, as políticas de prevenção, como incentivo do desenvolvimento mediante a integração, e as políticas de remediação, como a suspensão de associação da integração, culminaram em um aumento da integração continental da África. O maior exemplo disto foi, em 2018, a criação da maior área de livre comércio do mundo, a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA, na sigla em inglês). A AfCFTA é uma extensão natural dos propósitos fundadores da UA, caminhando gradativamente para uma maior união entre os Estados africanos, tanto política quanto economicamente. Entretanto, há muitos desafios pela frente (União Africana 2018).

Em primeiro lugar, uma área de livre comércio é apenas o primeiro passo para a integração, constituindo-se em um mecanismo de comércio regional de difícil administração. Cada economia pode manter tarifas externas para mercadorias diferentes, mas não pode praticar tarifas dentro do bloco. O problema, todavia, é saber quais mercadorias foram feitas dentro do bloco e fora dele, haja vista que um Estado pode se aproveitar dos benefícios alfandegários, importar produtos baratos e exportar para concorrentes intra-bloco. Logo, administrar uma área de livre comércio, ainda mais uma que é continental, requer uma burocracia independente e eficiente para fiscalizar as transações extra e intra-

bloco. De fato, este imbróglio poderia ser resolvido se o nível de integração na África atingisse o próximo passo: constituir uma união aduaneira. Porém, isto acarretaria em um novo entrave, uma vez que a discussão política para unir diferentes mercados sob uma mesma tarifa externa comum poderia ser muito custosa e demorada. Ademais, economias mais dinâmicas e industrializadas do continente, como África do Sul e Nigéria, poderiam desequilibrar a economia do continente, desindustrializando as demais economias e concentrando empregos e renda (Mutahi; Mudibo, 2021).

Em segundo lugar, a AfCFTA, embora tenha sido assinada por quase todos os Estados africanos[36], ainda precisa da ratificação de economias importantes do continente, como a Líbia, Sudão e Sudão do Sul, algo problemático, porquanto cada um desses Estados enfrenta situações de guerrilha e disputa pela legítima representação internacional. Por fim, mesmo que a área de livre comércio tenha entrado em vigor e as trocas aumentem dentro continente nos próximos anos, isto ainda não supera o caráter radial que as economias africanas sempre tiveram e ainda têm. Aumentar o comércio entre as economias africanas é um passo importante para superar a dependência externa, mas enquanto um hinterland econômico[37] não for criado no interior do continente, mediante investimentos em infraestrutura e em bens de capital, um acordo de

[36] A Eritreia é o único Estado africano que não assinou o acordo de livre comércio, por estar em estado de guerra com a Etiópia desde sua independência em 1993. Apesar do acordo de paz assinado em 2018, a inércia e letargia do governo eritreu para assinar o acordo de livre comércio confirmam o status de nação isolada no continente africano (Mutahi; Mudibo, 2021).

[37] Hinterland econômico é o interior ainda em desenvolvimento de uma economia (De Souza 2009).

livre comércio, por si só, não levará a um aumento da integração e do desenvolvimento africanos (Mutahi; Mudibo, 2021).

3. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A União Africana possui tanto um mecanismo de suspensão quanto um mecanismo de intervenção militar em seus Estados-membros. No entanto, nos últimos cinco anos, o mecanismo de suspensão foi amplamente empregado nos países do Sahel, podendo gerar consequências negativas para a integração regional africana. Este capítulo visa analisar a história e o funcionamento destes mecanismos, bem como as consequências das mudanças de regimes no chamado cinturão de golpes dos países do Sahel e as subsequentes suspensões.

3.1 Os mecanismos de suspensão de Estados-membro em caso de violação da ordem democrática e intervenção em caso de crise humanitária

De acordo com o artigo 30 do "Ato Constitutivo da União Africana" (2000,19), a UA possui a autoridade para suspender um Estado-membro caso seu governo vigente tenha ascendido ao poder mediante meios inconstitucionais, até que este retorne à conformidade com as diretrizes democráticas estabelecidas pela organização. Além disso, conforme estipulado no artigo 4 do "Protocolo Sobre o Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da União Africana" (2002, 8), o Conselho de Paz e Segurança da UA tem a capacidade de intervir militarmente em seus Estados-membros em circunstâncias graves, como crimes contra a

humanidade, genocídio ou crimes de guerra. Cada Estado-membro também tem o direito de solicitar a intervenção da UA para restaurar a paz e a segurança, tanto em seu próprio território quanto no território de outro Estado, sujeito à aprovação da Assembleia da UA. Assim, a UA possui amplos poderes para agir em casos de emergência humanitária ou violação da ordem democrática no continente (Omorogbe 2011).

Em resposta aos fracassos enfrentados pelas operações militares das Nações Unidas (ONU) no continente durante a última década do século passado, em particular os casos de Ruanda em 1994, e da Somália, em 1993, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) da UA foi estabelecido para conferir maior autoridade de intervenção e suspensão à UA, em comparação com sua predecessora OUA, possibilitando que os chefes de governo do continente ajam com maior determinação quando necessário (Omorogbe 2011). No entanto, é importante ressaltar que o CPS não opera independentemente ou sem supervisão da ONU. O artigo 17 do "Protocolo Sobre o Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da União Africana" (2002, 26) deixa claro que o Conselho deve "cooperar e trabalhar em estreita colaboração" com o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

3.1.1 O Caso do Marrocos e Saara Ocidental sob a OUA

A OUA detinha menos poderes em comparação com a UA e, consequentemente, realizou um número limitado de intervenções militares ou suspensões ao longo de sua história (Omorogbe 2011). A única ocorrência registrada de um Estado se retirar da organização aconteceu em 1984, quando o Marrocos

voluntariamente optou por deixar a OUA. Esta ação foi motivada pelo reconhecimento, por parte da OUA, da Frente Polisario como a autoridade legítima do Saara Ocidental, em 1982 (Visentini et al. 2018). O reconhecimento da República Árabe Saaraui Democrática pela UA continua nos dias de hoje, como postulado por Rawhani (2018, 22): "O Ato Constitutivo da UA é explícito quanto ao status da RASD na organização: reconhece seu presidente como chefe de Estado do Saara Ocidental; e, como Estado-membro, sua soberania não deve apenas ser respeitada, mas também protegida".

Durante a década de 1970, o Marrocos enfrentou um período de grande instabilidade política, marcado por dois golpes de Estado e diversas tentativas de rebeliões. Nesse contexto, o rei Hassan II buscava consolidar o prestígio da monarquia e unificar as forças políticas do país. Com esse propósito em mente, o monarca, junto de Moktar Daddah, iniciou uma campanha de pressão militar e diplomática sobre os espanhois para que se retirassem do Saara Ocidental (Zartman 1987). Esta região, então uma colônia da Espanha, era habitada por árabes e berberes. De acordo com Rawhani (2018), a Frente Polisario aspirava à independência da Espanha, porém, rejeitava a integração ao Marrocos, preferindo estabelecer um Estado independente para os povos árabes e berberes nativos. O Marrocos, em contrapartida, reivindicava o Saara Ocidental como sendo parte fundamental de seu território e historicamente ligada ao Marrocos, nomeando a região de "Províncias do Sul".

Após a retirada militar da Espanha em 1975, o Marrocos, em conjunto com a Mauritânia, procedeu à divisão e anexação da ex-colônia espanhola. Esta operação desencadeou a Primeira Guerra do Saara Ocidental, na qual a Frente Polisario travou uma guerra de

guerrilha contra os dois países ocupantes, persistindo até 1979, no caso da Mauritânia, quando esta se retirou da região, e até 1991, no caso do Marrocos. Entretanto, a ocupação do Saara Ocidental revestia-se de maior importância para este último. Embora bem-sucedido na ocupação, o governo marroquino enfrentou o ônus diplomático de manter uma ocupação controversa na região, uma vez que a preservação da integridade territorial do Marrocos tornou-se a principal fonte de prestígio para o rei (Zartman 1987).

Sob pressão de diversos países, especialmente da Argélia, a OUA declarou apoio à causa do povo saaraui e reconheceu a Frente Polisario como o governo legítimo do Saara Ocidental, admitindo-a na organização em 1982. Em resposta, o Marrocos optou por se retirar da OUA em 1984. O Marrocos ainda reconhece o Saara Ocidental como parte de seu território, apesar das diversas resoluções da ONU e opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça (CIJ) apoiarem a criação de um referendo para decidir o destino do povo saaraui (Rawhani 2018).

Já no âmbito da UA e não mais da OUA, nos últimos dez anos, a UA readmitiu Marrocos, um país que pratica uma ocupação ilegal e colonial no Saara Ocidental, impedindo a expressão democrática do povo saaraui. Ao mesmo tempo, a UA suspendeu seis Estados sahelianos que passaram por golpes anti-neocoloniais, justificando essas suspensões pelo não cumprimento dos padrões democráticos da organização (Peyton e Onuah 2023). Essa dualidade de ações evidencia a incongruência na atuação da UA, que adota critérios diferentes ao lidar com questões de democracia e ocupação territorial.

3.1.2 A atuação inconsistente da UA acerca do Marrocos e Sahel

O Marrocos possui uma das maiores economias da África, totalizando um PIB de US$ 152,541 bilhões em 2017 (FMI 2019), e classificando-se como a 6ª maior economia do continente no mesmo ano. Por meio de sua economia robusta, acordos bilaterais e multilaterais e participação em organizações internacionais e blocos de livre comércio, como a Liga Árabe, a União do Magrebe Árabe, a Organização para a Cooperação Islâmica e a Comunidade dos Estados do Sahel-Saarianos, o Marrocos continuou a integrar sua economia com outros Estados africanos, mesmo estando fora da UA por 30 anos. No entanto, impulsionado por uma série de mudanças na geopolítica global e pela oportunidade de legitimar diplomaticamente sua ocupação no Saara Ocidental, o governo marroquino começou a buscar a adesão como Estado-membro da UA (Rawhani 2018).

De acordo com Rawhani (2018), entre 2013 e 2017, o Marrocos empreendeu um extenso esforço de persuasão diplomática perante os líderes africanos para obter apoio à sua adesão à União Africana. Como parte dessa estratégia, o rei Mohammed realizou viagens para países de todas as regiões da África, assinando uma série de acordos de investimentos industriais. Além disso, o Marrocos firmou 21 tratados bilaterais de investimentos em Estados do continente, até mesmo investindo na indústria de fertilizantes da Etiópia, que utiliza fosfato marroquino extraído de minas do Saara Ocidental (Rawhani 2018, 16). O montante total dessas iniciativas alcançou bilhões de dólares em investimentos. Como resultado desse empenho, a maioria dos países africanos votou a favor da adesão do Marrocos à UA, mesmo

com a forte oposição da Argélia e da África do Sul, cuja oposição baseava-se na questão da ocupação do Saara Ocidental ter permanecido sem solução, e sem que qualquer concessão do Marrocos fosse exigida para os Saarauis para que ele ingressasse na organização (Rawhani 2018).

Passados sete anos da admissão do Marrocos à UA, nenhuma pressão por parte da UA foi feita visando a uma solução do conflito na área. Ao contrário, a Assembleia da UA elegeu o Marrocos para o Conselho de Paz e Segurança da organização em 2018, que subsequentemente limitou o escopo operacional do Conselho na Missão da ONU para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO), alegando que "os esforços liderados pela UA eram enviesados" (ReliefWeb 2018), criando um perigoso precedente para outras operações. A decisão da UA em readmitir o Marrocos, que, além de não possuir legitimidade internacional em sua ocupação do Saara Ocidental, simultaneamente diminui o escopo das operações da própria UA, mostra uma falta de estratégia e visão conjunta por parte da organização, como postulado por Rawhani:

> Readmitir um país que alguns percebem como o último colonizador da África [...], enquanto a ONU clama pela autodeterminação do Saara Ocidental, envia uma mensagem forte. Não está claro se a UA refletiu sobre essa mensagem ou seu significado. Além disso, o Marrocos retornou à UA como uma nação forte com uma agenda clara: tornar-se um líder africano e consolidar a soberania nacional. A UA, por sua vez, permanece como sempre foi (mesmo em sua iteração anterior como a OAU): incapaz de fazer cumprir a adesão a seus princípios de manter a unidade e respeitar a soberania quando as questões se tornam confusas e agendas fortes estão em jogo. É difícil dizer o que a falta de uma estratégia da UA

> para lidar com estados fortes significa para a organização (Rawhani 2018, 19).

A incongruência na atuação da UA com seus Estados-membros é ainda mais aguda em relação aos Estados do Sahel. A região do Sahel, que inclui países como Mali, Níger e Burkina Faso, tem enfrentado inúmeros problemas securitários nas últimas décadas, incluindo insurgências jihadistas e grande instabilidade política. A inabilidade dos governos democráticos pró-ocidente do Sahel em lidar com os conflitos locais, entre outras coisas, levou ao surgimento de um "cinturão de golpes militares" na região, afetando países como Burkina Faso, Guiné, Mali, Níger e Sudão (AINA s.d.). A UA suspendeu todos esses Estados-membros da organização nos últimos cinco anos, baseando-se no artigo 30 do ato constitutivo, dizendo aos seus membros para "evitarem qualquer ação que possa legitimar as juntas recém estabelecidas" (Peyton e Onuah 2023). Entretanto, os golpes de Estado, além de desfrutarem de grande apoio popular, eram de caráter anti-ocidental e anti-francês. As práticas neocoloniais francesas no Sahel e Oeste Africano acontecem extensivamente na política e economia desses países, em áreas como políticas monetárias, extração de recursos naturais e envolvimento de tropas e assessores franceses nos exércitos locais (Martin 1989).

A diferença de tratamento da UA, à primeira vista, é evidente. O Marrocos, com uma postura nacionalista voltada para o fortalecimento nacional em detrimento de outros territórios africanos, sempre foi um aliado do Ocidente, mantendo excelentes relações com a Europa e sendo o primeiro país do mundo a reconhecer os Estados Unidos. A monarquia marroquina representa um bastião ocidental no norte-africano, diferenciando-se dos países

sahelianos por ter uma postura mais autônoma e, de certa forma, mais respeitada pelo Ocidente. Possuindo, inclusive, fortíssimos laços pessoais entre o monarca marroquino e os monarcas europeus. Por outro lado, os países do "cinturão de golpes", em situações neocoloniais, mudam de regime buscando um desenvolvimento autônomo, o que os levou a serem odiados pelo Ocidente. A impressão que se tem é que a UA está alinhada a essa dinâmica: se o Ocidente aprova, a UA fecha os olhos; se o Ocidente reprova, a UA reprime, sem considerar as consequências para a integração regional.

Segundo Edozie e Gottschalk (2014), o mecanismo de suspensão dos Estados-membros da UA é eficaz para manter a democracia em países que já são democráticos, ao prevenir mudanças inconstitucionais de governo. No entanto, os autores destacam que a UA carece de mecanismos, e até mesmo de vontade, para instaurar a democracia em Estados africanos não democráticos, pois o papel da UA não seria instaurar modelos de governança. Isso ajuda a entender a aparente incongruência nas ações da UA: readmitir Marrocos, que impede a democracia no Saara Ocidental, enquanto suspende Estados do Sahel por ascensões governamentais autoritárias. A lógica normativa subjacente é que a UA prioriza a preservação da democracia existente, mas limitando-se na promoção de novos regimes democráticos. A promoção da democracia como modelo de governo, portanto, cairia sob o escopo de OIs e ONGS, e não sob a UA.

3.2.1 As implicações dos mecanismos de intervenção militar processo de integração continental

"Não há paz sem desenvolvimento, não há desenvolvimento sem paz, não há paz e desenvolvimento sem direitos humanos" (Guterres 2018). A fala do Secretário-Geral da ONU demonstra grande parte da política oficial de segurança da UA. A UA possui um quadro institucional sofisticado para resolução de conflitos, que, apesar de subfinanciado, possui os poderes necessários para intervir em seus Estados-membros em casos extremos, principalmente após a criação da Força-Tarefa Africana (Omorogbe 2011).

De acordo com Oloruntoba (2020, p. 78), "As estimativas mostram que o estabelecimento da AfCFTA irá estimular as exportações totais da África em 4% (US$25.3 bilhões) e resultará em um aumento geral de 52% (US$34.6 bilhões)". Entretanto, segundo Oloruntoba (2020), esses rendimentos serão prejudicados caso os Estados africanos não sejam capazes de implementar as devidas políticas das quais são responsáveis. O autor mede a capacidade dos Estados de implementar políticas de integração econômica pelo Índice de Capacidade Africano (ACBF 2017, 2019a). Grande parte dos Estados com menores capacidades de implementar as políticas de integração são Estados assolados por conflitos. Por isso, a paz, as instituições de intervenção da UA, assim como o financiamento adequado das mesmas, são necessários para a integração continental.

O panorama securitário africano na primeira década do século XXI necessitava de intervenções de manutenção da paz devido ao grande número de conflitos e guerras civis no continente.

A UA, agora detendo os poderes e mecanismos necessários para empreendimentos dessa escala, surgiu como uma entidade com grande potencial para liderar tais missões (Omorogbe 2011). Contudo, apesar dessa capacidade institucional, a UA lidava com grandes limitações, principalmente no que tange aos recursos financeiros e militares, indispensáveis para efetivas operações de paz. Este dilema foi abordado de acordo com o "Relatório da Comissão Conjunta União Africana-Nações Unidas sobre Modalidades de Apoio às Operações de Manutenção da Paz da União Africana" (2008, 16), no qual foi decidido que a UA priorizaria a não intervenção em detrimento de intervenções mal executadas, resultando em uma relutância por parte da instituição em se envolver em operações humanitárias.

A falta de entusiasmo militar da UA, entretanto, não diminuiu a necessidade de alguma intervenção ser colocada em prática para lidar com os conflitos do continente. Consequentemente, a responsabilidade delas recaiu primordialmente sobre a ONU, que, em colaboração com a União Europeia, mobilizou recursos financeiros e militares para realizar tais operações no continente africano, sob consentimento da UA (Omorogbe 2011).

Entretanto, as operações militares lideradas pela ONU; como a MINUSCA, UNMISS, MONUSCO, MINUSMA, UNISFA e MINURSO; em grande parte, falharam em atingir seus objetivos securitários (Pinto 2024), o que sugere uma maior necessidade de ações militares feitas pela UA, principalmente caso a organização queira cumprir um de seus princípios: soluções africanas para problemas africanos, e dois de seus principais objetivos: paz e integração regional. Isso só acontecerá, entretanto, quando as

instituições de intervenção da UA forem propriamente financiadas e quando houver desejo político por parte dos membros da organização para arcarem com o financiamento e com as consequências diplomáticas e geopolíticas geradas pelas intervenções (Edozie e Gottschalk 2014).

3.2.2 As implicações do mecanismo de suspensão no processo de integração continental

Apesar do mecanismo de suspensão servir para manter a ordem democrática, como atingido com sucesso na restauração democrática da Mauritânia, Zimbábue, Togo, Níger, Madagascar, Guiné, Líbia e Costa do Marfim (Edozie e Gottschalk 2014), ele pode se tornar nocivo na medida em que um grande número de Estados são suspensos, como no caso do Sahel, dificultando a possibilidade de avançar planos conjuntos e aplicar políticas sob escala continental. Este caso é ainda mais acentuado quando os governos democráticos do Sahel estavam mais alinhados aos interesses neocoloniais do ocidente quando comparados às novas juntas autoritárias, que são muito mais populares do que os antigos regimes, e, como postulado por Edozie e Gottschalk (2014), pelo fato da UA não exercer grandes esforços de instauração da democracia em regimes autoritários que não tiveram mudanças inconstitucionais recentes.

Pelo artigo 30 do Ato Constitutivo da UA, governos que ascenderam ao poder mediante meios ilegítimos não podem participar das iniciativas da organização. Punições, ademais, podem ser aplicadas, como negação de vistos, sanções comerciais, suspensão de contatos intergovernamentais etc. Em um último

caso, a Assembleia da UA, se obtiver maioria qualificada de dois terços, pode autorizar uma intervenção em um Estado-membro, utilizando-se de tropas próprias da organização, composta de várias nacionalidades africanas. Estes procedimentos, neste sentido, podem, de fato, ser nocivos à maior integração na África (Bolarinwa 2023).

Tudo, entretanto, depende da escala e do escopo que o golpe de Estado ocorreu e o quanto a economia suspensa da UA representa para o todo do continente. Por um lado, no mundo jurídico, a supressão do devido processo legal no Estado de Direito pode ter graus de interpretação tanto para os doutrinadores do Direito quanto para a própria UA. Por exemplo, os recentes acontecimentos no Chade, no qual uma junta militar sucedeu o finado presidente Idriss Déby, foram considerados por juristas africanos como um golpe, de acordo com Bolarinwa (2023). Porém, a mudança de regime não foi reconhecida como um golpe pela UA, mantendo o status de associação do Chade. Por outro lado, seja a manutenção do Chade, seja a suspensão de Guiné, Níger, Burkina Faso, Sudão, Gabão e Mali, todas estas economias, combinadas, representam apenas 5,48% do PIB de toda a África.

É claro que excluir estes territórios da integração priva todo o continente de recursos naturais específicos, mas o montante de produção de riqueza que tais economias deixam de contribuir para o todo do continente é irrisório quando posto em proporção. Neste caso específico, fica claro que são os Estados suspensos que perdem com a não participação no processo de integração, e não o contrário. Portanto, a suspensão de associação de Estados que não cumprem o regimento da UA depende muito do quanto aquele determinado Estado pode contribuir com a integração do

continente (Bolarinwa 2023; Okon 2022). Neste sentido, é preciso olhar mais atentamente, caso a caso, aos eventos recentes que ocorreram no cinturão de golpes do Sahel.

3.3 Estudos de caso: as mudanças de regime de 2020-2024

De 2012 para cá, ocorreram 13 golpes de Estado em nove Estados africanos, sem mencionar a estranha sucessão chadiana em 2021[38]. O Mali teve golpes em 2012, 2020 e 2021; em 2013, na esteira da Primavera Árabe Hosbi Mubarak é derrubado no Egito; Robert Mugabe, presidente do Zimbábue por mais de trinta anos falece, e a sucessão presidental é interrompida pelos militares em 2017; os governos em Guiné, Níger e Chade caem no mesmo ano de 2021, e Burkina Faso, na sequência, em 2022 duas vezes, todos exemplos de golpes feitos por militares descontentes com a malograda luta contra o terrorismo jihadista. Por fim, o Sudão vive uma sucessão de golpes e guerra civil desde 2019, e Gabão, em 2023, sofreu um golpe de militar que retirou o clã político dos Bongo do poder (Bolarinwa 2023; Okon 2022).

De todos estes eventos, Guiné, Mali, Burkina Faso, Níger, Sudão e Gabão foram suspensos da UA, por entendimento daAssembleia de Chefes de Estado e de Governo de que o governo foi derrubado por meios ilegítimos. Apesar de os casos de Egito,

[38] Em 2021, Idriss Déby, presidente do Chade por trinta anos, acompanhou uma ofensiva militar no norte do país contra a Frente pela Alternância e Concórdia no Chade. Durante o confronto, o presidente ficou gravemente ferido, não resistiu e pereceu na sequência. Em seguida, uma junta militar dissolveu o parlamento e o governo, além de suspender a constituição. Aos olhos da UA, embora não seja um processo democrático, não houve uma quebra abrupta da ordem política, não incorrendo na suspensão de associação (Bolarinwa 2023; Okon 2022).

Chade e Zimbábue serem amplamente considerados golpes de Estado, a Assembleia entendeu que o processo interno ocorrido em cada um desses casos não se configura propriamente em uma ruptura de governo. A seguir, destrincham-se os casos de golpe, e suas subsequentes suspensões da UA, nos recentes casos de Guiné, Mali, Burkina Faso, Níger, Sudão e Gabão, golpes que ocorreram em um curto espaço de tempo desde 2020, sobretudo na região do Sahel. Embora seja tentador resumir tais golpes à nova disputa entre Rússia e França na África, é importante analisar cada caso e verificar a agência que atores locais também desempenham em tal processo político.

3.2.1 Sudão

Desde sua independência em 1956, o Sudão teve 19 tentativas de golpe de Estado, sendo 7 delas bem-sucedidas. Até 2011, quando da independência do Sudão do Sul, o Sudão era o maior país africano em termos de área e, desde sempre, foi de difícil administração para Cartum manter toda a extensão territorial, social e política do Estado de maneira coesa. Na realidade, desde a independência, as regiões do sul e de Darfur têm buscado emancipação de Cartum, além de disputas internas pelo controle da capital serem frequentes nos últimos setenta anos de história política do país (Cardoso 2020).

De 1989 a 2019, o país foi governado pelo presidente Omar al-Bashir, em um regime com pouca observância ao processo democrático. Em 2018, face ao aumento da crise econômica que o país vivia, agravada em grande medida pela perda da porção sul do país rica em petróleo, protestos começaram a eclodir pela capital

Cartum. Não tendo mais o controle da situação, em 2019, uma junta militar destituiu al-Bashir e declarou que um processo de dois anos restauraria a democracia. Este golpe, mais visto como uma revolução por algumas lideranças africanas, não chegou a ser motivo para suspensão do Sudão na UA, conquanto a organização condenasse a movimentação política (Cardoso 2020).

Todavia, devido a uma série de falhas de comunicação e incompetência administrativa, a relação entre civis e militares no governo de transição começou a paulatinamente se deteriorar entre os anos de 2019 e 2021, principalmente, no contexto do aumento da crise econômica com o início da pandemia de Covid-19. Desta forma, temendo o julgamento e a punição por abusos de poder assim que deixassem o cargo, os militares dissolveram o governo provisório que devolveria a democracia ao povo sudanês em 25 de outubro de 2021. Acompanhando a situação desde o princípio, a UA suspendeu o Sudão da organização no dia seguinte ao golpe. Conduzindo o país de maneira autoritária e errante, a política doméstica dos militares, liderados pelo Gal. Al-Buhran, irrompeu em uma guerra civil generalizada a partir de abril de 2023. Pelo lado da insurgência, Gal. Dagalo, ex-vice de Buhran, comanda as Forças de Suporte Rápidas, antigas milícias Janjaweed, as quais contam com o suposto envolvimento do Grupo Wagner (Kurtz 2024).

3.2.2 Mali

Enquanto o Sudão ainda é palco de disputa de influência por estar tomado por uma guerra civil, o Mali representou o primeiro golpe que o Ocidente enfrentou na região do Sahel. Historicamente, o Mali nunca teve uma tradição democrática e,

desde sua independência em 1958, passou por cinco golpes militares e longos períodos de Estado de exceção. Mais recentemente, em 2002, Amadou Toumani Touré foi o segundo presidente eleito de maneira democrática no país. Porém, em 2012, não conseguindo lidar com uma revolta tuaregue no norte da nação[39], militares descontentes com a atuação do presidente, o destituíram e, em 2013, recorreram ao apoio militar francês para suprimir a revolta no norte do país. Este primeiro golpe no século XXI era visto como algo endêmico à política do país por observadores externos e, contanto o apoio ao Ocidente não fosse questionado, as organizações internacionais e as potências europeias não condenaram os acontecimentos no Estado africano (Visentini et al. 2018).

A democracia no Mali foi restaurada, de maneira efêmera, entre 2013 e 2020, período em que Ibrahim Boubacar Keïta foi eleito presidente. Porém, a administração de Keïta não era bem recebida pela população, acumulando uma crise econômica, uma luta contra a insurgência tuaregue no norte do país, acusações de corrupção e má gestão da pandemia de Covid-19. Neste contexto, protestos mais intensos contra o governo começaram em 5 de junho de 2020. Em 18 de agosto, motivados pela insatisfação geral com o governo, oficiais militares se amotinaram em um quartel a 15 km da capital Bamako. Dirigindo-se a Bamako com veículos blindados, algumas centenas de soldados foram capazes de prender o presidente e o primeiro-ministro e dissolver o governo e o parlamento. Apesar de os militares terem declarado que devolveriam o governo aos civis

[39]Diferentes grupos compõem os revoltosos tuaregues, entre eles os braços da al-Qaeda e do Estado Islâmico no Sahel, armados, em grande medida, com os espólios da derrocada do Estado líbio (Visentini et al. 2018).

em um processo de transição de 18 meses, a UA rapidamente suspendeu o Mali da organização. A princípio, pesquisadores e analistas avaliam que este golpe de 2020 se tratou de uma movimentação autóctone de oposição ao governo de Keïta (Melly 2021).

Os militares no poder, liderados por Assimi Goïta, nomearam um presidente civil para conduzir a transição de 18 meses, enquanto Goïta permaneceu como vice-presidente. Entretanto, lentamente, Goïta e seus correligionários passaram a cercear o restante das instituições do país, realizando na noite de 24 de maio de 2021 um golpe dentro do golpe, encerrando o processo de transição e instaurando um regime autoritário de fato. O Mali, desta forma, passou a ficar ainda mais isolado na comunidade internacional, sendo suspenso pela ECOWAS e criticado pela ONU, UA, UE e EUA. Em resposta, Goïta expulsou os consultores militares ocidentais e se aproximou da Rússia, aceitando adidos e assessores militares russos para treinar as tropas do país no esforço contra a insurgência tuaregue (Melly 2021).

3.2.3 Guiné

Guiné tampouco teve uma tradição democrática[40] desde sua independência em 1958, tendo apenas três presidentes eleitos pelo voto popular, os quais, mais de uma vez, foram eleitos para mais de dois mandatos de cinco anos. Além desta tradição de

[40] Entretanto, é importante ressaltar que o primeiro presidente do país, Ahmed Sékou Touré, conduziu o processo de independência e desenvolvimento do país em conformidade com a cultura institucional do pan-africanismo da época, isto é, consolidar as instituições republicanas mediante um partido forte e uma liderança ativa, como comentado anteriormente (Visentini, Ribeiro e Pereira 2014).

perpetuação no poder, o país já passou por três golpes de Estado e dois regimes de exceção. Neste sentido, Alpha Condé foi eleito presidente da República de Guiné em 2010, sob uma constituição que prometia consolidar a alternância do poder, mantendo apenas uma reeleição consecutiva para o cargo de presidente (Visentini et al. 2018).

Reeleito em 2015, Condé, ao fim do mandato em 2020, alterou a constituição do país por referendo para possibilitar um terceiro mandato, quebrando a promessa de alternância de poder. A mudança gerou descontentamento na oposição, que foi, sistematicamente, perseguida e suprimida, deixando o caminho livre para a segunda reeleição de Condé em 2020. Contudo, isso não impediu que protestos populares contra os abusos de poder de Condé acontecessem, os quais, junto com um aumento da inflação na economia guineense, levaram a uma crise política em 2021. Em 5 de setembro de 2021, um destacamento pequeno de Kaloum, subprefeitura da capital Conakry, marchou em direção ao palácio presidencial, prendeu Condé, dissolveu o governo e o parlamento e suspendeu a constituição. Coronel Mamady Doumbouya, líder dos revoltosos, depôs Condé e assumiu como presidente interino para restaurar a ordem democrática e frear a inflação. No mesmo dia, a ECOWAS suspendeu a Guiné da organização, enquanto a UA a suspendeu no dia 10. O golpe foi amplamente condenado pela comunidade internacional, fazendo com que o país saheliano se afastasse da França, expulsando assessores militares e tropas ocidentais incumbidas de combater o terrorismo na região, e se aproximasse da Rússia. A despeito de prometer restaurar a democracia, Doumbouya não dá sinais de quando deixará o cargo (Aradi 2024).

3.2.4 Burkina Faso

Desde o início do mandato do presidente Roch Marc Christian Kaboré em 2020, há protestos na capital Ouagadougou em função do aumento de ataques terroristas no país, desde, pelo menos, 2015. Isto se deve, em grande medida, pelo fortalecimento dos braços da al-Qaeda e do Estado Islâmico no Sahel na esteira da Guerra Civil Líbia de 2011, que empoderou grupos jihadistas em todo o Saara e Sahel. Mostrando condições insuficientes para combater os insurgentes islâmicos, Kaboré foi deposto em 23 de janeiro de 2022 por um grupo de militares insatisfeitos com o baixo investimento nas Forças Armadas e na dependência militar que o país tem com a França. A população apoiou o golpe, clamando que o apoio francês às Forças Armadas fosse substituído pelo apoio russo. Externamente, no entanto, o golpe foi reprovado pela maioria da comunidade internacional: a ECOWAS suspendeu Burkina Faso da organização no dia 24 de janeiro, entrementes a UA suspendeu o país saheliano no dia 31 de janeiro (Chothia e Rakotomalala 2022).

Entretanto, mesmo reconhecendo a precariedade e dependência das Forças Armadas, o presidente interino Tenente-Coronel Paul-Henri Sandaogo Damiba decidiu manter o apoio à França. Contudo, igualmente incapaz de combater os grupos jihadistas no norte do país, Damiba governou Burkina Faso de maneira impopular e autoritária por oito meses. Observando a oportunidade de projetar mais influência no continente africano, o governo russo e o Grupo Wagner, supostamente, trabalharam juntos para desestabilizar o governo de Damiba, utilizando-se de

fábrica de trolls[41] para disseminar propaganda contrária a Damiba e ao Ocidente. Neste contexto, em 30 de setembro de 2022, Damiba foi deposto pelo Cap. Ibrahim Traoré, que assumiu interinamente o governo, suspendeu a constituição e prometeu instalar um governo de transição democrática. Na sequência ao golpe, houve ampla condenação por parte da comunidade internacional, inclusive da Rússia. Porém, Yevgeny Prigozhin, líder mercenário do Wagner, cumprimentou Traoré como um homem corajoso, que, por sua vez, dispensou os assessores e tropas francesas no país em lugar do apoio do Grupo Wagner e, ademais, retomou programas sociais antes abandonados pelos governos civis (Chothia e Rakotomalala 2022).

3.2.5 Níger

Em 26 de julho de 2023, o general Abdourahmane Tchiani destituiu o presidente Mohamed Bazoum, o segundo presidente democraticamente eleito desde o último golpe no Níger, em 2010. A democracia nigerina sempre foi instável desde o início da independência em 1960, tendo em seu caminho cinco golpes de Estado, sem contar uma tentativa malograda de golpe contra o próprio Bazoum em 2021. Desta vez, em 2023, os militares tomaram o poder com um discurso de resposta à degradação do quadro de segurança e governança do país (Bolarinwa 2023).

No contexto da sucessão de golpes no Sahel e do aumento do sentimento anti-Ocidente em toda a região, o Níger, até então,

[41] Fábrica de trolls, ou fazenda de trolls (Troll Farm, em inglês), é um grupo sistemático e pago de usuários de internet que influenciam a opinião pública e, assim, interferem na política doméstica de algum país (Chothia e Rakotomalala 2022).

se mantinha como um dos últimos bastiões dos interesses franceses e norte-americanos. Após as mudanças de regime e subsequente expulsão de tropas ocidentais em Mali e Burkina Faso, o presidente Bazoum passou a receber quase a totalidade das tropas ocidentais para enfrentar grupos terroristas da região, sobretudo os braços da al-Qaeda e do Estado Islâmico no Sahel. Sob acusações de estar alinhado com os interesses ocidentais e de ser incompetente no combate ao terrorismo, os militares nigerinos depuseram Bazoum e ainda o mantêm sob custódia (Bolarinwa 2023).

Apesar de, nas ruas da capital Niamey, bandeiras russas e do Grupo Wagner terem sido exibidas por manifestantes junto a bandeiras anti-Ocidente dias após o golpe, a mudança de regime foi condenada inclusive por Rússia e China, além de, claro, França, EUA, UE, ONU, UA e ECOWAS. Isto levanta questões se a Rússia tenta acobertar sua participação no golpe, ou se os militares tentam esconder outras intenções com a movimentação política (Bolarinwa 2023).

Por um lado, um possível apoio russo ao golpe pode ser uma retaliação à França por sua mudança de diplomacia frente à Guerra da Ucrânia, uma vez que o Níger representava 20% da importação de Urânio pela França, sendo fonte essencial para sua indústria de energia e fabricação de ogivas (Maad 2023). No entanto, a própria Casa Branca afirmou que faltou provas do envolvimento russo no golpe nigerino. Por outro lado, há um aumento de tensão fronteiriço entre Níger e Nigéria, por causa de conflitos entre as minorias étnicas Hausa e Fulani além da atuação de grupos terroristas, como o Boko Haram e o braço do Estado Islâmico na África Ocidental. Tchiani, assim como as Forças Armadas do país, sempre esteve desejoso em lidar com tais questões de

maneira mais assertiva, usando o golpe para atingir tal objetivo (Bolarinwa 2023).

Pelo lado multilateral, a UA suspendeu o país do organismo em 22 de agosto de 2023, aconselhando que os demais Estados africanos cortem relações da mesma forma. Entrementes, a ECOWAS pressionou pela redemocratização do país ameaçando suspender a associação nigerina. Não obtendo resultados, tal como nos demais casos de Guiné, Mali e Burkina Faso, igualmente, procedeu à suspensão do Níger da organização regional. Ainda que o golpe tenha diminuído os investimentos estrangeiros no país, a suspensão do Níger dos mecanismos de integração não representou uma grande perda para o PIB do continente (Bolarinwa 2023).

3.2.6 Gabão

O último golpe de Estado, e igualmente a última suspensão da UA até então, ocorreu em um contexto diferente dos demais analisados até aqui neste artigo. O Gabão não está localizado no Sahel, não sofre de insurgência de grupos jihadistas, não cortou relações com Paris e tampouco estreitou laços com Moscou ou com o Grupo Wagner. Os acontecimentos de agosto de 2023 parecem ter se desenvolvido de maneira autóctone devido a um desgaste político entre um clã político que governa o país há 56 anos e os militares descontentes com a falta de alternância de poder no país. Com exceção do primeiro presidente do país, Léon M'ba, que governou de 1961 a 1967, o Gabão foi aparelhado pela família Bongo de 1968 a 2023, quando foi governado, em consecutivos mandatos, por Omar Bongo, de 1968 a 2009, e Ali Bongo, filho de

Omar, de 2010 a 2023. Mantendo a democracia na aparência, a família Bongo institucionalizou um regime autocrático com forte apoio de Paris (Armstrong, Ross e Kowene 2023; Visentini et al. 2018).

Após a morte de Omar Bongo, a oposição alimentava a esperança de que o país poderia ter alternância no executivo da república. Ali Bongo, todavia, conseguiu vencer duas eleições consecutivas, em 2009 e 2016, em processos eleitorais duvidosos, escândalos de corrupção, abusos de poder e protestos recorrentes na capital, Libreville. Ao sair vitorioso em mais uma eleição suspeita em 26 de agosto de 2023, os militares gaboneses, liderados por Gal. Brice Oligui, primo de Ali, depuseram Bongo quatro dias após o anúncio do resultado das eleições, declarando estarem fartos da autocracia do clã Bongo. Oligui dissolveu o governo e o parlamento e anunciou novas eleições para 2025. Internacionalmente, o golpe foi recebido de maneira ambígua, uma vez que a maior parte da comunidade internacional condenou o golpe, mas reconheceu que a família Bongo havia institucionalizado uma autocracia – com exceção da França, que exigiu que o resultado eleitoral de agosto de 2023 fosse respeitado. Entretanto, a política doméstica e externa do país pouco mudou: Oligui não lutava por mudança, apenas pelo poder. Por fim, a UA suspendeu o Gabão da organização no dia seguinte ao golpe, em 31 de agosto, enquanto a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS, na sigla inglês) suspendeu o país da comunidade no dia 15 de setembro (Armstrong, Ross e Kowene 2023).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

O presente tópico se concentra nas ações internacionais prévias que concernem ao tópico deste guia. Sendo assim, são apresentados os principais documentos acerca da integração africana, partindo do documento fundante da primeira organização, que visava estabelecer alguma forma de cooperação entre os Estados da África, até o mais recente e complexo mecanismo de conexão comercial entre eles.

4.1 Carta Constitutiva da OUA de 1963

O continente africano, entre as décadas de 1950 a 1980, foi palco de dezenas e variados processos de libertação nacional diante do cenário internacional marcado pela Guerra Fria, que influenciou nesses processos, e apresentou contradições dentro dos próprios blocos bipolares. Dessa forma, visando maior estabilidade aos recém formados Estados, cria-se — por parte desses países — a Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963, calcada em ideais pan-africanistas, anticoloniais e terceiro mundistas. Posto ao início da carta constitutiva da OUA, o valor de autodeterminação dos povos deixa claro a intenção da organização de não se tornar um ente supranacional, mas sim de servir como apoio aos jovens Estados, visando, dessa forma, aumentar a integração como forma de fortalecer os interesses africanos e defender-se das influências externas que execram o continente – impetuosas no contexto de Guerra Fria e de construção de novos Estados. Os trinta países que assinaram a carta propuseram-se a respeitar os limites territoriais oriundos das divisões coloniais, evitando conflitos por definições

fronteiriças no continente, no entanto outras crises não foram possíveis de evitar, o que é natural em um universo de dezenas de Estados novos e com interesses muitas vezes conflitivos, dando à organização importante papel de mediação de tais choques, aos quais o fazia por meio de julgamentos e missões ad hoc. O princípio de não interferência na política interna dos Estados membros, no entanto, impossibilitou ações mais efetivas por parte da OUA, limitando suas capacidades. Tal princípio, porém, foi alterado posteriormente quando, após uma série de golpes de Estado acometerem os Estados-Membros da Organização, a perspectiva da OUA passou a punir com sanções países com governos que haviam destituído ilegalmente seus antecessores, o que ocorreu com os governos de Burundi e Serra Leoa

4.2 Plano de Ação de Lagos de 1980

Em 1980, a OUA, visando o desenvolvimento econômico e social no continente africano, propôs ao Plano de Ação de Lagos (LPA), que tinha pilares baseados nos princípios de autonomia dos Estados; melhor distribuição de renda; melhor aplicação dos recursos (destinando-os para áreas econômicas mais carentes); expansão dos setores públicos e maior integração regional. O Plano afirma que a principal causa da crise econômica vivida pelos países africanos se deve ao ideário neoliberal imposto pelo FMI e Banco Mundial. O documento criador da proposta é dividido em 13 capítulos, os quais concernem, cada um deles, a uma área econômica ou social em que propuseram mudanças estruturais. Os Estados-Membros concluem que o fortalecimento de instituições já existentes e a elaboração de novas. Com o objetivo de incrementar

a integração regional, que por sua vez promove um crescimento sustentável e viável entre os países signatários, desejava-se a alteração da ordem internacional, o que tornaria viável o desenvolvimento de tais países a partir da criação de uma ordem internacional mais democrática capaz de alterar o papel dos Estados africanos na divisão internacional do trabalho. No entanto, o plano não apresentou os resultados esperados – visto que o continente apresentou baixas taxas de crescimento econômico, uma participação reduzida no mercado internacional além de atravessar um período caracterizado por instabilidade política em diversos países, resultado de guerras civis e do colapso de alguns Estado (Otavio, 2017) – o que levou, aos países que o puseram em prática, a necessidade de submeter-se às políticas neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que aprofundou ainda mais as dificuldades de independência desses Estados que tiveram suas empresas estratégicas privatizadas e seus avanços sociais e políticos retidos.

4.3 Declaração de Sirte de 1999

A declaração de Sirte, 1999, foi feita em encontro promovido pelo líder línio Kadafi, na Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia; nela, os 52 líderes de Estados participantes da OUA engrandeceram e reconheceram a importância da instituição da OUA como grande propulsionador dos ideais pan-africanos e da integração africana, porém delineiam a importância de dar novo impulso a tais virtudes. Desse modo, a Declaração de Sirte apresenta novas ações necessárias para combater os problemas que assolam o continente, os quais

acreditavam serem advindos também do contexto de liberalização em que o mundo passava. O documento cita a importância dos ideais de união e força africanas apresentadas pelo Coronel Kadafi como grandes inspirações para a elaboração de uma nova organização internacional advinda da anterior OUA, e a necessidade substituí-la por uma nova instituição capaz de suprir as carências dos Estados-Membros (Sirte, 1999). A organização que tem esse papel por eles descrito e por seguinte constituída é a União Africana (UA), instituição que herda a personalidade jurídica da OUA. É interessante ressaltar a importância que a carta dá ao comprometimento que os Estados signatários assumem de agilizar a implementação do tratado que estabelece a comunidade econômica africana, dando enfoque ao Tratado de Abuja, que tinha como objetivo facilitar a aplicação da comunidade económica africana, de modo que projeta a execução progressiva da livre circulação de pessoas, o direito de residência e de estabelecimento na África. O documento prevê que a UA deve instaurar, no ano de 2000, um parlamento capaz de atender os desejos do povo africano, dando-lhe mais voz perante suas vivências. Suas conclusões levam ao pedido de criação legal do Ato Constitutivo da União Africana.

4.4 Ato Constitutivo da União Africana de 2000

Após o fim da Guerra Fria em 1991, novas questões foram impostas aos Estados Africanos que não conseguiam supri-las por meio das instituições já existentes (Visentini, 2010). O poder de barganha adquirido pelo continente por meio da barganha com os blocos capitalista e socialista foi perdido com o final da ordem bipolar, o que diminui o contingente de investimentos destinados

ao continente, fragilizando ainda mais o continente que já passava, desde os anos 90, por retrações econômicas (Pereira; Medeiros, 2015). A possibilidade de fortalecimento do escopo das capacidades da OUA frente aos problemas do continente, atitude almejada desde a década de 1980, foi descartada em 1999, em Sirte, onde a substituição da entidade foi proferida pela primeira vez, em declaração que afirma a necessidade de rejuvenescer os desejos da OUA em outra instituição, a União Africana. A proposta de criação da UA, no entanto, não foi homogênea desde sua primeira concepção, e teve importante discussão entre a sugestão sul africana e nigeriana, a qual a primeira defendia a institucionalização da organização de modo a incentivar a democratização do continente por meio da expulsão de governos inconstitucionais e a segunda tinha visão mais assertiva e imperava, embebido de ideias pan-africanos, por ações de intervenção aos Estados-membros como forma de garantir o desenvolvimento do continente. Kadafi, líder que tentava aproximar a Líbia dos demais países africanos, viu a necessidade crescente pela reestruturação da OUA como oportunidade de se pôr como mediador das discussões, propôs em Sirte esse debate que culminou na Declaração de Sirte (1999) (Landsberg, 2012). A escrita do Ato Constitutivo da União Africana e suas primeiras assinaturas foram feitas no ano seguinte (2000) em Lomé, Togo, ambas as propostas tiveram influência na criação da UA, tanto a proposta da Nigéria quanto a da África do Sul. O documento criador da organização explicita a continuidade dada às convicções que lastrearam a OUA de Pan-africanismo e de busca pela emancipação do continente. A UA se compromete, desde a sua criação, com o estímulo à integração africana, e ao desenvolvimento econômico e social sustentável, de forma a garantir ao povo africano

melhores condições de vida. Dessa forma, discorre-se acerca dos princípios da instituição que tem como principais questões o respeito à dignidade humana, a priorização das remediações pacíficas de conflitos e a promoção da democracia no continente. A carta dispõe os principais órgãos da União, dentre eles o Parlamento Pan-Africano, o Tribunal de Justiça e o Conselho Econômico, Social e Cultural. Diferentemente de sua antecessora, a UA, desde sua concepção, tem a capacidade de tomar ações mais duras frente aos golpes de Estado cometidos, tal habilidade está disposta no artigo quarto, em que cita o direito da união, frente decisão tomada da Conferência, de intervir em Estados-Membros que cometam crimes de guerra, genocidio e crimes contra a humanidade. Tal diferença tenta estimular maior estabilidade política no continente, visto as maiores repreensões que o possível governo inconstitucional será passível de sofrer.

4.5 Declaração do NEPAD sobre governabilidade de 2003

O NEPAD originou-se a partir da união de dois projetos anteriormente desenvolvidos, sendo apresentados em assembleia da OUA, o African Renaissance e o Omega Plan. Levou em consideração as debilidades apresentadas por planos anteriores de desenvolvimento, como o LPA, membros integrantes do conjunto de países que utilizam o NEPAD assinaram, em 2003, a declaração do grupo sobre governabilidade. A declaração reforça os compromissos tomados pelos países signatários da UA e OUA de busca pela manutenção das virtudes de democracia e a boa governança; governança econômica e corporativa; desenvolvimento socioeconômico. Com os pilares lastreados na

defesa da democracia, promoção dos mercados privados e do mecanismo africano de revisão por pares. O documento assinala a importância da integração africana como forma de atingir os objetivos de ascensão do continente, reconhecendo a necessidade de criar-se novas formas de cooperação no sistema internacional por meio do incremento da globalização que destrua barreiras comerciais.

4.6 Declaração de Acra de 2007

Proposta em Gana, 2007, a Declaração de Acra surge após ampla discussão entre líderes de Estado e Governo. Com o objetivo de proferir os anseios por maior integração política e econômica dos Estados Africanos, abriu-se o debate acerca da criação de um governo próprio da UA, os Estados Unidos Africanos, capaz de aumentar qualitativamente o nível da integração regional. Nesse sentido, os países concordaram das necessidades de agir de forma conjunta contra os problemas enfrentados -advindos da globalização- pela majoritária parte dos países do continente, tendo como cerne a noção de que o Governo da União deve ter o bem comum dos Estados-Membros como objetivo e que o bem-estar dos povos africanos, que sofrem da diáspora, seja também contemplado pela integração. A declaração demarca a intenção da UA de evoluir suas capacidades e importância perante as relações inter-estatais do continente, culminando na criação dos Estados Unidos Africanos, proposta inspirada pelos ideais do Grupo Casablanca.

4.7 Declaração de Kigali de 2018

Em Ruanda, 2018, a Declaração de Kigali foi posta com o objetivo de facilitar as transações comerciais entre os países africanos por meio da criação de uma zona de livre comércio continental. A criação da Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) abrange o comércio de mercadorias e serviços, investimento, direitos da propriedade intelectual e política de concorrência. Assinado por mais de 40 países (e com o objetivo de chegar a 55 signatários), a AfCFTA tem como objetivo incentivar os investimentos no continente, não só por base no crescimento comercial, mas também no rebuscamento da infraestrutura africana a partir do maior fluxo de capital. Dessa forma, a AfCFTA deseja estimular o desenvolvimento inclusivo das economias africanas, igualdade de gênero, desenvolvimento industrial e diversificação das economias. A discussão acerca da Zona de Livre Comércio se deu em duas etapas, sendo a primeira acerca da livre circulação de mercadorias, a segunda sobre o fluxo de investimentos entre os países africanos e cabe ressaltar a importância dada ao comércio digital, posteriormente incrementada pela criação do Pan-African Payment and Settlement System) . O documento de Declaração de Kigali serve para oficializar o lançamento oficial da AfCFTA que estava em debate durante as assembleias anteriores da UA.

4.8 Declaração do PAPSS (Pan-African Payment and Settlement System) de 2019

A Zona de Comércio Continental Africana prevê a criação de um sistema de pagamentos intraafricano capaz de realizar

transferências de maneira rápida e barata com o objetivo de aumentar a interação econômica entre as companhias de diferentes países do continente a partir da possibilidade de realizar trocas comerciais entre diferentes moedas locais por meio do câmbio direto entre elas, sem a necessidade da transação passar por uma terceira moeda (normalmente sendo o dólar ou euro). O Pan-African Payment and Settlement System (PAPSS) é uma sofisticação do sistema financeiro africano, que agora é capaz de aumentar seu fluxo de capital através da facilitação das transferências. Tal sistema foi criado após compromissos firmados pelos Estados-Membros da UA desde a assinatura do tratado da AfCFTA, os quais a facilitação das transações era prevista.

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

Burkina Faso está suspensa da UA desde 31 de janeiro de 2022 após o primeiro golpe de Estado daquele ano, mas participa da Assembleia Geral como observadora externa, pleiteando seu retorno à organização, seja restaurando um regime democrático, seja reconquistando a confiança dos demais Estados africanos em sua capacidade de manter estabilidade política. Burkina Faso nunca teve uma tradição democrática, passando por várias mudanças de regime ao longo de sua história, sendo a mais recente o golpe militar de Ibrahim Traoré, em setembro de 2022. Neste sentido, uma linha de argumentação de Traoré contrária à suspensão é a de que o país saheliano é jovem na história política africana, passando por muitos golpes de Estado em sua história e de que a junta atual está fazendo políticas sociais e de desenvolvimento que os governos civis jamais conseguiram. Por outro lado, temendo uma invasão de

suas fronteiras por tropas de vizinhos e/ou da UA, Burkina Faso se aliou a Mali e Níger em um uma aliança defensiva em setembro de 2023, a Aliança dos Estados do Sahel (Chothia; Rakotomalala, 2022; Nord et al., 2024).

O **Estado da Líbia** já foi uma potência regional no continente africano, porém, desde a queda de Muammar Gaddafi em 2011, seguido de destruição de capacidade estatal pela OTAN e captura de fundos internacionais pelo Ocidente, vive uma situação de guerra civil inconclusa. De 2014 a 2020, a Casa dos Representantes (CR) eleitos, a qual tem apoio do exército nacional líbio, do Egito e dos Emirados Árabes Unidos, batalha contra o Governo do Acordo Nacional (GAN), um governo provisório insurgente, apoiado pela Turquia e Qatar. Ainda que a CR tenha apoio do exército e represente o país na maioria dos foros internacionais, o GAN controla a capital Trípoli e já chegou a ter apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Desde 2020, há um cessar fogo entre as duas partes, mas a disputa pela legítima representação política da Líbia persiste. Por este motivo, a Líbia não é um exemplo de estabilidade política recente, bem distante dos anos estáveis de Gaddafi. Conquanto esteja debilitada internamente, a diplomacia líbia sempre foi ativa no concerto de nações africano, promovendo a integração do continente, estando, inclusive, entre os principais fundadores da UA em 2002 (BBC, 2020; Meredith 2017; Nord et al. 2024; Visentini et al. 2018).

O **Reino do Marrocos** possui a 6ª maior economia e o 3º maior efetivo militar da África em 2024, sendo uma potência regional. Rival de longa data da Argélia, o Marrocos era alinhado ao Ocidente durante a Guerra Fria, enquanto a Argélia era alinhada à URSS. Nos últimos 15 anos, o Marrocos viu a integração africana

como uma oportunidade para obter reconhecimento de sua ocupação no Saara Ocidental e investiu diplomaticamente em países africanos para apoiar sua adesão à UA, da qual esteve afastado devido ao reconhecimento da RASD como administradora do Saara Ocidental (Rawhani, 2018). Em 2017, o Marrocos conseguiu ascender à UA, aumentando significativamente o comércio com outros países africanos. Rabat assumiu a presidência do Conselho de Paz e Segurança da UA em 2018 e 2024. No entanto, a oposição da Argélia e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral intensificou-se, beneficiando a Frente Polisario (International Crisis Group, 2021). Portanto, é de interesse marroquino uma maior participação na integração africana para obter mais reconhecimento e legitimidade para sua ocupação do Saara Ocidental.

A **República Árabe do Egito** é favorável à integração das nações do Terceiro Mundo na luta anticolonial e na caminhada para o desenvolvimento. Com relação a seu posicionamento sobre as mudanças de regime, o atual presidente egípcio al-Sisi os condena de maneira pragmática e não veemente, por três motivos: (i) o Egito passou por duas mudanças de regime recentes, em 2011 e 2013, no bojo da Primavera Árabe; (ii) o país é considerado uma potência africana e age como tal, buscando mediação; (iii) a nação árabe já não tem boas relações com seus vizinhos, Líbia, Sudão e Etiópia e, logo, não gostaria de angariar mais rivais no Sahel (Cardoso 2020; Meredith 2017; Nord et al. 2024; Visentini et al. 2018).

A **República Argelina Democrática e Popular** promove a integração entre os Estados africanos e condenou as recentes mudanças de regime ocorridas no continente. A nação árabe é considerada uma potência regional no continente africano, projetando poder, sobretudo, no Norte da África. Sempre se

apresentou no cenário internacional como uma nação pan-africanista, pan-arabista e entusiasta do Movimento Não Alinhado. Ao longo de sua história, manteve uma relativa estabilidade política, embora tenha passado por algumas mudanças de regime e uma guerra civil de 1991 a 2002 que envolveu uma insurgência fundamentalista islâmica. No contexto regional, não mantém boas relações com os vizinhos Marrocos, Líbia e Egito (Meredith 2017; Nord et al. 2024; Visentini et al. 2018).

A **República Centro-Africana** está em guerra civil desde 2004, com breves períodos de paz em 2007 e 2011. Devido à sua história de conflitos e vitimização civil por grupos paramilitares, a RCA é o país mais alvo de intervenções humanitárias desde o fim da Guerra Fria. Organizações e países como a ONU, UA, UE, França, CEN-SAD e CEMAC têm intervindo desde 1997 (McCormick, 2015). Parte da Françafrique, a RCA usa o Franco CFA, com decisões econômicas tomadas em Paris, mostrando dependência neocolonial (Taylor, 2019). A busca por novos parceiros comerciais e a resistência em ceder recursos naturais à França podem ter levado Paris a apoiar grupos armados, agravando a guerra civil (Filippov, 2015). Com a chegada do grupo Wagner em 2018 para apoiar o presidente Faustin-Archange Touadéra, a RCA mudou o vetor de sua política externa em direção à Rússia. Devido à frágil situação do Estado, que mal controla áreas próximas à capital, a UA enfrentará dificuldades na promoção da integração africana na RCA.

A **República da África do Sul** é contrária a mudanças de regime no continente e favorável à integração dos Estados africanos, uma vez que esteve entre os principais Estados proponentes da reestruturação da OUA em 2000-2002, processo que levou à criação da UA. Por ser uma potência regional no

continente africano, projetando poder por toda a África, a África do Sul persegue estes dois objetivos - integração e estabilidade - para o continente. Ademais, desde o fim do appertheid em 1994, o país se mostrou ser o maior exemplo de democracia na África, utilizando-se de tal fato como característica de seu discurso de política externa. Entretanto, ainda que mudanças abruptas de poder não tenham ocorrido desde 1994, em 2017-2018, o presidente em exercício, Jacob Zuma, passou por um processo de impeachment controverso e conturbado que, ao fim, o levou a renunciar do cargo. Seu vice-presidente, Cyril Ramaphosa, político do mesmo partido de Zuma, assumiu o cargo e se mantém na presidência desde então. Após o ocorrido, lideranças africanas de Ruanda, Botsuana, Namíbia etc. questionaram a capacidade de manutenção da estabilidade política doméstica no país (Meredith 2017; Nord et al. 2024; Visentini et al., 2018).

A **República Democrática do Congo** é o segundo maior país da África, com a sexta maior força militar e uma população de 105 milhões, sendo o país francófono mais populoso. No entanto, a RDC enfrenta grande instabilidade política, tendo um PIB per capita de apenas US$ 715,00 (FMI, 2024). Desde sua colonização como propriedade pessoal do rei belga, a RDC sofreu intervenções estrangeiras e conflitos, resultando em cerca de 10 milhões de mortes entre 1885 e 1908 (Hochschild, 2006). Após a independência em 1960, o primeiro presidente, Patrice Lumumba, foi assassinado, e Mobutu Sese Seko assumiu o poder, marcando seu governo por corrupção e violência. Após a deposição de Mobutu em 1997, a RDC enfrentou rebeliões e guerras civis, como a Segunda Guerra do Congo (1998-2003), que envolveu nove países e foi o conflito mais mortal desde a Segunda Guerra Mundial (Bavier, 2008). Apesar

desses desafios, a RDC tem se estabilizado na última década e possui vastas reservas de minérios. Se conseguir manter estabilidade política e econômica, e continuar apoiando a integração africana, pode se beneficiar significativamente, dada sua posição geográfica central no continente.

A **República Democrática Federal da Etiópia** tem um perfil, historicamente, pan-africanista em suas relações exteriores e, por sua vez, é a favor de promover a integração entre os Estados africanos, principalmente, mediante a UA e a IGAD. Ademais é considerada uma potência regional no continente africano, e, como tal, condenou as recentes mudanças de regime de maneira pragmática. Na região, a república etíope enfrenta dificuldades com o Sudão, com quem tem problemas migratórios e trava uma guerra por procuração na região de Darfur. Do ponto de vista político, Etiópia é um exemplo de estabilidade política no continente africano, permanecendo sem rupturas institucionais desde o estabelecimento do federalismo étnico em 1995. Ademais, mais recentemente, com a nomeação de Abyi Ahmed Ali ao cargo de primeiro-ministro em 2018, a Etiópia vivencia um momento de abertura política e econômica e redirecionamento para uma política externa mais conciliadora com seus vizinhos regionais (Cardoso 2020; Cardoso; Conceição; Sardo 2021; Meredith 2017; Nord et al. 2024; Visentini et al. 2018).

A **República da Guiné** foi suspensa da UA em 10 de setembro de 2021 após um golpe militar que depôs o presidente civil Alpha Condé. Seguindo a mesma linha de raciocínio de outros líderes que ascenderam ao poder por mudanças de regime do continente, a junta militar promete devolver o governo aos civis assim que a estabilidade política do país for restaurada. Não

obstante, participando como membro observador da UA, por ora, o país saheliano busca, pelo menos, legitimar seu regime de transição frente a seus pares africanos (Nord et al., 2024). Além da UA, Guiné também foi suspensa da ECOWAS, a qual ameaçou o país de impor sanções, porém, seriam de baixa eficácia, devido à baixa dependência monetária e comercial que Guiné tem com o bloco. Sentindo-se isolada na região, Guiné tem se aproximado diplomaticamente dos demais Estados sahelianos que passaram por mudanças de regime, sobretudo, Burquina Fasso, Mali e Níger (Aradi, 2024; Meredith 2017; Nord et al. 2024).

A **República da Namíbia** é favorável à integração dos Estados da África, sobretudo, nos foros da UA e SADC, mas contrária a mudanças de regime no continente. O país é considerado um exemplo africano de democracia parlamentar estável desde sua independência da África do Sul em 1990, com quem mantém boas relações. Alternância de chefe-de-Estado e independência do judiciário conferem o status de uma nação exemplo em estabilidade política na África. Contudo, é importante frisar que desde a independência, o partido SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), antigo movimento de libertação nacional, é a força política preponderante no legislativo e no executivo, algo que auxilia a manter a estabilidade política no país (Meredith 2017; Nord et al. 2024; Visentini et al., 2018).

A **República de Angola** é um país que promove a integração entre os Estados africanos, sobretudo, por meio da SADC e da UA, prezando pela estabilidade das instituições republicanas no continente. Angola obteve sua emancipação na última onda de independências na África, em 1975, após anos de luta anticolonial, mantendo uma postura terceiro-mundista ativa.

Desde o fim da Guerra Civil pós-Independência em 2002, Angola se tornou uma república constitucional relativamente estável com o MPLA (Movimento pela Libertação de Angola) como partido preponderante na política nacional. Assim, não apresentou mudanças de regime desde 2002, reforçando o caráter estável de suas instituições (Meredith 2017; Nord et al. 2024; Visentini et al. 2018).

A **República de Botsuana** é um Estado que promove as instituições republicanas estáveis no continente africano como uma maneira de fortalecer a integração no continente, alinhando-se diplomaticamente aos demais Estados meridionais da África, e contrapondo-se às mudanças de regime recentes. Considerada um exemplo africano de democracia estável desde sua independência em 1966, Botsuana tem conseguido manter suas instituições republicanas estáveis, ainda que o Partido Democrático de Botsuana seja dominante tanto no legislativo quanto no executivo. Ademais, possui o segundo maior IDH da África Subsaariana, apesar de ter uma economia, basicamente, atrelada à África do Sul, muito em função de participar da união aduaneira da SACU. Em função disso, possui laços fortes de cooperação com os Estados da África Austral, principalmente, mediante as organizações regionais da SADC e da própria SACU (Meredith 2017; Nord et al. 2024; Visentini et al., 2018).

A **República de Gana** é considerada um exemplo africano de democracia estável desde o início de sua redemocratização em 1993. Porém, o que é interessante é seu processo histórico de superação para atingir um alto patamar de estabilidade. Desde a independência em 1957, Gana, sob a liderança de Kwame N'Khruma, foi um Estado entusiasta do pan-africanismo, da

integração dos Estados africanos e do desenvolvimento nacional. Entretanto, N'Khruma sofreu um golpe de Estado em 1966 quando estava fora do país, levando Gana a passar por mais de vinte anos de um regime de exceção aliado ao Ocidente. A partir de 1992, uma nova constituição multipartidária foi promulgada, inaugurando um período de disputa eleitoral saudável e estabilidade política (Visentini et al., 2018). Desta forma, Gana promove a integração dos Estados africanos, sobretudo, pela UA e pela ECOWAS, e exorta a estabilidade política como uma instituição positiva para o continente africano, condenando as recentes mudanças de regime, sobretudo na região do Sahel (Aradi, 2024; Chothia; Nord et al., 2024; Rakotomalala, 2022).

A **República de Madagascar** conquistou sua independência da França em 1960. Diferente de outras ex-colônias francesas, Madagascar buscou romper sua relação de dependência com a França nos anos 70, sob o governo de Didier Ratsiraka. Ratsiraka tentou "africanizar" a economia e o governo, substituindo europeus por malgaxes e nacionalizando indústrias. No entanto, essas políticas não resultaram em desenvolvimento econômico. Segundo Pryor (1990), a transição para uma economia planificada gerou grandes ineficiências devido à falta de conhecimento técnico. A moeda malgaxe supervalorizada impediu exportações e, com o crescimento populacional superando o do PIB, a pobreza aumentou. Nos anos 90, Madagascar adotou reformas liberalizantes promovidas pelo FMI e Banco Mundial e políticas comprometidas com a NEPAD, melhorando a situação econômica, mas o país continua entre os mais pobres do mundo, com um PIB per capita de apenas US$538 e 98,2% da população vivendo com menos de U$6,85 por dia (Banco Mundial, 2023). Apesar de um golpe de

Estado em 2009, Madagascar é uma autocracia eleitoral relativamente estável no contexto africano e apoia a integração regional (Nord et al., 2024).

A **República de Moçambique** é um Estado que obteve sua emancipação na última onda de independências na África, em 1975, após anos de luta anticolonial. Porém, teve de enfrentar uma prolongada guerra civil de 1977 a a 1992, entre a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), grupo que alcançou a independência em 1975, e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), grupo de dissidentes anticomunistas da Frelimo. Contudo, desde as eleições multipartidárias de 1994, Moçambique é considerada uma república presidencial estável com a Frelimo como partido dominante tanto no legislativo quanto no executivo (Nord et al. 2024). Ademais, Moçambique é um Estado que é favorável à integração entre as nações africanas, principalmente, mediante a SADC e a UA, normalmente, condenando mudanças de regime no continente africano (Meredith 2017; Nord et al. 2024; Visentini et al. 2018).

A **República de Ruanda** condena as recentes mudanças de regime no continente africano, é favorável à integração de Estados no continente e é um dos Estados mais estáveis da África, sobretudo, após o fim da guerra civil em 1994. Ruanda é governada há trinta anos por Paul Kagame, um líder centralizador, que justifica sua permanência no cargo como resultado de boa governança, criticando os recentes golpes no continente como fruto de uma cultura de má governança. Embora Ruanda condene as recentes mudanças de regime, Kagame não é bem visto pela comunidade africana, sobretudo, por seus vizinhos regionais, principalmente a

RDC, com quem constantemente entra em choque (Lusa 2024; Nord et al., 2024; Visentini et al. 2018)

A **República do Chade** pode ser considerada um dos últimos bastiões dos interesses ocidentais no Sahel, após a sequência de golpes no Níger, Mali, Burquina Fasso e Guiné, que redirecionou a política externa destes Estados saelianos para longe da França e dos EUA. O Chade ainda abriga tropas ocidentais em seu território e se alinha diplomaticamente com os interesses ocidentais na região em busca de apoio ao combate da insurgência jihadista no norte do país. Em termos de estabilidade política, é considerado uma república estável. Sendo caudatária dos interesses ocidentais, a República do Chade condena as recentes mudanças de regime, sobretudo no Sahel, aumentando a instabilidade na região. Em termos de integração, a república saheliana, conquanto não seja contrária, não é uma entusiasta (Armstrong; Njie, 2024; Bolarinwa, 2023; Okon, 2022; Nord et al., 2024).

A **República do Mali** é um dos países mais pobres do mundo, com um PIB per capita de US$ 899 (FMI, 2024) e 85,9% da população vivendo com menos de US$ 6,85 por dia (Banco Mundial, 2023). Desde sua independência, mantém uma relação neocolonial com a França, especialmente nos setores de urânio e ouro, que representam 92,4% da renda nacional de exportação (OEC, 2022). A moeda oficial, o Franco CFA, faz com que decisões econômicas sejam tomadas em Paris (Taylor, 2019). Em 2012, o Mali entrou em guerra civil, iniciada por uma insurgência Tuareg no norte, agravada por grupos terroristas islâmicos como Ansar Dine e Al-Qaeda (Mattelaer, 2014). A Operação Barkhane, iniciada pela França para eliminar os insurgentes islâmicos, durou até 2022 e não obteve êxito (Irish; Diallo, 2022). Mali passou por golpes de Estado em 2020 e

2021, devido à incapacidade do governo de lidar com os rebeldes (Bolarinwa, 2023). Esses golpes foram condenados internacionalmente, resultando na suspensão do Mali da UA e da CEDEAO. O atual governo maliano aliou-se às juntas militares de Burquina Fasso e Níger, formando a Aliança dos Estados do Sahel para combater insurgências e uma possível invasão pela CEDEAO (Al Jazeera, 2023).

A **República do Níger** é um dos países mais pobres do mundo, com um PIB per capita de US$ 670 (FMI, 2024) e 96,3% da população vivendo com menos de US$ 6,85 por dia (Banco Mundial, 2023). Desde sua independência, mantém uma relação neocolonial com a França, especialmente nos setores de urânio e ouro, que representam 52,7% da renda nacional de exportação (OEC, 2022). A moeda oficial, o Franco CFA, faz com que decisões econômicas sejam tomadas em Paris (Taylor, 2019). Em 2023, o exército nigerino removeu o presidente Mohamed Bazoum, citando a insegurança e a governança inadequada (ECOWAS, 2023). O golpe foi condenado internacionalmente, resultando na suspensão do Níger da UA e da CEDEAO. O novo governo aliou-se às juntas militares do Burquina Fasso e Mali, formando a Aliança dos Estados do Sahel para combater insurgências e uma possível invasão pela CEDEAO (Al Jazeera, 2023). Além disso, o Níger reorientou sua política externa em direção à Rússia, introduzindo tropas do grupo Wagner e revogando a licença da empresa francesa Orano na mina de Imourarem (Chibelushi, 2024).

A **República do Quênia** é um exemplo de continuidade e reforma política, condenando mudanças de regime e apoiando a integração dos Estados africanos, além de ser considerada um exemplo africano de democracia estável. Ademais, a história do

Quênia, de sua independência em 1964 até os dias atuais, é uma história de relativa estabilidade política, que não teve mudanças de regime, mas reformas e novas constituições. Dois momentos importantes marcam este processo: a reforma do sistema partidário em 1991, que o tornou de unipartidário para multipartidário, e a nova constituição de 2010, que diminuiu os poderes do executivo e tornou o judiciário um poder independente. Neste sentido, o Quênia (Meredith 2017; Nord et al. 2024; Visentini et al. 2018).

A **República do Sudão** foi suspensa da UA em 26 de outubro de 2021 no dia seguinte ao golpe dentro do golpe, feito pela junta militar que, atualmente, governa o país. A nação saheliana vive uma sucessão de crises desde a derrubada de Omar al-Bashir em 2019, o qual estava no poder há quase 40 anos, após ter ascendido mediante um golpe. O Sudão enfrenta uma guerra civil que conta com a participação do Grupo Wagner pelo lado de uma facção que contesta a autoridade de Kartum. Indo além, o Estado do Sudão, desde sua independência em 1956, viveu em uma situação de contestação regional no sul, em Juba, e no leste, em Darfur, muito em função devido à centralização em Kartum. O que ocorre atualmente é uma crise de representação política do Estado sudanês, algo semelhante ao que ocorre no Estado Líbio, ou seja, há uma disputa pelo legítimo representante internacional tanto no Sudão quanto na Líbia (Cardoso, 2020; Visentini et al., 2018). Ainda que esteja suspenso, Sudão participa da UA como observador, tentando legitimar a junta militar que governa o país em meio à guerra civil. Entretanto, suas relações com os países vizinhos, sobretudo, Chade, Egito e Etiópia são conturbadas devido a suas fronteiras porosas que facilmente transbordam a crise humanitária para a região (Kurtz, 2024).

A **República do Zimbábue** promove o pan-africanismo e a integração de Estados africanos, mas é questionado por lideranças africanas sobre sua condução da política doméstica, sobretudo, em função do recente autogolpe que ocorreu na alta cúpula política. O país mantinha um sistema político interno relativamente estável até 2017, apesar de enfrentar disputas internas no executivo, principalmente, dentro do partido dominante na política nacional. Em 2017, o presidente Robert Mugabe se retirou do poder, após intensos protestos por insatisfação do aumento do custo de vida. Mugabe, não conseguindo emplacar sua esposa como sucessora, sofreu um golpe militar, que rapidamente apontou o vice-presidente, Emmerson Mnangagwa, como novo presidente. Para o entendimento da UA, o ocorrido não se constituiu como uma mudança de regime, haja vista que o partido ZANU-PF se manteve no poder e os militares não tomaram o controle, ainda que reforce a tese de que a UA tem sido parcial e seletiva em suas suspensões (Bolarinwa, 2023; Nord et al., 2024; Okon, 2022; Visentini et al., 2018).

A **República Federal da Nigéria** mantém um perfil pragmático em suas relações exteriores, mas é contrária a mudanças de regime e apoia a integração dos Estados africanos, principalmente, por meio da ECOWAS, condenando com veemência os golpes ocorridos na região do Sahel levando a tensionamentos com os novos regimes. Desde a redemocratização em 1994, o país é considerado como uma das maiores democracias na África e um exemplo de estabilidade política. Ademais, enfatiza-se que a Nigéria é a maior democracia de massas do continente, por ter a maior população e, logo, o maior colégio eleitoral da África. O número de eleitores e a organização do processo eleitoral nos últimos vinte anos surpreendem observadores internacionais.

Igualmente esteve entre os principais Estados proponentes da reestruturação da OUA em 2000-2002, processo que levou à criação da UA (Chothia; Rakotomalala 2022; Nord et al. 2024; Visentini et al. 2018).

A República Gabonesa tem o terceiro maior PIB per capita da África, com US$ 21.875 (FMI, 2024), mas é um dos países mais desiguais do mundo. Sua economia é monoestruturada, dependendo quase totalmente da exportação de petróleo e manganês. Desde a independência, o país foi governado pela família Bongo, que utilizou acordos comerciais com a França para a exportação de recursos e garantiu a presença de tropas francesas, mantendo o Gabão como um enclave neocolonial (Martin 1989). A moeda oficial, o Franco CFA, implica que decisões econômicas são tomadas em Paris (Taylor 2019). Em 2023, um golpe de Estado encerrou a dinastia Bongo após 56 anos no poder. Embora as eleições estejam previstas para 2025, a junta militar liderada por Brice Clotaire Oligui Nguema, primo do presidente deposto, não mostra sinais de desistir do poder. Apesar da mudança de regime, a política externa do Gabão continua alinhada aos interesses ocidentais (Nord et al. 2024). Devido ao recente golpe e ao seu isolamento diplomático no continente, bem como à sua economia e governo orientados para o Ocidente, o Gabão não apoia plenamente a integração regional africana.

6. QUESTÕES A PONDERAR

1) É possível estabelecer uma correlação entre a renovação da disputa das grandes potências com o aumento dos casos de mudança de regime no continente africano?

2) Considerando que a maioria dos Estados africanos são experiências políticas recentes e com uma cultura política própria, é preferível que uma nação seja mais estável politicamente apesar de não manter eleições regulares?
3) A punição de exclusão do processo de integração na África para Estados que passam por mudanças de regime é funcional ou seletiva?
4) A integração africana deve prosseguir a despeito de mudanças de regime?
5) Como definir uma mudança de regime de uma perpetuação de um clã político mediante um autogolpe no continente africano?

REFERÊNCIAS

AINA, F. French mistakes helped create Africa's coup belt. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2023/8/17/french-mistakes-helped-create-africas-coup-belt#:~:text=Africa>. Último acesso em: 02 de maio de 2024

African Union: Home. 2024. Disponível em: <https://au.int/>. Último acesso em 13 de julho de 2024.

Aradi, Gloria. 2024. "Guinea's military junta dissolves government and seals borders." BBC, 20 de fevereiro de 2024. https://www.bbc.com/news/world-africa-68314158.
Armstrong, Kathryn, Will Ross e Gaius Kowene. 2023. "Gabon coup: Army seizes power from Ali Bongo and puts him in house arrest." BBC, 30 de agosto de 2023. https://www.bbc.com/news/world-africa-66654965

Armstrong, Kathryn e Paul Njie. 2024. "Chad's military ruler wins presidential poll." BBC, 10 de maio de 2024. https://www.bbc.com/news/articles/cz96ezdljl9o

Armstrong, Kathryn, Will Ross e Gaius Kowene. 2023. "Gabon coup: Army seizes power from Ali Bongo and puts him in house arrest." BBC, 30 de agosto, 2023.https://www.bbc.com/news/world-africa-66654965

Arrighi, Giovanni. A crise africana: aspectos regionais e sistêmicos do mundo. Sader, Emir. 2006. Contragolpes: seleção de artigos da New Left Review. SãoPaulo: Boitempo.

Bavier, Joe. 2008.. "Congo War-Driven Crisis Kills 45,000 a Month-Study." Reuters, 22 de Janeiro, 2008. https://www.reuters.com/article/worldNews/idUSL22802012200801 22/.

BBC. 2020. "Libya civil war: World leaders committed to peace, UN chief says." BBC, 19 de janeiro, 2020. https://www.bbc.com/news/world-africa-51166247

BBC. 2023. What is Russia's Wagner group, and what has happened to its leader?. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-60947877>. Último acesso em 13 de julho de 2024.

Bolarinwa, Joshua O. 2023. "Ressurgimento de golpes militares em África: a união africana e as organizações regionais podem defender e consolidar a democracia?" Revista Brasileira de Estudos Africanos 8 (16): 10-39. https://doi.org/10.22456/2448-3923.134102

Cardoso, Nilton César Fernandes. Segurança Regional no Chifre da África: Conflitos, Atores, Agendas e Ameaças. Porto Alegre: CEBRAFRICA; CEGOV, 2020.

———. "Análise da Arquitetura Africana de Paz e Segurança: o papel da IGAD na estabilização do Chifre da África." Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciência Econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Cardoso, Nilton César Fernandes, Guilherme Geremias da Conceição e Igor Estima Sardo. 2021. "Ascensão regional etíope: a política externa de Mengistu Hailé Mariam a Abiy Ahmed Ali. Revista Brasileira De Estudos Africanos, 6(11): 129-151. https://doi.org/10.22456/2448-3923.110655

Carreras, José U. Martínez. 1985. Introducción a la Historia Contemporánea (1770-1918): La Era de las Revoluciones. Madrid: Ediciones Istmo.

Central Intelligence Agency. 2015. The CIA World Factbook 2016. New York, Ny: Skyhorse Publishing.

Chibelushi, Wedaeli. 2024. "Orano in Niger: Junta Pulls Uranium Permit for French Firm at Imouraren Mine." www.bbc.com, 21 de junho, 2024. https://www.bbc.com/news/articles/c0kked7ydqyo.

Chothia, Farouk; Rakotomalala, Omega. 2022. "Capt Ibrahim Traoré: Burkina Faso's new military ruler." BBC, 3 de outubro, 2022.https://www.bbc.com/news/world-africa-63117008

Constitutive Act of the African Union (AU). 2001.

Chothia, Farouk; Rakotomalala, Omega. 2022. Capt Ibrahim Traoré: Burkina Faso's new military ruler. BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-63117008>. Último acesso em 25 de maio de 2024.

De Souza, Nali de Jesus. 2009. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora Altas S.A.

Droz, Bernard e Anthony Rowley,. 1993. História do Século XX: 4.° volume – Crises e Mutações (de 1973 aos nossos dias). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Duroselle, Jean-Baptiste. A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

ECOWAS. 2023. Fifty First Extraordinary Summit Of The Ecowas Authority Of Heads Of State And Government On The Political Situation In Niger. ECOWAS Commission Abuja, July 30. https://ecowas.int/wp-content/uploads/2023/07/Final-Communique_ENG-2_230730_161029.pdf.

Edozie, Rita Kiki e Keith Gottschalk. 2014. The African Union's Africa. Michigan: MSU Press.

Filippov, Vasily Romanovich. 2015. "Uranium Factor in France's Foreign Policy towards Africa." Sententia: European Journal of Humanities and Social Sciences 2 (2): 171–85.

Guterres, António. 2018. "Secretary-General's Remarks at United Nations Private Sector Forum [as Delivered] ." United Nations, 24 de setembro , 2018. https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2018-09-

24/secretary-generals-remarks-united-nations-private-sector-forum-delivered#:~:text=It%20is%20common%20to%20say.

Hobsbawm, Eric John Ernest. A Era dos Impérios: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra.

Hochschild, Adam. 2006. King Leopold's Ghost : A Story of Greed, Terror, and Heroism in Colonial Africa. London: Pan.

"How dependent is France on Niger's uranium?: The military coup in Niger has raised concerns about uranium mining in the country by the French group Orano, and the consequences for France's energy independence." Le Monde, 4 de agosto de 2023. https://www.lemonde.fr/en/les-decodeurs/article/2023/08/04/how-dependent-is-france-on-niger-s-uranium_6080772_8.html

IMF. "Report for Selected Countries and Subjects," April 16, 2024. https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2024/April/weo-report?c=612.

Irish, John, e Tiemoko Diallo. 2022. "French Military to Quit Mali in Possible Boost to Jihadists." Reuters, February 17, 2022, sec. Africa. https://www.reuters.com/world/africa/france-partners-begin-mali-military-withdrawal-statement-2022-02-17/.

I William Zartman. 1987. The Political Economy of Morocco. New York: Praeger Publishers. pp. 11-204

International Crisis Group. "Relaunching Negotiations over Western Sahara." JSTOR. International Crisis Group, 2021. https://www.jstor.org/stable/resrep36623.7.

Kim, WheeGaok. 1998. "Democracy and Economic Development in South Korea and ist Appreciation". International Journal of Korean Studies 2 (1): 69-99.

Kisaka, Michael e Isareal Nyadara. 2019. "Ethnicity and Politics in Kenya's Turbulent Path to Democracy and Development". Sosyal Siyaset Konferanslan Dergisi, Journal of Social Policy Conferences 76: 159-180

Kowalski, Camila Castro; Bonacina, Amabilly. Coordenação regional e internacional africana: como a Covid-19 avançou nas tendências de integração e Cooperação Sul-Sul. Revista Brasileira de Estudos Africanos. Porto Alegre. V. 7, n. 14, jul./dez. 2022, p. 173-198.

Kurtz, Gerrit. 2024. "How (Not) to Talk About the War in Sudan." German Institute for International and Security Affairs, 22 de abril de 2024.. <https://www.swp-berlin.org/publikation/mta-spotlight-30-how-not-to-talk-about-the-war-in-sudan>.

Landsberg, Chris. Nigeria-South Africa Tensions Leave African Leadership Gap. World Politics Review, [S.1], 2012

Lusa. Presidente Kagame diz que Ruanda está "pronto para lutar". 2024. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/kagame-diz-que-ruanda-est%C3%A1-pronto-para-lutar-contra-rdc-se-necess%C3%A1rio/a-69440419>. Último acesso em 30 de junho de 2024.

Maad, Assma. 2023. "How dependent is France on Niger's uranium? The military coup in Niger has raised concerns about uranium mining in the country by the French group Meredith, Martin. 2017. O destino da África: Cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios. Rio de Janeiro: Zahar.

Martin, Guy. Uranium: a Case-Study in Franco-African Relations. The Journal of Modern African Studies, Cambridge, v.27, n.04, p.625-640, 1989.

Mattelaer, Alexander. The EU's Growing Engagement in the Sahel: From Development Aid to Military Coordination. In: GSTÖHL, Sieglinde. LANNON, Erwan. The Neighbors of the European Union's Neighbors: Diplomatic and geopolitical Dimensions beyond the European Neighborhood policy. Cap. 3, p. 45-66. Londres: Taylor & Francis Group, 2014.

Meredith, Martin. 2017. O destino da África: Cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios. Rio de Janeiro: Zahar.

Melly, Paul. 2021. "Mali coup: How to solve the conundrum." BBC, 26 de maio, 2021. https://www.bbc.com/news/world-africa-57255601

Mutahi, Basillioh; Mudibo, Zawadi. 2021. "Africa's free-trade area: What difference will it make?". BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-55334345>. Último acesso em 13 de julho de 2024.

N'Krumah, Kwame. 1967. Neocolonialismo, último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NEPAD (New Partnership for Africa's Development). 2003. Declaration on Democracy, Political, Economic and Corporate Governance: 6th Summit of the NEPAD Heads of State and Government Implementation Committee. Disponível em: <https://eos.cartercenter.org/uploads/document_file/path/151/de

claration-on-democracy-political-economic-corporate-governance.pdf>. Último acesso em: 30 de março de 2024.

NEPAD. 2019 AUDA-NEPAD Footprint Country Profiles: Madagascar. 2019. https://www.nepad.org/publication/2019-auda-nepad-footprint-country-profiles-madagascar.

Nord, Marina; Lundstedt, Martin; Altman, David; Angiolillo, Fabio; Borella, Cecilia; Fernandes, Tiago; Gastaldi, Lisa; God, Ana Good; Natsika, Natalia; Lindberg, Staffan I. 2024. Democracy Report 2024: Democracy Winning and Losing at the Ballot. University of Gothenburg: V-Dem Institute.

Martin, Guy. 1989. "Uranium: a Case-Study in Franco-African Relations." The Journal of Modern African Studies.27 (04):625-640.

Melly, Paul. 2021. "Mali coup: How to solve the conundrum". BBC, 26 de maio de 2021. https://www.bbc.com/news/world-africa-57255601

Mutahi, Basillioh; Mudibo, Zawadi. 2021. Africa's free-trade area: What difference will it make?. BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-55334345>. Último acesso em 13 de julho de 2024.

N'Krumah, Kwame. 1967. Neocolonialismo, último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NEPAD (New Partnership for Africa's Development). 2003. Declaration on Democracy, Political, Economic and Corporate Governance: 6th Summit of the NEPAD Heads of State and Government Implementation Committee. Disponível em: <https://eos.cartercenter.org/uploads/document_file/path/151/de

claration-on-democracy-political-economic-corporate-governance.pdf>. Último acesso em: 30 de março de 2024.

oec.world. "Mali (MLI) Exports, Imports, and Trade Partners," 2022. https://oec.world/en/profile/country/mli.

oec.world. "Niger (NER) Exports, Imports, and Trade Partners," 2022. https://oec.world/en/profile/country/ner.

Okon, Enoch Ndem. 2022. "Por que os golpes militares estão de volta à África." Revista Brasileira de Estudos Africanos 7. (14): 119-144. https://doi.org/10.22456/2448-3923.123042

Oloruntoba, Samuel O. 2021. Pan Africanism, Regional Integration and Development in Africa. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Omorogbe, E. Y. 2011. Can the African Union Deliver Peace and Security? Journal of Conflict and Security Law 16 (1): 35–62. https://doi.org/10.1093/jcsl/krr001.

Organização da Unidade Africana. 1963. Charter of the Organization of African Unity. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20479/volume-479-I-6947-English.pdf>. Último acesso em: 30 de março de 2024.

Organização da Unidade Africana. 1980. Lagos plan of action for the economic development of Africa. Disponível em: <file:///C:/Users/igors/Downloads/Lagos-Plan-of-Action.pdf>. Último acesso em: 30 de março de 2024.

Otavio, Anselmo. 2017. "Da contestação à Responsabilidade Mútua: Uma análise Entre O LPA E a NEPAD". Monções: Revista De

Relações Internacionais Da UFGD 5 (10):196-218. https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/6062.

———. 1980. Lagos plan of action for the economic development of Africa. Disponível em: <file:///C:/Users/igors/Downloads/Lagos-Plan-of-Action.pdf>. Último acesso em: 30 de março de 2024.

Paul, Kenneth e Andrew Tan. 2003. "Democracy and the Grassroots Sector in Singapore". Space & Polity 7. (1): 3-20. https://doi.org/10.1080/13562570309245

Peyton, Nellie e Felix Onuah. 2023. "African Union Suspends Niger over Coup, Prepares Sanctions." Reuters. Thomson Reuters Corporation,22 de agosto, 2023. https://www.reuters.com/world/africa/african-union-suspends-niger-all-its-activities-following-coup-2023-08-22/#:~:text=JOHANNESBURG%2C%20Aug%2022%20(Reuters),that%20might%20legitimise%20the%20junta.. Último acesso em: 02 de maio de 2024

Pinto, Teresa Nogueira. 2024. "The End of UN Peacekeeping in Africa." GIS Reports,12 de fevereiro, 2024, https://www.gisreportsonline.com/r/un-peacekeeping-africa/.

Pryor, Frederick L. The Political Economy of Poverty, Equity, and Growth: Malawi and Madagascar. Oxford: Oxford University Press, 1990.

Protocolo Sobre O Estabelecimento Do Conselho de Paz E Segurança Da União Africana. (09 julho 2002). (art. 4°) pp. 6-7.

Rawhani, Carmel. 2018. Morocco Joins the AU: Motives and Meanings. South African Institute of International Affairs. Abril 2018.

ReliefWeb. 2018. "How the Latest AU Decision on Western Sahara Could Affect Other Crises " . Acessado em 02 de maio, 2024. https://reliefweb.int/report/western-sahara/how-latest-au-decision-western-sahara-could-affect-other-crises.

Report of the African Union-United Nations panel on modalities for support to African Union peacekeeping operations (31 Dezembro 2008) (n 69) p. 16

Rita Kiki Edozie and Keith Gottschalk, The African Union's Africa (MSU Press, 2014).

Schmidt, Elizabeth. Foreign intervention in Africa. From the Cold War to the War on Terror. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

Silverio, Yoslán González. 2018. África Occidental : crisis vs estabilidad política. Porto Alegre : Palmarinca e CEBRAFRICA.

Silva, Igor Castellano da. 2017. Política externa na África Austral : guerra, construção do Estado e ordem regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia). Porto Alegre : CEBRAFRICA-UFRGS.

Suret-Canale, J. A África Ocidental. História geral da África, VIII: África desde 1935; 2010. Pág. 191-229.

Teresa Nogueira Pinto, "The End of UN Peacekeeping in Africa," GIS Reports, February 12, 2024, https://www.gisreportsonline.com/r/un-peacekeeping-africa/. Último acesso em: 30 de março de 2024

Thakur, Ramesh. 2006. The United Nations, Peace and Security. Cambridge: Cambridge University Press.

Tigerstrom, Barbara von. 2006. "International Law and the Concept of Human Security". In The Challenge of Conflict: International Law Responses, organizado por U. Dolgopol e J. Gardam, 599-651. Eiden: Martinus Nijhoff Publishers.

Ty McCormick, "'One Day, We Will Start a Big War,'" Foreign Policy, October 28, 2015, https://foreignpolicy.com/2015/10/28/one-day-we-will-start-a-big-war-central-african-republic-un-violence/.

Ugoh, Samuel. 2008. "Ethno-politics: Conception and Theoretical Perspectives". Unilag Journal of Politics 4: 133-163

UNDP. 1994. Human Development Report.Acessado em 14 de maio de 2022. http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1994.

União Africana. 2007. Accra Declaration. Assembly/AU/Decl.2(IX). Disponível em: <https://archives.au.int/bitstream/handle/123456789/249/Assembly%20AU%20Decl%202%20%28IX%29%20_E.PDF?sequence=1&isAllowed=y>. Último acesso em: 19 de março de 2024.

———. 2000. Constitutive Act of the African Union. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/pages/34873-file-constitutiveact_en.pdf>. Último acesso em: 30 de março de 2024.

———. 2018. Kigali declaration for the launch of the African Continental Free Trade Area. Disponível em: <https://www.tralac.org/documents/resources/african-union/1970-

kigali-declaration-for-the-launch-of-the-afcfta-21-march-2018-1/file.html>. Último acesso em: 30 de março de 2024.

———. 1999. Sirte Declaration. Disponível em: <https://archives.au.int/bitstream/handle/123456789/10157/1999_Sirte%20_Decl_%20E.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Último acesso em: 30 de março de 2024.

———. 2019. 12ª Sessão Extraordinária: decisões e declarações. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/decisions/37553-ext_assembly_au_dec_1-3_xii_e.pdf>. Último acesso em: 30 de março de 2024.

Visentini, Paulo Gilberto Fagundes (org.); Otávio, Anselmo; da Silva, Igor Castellano; Cardoso, Nilton Fernandes; de Carvalho, Ricardo Ossagô; Alves, João Paulo; Julio, Isabela Souza; Alt, Pedro; Gerbase, Livi; Calich, Ana Paula; Roberto, William Moraes; Vieira, Maria Gabriela; Hiller, Aline; Maglia, Cristina; Carvalho, Tobias. 2018. Guia de política externa dos Estados Africanos. Porto Alegre: Palmarinca e NERINT/UFRGS.

Visentini, Paulo Gilberto Fagundes, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira,. 2014. História da África e dos africanos. Petrópolis: Editora Vozes.

Visentini, Paulo Gilberto Fagundes, Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon e Analúcia Danilevicz Pereira,. 2016. A (in)segurança da África e sua importância para a Defesa do Brasil. Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME.

Wallerstein, Immanuel. The Politics of Independence and Unity. Lincoln/London: University of Nebraska Press, 2005a.

———. World-systems analysis: an introduction. Durham: Duke University Press, 2005b.

Welz, Martin. 2013. Integrating Africa: Decolonization's Legacies, Sovereignty and the African Union. Abingdon, Oxon ; New York: Routledge.

World Bank Open Data. "World Bank Open Data," 2023. https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.UMIC?end=2023&start=1963.

"World Economic Outlook (WEO) Database, April 2024," IMF, 2019, https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2024/April. Último acesso em: 02 de maio de 2024.

Zartman, I. William . 1987. The Political Economy of Morocco. New York: Praeger Publishers.

AG-OEA



ufrgs mun 2024

ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (AG-OEA)

Violações da Democracia e dos Direitos Humanos em El Salvador

Dyaila Polare[42]
Kauane Oliveira[43]
Victor Lucena[44]

RESUMO

O presente Guia de Estudos oferece uma análise abrangente dos aspectos que contribuíram com a formação do Estado Nacional salvadorenho, bem como também descreve a conjuntura política do país e os elementos que levaram Nayib Bukele ao poder. Ainda nesse sentido, é discorrido acerca do conturbado ambiente político no país desde a eleição do atual presidente, desde o chamado 'El Bukelaso' até a questionada reeleição de Bukele, no começo deste ano. Será dissertado, também, o pós independência de El Salvador, com a inauguração da Penitenciária Central em 1897 e a "Lei Relativa à Penitenciária de San Salvador" que visava reabilitar os presos. Com o tempo, o sistema prisional cresceu, mas problemas de superlotação e falta de legislação adequada surgiram (Andrade e Carillo 2015). Durante a presidência de Nayib Bukele, houve uma

[42] Estudante de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

[43] Estudante de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

[44] Estudante de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

redução significativa nos homicídios. Ele lançou três fases de segurança: controlar as cidades mais afetadas, cortar os lucros das gangues e modernizar as prisões. A terceira fase encontrou resistência no parlamento, levando a uma crise constitucional quando Bukele usou a força militar para obter apoio para um empréstimo de modernização. Bukele também inaugurou a maior prisão da América Latina em 2023 e implementou medidas severas nas prisões, gerando críticas por violações dos direitos humanos e acordos secretos com gangues. A superlotação e as condições precárias nas prisões continuam sendo problemas graves (Stelmach 2021). Quanto à economia do país e suas reverberações sociais, são analisados os impactos da pandemia de COVID-19 em El Salvador, além da referência às medidas tomadas na tentativa de mitigar seus efeitos. Também é examinado a recente introdução do Bitcoin como moeda de curso legal em El Salvador em 2021, explorando os debates e dilemas sociais, econômicos e políticos decorrentes dessa decisão, gerando debates sobre o agravamento da desigualdade econômica e os riscos de crimes financeiros, com muitos salvadorenhos mostrando resistência e desinteresse. (Balcáceres 2022).

1 INTRODUÇÃO

El Salvador é um país localizado na América Central, costeando o Oceano Pacífico Norte e fazendo fronteira com a Guatemala e Honduras, possuindo a menor área territorial do continente e com uma população de pouco mais de 6,5 milhões de habitantes. El Salvador tornou-se independente da colonização espanhola no ano de 1821 e, ainda hoje, é possível elencar alguns elementos herdados do período colonial como a instabilidade político-social e a fragilidade econômica. Tais fatores podem ser ilustrados pelos eventos mais dramáticos que o país defrontou-se

ao longo de sua história, sendo eles a rebelião do ano 1932 — episódio marcado pela forte repressão estatal e pela ascensão da presença militar na vida política salvadorenha (Anderson, 1971); assim como também, pelos doze anos de Guerra Civil (1981-1992) que afligiram o país em uma disputa entre os militantes da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e os militares da Junta de Governo, fortemente apoiados pelos Estados Unidos da América (Matijascic 2014). Considerando os desafios históricos enfrentados pelo país, desenvolveu-se um cenário de instabilidade onde a insegurança sócio-política tornou-se uma realidade dramática.

Atualmente, o país é governado pelo presidente Nayib Bukele que iniciou sua carreira política pelo partido FMLN no ano de 2012 e ganhou popularidade pelas medidas sociais nos âmbitos educacionais, securitários e sanitários, assim como também, pelo alinhamento com importantes empresas do país no financiamento de seus projetos. No entanto, seu real engajamento nacional é fruto de uma campanha política fortemente voltada para as redes sociais, baseada em um denso discurso político rupturista com a cultura política de alternância entre dois partidos — que era uma realidade desde o fim da Guerra Civil —, apresentando-se enquanto um candidato sem alinhamentos com a esquerda ou com a direita. Foi eleito em 2019 pelo partido Gran Alianza por la Unidad Nacional (GANA) e reeleito pelo seu partido Nuevas Ideas em fevereiro de 2024 (Muñoz-Ledo n.d).

O país tem atraído olhares atentos da comunidade internacional, especialmente após a eleição do atual presidente, por uma série de medidas consideradas por muitos como violações do estado democrático de direito e dos direitos humanos, entre elas os

manejos políticos que deram mais poder ao partido governista. Em fevereiro de 2020, o presidente salvadorenho convocou uma reunião extraordinária na Assembleia Legislativa para que um empréstimo milionário fosse aprovado pelos membros do Congresso, o que permitiria dar continuidade ao plano de controle territorial executado pelo governo. Na ocasião dessa reunião, Bukele ingressou na sede da Assembleia junto de 40 soldados do Exército, com a intenção de intimidar os parlamentares, ação que ficou conhecida como 'El Bukelaso'. Em 2021, o partido do presidente conquistou a maioria no Congresso nas eleições parlamentares e executou medidas contestáveis no âmbito político. Foram destituídos e substituídos os cinco juízes do Supremo Tribunal do país, além do Procurador-Geral da República. Em 2022, foi decretado estado de emergência em El Salvador, sob alegações de aumentos alarmantes nos números da violência. O decreto, no entanto, tem sido estendido mensalmente e está em vigor até hoje. Em 2024, Bukele foi reeleito em um processo conturbado e conquistou, junto de seu partido, a maioria esmagadora dos assentos do Congresso, que havia sido reformado em 2023. Além disso, o Congresso aprovou uma mudança que facilita a realização de reformas na Constituição (Aleman 2024).

Ao longo do século XIX, El Salvador começou a desenvolver suas primeiras estruturas penais, estabelecendo sistemas de detenção que evoluíram ao longo do tempo, refletindo mudanças na sociedade e nas políticas governamentais. No entanto, o sistema penitenciário do país enfrenta desafios significativos, como: a superlotação, com muitas prisões operando muito além de sua capacidade projetada; e condições insalubres, incluindo falta de higiene, acesso inadequado a cuidados de saúde

e violência entre os detentos. Portanto, aos olhares do governo liderado por Nayib Bukele, a segurança pública necessitava de investimentos e, com isso, adotou uma abordagem para combater o crime em El Salvador, por meio da militarização de certas áreas afetadas pela criminalidade e a construção de novas prisões para lidar com a superlotação. No entanto, organismos internacionais, tais como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, questionaram as estruturas de detenção e as possíveis violações de direitos humanos decorrentes das táticas do governo, incluindo o uso excessivo da força e a violação dos direitos dos presos, já que há relatos de abusos cometidos por agentes de segurança e dentro das prisões, levando a chamados para reformas mais abrangentes no sistema de justiça criminal de El Salvador.

A pandemia do COVID-19 teve impactos negativos no país que registrou uma queda abrupta em seu Produto Interno Bruto em 2020. As medidas para combater a emergência sanitária foram rigorosas e bastante criticadas, uma vez que o governo ordenava a prisão daqueles que não cumprissem as ordens relacionadas ao confinamento. Os níveis de pobreza do país começam, aos poucos, a voltar aos níveis anteriores àqueles registrados durante a emergência sanitária (Banco Mundial 2024).

Em 2008, o Bitcoin foi introduzido como uma inovação significativa, permitindo transações eletrônicas diretas entre usuários, sem a necessidade de intermediários. Em El Salvador, uma economia dolarizada desde 2001, o Bitcoin foi adotado como moeda de curso legal em setembro de 2021, acompanhado pelo lançamento da Chivo Wallet e uma rede de caixas eletrônicos de Bitcoin. No entanto, a implementação enfrentou desafios sociais, como o agravamento da desigualdade econômica, a exclusão

financeira de grupos desfavorecidos, e os riscos associados aos crimes financeiros, como fraude e lavagem de dinheiro. Protestos contra a adoção do Bitcoin demonstraram resistência significativa à nova legislação, com a maioria da população demonstrando falta de entendimento sobre a criptomoeda e desinteresse em adotá-la.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Para uma melhor contextualização histórica de El Salvador, é fundamental desvendar os legados do colonialismo e suas implicações na formação do Estado nacional. À vista disso, duas características precisam ser elencadas para melhor entender o seu desenvolvimento nacional, sendo elas: a complexa relação com o restante da economia mundial e o desequilíbrio social acentuado. Tais elementos são frutos da violência empregada no processo de colonização do território, em especial, direcionada aos povos originários e a subsequente institucionalização de uma hierarquia de corte racial. Como também, a inserção de El Salvador enquanto fornecedor de matérias-primas na economia mundial, relegando um traço comum com os demais países da América Latina, de fragilidade político-econômica como resultado da dependência do mercado internacional sujeito a constantes flutuações (Lindo-Fuentes 2010). Ainda nesta seção, abordaremos a situação política em El Salvador no período que antecede 2019 e os elementos que colaboraram com a chegada de Nayib Bukele ao poder.

A história de El Salvador é perpassada por profundas transformações e conflitos. A chegada dos colonizadores, conjuntamente a ordens religiosas — especialmente dominicanos e franciscanos — marcou o início do período colonial. Tal período

pode ser caracterizado pela intensa exploração agrícola na América Central e pela forte hierarquização de corte racial, demarcada pela imposição de trabalho forçado aos indígenas da região e a imposição de uma educação religiosa para os mesmos. A região em que conhecemos como El Salvador, fazia parte da Capitania Geral da Guatemala, mas a capital San Salvador era configurada enquanto uma região remota pois não tinha uma liderança religiosa que administrava a região, dessa forma, as notícias do que acontecia no restante da América Espanhola demoravam a chegar à localidade, embora, isso não signifique que não houvesse uma mobilização significativa pela independência no século XIX. No ano de 1811, por exemplo, Manuel José Arce e o padre José Matias Delgado lideraram uma rebelião contra o regime espanhol, esta que foi reprimida e resultou na prisão dos líderes e na adoção de medidas vigorosas para conter o surgimento de movimentos semelhantes (Anderson, 1971).

Entretanto, quando o México conquistou a sua independência da Espanha no ano de 1821, não havia mais como a Espanha manter o seu domínio colonial na América Central. Como reflexo a esse acontecimento, formou-se a união conhecida como as Províncias Unidas da América Central que incluía a Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e El Salvador. Inicialmente essa junta uniu-se ao então Império Mexicano, porém quando este foi dissolvido em 1823, declararam independência e formaram a República Federal da América Central. O salvadorenho Manuel José Arce foi o primeiro presidente da República, no entanto, seu governo não foi fácil dado que a união foi marcada por conflitos internos em razão de divergências políticas e econômicas, culminando assim com a dissolução em 1841 (Anderson, 1971).

Concomitantemente ao processo de independência desses países o mundo passava por uma profunda mudança econômica. A economia que durante o período colonial era diversificada, deixou de ser suficiente para trazer lucro para esses países, que por sua vez não conseguiam se adequar ao cenário da Revolução Industrial. Diante de tal cenário, os países da América Central fizeram um acordo para ingressar no mercado mundial, sendo assim, a monocultura de acesso de El Salvador foi o café. No final do século, o cultivo do café tornou-se a principal fonte de renda do país, mas também exacerbou desigualdades sociais e conflitos trabalhistas, dada a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários e a ocupação de terras indígenas (Anderson 1971; Lindo-Fuentes 2010).

Como reflexo desse cenário, no ano de 1932 uma rebelião tomou forma no contorno de milhares de camponeses determinados a tomar os poderes centralizados que, em três dias conseguiram avançar sobre vários municípios do país. Foi um levante camponês-indígena dado a um acúmulo de insatisfações em relação ao governo local em recusa à aplicação de reformas sociais e resultado das pressões comerciais da produção do café (Gaitán 2010; Lindo-Fuentes 2010). No entanto, o exército se organizou rapidamente para retomar os municípios ocupados. Ao fim da rebelião, pelo menos 150 indivíduos foram vitimados pelos rebeldes, porém, a resposta do exército não foi limitada a conter os camponeses. Tal episódio ficou conhecido na história salvadorenha como La Matanza (A Matança, no português), posto que a resposta do Estado foi intensa. Durante as duas semanas seguintes à contenção da rebelião por parte do exército, camponeses de toda a parte ocidental do país foram assassinados. Os números de

mortos são estimados de 10 mil a 30 mil indivíduos, La Matanza ficou conhecida como um dos casos mais notórios de repressão estatal em massa da história moderna da América Latina (Lindo-Fuentes 2010).

Desde então, a violência enquanto ferramenta para a supressão passou a ser usada pelos militares como recurso frequente na história política de El Salvador até os anos da Guerra Civil (Anderson 1971). Uma razão atribuída ao uso indiscriminado da violência no país foi o aumento da desconfiança política que se estabeleceu popularmente dada à crescente presença dos militares na vida política. Como resultado dessa forte presença militar no poder, outro ponto frequentemente relacionado com a fragilidade política, foi a existência de um sistema partidário fragilizado, dado que as eleições estavam sempre sujeitas ao veto dos militares e de seus aliados (Coleman e Cruz 1996). Ao mesmo tempo, o fortalecimento do grupo no poder frente ao apoio militar nos anos que sucederam ao evento de 1932, favoreceu um crescimento econômico até os anos sessenta dando um status de caso de sucesso da América Central a El Salvador, por outro lado, esse progresso não trouxe consigo um desenvolvimento do mercado interno e tampouco das relações de trabalho (Avila 2013).

2.1 A Guerra Civil Salvadorenha

A Guerra Civil de El Salvador (1979-1992) possui causas e motivações alinhadas com o período da Guerra Fria, em especial com a realidade regional da América Central e com um forte alinhamento e fomento da política externa dos Estados Unidos (Matijascic 2014). Em outubro de 1979, o governo conservador do

General Carlos Humberto Romero (1977-79) foi derrubado por um golpe de Estado protagonizado por um grupo de oficiais reformistas, que levou ao poder a Junta Revolucionária de Governo, que contava com a participação popular, reformistas do exército e do empresariado local. Essa nova Junta era impulsionada pelo desejo de uma reforma social, econômica e política. As linhas da reforma objetivadas por esse grupo possuíam três frentes: (1) Uma reforma agrária, um programa que logo foi dissolvido pela esquerda e direita militarizada; (2) A dissolução da ORDEN[45] que impulsionou uma deslocação forçada dos militares da extrema direita do posto que ocupavam; (3) Convocação de uma Assembleia Constituinte no ano de 1982, que neste caso, não contou com a presença da esquerda que já estava organizada para a guerrilha. É importante mencionar que tal movimento não ocorreu de maneira abrupta e isolada: houve um fator externo que influenciou fortemente o golpe, sendo esse evento, o sucesso da Frente Sandinista de Libertação Nacional na Nicarágua[46] que sucedeu-se meses antes da derrubada do General (Zúñiga Núñez 2014). Entretanto, em El Salvador, a duração dessa coligação política foi de curta duração, pois logo defrontou-se com uma forte pressão da ala mais conservadora do exército e conflitos internos da própria Junta, o que culminou na saída dos representantes populares no ano de 1980. Sendo assim, assumiu ainda no mesmo ano, uma nova Junta Revolucionária composta por militares e pelo partido democrata-cristão. O projeto

[45] A ORDEN foi um grupo paramilitar de extrema-direita que operava nos campos entre os anos de 1961-1979. Seu principal objetivo era vigiar a população camponesa e serviu como uma ferramenta do exército salvadorenho durante o período (Zúñiga Núñez 2014).

[46] Revolução Sandinista: Revolução Popular nicaraguense iniciada em 19 de julho de 1979.

da segunda Junta foi um projeto político assentado nas mesmas linhas reformistas do primeiro projeto, contudo, acabou tendo um destino similar dado que esse governo foi deposto pela Guerra Civil (Avila 2013).

Ainda nos movimentados anos de 1980, o país foi surpreendido com a formação da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional[47] (FMLN), que no ano seguinte, lançou uma ofensiva ostensiva, desferindo um golpe nas forças armadas salvadorenhas. (Zúñiga Núñez 2014). Diante desse ataque, o governo não se fragmentou apenas devido ao apoio decisivo dos Estados Unidos. Como resultado da ofensiva, houve um aumento na organização repressiva com o suporte estadunidense. Esse apoio perdurou por toda a década de 1980, posto que El Salvador passou a ser prioridade estratégica dos EUA de contra-insurgência[48] na América Central. Esse programa de contra-insurgência tinha como tática três pilares: diplomático, propagandístico e militar (Matijascic 2014).

A Guerra Civil Salvadorenha foi um um evento complexo e multifacetado. Os principais atores do conflito foram o exército salvadorenho, o FMLN, os camponeses e indígenas, e os Estados Unidos. A Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional uniu-se pela discordância com as reformas apresentadas previamente pela Junta no poder e representou durante a Guerra a ala mais

[47] Frente formada por um longo processo de organização popular, apresentando-se para a população salvadorenha enquanto uma expressão de luta contra o autoritarismo das classes dominantes e contra desigualdade social. A Frente recebeu o nome de Farabundo Martí que virou inspiração após ser executado lutando durante a rebelião de 1932 (Zúñiga Núñez 2014).

[48] Uma estratégia de contra-insurgência é um conjunto de ações militares e não militares para frear um movimento insurgente (Matijascic 2014).

radical da esquerda. Como previamente citado neste guia, indígenas e camponeses envolveram-se previamente em conflitos armados, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Foram os mais afetados pela guerrilha e a maior parte de sua atuação foi no intuito de garantir a própria segurança e defender suas comunidades da violência que se espalhou pelo país no período. No que tange ao envolvimento do Exército Salvadorenho e aos Estados Unidos, os objetivos e atuações se misturam. O exército e o governo de El Salvador atuavam de maneira a preservar o status quo, em busca de garantir os interesses da elite salvadorenha. Ao mesmo tempo, o exército era patrocinado pelos Estados Unidos que dentro do contexto da Guerra Fria buscavam garantir a influência regional na América Central (Matijascic 2014; Zúñiga Núñez 2014).

O fim da Guerra Civil em 1992, aconteceu de forma concomitante ao fim da Guerra Fria. Inclusive, talvez só tenha chegado a uma resolução diante desse novo cenário. Durante os anos de conflito, houveram tentativas do FMLN e de países latino-americanos por uma resolução do conflito de forma a encontrar a estabilidade regional — essas que tampouco tiveram sucesso. Outrossim, delega-se também parte da facilitação do progresso das resoluções pacíficas ao conflito, o fato do novo presidente dos EUA, George W. Bush, cessar com o apoio à guerrilha. Tal iniciativa impulsionou a abertura da FMLN ao diálogo (Matijascic 2014). Dessa maneira, iniciou-se em 1989, à luz do Secretariado-Geral das Nações Unidas, o processo de negociação para a paz que deu as condições necessárias para o fim do conflito em 1992. Ao mesmo tempo, tal processo culminou na desmobilização militar da FMLN e seu ingresso no sistema sócio-político do país (Zúñiga Núñez 2014).

A estimativa é de que 80 mil vidas tenham sido perdidas ao longo desses anos e que a Guerra tenha impulsionado o deslocamento forçado de pelo menos 1.5 milhões de habitantes, número elevado, dado que a estima-se que a população do país nos anos 1980 fosse de 6 milhões de pessoas. O Acordo de Paz que encerrou a Guerra Civil de El Salvador foi recebido pela comunidade internacional com uma série de elogios por em primeiro momento acabar com a lógica vigente no pré e durante a guerra, marcando uma série de conquistas políticas como a ampliação da liberdade de expressão, eleições competitivas, independência do legislativo, modernização das instituições vigilantes de direitos humanos e a limitação do exército à defesa da integridade territorial e soberania nacional (Roque 2021). No entanto, apesar de decisões pertinentes para o momento, dado a fragilidade do quadro político de El Salvador, foi necessário constante apoio de doadores internacionais para operar tamanha quantidade de reformas, visto que, o Estado dificilmente conseguiria lidar de forma independente com tantos processos concomitantes por falta de recursos domésticos e de engajamento das lideranças políticas salvadorenhas (Matijascic 2014).

2.2 A situação pré-2019 em El Salvador e a ascensão de Nayib Bukele

Dois marcos definem a política de El Salvador no período que se seguiu aos intensos doze anos da Guerra Civil Salvadorenha. Um deles foi a centralidade e alternância entre dois partidos políticos: a Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), partido assumidamente de direita que esteve no poder entre 1989 e 2009; e

a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), partido de esquerda que assumiu o poder em 2009 e permaneceu até 2019. E o outro a corrupção, sendo que, pelo menos três dos quatro presidentes do período pós-guerra civil foram processados por tais práticas (Roque 2021).

Ademais, após 1992 o país passou a experienciar o momento de paz dado o fim da guerrilha e ao andamento da Missão das Nações Unidas para El Salvador, período propício para o desenvolvimento de movimentos sociais e para o engajamento da sociedade civil na política. Tal conjuntura, abriu portas para que os movimentos sociais pudessem enfrentar os problemas que ficaram pendentes do período da Guerra Civil, como por exemplo, as questões das cooperativas rurais e suas lutas por terras, bem como também, a questão dos antigos grupos paramilitares — prestadores de serviços ao exército no período da Guerra —, que apresentaram-se enquanto um grupo mais radical nos anos 1990, posto que exigiam a indenização pelos serviços prestados ao governo durante a Guerra Civil, através de ações violentas (Almeida 2010).

Esse cenário estava se desenvolvendo com o plano de fundo da entrada de uma política neoliberal no país através de uma série de reformas econômicas. Dentre essas, cabe destacar as privatizações, a dolarização e a abertura ao livre comércio. Essas reformas estavam no plano de governo do partido ARENA, especificamente nos anos de 1994-99, sob a faceta de programa de modernização do Estado. No entanto, logo começaram a apresentar problemas e vários setores públicos passaram por privatizações como as telecomunicações, a previdência e o setor energético. Na esteira desses acontecimentos, o partido FMLN, organizações não-governamentais (ONGs) e os movimentos sociais

começaram a manifestar-se contrariamente a essas reformas. Nesse período, também formou-se o Fórum da Sociedade Civil, um órgão de coordenação de ONGs que abrangia cerca de cinquenta unidades, sendo elas de diferentes segmentos; cooperativas rurais, associações de trabalhadores agrícolas, e associações comunitárias. Contudo, os esses movimentos tampouco tinham força suficiente para empreender em uma frente concreta contra o governo de então. Entretanto, nas vésperas da virada do milênio, houve um grande movimento em El Salvador contra a privatização da saúde, tendo englobado a mobilização de vários setores da sociedade salvadorenha. Entre os anos 1999 e 2000, formou-se uma organização similar ao Fórum chamada Movimento da Sociedade Civil Contra a Privatização (MSCCP) que coordenou esse ato. O movimento foi, sobretudo, pacífico envolvendo grandes manifestações e concentrações nas principais cidades do país. Apesar disso, essa foi a última organização massiva da sociedade civil contra uma medida de governo, apesar de ter sido um passo importante para a articulação e o desenvolvimento das organizações sociais em relação às políticas de governo (Almeida 2010).

O ativo engajamento do partido FMLN nos movimentos sociais, em especial com a forte contrariedade às privatizações, levaram o partido ao poder em 2009. Atribui-se constantemente a essa vitória o fato de ter unido eleitores jovens e os mais conservadores, sendo que o que atraiu os eleitores mais conservadores foi o descontentamento com as denúncias de elitismo e corrupção do partido ARENA. Os anos do FMLN no poder construíram um período de aprimoramento dos serviços prestados à população, em qualidade e em quantidade. Em contraponto,

essas medidas não acompanharam uma mudança econômica significativa, e o baixo desempenho econômico somado ao surgimento de rumores relacionados à corrupção fizeram com que o governo perdesse popularidade, especialmente, entre os mais conservadores (Roque 2021).

Acrescidos ao fator da instabilidade política, deve ser destacado, o aumento exacerbado da violência no país, relegando El Salvador ao posto de um dos países mais violentos do globo. Além disso, as facções foram responsáveis por tornar intolerável a vida cotidiana da população nos mais vastos setores da sociedade, ainda, colocam em xeque a soberania do Estado salvadorenho dentro dos seus territórios nacionais. Uma das hipóteses levantadas sobre o crescimento da violência é o da debilidade econômica que limita a possibilidade de existência de políticas adequadas de inclusão social (Roque 2021). Todos esses fatores são necessários para a compreensão do fenômeno político da ascensão do atual presidente salvadorenho.

Nayib Armando Bukele Ortez iniciou sua carreira política cedo. Nascido em 1981, ele ascendeu a seu primeiro cargo em 2012, com sua candidatura para a prefeitura de Nuevo Cuscatlán (2012-17) e na eleição seguinte foi eleito prefeito da capital salvadorenha San Salvador (2015-18), ambas pelo FMLN. Durante seus mandatos, empreendeu algumas iniciativas sociais populares nos municípios e atribui-se a essa proeza a sua boa relação com o empresariado local, em especial, destaca-se o financiamento da ALBA Petróleos aos seus projetos. Dessa maneira, Bukele apresentou-se para a população enquanto um jovem político, empresário, e pronto para desempenhar melhoras significativas através de projetos sociais na vida dos salvadorenhos. Todavia, em 2017, após quase dois

mandatos pelo FMLN, Bukele foi expulso do partido após ser acusado de causar cisões internas no partido. Como resposta, ainda no mesmo ano, Bukele criou o seu próprio partido chamado Nuevas Ideas (Melendez-Sanchez 2021). Porém, não foi possível que Bukele se candidatasse pelo partido que criou, pois não houve tempo hábil para tal, sendo assim, precisou de outro partido para sua candidatura e o escolhido foi o Partido Grande Aliança pela Unidade Nacional (GANA) (Muñoz-Ledo n.d)

Um dos principais elementos de sua candidatura foi o uso das redes sociais enquanto uma ferramenta de difusão de sua imagem para o contato com seu público alvo. Concomitantemente, outro elemento a ser destacado é a sua plataforma de discurso centralizada na ideia de não alinhamento político com a esquerda, tampouco com a direita. Observa-se que foi um recurso importante usado por Bukele e que se encaixa com o contexto no qual ele estava inserido, em um país descontente com a alternância entre ARENA e FMLN, tanto pelas frequentes denúncias de corrupção quanto pela precarização da vida da população. Ademais, a propagação do conteúdo político direcionado facilita a mobilização de adeptos através das redes sociais o que facilita a "descrença" nas plataformas tradicionais de comunicação , o que é muito interessante a ser analisado nesse caso, dado que setores da área de telecomunicações foram privatizados nos anos noventa (Ferreira 2022).

O empreendimento eleitoral de Bukele permitiu com que ele mobilizasse pelo menos 70% do eleitorado salvadorenho, que em 2018 — apenas um ano antes das eleições —, relatou em uma pesquisa que não estava interessado em política. Dentre esse público, deve-se destacar os jovens eleitores, que em geral são

pouco engajados em política e mais ativos nas redes sociais. Uma pesquisa eleitoral apontou que pelo menos 54,4% das pessoas entre 18-29 anos tinham intenção de votar em Bukele para a presidência, o que reforça a mobilização do público mais jovem. Ainda, Nayib Bukele teve sucesso em sua plataforma eleitoral ao mobilizar aqueles eleitores inclinados a apoiar a mudança, mas que fogem aos extremismos, e que se auto-identificam como centristas (Melendez-Sanchez 2021).

Como resultado de seu empreendimento na campanha eleitoral, em 2019, Nayib Bukele conquistou as urnas salvadorenhas atingindo o marco de ser o presidente mais jovem do país, aos 37 anos. Assim como também, tornou-se o primeiro presidente eleito de um partido além da ARENA ou FMLN desde 1984 (Melendez-Sanchez 2021).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Essa seção aborda o cenário político em El Salvador desde a eleição do presidente atual, destacando eventos como o "El Bukelaso" e sua reeleição. Também analisa a evolução do sistema prisional, desde o século XIX até hoje, incluindo construção de prisões, leis e desafios enfrentados. Quanto à economia, explora os impactos da pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas para mitigar seus efeitos. Além disso, examina a recente adoção do Bitcoin como moeda legal, discutindo seus efeitos sobre desigualdade econômica, exclusão financeira e estabilidade social, assim como a resistência da população e as percepções do governo.

3.1 Crises Políticas

O atual presidente salvadorenho, Nayib Bukele, tem como uma das grandes marcas de seu primeiro mandato à frente do país centro-americano uma série de manejos e reformas políticas que lhe deram, acima de tudo, maior capacidade decisória e maior autonomia para governar sem grandes intervenções provenientes das demais instâncias políticas do país. Em 2019, após um processo eleitora, Bukele ultrapassou os 50 por cento dos votos necessários para evitar um segundo turno e já havia reivindicado a vitória diante de uma multidão exultante na capital e convidado apoiadores para comemorar nas ruas antes mesmo da oficialização formal do resultado do pleito.

Durante os primeiros meses de seu governo, o presidente destacou-se pela execução do plano de controle territorial, um projeto constituído de uma série de etapas para diminuir a presença de grupos armados no território de El Salvador. Sem maiores polêmicas no sentido da utilização do aparato político até então, o governo de Bukele passaria a encontrar dificuldades para se relacionar com o congresso. A partir de novembro de 2019, Bukele procurou garantir um empréstimo de US$109 milhões do Banco Centro-Americano de Integração Econômica para financiar a terceira fase do Plano de Controle Territorial. No entanto, o legislativo, que era controlado pela ARENA e pela FMLN, pediu a Bukele que lhes concedesse mais tempo para avaliar o pedido. Em 6 de fevereiro de 2020, Bukele invocou o artigo 167 da Constituição, apelando a uma reunião de emergência da Assembleia Legislativa para a aprovação do empréstimo. Pediu, também, que seus apoiadores se reunissem em torno da sede da Assembleia durante

a reunião, marcada para nove de fevereiro daquele ano. No dia da sessão emergencial, Bukele ordenou que quarenta soldados adentrassem a sala de reuniões da Assembleia Legislativa junto dele, buscando intimidar os legisladores a aprovar o empréstimo, mas um número insuficiente de congressistas compareceu e este não foi aprovado por falta de quórum (Dammert 2023).

Políticos da oposição descreveram o ocorrido, conhecido em El Salvador como '9F' ou 'El Bukelaso', como um auto-golpe. As ações do presidente já eram, àquela altura, no entanto, legitimadas pelos altos índices de aprovação de seu governo, que ultrapassaram 80 por cento durante grande parte do mandato na maioria das pesquisas realizadas. A Suprema Corte de El Salvador também condenou sua ação e proibiu-o de convocar a Assembleia Legislativa, além de proibir que o Ministério da Defesa realizasse quaisquer ações não permitidas pela Constituição, ordens que não demoraram a serem abertamente rechaçadas por Bukele (Dammert 2023).

Na mesma época, Bukele ordenou à Polícia Nacional Civil que prendesse pessoas que violassem as ordens de confinamento referentes à pandemia de COVID-19. O Tribunal Constitucional, uma parte do Supremo Tribunal, decidiu que prender cidadãos por violar as regras do confinamento era ilegal, mas o presidente novamente rejeitou abertamente e ignorou a decisão do tribunal. Em 8 de novembro de 2020, Raúl Melara, então procurador geral de El Salvador, abriu investigações sobre vinte instituições do governo de Bukele por corrupção e não cumprimento de ordens do poder judiciário, investigações que não tiveram qualquer efeito prático (Dammert 2023).

Um dos grandes pontos de inflexão do mandato de Bukele foram as eleições legislativas de fevereiro de 2021. Na ocasião, a coligação formada pelo partido político Nuevas Ideas, de Bukele, junto de outras siglas menores, conquistou 56 dos 84 assentos da Assembleia Legislativa, dando ao presidente o apoio da maioria dos assentos da Assembleia e, consequentemente, uma significativamente maior facilidade para tomar decisões sem entraves por parte dos partidos de oposição, que ocupavam a maioria dos assentos do Congresso até aquele momento. A nova sessão da Assembleia Legislativa começou em primeiro de maio de 2021. O mandato de Mario Ponce como Presidente do Congresso terminou com a nova sessão da legislatura, com os novos membros elegendo Ernesto Castro como o novo Presidente do órgão com margem de 64 votos a favor e 20 abstenções. A partir daquele momento, o presidente dispunha, além da aprovação de grande parte da população de El Salvador, da maioria no Congresso, Ampliando Radicalmente a capacidade de Bukele para governar sem dificuldades ou objeções (Dammert 2023).

Imediatamente após a votação de Castro, a Assembleia Legislativa prosseguiu aprovando a destituição de todos os cinco juízes do Tribunal Constitucional do Supremo Tribunal que se tinham oposto a Bukele por repetidas vezes, sob alegações de decisões arbitrárias tomadas pelo grupo no passado. A votação terminou com 64 votos a favor, 19 contra e uma abstenção. Elisa Rosales, líder da Nuevas Ideas, afirmou que havia evidências claras, em suas palavras, de que os juízes impediam a conduta do governo e que deveriam ser removidos para proteger o povo. Logo depois, os cinco juízes consideraram a votação inconstitucional, mas foram destituídos de qualquer maneira. Os juízes destituídos foram Óscar

Armando Pineda Navas, presidente do Supremo Tribunal, Aldo Enrique Cáder, Carlos Sergio Avilés, Carlos Ernesto Sánchez e Marina de Jesús Marenco. Mais tarde naquele mesmo dia, a Assembleia Legislativa também votou pela destituição de Melara do cargo de Procurador-Geral, com o próprio tendo posteriormente apresentado sua renúncia (Dammert 2023).

Rodolfo Delgado, alinhado ao presidente, substituiu Melara como Procuradora-Geral em dois de maio de 2021 e cinco novos juízes foram nomeados no dia seguinte, todos também apoiadores de Bukele. A ação foi recebida pela oposição como um auto-golpe e uma séria ameaça ao sistema democrático do país. Enquanto isso, muitos dos apoiadores e seguidores de Bukele, as Forças Armadas de El Salvador e a Polícia Nacional Civil se posicionaram de modo favorável à iniciativa (Dammert 2023).

Foi por conta do chamado '1M', como ficou conhecido o evento, que a comunidade internacional passou a olhar com maior atenção para o que ocorria em El Salvador. Apesar dos acontecimentos do ano anterior também terem despertado reações preocupadas de outros países e organizações, o ocorrido em primeiro de maio de 2021 foi a primeira vez em que houve uma reação generalizada por parte de Estados e Organizações Internacionais acerca de um ocorrido em El Salvador desde o início do mandato de Bukele. Os Estados Unidos, por exemplo, foram enfáticos, por meio de suas lideranças, ao reafirmar a importância da autonomia de cada um dos três poderes para a manutenção de um sistema democrático funcional. O país também colocou os cinco novos juízes da Suprema Corte em uma lista do governo de pessoas que atuam contra o Estado democráticos de direito. A Organização dos Estados Americanos e a União Europeia também demonstraram

preocupação com o ocorrido. Em menor número, estavam os países que reagiram positivamente. Organizações Internacionais, especialmente aquelas de direitos humanos, também demonstraram descontentamento com a situação, alertando para os riscos relacionados à centralização do poder do país nas mãos do presidente (Dammert 2023).

Em março de 2022, um novo Evento foi alvo de amplas discussões. Após um curto período de escalada no número de homicídios no país, que vem caindo desde 2019, quando Bukele foi eleito, o presidente anunciou um decreto de situação de emergência em El Salvador para combater o aumento nos números relacionados à violência. O estado de emergência original de 30 dias – aprovado em 27 de março, após uma série de 62 assassinatos num dia – restringe os direitos de reunião, de ser informado sobre seus próprios direitos, o direito de permanecer em silêncio ao prestar um depoimento e de ter acesso a um advogado. Estende, além disso, para 15 dias o tempo que alguém pode ser detido sem acusação. Os 30 dias iniciais foram, no entanto, sendo estendidos mensalmente para que o governo fosse autorizado a praticar o disposto no decreto para além do tempo previsto. O decreto tem sido prorrogado mensalmente desde então, e sua duração completou dois anos em março de 2024. No âmbito da emergência, as autoridades detiveram mais de 76.000 pessoas — mais de um por cento da população de El Salvador — muitas vezes com poucas ou nenhuma provas e pouco acesso ao devido processo (Associated Press 2024).

Com a proximidade das eleições presidenciais de 2024 no país, o Congresso aprovou, em junho de 2023, uma reforma eleitoral que reduziu o tamanho da Assembleia. O órgão, que continha um

total de 84 assentos até aquele momento, foi reduzido em praticamente 1/3 de seu tamanho original, passando a abarcar apenas 60 cadeiras após a reforma. Apesar das alegações do partido governista de que a redução do tamanho do Congresso seria uma medida de contenção de gastos, as intenções eleitorais da medida não passariam despercebidas. A reforma aprovada estava ligada ao iminente favoritismo do presidente nas eleições do ano seguinte, muito embora a reeleição fosse claramente proibida pela Constituição do país. Além da redução do Congresso, foi proposta, também, uma redução do número de municípios e distritos do estado. A oposição ao governo vem afirmado que as reformas executadas são uma maneira de concentrar recursos em poucas instituições, diminuindo a participação de partidos menores na política nacional e concentrando recursos e poder nas mãos do Nuevas Ideas, partido do presidente (Renteria 2023).

O primeiro e aparentemente único mandato de cinco anos de Bukele seria encerrado em 2024. No entanto, o Congresso e a Suprema corte consideraram legal a candidatura do presidente à reeleição em fevereiro deste ano, permitindo que o mandatário disputasse o pleito, que venceu por uma ampla margem em relação aos candidatos da oposição. Diferentemente da eleição anterior, em 2019, o processo eleitoral de 2024 foi questionado dentro e fora das fronteiras salvadorenhas, tendo sido considerado pouco transparente e até mesmo fraudulento por algumas instituições. De qualquer maneira, Bukele foi declarado o vencedor da eleição e seguirá à frente do país por mais um mandato de cinco anos, sendo o primeiro mandatário reeleito da história de El Salvador (Alemán 2024).

Paralelamente, às eleições legislativas deram ao Nuevas Ideas 58 dos 60 assentos do agora reformado Congresso salvadorenho. Essa condição dá ao Nuevas Ideas uma ampla margem de manobra para governar, praticamente sem qualquer participação de partidos ou políticos da oposição. Foi citada pelo partido governista, no período eleitoral, a possibilidade de uma reforma constitucional em El Salvador, que passou a tornar-se factível após a contundente vitória nas eleições do congresso. Há até então suposta reforma poderia, inclusive, tornar Bukele elegível para mais mandatos, permitindo sua permanência no poder por tempo indeterminado (Alemán 2024).

Em 29 de abril, o Congresso aprovou, com facilidade, uma mudança em um artigo da Constituição para facilitar o processo da realização de reformas constitucionais no Estado centro-americano. Anteriormente, as reformas constitucionais tinham de ser propostas e aprovadas numa legislatura e depois ratificadas no Congresso subsequente após as eleições. Agora, as reformas podem ser implementadas apenas com o voto de três quartos dos legisladores. A mudança passa a tornar iminente a supracitada reforma constitucional pretendida pelo governo em exercício e facilita ainda mais a tomada de decisões por parte de um governo que dispõe de uma maioria quase absoluta no aparato político de todo o país (Alemán 2024).

3.2 Detenções em Massa

Após a independência de El Salvador no século XIX e reconhecendo a necessidade de um sistema penitenciário nacional centralizado, foi construída a Penitenciária Central, inaugurada em

1897, juntamente com a promulgação da "Lei Relativa à Penitenciária de San Salvador". A lei tinha como objetivo transformar a Penitenciária Central em um centro de reabilitação, oferecendo oficinas de aprendizado e uma biblioteca para os reclusos. Ao longo do tempo, o sistema prisional cresceu moderadamente, contando com mais de 30 estabelecimentos penais até 1964. No entanto, a falta de legislação complementar impediu um crescimento ordenado, resultando em superlotação e outros problemas estruturais (Andrade e Carrillo 2015). A lentidão na resolução de questões jurídicas e a falta de provas adequadas foram identificadas como fatores que contribuem para a superlotação, criando um ciclo problemático envolvendo o Poder Judiciário, a Polícia Nacional Civil e o sistema carcerário.A eficácia do processo de reintegração social também era questionada, pois as prisões frequentemente incentivam práticas criminosas, aumentando a reincidência. A Penitenciária Central, por exemplo, tinha uma população quatro vezes superior à sua capacidade. Além disso, as instalações enfrentavam problemas graves, como envelhecimento e estado precário, devido à negligência e falta de planejamento adequado. Em resposta a esses problemas, a Lei Penitenciária de 1998 estabelece requisitos mínimos para o funcionamento das instituições penais, incluindo instalações médicas, esportivas, áreas de aprendizado, alimentação e higiene, e espaços específicos para mulheres. El Salvador, como membro da ONU, também seguia as normativas internacionais sobre o tratamento de reclusos, incorporando princípios básicos e regras mínimas em suas legislações (Barrera 2009).

Em contrapartida às regulamentações legais e contextualizando o cenário atual do país, o partido liderado por

Bukele propôs modificar as estratégias já existentes, adotar novas tecnologias para facilitar investigações e garantir uma proteção ampliada para os policiais, promotores e juízes envolvidos nessas operações. A prioridade consistia em aprimorar as condições de trabalho tanto na polícia quanto nas forças armadas, incluindo melhorias salariais, e fortalecer as instituições de segurança pública e justiça por meio de investimentos em tecnologia e reforço das prerrogativas legais. Além disso, foi enfatizada a necessidade de combater de forma eficaz a corrupção, contando com o apoio de organizações internacionais para esse fim (Stanica 2024).

Desde o início da presidência do empresário salvadorenho, os índices de homicídios diminuíram aproximadamente pela metade e o ano de 2020 foi o mais pacífico já visto no país desde o pós-Guerra Civil do século XX. Apesar da pouca informação pública fornecida pelo governo de Bukele, é possível inferir pelas proclamações via social mídia, como o Twitter, três fases principais para desenvolver a nova segurança política: 1) dominar os centros das grandes cidades, 2) cortar as gangues dos lucros e 3) recuperar o controle sobre as prisões. A primeira etapa se iniciou poucos dias depois da conquista do cargo em junho de 2019 e foi implementada em 12 dos 262 municípios. Essas cidades foram escolhidas a partir da maior participação de lucros das gangues e, portanto, a militarização foi excessiva com um total de 2.500 policiais e 3.000 soldados impedindo de ocorrerem crimes na região (Stelmach 2021).

Em dois de julho de 2019, foi lançada a segunda fase, denominada "Oportunidad". O núcleo consiste em programas sociais nas áreas de educação, cultura, arte, esportes e saúde. Eles incluem bolsas de estudo, moradia temporária e oportunidades de

emprego. Todos esses programas foram direcionados aos jovens que vivem em condições de alto risco e são vulneráveis ao recrutamento por gangues. O custo total para implementar esta fase foi estimado em $158 milhões, sendo $91 milhões financiados pelo Banco da América Central (Alfonso 2020). No final de julho, o presidente anunciou a transição para a terceira fase, chamada "Modernização", que visa fortalecer a polícia e as forças armadas com os equipamentos mais recentes. No entanto, o presidente encontrou um grande obstáculo no parlamento, visto que sem o apoio da maioria na Assembleia Legislativa, seria muito difícil obter apoio para os novos gastos. Em fevereiro de 2020, Bukele solicitou ao parlamento a autorização de um empréstimo de $109 milhões do Banco Centro-Americano de Integração Econômica para financiar os gastos com modernização. Desde então, Bukele chegou ao parlamento acompanhado pela polícia e pelo exército, desencadeando uma grande crise constitucional. Políticos acusaram o presidente de tentar um golpe e exigiram sua renúncia. O presidente, com o apoio das forças armadas, de fato ocupou o parlamento e convocou os cidadãos a se revoltarem contra a legislatura e, apesar do comportamento, continuou no poder e com satisfação populacional em torno de 80% (Wolf 2021). Em fevereiro de 2023, Nayib Bukele inaugura a maior prisão das Américas com capacidade para 40 mil detentos, batizada de Centro de Confinamento para o Terrorismo. Antes dessa grande estrutura, a prisão de grande porte era a La Esperanza, comportando 33 mil detentos em El Salvador, apesar da capacidade ser para 10 mil detentos (Estadão 2023).

Dessa forma, o presidente Bukele continua sua política de flexibilizar as sanções prisionais, dependendo da escalada da

violência. Após um aumento nos assassinatos em abril de 2020, o presidente introduziu medidas nas prisões, argumentando que as ordens partiam de dentro delas. As estruturas — que contam com sobrevoos de drones a fim de fiscalizar ainda mais os presos — tiveram o bloqueio de sinais de telefone, proibição de visitantes, confinamento dos presos em celas e o fim da segregação de membros de gangues rivais, o que gerou temores de tumultos e aumento da violência nas prisões. A divulgação de fotos de detentos vestindo apenas roupas íntimas e máscaras, sentados de maneira próxima nos corredores das prisões, sem distanciamento entre eles, durante uma pandemia em curso, provocou indignação da população civil salvadorenha quanto de outros países, visto que é uma nítida violação dos direitos humanos no sistema carcerário, o que foi agravado no governo de Bukele (Reyes 2022).

Um fato que corrobora para a impressão de diminuição de homicídios é o acordo secreto com as gangues, embora isso seja proibido por lei. Em 2015, após as gangues serem declaradas organizações terroristas e a proibição de cooperação com elas ser implementada, Bukele condenou a ARENA e o FMLN por realizarem negociações secretas, bem como por pagar às gangues durante as campanhas eleitorais de 2014 para ganhar votos em distritos específicos. O governante salvadorenho declarou publicamente que não negociaria com as gangues para não as legitimar. No entanto, o jornal El Faro publicou um artigo revelando registros prisionais que comprovam claramente que políticos do atual campo governante realizaram uma série de reuniões com líderes da MS-13 e Barrio 18 nas prisões, com o objetivo de reduzir a violência e as taxas de homicídio em troca de tratamento indulgente e privilégios para os membros das milícias . As vantagens recebidas foram

empregos bem remunerados, a instalação de barracas em locais privilegiados, flexibilização das políticas de migração interna e externa das prisões, permitindo que os detentos tenham acesso a uma alimentação melhor (Martínez et al. 2020).

Antes mesmo de sua conclusão, o governo já havia acumulado mais de 3.000 denúncias por violações dos direitos humanos, especialmente relacionadas a detenções arbitrárias. A Anistia Internacional trouxe à tona que pelo menos 18 detentos faleceram sob custódia estatal. O atual governo conseguiu instalar um sentimento de medo entre os prisioneiros, bem como entre os jovens residentes em áreas populares, que agora vivem sob a constante ameaça de serem detidos arbitrariamente. Esta política, que visa saturar o sistema carcerário com detidos, têm levado a uma militarização cada vez maior da segurança pública. Assim, o sistema se encontra com superpopulação penitenciária, definição essa concedida pelo Comité Europeu para Os Problemas Criminais, ou seja, quando a densidade populacional nas prisões excede os 100% da capacidade estrutural (Iudop 2014).

Conforme dados fornecidos pela Direção Geral de Centros Penais, até 28 de dezembro de 2020, o Sistema Penitenciário registrava uma população carcerária de 36.691 pessoas, sendo que 92,28% correspondiam a homens e 7,72% a mulheres. Sendo assim, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão principal e autônomo da OEA com o objetivo de fiscalizar, evidenciar e mitigar os problemas, realizou visitas no local em 2019 e expôs a situação desses encarcerados. Durante a visita ao país, a CIDH pôde observar as condições das detenções, concluindo que há elevados índices de superlotação, detenções prolongadas em instalações policiais, deficiente

infraestrutura, causando insalubres aos presidiários, falta de higiene, atendimento médico inadequado e insuficiente, acesso limitado e inadequado à água, e o aumento do uso de regimes de segurança máxima. Além disso, os centros penais estão concentrando aproximadamente 60% de todos os casos de tuberculose do país, com uma prevalência de quase 6.000 pacientes para cada 100.000 habitantes, tornando-se a maior prevalência da região (CIDH 2021).

3.3 Questões Socioeconômicas

A pandemia da COVID-19 foi um duro golpe contra o governo de Nayib Bukele. El Salvador registrou um crescimento econômico modesto nos últimos anos, com uma taxa anual de 2,5% entre 2013 e 2019. Ainda assim, o país conseguiu uma diminuição significativa da pobreza e da desigualdade. O índice de Gini, por exemplo, em 2019, atingiu valores que o Banco Mundial considera representar uma elevada desigualdade em território salvadorenho (Banco Mundial 2024).

Embora El Salvador tenha rapidamente adotado medidas fortes para conter o surto e o governo tenha lançado uma resposta fiscal robusta para limitar o impacto da pandemia nas famílias e nas empresas, a COVID-19 representou um grande limitador do crescimento, uma vez que o produto interno bruto (PIB) diminuiu em 7,9% em 2020. Em 2021, a economia salvadorenha cresceu 11,2% e o crescimento moderou-se para atingir 2,6% em 2022 e 2,7% em 2023. Até 2024, espera-se que permaneça, em média, em 2,0%. O PIB deverá convergir 2,5% no médio prazo, acima das médias históricas, como resultado do consumo privado, do investimento público e do turismo (Banco Mundial 2024).

As taxas de linha de pobreza para a renda média-alta de US$ 6,85 e a renda média-baixa de US$ 3,65 por pessoa (com base na paridade de poder de compra [PPC] de 2017) atingiram 27,5% e 8,6% em 2022, respectivamente. As taxas de pobreza nacionais mostram um quadro variado. A pobreza moderada mantém-se relativamente estável, ligeiramente abaixo da registada antes da pandemia,apesar do aumento entre 2019 e 2020, enquanto a taxa de pobreza extrema aumentou em 2022, permanecendo em 4,1 pontos percentuais acima da percentagem de 2019 (Banco Mundial 2024).

Em El Salvador continuam a existir problemas como a necessidade de promover reformas para alcançar a sustentabilidade fiscal. A resposta fiscal à crise da COVID-19 ajudou a mitigar os impactos, custando cerca de 16,5% do PIB e, juntamente com receitas baixas e despesas rígidas, elevou a dívida pública para mais de 90%. Embora a dívida tenha diminuído nos últimos anos, ainda é superior aos níveis pré-pandemia.O governo enfrenta pressões de liquidez e tem poucas alternativas de financiamento. O Banco Mundial afirma que um quadro fiscal de médio prazo bem definido poderia reduzir a incerteza e permitir ao país recuperar a capacidade de emitir dívida nos mercados internacionais para promover o crescimento sustentável (Banco Mundial 2024).

O período do Coronavírus registrou números significativos de contágios e mortes no país. O número total de casos foi de 201.785, ao passo que o quantitativo total de mortes foi registrado em 4.230, números relativamente altos para uma nação de cerca de 6 milhões de habitantes. A campanha de vacinação, por sua vez, obteve relativo êxito. 11.379.601 doses foram aplicadas no país e 4.652.597 pessoas receberam ao menos a primeira dose, o que

representa 71,73% da população total (Johns Hopkins Coronavirus Resource Center s.d).

Bukele ordenou como medidas para o combate à pandemia o fechamento dos espaços públicos em 17 de março de 2020, data semelhante ao restante do mundo, impondo ordens relacionadas à quarentena estabelecida. Uma das medidas mais comentadas adotadas pelo governo foi a prisão de um número elevado de pessoas pelo descumprimento das regras de reclusão relacionadas à pandemia. No país, mais pessoas foram detidas pelo descumprimento das regras do que houve casos confirmados de COVID-19 (Banco Mundial 2024).

Partindo para uma segunda questão econômica de El Salvador, discute-se a implementação do Bitcoin em 2008 no país salvadorenho, sistema que permite transações monetárias eletrônicas diretas entre usuários, sem a necessidade de uma instituição financeira intermediária. Essa inovação incluiu a criação da blockchain, uma rede distribuída de nós criptografados responsáveis pela validação segura das transações (Nakamoto 2008). A economia dolarizada de El Salvador, desde a introdução da Lei de Integração Monetária em 2001, tem enfrentado um crescimento econômico modesto nos últimos anos.

Em setembro de 2021, o presidente salvadorenho Nayib Bukele anunciou a intenção de apresentar ao Congresso uma proposta para tornar o Bitcoin uma moeda de curso legal, ou seja, autorizada a ser um método de compra e pagamento, além do dólar americano estabilizado em El Salvador. Dias depois, a Lei Bitcoin foi aprovada por unanimidade, entrando em vigor em sete de setembro de 2021. Essa iniciativa foi acompanhada pelo lançamento da Chivo Wallet, uma carteira digital para facilitar transações em

Bitcoin, e pela instalação de uma rede de caixas eletrônicos deste sistema em todo o país. No entanto, a implementação da criptomoeda foi desafiadora, visto que nos primeiros dias os caixas eletrônicos tiveram longas filas para o saque monetário, com um uso limitado da criptomoeda entre consumidores e empresários, além dos relatos de roubo de identidade. Apesar dos esforços do governo para incentivar a adoção dessa moeda, a população salvadorenha, em sua maioria desprovida de acesso a serviços bancários tradicionais, permaneceu cética. Embora alguns salvadorenhos tenham baixado a Chivo Wallet para receber a recompensa em Bitcoin, muitos permanecem cautelosos e continuam preferindo transações em dólar americano (Betancur 2022).

Entretanto, a introdução do Bitcoin tem gerado um intenso debate sobre seus impactos sociais, como o agravamento da desigualdade econômica no país. Enquanto a criptomoeda oferece oportunidades de investimento e transações sem intermediários, aqueles com maior acesso à tecnologia e educação financeira se beneficiam mais, ampliando, assim, a lacuna entre os mais ricos e os mais pobres. Ou seja, a exclusão financeira perpetua a marginalização de certos grupos sociais e geográficos em El Salvador. Outra questão crucial são os riscos associados aos crimes financeiros, visto que a falta de regulamentação adequada e de infraestrutura de segurança pode tornar os usuários de Bitcoin mais vulneráveis a atividades criminosas, como fraude, lavagem de dinheiro e extorsão. Esses crimes podem afetar especialmente aqueles menos familiarizados com o Bitcoin e sua segurança, aumentando, assim, o risco de exploração financeira. Por fim, a instabilidade social e política é uma preocupação latente, já que

discordâncias sobre políticas governamentais relacionadas à criptomoeda podem aumentar a polarização e o descontentamento entre diferentes grupos de interesse em El Salvador (Instituto Universitario de Opinión Pública 2021).

Ainda nas consequências negativas aos grupos sociais mais desfavorecidos economicamente, milhares de pessoas protestaram contra a adoção do Bitcoin, demonstrando uma resistência significativa à nova legislação da criptomoeda, segundo uma pesquisa conduzida pela Universidad Centroamericana José Simeón Cañas. A pesquisa também evidenciou uma falta generalizada de entendimento sobre o Bitcoin entre os cidadãos, com a maioria tendo pouca ou nenhuma compreensão da criptomoeda. Além disso, a população demonstrou desinteresse em adotar a carteira digital Chivo Wallet, com cerca de 80% dos entrevistados indicando falta de interesse. Há também preocupações sobre o impacto econômico do Bitcoin, com receios de que sua adoção possa resultar em aumentos nos preços dos bens essenciais. Como resultado, Nayib Bukele recebeu sua pior avaliação em uma pesquisa de desempenho, refletindo a insatisfação generalizada com a implementação da Lei do Bitcoin (Instituto Universitario de Opinión Pública 2021).

Apesar das críticas à nova legislação, o apoio ao presidente Bukele permanece forte entre a população. Uma pesquisa recente mostrou que a grande maioria dos salvadorenhos aprova seu mandato (Segura 2021). Enquanto isso, o governo do salvadorenho anunciou projetos adicionais, como a construção da cidade do Bitcoin e a emissão de títulos desta moeda. No entanto, o uso dessa criptomoeda como forma de pagamento em El Salvador tem sido limitado, com a maioria das transações ocorrendo no setor

turístico. Esses desenvolvimentos indicam uma complexa interação entre o governo, a população e o setor privado na implementação do Bitcoin em El Salvador, que continua a evoluir à medida que a legislação é colocada em prática e, como dito, traz graves consequências a grande parte da população do país (Balcáceres 2022).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

O presente tópico abordará as reações da Comunidade Internacional ao regime de Bukele, especialmente aquelas que resultaram em ações concretas, como as da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, além de eventuais ações realizadas unilateralmente, sobretudo aqueles também membros da Organização dos Estados Americanos.

4.1 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é o principal braço da Organização dos Estados Americanos e atua de maneira autônoma dentro da jurisdição da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e da Carta da OEA, que institui a supramencionada organização, e dessa forma, constitui-se enquanto um órgão de consulta direta por parte da Organização dos Estados Americanos. Cabe à Comissão Interamericana a vigilância e a defesa dos direitos humanos no território americano, em específico, dos Estados que reconhecem a sua competência. Desde a ascensão de Bukele ao poder, a CIDH manifestou-se em situações específicas sobre os acontecimentos recentes no país,

portanto aqui, analisaremos em seguida os principais comunicados da Comissão.

4.1.1 Lei de Agentes Estrangeiros

Em 17 de novembro de 2021, a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (RELE), um dos organismos integrantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, emitiu a nota de imprensa número 308. O documento clamou para que El Salvador não aprovasse o anteprojeto de Lei de Agentes Estrangeiros, considerando esse enquanto uma ameaça às liberdades individuais. Tal projeto limitaria a atuação de Agente Estrangeiros, aplicando uma taxa de 40% sobre transações financeiras, com exceção das realizadas nos setores educacionais, religiosos, comerciais ou acadêmicos, assim como também prevê que todos os que recebem algum tipo de financiamento do exterior deveriam registrar um "agente estrangeiro" e submeter-se às vistorias do governo (CIDH 2021).

O anteprojeto salvadorenho recebeu duras críticas por parte da comunidade americana e de organizações não governamentais, sobretudo, no âmbito da CIDH. Sendo assim, o referido comunicado da RELE apresenta-se como um sinal de explícito desconforto por parte dos Estados-membros da OEA. A principal problemática levantada perante a aplicação do anteprojeto é o recaimento sobre os setores de comunicação que seriam gravemente afetados, em especial, as organizações focadas na observância de direitos humanos e nos agentes jornalísticos independentes. O comunicado expressou uma desaprovação de qualquer tipo de pressão política ou imposição econômica que

limite a liberdade de imprensa ou de indivíduos, assim como também reconheceu como desproporcionais os pedidos de tributação por parte desses agentes. Dessa forma, é possível perceber que a garantia da liberdade de imprensa em El Salvador é um tópico de atenção por parte da Organização dos Estados Americanos desde o início do governo de Nayib Bukele (Nalvarte 2021).

4.1.2 Regime de Exceção

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tem acompanhado de forma ininterrupta a escalada dos eventos em El Salvador desde 2021, dada a crescente tentativa do governo salvadorenho de limitar a atuação da imprensa e organizações não governamentais. Sendo assim, em abril do ano seguinte, a CIDH emitiu uma nova nota em que instava para que El Salvador preservasse os direitos inalienáveis mesmo durante o Regime de Exceção, este que estava em vigor no Estado desde 27 de março de 2022. O regime, aprovado pelo Legislativo, facultou as prisões sem ordem judicial e restringe uma série de outros direitos previstos na constituição salvadorenha. O pretexto usado para a aprovação foi o de manutenção da ordem pública dado ao aumento das mortes violentas no país. Além disso, as crescentes denúncias por parte de Organizações de Direitos Humanos apontaram a prisões arbitrárias e muitas vezes violentas em El Salvador. Diante disso, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) se manifestou alegando que mesmo que El Salvador tenha o dever de manter a ordem pública, os mecanismos não podem ignorar os direitos fundamentais dos indivíduos, frisando a necessidade de respeitar os

direitos judiciais dos salvadorenhos, além disso, pede para que El Salvador investigue as infrações aos direitos humanos em seu território (CIDH 2022).

Consoante aos pedidos de 2022, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitiu em 6 de abril de 2023 um clamor para que El Salvador encerre o Regime de Exceção no país. No momento dessa manifestação da CIDH, o regime já estava em sua segunda prorrogação por parte do Estado salvadorenho, com a mesma justificativa de manutenção da segurança pública. A Comissão, dessa forma, declarou que os métodos usados pelo Estado não se encaixam nas normas comuns de segurança pública para conter a criminalidade, estando em desacordo com o artigo 27.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos (1969). Esse último ponto, é muito relevante para a nossa análise aqui, pois ele apresenta um posicionamento oficial da CIDH não apenas sobre o regime de exceção, mas também sobre infrações às normas da OEA (CIDH 2023).

4.2 Sanções Econômicas

Uma série de organizações não governamentais — como a Human Rights First, Humans Right Watch e Cristosal por exemplo — têm desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos humanos em El Salvador, pressionando a comunidade internacional a adotar medidas definitivas contra o governo. As sanções econômicas, nessa conjuntura, surgem como uma resposta direta às denúncias de violações e um instrumento para promover a mudança (Hassan 2023; Human Rights First 2023).

Sendo assim, em dezembro de 2021, os Estados Unidos da América anunciaram novas sanções econômicas aos países da América Central, em específico, direcionadas a autoridades (empresários, funcionários públicos ou políticos) envolvidas em esquemas e/ou denúncias de corrupção, para buscar frear desvios públicos e a desestabilidade na região. Nessa lista estavam vários políticos salvadorenhos. As sanções foram aplicadas de acordo com um projeto do governo norte-americano, intitulado como Lei Global Magnitsky Human Rights Accountability Act, EO 13818, o referido programa de sanções busca indivíduos ligados diretamente a graves violações aos direitos humanos e a atos de corrupção, promovendo dessa forma, uma penalidade àqueles, que segundo a visão estadunidense, agem de maneira impune em seus respectivos países. A lei prescreve o confisco de vistos e congelamento de quaisquer ativos dos indivíduos sancionados que estejam nos Estados Unidos (U.S. Congress 2016; Departamento de Estado dos EUA 2023).

Tais sanções foram aplicadas após os Estados Unidos acusarem uma série de funcionários por negociar com líderes de gangues para mitigar o número de homicídios no país, em específico das principais gangues salvadorenhas. Entre os acusados está Osiris Luna Meza, Chefe do Sistema Penal Salvadorenho e Vice-Ministro da Justiça e Segurança Pública. Em conjunto com a sua mãe, Alma Yanira Meza Olivares, foi indiciado por estar envolvido em negociações com líderes das gangues mencionadas durante o período da Covid-19, assim como também, supostamente desenvolveu um esquema de desvio do sistema prisional de El Salvador, ao criar vagas de emprego fantasmas, nas quais, os valores dos contracheques de pagamento retornaram para as suas contas.

Em linhas gerais, as acusações estadunidenses versam sobre um denso esquema de corrupção, em parceria com gangues da região, para reduzir a criminalidade durante o Regime de Exceção. De acordo com as investigações, os grupos estariam reduzindo os homicídios, em troca de benefícios (Departamento de Estado dos EUA 2023).

Desde o princípio as administrações Biden e Bukele nutrem uma relação adversa, dada a afinidade do presidente salvadorenho com o ex-presidente Donald Trump. Como acréscimo a essa inimizade, e diante dos aspectos apresentados, é possível perceber que as relações entre o governo dos Estados Unidos e El Salvador estão em um processo contínuo de deterioração à medida que o governo salvadorenho continua limitando a atuação de ONGs e meios de comunicação que de alguma forma recebem apoio estadunidense (Sanz 2021).

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

A **República Argentina** possui uma relação de boa convivência com El Salvador e fecharam acordo para repetir o modelo de combate ao crime organizado, este é um regime de exceção que permite aprisionar indivíduos sem ordem judicial, ou seja, é uma ação legalmente autorizada. Patricia Bullrich, ministra de segurança na Argentina do governo de Javier Milei, conheceu a mega prisão de El Salvador, inaugurada em 2022 e foi recebida pelo presidente Bukele na sede do governo. Essa parceria reflete o interesse mútuo em compartilhar estratégias e fortalecer a segurança pública, apesar das críticas internacionais em relação aos métodos adotados por Bukele. Entretanto, ambos os países

enfrentam desafios internos relacionados à criminalidade, tráfico de drogas e violência de gangues, mas a profundidade da cooperação bilateral nessa área pode não ser detalhada publicamente (Embajada de la República Argentina en El Salvador 2024).

Para o **Estado Plurinacional da Bolívia**, a segurança pública enfrenta desafios graves, incluindo altos índices de criminalidade, violência doméstica e o impacto do tráfico de drogas. Sob a presidência de Luis Arce, o governo boliviano tem implementado políticas para combater esses problemas, como a modernização das forças de segurança e a erradicação de cultivos de coca, uma fonte significativa de narcotráfico. Contudo, problemas estruturais, como a corrupção nas forças de segurança e a superlotação carcerária, persistem. A Bolívia é signatária de tratados internacionais, como a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes, que reforça seu compromisso em combater o tráfico de drogas e promover a segurança pública (Instituto Nacional de Estatística 2024). A sua relação com El Salvador em termos de segurança pública não é amplamente documentada em cooperação direta ou iniciativas conjuntas específicas. Ambos os países enfrentam desafios internos relacionados à segurança, como criminalidade, tráfico de drogas e violência de gangues e, portanto, não há informações substanciais disponíveis sobre uma cooperação bilateral significativa nessa área específica.

A relação entre a **República Federativa do Brasil** e **El Salvador** na segurança pública é marcada por cooperação técnica e intercâmbio de conhecimentos, com foco no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas. O Brasil, com sua experiência em enfrentamento ao crime, oferece capacitação e apoio técnico às

forças de segurança salvadorenhas. Ambos os países colaboram em organizações regionais como a OEA e participam de programas que visam fortalecer a segurança na América Latina. Apesar das diferenças contextuais e desafios internos, a parceria tem potencial para contribuir significativamente para a estabilidade e segurança de ambos os países (Sica 2024). Nesse sentido, o sistema de detenção no país não comporta os indivíduos, tornando-se uma questão crítica de maus tratos, insalubridade e elevação da criminalidade. O uso excessivo de prisões preventivas e a lentidão judicial agravam a situação. Sob a presidência de Lula, há esforços para reformar o sistema, mas a falta de acesso à justiça e as violações de direitos humanos, em desacordo com tratados internacionais como a Convenção contra a Tortura da ONU, permanecem críticos (Human Rights Watch 2024).

A segurança pública no **Canadá** é considerada uma das mais eficazes globalmente, com baixos índices de criminalidade. Sob a liderança do primeiro-ministro Justin Trudeau, o governo investe em uma abordagem integrada, combinando repressão ao crime e prevenção social, além de modernizar as forças de segurança com tecnologia avançada. O país enfrenta desafios como o aumento da violência armada em grandes cidades e questões relacionadas à segurança das comunidades indígenas. Como signatário da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, o Canadá reforça seu compromisso em combater o crime globalmente e cooperar internacionalmente em questões de segurança pública. O Canadá tem sido um parceiro importante em questões de desenvolvimento econômico, governança democrática e direitos humanos, apoiando iniciativas para promover a estabilidade e o progresso social. Além disso, os

dois países compartilham valores comuns em temas como democracia, direitos humanos e justiça social, o que fortalece sua cooperação em políticas internacionais e regionais (Government of Canada 2024).

A **República do Chile** possui um desafio contínuo na questão de segurança pública, com taxas variadas de criminalidade e foco em políticas de prevenção e repressão ao crime. Sob a liderança do presidente Gabriel Boric, o governo tem buscado fortalecer as instituições de segurança e implementar medidas para combater a violência urbana e o crime organizado. A cooperação internacional, incluindo tratados como a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, é parte integrante da estratégia do Chile para promover a segurança pública e enfrentar desafios emergentes como crimes cibernéticos e tráfico de drogas. O país se comporta como um país amistoso para El Salvador, contribuindo com pautas ambientais, de direitos humanos e de segurança. O Chile, muitas vezes apoia El Salvador com treinamento e assistência técnica para fortalecer suas capacidades de aplicação da lei e combate à criminalidade (Presidencia de la Republica de Chile 2024).

A **República da Colômbia**, sob a liderança do presidente Iván Duque, tem adotado políticas para fortalecer as forças de segurança, combater grupos armados ilegais e promover a reconciliação nacional. O país é signatário de tratados internacionais como a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, destacando seu compromisso com a cooperação global em questões de segurança pública e combate ao narcotráfico. Além disso, possui uma relação favorável com El Salvador, especialmente no combate ao tráfico de drogas e crime

organizado, visto que o país liderado por Gustavo Petro é observado como um parceiro estratégico para o país em questão, devido à sua experiência na luta contra grupos armados ilegais e na promoção de políticas de segurança regional. Além disso, ambos os países possuem interesses comuns em áreas como comércio, investimentos e desenvolvimento econômico, mantendo relações bilaterais (Ministerio de Defensa Nacional de Colombia 2024).

A **República de Cuba** possui uma relação conflituosa com a Organização dos Estados Americanos e foi suspensa devido a diferenças ideológicas e políticas com os Estados Unidos e outros países membros. Esta exclusão limita a participação de Cuba em muitas iniciativas regionais de segurança pública e cooperação internacional promovidas pela OEA. Além disso, por ter um governo socialista e El Salvador detendo uma política conservadora acaba sendo uma relação irregular, marcada por diferenças de alinhamento ao longo do tempo. Em alguns momentos, houve cooperação em áreas como saúde e educação, enquanto em outros períodos as relações foram mais conturbadas. Em relação ao âmbito de segurança pública, não há depoimentos claros de uma cooperação direta (Presidencia de la República de Cuba 2024).

Na República de El Salvador o presidente Nayib Bukele adotou uma abordagem intensa para combater a violência das gangues, instaurando um estado de emergência contínuo que resultou em prisões em massa e na construção de mega prisões superlotadas (Al Jazeera 2024). Desde que assumiu a presidência em 2019, Nayib Bukele tem sido elogiado por suas políticas inovadoras e sua abordagem enérgica para resolver problemas de El Salvador. Entre suas conquistas notáveis estão a redução significativa das taxas de criminalidade e a adoção do Bitcoin como moeda legal em

2021, uma medida ousada para atrair investimentos e oferecer alternativas ao sistema bancário tradicional. Além disso, Bukele tem investido em infraestrutura e educação, promovendo o desenvolvimento sustentável (Martínez 2022).

A **República do Equador** tem se inspirado nas medidas de Bukele para o combate aos problemas de segurança e violência compartilhados por quase todos os países na América Latina. Eleito em outubro de 2023, o presidente Daniel Noboa tem protagonizado uma proeminente reforma em todos os aspectos da segurança no país. No começo de 2024, Noboa declarou que o Equador se encontrava em guerra contra o narcotráfico e, três meses depois, um plebiscito foi realizado em todo o território para sustentar a aprovação de medidas referentes à reforma orquestrada pelo mandatário. Antes de sua eleição, o Equador observava um aumento exponencial em todos os números relacionados à violência, desde pequenos crimes até ações de gangues, assassinatos e sequestros. Noboa foi eleito buscando solucionar esse problema e as medidas tomadas por ele são, de fato, bastante similares àquelas tomadas por Bukele no começo de seu primeiro mandato, em 2019. De acordo com Roura (2024), algumas das medidas Adotadas no Equador no plebiscito realizado em abril incluem: 'aprovar que as Forças Armadas prestem apoio complementar à Polícia Nacional no combate ao crime organizado'; 'permitir que as Forças Armadas realizam o controle de armas, munições, explosivos e acessórios, permanentemente nas ruas'; e 'permitir que as armas que foram instrumentos ou objetos materiais de um crime podem ser destinadas ao uso imediato da Polícia Nacional ou das Forças Armadas'. Por último, destaca-se, também, a construção de novos presídios com capacidade para centenas ou

milhares de pessoas. O Equador é considerado uma das nações mais inspiradas no modelo de El Salvador para a promoção de uma reforma de segurança em território nacional (Roura, 2024).

A posição dos Estados Unidos da América em relação ao regime de Bukele apresenta diversos fatores que a tornam complexa e multifacetada. Ao mesmo tempo em que El Salvador tem-se distanciado das condições democráticas consideradas condizentes com a política externa americana, o país é palco de interesses relevantes dos Estados Unidos, especialmente no que se refere ao fluxo migratório de pessoas oriundas de toda a América Central. Durante os primeiros momentos do governo, as relações mantiveram-se estáveis, com ambas as partes dando sequência à cooperação mútua, especialmente nas questões migratórias e de apoio financeiro dos Estados Unidos nesse sentido. No entanto, as medidas adotadas pelo governo salvadorenho, especialmente aquelas voltadas ao combate às gangues, desagradaram o governo Biden, que insiste em enfatizar a importância da democracia e dos direitos humanos para a manutenção de boas relações entre os Estados (Kinosian 2024). Os anos de 2021 e 2022 foram especialmente tortuosos para as relações bilaterais entre os países. A alteração inconstitucional no quadro de juízes da Suprema corte de El Salvador, em 2021, bem como a proclamação de um estado de exceção no ano seguinte, que tem sido estendida até hoje, foram alvos de fortes condenações estadunidenses, que afirmaram, por repetidas vezes, que estas medidas minavam a democracia do país. Em resposta a essas preocupações, os EUA impuseram sanções a alguns funcionários do governo de Bukele acusados de corrupção e violações de direitos humanos. Além disso, houve uma suspensão temporária de ajuda econômica e a revisão de programas de

assistência. Essas relações, porém, não sofreram grandes mudanças na prática, justamente por conta das problemáticas comuns que os dois países enfrentam em algumas esferas. Em 2024, após a polêmica reeleição de Bukele, o governo norte-americano parabenizou o presidente, reafirmando a vontade do país em seguir cooperando com a nação da América Central e novamente ressaltando a importância da valorização da democracia (Kinosian 2024).

Com exceção de alguns poucos períodos históricos, as relações entre a República da Guatemala e El Salvador são tradicionalmente amistosas. No final de 2023, Bernardo Arevalo foi eleito presidente do país e, mesmo ideologicamente distante de Bukele, não tem dado qualquer sinal que remete a um possível distanciamento entre os Estados. O governo nacional não pretende adotar medidas de segurança similares às de El Salvador, como outras nações na região tem ensaiado. O país entende que estas medidas não são aplicáveis e tampouco necessárias na Guatemala, uma vez que, tanto em termos absolutos quanto proporcionais, o número de membros de grupos armados que atuam no país é substancialmente menor quando comparado ao do vizinho centro-americano. Além disso, considera que não é adequado realizar a detenção de qualquer pessoa que possa ser considerada suspeita pela polícia, sem julgamento prévio. Apesar dessas divergências, o governo da Guatemala nunca criticou publicamente quaisquer questões que envolvam a segurança ou os demais aspectos considerados polêmicos do governo salvadorenho, mantendo as relações em seu caráter amistoso e cooperativo (AFP 2024).

A República do Haiti registra pouco ou nenhum contato com El Salvador nos últimos anos. O Haiti tem enfrentado sucessivas

crises políticas, sociais e econômicas que prejudicam gravemente sua inserção no cenário internacional, seu auge em 2024. No começo deste ano, o agora ex-primeiro-ministro haitiano deixou o país na tentativa de agilizar as negociações para a recepção de uma missão das Nações Unidas comandada pelo Quênia programada para acontecer no Haiti. No entanto, a operação não obteve êxito e, sem o primeiro-ministro em território haitiano, a já anteriormente precária situação de segurança piorou ainda mais. As gangues presentes no país promoveram um ataque ao Palácio do Governo e obrigaram-no a renunciar no mês de março. Atualmente, a capital, Porto Príncipe, está cercada por grupos armados e a situação em todo o país é sensível em todos os âmbitos. Também em março, Nayib Bukele se ofereceu para comandar o combate aos grupos armados que operam no Haiti, destacando a necessidade de financiamento e apoio internacional, mas sem formular um plano concreto nesse sentido, o que foi uma das únicas menções do presidente salvadorenho ao país desde o início de seu governo (Morland 2024).

A República de Honduras tem no vizinho El Salvador um exemplo de modelo a ser seguido nas políticas de segurança implementadas pelo governo nacional neste ano. O país declarou estado de exceção em dezembro de 2022, suspendendo partes da Constituição enquanto tentava reprimir o aumento da criminalidade atribuída a gangues. Em junho de 2024, o governo anunciou Uma série de medidas Para ampliar o combate ao crime e à violência, com a presidente Xiomara Castro afirmando que as forças de segurança deveriam ser mobilizadas para executar urgentemente intervenções em partes do país com a maior incidência de crimes de gangues, como assassinatos encomendados, tráfico de drogas e

armas de fogo, extorsão, sequestro e lavagem de dinheiro. Foi anunciada a construção de um grande Complexo prisional, com capacidade para aproximadamente 20.000 pessoas, o que deve dobrar a capacidade de detenção do país. Além disso, Outras medidas rigorosas serão tomadas, como a localização e destruição de plantações de maconha e folha de coca, que é o principal ingrediente da cocaína, e A promoção de julgamentos coletivos contra acusados de cometerem crimes graves de violência no território hondurenho, a partir da listagem desses acusados como terroristas. Em linhas gerais, Honduras enfrenta problemas muito semelhantes aos de El Salvador na questão da segurança pública, especialmente por se tratarem de países vizinhos. As medidas implementadas em El Salvador são uma clara fonte de inspiração ao governo de Castro que, agora, busca solucionar o problema de forma bastante semelhante (Palencia 2024).

O **Regime de Bukele** não foi motivo de qualquer alteração significativa nas relações entre El Salvador e os Estados Unidos do México. O México é o quarto maior parceiro comercial de El Salvador, atrás apenas de Estados Unidos, Honduras e Canadá, e a política externa do país preza pela não intervenção em assuntos internos de outros estados. Esses dois fatores, em especial, contribuíram Para que a nação, governada por López Obrador até a última eleição presidencial, que elegeu a candidata apoiada pela situação, não se posicionasse de forma veemente em relação aos acontecimentos no país próximo. ambos os países compartilham de graves problemas relacionados à segurança pública, e o ex-presidente mexicano obteve resultados razoáveis em suas tentativas de combatê-lo, tendo adotado medidas bastante distintas das de Bukele. Nenhuma Mudança notável é esperada Para as relações

Entre os dois estados Mesmo após a troca de governo em território mexicano (Medrano 2024).

A **República da Nicarágua** apresenta um histórico de relações recentes bastante tensas com seu vizinho El Salvador. Em 2021, o governo do presidente Daniel Ortega concedeu o título de cidadão nicaraguense ao ex-presidente salvadorenho Salvador Sanchez Ceren, gerando uma reação inflamada por parte do Ministério das Relações Exteriores do país comandado por Bukele. O caso ambos os países acusarem um ao outro de interferir nos assuntos internos do país vizinho, ao passo em que a Nicarágua acusou, também, a ministra das Relações Exteriores de El Salvador de ameaçar convocar os Estados Unidos para resolver uma questão de soberania nacional da Nicarágua. Além desse caso, em 2022, a Nicarágua acusou El Salvador de utilizar parte do território do país, mas que é reivindicado pela nação salvadorenha. A disputa acarretou em um convite da Nicarágua para que os países pudessem resolver a questão fronteiriça na corte internacional de justiça, o que não se confirmou. Em 2024, a Nicarágua retirou seu embaixador em El Salvador sem uma justificativa clara. Nos últimos anos, os dois estados têm trocado acusações públicas de violação do Estado democrático de direito e dos direitos humanos por repetidas vezes, agravando ainda mais as tortuosas relações. Os governos de El Salvador e Nicarágua encontram-se em áreas bastante distintas do espectro político, o que contribui para as relações pouco amigáveis (Portillo 2024).

A **República do Paraguai** tem apresentado uma aproximação crescente com El Salvador, tanto em termos de relações diplomáticas quanto em termos ideológicos. O presidente Paraguaio, Santiago Peña, eleito em maio de 2023 pelo Partido

Colorado, considerado um partido conservador de direita, possui em Nayib Bukele, uma inspiração em termos do combate aos problemas da segurança pública, uma das mais pertinentes questões sociais em território paraguaio. Já nos primeiros meses de seu mandato, o presidente buscou levar a cabo reformas iniciais de segurança e, ainda no final de 2023, encontrou-se com Bukele em Nova Iorque no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas para debater a questão. Em 2024, novas leis de relativa rigorosidade têm sido aprovadas no Paraguai referentes à segurança e, quando da posse de Bukele para seu segundo mandato, o presidente paraguaio voltou a elogiar o presidente e reiterar a inspiração nas políticas de segurança adotadas em El Salvador para a implementação da reforma em seu país. As mais recentes leis aprovadas nesse sentido no Paraguai referem-se à modernização da polícia e reforma da carreira policial, ao combate à violência em estádios esportivos e ao amparo a pessoas, especialmente mulheres, vítimas de violência (Cruz 2024).

A **República do Peru** apresentou uma evolução significativa nas relações com El Salvador quando da substituição da presidência no país. No final de 2022, Pedro Castillo deixou o posto e deu lugar a Dina Boluarte, que é ideologicamente mais próxima de Nayib Bukele. Em termos de declarações públicas sobre o regime do presidente salvadorenho, nunca houve muito a se destacar, uma vez que a realização de declarações públicas negativas a respeito de chefes de estado estrangeiros foge dos princípios da política externa peruana. No entanto, desde a mudança no governo do país, registrou-se um alinhamento crescente entre os estados, com um número bastante maior de acordos bilaterais e multilaterais envolvendo Peru e El Salvador,

incluindo a permissão da entrada de nacionais de um dos países no outro sem a necessidade da apresentação de visto. Por conta dos graves problemas envolvendo segurança pública e crime organizado transnacional em território peruano, alguns setores do governo de Boluarte apoiam medidas próximas ao que foi observado no país comandado por Bukele, ainda que isso não pareça um cenário realista no presente momento (Ruiz 2024).

A República de Trinidad e Tobago, país caribenho com uma população de 1,4 milhão de pessoas, mantém uma democracia parlamentar e uma economia robusta centrada na produção de petróleo e gás natural, além de indústrias correlatas. O país também enfrenta muitos problemas de segurança pública. Sob a liderança da presidente Paula-Mae Weekes, o governo tem adotado medidas para melhorar a aplicação da lei e enfrentar a criminalidade. O país participa de iniciativas regionais e internacionais, colaborando com organizações como a CARICOM (Comunidade do Caribe) e a UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) para combater o crime transnacional e promover a segurança pública. O país desfruta de uma relação neutra com El Salvador, participando ativamente em projetos de manutenção de paz e esforços multilaterais em colaboração com as Nações Unidas e outros países, incluindo os Estados Unidos (Office of the President of Trinidad and Tobago 2024).

A República Oriental do Uruguai apesar dos esforços, enfrenta desafios estruturais como a corrupção dentro das forças de segurança e do sistema judicial, além da superlotação carcerária, que impacta negativamente na eficácia das políticas de segurança. Liderado por Luis Lacalle Pou, o país demonstra um compromisso sólido em melhorar a segurança pública, buscando proporcionar um

ambiente seguro e pacífico para todos os uruguaios através de medidas integradas, cooperação internacional e investimentos contínuos nas áreas chave de segurança e justiça. Entrando na questão diplomática com El Salvador, há uma relação cordial e baseada em cooperação bilateral com El Salvador em várias áreas. Ambos os países mantêm relações diplomáticas e têm interações frequentes em fóruns internacionais, compartilham interesses em questões como direitos humanos, comércio e cooperação em desenvolvimento. Além disso, os países também colaboram em projetos multilaterais e apoiam iniciativas regionais na América Latina (Ministerio del Interior de Uruguay 2024).

A República Bolivariana da Venezuela distanciou-se de El Salvador desde a primeira eleição de Bukele, em 2019. Já em novembro do mesmo ano, as relações entre as nações tornaram-se conflituosas quando o presidente salvadorenho reconheceu a legitimidade de Juan Guaidó como presidente venezuelano, expulsando os diplomatas nomeados pelo governo de Maduro do país. Em resposta, a Venezuela ordenou, também, a expulsão dos diplomatas de El Salvador em seu território. Desde então, Venezuela e El Salvador não registram relações diplomáticas concretas e o governo de Nicolás Maduro critica duramente as políticas do líder salvadorenho, acusando Bukele de violar a democracia e os direitos humanos durante todo seu mandato, acusações feitas de forma recíproca por Bukele sobre o regime venezuelano. Devido ao rompimento das relações diplomáticas, a cooperação econômica entre os dois países é limitada, não havendo acordos comerciais significativos ou programas de ajuda mútua em andamento (Jatar 2024).

6 QUESTÕES A PONDERAR

1) Como a Organização dos Estados Americanos pode contribuir na promoção ou criação de mecanismos de transparência internacional para prevenir violações da democracia e dos direitos humanos no território de El Salvador?

2) Quais seriam as medidas recomendadas aos Estados para equilibrar a necessidade de garantir a segurança pública com o respeito aos direitos fundamentais, conforme estipulado pelo Artigo 27.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos?

3) Como prevenir, por meio de ações internacionais, o aumento do autoritarismo e da centralização excessiva do poder nos países membros da organização?

4) Como é possível garantir, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, que os países membros possam ter controle sobre suas próprias políticas de segurança sem a violação dos direitos de pessoas acusadas ou detidas nesses países?

5) De que forma a OEA pode apoiar a sociedade civil em El Salvador na promoção e defesa dos direitos humanos e da democracia?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFP. 2024. 'Guatemala descarta estratégia 'a la Bukele' contra as gangues'. Istoé, 24 de junho de 2024. https://istoe.com.br/guatemala-descarta-estrategia-a-la-bukele-contra-as-gangues/

Al Jazeera. 2024. "Human Rights Crisis in El Salvador Deepening: Amnesty." 27 de março, 2024. https://www.aljazeera.com/news/2024/3/27/human-rights-crisis-in-el-salvador-deepening-amnesty

Alemán, Marcos. 2024. "El Salvador's congress approves changes to reform constitution, a move critics call anti-democratic". Associated Press, 29 de abril de 2024. https://apnews.com/article/nayib-bukele-el-salvador-constitution-reforms-2b4ca5206bd892f01a2a406cbaadccb8

———. 2019. "Outsider romps to victory in El Salvador presidential vote". Associated Press, 1 de fevereiro de 2019. https://apnews.com/article/cb2be381ba6741e0a89b5428bebffb58

Almeida, Paul. 2010. "El Salvador: Elecciones y movimientos sociales". Revista de ciencia política (Santiago) 30 (2): 319-334. https://doi.org/10.4067/S0718-090X2010000200008.

Anderson, Thomas P. 1971. Matanza: El Salvador 's Communist Revolt of 1932. Lincoln: University of Nebraska Press.

Andrade, Laura e Adilio Carrillo . 2015. El Sistema Penitenciario Salvadoreño y Sus Prisiones. San Salvador: Universidad Centroamericana "José Simeón Cañas"

Associated Press. 2024. “El Salvador extends anti-gang emergency decree for 24th time. It’s now been in effect for two years”. Associated Press, 9 de março de 2024. https://apnews.com/article/el-salvador-gang-crackdown-emergency-decree-154d50d40d1f2a46a48b6880624df141

Avila, Carlos Federico Domínguez. “Guerra e paz em El Salvador (1979-1992): um estudo com fontes brasileiras”. Hegemonia: Revista de Ciências Sociais 47 (12): 153-198. https://doi.org/10.47695/hegemonia.vi12.105.

Balcáceres, Pablo. 2022. “El uso de bitcoin en El Salvador pierde brío a seis meses de su circulación legal.” Bloomerang Línea, 10 de março, 2022. https://www.bloomberglinea.com/2022/03/09/el-uso-de-bitcoin-en-el-salvador-pierde-brio-a-seis-meses-de-su-circulacion-legal/

Banco Central de Reserva. "La economía salvadoreña creció 10.3% en 2021". Banco Central de Reserva. 31 de março de 2022. https://www.bcr.gob.sv/2022/03/31/la-economia-salvadorena-crecio-10-3-en-2021/.

Banco Mundial. "Crecimiento del PIB (% anual) - El Salvador". Banco Mundial. 2021. https://datos.bancomundial.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=SV.

———, s. d. ‘El Salvador: Panorama General’. Banco Mundial, acessado em 30 de abril de 2024. https://www.bancomundial.org/es/country/elsalvador/overview

Barrera, César Mauricio Paredes. 2009. "Manual de Detalles Constructivos para Uso del Sistema Penitenciario de la República de El Salvador". Trabalho de Graduação, Universidad de El Salvador.

Betancur, Gabriel Uranga. 2022. "Bitcoin como moneda de curso legal. Caso 'El Salvador'." Tese de Mestrado, Universidad de San Andrés. https://repositorio.udesa.edu.ar/jspui/bitstream/10908/22786/1/%5bP%5d%5bW%5d%20%20M.%20Ges.%20Uranga%20Betancur%2c%20Gabriel.pdf.

Brunazzi, Elisa. "Nayib Bukele, Bitcoins and Twitter: a nation branding story." Projekter. Data de envio: 31 de maio de 2022. https://projekter.aau.dk/projekter/files/474329132/Nayib_Bukele__Bitcoins_and_Twitter_a_nation_branding_story.pdf.

Cervelló, Vicenta. 2001. Derecho penitenciario. España: Editorial Tirant Lo Blanch.

Coleman, Kenneth M. e José Miguel Cruz. 1996 "Retos para consolidar la democracia en El Salvador". ECA: Estudios Centroamericanos 51 (571–572): 415–440. https://doi.org/10.51378/eca.v51i571-572.6705.

Cruz, Alvaro. 2024. 'Presidente paraguayo dice que el modelo de seguridad de Bukele ya funciona en su país'. Diario El Mundo, 24 de junho de 2024. https://diario.elmundo.sv/politica/presidente-paraguayo-dice-que-el-modelo-de-seguridad-de-bukele-ya-funciona-en-su-pais

Dammert, Lucia. 2023. "El «modelo Bukele» y los desafíos latinoamericanos." Nueva Sociedad (308): 4-15.

Departamento de Estado dos EUA. 2021 Global Magnitsky Human Rights Accountability Act Annual Report. Alexandra King-Pile. V.88, No 60. Federal Register. 29 de março de 2023. https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2023-03-29/pdf/2023-06464.pdf. Acesso em 23 de Junho de 2024.

———. 2022 Global Magnitsky Human Rights Accountability Act Annual Report. Andrew Self. V.88, No 62. Federal Register. 31 de março de 2023. https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2023-03-31/pdf/2023-06749.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2024.

Embajada de la República Argentina en El Salvador. "Cooperación en Seguridad Pública." Acesso em 22 de junho de 2024. https://www.elsalvador.embajada.gob.ar/

Estadão. "El Salvador, com a maior taxa de detentos do mundo, inaugura prisão para 40 mil." Estadão, 02 de fevereiro de 2023. https://www.estadao.com.br/internacional/el-salvador-com-a-maior-taxa-de-detentos-do-mundo-inaugura-prisao-para-40-mil-npri/. (Acesso em 10 de abril de 2024).

Ferreira, Darlan da Silva. 2022. "Neoliberalismo e efeito adverso. A reação populista nas Américas: os casos de Trump, Bolsonaro e Bukele". Simbiótica. Revista Eletrônica 9 (2): 235–68. https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i2.39254.

Gaitán, Chester Urbina. 2010. "La Matanza de 1932 en El Salvador, Anticomunismo y democracia en Costa Rica". Revista de Ciencias Sociales (128–129): 159-166. https://doi.org/10.15517/rcs.v0i128-129.8748.

Government of Canada. "Public Safety Canada: Crime Prevention Action Fund." Acesso em 2024. https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/cntrng-crm/crm-prvntn/index-en.aspx

Hassan, Tirana. 2023. "El Salvador: Events of 2023." Humans Right Watch, 2023. https://www.hrw.org/world-report/2024/country-chapters/el-salvador#6f52ed. Acesso em: 01 de Junho de 2024.

Human Rights First. 2023. "Human Rights First Recommends U.S. Sanctions for Rights Abuses in El Salvador". Acesso em 01 de Junho de 2024. https://humanrightsfirst.org/library/human-rights-first-recommends-u-s-sanctions-for-rights-abuses-in-el-salvador/

Human Rights Watch. "Abusos nas Prisões Brasileiras." Última modificação 2024. https://www.hrw.org/.

Instituto Universitario de Opinión Pública . 2021. La población salvadoreña opina sobre el Bitcoin y la situación socioeconómica del país. Boletín de prensa, 35(5). (Acesso em 7 de Abril de 2024).

Instituto Nacional de Estatística, Bolívia. "Estadísticas de Criminalidad y Seguridad Pública." Acesso em 2024. https://www.ine.gob.bo/.

Jatar, Braulio. 2024. 'Entre pactos y sombras de archienemigos: las alianzas de Bukele y Maduro con jefes de bandas criminales'. Tiempo Latino, 24 de junho de 2024. https://eltiempolatino.com/2024/06/20/opinion/alianza-de-maduro-bukele/

Johns Hopkins Coronavirus Resource Center. s.d.. "El Salvador Overview". Johns Hopkins Coronavirus Resource Center, acessado

em 30 de abril de 2024. https://coronavirus.jhu.edu/region/el-salvador

Kinosian, Sarah. 2024. 'U.S. mends fences with El Salvador's Bukele as China lurks'. Reuters. 24 de junho de 2024. https://www.reuters.com/world/us-mends-fences-with-el-salvadors-bukele-china-lurks-2024-02-06/

Lindo-Fuentes, Héctor, Erik Kristofer Ching e Rafael Lara Martínez. 2010. Recordando 1932: la matanza, Roque Dalton y la política de la memoria histórica.. San Salvador: FLACSO-Programa El Salvador.

Matijascic, Vanessa Braga. 2014. "El Salvador: da guerra civil às reformas institucionais dos anos 1990." tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista.

Martínez, Carlos. 2022. "How El Salvador's President Nayib Bukele Is Transforming the Country." El Faro, October 12, 2022. https://elfaro.net/en/20221012/features/24632/How-El-Salvador's-President-Nayib-Bukele-Is-Transforming-the-Country.htm.

Martínez, Carlos, Óscar Martínez, Sergio Arauz e Efren Lemus. 2020. "Gobierno de Bukele lleva un año negociando con la MS-13 reducción de homicidios y apoyo electoral." El Faro, 3 de setembro, 2020. https://elfaro.net/es/202009/el_salvador/24781/Gobierno-de-Bukele-lleva-un-a%C3%B1o-negociando-con-la-MS-13-reducci%C3%B3n-de-homicidios-y-apoyo-electoral.htm.

Medrano, Daniel. 2024. 'México felicitó a Nayib Bukele por ganar la presidencia de El Salvador sin existir resultados oficiales'. Infobae. 24 de junho de 2024. https://www.infobae.com/mexico/2024/02/05/mexico-felicito-a-

nayib-bukele-por-ganar-la-presidencia-de-el-salvador-sin-existir-resultados-oficiales/

Melendez-Sanchez, Manuel. 2021. "Millennial Authoritarianism in El Salvador Latin America Erupts", Journal of Democracy 32 (3): 19–32. https://www.journalofdemocracy.org/articles/latin-america-erupts-millennial-authoritarianism-in-el-salvador/

Ministerio de Defensa Nacional de Colombia. "Estrategias de Seguridad y Defensa." Acesso em 2024. https://www.mindefensa.gov.co/

Ministerio del Interior de Uruguay. "Estrategias de Seguridad y Orden Público." Acesso em 2024. https://www.minterior.gub.uy/

Muñoz-Ledo, Rocío. n.d. "Conheça Nayib Bukele, Millennial Que Se Autodenomina "Ditador Mais Legal Do Mundo" E Deve Ser Reeleito Em El Salvador." CNN Brasil. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/conheca-nayib-bukele-millennial-que-se-autodenomina-ditador-mais-legal-do-mundo-e-deve-ser-reeleito-em-el-salvador/. Acesso em 22 de Abril de 2024.

Morland, Sarah. 2024. 'UN Haiti chief warns of 'catastrophic' impact of gang war displacements'. Reuters. 24 de junho de 2024. https://www.reuters.com/world/americas/un-haiti-chief-warns-catastrophic-impact-gang-war-displacements-2024-06-18/

Nalvarte, Paola. 2021. "Lei de Agentes Estrangeiros de El Salvador Sufocaria Meios Jornalísticos Independentes e Organizações de Direitos Humanos, Dizem Críticos". LatAm Journalism Review by the Knight Center, 18 de novembro de 2021. https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/lei-de-agentes-estrangeiros-de-el-salvador-sufocaria-meios-jornalisticos-

independentes-e-organizacoes-de-direitos-humanos-dizem-criticos/.

Observatório de Segurança Pública. "A Segurança Pública no Brasil." Última modificação 2024. https://www.observatoriodeseguranca.org/a-seguranca-publica-no-brasil/.

Office of the President of Trinidad and Tobago. "Public Safety Policies under President Paula-Mae Weekes." Acesso em 2024. https://otp.tt/

OPEU. 2021. "O cerco dos EUA ao governo de El Salvador". OPEU (blog), 23 de dezembro de 2021. https://www.opeu.org.br/2021/12/22/o-cerco-dos-eua-ao-governo-de-el-salvador/.

Organização dos Estados Americanos. "Comunicado de Imprensa No. 289/21: A CIDH Lança o Programa de Especialização em Direitos Humanos e Segurança Cidadã." 23 de novembro de 2021. https://www.oas.org/es/cidh/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/289.asp.

———. Convenção Americana sobre Direitos Humanos.São José, Costa Rica. 1969. OEA/Ser.L/V/II.23 rev.1.

Organização dos Estados Americanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A CIDH insta El Salvador a implementar ações em segurança pública em conformidade com os direitos humanos, inclusive sob o Regime de Exceção. 20 de abril de 2022. https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2022/082.asp.

———. A CIDH chama El Salvador a restabelecer os direitos e garantias suspensos há um ano pelo regime de exceção. 6 de abril de 2023. https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/058.asp.

———. A CIDH e a RELE urgem o Estado de El Salvador a não aprovar o anteprojeto de Lei de Agentes Estrangeiros. 17 de novembro de 2021. https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2021/308.asp.

———. A CIDH insta El Salvador a implementar ações em segurança pública em conformidade com os direitos humanos, inclusive sob o Regime de Exceção. 20 de abril de 2022.. https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2022/082.asp

Ovidiu Stanica. 2024. "President Nayib Bukele: Transformative Leadership and Bold Vision in El Salvador." The Diplomatic Affairs. 8 de junho de 2024. Acesso em 21 de julho de 2024. https://www.thediplomaticaffairs.com/2024/06/08/president-nayib-bukele-transformative-leadership-and-bold-vision-in-el-salvador/

Palencia, Gustavo. 2024. 'Honduras rolls out widespread gang crackdown'. Reuters. 24 de junho de 2024. https://www.reuters.com/world/americas/honduras-rolls-out-widespread-gang-crackdown-2024-06-15/

Presidencia de la República de Chile. "Políticas de Seguridad Pública bajo el Gobierno de Gabriel Boric."Acesso em 2024. https://www.gob.cl/

Presidencia de la República de Cuba. "Políticas de Seguridad Pública bajo el Gobierno de Miguel Díaz-Canel." Acesso em 2024. http://www.cubadebate.cu/

Portillo, Denni. 2024. 'Nicaragua retira a su embajador en El Salvador'. La Prensa Grafica. 24 de junho de 2024. https://www.laprensagrafica.com/internacional/Nicaragua-retira-a-su-embajador-en-El-Salvador-20240112-0036.html

Renteria, Nelson. 2023. "El Salvador reduz tamanho do Congresso antes das eleições". UOL, 7 de junho de 2023. https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/06/07/el-salvador-reduz-tamanho-do-congresso-antes-das-eleicoes.htm

Reyes, José Luis. 2022. "La Evaluación de Políticas Públicas en El Salvador: Un Estudio Crítico." Estudios Centroamericanos45 (2021): 67-85. Acesso em 21 de julho de 2024. https://revistas.uca.edu.sv/index.php/eca/article/view/7592/7819.

Roque, Ricardo. 2021. "Nayib Bukele: populismo e implosión democrática", Andamios, Revista de Investigación Social 18 (46): 233–55. https://doi.org/10.29092/uacm.v18i46.844.
Roura, Ana Maria. 2024. 'O que mostram primeiros resultados de referendo no Equador'. British Broadcasting Company. 24 de junho de 2024. https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgy8pvdlmjo

Ruiz, Carol. 2024. 'Gobierno de Perú felicita a Nayib Bukele, pese a que aún no hay resultados oficiales de elecciones en El Salvador'. Infobae. 24 de junho de 2024. https://www.infobae.com/peru/2024/02/05/gobierno-de-peru-felicita-a-nayib-bukele-pese-a-que-aun-no-hay-resultados-oficiales-de-elecciones-en-el-salvador/

Sanz, José Luis. 2021. "Sanciones por pacto com pandillas y corrupcíon enfrentan a Bukele com Estados Unidos". El Faro, 8 de dezembro, 2021.https://www.elfaro.net/es/202112/el_salvador/25888/Sanciones-por-pacto-con-pandillas-y-corrupci%C3%B3n-enfrentan-a-Bukele-con-Estados-Unidos.htm

Segura, Edwin 2021. "LPG Datos: Bukele llega a la mitad de su gestión con alta aprobación." La Prensa Gráfica, 15 de dezembro, 2021. https://www.laprensagrafica.com/lpgdatos/LPG-Datos-Bukele-llega-a-la-mitad-de-su-gestion-con-alta-aprobacion-20211214-0098.html

Wolf, Sonja. 2021. "A Populist President Tests El Salvador's Democracy." Current History 120 (823): 64–70. https://doi.org/10.1525/curh.2021.120.823.64

Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). "Brasil e El Salvador: Cooperação em Segurança." Acesso em 22 de junho de 2024. https://www.sica.int/

Stelmach, Michał. "Política de seguridad pública en El Salvador durante la presidencia de Nayib Bukele (2019–2021)." Anuario Latinoamericano de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales 12 (2021): 65-85. https://doi.org/10.17951/al.2021.12.65-85.

U.S. Congress. National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2017. 114th Congress, 2nd Session. S. 2985. 23 December 2016.

Zúñiga Núñez, Mario. 2014. "El Tiempo Que Nos Toca: Juventud, Historia Y Sociedad En El Salvador". Buenos Aires: Programa de Becas CLACSO-ASDI.

ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (AG-OEA)

Colaboração regional em resposta aos desafios da migração nas Américas

Amanda Rosa[49]
Fernanda Vargas[50]
Leonardo Lagemann[51]

RESUMO

O presente guia tem por objetivo apresentar o tema da colaboração regional em resposta aos desafios da migração nas Américas, retratando o contexto histórico das migrações nas Américas e expondo conceitos essenciais para a compreensão e análise do processo migratório na região e as suas implicações. A vista disso, a Organização dos Estados Americanos (OEA) busca encontrar formas de cooperação entre os países-membros para solucionar os desafios e implicações que esse tema apresenta. Dessa forma, o guia aborda as principais motivações, políticas, sociais e econômicas, que levam os indivíduos a migrarem, assim como os principais desafios enfrentados, tanto pelos Estados quanto pelos migrantes nesse processo.

[49]Estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e diretora da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

[50]Estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e diretora-assistente da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

[51]Estudante de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e diretor-assistente da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

1 INTRODUÇÃO

A migração é um dos principais desafios contemporâneos. O fenômeno das migrações internacionais é um tema que exige atenção de todas as esferas da sociedade (Sohret e Ceylan 2023). As questões relacionadas aos efeitos demográficos, sociais, econômicos e políticos demonstram a importância desse tema para o desenvolvimento. Nas Américas esse desafio se torna ainda mais complexo quando analisadas as linhas dos fluxos migratórios e suas motivações (Truzzi e Monsma. 2018b).

Na história das Américas, a migração sempre foi um processo presente, remontando ao período de descobrimento e colonização e se estendendo à fase dos Estados independentes. O fenômeno da migração internacional, apesar de não ser novo para a região, demonstra as fortes assimetrias e interdependências que os Estados apresentam, principalmente da América Latina (Sohret e Ceylan 2023). Na região, questões sobre o aumento da desigualdade social, a xenofobia, dificuldade de inserção dos migrantes no mercado de trabalho são alguns dos desafios que afetam os migrantes e os países (International Organization for Migration 2022).

Para melhor entender sobre o tema, antes é necessário conceituar os termos. De acordo com a ACNUR (2015), refugiados são indivíduos que fugiram de seu país de origem em razão de conflitos armados ou perseguições, não podendo retornar ao seu país, precisando de refúgio em outro Estado. Migrantes são aquelas pessoas que escolheram se deslocar em busca de melhores condições de vida, trabalho, educação. Os migrantes, diferente dos refugiados, continuam a receber proteção do seu governo de origem (ACNUR 2015). Migração, por outro lado, se refere ao processo de mudar de um lugar para outro, podendo se referir a migrações internas, dentro do próprio país, ou migrações

internacionais, quando cruzam a fronteira estatal (International Organization for Migration 2022).

Dessa forma, o presente guia tem como objetivo apresentar os desafios que a migração nas Américas apresenta, de maneira a auxiliar o(a) delegado(a) a compreender a temática e a sua importância para a Organização dos Estados Americanos (OEA) e assim oferecer a fundamentação para as discussões e as propostas de colaboração e resolução dos problemas identificados. A partir disso, o guia se estrutura de forma a apresentar, primeiramente, a contextualização histórica das migrações nas Américas e em seguida os principais desafios dos âmbitos econômicos, políticos e sociais encontrados, assim como o panorama dos fluxos migratórios da região. Por fim, demonstrar as ações internacionais adotadas pelos Estados em busca da proteção dos migrantes e o posicionamento dos países sobre o assunto.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

As migrações nas Américas são de suma importância para o entendimento da formação dos seus estados e por conseguinte da sua população. Sendo elas parte formadora das culturas da região, assim como o funcionamento estrutural de suas economias, além de influenciarem diversas crises históricas e presentes (Sohret e Ceylan 2023). Assim, essa seção explicará o processo de migração nas Américas a partir de uma perspectiva histórica, trazendo dados históricos que ajudam a explicar o atual contexto migratório da região.

2.1 Primeiras ondas migratórias no continente americano

A colonização na América durante a era pré-industrial, foi marcada por uma migração laboral pré moderna, na qual os escravos (migrantes forçados) formaram a base produtiva nas mercadorias em plantações e nas minas entre o século XVII e

meados do século XIX. Tal base produtiva, sobretudo pela mineração, foi decisiva para a acumulação econômica dos países europeus, sobretudo nos quais se iniciou a primeira revolução industrial (Castles e Miller 1998). Assim, por pressões externas dos países capitalistas no século XIX começou um processo de abolição da escravatura se encerrando com a abolição no Brasil em 1888 (Furtado 2006). Com isso, a escravidão foi substituída por trabalhadores livres, sobretudo imigrantes europeus, como fonte primaria de trabalho nas plantações, tendo um imigração de mais de um milhão de trabalhadores para trabalhar no Havai, Estados Unidos, Brasil e Peru. (Castles e Miller 1998).

Os sistemas de trabalho migratório sempre conduziram a algum grau de colonização, tal como o movimento de colonos e migrantes forçados sempre esteve ligado à economia política do desenvolvimento capitalista. Na era industrial, as migrações foram decisivas para a sua consolidação. Na Grã-Bretanha, primeiro país a ter uma base industrial consolidada, foi onde ocorreram as primeiras experiências de imigração laboral em larga escala. Os migrantes por muitas vezes não eram livres, seja por causa de serem levados à força às áreas industriais ou por causa da péssima estrutura de qualidade de vida que possuíam. Os salários eram muito baixos e eles eram submetidos a uma rígida disciplina diária (Castles e Miller 1998).

Nessas condições, existia um grande excedente populacional ocioso com péssimas condições de vida no Reino Unido. Então, o governo britânico incentivou a emigração de parte da população, sobretudo os que eram considerados religiosamente indesejáveis para suas colônias americanas. Eles eram mandados em parte para povoamento e outra para produção de mercadorias básicas para o funcionamento industrial. Nesse período, ocorreram grandes levas de imigrantes para as Américas a fim de aumentar a produtividade das commodities necessárias no processo, além de

que servir nas colônias eram muitas vezes a única forma de escapar da pobreza (Castles e Miller 1998).

Dessa forma, o auge da revolução industrial coincidiu com o maior período de imigrações para a América. Entre 1800 e 1860, 76% por cento dos migrantes para os Estados Unidos eram britânicos e 22% eram germânicos. De 1800 até 1930, 40 milhões de europeus migraram permanentemente para a América do Norte, América do Sul e Austrália. De 1850 a 1914 a maior parte dos imigrantes eram da Irlanda, Itália, Espanha e países do oeste europeu, aonde a industrialização chegou posteriormente (Castles e Miller 1998). Esses imigrantes chegavam convencidos pela propaganda de que iriam adquirir terras próprias, o que não condizia com a realidade visto que a maior parte viraram assalariados em construções de infraestrutura e de uma indústria nascente nos Estados Unidos. Além do mais, tal indústria incipiente fomentou a mudança de pequenas empresas para grandes, incentivando a competitividade no mercado doméstico e internacional. Tal competição só era possível por meio de trabalhadores estrangeiros com baixos salários. Assim, a industrialização foi a causa das imigrações e migrações entre o período de 1850 a 1914 (Castles e Miller 1998).

Além das migrações ocasionadas pela expansão industrial, o período entre 1800 e 1914 foi marcado por migrações forçadas ocasionadas por conflitos intraestatais e internacionais. Durante a Guerra de secessão, muitos afro-americanos atravessaram a fronteira com o Canadá para escapar da escravidão, totalizando 40 000 afrodescendentes no território canadense em 1860 (Castles e Miller 1998). Durante o colapso dos regimes coloniais, foi registrado o maior fluxo migratório da América Latina, no qual vários espanhóis e franceses tornaram-se refugiados e causando um movimento de influxo migratório massivo (Moya 2018).

Assim, o entre guerras foi marcado por diversos conflitos e um dos momentos com menos migrações trabalhistas e mais

migrações de refugiados, muito em conta a estagnação econômica no período e as hostilidades com os imigrantes (Castles e Miller 1998). Devido à crescente xenofobia, começou-se uma certa tensão entre capitalistas, que precisavam de mão de obra cada vez mais barata, e os nativistas[52], que podiam ser trabalhadores ameaçados pela competição dos imigrantes ou elites que queriam manter a suposta homogeneidade étnica e racial do país (Truzzi e Monsma 2018a).

Como resultado desse processo, em 1924 os nativistas passaram uma lei que privilegiava imigrações do norte da Europa em detrimento do sul e leste do continente. Além disso, nesse período sindicatos brancos começaram a pressionar pela exclusão da mão de obra chinesa em ferrovias e na agricultura nos EUA e no Canadá, então entre 1923 até 1947 a imigração asiática foi proibida (Truzzi e Monsma 2018b). Entretanto, tal lei não limitou a imigração latino-americana, pois os fazendeiros utilizavam-se de mão de obra mexicana, os quais eram considerados como migrantes temporários e de baixo salário (Truzzi e Monsma 2018b).

No tocante a América Latina, o início do século XX até a grande depressão econômica de 1930 foi marcado por um grande influxo do sul da Europa e do Japão, locais que estavam passando por um processo acelerado de industrialização (Moya 2018). Essa nova leva criou um contraste entre novos e antigos imigrantes, pois os "novos" imigrantes eram sobretudo não europeus, vistos como intrusos provenientes de regiões sem vínculo com a Europa tradicional, sendo caracterizados como atrasados e incapazes de se integrar em sociedades modernas e democráticas (Truzzi e Monsma 2018b). Ademais, a relativa integração harmoniosa dos

[52] Nativistas são grupos de indivíduos que priorizam a manutenção dos interesses de uma população "nativa" do país, condenando a imigração como algo prejudicial para a sociedade e assim apoiando esforços anti-imigratórios. Nesse período eram sobretudo trabalhadores que se sentiam ameaçados e adotaram discurso de elites que almejavam manter uma humanidade étnica e cultural (Truzzi e Monsma 2018b).

migrantes antigos e novos europeus, deu-se às custas das minorias não brancas, no qual os novos tipos de imigrantes tiraram os descendentes de europeus dos níveis socioeconômicos mais baixos (Moya 2018).

Em 1934, o Brasil adotou um sistema de cotas de imigrantes baseado nos modelos norte-americanos, tal lei protegia brasileiros no mercado de trabalho, no tocante que também favorecia os imigrantes europeus em detrimento da entrada de africanos, asiáticos e latinos americanos. A Argentina e outros países da América do Sul também direcionaram a entrada de imigrantes para os Europeus, porém isso foi feito de forma administrativa ao invés de um sistema de cotas baseado na proporção de imigrantes anterior à promulgação da lei (Truzzi e Monsma 2018b).

2.2 Migrações num mundo mais globalizado

Após a segunda guerra mundial, o fluxo migratório começou a ser uma preocupação central dos Estados (Borges 2017). Nesse período ocorreu a criação do regime global de proteção aos refugiados, por meio do estabelecimento da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) (Lorentz 2018).

Além disso, foi nesse momento que se observou a gradual emergência de uma identidade europeia (Truzzi e Monsma 2018b). Assim, com a chegada de vários imigrantes em todos os países da colonização reativou os vínculos com as pátrias e identidades pré-migratórias. Tal movimento por muitas vezes tinha um carácter utilitário, ao terem o objetivo de obter passaportes dos Estados Europeus e migrar em busca de uma vida melhor ou por conhecimento da língua e cultura que se

mantiveram intactas, sobretudo em regiões pouco urbanizadas (Moya 2018).

Assim, as novas ondas de emigração se contrapõem com as que ocorreram antes da segunda guerra mundial (Truzzi e Monsma 2018b; Castles e Miller 1998). Isso se dá muito pelas políticas de bem-estar social, no qual objetivavam mostrar uma qualidade de vida alta nos países Europeus e nos Estados Unidos (Fossaert 1991). Para sustentar o Estado de bem estar social se fez necessário uma imposição do liberalismo nos outros países sul americanos (Sohret e Ceylan 2023; Fossaert 1994).

O desmantelamento das estruturas nacionais econômicas e a promoção de diminuição de barreiras alfandegárias criou um consumismo em massa. Tal crença no livre mercado trouxe mudanças em muitos países como a instauração de eleições democráticas, um decréscimo da violência política e a criação de movimentos guerrilheiros. Porém, essas mudanças não conseguiram suprir as necessidades de todos os segmentos da população latina. Apesar da nascente classe média, as elites não estavam satisfeitas e a desigualdade aumentava, assim passou a ocorrer diversos golpes civil-militares com apoio norte-americano na região da América Latina (Sohret e Ceylan 2023).

Esses golpes forçaram ondas de imigração de pessoas perseguidas pelas ditaduras. Essas imigrações se deram muitas vezes entre os Estados da América Latina de forma contínua, na qual muitos dos imigrantes precisavam esporadicamente migrar de um país receptor para outro. Nesse período, também, ocorreu uma grande fuga de cérebros e de artistas se dirigindo a países europeus. Além de negociações entre grupos armados e

governos, para a extradição de prisioneiros para outros países (Gabeira 1979).

Dessa forma, os debates sobre a questão migracional na segunda metade do século XX ficaram muito relacionados com questões políticas e migrações voluntárias, assim fortalecendo as ligações econômicas e sociais entre os países centrais e periféricos. Nesse período, condições para o deslocamento forçado humano também começaram a aparecer de forma mais evidente (Lorentz 2018). Tal deslocamento forçado por muitas vezes é feito como última esperança de sobreviver devido às condições precárias em que os estratos das populações latino americanos vivem. Nesses casos, há poucos mecanismos internacionais de garantia de proteção em conflitos não armados, dificultando um meio legal desses imigrantes poderem ter seus direitos fundamentais garantidos (Moya 2018).

Com isso, no período da guerra fria até os dias atuais, observa-se cada vez mais um processo de transformação acelerado na sociedade (Gill 2008). Em consequência desse processo, os fluxos de pessoas num mundo globalizado são geridos por políticas de contenção e diferenciação onde certos imigrantes são permitidos, normalmente aqueles que são mão de obra qualificada, e outros não, mão de obra não qualificada (Castles e Miller 2003).

Assim, entre os anos de 1970 e 1980, a migração ilegal ou não documentada começou a ganhar relevância nos debates internacionais. Ela era vista como um problema que necessitava de uma solução, assim agilizando a entrada de organismo internacionais para a intervenção na questão migratória (Dias e Domenech 2020). Porém, tal definição de imigrantes ilegais gera

um esquecimento da transformação da condição da população habitante em imigrantes de imigrantes feitos pela conquista de território, onde na realidade esses "estrangeiros" são oriundos dos povos que já moravam anteriormente dentro das fronteiras do Estado, como descendentes de muitos chicanos (descendentes de mexicanos) nos Estados Unidos (Truzzi e Monsma 2018a).

Nos Estados Unidos dos anos 1990, os limites de cotas para imigrantes foram aumentados, embora eles tenham uma aplicação igual a todos os países, impediam a imigração ilegal dos mexicanos, visto que o número de pessoas no México querendo imigrar é muito superior a potenciais imigrantes em qualquer outro país. Assim, com a limitação severa da cota para mexicanos, multiplicou-se o número de "imigrantes ilegais", porque a grande maioria daqueles que anteriormente podiam imigrar legalmente de repente passou a enfrentar barreiras insuperáveis ou décadas de espera para a permissão oficial (Truzzi e Monsma 2018a). Porém, tal discurso de imigrantes ilegais e limites não se ateve somente a América do Norte, sendo amplamente discutidos nos principais países destino durante aquele período, como Argentina, Venezuela e Costa Rica (Dias e Domenech 2020).

Entretanto os imigrantes possuem uma enorme importância para a economia americana, sobretudo os latinos, como explicado por Karl Monsma e Oswaldo Truzzi :

> Os mexicanos fazem trabalho rejeitado pelos nativos e estimulam a economia; as taxas de criminalidade entre os mexicanos (e quase todos os grupos imigrantes) são mais baixas do que aquelas entre os nativos; os mexicanos também pagam bem mais em impostos do que recebem em serviços, e o trabalho dos seus filhos nascidos no país,

> que são cidadãos, será necessário no futuro para a amenizar a crise do sistema de seguridade social causada pelo envelhecimento da população (Truzzi e Monsma 2018a, 88).

Assim, ocorreu um processo de transformação no campo das políticas migratórias e fronteiriças, com a intensificação do processo de criminalização da migração e securitização das fronteiras, particularmente na América Latina e no Caribe. As migrações que antes eram fundamentais para suprir a mão de obra barata e com isso aumentar a lucratividade das empresas, agora são vistas como indesejadas. Por outro lado, percebe-se um aumento de fluxo de pessoas com graus superiores de educação como algo bem-vindo para os países que estão desenvolvendo estágios mais avançados das revoluções industriais. Mostrando que a percepção de migrações assim como seus movimentos ao longo da história é intrínseco ao estágio de desenvolvimento dos países receptores e dos doadores (Dias e Domenech 2020).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta seção apresentaremos diversos aspectos que permeiam as migrações nos Estados Americanos. Dessa forma, a seção será dividida em tópicos que discutirão as motivações sociais, econômicas e políticas, assim como o panorama das migrações na região das Américas. O primeiro tópico discutirá e evidenciará as motivações econômicas que, atreladas às motivações sociais, permeiam a arena socioeconômica que rege o fluxo migratório nas organizações americanas. Ademais, o próximo tópico evidenciará as motivações sociais, bem como as

culturais, e como essas condições que levam as pessoas a migrarem influenciam nas organizações internas dos países do continente americano. Após, serão discutidas as motivações políticas e como suas consequências influenciam não só no fluxo migratório, mas também na composição de medidas que trabalham na contenção de tal desafio.

3.1 Motivações econômicas

As migrações por motivações econômicas ocorrem com frequência em todo o globo. Desemprego no país de origem, crises econômicas e a pandemia da Covid-19 são alguns dos fatores que abarcam os motivos financeiros. Trabalho, desemprego e migrações estão interligados em teoria e na vida real, independentemente do meio geográfico em que acontecem (Paviani 2007). Dessa forma, percebe-se que a busca por uma nova condição de vida através de melhores oportunidades empregatícias é algo periódico nos fluxos migratórios. Ainda,

> De forma geral, os migrantes que se deslocam de uma região a outra buscam, primordialmente, melhores condições de vida, para si e para o círculo familiar íntimo. Nesse contexto, o 'trabalho' e o 'trabalhar' são parte importante do processo de estabelecimento (Oliveira e Guellati 2018, 11).

Além disso, às vezes essas pessoas não procuram apenas oportunidades novas de emprego, mas sim melhores do que havia em seu país de origem. Melhores salários, por exemplo, são sempre uma das questões tidas como justificativa. ''[...]'ganhar dinheiro' pressupõe significados polissêmicos, especialmente no que se

refere à palavra dinheiro e sua materialidade'' (Oliveira e Guellati 2018, 11). Ademais, ''na esfera econômica observa-se o nexo entre desenvolvimento econômico e migração [...]'' (Santos 2013, 92). Dessa maneira, crises econômicas nos países em desenvolvimento também entram nos fatores financeiros que motivam as pessoas a migrarem de suas regiões de origem. Essas dificuldades podem ser geradas por algumas situações, como conflitos armados ou alta inflacionária, por exemplo. Por conseguinte, a migração internacional está ligada às enormes desproporcionalidades existentes entre os países, agravadas principalmente pelas assimetrias e crises econômicas apresentadas por países de baixo desenvolvimento (Mendes 2013, 47).

Como evidenciado, é prudente perceber a relação entre as dificuldades econômicas das nações e os fluxos migratórios subsequentes. No caso da América, percebemos que os Estados Unidos é um grande receptor de migrantes de outros lugares da América Latina. Essa procura se dá, principalmente, por melhores condições de vida e/ou fugas de conflitos e crises econômicas, como no Haiti, por exemplo (Portes e Bach 2001). A Organização das Nações Unidas (ONU) já pediu para os países da América acolherem as mulheres, homens e crianças haitianas e que prestem assistências básica aos refugiados (OIM 2021a)

Além de fatores relacionados à arena econômica de forma prática e longínqua na história migratória, podemos abordar a migração motivada pela pandemia de Covid-19 que teve início no ano de 2020. Ainda, em 2020, o mundo enfrentou uma grave emergência de saúde pública devido à pandemia de COVID-19, que impactou significativamente a mobilidade humana e a vida cotidiana de milhares de imigrantes ao redor do mundo (Levitan,

Furtado e Bousfield 2023). Esta mobilidade urbana ocasionada pela doença também acarretou mudanças nos fluxos migratórios ao redor do globo. Não só isso, mas as consequências econômicas que cercam essas motivações também são importantes para entendermos a complexidade do assunto (Levitan, Furtado e Bousfield 2023).

Os processos migratórios sofreram e sofrem transformações nas últimas décadas. Os novos padrões de migração são caracterizados pela mobilidade e não significam mais estabelecer de forma permanente estadia em outro país (Levitan, Furtado e Bousfield 2023). E é nesse contexto que surgiu o vírus do Covid-19 que se espalhou rapidamente desde sua origem em Wuhan, na China, para o resto do globo. Com o fechamento abrupto e total das fronteiras internacionais, muitos migrantes recém-chegados não puderam retornar aos seus países de origem, enfrentando o duplo desafio de ajustar-se a um novo contexto sociocultural em meio a uma situação adversa de pandemia (Levitan, Furtado e Bousfield 2023).

Dessa forma, observamos uma motivação não de fato planejada ou induzida por algum fenômeno presente na arena econômica. Mas que, por conta de suas consequências, gerou impactos econômicos e sociais na região que prevaleceu. Estes migrantes precisaram se estabelecer em um país novo e, muitas vezes, em um continente novo, adaptando-se à cultura e ao idioma (Levitan, Furtado e Bousfield 2023).

No Brasil, por exemplo, muitos refugiados passaram pela dificuldade dupla de se proteger do vírus e ao mesmo tempo lidar com a perda de meios de subsistência. Esses desafios se agravam quando falamos de migrantes que se deslocam sem documentação

aos países e vivem de forma irregular nele (OIM 2024). Por conseguinte, os movimentos migratórios "não planejados'', como ocorreu no caso da pandemia em diversos Estados Americanos, podem servir de base para analisarmos que as motivações migratórias nem sempre são lineares.

3.2 Motivações sociais

Além das motivações econômicas, as motivações migratórias embasadas em causas sociais são igualmente importantes. Estímulos sociais abarcam em si muitos fatores, entre eles podemos citar a fuga da discriminação de raça, gênero, religiosa e sexual. Além disso, ainda sobre a Covid-19, a pandemia foi um grande desafio aos fluxos migratórios, uma vez que muitas pessoas não puderam migrar por caminhos regulares e destinos seguros.

O Pacto Global, iniciativa a qual trabalha para engajar empresas e organizações aos princípios dos direitos humanos, trabalhistas, ambientais e anticorrupção é enquadrado de forma consistente com a meta 10.7 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na qual os Estados Membros se comprometem a cooperar internacionalmente para facilitar a migração segura, ordenada e regular (OIM 2023). Dessa forma, entende-se que a descriminação em suas variadas formas, bem como a xenofobia, são maneiras nocivas de violar os direitos humanos. Entretanto, estes fatores são recorrentemente listados quando falamos em motivações sociais para a migração.

Lidos como motivos do aumento do fluxo migratório, mas também como consequências de políticas falhas que deveriam

garantir uma migração segura, as discriminações se tornam pautas de discussão.

> A criminalização da migração irregular impulsiona percepções públicas negativas dos migrantes, alimentando discursos públicos de anti-imigração, discriminação e xenofobia. A discriminação racial priva as vítimas de seus direitos, aumenta os riscos da detenção arbitrária de migrantes e cria barreiras à regularização de migrantes indocumentados e à sua integração. Por diversas vezes, a discriminação racial levou à morte, seja por falta de cuidados, negligência em matéria de segurança no local de trabalho ou crimes de ódio, seja por deportações ilegais em resultado de políticas e controles cada vez mais restritivos nas fronteiras internacionais (OIM 2023).

No Brasil em 2022, os casos de racismo e homofobia cresceram em 50% segundo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). Isso nos confirma a proporção discriminatória presente no país. Ademais, a fuga de discriminações como essas impulsiona as linhas migratórias dentro da América Latina. Migrantes de países considerados racistas, misóginos, homofóbicos e intolerantes religiosos, se mudam para outras regiões em busca de um lugar mais confortável para se viver (OIM 2022).

Além disso, segundo a OIM (2021b), a pandemia de Covid-19 impactou gravemente a mobilidade global, deixando milhões de pessoas, trabalhadores migrantes, membros da família ou estudantes internacionais no exterior. Os Estados Americanos tiveram que lidar com o desafio de lidar com as migrações internas por conta das restrições da Organização Mundial de Saúde (OMS),

e com o desafio de trazer sua população que ficou impossibilitada de retornar de volta ao seu país de origem por conta dos bloqueios.

O relatório da OIM (2021c) apontou as consequências e o papel da tentativa de fechamento de portões, fronteiras e restrições de viagens durante a pandemia. Nesse sentido, percebeu-se a dificuldade presente nos governos em lidar com a segurança e os desafios migratórios.

3.3 Motivações políticas

Ademais, além das motivações migratórias econômicas e sociais, a importância de analisarmos isoladamente as políticas também é notória. Segundo Moreira e Borba (2021), compreender os movimentos migratórios partindo da concepção de "migração de crise" implica aprofundar a complexidade dos processos sociais, econômicos e políticos vivenciados pelas populações afetadas por crises. Nesse sentido, na arena política-governamental podemos citar motivações como a perseguição política, fuga de guerras ou falta de acessos básicos por conta de algum governante.

A presença de um governo autoritário, e consequentemente a fugas políticas, é um fator em voga nas migrações americanas. O fluxo que abarca refugiados, ou seja, aqueles que por motivos de política, religião, nacionalidade sejam perseguidos é bastante complexo.

Na Venezuela, por exemplo, mais de sete milhões de refugiados e migrantes lutam para acessar necessidades básicas em outras regiões da América por conta da crise política global e, sobretudo, regional (RAV 2024).

> Reconhecida a existência de uma crise, a tendência da resposta estatal é criar ou mobilizar uma série de dispositivos para restringir ou até mesmo obstar o direito humano de migrar. Partem daí inúmeras tentativas políticas para conter os movimentos migratórios, retendo as populações na origem ou em espaços de trânsito – os quais podem se tornar de fato seus destinos (Moreira e Borba 2021, 8).

Além disso, o processo de regulamentação de documentos a essas pessoas se torna uma tarefa difícil quando o país de origem vive uma crise política e governamental sem precedentes (OIM 2023). Nos Estados Americanos, o Haiti é um notório exemplo de país que, por conta de suas dificuldades financeiras e governamentais, tem grande presença nos fluxos migratórios e nas linhas de refugiados, fator inclusive observado pela ONU e pela OEA (Matijascic 2010).

3.4 Desafios econômicos e securitários

Os países que recebem pessoas refugiadas e/ou imigrantes também enfrentam desafios ao exercer essa tarefa. Economicamente e socialmente podemos citar fatores como os custos de integração que precisam ser abarcados pelo Estado (OIM 2021), a pressão sobre os serviços públicos, a procura por mercado de trabalho diverso e fatores discriminatórios, como a xenofobia (Ventura 2020).

Em 2021 a América contava com cerca de 100 mil migrantes em trânsito entre os países do continente (OIM 2021). Ainda, grande parte dessas pessoas em situação vulnerável eram, sobretudo, nacionais do Haiti, Cuba, Brasil e Chile.

> [...] As constatações dos autores indicam que houve não só com o aumento da população migrante em números absolutos, mas também em números relativos. Também houve aumento na distância percorrida, de modo que os fluxos migratórios passam a envolver cada vez mais países (Anselmo 2021, 132).

Dessa maneira, as políticas de integração desses migrantes se tornaram um desafio para os estados. Não só isso, mas por conta da pandemia Covid-19 e os altos índices de vulnerabilidade, a integração socioeconômica dessas pessoas tornou-se praticamente nula (OIM 2021d).

Essa falta de inclusão acarreta permanências irregulares dessas pessoas. Com a falta de documentos regulares as populações –como as venezuelanas– enfrentam dificuldades nos serviços públicos e na estabilidade socioeconômica. Segundo o presidente do IPM, Andrew Selee:

> Embora os países na região tenham atuado com políticas criativas e geralmente ad hoc para regularizar suas populações venezuelanas, parcelas significativas delas ainda estão sem status migratório regular. Isso mostra a necessidade de se redobrar esforços para fornecer acesso ao status regular de imigração (OIM 2021d).

Ainda que os imigrantes possam contribuir positivamente para o PIB do país, eles também podem representar taxas de desemprego mais altas que a própria população nativa da região. No México, por exemplo, a insuficiência econômica nacional é um desafio para integrar a mão de obra excedente causada pela migração (Mendes 2013). Isso se deve, sobretudo, pela dificuldade de inclusão por parte dos Estados Americanos. Esse fator além de

acarretar dificuldades econômicas, como a sobrecarga de serviços públicos e a falta de mercado de trabalho, também acarreta discriminações socioculturais, como a xenofobia. Dessa maneira, "incentivar os líderes políticos, comunitários e culturais a falarem para promover o respeito por todos e a condenarem resolutamente as manifestações de racismo e xenofobia" (ONU 2001, III, tradução nossa).[53]

Portanto, conclui-se que os desafios migratórios, bem como suas consequências são um grande desafio global e regional. Segundo Baeninger e Mesquita (2016), o direito à livre circulação de pessoas é, para alguns teóricos, a representação máxima do processo de integração – caracteriza um dos principais fatores para as interações políticas, econômicas e culturais. Dessa forma, entendemos, ainda segundo os autores, que a integração é o primeiro passo para haver uma cooperação entre os estados para lidar com as migrações de forma plena.

3.5 Panorama da migração nas Américas

As migrações nas Américas constituem um panorama que apontam as assimetrias socioeconômicas da região. Nos últimos anos, o aumento dos fluxos migratórios nos países americanos levantou desafios para as autoridades desses Estados devido aos seus impactos na sociedade e economia local (Silva, Dutra e Simões 2019).

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), no World Migration Report (2022), apontou que 281

[53] Encourage political, community and cultural leaders to speak out to promote respect for all, and resolutely to condemn manifestations of racism and xenophobia.

milhões de pessoas vivem fora do seu país de origem, cerca de 3,6% da população mundial. Nas Américas, a América do Norte recebeu 59 milhões de migrantes internacionais, enquanto a América do Sul e Caribe cerca de 15 milhões (International Organization for Migration 2022).

As causas dos fluxos migratórios nas Américas estão relacionados a fatores econômicos, persistência da pandemia, insegurança alimentar, entre outros que impulsionaram o movimento migratório irregular na região, principalmente das nacionalidades venezuelana, haitiana, cubana e equatoriana (International Organization for Migration 2023). Paralelamente às entradas irregulares, houve um aumento no movimento regular entre alguns países, com aumento de 32% no número de pedidos de vistos de trabalho nos EUA (International Organization for Migration 2023).

Entre os migrantes na região, as mulheres constituem cerca de 51,7% de todos os migrantes internacionais da América Latina e Caribe (Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias 2021). De acordo com o Migration Data Portal (2020), há 108 mulheres para cada 100 homens na região. Além disso, um em cada cinco migrantes da região são crianças ou adolescentes (Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias 2021). Esse fenômeno demonstra as mudanças econômicas mundiais, no mercado de trabalho e nas redes familiares (Martínez 2004).

A maioria das migrações nas Américas é intrarregional (Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias 2021). De acordo com a OIM Brasil (2019), a maioria dos migrantes se movimenta entre países localizados na mesma região e 73% dos migrantes da América Latina e Caribe saíram da mesma região em que residem agora. Entre os principais destinos dos

migrantes estão os Estados Unidos, Colômbia e Chile (International Organization for Migration 2023; International Organization for Migration 2022). As principais vias de entradas dos migrantes é terrestre, que utilizam rotas regulares ou ilegais para atravessar o continente e chegar em seu destino (R4V 2023). O mapa a seguir mostra os principais caminhos utilizados pelos migrantes nas Américas.



Fonte: International Organization for Migration 2023

Com base no mapa, pode-se notar o uso do território brasileiro como porta de entrada para migrantes, que usam as rotas brasileiras para a interiorização no país. Alguns migrantes também podem seguir sua viagem em direção ao sul do continente, em direção ao Uruguai e à Argentina. Nas rotas do corredor andino, os migrantes se deslocam da Colômbia, do Equador, do Peru até o Chile e na direção oposta, seguindo em direção ao México ou aos EUA. De acordo com o International Organization for Migration (2022), o número de pessoas em trânsito aumentou significativamente, e a pandemia do Covid-19 e as restrições relacionadas a ela forçaram aos migrantes a realizarem rotas perigosas, como o Darién Gap, no limite da América Central e da América do Sul, considerado uma das rotas de migração mais perigosas do mundo. Além disso, o relatório do Missing Migrant Project (2021) registrou mais de mil mortes de migrantes nas Américas em 2021, um aumento de 57% se comparado aos números de 2020. Em 2023, somente no período de janeiro a junho, 449 migrantes perderam suas vidas na região das Américas (International Organization for Migration 2023).

A migração para a América do Norte é dominada, principalmente, por fluxos migratórios vindos da região da América Central e do Sul. Os Estados Unidos têm sido o principal destino dos migrantes internacionais desde 1970. Em 2020, o país recebeu 341.000 refugiados e abrigou cerca de um milhão de solicitantes de asilo (International Organization for Migration 2022). As nacionalidades que mais solicitaram asilo são latino-americanos, da República Bolivariana da Venezuela, da Guatemala, do México, de Honduras e de El Salvador (International Organization for Migration 2023).

O México é o país com as maiores diásporas do mundo, atrás apenas da Índia. Nas Américas, o Estado mexicano é seguido pela República Bolivariana da Venezuela e pela Colômbia (International Organization for Migration 2022). Em 2020, a Argentina abrigava a maior população nascida no exterior na região, cerca de 2 milhões de migrantes, vindos principalmente dos Estados vizinhos como o Paraguai e o Estado Plurinacional da Bolívia (International Organization for Migration 2022). A Costa Rica é o principal destino dos indivíduos que buscam proteção internacional na América Latina (ACNUR, 2023b). De acordo com dados da United Nations (2020), 10% da população do país é constituída de migrantes, uma das porcentagens mais altas da América Latina.

Os fluxos migratórios mais recentes incluem a emigração de venezuelanos, motivada pela crise política e econômica que o país vem enfrentando nos últimos anos, resultando em uma das piores crises de deslocação da América Latina da história recente (ACNUR 2023a, R4V 2022). Em 2020, os venezuelanos constituíam a segunda maior população em deslocamento entre fronteiras do mundo, depois dos sírios (International Organization for Migration 2022). De acordo com a R4V (2023), em novembro de 2023 havia mais 7,7 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos em todo o mundo, dos quais 6,5 milhões (84%) se encontravam em países da América Latina. Os principais destinos dos migrantes e refugiados venezuelanos são Colômbia, Peru, Chile, Equador e Brasil (International Organization for Migration 2022).

Desastres naturais e as mudanças climáticas estão entre os motivos dos novos deslocamentos internos nas Américas. Honduras, Cuba, Brasil e Guatemala registaram os maiores números

de migrações internas causadas por desastres (International Organization for Migration 2022). Eventos climáticos, como o Furação Laura, em agosto de 2020, os furacões Eta e Iota, em novembro de 2020, provocaram deslocamentos de grande escala na região (IDMC 2022; International Organization for Migration 2022).

Assim, o panorama de migração nas Américas é complexo e multifacetado, sendo influenciado por uma série de fatores políticos, econômicos, sociais e ambientais. Para solucionar os desafios que esse tema apresenta, é necessário abordagens integradas e de colaborativas, de proteção e defesa dos direitos humanos dos migrantes, assim como o combate ao tráfico humano e a promoção da integração regional das Américas. Dessa forma, cabe aos delegados presentes buscarem a melhor solução para a problemática, visando a colaboração regional e o respeito à Carta da OEA.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Nos últimos anos, a migração tem se tornado um desafio crescente e multifacetado nas Américas, exigindo uma resposta coordenada e eficaz dos países da região (ACNUR, s.d). A colaboração regional para enfrentar questões migratórias é crucial, visto que a movimentação de pessoas transcende fronteiras nacionais e demanda uma abordagem que integre políticas e ações entre nações (International Organization for Migration 2024). Diversas iniciativas internacionais já foram implementadas para enfrentar esses desafios, refletindo a necessidade urgente de soluções conjuntas. Assim, é necessário analisar as ações

internacionais prévias para compreender as bases sobre as quais a colaboração regional pode ser fortalecida e aprimorada (ACNUR, s.d).

Dessa forma, a presente seção tem como objetivo apresentar a Convenção de 1951, o Protocolo de 1967, a Convenção de Cartagena de 1984, o Pacto Global para Migração e o Pacto Global para os Refugiados. Esses documentos visam não apenas gerenciar os fluxos migratórios, mas também promover a proteção dos direitos dos migrantes e fomentar o desenvolvimento sustentável (ACNUR, s.d).

4.1 Convenção de 1951

Após a Segunda Guerra Mundial, esteve presente no mundo um colapso político e social. Dessa forma, o aumento de refugiados forçados na Europa foi uma preocupação dos governantes e dos órgãos governamentais internacionais (ACNUR, s.d). A necessidade de um arcabouço jurídico e uma definição para o termo crescia concomitantemente ao número de pessoas que fugiam de seus países (Baggio e Sartoretto 2018). Diante disso, foi criada em 1951 a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Embora o documento estabelecesse definição ao conceito de refugiado como sendo qualquer pessoa que se enquadra na definição dada no artigo primeiro da Convenção – que estabelece ser refugiado, por exemplo, aqueles que em consequência dos acontecimentos ocorridos antes do dia 1 de Janeiro de 1951 e tema ser perseguido por conta da raça, religião nacionalidade ou opiniões políticas – (Convenção 1951), as condições ainda eram de caráter eurocêntrico e cultivava com apenas refugiados europeus

fugindo da Segunda Guerra Mundial. Ainda, a iniciativa acolhia apenas refugiados de países como, Alemanha, Polônia e países Bálticos (Saadeh e Eguchi, s.d). Ainda, o documento tinha como objetivo oculto facilitar e conceder o controle aos Estados de quem poderia ou não ultrapassar as fronteiras de seus territórios, barrando dessa forma todos aqueles que não faziam parte do refúgio europeu (Baggio e Sartoretto 2018). Ademais, a ação também visa o direito ao trabalho, à educação e à dignidade dos refugiados nos territórios os quais são acolhidos (Saadeh e Eguchi, s.d). Ainda que com a presença de limitações, a base de proteção jurídica concedida aos refugiados foi um grande feito e um grande avanço no âmbito das instituições governamentais (ACNUR, s.d).

4.2 Protocolo de 1967

O Protocolo Relativo ao Estatuto do Refugiado de 1967 é uma emenda adicionada à Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 para ampliar os direitos e as condutas já estabelecidas na ação. Após a limitação temporal e espacial do documento, viu-se a necessidade de ampliar a definição do conceito de 'Refugiados' imposta pela visão eurocêntrica da Convenção de 1951. A iniciativa visava ampliar o recorte da definição de refugiados no cenário internacional (Saadeh e Eguchi, s.d). Por conseguinte, o então Protocolo agora reconhecia como Refugiados aquelas pessoas que fugiram de eventos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951 e de outras regiões do globo, como Ásia, África e América Latina (Saadeh e Eguchi, s.d). Dessa maneira, a ampliação da ideia de ser refugiado para além das pessoas europeias, garante se necessário, o refúgio e o direito à moradia,

educação, emprego e saúde em qualquer país do mundo, para todos (ACNUR, s.d).

Embora a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 tenham sido grandes tomadas de decisões no âmbito da discussão sobre migração e refugiados e atuem em conjunto como um instrumento eficaz na proteção internacional dos refugiados, os desafios ainda são muitos. Os Estados têm o dever de trabalharem juntos a partir destas ações e cooperarem para que a migração e as pessoas refugiadas sejam assuntos de urgência na agenda governamental nacional e internacional.

4.3 Convenção de Cartagena de 1984

A Declaração de Cartagena é a aplicação latino-americana do Instituto do Refúgio proveniente da Convenção de Genebra de 1951. A Declaração de Cartagena de 1984 ampliou o escopo da abrangência para também situações de indivíduos no contexto que os países da região viviam na época. O Instituto do Refúgio visa garantir a proteção do indivíduo desde a saída do Estado de origem até o Estado receptor. Garante, também, que o Estado receptor "devolva" o indivíduo solicitante de refúgio para lugar em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas. Outras garantias de suma importância presentes na Convenção de Refúgio de 1951 e, por conseguinte implementados em Cartagena em 1984 estão: assistência pública como a garantida ao nacional (art. 23); facilitação para obtenção de documentos (art. 27); garantia de não ser punido penalmente pelo ingresso não documentado no território (art. 31);

e aceleração e redução dos custos no processo de naturalização (art. 34) (Redin e Minchola 2013).

Assim, a convenção ampliou o conceito a ponto de incluir pessoas que tenham buscado refúgio porque sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas, sendo por violência interna dos países, agressão externa ou outras perturbações da ordem pública. Entretanto, a própria definição de refugiados causa grandes debates quando o Estado precisa ceder asilo, assim levantando a necessidade de uma reformulação da declaração de Cartagena para que ela se adeque às necessidades do século XXI (Redin e Minchola 2013).

4.4 Pacto Global para Migração

O Pacto Global é considerado um marco sobre o tema das migrações. Ele é oriundo da Declaração de Nova York de 2016, um compromisso adotado pela ONU para reforçar a proteção e o apoio a refugiados e migrantes em todo o mundo. O Pacto possui 23 objetivos que deveriam guiar as políticas migratórias dos Estados signatários e foi votado em dezembro de 2018. Para sua criação foi utilizado de base os pactos anteriores, além de estar diretamente alinhado com a agenda de 2030 das Nações Unidas de desenvolvimento sustentável. Ademais, é pautado por princípios sendo eles: (a) internacional; (b) soberania nacional; (c) Estado de Direito; (d) desenvolvimento sustentável; (e) igualdade de gênero; (f) sensível às necessidades da criança; (g) abordagem de todos os níveis governamentais; (h) abordagem de todos os níveis da sociedade civil (Júnior e Machado 2021).

O pacto global possui 23 objetivos que são provenientes dos seus princípios. Esses objetivos o caracterizam como o primeiro sistema da ONU a buscar construir uma resposta multilateral, coletiva e compartilhada sobre o assunto. Dos 169 países que votaram, 152 foram a favor, 5 contra, 12 abstenções e 24 não votaram. Os cinco países que votaram contra o Pacto foram Estados Unidos, Israel, Hungria, Polônia e Chéquia, todos eles com chefes de governo ligados a partidos políticos de direita (Junior e Machado 2021).

4.5 Pacto Global para os Refugiados

O Pacto Global sobre Refugiados foi adotado em dezembro de 2018 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e representa um reconhecimento de que uma solução sustentável para a crise dos refugiados não pode ser alcançada sem a cooperação internacional (ACNUR, s.d.). Esse documento é resultado de um esforço conjunto de organizações internacionais, pessoas refugiadas, sociedade civil, Estados-membros buscando compartilhar as responsabilidades de maneira mais previsível e equitativa (ACNUR, s.d.).

O Pacto apresenta quatro principais objetivos: diminuir a pressão em países de acolhimento; aumentar a autossuficiência dos refugiados; expandir o acesso a soluções de países terceiros; e apoiar condições nos países de origem para o retorno com segurança e dignidade. Por meio de um modelo para governos, organizações internacionais e outras partes interessadas, o Pacto procura garantir que tanto os refugiados quanto as comunidades anfitriãs recebam o apoio que precisam (ACNUR, s.d.).

O programa de ação estabelecido pelo Pacto para os Estados e outras partes interessadas é baseado no Marco Integral de Resposta aos Refugiados (CRRF, em inglês), que visa o compartilhamento e a cooperação das respostas frente à crise dos refugiados. O programa propõe que os refugiados tenham melhor acesso à educação, saúde e emprego, incentivando a inclusão econômica e social dos indivíduos na comunidade acolhida (ACNUR, s.d.).

A implementação do Pacto é monitorada pelo Fórum Global sobre Refugiados, realizado a cada quatro anos, em que os progressos são revisados e são estabelecidas novas bases para implementação a longo prazo no Pacto Global para Refugiados. Desde sua adoção, o documento tem influenciado a forma como Estado e sociedade respondem às situações de refugiados, promovendo uma abordagem mais coordenada e cooperativa para a questão do refúgio. No entanto, a eficácia do Pacto depende da continuidade do compromisso e da cooperação internacional frente aos desafios do aumento das migrações e dos deslocamentos forçados devido a conflitos e às mudanças climáticas (ACNUR, s.d.)

5 BLOCO DE POSICIONAMENTOS

Em 2020, a **República da Argentina** abrigava mais de 2 milhões de migrantes em seu território, sendo a maioria de países vizinhos como o Paraguai e o Estado Plurinacional da Bolívia (International Organization for Migration 2024). Desde a promulgação da Lei Migratória nº 25.871, em 2004, a República da Argentina passou a compreender o migrante como um sujeito de direito, estabelecendo igualdade jurídica entre nacionais e

estrangeiros, independente do estatuto migratório do migrante (Argentina, s.d). O país assinou e ratificou 18 tratados internacionais de direitos humanos e a nível inter-regional participa de diversos fóruns de cooperação e diálogo sobre migração e refúgio (Argentina, s.d). No entanto, a partir do governo de Macri (2015-2019), o país começou a vincular a questão migratória à segurança pública e passou a ter um controle mais rígido das suas fronteiras (International Organization for Migration 2023b). Com a posse do presidente Javier Milei, em dezembro de 2023, essas medidas ganharam força e apoio das alas mais conservadoras da sociedade argentina.

O **Estado Plurinacional da Bolívia** é um importante país de trânsito para migrante e refugiados venezuelanos (IOM, s.d). Diante das restrições de travessia do Peru para o Chile, muitos refugiados e migrantes venezuelanos entram pelo Peru, pela cidade de Desaguadero, transitam pela Bolívia e depois procuram uma entrada no Chile por regiões como Colchane (International Organization for Migration 2023b). A migração ilegal entre as fronteiras da Bolívia e do Chile é um problema para as duas nações, que não possuem relações diplomáticas formais desde 1978 (Valdez 2023). Diante disso, a Bolívia, em resposta aos desafios da migração, participa de acordos regionais e de fóruns de cooperação regional e internacional que promovem os direitos e a mobilidade dos migrantes e refugiados. Em relação à emigração, estima-se que 700 mil bolivarianos vivam fora de seu país de origem, sendo a Argentina e os Estados Unidos os principais destinos dentro do continente americano (IOM, s.d).

A **República Federativa do Brasil** acolhe, juntamente com o México, o Peru e a Costa Rica, os maiores números de requerentes

de asilo na região (International Organization for Migration 2024). A Operação Acolhida, em resposta ao fluxo migratório venezuelano no Brasil, é referência internacional ao aliar a proteção social do migrante e refugiado com a integração socioeconômica (Brasil 2018). Após a mudança de governo em 2023, o Brasil voltou a aderir ao Pacto Global para Migração, reafirmando o compromisso da nação brasileira em proteger os direitos dos migrantes que vivem no país, assim como dos brasileiros que emigraram (Brasil 2023; International Organization for Migration 2024). As catástrofes climáticas provocam algumas das maiores deslocações internas das Américas. O Brasil apresentou o maior número de deslocamentos climáticos na região, principalmente devido às inundações causadas pelas chuvas intensas (International Organization for Migration 2024). Para enfrentar esse e outros desafios migratórios, o governo brasileiro busca promover a cooperação multilateral, defendendo uma abordagem coordenada e conjunta dos países das Américas (Brasil 2023)

O **Canadá** assegura que todos os migrantes e refugiados tenham seus direitos e liberdades garantidos, independente do seu status no país (Amnesty International, s.d). A sua Política de Assistência Internacional Feminista defende, entre outros objetivos, uma abordagem mais feminista na assistência dos migrantes e refugiados e busca a cooperação internacional para igualdade de gênero e empoderamento feminino (Canada 2021; International Organization for Migration 2024). Em 2022 o país recebeu o maior número de refugiados reassentados do mundo, sua maioria do Afeganistão, Síria e Eritreia (UNHCR 2023).

A **República do Chile** é um dos principais destinos dos migrantes na América do Sul, principalmente de migrantes e

refugiados venezuelanos (Roldán 2016). Na região, o país teve o terceiro maior número de migrantes internacionais em 2020, com mais de 1,6 milhão residindo no país (UN DESA 2021). Devido a esse aumento significativo de migrantes nos últimos anos, em 2021 o governo chileno promulgou reformas restritivas que podem dificultar a obtenção de autorização de residência por migrantes dentro do país, enquanto permitiria que as autoridades deportassem migrantes que entrassem sem documentos no Estado (Donã-Reveco 2022).

Os altos números de migrantes irregulares que atravessam as fronteiras da **República da Colômbia** são um dos grandes desafios do país (Colômbia 2024). A violência interna, principalmente em regiões controladas por grupos armados, intensificou-se em 2022, com mais de 339 mil deslocamentos devidos a conflitos e violência (IDMC 2023). A migração é impulsionada pelas vulnerabilidades estruturais e sociais (International Organization for Migration 2024). Muitos migrantes cruzam da Colômbia para o Panamá pelo Darien Gap, uma densa floresta tropical considerada uma das rotas de migração mais perigosas do mundo (Buschschlüter 2024). Compartilhando fronteiras com a Venezuela, a Colômbia abrigava, em 2023, o maior número de migrantes e refugiados venezuelanos da América do Sul (International Organization for Migration 2024). Como forma de buscar uma regularização para os migrantes venezuelanos ilegais no país, a Colômbia, em parceria com o governo dos Estados Unidos, anunciou, em 2021, um programa de permissão de proteção temporária (TPP), que garante o status de proteção temporária (TPS) por 10 anos para os cidadãos venezuelanos na Colômbia (International Organization for Migration 2024).

Entre os países da região do Caribe, a República de Cuba é o Estado com menos migrantes em comparação a sua população total (IOM, s.d). No entanto, cerca de 10 a 15% da população cubana emigraram para outros países, principalmente Estados Unidos, México e Canadá (Sesin 2022). A piora da situação econômica, decorrente das sanções econômicas mais duras dos Estados Unidos, afetaram setores chaves da economia cubana, como o turismo, levando a população à pobreza (International Organization for Migration 2024). Signatário do Pacto Global para as Migrações desde 2018, Cuba busca na cooperação internacional abordar as causas que provocam a migração interna e externa da sua população, com objetivo de reduzir esse fluxo (OIM 2023). Em 2009 a OEA revogou a suspensão de Cuba da organização, cuja reincorporação depende da iniciativa do governo cubano (OEA, s.d).

A República de El Salvador é um pequeno país localizado na América Central e possui cerca de 5,2 milhões de habitantes. Além de fazer parte do conhecido Triângulo Norte da América Central, constituído também por Honduras e Guatemala, o Estado é conhecido pelos grandes níveis de violência, destacando-se por ter as taxas mais altas de homicídio do mundo (Souza e Cabral 2017). Por conta disso, o fluxo migratório salvadorenho se torna cada vez maior em diversas regiões das Américas, como é o caso do Estados Unidos da América, país que mais recebe refugiados de El Salvador (Aguilar e Vitorino 2008). Por conseguinte, por ser um país em desenvolvimento, El Salvador é um Estado de onde saem dezenas de milhares de imigrantes à América Central, o que contribui para que o fluxo migratório nos Estados Americanos seja um desafio tão complexo. Ainda, o país tem se posicionado de maneira ativa e em

conjunto com os Estados Americanos para frear o fluxo migratório, como políticas de mobilidade humana juntamente com órgãos não governamentais (OIM 2023).

A República do Equador é um país situado na Costa Oeste da América do Sul e é uma das regiões com maior fluxo migratório atualmente, interno e externo. A partir de 2013, houve um aumento na entrada de estrangeiros no país concomitantemente com a saída de equatorianos (Pincay e Alves 2022). Segundo dados da OIM, em 2019 cerca de 221 mil refugiados da Venezuela tinham como destino o Equador (OIM 2019). Dessa maneira, as mudanças de infraestruturas e organização desenvolvimentista e governamental no país podem ser significativas. Pensando nisso, a partir de 2018, o governo Lenín Moreno (2017-2021) declarou estado de emergência no setor de mobilidade humana, como uma forma de controle migratório dentro do país (Pincay e Alves 2022). Com a saturação da população acerca da presença venezuelana, os índices de violência e xenofobia contra os refugiados aumentaram significativamente no país (ACNUR 2024). Embora políticas de cooperação entre os Estados sejam implementadas, o fluxo migratório equatoriano ainda é complexo e desafiador.

A questão migratória nos Estados Unidos da América é um fenômeno complexo e perdura por séculos. Alguns fatores, contudo, indicam que a partir da crise de 2008, os fluxos migratórios poderiam estar diminuindo (Cunha 2012). Entretanto, o número de imigrantes ilegais, sobretudo vindos do México, sobe de forma exacerbada no país e preocupa não só os governantes, mas também a população. A OIM (2021) estimou que cerca de 650 pessoas morrem tentando cruzar a fronteira entre México e Estados Unidos (ONU 2021). Apesar do fortalecimento das fronteiras – o que já

ocorre há anos – e a criação de políticas para conter a entrada de estrangeiros em busca de melhores condições, o fenômeno migratório parece continuar sendo uma questão preocupante no país e é usado, inclusive, como política de governos (Silva 2012). Apesar da imigração mexicana ser uma questão, os Estados Unidos recebem imigrantes de todas as regiões das Américas como Venezuela, Guatemala e Colômbia (Batista 2023). Dessa maneira é notório que a migração no país se dá de forma complexa e é discutida não só no âmbito governamental, mas também na discussão pública entre os habitantes.

A **República de Guatemala** é um país localizado na América Central, ao Sul do México. Após a Guerra Civil nos anos 60, originou-se um forte movimento de emigração no país, com destino ao Estados Unidos (Cunha 2012). Dessa forma, o movimento migratório do país é um grande fator para a economia interna, fazendo com que o PIB do país seja bastante influenciável de acordo com os fluxos migratórios enviados aos Estados Unidos (Cunha 2012). Além disso, pela posição geográfica e a adição das políticas de contenção migratória no México, o país também se torna suscetível a presença de migração ilegal, devido a sua localização estratégica (Cunha 2012; World Migration Report 2024). No dia 7 de maio de 2024, o governo de Guatemala realizou a reunião ministerial da Declaração de Los Angeles sobre Migração e Proteção, a qual enfatiza a cooperação regional, alinhada com o Pacto Global sobre Refugiados e baseada nos princípios de solidariedade, além da cooperação internacional acerca da questão migratória (ACNUR 2024).

O fluxo migratório na América está relacionado, sem dúvidas, a questões sociais e políticas. Na República do Haiti não é

diferente. Desde as constantes invasões e dominações de outros países – como Estados Unidos –, os desastres climáticos e as disputas políticas, o Haiti vem sendo um dos principais países de onde saem emigrantes na América. Dessa forma, muitos Estados recebem e trabalham da melhor maneira para receber todos os refugiados do país, como o Brasil e a Argentina, por exemplo (Silva e Ojima 2023). Estima-se que cerca de 160 mil refugiados haitianos vivem no Brasil atualmente e, por conta disso, o país tem planos de ação para abrigar essa população (ACNUR 2023d). Com o assassinato do então presidente Jovenel Moïse em 2021, a crise econômica, política e social se intensificou e, sobretudo, o fluxo migratório se tornou ainda mais desafiador (Pereira 2023). Dessa maneira, é evidente que o fenômeno migratório está presente de forma violenta no contexto haitiano e envolve grande parte dos Estados Americanos.

A **República de Honduras** é um dos países que faz parte do Triângulo Norte da América Central, juntamente com Guatemala e El Salvador. Segundo o World Migration Report (2024), Honduras está entre as nações mais perigosas para se viver no mundo. Além da desigualdade e crise social, o país também enfrenta desafios frente ao fluxo migratório. Tendo como principal destino os Estados Unidos, estima-se que 93% dos refugiados hondurenhos vivem na América do Norte (Cunha 2012). A presença de pessoas nativas de Honduras nos Estados Unidos aumentou de forma significativa nos últimos anos, contando com cerca de 522 mil refugiados ilegais no país (Cunha 2012). Portanto, é prudente ressaltar que a crise social, política e econômica na nação fomenta que o fenômeno migratório seja um desafio não só para o próprio país, mas para todos os Estados Americanos.

Os Estados Unidos Mexicanos são um dos países que compõem a América do Norte. O maior movimento migratório mexicano acontece na fronteira com os Estados Unidos e esse é um desafio discutido pelo mundo inteiro, bem como as dinâmicas de contenção dessa migração por parte do governo americano – como a restrição ao acesso de solicitantes da condição de refugiado que chegam irregularmente, após transitar por outro país (ACNUR 2023c). Embora o México tenha recebido nos últimos anos cerca de 600 mil pessoas migrantes e refugiadas de países como Venezuela, Haiti e Cuba, o envio de imigrantes ao norte ainda é maior (ACNUR 2024). Além disso, discute-se a "inclusão subordinada" – condição em que pessoas refugiadas enfrentam em outros países, com a falsa sensação de inclusão enquanto na verdade estão sendo usadas e exploradas como mão de obra barata por aquele país – em que os imigrantes mexicanos são submetidos (Cunha 2023). Ainda, entende-se o processo migratório no México como uma questão política e social do país e não apenas como mero deslocamento (Cunha 2023).

A **República da Nicarágua**, assim como a maior parte dos países latino-americanos e caribenhos, adotou a Declaração de Cartagena além de reivindicar uma abordagem mais ampla para proteção dos refugiados (ACNUR 1984). Mais recentemente, comprometeram-se com o Pacto Global para Refugiados e o Pacto Global para Migração, visando o respeito com os direitos humanos (ONU 2018). O país se mostra presente em conferências sobre crises migratórias, como no Processo de Quito referente à crise migratória da Venezuela. Os principais destinos de migrantes da Nicarágua são os países da América Central, principalmente Costa Rica, porém há

um grande fluxo com destino aos Estados Unidos da América (Zea 2024).

A **República do Paraguai** tem suas políticas migratórias pautadas por posições e comparações do bloco econômico do Mercosul. Assim, assegurando direitos aos migrantes e refugiados, além de possuir instrumentos que garantem direitos iguais aos paraguaios e aos migrantes do Mercosul. O grande fluxo de migrantes do Paraguai se dá entre os países do Mercosul (IPPDH 2024). O país atua também dentro do plano de respostas a refugiados e migrantes locais da Venezuela, que visa garantir o desenvolvimento sustentável e humanitário para as nações que recebem migrantes e refugiados venezuelanos (R4V 2024).

A **República do Peru** é signatária das convenções de Cartagena de 1984 e dos Pactos Globais para Migração e Refugiados. Além disso, é um dos países que implementou políticas diretamente alinhadas com a proteção dos direitos dos migrantes e facilitação de migração ordenada. O país tem uma colaboração direta com o ACNUR no tocante a fortalecer as capacidades internas de acolhimento e proteção aos refugiados (ACNUR 1984; ONU 2018). Há um grande fluxo de migrantes peruanos para outros países sul americanos, como Argentina e Chile, além de um fluxo para Estados Unidos e Espanha (OIM 2024).

A **República de Trinidad e Tobago** não é signatária da convenção de Cartagena de 1984, visando uma posição mais restritiva em relação à definição de refugiado, baseado na Convenção de 1951 (ACNUR 1984). No entanto, o país é signatário do Pacto Global para os Refugiados e o Pacto Global para Migração (ONU 2018). Os principais destinos para migrantes de Trinidad e

Tobago são para a América do Norte e há um grande fluxo de recepção de migrantes venezuelanos (IOM 2024a).

A **República Oriental do Uruguai** preza pelos direitos fundamentais dos migrantes. Além disso, assinou um memorando junto do Brasil que visa facilitar a regularização de cooperação de migração entre os países (Brasil 2024). O país é presente nas Conferências Sul Americana sobre Migração (CSAM) e de outros fóruns, sempre prezando pelos direitos humanos (SCAM 2024). Os principais destinos de migrantes Uruguaios são outros países da América do Sul, a Espanha e os Estados Unidos da América (IOM 2023).

A **República Bolivariana da Venezuela** é signatária de diversos acordos sobre migrações como o Pacto Global sobre Migrações, o Pacto Global sobre Refugiados e a Convenção de Cartagena. Contudo, apesar do apoio formal, devido à instabilidade interna do país, esses acordos têm dificuldades de serem postos em prática. Além disso, diversas organizações internacionais como ACNUR, OIM e a Cruz Vermelha desempenham auxílio de assistências humanitárias aos migrantes do país. Cerca de 5,4 milhões de venezuelanos deixaram seu país, sendo 800.000 solicitantes de refúgios e 2,5 milhões vivendo sob outras formas legais de estadia nas Américas (ACNUR, s.d). Os emigrantes têm como principais destinos migratórios outros países sul americanos, com maior fluxo para os países fronteiriços da Venezuela e para os Estados Unidos (OIM 2024b).

6 QUESTÕES A PONDERAR

1. Como os países das Américas podem harmonizar suas políticas de migração para criar um sistema coeso e eficiente?
2. Como equilibrar a segurança nas fronteiras com a proteção dos direitos humanos dos migrantes?
3. Quais são as melhores práticas para promover a integração social dos migrantes e combater a xenofobia?
4. Como os Estados podem colaborar em prol de uma migração mais segura?
5. Quais estratégias econômicas regionais podem ser implementadas para reduzir as pressões migratórias nos países de origem?

REFERÊNCIAS

Aguilar, Aleksander, e Juliana Vitorino. 2008. "O Paradoxo migratório de El Salvador". Carta Internacional 3 (3):23-26. https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/446.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). 1984. "Cartagena Declaration on Refugees, Colloquium on the International Protection of Refugees in Central America, Mexico and Panama." Acesso em 17 de junho de 2024. https://www.unhcr.org/about-us/background/45dc19084/cartagena-declaration-refugees-adopted-colloquium-international-protection.html.

———. 2015. "Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto".

https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/#:~:text=Dizemos%20'refugiados'%20quando%20nos%20referimos,outros%20aceitem%20fazer%20o%20mesmo.

———. 2023a. "Mais de quatro milhões de refugiados e migrantes da Venezuela lutam para acessar necessidades básicas nas Américas." Última modificação 12 de setembro de 2023. https://www.acnur.org/portugues/2023/09/12/mais-de-quatro-milhoes-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-lutam-para-acessar-necessidades-basicas-nas-americas/.

———. 2023b. "Necessidades Críticas nas Américas Agosto 2023". https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/08/V3-PT-Necessidades-Criticas-nas-Americas.pdf

———. 2023c. "As Américas em uma encruzilhada: ACNUR e OIM pedem uma resposta colaborativa para as pessoas refugiadas e migrantes''. https://www.acnur.org/portugues/2023/05/15/as-americas-em-uma-encruzilhada-acnur-e-oim-pedem-uma-resposta-colaborativa-para-as-pessoas-refugiadas-e-migrantes/.

———. 2023d. "Com apoio do ACNUR, governo lança plano de ação para população haitiana no Brasil''. https://www.acnur.org/portugues/2023/06/20/com-apoio-do-acnur-governo-lanca-plano-de-acao-para-populacao-haitiana-no-brasil/.

———. 2024. "ACNUR reforça compromisso para responder ao deslocamento forçado nas Américas e pede abordagem hemisférica coordenada". https://www.acnur.org/portugues/2024/05/09/acnur-reforca-compromisso-para-responder-ao-deslocamento-forcado-nas-americas-e-pede-abordagem-hemisferica-coordenada/.

———. s.d. "Pacto Global sobre Refugiados." Acesso 9 de junho de 2024. https://www.acnur.org/portugues/pacto-global-sobre-refugiados/.

———. s.d . "Venezuela". Acesso em 17 de junho de 2024. https://www.acnur.org/portugues/venezuela/#:~:text=Cerca%20de%202%2C5%20milh%C3%B5es&text=Mais%20de%205%2C4%20milh%C3%B5es%20de%20venezuelanos%20deixaram%20seu%20pa%C3%ADs,de%20deslocamento%20no%20mundo%20atualmente.

Amnesty International. Immigrant Rights in Canada. s.d. https://amnesty.ca/what-we-do/refugees-and-migrants/. Acesso em 11 de junho de 2024

Anselmo, Caio Alexandre Capelari. 2021 "Migração forçada e categorização: Entre a ampliação da proteção e a exclusão." PERIPLOS: Revista de Investigación sobre Migraciones 5 (1): 131-156. https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/34738

Argentina. Dirección Nacional de Migraciones. s.d. "Compromisos Internacionales" Acesso em 10 de junho de 2024. https://www.argentina.gob.ar/interior/migraciones/compromisos-internacionales

Baeninger, Rosana, e Romeu Bonk Mesquita. 2016 "Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina." Revista Transporte y Territorio 1 (15):146-163. https://doi.org/10.34096/rtt.i15.2855.

Baggio, Roberta Camineiro, e Laura Madrid Sartoretto. "A Definição de Refugiado na Convenção de 1951: Limites e Avanços na Proteção Internacional." In Migrantes Forçados: Conceitos e Contextos, organizado por Liliana Lyra Jubilut, Fernanda de Magalhães Dias Frinhani e Rachel de Oliveira Lopes, 111-141. Boa Vista: Jubilut, 2018.

Batista, Cátia. 2023. "As migrações como forma de combate à pobreza. " Brotéria: Cristianismo e cultura 196 (1): 11-21. https://novafrica.org/wp-content/uploads/2023/03/Catia-Batista_As-migracoes-como-forma-de-combate-a-pobreza_edit_CB_09Dez2022.pdf

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2024. "Acordo de Residência entre Brasil e Uruguai." Polícia Federal. https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/imigracao/autorizacao-residencia/acordo-de-re sidencia-brasil-e-uruguai

———. Ministério das Relações Exteriores. 2023. "Retorno do Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular". Acesso em 10 de junho de 2024. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/retorno-do-brasil-ao-pacto-global-para-migracao-segura-ordenada-e-regular

———. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Imigração e Refúgio no Brasil – Desafios para Políticas Migratórias. Brasília, SNAS, 2018, http://blog.mds.gov.br/redesuas/imigracao-e-refugio-no-brasil-desafios-para-politicas-migratorias/ (Acesso em 10 junho de 2024).

Borges, Gabriela Verdi. 2017 "Migrações internacionais e os limites do conceito de estado vestefaliano." Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Buschschlüter, Vanessa. 2024. "Surge of children crossing dangerous Darién Gap jungle" https://www.bbc.com/news/articles/cz5d5jz30v4o

Castles, Stephen e Mark J. Miller. 1998. The age of migration: International population movements in the modern world. Londres: MacMillan Press.

Canada.Minister of Foreign Affairs. 2021. "Canada's Feminist International Assistance Policy". Acesso em 11 de junho de 2024.https://www.international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/priorities-priorites/policy-politique.aspx?lang=eng

Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD). Panorama da Migração Regional 2021 América Latina e Caribe. 2021.

Colombia. Migración Colombia. 2024. "Cifras abiertas, migración abierta". Acesso em 12 de junho de 2024. https://www.migracioncolombia.gov.co/observatorio-433673/cifras-abiertas-migracion-abierta

Cunha, Brunno Victor Freitas. 2023. "Políticas De in segurança Na Fronteira Estados Unidos-México: Compreendendo a ilegalização Da migração Como Processo político". Ideias 14 (00). https://doi.org/10.20396/ideias.v14i00.8671621.

Cunha, Filipe Brum. 2012. "Imigração aos Estados Unidos da América: análise histórica e tendências no início do século XXI". Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dias, Gustavo e Eduardo Domenech. 2020. "Sociologia e fronteiras: a produção da ilegalidade migrante na América Latina e no Caribe". Sociologias 22 (55): 24–38. https://doi.org/10.1590/15174522-109126.

Doña-Reveco, Cristián. 2022. "Chile's welcoming approach to immigrants cools as numbers rise". Migration Policy Institute, 18 de maio, 2022. https://www.migrationpolicy.org/article/chile-immigrants-rising-numbers

Fossaert, Robert. 1994. El mundo en el siglo XXI: una teoría de los sistemas mundiales. México: Século XXI

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, ano 17, 2023. https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/57.

Furtado, Celso. 2006. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

Gabeira, Fernando. 1979. O que é isso companheiro? Rio de Janeiro: Estação Brasil.

General Assembly resolution 73/195, Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration , A/RES/73/195 (19 Dezembro 2018), disponível em https://undocs.org/A/RES/73/195,

Gill, Stephen. 2008. Power and Resistance in the New World Order. Basingstoke New York: Palgrave Macmillan.

Golgher, André Braz. 2004. Fundamentos da migração. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.

Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del MERCOSUR (IPPDH). 2024. "MERCOSUR: Personas Migrantes y Refugiadas Tienen Derechos." https://www.ippdh.mercosur.int.

Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC). Global Report on Internal Displacement: Internal Displacement and Food Security. IDMC, Geneva, 2023. https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2023/

Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC). Global Report on Internal Displacement 2023. Genebra, 2022. https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2022/.

International Organization for Migration (IOM). 2020. "Organizações buscam apoio urgente para refugiados e migrantes da Venezuela em meio à pandemia". Última modificação 15 maio 2020. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/news/organizacoes-buscam-apoio-urgente-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-em-meio-pandemia.

———. Recent Migration Trends in the Americas. Buenos Aires, 2022.

———. World Migration Report 2022. Genebra: International Organization for Migration, 2022. https://worldmigrationreport.iom.int/wmr-2022-interactive/.

———. 2024a. "Trinidad and Tobago." https://www.iom.int/countries/trinidad-and-tobago

———. 2024b. "Venezuela Situation: Regional Response Plan 2024-2025," https://www.iom.int/venezuela-situation-regional-response-plan-2024-2025

———. Migration Trends in the Americas. San Jose: International Organization for Migration, 2023b.

———. s.d. "Bolivia". Acesso em 10 de junho de 2024. https://www.iom.int/countries/bolivia

———. World Migration Report 2022. Genebra, International Organization for Migration, 2022

———. World Migration Report 2024. Genebra, International Organization for Migration, 2024.

Junior, Walter Barbieri e Guilherme da Silva Machado. 2021. "Os Votos Contra o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular: A Relação entre Políticas Imigratórias e Governos Nacionalistas ee Direita". Revista direito, economia e globalização 1 (2): 1–25.

Levitan, Débora, Janaína Rocha Furtado e Andréa Barbará S. Bousfield. "Migrações em Tempos de COVID-19: Impactos e Estratégias de Enfrentamento." Psicologia: Ciência e Profissão 43 (e256659): 1-13.https://doi.org/10.1590/1982-3703003256659

Lorentz, Luísa Acauan. 2018. "Relações Internacionais e Migrações Forçadas: O caso dos deslocados do desenvolvimento". Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Martínez, Jorge. 2004. "Tendencias recientes de la migración internacional en América Latina y el Caribe." Estudios migratorios latinoamericanos 18 (54): 211-238. https://ojs.uc.cl/index.php/RGNG/article/view/43759

Matijascic, Vanessa Braga. 2010. Haiti: uma história de instabilidade política. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade.

Mendes, George Alves. 2013. "Migração Internacional: Uma Relação Histórica com Implicações Sociais e Econômicas entre o México e Estados Unidos." Revista Cadernos de Aula do LEA(2): 46-55. http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev2_4.pdf

Migration Data Portal. 2020. "5 salient facts about intra-regional migration in South America". Última atualização 16 abril. https://www.migrationdataportal.org/blog/5-salient-facts-about-intra-regional-migration-south-america#:~:text=Nowadays%20in%20South%20America%2C%20the,residing%20elsewhere%20in%20the%20world.&text=Annual%20South%20American%20inflows%20to,2015%20to%20256%2C210%20in%202018.

Migration Data Portal. 2020. UN DESA Database. https://www.migrationdataportal.org/internationaldata?i=stock_abs_&t=2020&m=1&rm49=19

Missing Migrants Project. Resumen Regional Anual: Las Américas. 2022. https://missingmigrants.iom.int/region/americas.

Moreira, Julia Bertino, e Janine Hadassa Oliveira Marques de Borba. "Invertendo o Enfoque das 'Crises Migratórias' para as 'Migrações de Crise': Uma Revisão Conceitual no Campo das Migrações." Revista Brasileira de Estudos de População 38 (3): 1-20

Moya, José. 2018. "Migration and the historical formation of Latin America in a global perspective". Sociologias 20 (49): 24–68. https://doi.org/10.1590/15174522-02004902.

Oliveira, Túlio Fernando Mendanha de e Yacine Guellati. 2018. "Por que migrar? Uma análise sobre as motivações que conduzem às migrações internas." Espaço Aberto 8 (2):7-22.https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2018.19093

Organização das Nações Unidas (ONU). 2001. Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância. Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização Internacional para as Migrações. (OIM). Disponível em: http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/49353b4d2.pdf. 2024

Organização Internacional para as Migrações - Brasil (OIM Brasil). 2019. "Estudo da ONU aponta aumento da população de migrantes internacionais". Acesso em 21 abril 2024. https://brazil.iom.int/pt-br/news/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais2024r4v

Organização Internacional para as Migrações (OIM). Tendencias Migratorias en las Américas. San Jose: 2023. https://rosanjose.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1446/files/documents/2023-09/es_tendencias_marzo_junio_2023_vf.pdf

———. 2019. "Número de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo atinge 3,4 milhões". https://brazil.iom.int/pt-br/news/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes

———. 2023. "Governo de El Salvador e OIM apresentam política de Mobilidade Humana". https://nortedecentroamerica.iom.int/es/news/gobierno-de-el-salvador-y-oim-presentan-politica-de-movilidad-humana

———. 2024. "O Relatório Mundial sobre Migração de 2024 revela as últimas tendências e desafios mundiais para a mobilidade humana." https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-mundial-sobre-migracao-de-2024-revela-ultimas-tendencias-e-desafios-mundiais-para-mobilidade-humana#:~:text=Relat%C3%B3rio%20Mundial%20sobre%20Migra%C3%A7%C3%A3o%20de%202024%20revela%20as%20%C3%BAltimas%20tend%C3%AAncias,d%C3%B3lares%20entre%202000%20e%202022.

———. 2021a. "Agências da ONU pedem medidas de proteção e abordagem regional abrangente para pessoas haitianas em movimento." Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/news/agencias-da-onu-pedem-medidas-de-protecao-e-abordagem-regional-abrangente-para-pessoas-haitianas-em-movimento. Acesso em 28 de abr. 2024.

———. 2021b. "Relatório Mundial sobre Migração da OIM mostra aumento do deslocamento global apesar dos limites de mobilidade da COVID-19." Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-mundial-sobre-migracao-da-oim-mostra-aumento-do-deslocamento-global-apesar-dos-limites-de-mobilidade-da-covid-19. Acesso em 28 de abr. 2024.

———. 2021c. "Relatório da OIM e do Instituto de Política de Migração aponta que a pandemia impactou a mobilidade global." Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-da-oim-e-do-instituto-de-politica-de-migracao-aponta-que-pandemia-impactou-mobilidade-global. Acesso em 28 de abril de 2024.

———. 2021d. "Políticas de Longo Prazo são Cruciais para a Integração de Refugiados e Migrantes Venezuelanos: Novo

Relatório." Última atualização 02 Ago. 2021. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/news/politicas-de-longo-prazo-sao-cruciais-para-integracao-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-novo-relatorio.

———. 2023. "Eliminar a discriminação racial é fundamental para implementar o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular." Última atualização 21 Mar. 2023. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/news/eliminar-discriminacao-racial-e-fundamental-para-implementar-o-pacto-global-para-uma-migracao-segura-ordenada-e-regular.

Organización de los Estados Americanos (OEA). s.d. "Cuba". https://oasmailmanager.oas.org/es/acerca/offices_detail.asp?sCode=CUB

Organización Internacional para las Migraciones (OIM). 2023. "En el Día Internacional del Migrante, la Universidad de La Habana y OIM Cuba abren puertas a la investigación sobre migración". https://rosanjose.iom.int/es/news/en-el-dia-internacional-del-migrante-la-universidad-de-la-habana-y-oim-cuba-abren-puertas-la-investigacion-sobre-migracion-internacional

Paviani, Aldo. "Migrações e Desemprego: Injustiça Social na Configuração Socioespacial Urbana." Cadernos Metrópole. (17): 13-33. https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8761.

Pereira, Júlia Silveira. 2023. "Pelo direito de migrar: a emissão de vistos de acolhida humanitária e de reunião familiar para haitianos pelo estado brasileiro". http://hdl.handle.net/10183/265305

Pincay, Cristhian Marcelo Gorozabel, e Thiago Augusto Lima Alves. 2022. "Migrações Sul-Sul: Refugiados Venezuelanos e a Política Migratória Equatoriana / Migraciones Sur - Sur: Los Refugiados Venezolanos Y La política Migratoria Ecuatoriana". Brazilian Journal of Development 8 (3):20468-20483. https://doi.org/10.34117/bjdv8n3-313

Portes, A. e Bach, RL (1985) Latin Journey: Imigrantes cubanos e mexicanos nos Estados Unidos. University of California Press, Berkeley.
https://doi.org/10.1525/9780520907317

R4V (Response for Venezuelans). 2023. Interagency Coordination Platform for Refugees and Migrants. https://www.r4v.info/en.

R4V. Personas Refugiadas y Migrantes Venezolanas: Total Aproximado de Personas Refugiadas y Migrantes Venezolanas en el Mundo. 2024. Interagency Coordination Platform for Refugees and Migrants. http://r4v.info.

R4V. Regional Refugee and Migrant Response Plan (RMRP). RMRP 2023-2024. 2022. https://www.r4v.info/en/rmrp2023-2024.

Redin, Giuliana, e Luís Augusto Bittencourt Minchola. 2013. "Proteção dos Refugiados na Declaração de Cartagena de 1984: Uma Análise a partir do Caso dos Haitianos no Brasil". Revista de Estudos Internacionais 4 (1): 30–45.

Regional Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela (R4V). 2024. "RMRP 2024 Update."https://rmrp.r4v.info.

Roldán, Juan Paulo G. 2016. "Crisis en la frontera: Algunos desafíos que enfrenta la migración en Chile". Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. https://www.pucv.cl/uuaa/ceapucv/noticias/crisis-en-la-frontera-algunos-desafios-que-enfrenta-la-migracion-en-chile

Santos, Aline Baú dos. 2013. As principais motivações para a migração internacional: o caso do Marrocos para a Espanha. São Paulo: Leviathan.

SAADEH, Cyro; EGUCHI, Mônica Mayumi. Convenção relativa ao estatuto dos refugiados: protocolo sobre o Estatuto dos refugiados. http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado12.htm

Sesin, Carmen. 2022. "Historic wave of Cuban migrants will have a lasting impact on Florida". NBC News, 16 de dezembro, 2022. https://www.nbcnews.com/news/latino/historic-wave-cuban-migrants-florida-impact-lasting-rcna61989

Silva, Leonardo Cavalcanti da, Delia Dutra e Gustavo da Frota Simões. 2019. "Migrações Contemporâneas na América Latina e Europa em Perspectiva Comparada". Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas 13 (1): 24-29. https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n1.2019.24087.

Silva, Marcos Antonio da e Ricardo Ojima. 2022. "El sistema migratório haitiano na América do Sul: projetos, mobilidades e políticas migratórias''. Buenos Aires: CLACSO, 2022. https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006717

Sohret, Mesut e Onur Ceylan. 2023. "Origins of the Migration Crisis in Latin America". Gaziantep: Gaziantep University.

The United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). Global trends: Forced displacement in 2022. Genebra, The United Nations High Commissioner for Refugees, 2023. https://www.unhcr.org/global-trends

Truzzi, Oswaldo e Karl Monsma. 2018a."Amnésia social e representações de imigrantes: consequências do esquecimento histórico e colonial na Europa e na América." Sociologias 20 (49): 70–108. https://doi.org/10.1590/15174522-02004903.

———. 2018b. "Sociologia das migrações: entre a compreensão do passado e os desafios do presente." Sociologias 20 (49): 92-113. https://doi.org/10.1590/15174522-02004901.

United Nations. International Migration Stock 2020. Database. https://www.un.org/development/desa/pd/content/international-migrant-stock.

United Nations. "Global Compact on Refugees." Nova York: United Nations, 2018.

United Nations Department of Economic and Social Affairs (UN DESA). 2021. International Migrant Stock 2020. https://www.un.org/development/desa/pd/content/international-migrant-stock

Valdez, Carlos. 2023. "Bolivia descarta acuerdo bilateral con Chile sobre migrantes". The San Diego Union Tribune,23 de março, 2023. https://www.sandiegouniontribune.com/2023/03/23/bolivia-descarta-acuerdo-bilateral-con-chile-sobre-migrantes/

Ventura, Deisy de Freitas Lima. 2020. ''Pandemia e estigma: nota sobre as expressões "vírus chinês" e "vírus wuhan". In Migrações

Internacionais e a Covid-19. Luís Felipe Magalhães, Catarina Von Zuben, Paolo Parise, Natália Demétrio e Jólice Domeniconi, 95-103. São Paulo.

Zea, Tibisay. 2024. "Nicaragua is helping tens of thousands of migrants reach the US". The World, 5 de janeiro, 2024. https://theworld.org/stories/2024/01/05/nicaragua-helping-tens-thousands-migrants-reach-us.

ufrgs mun 2024



DISEC

COMITÊ DE DESARMAMENTO E SEGURANÇA INTERNACIONAL (DISEC)

A instrumentalização da Inteligência Artificial para a Guerra

Eduardo Hippler Wollmann[54]
Lucas Isdra[55]
Mateus Mossmann[56]

RESUMO

O presente guia de estudos visa abordar a crescente influência das tecnologias de inteligência artificial (IA) no cenário contemporâneo, destacando seu impacto nas relações humanas, sociais, econômicas e culturais em escala global. A IA, como catalisador de mudanças, não apenas oferece novas oportunidades, mas também impõe desafios complexos que exigem uma análise crítica. Em um ambiente de competição tecnológica internacional, a IA remete novamente a um período de corrida armamentista. Este estudo explora as implicações da IA na reconfiguração do equilíbrio de poder e desenvolvimento bélico no Sistema Internacional. Para contextualizar, o guia aborda a evolução da natureza da guerra, desde a Primeira até a Quarta Geração, destacando as abordagens estratégicas que foram adotadas ao longo do tempo. A compreensão desse histórico é essencial para entender o cenário

[54]Estudante de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor-Assistente do Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional (DISEC).

[55]Estudante de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor do Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional (DISEC).

[56]Estudante de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor-Assistente do Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional (DISEC).

atual de conflitos descentralizados e o uso da IA para fins bélicos. Além disso, discute-se também o conceito de IA, sua evolução histórica desde a Conferência de Dartmouth em 1956 até suas aplicações práticas contemporâneas. Em seguida, aborda a implementação da IA em armamentos autônomos, como robôs, drones e ogivas nucleares, e a importância da coordenação entre esses sistemas. Depois, discute o uso da IA em operações militares, a compilação de dados e o uso preciso da força, ressaltando preocupações éticas e legais. Adicionalmente, o guia analisa a produção de armas baseadas em IA, alertando para as mudanças radicais que essa tecnologia pode trazer para a segurança global e destacando a necessidade de acordos internacionais para limitar o desenvolvimento de armas autônomas. A complexidade e as limitações das IA, bem como a urgência de um diálogo global sobre suas implicações, são enfatizadas, destacando a relevância do Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional (DISEC) das Nações Unidas no tratamento das questões relacionadas à IA bélica. O DISEC desempenha um papel crucial na análise das implicações éticas, legais e políticas da IA, promovendo políticas de desarmamento que favoreçam a segurança internacional. Em um contexto de crises globais e desconfiança entre potências, o papel do DISEC torna-se ainda mais relevante

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema abordado neste guia de estudos reflete uma necessidade premente de compreender e analisar o impacto significativo das tecnologias de inteligência artificial no cenário contemporâneo. Nos últimos anos, temos sido testemunhas de um notável avanço nas tecnologias de inteligência artificial (IA), cujo impacto reverbera profundamente nas dinâmicas contemporâneas das relações humanas. Em um contexto marcado pela rápida

evolução tecnológica, a inteligência artificial emerge como um catalisador de mudanças, moldando não apenas as relações entre os Estados, mas também as dinâmicas sociais, econômicas e culturais em escala global. Sua influência abrangente e multifacetada não só desencadeia novas possibilidades e oportunidades, mas também suscita desafios e dilemas complexos que demandam uma análise crítica e aprofundada. Neste cenário, emerge uma competição entre os estados pela obtenção e desenvolvimento de tecnologias cada vez mais sofisticadas, evocando reminiscências da era da Guerra Fria, porém agora centrada não apenas na acumulação de arsenais nucleares, mas também na capacidade de interpretar e manipular um mundo crescentemente influenciado pela virtualidade dos dados e informações. Nesse sentido, explorar e compreender as implicações da inteligência artificial torna-se essencial para os atores envolvidos no cenário internacional, visto que teremos uma provável uma reconfiguração significativa no panorama do desenvolvimento bélico e no equilíbrio de poder no Sistema Internacional.

Para contextualizar o tema em questão, abordaremos a evolução da natureza da guerra ao longo dos séculos, desde a Guerra de Primeira Geração até a emergência da Guerra de Quarta Geração. Faremos isso através da análise das diferentes abordagens estratégicas adotadas ao longo do tempo, desde a guerra de linha e coluna até a ênfase na velocidade, surpresa e movimento característica da guerra de manobra. Destacamos a importância da compreensão desse contexto histórico para entender o cenário atual, marcado pela ascensão de conflitos descentralizados e pela instrumentalização da inteligência artificial para fins bélicos.

Dessarte, no tópico seguinte será apresentado o problema

da utilizac□ão de intelige□ncia artificial para a guerra. Analisando as motivações e as implicações que o desenvolvimento da Inteligência Artificial traz ao campo da segurança e da guerra no âmbito internacional. Em um primeiro momento, debateremos sobre o conceito de inteligência artificial, abordaremos sua evolução histórica desde os primeiros debates até sua aplicação prática na sociedade contemporânea. A partir da Conferência de Dartmouth em 1956, as pesquisas coordenadas sobre inteligência artificial tiveram início, marcando um marco fundamental no desenvolvimento dessa área. Ao longo das décadas seguintes, o campo enfrentou desafios e avanços, culminando no surgimento de novos ramos de pesquisa, como o aprendizado de máquina e o deep learning. Com a disponibilização de serviços de inteligência artificial ao público na década de 2020, testemunhamos um novo momento na aplicação dessas tecnologias, com diversas aplicações civis e comerciais impressionantes.

Em um segundo momento, vamos falar sobre a implementação da Inteligência Artificial (IA) para fins bélicos, discutiremos a operacionalização dessa tecnologia para a criação de armas autônomas, como robôs e drones, tanto terrestres quanto aéreos e aquáticos. A capacidade desses sistemas autônomos em cooperar através de enxames representa uma aplicação relevante da IA para o futuro dos conflitos. Os drones, equipados com câmeras e microfones, já desempenham missões de reconhecimento e podem ser utilizados para eliminar alvos de alta prioridade com precisão.

Em um terceiro momento, veremos sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) nas operações militares, abordaremos a importância da compilação de danos e a aquisição de alvos para

obter vantagem estratégica. A capacidade de processar informações de diferentes fontes, como vídeos e sensores, é essencial para transformar o gerenciamento de dados em uma vantagem operacional. Além disso, discutimos o uso preciso da força, que inclui o desenvolvimento de armas inteligentes para minimizar danos colaterais. No entanto, há preocupações éticas e legais sobre o uso dessas armas inteligentes, destacando a importância de um entendimento aprofundado dos princípios éticos no campo de batalha.

Em um quarto momento, abordaremos a produção de armas com o uso da Inteligência Artificial (IA). O texto alerta para a crescente aplicação da IA na elaboração de armamentos e estratégias militares, destacando a mudança radical que essa tecnologia pode trazer para a segurança global. Discutimos a distinção entre armas assistidas por IA e armas de IA, com os governos buscando acordos internacionais para limitar o desenvolvimento das últimas. Apesar das limitações das IAs, como a dificuldade em lidar com cenários de dados limitados, sua utilização já está impactando operações militares, especialmente em termos de cálculos estratégicos e análises táticas. O texto enfatiza a necessidade urgente de os líderes mundiais dialogarem sobre as implicações éticas, legais e estratégicas dessas evoluções tecnológicas, a fim de evitar escaladas em tensões militares e o uso indevido de armamentos com IA.

Nesse prisma, a simulação vai acontecer no Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional (DISEC), que desempenha um papel fundamental na abordagem das questões relacionadas à instrumentalização da inteligência artificial para fins bélicos. Como um órgão subsidiário das Nações Unidas, o DISEC

concentra-se na análise de desafios globais à paz e à segurança internacional, com o objetivo de conceber soluções eficazes para enfrentar os desafios contemporâneos da arquitetura de segurança internacional. Por meio de seu compromisso com os princípios delineados na Carta das Nações Unidas, o DISEC busca promover políticas de desarmamento que favoreçam o desenvolvimento e busquem soluções para os desafios globais que afetam a comunidade internacional. No contexto atual, caracterizado pelo crescente uso da inteligência artificial para fins militares, o DISEC desempenha um papel crucial ao examinar as implicações éticas, legais e políticas dessa tendência emergente. O DISEC atua de forma emergencial diante da instabilidade global causada pelo uso indiscriminado de armas poderosas. Em um contexto marcado por crises nas relações internacionais, desconfiança entre potências mundiais, terrorismo, crimes cibernéticos e testes não autorizados de armas nucleares, o papel do DISEC se torna cada vez mais relevante.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Para compreender o caso do presente estudo, isto é, a instrumentalização da Inteligência Artificial para guerra, é vital compreender como se configura o estado atual da guerra, e qual o papel que rápido desenvolvimento tecnológico assume nos novos tipos de conflitos no século XXI. Para o esforço de descrever a situação das guerras durante este novo século, apoia-se na conceituação da mudança de natureza da guerra feita por William Lind, acadêmico e assessor parlamentar dos Estados Unidos, que inaugurou o conceito de Guerra de Quarta Geração. De acordo com

Lind, as quatro gerações de guerra começam com a Paz de Westphalia, tratado que encerra a Guerra dos Trinta Anos. Anteriormente a esse tratado, a guerra era travada por diversos atores como famílias, tribos e religiões. Com a assinatura de Westphalia, o monopólio da guerra passa para a mão do Estado, e inaugura-se a Guerra de Primeira Geração de guerra moderna. Esse modelo de conflito durou entre 1648 e 1860, e era definido pela guerra de linha e coluna, com campos de batalhas ordenados e batalhas formais. Esse modelo de guerra, em meados do século XIX, começa a se desordenar, principalmente em função do desenvolvimento de novas tecnologias, como os mosquetes raiados, armas de retrocarga e metralhadoras, que tornaram as táticas antigas de linha coluna obsoletas e suicidas (Lind 2005).

A Guerra de Segunda Geração foi uma resposta direta à tensão entre a cultura da ordem e as demandas do ambiente militar. Desenvolvida pelo Exército Francês durante e após a Primeira Guerra Mundial, essa abordagem enfatizava o uso concentrado de fogo, principalmente por meio da artilharia indireta. A doutrina dessa geração pode ser resumida em "a artilharia conquista - a infantaria ocupa", e o seu objetivo principal era ser uma guerra de atrito e de exaustão, ou seja, guerras onde o objetivo é exaurir o potencial físico do inimigo por meio de bombardeios, inserções e demais formas de ataque em curto intervalo de tempo durante vários dias ou meses, buscando colapsar o inimigo. De fato, os maiores exemplos que temos de guerra de atrito é a Primeira Guerra Mundial e a atual Guerra da Ucrânia, e é importante de notar que esse modelo de guerra continua sendo a forma de fazer guerra estadunidense, como pode-se notar no Afeganistão e no Iraque (Lind 2005).

A guerra de Terceira Geração, também conhecida como "blitzkrieg" ou guerra de manobra, foi desenvolvida pelo Exército Alemão como uma resposta às lições aprendidas durante a Primeira Guerra Mundial. Em contraste com a abordagem da Segunda Geração, essa estratégia se baseava menos no poder de fogo e no atrito, e mais na velocidade, surpresa e movimento tanto físico quanto mental. Ao invés de buscar o mero confronto e destruição das forças inimigas, a ênfase estava em penetrar nas áreas de retaguarda do inimigo, causando um colapso de trás para frente. A defesa também adotava uma postura diferente, buscando atrair o inimigo para então cortar suas linhas de retirada. Essa abordagem revolucionou a natureza da guerra, tornando-a não linear e focada nas demandas da situação e do inimigo, ao invés de seguir uma linha rígida de batalha (Lind 2005).

De acordo com Lind, o estado atual da guerra, ou seja, a Guerra de Quarta Geração, simboliza a mudança mais radical da guerra desde a Paz de Westphalia (Lind 2005). Essa forte mudança acontece com a queda do principal adversário das últimas décadas dos Estados Unidos, a União Soviética. Agora, a percepção de ameaça de uma guerra interestatal de larga escala diminuiu drasticamente, e sustentado na visão de "Fim do Mundo" de Fukuyama, levou-se a acreditar que o sistema americano havia vencido todas as suas barreiras e seria universalizado encerrando os conflitos e inaugurando uma época de paz (Seitenfus 2014).

Entretanto, este entendimento de "Fim do Mundo" se provou enganado com o atentado de 11 de Setembro (Seitenfus 2014). O que se percebe é a ascensão dos conflitos de 4ª geração, onde o Estado perde o monopólio sobre a guerra, que era a principal característica do período da Guerra Fria. O conflito agora

se torna descentralizado com a ascensão de inimigos não-estatais, tais como a al-Qaeda, o Hamas, o Hezbollah e as FARC (Lind 2005). Além disso, estes adversários que antes eram facilmente identificáveis, agora tornam-se invisíveis, desconhecidos e inesperados (Noronha 2021). Com base nesse diagnóstico, e dentro de um mundo cada vez mais digital, inicia-se o processo de Transformação, isto é, de adequação das Forças Armadas à 3a Revolução Industrial e à digitalização da guerra, baseado nos seguintes objetivos:

> Para manter a paz e defender a liberdade no século XXI, o Departamento de Defesa deveria se concentrar em seis objetivos de transformação: primeiro, proteger o solo norte-americano e nossas bases no estrangeiro; segundo, projetar e manter nosso poderio em teatros distantes; terceiro, negar asilo a nossos inimigos, fazendo eles saberem que nenhum canto do mundo é remoto o suficiente, que nenhuma montanha é alta o suficiente, nenhuma caverna ou quartel é profundo o suficiente, nenhum SUV é rápido o suficiente para tirá-los de nosso alcance; quinto, usar a tecnologia de informação para conectar diferentes tipos de forças americanas de forma que possam lutar com cooperação; e sexto, manter acesso ilimitado ao espaço, e proteger nossas capacidades espaciais de ataques inimigos (Rumsfeld 2002, 16).

Percebe-se dentro deste contexto que as Forças Armadas dos Estados Unidos passam por uma mudança e começam a produzir mais das capacidades de alta tecnologia, apostando que esta alta tecnologia seria a melhor opção para adequar-se às necessidades trazidas pela guerra ao terror e outros agentes

subestatais dos conflitos de 4ª geração, o que pode ser incorporado ao conceito de Vantagem Militar Qualitativa (VMQ) (Noronha 2021). Dessa forma, entende-se que neste momento investiu-se mais na produção de poucos produtos com alta tecnologia que deveriam resolver os problemas em detrimento de uma alta capacidade produtiva, dando sentido à conceituação da VMQ.

Dentro de uma conjuntura de combate ao terror Afeganistão e Iraque, e a ideia do fim dos conflitos interestatais, tudo indicava que essa alteração seria positiva, e durante um longo período apenas os Estados Unidos dominavam a alta tecnologia. Entretanto, de acordo com Mearsheimer o cenário internacional provou-se multipolar, onde diversos Estados estão emergindo e contestando a ordem imposta pelos Estados Unidos, comprovando o retorno da competição entre as grandes potências.

No atual cenário multipolar, marcado pelo ressurgimento da preparação para guerras em larga escala entre as potências e influenciado pelos aprendizados da Guerra da Ucrânia, surge novamente o conceito de que a qualidade dos sistemas de armas deve considerar sua capacidade de produção em massa. Em outras palavras, a estratégia de empregar munições e armamentos mais acessíveis e produzidos em grande quantidade a baixo custo pode ser mais eficaz do que a utilização estratégica de produtos caros e de produção complexa. Dentro desse cenário, o Drone aparece como principal contestador da Vantagem Militar Qualitativa, como será analisado em seguida (Noronha 2021).

Tendo em mente a evolução das guerras e os diferentes modos de fazê-las, é possível avançar sobre o desenvolvimento e a aplicação dos sistemas de Inteligência Artificial compreendendo melhor suas potencialidades. O conceito de inteligência artificial,

embora célebre e amplamente difundido, ainda se mostra como incerto para a maioria da população. A ideia e a busca por sistemas autônomos e inteligentes surge concomitantemente aos primeiros computadores, na esteira da Segunda Guerra Mundial.

Fato é que as primeiras discussões sobre o tema não conseguiam ser mais do que puramente conceituais e abstratas. O então desenvolvimento da tecnologia computacional jamais seria capaz de projetar e aplicar os modelos utilizados atualmente. Em uma busca por uma fundação formal do campo e articulação científica, a Faculdade de Dartmouth, nos Estados Unidos, realizou em 1956 uma conferência com líderes internacionais sobre a temática (McCorduck 2004). Iniciavam-se as pesquisas coordenadas sobre inteligência artificial.

Ao longo das décadas subsequentes, a pesquisa neste campo demonstrou-se tumultuada. Fracassos e desesperanças intercalaram-se com avanços tecnológicos e a obtenção de novos financiamentos. O entusiasmo na área sempre apresentou ciclos. Desenvolvida principalmente dentro de grandes laboratórios universitários em países desenvolvidos, os avanços realizados no século XX foram modestos, servindo principalmente como fundamentação teórica para os modelos utilizados na atualidade (McCorduck, 2004).

Entretanto, a proliferação da internet, o exponencial aumento na capacidade de armazenamento e processamento, assim como o amadurecimento de teorias sobre IA viabilizaram, no início da década de 2010, um novo momento na área. Tem-se o início da big data[57] e de seu uso na estruturação e treinamento de

[57] Enormes montantes de dados capazes de fornecer amostragens para a construção de poderosos modelos estatísticos.

modelos de inteligência. O aprendizado de máquina (machine learning, no inglês), estudado e praticado há décadas, vê em seu seio o surgimento de um novo ramo de pesquisa: deep learning. Na prática, a quantidade cada vez mais abundante e barata de informações (big data) viabilizou a construção de sistemas inteligentes e interpretativos, tão poderosos que são capazes de criar as próprias regras de manipulação de suas informações (LeCun, Bengio and Hinton 2015).

Dessa maneira, após anos de pesquisa e amadurecimento de sistemas, a década de 2020 inicia com anúncios das primeiras IAs poderosas cujos serviços são disponibilizados ao público. As possibilidades e a plasticidade das aplicações impressionou não apenas o setor da informática, mas toda a sociedade. Tradutores digitais, geradores de imagens e vídeos, assistentes pessoais e chats interativos compõem algumas das inúmeras aplicações civis das tecnologias. Como desenvolve LeCun (2015), cada vez mais empresas competem tanto no desenvolvimento de inteligências artificiais de habilidades específicas quanto gerais (conhecidas como AGI – como o ChatGPT). Nesse sentido, a constante aproximação entre a pesquisa computacional de IA e o campo militar abre um novo horizonte de dinâmicas e um cenário de extrema competição. Diversos novos armamentos põem em xeque princípios de segurança e paz mundiais. Uma revolução da era da IA se anuncia, e, com ela, também se inicia uma nova fase nas questões securitárias internacionais.

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Neste segmento, tenta-se responder à questão principal do artigo, isto é, a questão de quais são os impactos e os eventuais riscos da IA na guerra? Em um primeiro momento, será conceituado o que é entendido como Inteligência Artificial. Posteriormente, em um segundo momento, analisaremos a utilização da inteligência artificial para o desenvolvimento de sistemas de armas autônomas, isto é, sistemas de armas que não necessitam de um humano operando o seu funcionamento, como robôs e drones em seus múltiplos domínios, tanto aquáticos como também aéreos e terrestres.

Após isso, será analisada a capacidade da inteligência artificial de compilação de danos no campo de batalha e de rápida aquisição de alvos, e os significados disso para a guerra moderna. Finalmente, em um último momento, será analisada a função da inteligência artificial no auxílio para a produção de armamentos e logística, com o objetivo de complementar o entendimento necessário para a completa compreensão do impacto da inteligência artificial no modo de guerra moderno.

3.1 Conceituando Inteligência Artificial

Através da contextualização histórica realizada anteriormente, é possível conceituar a IA como "sistemas autônomos, que operam sem a necessidade de interação humana, e conseguem aprender pontos-chave e a fazer decisões com base em padrões, atingindo diferentes objetivos baseados em análises de várias circunstâncias" (Al-Sartawi 2021). Outros autores

complementam o conceito com a ideia de que IAs são essencialmente aplicações capazes de executar tarefas suficientemente complexas para até então poderem ser desempenhadas apenas por humanos preparados (Menthe et al. 2024).

Evidentemente, o poderio trazido por estas tecnologias desde o princípio mostram-se interessantes às questões militares e de segurança dos Estados. Como mostra Al-Sartawi (2021), a capacidade de análise e interpretação de uma imensa quantidade de dados em tempo sobre-humano abre possibilidades antes inimagináveis para a operação de controle e inteligência estatal. Dessa maneira, observa-se que muito antes da publicação dos primeiros serviços para o público civil, diversos governos já conduziam pesquisas nessa área visando o desenvolvimento de seus sistemas de defesa. Mais adiante, esta discussão será explorada em maior profundidade.

No entanto, é evidente que o mundo, como um todo, está caminhando em direção à adoção de tecnologias de inteligência artificial em suas armas. Países como China e Estados Unidos estão na vanguarda dessa corrida pela supremacia tecnológica e contam com a participação de uma série de nações nas etapas de desenvolvimento e pesquisa dessas tecnologias. Cada vez mais, a inteligência artificial emerge como um elemento central de disputa internacional. No entanto, a questão toma contornos mais complexos quando percebemos que a revolução trazida por estas tecnologias difere muito daquela feita pelo desenvolvimento nuclear, no século XX. Como pontua Kissinger (2023), "As diferenças entre IA e armas nucleares são ao menos tão significantes quanto suas semelhanças".

Enquanto a produção de artefatos bélicos de tecnologia nuclear demanda anos de pesquisa com imenso suporte governamental, percebe-se como a IA consegue ser produzida por centros independentes, de forma descentralizada, rápida e sem volumosos investimentos. A natureza intrinsecamente conceitual e virtual das inteligências artificiais fazem com que a identificação de seu desenvolvimento seja consideravelmente mais difícil do que a tecnologia atômica. Não são mais necessários amplos centros de pesquisa e de teste, com a mobilização de indústrias para a construção de armas ou mesmo de foguetes e de usinas para o enriquecimento de elementos radioativos. Como novamente argumenta Kissinger (2023), agora, estas aplicações podem ser desenvolvidas dentro de computadores que podem estar se comunicando inclusive de forma remota, isto é, sem a concentração de pesquisadores em um mesmo espaço. Mas mais do que isso, a replicabilidade quase imediata dos arquivos e aplicações da IA permitem uma transferência de tecnologia e saltos de desenvolvimento impossíveis anteriormente (Kissinger, 2023).

Entretanto, é errôneo interpretar, assim, que o desenvolvimento e uso de tecnologias de Inteligência Artificial são fáceis. Segundo Kissinger(2023, fato é que qualquer tecnologia poderosa requer grandes especialistas no assunto, sobretudo na etapa de criação. Mais do que isso, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma IA invariavelmente requer computadores de altíssima performance, visto o largo consumo de processamento requerido para treinamento e simulação dos modelos. Não por acaso, observar-se-á o surgimento de muitos projetos vinculados e patrocinados por governos, ainda mais quando relativos a iniciativas de defesa e produção bélica. Assim, novamente como escreve

Kissinger (2023), deve estar claro que o campo de IAs no setor securitário não apenas é relativamente muito novo, como de altos custos de desenvolvimento e com uma crescente competitividade de atores internacionais pela supremacia tecnológica no ramo.

O fluxo da transferência de tecnologias está longe de ser uma novidade. Desde a revolução industrial, ao menos, pode-se facilmente identificar tentativas de se obter conhecimentos e equipamentos avançados de países tecnologicamente mais desenvolvidos. Contudo, a já mencionada replicabilidade das tecnologias une-se com o fato de que diversos modelos de IA estão em mãos de corporações privadas, de interesses privados (Allison and Kissinger 2023). Assim, como são agentes que calculam a todo o momento riscos e benefícios de suas decisões no mercado (Al-Sartawi 2021), acabam por secundarizar os interesses de seus Estados. Pouco as impede de vender seus produtos a governos estrangeiros ou mesmo para organizações não-governamentais — com aprovação ou não de seu governo nacional.

Com tudo isso, as inteligências artificiais apresentam-se como um novo e extremamente complexo ramo de estudos das relações internacionais. A versatilidade e poder de suas aplicações, assim como a transferibilidade de suas aplicações e tecnologias, urgem por respostas imediatas, precisas e criativas por parte de organizações e governos do mundo todo (Allison and Kissinger 2023). Segundo Dobrev (2004), grandes empresários, cientistas e políticos alertam que o atual avanço das tecnologias de IA é tão rápido que por si só torna praticamente inviável a implementação de políticas regulatórias de tais aplicações. O mundo dirige-se a uma nova era. Países disputam a liderança em uma corrida tecnológica mundial. Governos precisam estabelecer já os

parâmetros do que está por vir.

3.2 Sistemas de Armas Autônomas

Dentro das inúmeras opções para implementação da Inteligência Artificial para fins de guerra, se encontra a sua operacionalização para a criação de armas autônomas, como robôs e drones, tanto terrestres quanto aéreos e aquáticos. A existência de veículos controlados remotamente já é uma realidade em conflitos há décadas, porém, a implementação da inteligência artificial para esses sistemas pode fazê-los funcionar de forma independente. Com a capacidade de usar o seu software para perceber o ambiente, reconhecer obstáculos e ameaças, fundir dados dos sensores, navegar e também comunicar com outros veículos, veículos autônomos estão posicionados para revolucionar o futuro da guerra (Burt 2021; Davis 2019).

Dentro das tecnologias autônomas potencializadas pela inteligência artificial, a capacidade de diversos sistemas autônomos cooperarem através de um sistema de enxame aparece como uma das utilizações da IA mais relevantes para o futuro. De acordo com Burt (2021, 9), "Os enxames operam autonomamente, sem controle central, e as unidades componentes individuais são capazes de perceber seu ambiente local e outros membros do enxame, e cooperar com outros membros para realizar uma tarefa". Dentro desse contexto, percebe-se que os Drones e os Enxames de Drones já podem e poderão cada vez mais cumprir um amplo papel nos conflitos.

Atualmente, um drone equipado com câmera e microfone pode realizar missões de reconhecimento de forma mais segura, e

drones equipados com equipamentos letais podem ser utilizados para eliminar alvos de alta prioridade com precisão, como utilizado amplamente no Afeganistão e mais recentemente na guerra da Ucrânia (Davis 2019)[58]. Se apenas um drone já pode ser útil, o desenvolvimento de enxames de dezenas de milhares de Drones controlados remotamente ou por Inteligência Artificial serão extremamente perigosos e dominarão o campo de batalha como um campo minado voador (Hambling 2018). Três são as principais características que fazem do Enxame de Drones uma arma tão impactante:, a sua robustez, isto é, a capacidade de sofrer baixas sem romper com a cadeia de abates; o seu baixo custo e fácil produção, isto é, podem ser produzidos rapidamente utilizando-se da tecnologia desenvolvida para os smartphones em contraste com os outros sistemas produzidos como os F-35 que demandam muita tecnologia; e rápida evolução tecnológica (Hambling 2018).

Para a Política Internacional, a capacidade de produção de Drones a um preço mais barato e a possibilidade de utilização destes Drones em múltiplos domínios[59] para atingir seus objetivos e possivelmente gerar danos pesados a equipamentos e sistemas muito mais caros. Esta capacidade corrobora a ascensão de outros atores no Sistema Internacional. Estes novos atores agora terão a capacidade de enfrentar as caras tecnologias de outros países com os seus Drones de produção em grande escala a. A evolução dos

[58] Para aprofundar mais o conhecimento sobre esta questão recomenda-se a leitura de Burt 2021, Davis 2022 e Noronha 2022.

[59] Aqui, conforme no trabalho de Noronha (2022), o conceito de "múltiplos domínios" é utilizado para sugerir uma transversalidade tanto entre os níveis de domínio do planejamento de guerra: político, estratégico, operacional e tático (Harvey 2022), enquanto a segunda utilização diz respeito à transversalidade entre os domínios da terra, mar, ar e espaço (Noronha 2022, 15).

Drones coloca na mão de Estados mais frágeis e de atores não estatais uma arma de simples produção que é capaz de contestar a superioridade aérea dos caças de quinta geração, causando uma reorganização da polaridade e uma maior possibilidade de contestação regional (Hambling 2018).

Além da utilização em drones, a Inteligência Artificial também pode ser utilizada em uma poderosa combinação com as armas nucleares. O sistema russo de armas nucleares conhecido nos Estados Unidos e na Europa como "mão morta" é um sistema de retaliação nuclear automatizado (Litôvkin 2021). O sistema de mão morta, cujo nome verdadeiro é "Perímetro", foi criado para garantir um ataque de retaliação confiável, e que não dependesse da ativação manual para que a retaliação fosse ativada. Dessa forma, mesmo em caso de ataques nucleares que atinjam e devastem o território russo, o contragolpe é lançado. Entretanto, a conexão entre sistemas de inteligência artificial que controlam armamentos nucleares gera preocupações sobre a integridade e a resiliência desses sistemas à ataques cibernéticos (Litôvkin 2021).

3.3 Capacidade de Compilação de Danos no Campo de Batalha e de Rápida Aquisição de Alvos

Antes de prosseguirmos, é fundamental compreender o conceito de compilação de danos, que engloba a coleta e análise de informações relacionadas aos danos infligidos a alvos durante operações militares. A capacidade de processar e priorizar informações provenientes de diferentes fontes, como vídeos e sensores, representa um desafio específico nesse contexto. A superioridade informacional é vista como um fator crucial, superando até mesmo a superioridade quantitativa ou de poder de

fogo (Silva 2018). Essa abordagem visa integrar uma rede de sensores, centros de comando e controle, e sistemas de armas, visando transformar o gerenciamento de informações em uma vantagem estratégica e operacional (Silva 2018).

Para exemplificar a importância da compilação de informações, Teixeira (2009) explica que durante a 2ª Guerra Mundial, a falta de precisão nas estimativas de danos causou disputas entre as agências de inteligência dos Estados Unidos. Enquanto a Central Intelligence Agency (CIA) e o Escritório Nacional de Reconhecimento adotaram métodos conservadores baseados em imagens de satélite, o Comando Central preferiu utilizar imagens de vídeo de aeronaves e fotos de reconhecimento aéreo. Essa disparidade nas estimativas levou a desentendimentos e afetou o planejamento das campanhas militares.

O objetivo de ter essa superioridade na compilação de informações está relacionado com o conceito de uso preciso da força que está intimamente ligado à eficiência na conquista de objetivos militares, minimizando danos desnecessários à população e à infraestrutura inimiga. O desenvolvimento de armas inteligentes foi uma resposta operacional a essa necessidade, visando limitar os danos a alvos militares legítimos e proteger a população civil, em conformidade com as convenções internacionais sobre o direito de guerra. O uso preciso da força não se restringe apenas ao emprego de armas inteligentes, mas também engloba a aplicação estratégica e tática das forças militares, visando causar o mínimo impacto possível no ambiente de batalha (Teixeira 2009).

Atualmente a aquisição rápida e precisa de alvos é um elemento-chave para a superioridade operacional e o sucesso das operações militares, permitindo que as forças atuem de forma mais

assertiva, minimizando danos colaterais e maximizando o impacto nas operações. Para contextualizar, temos que na 2ª Guerra Mundial, os aviadores contavam com cálculos manuais e regras práticas para direcionar suas bombas com precisão. Porém, nos anos 80, os sistemas computadorizados de rastreamento passaram a alertar os pilotos sobre o momento ideal para lançar seus projéteis. Se um piloto não conseguisse soltar as munições na hora certa, isso poderia resultar em erros significativos para a missão. (Hurst 2018)

Tendo isso em vista, é válido falar que a aquisição de alvos é primordial para a efetividade das operações militares e engloba uma série de procedimentos essenciais no contexto da função de combate. Trata-se de um processo de obtenção de dados, que vai além da detecção, localização e identificação de um objeto. Essa estratégia inclui também a habilidade de definir alvos-chave, cuja precisão é fundamental para o emprego não apenas da artilharia, mas também de outros recursos que visem causar danos ao inimigo. A aquisição de alvos, conforme definida pelos manuais doutrinários das Forças Armadas dos Estados Unidos da América — Field Artillery Target Acquisition (ATP 3-09.12) — e da França — Manuel Groupement Tactique d'Acquisition (ART 434) — , é uma atividade essencial que engloba a detecção, identificação e localização de alvos com detalhes suficientes para permitir o emprego eficiente das armas. Os manuais dos respectivos exércitos ressaltam que a busca de alvos como uma atividade que visa obter alvos de interesse tanto para a função de combate Inteligência quanto para os meios de apoio de fogo, fornecendo dados precisos dos meios de apoio de fogo inimigo a fim de neutralizá-los. (Junior 2019)

Essa multiplicidade de ações da aquisição de alvos

evidencia sua natureza complexa, indo além de uma simples atividade de obtenção de informações de combate. Na verdade, trata-se de uma tarefa que alimenta com dados essenciais tanto a função de combate armado quanto a função de combate inteligência (Junior 2019).

No entanto, surge a questão de como compilar e apresentar efetivamente essas informações de forma integrada para todas as unidades, incluindo aquelas em terra. Além disso, considerando a variedade e quantidade de fontes de informação, como veículos não tripulados e sistemas de vigilância, surge a necessidade de desenvolver soluções que possam lidar com a complexidade e a velocidade exigidas durante o combate. Nesse sentido, simplesmente depender de operadores experientes ou soluções de Tecnologia da Informação (TI) isoladamente não tem se mostrado eficaz. É necessário encontrar uma abordagem inovadora e flexível que combine esses dois aspectos, permitindo o processamento eficiente e a apresentação inteligente das informações para suportar a identificação, localização e seleção de alvos de maneira ágil e eficaz no campo de batalha (Junior 2019).

Discutido sobre a coleta de informações e a aquisição de alvos nas operações militares são cruciais para obter vantagem estratégica. Com o apoio das inteligências artificiais (IA), melhorias significativas nessas áreas são possíveis, permitindo ações rápidas e precisas. As IA oferecem uma capacidade de processamento de dados muito mais eficiente do que os métodos tradicionais, sendo essenciais em cenários de combate, onde o tempo é limitado e decisões precisas são fundamentais para o sucesso da missão (Alves 2024).

Para exemplificar sobre o uso de sistemas semi-autônomos,

o autor Noronha (2022) discute que no início dos anos 1980, a doutrina militar de Israel já previa o uso de drones, como o Mastiff e o Scout, para várias finalidades estratégicas e táticas. Essas aeronaves eram empregadas para localizar baterias antiaéreas, tanques e unidades de infantaria, devido à sua capacidade de sobrevoar permanentemente áreas inimigas e fornecer informações em tempo real sobre a localização e prontidão desses alvos. Além disso, os drones contribuíram para a Avaliação de Danos de Bombardeios, evitando ataques recorrentes contra alvos já destruídos. Esses sistemas de drones foram integrados à doutrina operacional das Forças de Defesa de Israel, desempenhando um papel crucial na vitória decisiva contra as forças sírias em 1982. Durante a fase terrestre da operação, os drones continuaram a fornecer dados de inteligência em tempo real, auxiliando os comandantes na condução das operações, incluindo o avanço rápido até Beirute e a realização da Avaliação de Danos durante a ocupação. Essa utilização eficaz de drones proporcionou uma vantagem significativa às forças israelenses, demonstrando o potencial desses sistemas na guerra moderna.

Entretanto, apesar do avanço tecnológico nas operações militares, há preocupações sobre o uso de armas inteligentes, principalmente relacionadas a questões éticas, legais e de segurança. Estas preocupações incluem a capacidade das armas de tomar decisões autônomas, a responsabilidade por danos colaterais e a possibilidade de uso inadequado por agentes hostis. O autor Hurst (2018) fala que os sistemas de defesa antiaérea estão em transição para incluir armas inteligentes com autoridade para decisões letais. Exemplos como o Patriot Air Defense System, o Aegis Combat System e o Close-In Weapon System possuem

módulos automáticos que capacitam os computadores de controle de fogos a classificar e engajar alvos. Contudo, esses sistemas já causaram engajamentos errôneos de alvos aliados ou neutros, resultando em ferimentos, muitas vezes devido à falta de compreensão dos algoritmos pelos humanos ou confiança excessiva nos sistemas automatizados Hurst (2018).

Nesse prisma, o reconhecimento e uso da força letal no campo de batalha são atividades que requerem diferentes níveis de processamento cognitivo, dependendo da abordagem ética adotada. Tanto os combatentes humanos quanto os robóticos enfrentam o desafio de aplicar os princípios do jus in bello, que incluem distinção, proporcionalidade e necessidade militar, com o objetivo de minimizar o sofrimento infligido aos não combatentes. Os humanos, ao buscarem seguir tais princípios, fazem uso de conhecimento cultural, teórico e prático para tomar decisões éticas, além de desenvolverem heurísticas que facilitam a integração de informações diversas em seu processo decisório (Hurst 2018),

Portanto é importante saber que o desenvolvimento de um algoritmo para identificar um homem armado em idade militar envolve várias abordagens, como medição da altura para confirmar a idade adulta, análise de características faciais para determinar o gênero e estimativa da massa corporal para comparação com padrões médios. No entanto, esse algoritmo pode enfrentar desafios significativos, como falta de precisão dos sensores, informações inadequadas nos bancos de dados do robô e falhas nas premissas do programador. Por exemplo, a análise baseada em altura e massa corporal pode não levar em conta fatores como nacionalidade e etnia, levando a conclusões equivocadas. Além disso, a classificação de objetos como armas pode ser subjetiva,

dependendo da interpretação do programador. Essas limitações podem resultar em falhas na identificação precisa de alvos militares, destacando a complexidade e os desafios do desenvolvimento de algoritmos para sistemas autônomos de combate (Hurst 2018).

Apesar dos desafios, é crucial que os líderes militares preparem os combatentes para compreender os riscos associados ao uso de sistemas autônomos para compilação de danos e a aquisição de alvos em cenários de combate. As forças armadas que adotarem esses sistemas podem enfrentar custos adicionais de treinamento e testes para aprimorar os algoritmos de inteligência artificial, o que pode diminuir as vantagens econômicas da automatização. A automação das tarefas no campo de batalha provavelmente resultará em forças armadas com menos combatentes, porém com maior especialização técnica. Nos próximos anos, os combatentes entrarão em uma era em que os sistemas de armas terão uma maior responsabilidade na aplicação da força contra alvos militares legítimos. É essencial que os conceitos éticos e as diretrizes avancem para garantir que as mudanças tecnológicas não criem lacunas éticas e que as responsabilidades do jus in bello sejam distribuídas de maneira proporcional entre os atores humanos envolvidos (Hurst 2018).

Diante do que foi apresentado compreende-se o conceito de compilação de danos no contexto militar, enfatizando a importância da coleta e análise precisa de informações sobre os danos infligidos a alvos durante operações militares. Esta prática é essencial para o desenvolvimento de uma superioridade informacional, que muitas vezes supera a superioridade quantitativa ou de poder de fogo. Através da integração de sensores, sistemas de comando e controle, e armas, busca-se uma vantagem

estratégica e operacional. Exemplos históricos, como as divergências entre agências de inteligência dos EUA durante a 2ª Guerra Mundial, ilustram a importância da precisão nas estimativas de danos e na aquisição de alvos. A seção também aborda o uso de tecnologias avançadas, como drones e inteligência artificial, que potencializam a eficiência na aquisição de alvos e minimizam danos colaterais, embora também levantam questões éticas e de responsabilidade. A evolução tecnológica no campo militar, incluindo o desenvolvimento de armas inteligentes e sistemas de defesa automatizados, implica desafios significativos na gestão de informações e na tomada de decisões éticas, evidenciando a complexidade e os riscos associados ao uso de sistemas autônomos em operações militares.

3.4 Auxílio na produção de armamentos e logística

Inúmeros analistas internacionais, políticos, militares e cientistas da computação alertam sobre o caminho sem volta da aplicação de tecnologias de inteligência artificial na elaboração de armamentos e estratégias militares. "Silenciosamente, às vezes até de maneira hesitante, porém com um impulso inconfundível, as nações estão desenvolvendo e implantando uma IA que facilita a ação estratégica em uma ampla variedade de aptidões militares, com efeitos potencialmente revolucionários na política de segurança." (Schmidt, Huttenlocher and Kissinger 2023, 149-150). O mundo que se anuncia mostra ser radicalmente diferente do que observamos ainda hoje.

Países com indústrias e laboratórios altamente tecnológicos mostram ano após ano a aplicação de suas novas tecnologias de IA

na guerra. Segundo Schmidt (2023), nenhum grande país pode se despreocupar com essa questão ou manter-se fora da sub-documentada corrida tecnológica que se arranja. Um novo dilema surge quando, diferentemente da era nuclear, "[mesmo que] o desenvolvimento de uma IA sofisticada exige poder computacional considerável, a proliferação ou operação da IA geralmente não" (Schmidt, Huttenlocher and Kissinger 2023, 134). Na verdade, na concepção de Kissinger (2023), três características têm tradicionalmente limitado o poderio das ferramentas em combates: até então, nenhuma arma poderia ser de aplicação dual (contra civis e/ou militares), de fácil disseminação e com efeitos de grandes magnitudes. As novas ferramentas de inteligência artificial, no entanto, põem abaixo essas limitações.

Os primeiros potentes armamentos assistidos por AI começaram a ser utilizados ainda na primeira década do século XXI. Caças com piloto automático e depois mísseis autoguiados figuram como alguns dos então exemplos (Farmer 2023). Neste momento, é importante fazermos uma distinção entre armas assistidas por IA e armas de IA. O primeiro termo refere-se a equipamentos com uma menor complexidade tecnológica, em que, embora haja programas inteligentes de computador auxiliando na tomada de decisões e execução de tarefas, seus planejamentos e a tomada de decisões mantêm-se ao encargo de um operador humano (Schmidt, Huttenlocher and Kissinger 2023). Por seu turno, as armas de IA correspondem a equipamentos totalmente autônomos, capazes de perceber e analisar o mundo ao seu redor, tomando decisões e as executando por completo, geralmente de forma contínua (Schmidt, Huttenlocher and Kissinger 2023). Tal diferenciação nos é relevante pois, embora ambos os ramos apresentem um desenvolvimento

contínuo e acelerado, governos de grandes Estados já militam por acordos internacionais de não-desenvolvimento da segunda categoria de equipamentos, visto que podem mudar radicalmente o funcionamento da guerra e poder relativo dos agentes na arena internacional (Schmidt, Huttenlocher and Kissinger 2023). Não obstante, também é a categoria mais imatura entre as duas, com menos armamentos já desenvolvidos.

De qualquer maneira, "à medida que as capacidades transformadoras da IA evoluem e se espalham, as principais nações continuarão — na ausência de restrições verificáveis — a se esforçar para alcançar uma posição superior" (Schmidt, Huttenlocher and Kissinger 2023, 154). Como desenvolvem os autores, em partes, isto ocorre pois, diferentemente das armas nucleares, que com uma facilidade razoável conseguem ser identificadas em seu desenvolvimento e ter seu poderio quantizado, as novas tecnologias de IA podem ter seu desenvolvimento mascarado, em que pesquisas e treinamentos podem ocorrer em pequenos e com infraestrutura de aquisição relativamente fácil, que pode ser manipulado até de forma remota. Para além disso, desenvolvidas as aplicações, estas podem ser transmitidas indefinidamente, dificultando a erradicação ou mesmo a venda de tais programas. Na prática, a existência de atores poderosos privados, desalinhados a interesses nacionais e movidos por interesses próprios de mercado, escala ainda mais a complexidade da questão (Schmidt, Huttenlocher and Kissinger 2023). Dessa maneira, o poder relativo e as dinâmicas da guerra tornam-se extremamente dinâmicos. Como também argumentam os autores, uma vez que pouco se sabe o real grau de desenvolvimento das tecnologias de inteligência em ambos os lados, não há como realmente hierarquizar as capacidades dos

oponentes. Mais do que isso, como já mencionado, a existência de um sem-número de projetos de desenvolvimento de IA (governamentais ou não) e fato de tais tecnologias poderem ser facilmente compartilhadas permite saltos e incorporações tecnológicas aos atores jamais vistas dentro das relações internacionais (Vianna, 2021).

Paralelamente, o custo relativamente baixo de desenvolvimento das IAs e o possível anonimato nas execuções de tarefas cibernéticas figuram como incentivos para as atividades de governos ou mesmo de organizações paralelas. Com isso, é de suma importância frisar que "estamos no início de uma fronteira estratégica que requer exploração sistêmica e uma estreita colaboração entre governo e indústria para garantir capacidades de segurança competitivas e [...] uma discussão entre as principais potências a respeito de limites" (Schmidt, Huttenlocher and Kissinger 2023, 149). Nesse sentido, é importante ater-se ao fato de que, quanto mais dependente forem nossas sociedades de tecnologias cibernéticas, seja de forma civil ou militar, mais estaremos vulneráveis a ações dessa natureza. Quanto a isso, um caso de fácil identificação é o da guerra da Ucrânia: desde a eclosão do conflito, em fevereiro de 2022, diversos hacktivistas[60] e agências de inteligência envolveram-se em ataques de negação de serviço (DDoS), manipulação de serviços e vazamento de informações do lado rival. Em março daquele ano, por exemplo, hackers ucranianos iniciaram ataques sistemáticos à infraestrutura civil russa, entre outras atividades, levando à paralisação dos serviços de metrô das

[60] Especialistas em informática que utilizam da manipulação de dados restritos e do desenvolvimento de programas de ataque a infraestruturas de segurança para exercer uma manifestação política ou ideológica.

cidades de Moscou e Cazã (Bashchenko, 2024).

Em campo, a utilização de armas cibernéticas e apoiadas em inteligência artificial já têm demonstrado efeitos notórios em campanhas de governos como os Estados Unidos. Como argumenta o ativista político russo Garry Kasparov, citado por Michael S. Farmer, "ter um computador como parceiro significou nunca se preocupar em cometer um erro tático" (Farmer, 2023, 1). A utilização de computadores e aplicações poderosas permite aos exércitos uma ferramenta incrível de cálculo de forças. O processo militar decisório (em inglês, military decision-making process, ou MDMP) relaciona aspectos matemáticos e quantitativos dos exércitos envolvidos com uma interpretação subjetiva dos comandantes antes da tomada de decisão. Por se tratar de um trabalho humano, tal atividade naturalmente demanda certo tempo de análise e elaboração de estratégias táticas. Entretanto, o uso de inteligências artificiais reduz para segundos cálculos demandam dias (ou mesmo semanas) de equipes humanas para realizar — e com uma precisão comumente maior (Farmer 2023). Agora é possível apoiar-se em poderosas ferramentas de cálculo que analisam a correlação de força e conseguem transmitir seus resultados de maneira objetiva e de fácil compreensão a outros humanos. Mais do que isso, o poder dos modernos computadores e IAs viabiliza a previsão de inúmeras etapas à frente em um conflito (feito extremamente difícil para um ser humano), trazendo novos dados e perspectivas para o comando decisório do exército a médio e mesmo longo prazo (Farmer 2023).

Assim, analistas já preveem a implementação de centros de análise e delegação autônomas nos campos. Os laboratórios seriam capazes de analisar em tempo real a disposição de tropas no

território e demonstrar uma interoperabilidade de operações entre os comandos militares com resultados ótimos. Quanto a isso, os conceitos JADC2 e C2[61] do governo estadunidense figuram como dois projetos na vanguarda da aplicação estratégica de tecnologias de inteligência artificial (Vianna 2021). Ou seja, "as ferramentas de inteligência artificial já demonstram sua aptidão para a tarefa de fornecer cálculos rápidos, consistentes e precisos" (Farmer, 2023, 82), sobretudo no campo de batalha. Para as unidades, as IAs seriam capazes inclusive de estabelecer rotas ideias para a navegação nos terrenos. Com cálculos estimativos entregues de maneira quase imediata, a movimentação de tropas atingiria um novo patamar, sempre considerando a posição inimiga e o surgimento de adversidades (Farmer 2023). O campo de batalha será transformado definitivamente à medida que as novas tecnologias surgirem e forem aplicadas.

Apesar de todos os pontos abordados até aqui, é imprescindível lembrar que as inteligências artificiais apresentam ainda inúmeras falhas e limitações que as impedem de serem amplamente utilizadas até agora. Certamente um dos mais notáveis é a dificuldade que as IAs possuem em trabalhar com decisões a partir de cenários com uma pobre quantidade de dados disponíveis. Ou seja, para além de ser necessário o treinamento das aplicações para sua posterior aplicação no mundo real, é essencial que os objetos e informações com que trabalham sejam substancialmente semelhantes àqueles anteriormente tratados em seus testes (Menthe et al. 2024). Uma IA de detecção de camuflagem que apenas foi praticada para cenários de selva, por exemplo,

[61] Respectivamente, Joint All Domain Command and Control 2 e Command and Control, nas siglas em inglês.

apresentará dificuldades para realizar a mesma tarefa com ambientes de neve. Menthe (2024) também demonstra como, para além disso, é muito comum que o objeto analisado e estudado pelos programas mude de características ao longo dos anos, gerando uma defasagem das capacidades das inteligências, que precisarão ser constantemente treinadas. Ainda, por serem comumente desenvolvidas com base em dados de eventos passados, como a movimentação das tropas de exércitos inimigos em conflitos anteriores, as IAs podem sofrer com a incapacidade de perceber mudanças e fazer interpretações adequadas quando novos elementos são aplicados à equação. Assim como também acontece com humanos, a capacidade analítica dos sistemas pode ser reduzida mediante o surgimento de elementos e estratégias inéditas em um estudo (Farmer, 2023).

A partir de tudo isso, entende-se que "os principais países não devem esperar uma crise acontecer para iniciar um diálogo sobre as implicações — estratégicas, legais e morais — dessas evoluções" (Schmidt, Huttenlocher and Kissinger, 2023, 156). As tecnologias de cibernética e de inteligência artificial estão mudando paradigmaticamente nossa concepção sobre guerra, defesa e busca por desenvolvimento tecnológico. Em um mundo condicionado pelo poderio computacional, o anonimato, a influência de interesses corporativos privados e a replicabilidade extrema das tecnologias anunciam um cenário de guerra caótico quando comparado ao que vemos hoje. Para os analistas supracitados, "a guerra sempre foi uma esfera de incerteza e contingência, mas a entrada da IA nesse espaço introduzirá novas dimensões" (Schmidt, Huttenlocher and Kissinger, 2023, 151). Representantes dos governos devem agir o quão antes para tentar, à medida do

possível, controlar o desenvolvimento e a aplicação das inteligências artificiais. Mais do que isso, devem impedir que sua ascensão irrestrita venha a provocar escaladas em tensões militares e o emprego de tecnologias de armamentos de magnitude destrutiva ímpar, especialmente sobre a sociedade civil.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Nesta seção do guia, analisa-se as ações internacionais prévias pertinentes ao tema. Desta forma, inicia-se com um panorama geral das tentativas e negociações para a construção e fortificação de uma governança global para a Inteligência Artificial, apontando as principais discordâncias entre os países e dando ênfase às conquistas alcançadas. No mesmo tópico, também aborda-se questões sobre a ética e a desumanização causadas pelo uso da Inteligência Artificial na guerra.

A utilização da Inteligência Artificial nos mais diversos setores da sociedade civil e militar já não é mais apenas uma ficção presente em livros e filmes, mas sim uma realidade diária que se sofistica constantemente. Diversos governos, exércitos, empresas públicas, empresas privadas e outras instituições governamentais e não governamentais já operacionalizam a IA para as suas atividades cotidianas, utilizando-se da automação para maximizar a eficiência de suas operações. Para algumas empresas, a IA pode ser utilizada para avaliar se uma pessoa é elegível para programas de bem-estar social. Enquanto isso, para outros agentes como o governo, o exército e também grupos armados não governamentais, a IA pode ser operacionalizada para atividades de inteligência e vigilância, para identificar suspeitos, para fazer cálculos de riscos e também

para a instrumentalização de armas autônomas, capazes de tomar decisões independente de ação humana (Tallberg et al. 2023).

A partir da crescente expectativa de que a IA causará mudanças em grande escala e se tornará uma fonte de poder para atores estatais e sociais, uma vez que esta apresenta-se como a característica principal da presente IV Revolução Industrial (Salles 2021), diversos países adotam cada vez mais a temática em sua agenda de desenvolvimento e negociação internacional (Tallberg et al. 2023). Como consequência, as tentativas de regulamentação da Inteligência Artificial começam a crescer exponencialmente a partir do ano de 2017 (Conselho da Europa de Inteligência Artificial 2022), tanto em nível nacional quanto em nível internacional e multilateral. De acordo com o inventário de Políticas de IA do Conselho da Europa (2023), desde 2010 houve 172 iniciativas relacionadas à IA tomadas estritamente por entidades nacionais ao redor do globo. Países relevantes para o processo de desenvolvimento da IA como Estados Unidos, China, Rússia, França e Índia já desenvolveram os seus próprios projetos e estratégias nacionais, que podem ser facilmente encontrados na internet.

Entretanto, outros fatores dificultam as medidas unilaterais em âmbito estatal e tornam mais necessários os processos de regulamentação que ocorrem na esfera internacional. Por exemplo, como já mencionado anteriormente, o desenvolvimento da IA impacta diretamente em um grande número dos setores da sociedade tanto civil quanto militar, e o desenvolvimento desta tecnologia está sendo realizado simultaneamente, mas não homogeneamente, em diferentes Estados, faculdades e empresas multinacionais privadas, como a Meta, Google e Nvidia, muitas vezes ultrapassando fronteiras nacionais (Tallberg et al. 2023).

Além disso, o processo de produção e pesquisa científica também necessita de insumos que só podem ser adquiridos através da cadeia global de comércio. Em resumo, o ponto principal é que a IA gera externalidades que não se restringem às fronteiras nacionais dos países. O desenvolvimento da tecnologia de IA segue a mesma lógica, sendo um processo movido por atores transnacionais que operam sobre múltiplas jurisdições nacionais (Tallberg et al. 2023). Com isso, é possível perceber a razão pela qual os países progressivamente buscam regulamentar a IA internacionalmente através de iniciativas multilaterais, refletido no fato de que o número de iniciativas políticas de Organizações Internacionais para regulamentar a IA tem crescido exponencialmente, ultrapassando o número de iniciativas estritamente nacionais no ano de 2020 (Conselho da Europa de Inteligência Artificial 2022).

Entre estas medidas, a União Europeia avança com o AI Act, implementando um formato de regulamentação que prioriza a proteção de dados e a categorização de risco. Em 2019, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e seus membros, com a adição do Brasil, Argentina, Costa Rica, Peru e Romênia, adotaram novos princípios e recomendações sobre Inteligência Artificial (OECD 2023). Os princípios e recomendações da OECD sobre IA enfatizam que o papel da nova tecnologia deve ser o de promover o bem-estar, o desenvolvimento sustentável e a inclusão, respeitando a lei, direitos humanos e valores democráticos, com mecanismos de segurança e transparência para permitir a intervenção humana e a contestação de resultados (OECD 2023). Além disso, também há a recomendação de que os governos promovam ecossistemas de IA

acessíveis, criem políticas para a implantação de IA confiável, capacitem pessoas em habilidades de IA e cooperem internacionalmente para o desenvolvimento responsável da IA (OECD 2023).

Entretanto, analisando os principais acordos internacionais e nacionais, percebe-se a ausência de um amplo debate sobre as potencialidades da IA para guerra e a necessidade de regulamentar esse fenômeno crescente. Ao longo da história das guerras, como visto anteriormente, os avanços tecnológicos têm consistentemente proporcionado vantagens cruciais em combate para aqueles que os dominam , e com o progresso tecnológico, a guerra tornou-se cada vez mais automatizada e menos proporcional (Lind 2005). Estes avanços frequentemente resultam na marginalização dos direitos humanos (Duke 2021, 104). Neste contexto, o Direito Internacional Humanitário (DIH) e as Leis de Conflitos Armados (LCA) têm desempenhado um papel fundamental nos debates sobre proteção aos direitos humanos em um cenário de invenções e avanços tecnológicos, culminando em múltiplas convenções e tratados internacionais que codificaram a moralidade da humanidade nas normas que hoje conhecemos como direitos humanos básicos – leis que transcendem os conflitos e se tornaram uma base moral essencial para a paz, mesmo em tempos de guerra (Duke 2021).

Quando o desenvolvimento tecnológico ameaça contradizer inerentemente os direitos humanos ou as leis de guerra, a comunidade internacional tem consistentemente intervido, como pode ser percebido nos processos de proibição da instalação de armas nucleares no espaço ou ao proibir categorias inteiras de armamentos, como as armas químicas (Duke 2021). Os avanços recentes e futuros potenciais nos campos da robótica e da

Inteligência Artificial (IA), especialmente em suas aplicações bélicas, têm gerado debates semelhantes em relação à aplicação de funções autônomas em robôs de combate, com implicações diretas sobre a validade das premissas do DIH e das LCA para esses armamentos. Entretanto, o debate tem avançado lentamente, enquanto o desenvolvimento desta tecnologia avança a passos largos.

Os casos dos dispositivos explosivos automatizados, como as minas navais flutuantes e as minas antipessoais, que foram proibidos por convenções internacionais, já estabelecem um precedente significativo para a regulamentação de armas automáticas no contexto do Direito Internacional Humanitário e das Leis de Conflitos Armados (Duke 2021). A Convenção da Haia VIII, que proibiu o uso de minas navais automáticas, e o Tratado de Proibição de Minas de 1997, que baniu as minas antipessoais, são exemplos claros de como a comunidade internacional tem abordado tecnologias de guerra que funcionam de forma autônoma ou semi autônoma, considerando seus impactos desproporcionais e a ameaça que representam para civis e combatentes (Duke 2021). Esses precedentes demonstram que, diante de novas tecnologias como os sistemas de armas autônomos modernos, a comunidade internacional não só possui a capacidade e a responsabilidade de intervir para proteger os direitos humanos e assegurar a conformidade com o DIH e as LCA, como conseguem efetivamente fazer isso como já foi feito no passado.

De acordo com Tallberg et al. (2023), um dos principais exemplos das dificuldades regulatórias da IA é justamente a utilização da tecnologia para fins militares, particularmente em armas autônomas capazes de identificar e eliminar um alvo com

pouco ou mesmo sem o envolvimento humano. Armas deste tipo estão atualmente sendo desenvolvidas por empresas multinacionais de defesa, possuem a capacidade de causar externalidades em outros territórios e já estão sendo utilizados por países como Israel, Rússia, Coreia do Sul, e Turquia, ao mesmo tempo que segue sendo desenvolvido como prioridade pelos Estados Unidos, China, Reino Unido e Austrália (Trager, Luca 2024).

Apesar de muitos países clamarem pelo banimento de armas autônomas letais e pela necessidade de um novo instrumento juridicamente vinculativo para regulamentá-las, a falta de regulamentações oficiais persiste devido à resistência dos principais desenvolvedores de IA em debater o assunto (Trager, Luca 2024). Após anos de discussões internas na Convenção das Nações Unidas sobre Armas Convencionais, um fórum dedicado a restringir armamentos que causam sofrimento excessivo aos combatentes ou afetam civis indiscriminadamente, o debate continua paralisado. Por exemplo, os Estados Unidos argumentam que as leis existentes no Direito Internacional Humanitário já são suficientes para regular as novas tecnologias autônomas.

A China, por sua vez, manteve-se ambígua, destacando a importância de "consideração completa da aplicabilidade das normas jurídicas gerais". Já a Rússia, utiliza-se de suas ferramentas diplomáticas processuais para atrasar e reduzir o tempo que as Nações Unidas dedicam ao debate sobre o assunto (Trager e Luca 2024). Além dos já mencionados, Israel, Austrália e Reino Unido também fazem pressão para travar as negociações, que por funcionarem apenas com consenso, não avançam (Gayle 2019). A percepção da tecnologia de IA como essencial para o futuro desenvolvimento e defesa dificulta ainda mais o processo de

regulamentação desse tipo de arma (Trager e Luca 2024). Por último, é relevante mencionar também que levando em conta a velocidade com que as fronteiras tecnológicas relacionadas à Inteligência Artificial são rompidas, a governança global do tema corre o risco de permanentemente ficar um passo atrás das inovações tecnológicas caso não avance de forma decisiva rapidamente (Tallberg et al. 2023).

Em tempo, é preciso mencionar que a operacionalização da IA para a guerra, principalmente através de armas letais autônomas, suscita diversas questões de ética e desumanização da guerra. Com a crescente utilização de drones, e a transformação de sua utilização do passado, marcada por um uso quase exclusivo do drone para inteligência, reconhecimento e vigilância, para sua utilização do presente, como um verdadeiro "caçador-assassino" capaz de projetar o poder[62] de uma potência sem projetar a sua vulnerabilidade (Chamayou 2015). Nos conflitos atuais, o drone avança substituindo funções humanas no campo de batalha; agora, a distância entre quem aperta o gatilho e o campo de batalha é maior do que nunca, tornando-se impossível de morrer enquanto se mata (Chamayou 2015).

Com este fenômeno, a assimetria de muitos conflitos se acentua para um nível onde o combate torna-se um massacre, como Chamayou (2015) muito bem destaca:

> Warfare, by distancing itself totally from the model of hand-to-hand combat, becomes something quite different, a "state of violence" of a different kind. It degenerates into slaughter or hunting. One no longer

[62] Aqui a projeção de poder pode ser entendida como a capacidade de realizar intervenções em outros territórios (Chamayou 2015).

> fights the enemy; one eliminates him, as one shoots rabbits (Chamayou 2015, 91).

Ainda de acordo com Chamayou (2015, 94), a ascensão dos drones é a continuação das guerras assimétricas de grandes armamentos contra lanças de madeira, agora já desvirtuando completamente do significado de guerra conhecido antigamente. Ao integrar a Inteligência Artificial no contexto bélico, a desumanização e a desresponsabilização moral se intensificam. A tomada de decisões letais por sistemas autônomos, sem qualquer julgamento humano, levanta sérias questões éticas. A guerra, que já havia se distanciado do combate corpo a corpo, transforma-se em um ato impessoal. Essa tecnologia acentua ainda mais a assimetria dos conflitos, onde potências militares podem realizar operações com risco mínimo para seus soldados, mas com potencial devastador para populações desprotegidas (Chamayou 2015). A ausência de risco para o atacante desvirtua completamente a noção de uma guerra justa, transformando o conflito em um massacre unilateral (Chamayou 2015). A falta de responsabilidade individual na decisão de matar não só ameaça os princípios do Direito Internacional Humanitário, como também pode desumanizar a própria prática da guerra, eliminando a empatia e a moralidade do campo de batalha (Chamayou 2015).

Em suma, a presente seção abordou de forma abrangente as tentativas internacionais de regulamentar a Inteligência Artificial, destacando as divergências entre os países, as conquistas alcançadas e os principais motivos para as negociações avançarem lentamente, principalmente quando se trata das aplicações militares da IA. Ao mesmo tempo, foi analisada a importância crescente desta nova tecnologia em diversas esferas, tanto civis quanto militares, e como sua evolução demanda uma governança global eficaz. Destacamos, ainda, a complexidade da regulamentação de armas autônomas letais e os desafios éticos associados à desumanização da guerra. Ao longo do texto, ficou evidente a necessidade urgente

de um debate mais profundo e ações regulatórias decisivas para garantir que o avanço tecnológico não ultrapasse os limites éticos e humanitários. A seguir, veremos individualmente a posição dos principais atores desse cenário.

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

Apesar da República da África do Sul demonstrar um grande interesse na operacionalização da Inteligência Artificial para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e para fins positivos, o país também percebe a sua potencial utilidade estratégica para defesa e segurança. Esse discurso pode ser percebido através das declarações de Mondil Gungubele, Ministro das Comunicações e Tecnologias Digitais da África do Sul, que enfatiza que se a África quer permanecer competitiva, é necessário que o continente participe na atual "corrida à IA", não só desenvolvendo as tecnologias, mas também formulando legislações que regulamentem a IA tanto dentro do continente africano quanto com o resto da comunidade internacional. Com o objetivo de manter a África do Sul competitiva, no mês de maio de 2024 a Unidade de Investigação de Inteligência Artificial da Defesa (DAIRU) foi inaugurada na Academia Militar da África do Sul, na província do Cabo Ocidental (African Defense Fórum 2024; Diário Económico 2024). Além disso, a África do Sul, junto com o Grupo Africano, expressa preocupações significativas sobre as questões éticas, legais e de segurança levantadas pelos sistemas de armas autônomas, defendendo que essas armas devem sempre estar sob controle humano direto e significativo, e de que os sistemas de armas totalmente autônomos, que operam sem controle humano, devem ser proibidos antes mesmo de serem desenvolvidos, apoiando a criação de um instrumento juridicamente vinculativo (Automated Decision Research 2024).

A **República Federal da Alemanha** está na vanguarda do desenvolvimento da inteligência artificial (IA) na Europa e busca assumir uma posição de liderança mundial nesta tecnologia-chave. O governo alemão tem investido fortemente na pesquisa em IA, com mais de 1,6 bilhão de euros investidos pelo Ministério da Pesquisa no atual período legislativo até 2025. O país germânico está entre os principais países em número de publicações e referências em IA, bem como em contribuições para o desenvolvimento de software de código aberto. Um exemplo destacado é o Cyber Valley, em Stuttgart e Tübingen, que é o principal centro europeu de pesquisa e inovação em IA e robótica moderna, com a colaboração de empresas, universidades e institutos de pesquisa. Além disso, o governo alemão conta com centros de competência em IA e tem buscado a cooperação internacional, especialmente com outros países europeus, para posicionar a Alemanha como líder nesta tecnologia. No entanto, a Alemanha também busca integrar a IA de forma responsável à sociedade, com um amplo debate sobre os riscos e consequências dessa tecnologia. O Conselho de Ética Alemão alerta contra o entusiasmo acrítico, destacando que a IA não deve comprometer a realização humana (Tatsachen über Deutschland 2023). No campo militar, o projeto GhostPlay, financiado pelo Ministério da Defesa alemão, utiliza inteligência artificial avançada para desenvolver e testar tecnologias de defesa, como drones e sistemas anti-drones. Por exemplo, o canhão antiaéreo Gepard pode melhorar sua precisão e sobrevivência com algoritmos de IA avançados. O governo alemão transferiu 46 Gepards para a Ucrânia. Este sistema simula táticas de engajamento detalhadas contra várias ameaças,

adaptando-se dinamicamente às situações de combate emergentes (Defense News 2023).

Para o **Reino da Árabia Saudita**, uma grande parte do Saudi Vision 2030, que busca diminuir a dependência de petróleo e diversificar a economia, envolve a utilização da Inteligência Artificial em múltiplos setores. Com base nisso, é possível perceber que o país Saudita também enxerga grande relevância na área de Inteligência Artificial, e por esse motivo fez grandes investimentos recentes para se tornar um polo da IA até o ano de 2030, como a criação de um fundo para investimento em IA no valor de 100 bilhões de dólares (Satariano, Mozur 2024). Ademais, a Visão 2030 busca também minimizar a necessidade e os riscos associados à compra de armamentos de outros países. Embora o país ainda dependa significativamente de importações para abastecer suas forças armadas, a Arábia Saudita tem investido substancialmente na construção de uma base industrial de defesa, resultando na criação da Saudi Arabian Military Industries (SAMI) e a intenção de direcionar até 50% dos gastos de defesa para a produção doméstica até 2030 (Czulda 2024; National Strategy for Data & AI 2024). Embora a Arábia Saudita talvez não consiga desenvolver sistemas de armas complexos, ela pode projetar e produzir armas leves, drones e veículos blindados, inspirando-se em modelos como o da Turquia (Czulda 2024).

A **República Federativa do Brasil** adota uma posição cautelosa e estratégica em relação à utilização da Inteligência Artificial (IA) para fins bélicos, alinhando-se com uma visão que destaca os benefícios socioeconômicos e o potencial transformador desta tecnologia. Reconhece-se que a IA pode revolucionar aspectos fundamentais da sociedade, como saúde, economia e

qualidade de vida, além de ampliar oportunidades científicas e tecnológicas. Contudo, enfatiza-se a necessidade de garantir a segurança dos dados e a privacidade, dadas as crescentes preocupações globais neste sentido. O atual governo brasileiro posiciona-se favoravelmente a uma governança internacional da IA que promova a paz e respeite os direitos humanos, protegendo dados pessoais e promovendo a integridade da informação (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 2021). Sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, há um chamado para uma inteligência artificial inclusiva, que fortaleça a diversidade cultural e linguística dos países do Sul Global, contribuindo para uma economia digital mais equitativa e sustentável. Urge, assim, a importância de uma abordagem cooperativa e multilateral para garantir que a IA seja uma força positiva no mundo, rejeitando seu uso como ferramenta de guerra e promovendo seu potencial para o benefício comum da humanidade (Agência Brasil 2024). O Brasil está nos estágios iniciais da incorporação da inteligência artificial, com foco em setores como agricultura, meio ambiente e segurança pública. Destaca-se o desenvolvimento de um drone marítimo nacional para usos como desminagem naval e vigilância de águas jurisdicionais, resultado de uma parceria entre a EMGEPRON e a TideWise (Sputnik 2024). Por fim, é importante citar a "Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial" (EBIA), criada em 2021, que busca integrar tecnologias de IA na segurança pública, destacando o uso de sistemas de reconhecimento facial (SRF) em estados como o Rio de Janeiro para identificação de indivíduos e prevenção de crimes. Outras aplicações incluem plataformas de cidades inteligentes e policiamento preditivo, que utilizam análise de vídeo e áudio para detectar incidentes em tempo real. Contudo, há

preocupações com vieses algorítmicos e privacidade, levando a EBIA a propor medidas de regulação e supervisão, como sandboxes regulatórios e normas técnicas, para assegurar a eficácia e o respeito aos direitos fundamentais (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 2021).

Para o **Canadá**, a Inteligência Artificial apresenta um potencial fenomenal de transformar a economia, melhorar a qualidade da vida humana e a forma com que trabalhamos. De acordo com o primeiro-ministro do país, Justin Trudeau, a corrida para desenvolver e implementar as tecnologias de Inteligência Artificial já está ocorrendo, e o Canadá deve se posicionar na vanguarda do desenvolvimento dessa tecnologia (Prime Minister of Canada 2024). O Canadá foi o primeiro país do mundo a implementar uma estratégia nacional de IA, e faz recorrentes investimentos no mercado. Dentro da estratégia nacional para uso da Inteligência Artificial, o país reconhece que a IA terá um papel fundamental no processo de modernização das capacidades de defesa do país. Ademais, o Canadá se mostra empenhado em desenvolver também uma governança de Inteligência Artificial alinhada com os seus países aliados, mas ainda não declarou sua posição sobre a negociação de um instrumento juridicamente vinculativo sobre sistemas de armas autônomas, embora tenha expressado que gostaria de "avançar nos esforços internacionais para proibir o desenvolvimento e uso de sistemas de armas totalmente autônomos" (The Department of National Defence and Canadian Armed Forces 2024; Government of Canada 2019).

A **República Popular da China** possui vários dos maiores centros de pesquisa e desenvolvimento de IA do mundo. Há anos, o Ocidente busca retardar o desenvolvimento exponencial da

tecnologia chinesa (Al Jazeera 2024). Dessa maneira, a China almeja um autonomismo em suas indústrias e laboratórios enquanto briga pela dianteira na corrida tecnológica com os Estados Unidos, Taiwan e Coreia do Sul. Assim sendo, a ascensão da do país como potencial líder na fabricação de hardware de alta tecnologia e de software de IA gera como contrapeso uma coalizão de várias outras potências, que vêem nessa transformação a perda de seus mercados tradicionais e o surgimento de vulnerabilidades militares para com os chineses e seus aliados. Essa guinada ao rápido desenvolvimento tecnológico teve início com as reformas econômicas que surgiram a partir da década de 1970. Em um primeiro momento, a inexistência de pessoal qualificado e tecnologia no país obrigou-o a submeter-se a fluxos globais e a importar conhecimento. Hoje, muitas das maiores empresas de tecnologia e IA residem na China, como é o caso da Baidu, Alibaba, Huawei e Tencent. Sozinho, o país concentra quase 1/3 do investimento global na tecnologia (Global Times 2024). Militarmente, a discussão sobre o uso de IA para guerra por parte dos chineses tem preocupado constantemente países ocidentais. O elevado grau de desenvolvimento de sua tecnologia viabiliza a criação de armas ímpares e imbatíveis no mundo, como o míssil KF-21 e os drones de combate WJ-700, que chega a atingir grandes altitudes e apresentar uma autonomia de mais de 20 horas. (Breaking Defense 2024; CEPA 2024; Air Recognition 2021). Não apenas, uma maior automatização do exército permitiria uma redução do número efetivo de militares, que hoje já ultrapassa dois milhões de pessoas. Por fim, é imprescindível compreender o enorme esforço que tem sido feito para aplicação destas tecnologias no meio cibernético, controlando informações que

chegam do estrangeiro, enquanto constituem um elevado sistema de vigilância nacional e internacional (Brookings 2020).

Sendo um dos atores centrais na pesquisa, desenvolvimento e aplicação das Inteligências Artificiais, a República da Coreia mostra-se na luta pela vanguarda tecnológica do ramo e aspira enormes transformações econômicas e militares com seu emprego. Atualmente, o pequeno país está entre os três líderes com maior capacidade tecnológica e de inserção em mercado (Reuters 2024). A receita da Samsung, sua maior empresa e player fundamental no campo do desenvolvimento computacional de alta tecnologia e de IA, possui, sozinha, cerca de 1/4 do produto interno bruto do país (isto é, uma receita de 374 bilhões de dólares). Ela compete fortemente com gigantes da produção de microchips, como a TSMC (taiwanesa) e Smic (chinesa), servindo como fornecedora de processadores para muitas das maiores empresas do ramo de tecnologia, a exemplo da Apple, Qualcomm, Sony e Google. Em 2019, o governo sul-coreano lançou uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Inteligência Artificial, sucedido um ano depois pelo Novo Plano Digital do país (White & Case 2024). Mais recentemente, o governo anunciou um investimento de 6,94 bilhões de dólares em pesquisa e aplicação de IA, com a pretensão de catapultar o país à dianteira na corrida tecnológica que se faz presente (CNN 2024). Militarmente, as principais aplicações de Inteligência Artificial têm sido em ferramentas de monitoramento e vigilância de seu território e de seus vizinhos, com a criação de sistemas de resposta a atividades nocivas, sobretudo na sua fronteira norte (Anadolu Ajans 2024). Tal programa de vigilância

territorial da Zona Desmilitarizada[63] ainda está em suas fases de testes, em uma iniciativa conjunta do governo e da empresa privada de segurança S-1 (Yonhap News 2024).

O **Reino da Dinamarca** tem sido proativa no desenvolvimento e utilização responsável da inteligência artificial (IA), com a adoção de uma Estratégia Nacional para a Inteligência Artificial em 2019 que estabelece quatro objetivos principais: criar uma base ética comum e centrada no ser humano para a IA, apoiar a pesquisa e desenvolvimento de IA por pesquisadores dinamarqueses, incentivar o crescimento das empresas dinamarquesas através do desenvolvimento e utilização da IA, e garantir que o setor público utilize a IA para oferecer serviços de classe mundial em benefício dos cidadãos e da sociedade (European Commission 2021). A estratégia contém 24 iniciativas abrangendo os setores público e privado, com um orçamento de 60 milhões de coroas dinamarquesas, incluindo estabelecimento de princípios éticos, criação de um recurso linguístico comum em dinamarquês, investimentos em pesquisa, apoio à transformação digital de pequenas e médias empresas, e projetos-piloto de IA em áreas prioritárias como saúde, energia, agricultura e transporte (Ministry of Digital Government and Gender Equality 2019). Nos últimos anos, empresas dinamarquesas como TERMA, Systematic e Weibel, com uma parceria com o governo, têm explorado o uso da IA em aplicações militares, focando em sistemas autônomos (como UAVs), ferramentas de análise de dados para gestão de batalha, e cibersegurança (Graae 2024). A TERMA, por exemplo, desenvolveu tecnologias para o jato de combate F-35 e lidera um contrato de 30

[63] Uma faixa de 257 km entre as duas repúblicas coreanas. Virtualmente não há atividade civil humana na região, sendo esta uma fronteira defensiva entre os dois países.

anos com a Defesa Dinamarquesa para um sistema de defesa aérea assistido por IA (Graae 2024). A Dinamarca também participa do consórcio internacional AI4DEF, que desenvolve IA para melhorar a tomada de decisão militar, outros projetos incluem o uso de IA em drones de vigilância, sonares subaquáticos para proteger infraestrutura crítica, e robôs para automação de tarefas administrativas (Graae 2024).

A **República Árabe do Egito** mostra-se como um país emergente no campo de desenvolvimento e aplicação de tecnologias de Inteligência Artificial. Possuindo uma série de acordos de cooperação com membros da União Europeia no ramo, o país figura como liderança tecnológica de IA no continente africano, servindo de entreposto e suporte para aplicação de tecnologias estrangeiras em toda sua vizinhança (African Business 2024). Ainda, é referência nos projetos de integração e cooperação entre o Oriente Médio e o Norte da África como um dos líderes da frente de desenvolvimento tecnológico de IA. Prova é ter sido o primeiro país árabe e africano a ter aderido e aplicado os princípios da tecnologia desenvolvidos pela OCDE. Mais do que isso, hoje é líder do Grupo de Trabalho com Inteligência Artificial da União Africana (UA). Quantos às questões militares e de segurança, o Egito igualmente apresenta uma substancial aplicação destas tecnologias. Desde a Primavera Árabe, o governo tem investido volumosamente na construção de sistemas de reconhecimento de indivíduos e de controle informacional (OECD 2024). Entre diferentes exemplos, pode-se citar a construção de uma ampla rede de circuitos internos de televisão contemplados por sistemas de identificação individual. Tal rede de câmeras, que já se espalha por todo o país, retoma debates sobre a constituição de leis sobre o

tema e o zelo pela democracia (OECD 2024). Destarte, figura como um dos principais atores na temática, seja em questões econômicas, políticas ou militares, sobretudo quando analisado sua liderança dentro dos países em desenvolvimento.

Os **Estados Unidos da América** são pioneiros no desenvolvimento e aplicação de IAs, e hoje constituem um dos principais concorrentes na busca pela vanguarda tecnológica no mundo. Historicamente, são líderes na pesquisa computacional, coordenando diversas etapas de transformações da tecnologia, como o surgimento da internet e a própria criação de muitos dos primeiros projetos de IA (Schmidt, Huttenlocher and Kissinger 2023). Atualmente, abriga as principais empresas de alta tecnologia do mundo, como Nvidia, Google, Apple, Microsoft, Qualcomm e OpenAI. Apenas neste ano de 2024, o setor privado criou planos de investimento de mais de 300 bilhões de dólares para o futuro breve, fazendo dos Estados Unidos uma grande liderança do ramo (Business Insider 2023). O governo estadunidense tem trabalhando com afinco para dar sobrevida ao degradado complexo industrial de alta tecnologia no país, realizando investimentos massivos em empresas nacionais e estrangeiras como forma de reassumir uma liderança posta em cheque pela China e demais potências asiáticas. Em abril, foi concedido um investimento de 6,6 bilhões de dólares à taiwanesa TSMC, em troca da criação de uma planta de produção dos chips mais avançados do mundo no país, no estado do Arizona (TSMC 2024). Paralelamente, tem articulado um boicote generalizado às indústrias chinesas, que hoje são impossibilitadas de vender grande parte de seus produtos aos norte-americanos, enquanto não podem adquirir tecnologia e serviços de IA de vários países ocidentais (Al Jazeera 2024, SCMP 2024). Militarmente, os

Estados Unidos têm investido substancialmente desde 2022 na implementação de tecnologias de Inteligência Artificial em seu exército. Seu uso é extremamente abrangente, mas já profundo. A criação de aeronaves com melhores sistemas de reconhecimento, mísseis autônomos e amplos sistemas cibernéticos de monitoramento figuram como principais produtos deste esforço. Bons exemplos da atual aplicação têm sido os drones autônomos Ghost-X, os carros de combate T-72, a artilharia autopropulsada 2S3 e os foguetes de lançamentos múltiplos BM-21 (Farmer 2023).

A República Francesa adota uma abordagem estratégica e pragmática em relação à Inteligência Artificial (IA), reconhecendo seu potencial como impulsionadora de progresso e inovação, enquanto enfatiza a necessidade de precaução na aplicação militar. Atualmente o país francês promove um desenvolvimento equilibrado da IA através do plano França 2030, dividido em seis eixos principais que incluem investimentos significativos para fortalecer o ecossistema de IA, facilitar o acesso a dados, promover a excelência em pesquisa e formação, e estabelecer uma governança global para a IA. Além de destacar a criação de clusters de IA, aumento de cursos de formação, investimentos em capacidades computacionais avançadas, e apoio a startups de deep tech e green tech, o plano também contempla iniciativas para atrair talentos globais e transformar digitalmente pequenas empresas. Paris reafirma seu compromisso com uma utilização ética e responsável da IA, alinhada com valores de diversidade cultural e desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar segurança nacional, preocupações éticas e humanitárias, e defendendo a necessidade de uma regulamentação internacional robusta para garantir uma utilização justa e transparente da IA, preservando os

direitos humanos e a estabilidade global (Campus France Brasil 2023). No âmbito militar, durante a Eurosatory 2024, a MBDA apresentou atualizações em seus mísseis, o novo complemento "Ground Warden" para mísseis anti-blindados. O sistema "Ground Warden" usa vigilância do campo de batalha e inteligência artificial para analisar e transmitir dados de alvos via tablet e celular conectado aos lançadores Akeron, ajudando tropas terrestres a detectar e enfrentar ameaças. Em uma demonstração com o Exército Francês, o sistema permitiu que um míssil Akeron detectasse e ajustasse sua trajetória para atingir múltiplos tanques inimigos. O novo sistema integra dados de várias fontes e será continuamente atualizado para se adaptar a novas ameaças e requisitos (Breaking Defense 2024).

A **República da Índia** é central no debate acerca das Inteligências Artificiais. O país, que conta com a maior população do mundo, níveis relativamente baixos de produtividade, mas também centros globais de pesquisa tecnológica, tem muito a ser transformada com a ascensão de tais aplicações. A existência de um enorme mercado interno e profissionais qualificados fazem do país propício para o surgimento de empresas voltadas ao ramo da alta tecnologia. No ano de 2022, o valor de mercado das IAs indianas estava avaliado em 680 milhões de dólares, e se espera um aumento de quase seis vezes até o ano de 2028 (INDIAai 2021). No país, mais de 280 startups participam de um amplo programa público-privado de colaboração e financiamento de empreendimentos do ramo, conhecido como INDIAai, que visa lançar a Índia no topo da competição tecnológica e econômica da área (Ministry of Electronics & Information Technology 2024). Embora o país tenha sido favorável a projetos de IA, não deixou de criar políticas

regulatórias ao seu uso, e acompanha com relativa cautela o desenvolvimento das tecnologias interna e externamente (White & Case 2024). Militarmente, a principal repercussão que a presente revolução tecnológica trouxe trata sobre sua relação conflituosa com o Paquistão. Seu uso tem ocorrido sobretudo com o aprimoramento de equipamentos aeronáuticos, cada vez mais capazes de realizar monitoramento e reconhecimento de alvos e terrenos, enquanto tem permitido uma maior mecanização e menor exposição de vidas humanas ao conflito (Russian Council 2024). Isto fica ainda mais saliente quando analisado em conjunto com a criação e expansão do DAIC e da DAIPA (Defence Artificial Intelligence Council e Defence AI Project Agency, respectivamente, nas siglas em inglês). Por fim, vale notar a especial corrida pelo desenvolvimento tecnológico indiano quando atrelado às históricas tensões do país com seu vizinho Paquistão. Nesse sentido, observa-se como ambos os países têm investido fortemente em armamentos modernos que o tragam superioridade militar na região(Russian Council 2024).

Segundo seu Instituto de Pesquisa de Informação e de Tecnologia da Comunicação, a **República Islâmica do Irã** aspira tornar-se uma das lideranças em pesquisa e desenvolvimento de Inteligência Artificial no mundo ainda nesta década (Al Jazeera 2024). O país dispõe de investimentos massivos para a criação de sistemas próprios de IA, que visam transformar e otimizar suas capacidades econômicas e militares. O então presidente Ebrahim Raisi articulou uma rede de programas e iniciativas tecnológicas, suportadas por uma série de políticas firmes de incentivo. Assim, o país é sede de grandes eventos da temática e apresenta uma enorme campanha de instrução da população quanto às

tecnologias, contando com mais 100 mil pessoas atualmente sendo capacitadas pelo mercado de tecnologia de IA (FFD 2024; MEHR 2024). Ao mesmo tempo, o Irã é um dos maiores aplicadores destas novas tecnologias ao setor militar. A crescente pressão externa sofrendo ao país, alinhada à sua tradicional capacidade bélica, criam um ambiente favorável para a pesquisa e uso de alta tecnologia no setor. Nessa direção, um dos maiores avanços que o ele já realizou foi uma extensa melhoria e renovação, desde 2019, de seus mísseis balísticos autoguiados de longo alcance, que hoje já são capazes de atingir alvos a 450 km de distância, como é o caso do Bavar-373. (Al Jazeera 2024). Mais recentemente, em 2022, os mísseis Bavar-373 passaram por uma significativa melhoria com a implementação do sistema avançado Sayyad 4B, que viabiliza o ataque a aeronaves modernas e mísseis de cruzeiros (Al Jazeera 2024).

A **Islândia** adota uma abordagem estratégica na integração da inteligência artificial (IA), enfatizando a importância da cooperação internacional de dados para aumentar sua competitividade global. A posição da Islândia em relação à inteligência artificial (IA) é caracterizada por uma abordagem e adaptativa, refletindo um compromisso com a inovação digital e a transformação tecnológica. A política islandesa de IA, delineada em várias iniciativas desde 2015 até o presente, demonstra um foco significativo na segurança cibernética, na digitalização do setor público e na promoção de serviços digitais acessíveis. Este compromisso é exemplificado pelo Plano de Ação do Governo para a Promoção de Serviços Digitais de 2019 e pelo Relatório "Islândia e a Quarta Revolução Industrial" de 2019, que delineia objetivos claros para integrar a IA de forma ética e eficiente na economia islandesa. A Islândia reconhece a importância crítica dos dados

como o "novo petróleo" do século XXI e está empenhada em melhorar a acessibilidade e usabilidade dos dados públicos, essenciais para impulsionar o desenvolvimento da IA. Apesar dos desafios de recursos, particularmente dados em islandês, a colaboração internacional, especialmente com os países nórdicos, é vista como crucial para aumentar a competitividade e a inovação baseada em dados (The Government Council of Iceland 2021). Além de que na Islândia, a OTAN integra sistemas de inteligência artificial (IA) em seu exercício anual Northern Challenge para fortalecer a resposta a dispositivos explosivos improvisados (IEDs) (NATO 2024). A IA é empregada principalmente na detecção e neutralização de ameaças, como drones e IEDs, através de técnicas avançadas de análise e processamento de dados (NATO 2024). Especificamente, a OTAN utiliza IA para melhorar a precisão na identificação e classificação de drones durante os testes de combate a sistemas de aeronaves não tripuladas (C-UAS), além de otimizar a análise de dados coletados em campo para a detecção de IEDs (NATO 2024). A colaboração entre a OTAN e a Islândia também inclui o uso de IA em projetos de exploração técnica, onde a IA auxilia na análise de materiais coletados de terroristas, ajudando a identificar suas capacidades e intenções, esta integração de IA não apenas aumenta a eficácia dos métodos de combate a ameaças, mas também promove a inovação tecnológica no campo da segurança e defesa (NATO 2024).

O **Estado de Israel** é um líder global em inteligência artificial (IA), destacando-se pela sua forte ênfase em pesquisa e desenvolvimento e seu espírito inovador. Com cerca de 2.200 empresas de IA, Israel atua em setores como saúde, agricultura, transporte e manufatura. A Estratégia Nacional de IA, lançada em

2020 com um financiamento inicial de 1 bilhão de NIS, foca em desenvolver uma estratégia de longo prazo, melhorar a infraestrutura de P&D e fomentar um ambiente pró-inovação. O país adota a "Inovação Responsável", equilibrando avanços tecnológicos com práticas éticas. Investimentos significativos são feitos em infraestrutura de P&D, incluindo dados, computação de alta performance e processamento de linguagem natural em hebraico e árabe. No setor público, a IA visa melhorar a eficiência dos serviços governamentais e a tomada de decisões baseada em dados. Israel também promove a colaboração internacional e a experimentação regulatória para enfrentar desafios globais de forma conjunta (Ministry of Innovation, Science & Technology 2024). O país pioneiro no uso de IA no campo militar, atualmente utiliza a, polêmica, inteligência artificial chamada "Lavander", o sistema foi concebido para marcar todos os suspeitos de operar nas alas militares do Hamas e da Jihad Islâmica Palestina (PIJ), incluindo os de baixa patente, como potenciais alvos de bombardeamento, durante as primeiras semanas da guerra, o exército confiou quase completamente na Lavender, que registou cerca de 37.000 palestinianos como suspeitos de serem militantes, para possíveis ataques aéreos (Instituto Humanitas Unisinos 2022).

A **República da Itália** ocupa uma posição de destaque no cenário global da Inteligência Artificial (IA). O país, conhecido por sua excelência industrial e inovação tecnológica, está implementando uma estratégia ambiciosa para se consolidar como líder neste campo. Em outubro de 2020, o Ministério do Desenvolvimento Econômico lançou uma versão preliminar da estratégia nacional de IA, que inclui ações abrangentes para aumentar a competitividade da IA no país (European Commission

2021). Atualmente a estratégia italiana de IA, prevista para 2024-2026, tem como principal objetivo explorar o potencial transformador da IA para melhorar a vida dos cidadãos e promover o crescimento econômico e social. A visão do governo é construir um ecossistema onde a IA esteja a serviço das pessoas, promovendo princípios éticos e de responsabilidade social, enquanto salvaguarda a privacidade, segurança, questões de gênero e sustentabilidade ambiental (DLA Piper 2024). No plano militar, o Ministério da Defesa da Itália está investigando uma "nuvem espacial militar". O projeto, chamado Military Space Cloud Architecture, visa criar uma constelação de satélites que fornecerá computação de alto desempenho e armazenamento diretamente no espaço. Esse sistema apoiaria cargas de trabalho de inteligência artificial e análise de dados, oferecendo processamento mais rápido e comunicações mais seguras (The Register 2024).

O **Japão** é destaque no debate global sobre Inteligência Artificial (IA), adotando uma abordagem proativa para regulamentar e promover essa tecnologia. Sob a liderança do primeiro-ministro Kishida Fumio, o país lançou iniciativas significativas, como o "Processo de IA de Hiroshima", que estabeleceu princípios orientadores internacionais em 2023 (The Diplomat 2024). Internamente, o Japão está desenvolvendo regulamentações rigorosas para IA generativa e estabeleceu o Instituto Japonês de Segurança de IA para promover pesquisas. Além disso, em parceria com os Estados Unidos, está fortalecendo seu papel como líder no desenvolvimento de tecnologias emergentes, respondendo ao contexto global de competição e cooperação. A IA é vista como uma solução para desafios econômicos e demográficos no Japão, com empresas locais liderando inovações e aumentando a adoção

da IA (South China Morning Post 2024). O governo japonês também se comprometeu a não desenvolver Sistemas de Armas Autônomas Letais (LAWS), buscando estabelecer normas internacionais claras para esse tipo de tecnologia (The Japan News 2024). No que tange ao tema militar, O Ministério da Defesa do Japão planeja criar um centro de pesquisa tecnológica neste outono para desenvolver aplicações de inovações como inteligência artificial. O objetivo é incentivar a cooperação com o setor privado, similar ao modelo dos EUA. Entre os planos está o uso de IA e tecnologia de reconhecimento de imagem para desenvolver veículos autônomos capazes de operar na escuridão total, superando as limitações das atuais capacidades de direção autônoma (Nikkei Asia 2024).

A **República da Nigéria** corre para se tornar um líder regional e um importante ator internacional no que tange a Inteligência Artificial. O país vê na aplicação de tais tecnologias uma melhoria significativa da qualidade de vida de sua população, a redução da insegurança alimentar, uma melhor performance econômica e uma democratização da tecnologia e da informação para sua população (Courtney Heldreth et al. 2019; TechCabal 2024). O país rascunha diretrizes de programas de desenvolvimento, alavancando empresas internas enquanto estreita laços de colaboração com empresas multinacionais e governos de outros Estados, sobretudo dos Estados Unidos (White & Case 2024). Este ano, um fundo milionário foi cedido ao Programa de Estratégia Nacional de Inteligência Artificial, que articula universidades e o setor privado em prol da pesquisa na área. Dentre os resultados já obtidos, o mais promissor é o modelo de IA próprio capaz de interpretar e traduzir todas as linguagens indígenas presentes no país, servindo como ferramenta de disseminação de conhecimento

e integração intra-regional no território (Vanguard 2024; People of Color in Tech2024). O uso de IA no campo militar tem sido voltado ao combate ao terrorismo e à pirataria no país. Nesse sentido, a Nigéria tem acordado com os Estados Unidos programas de transferência tecnológica e capacitação militar, buscando maior estabilidade política, segurança e desempenho econômico (Premium Times 2023).

O **Reino da Noruega** está posicionado como líder na exploração do potencial de inovação da Inteligência Artificial (IA). O governo norueguês está empenhado em fazer com que o país assuma uma posição de liderança na aplicação da IA, especialmente em áreas como saúde, petróleo e gás, energia, indústrias marítimas e setor público. O governo está facilitando a partilha de melhores práticas entre setores e empresas, e incentivando uma maior interação e cooperação entre os setores público e privado, bem como entre a comunidade de pesquisa e o setor empresarial, a fim de destravar o potencial inovador da aplicação da IA. Algumas iniciativas-chave incluem a criação de Centros de Inovação Digital, o estabelecimento do programa Norwegian Catapult, a facilitação da cooperação entre municípios, a realização de projetos-piloto no setor público e a orientação sobre a proteção dos direitos de propriedade intelectual relacionados à IA (Ministry of Digitalisation and Public Governance 2020). No plano militar, o Chefe do Exército Norueguês, Lars Lervik, enfatiza a necessidade de ação rápida na aquisição e uso de novos equipamentos militares. Durante um experimento tecnológico chamado Ataque Ártico, testes incluíram uma rede de sensores remotos, veículos não tripulados (CV90), enxames de drones da FFI (Norwegian Defence Research Establishment) para detecção de alvos, sistemas digitais de controle

e comando de fogo, além de telêmetros a laser e snowmobiles com navegação inercial para encontrar alvos e fornecer dados de alvos sem GNSS (navegação e posicionamento baseados em satélite). A Future Combat Unit, criada em 2023, está focada no desenvolvimento e teste rápido de novas tecnologias para integração com sistemas militares existentes, visando entregar novas capacidades operacionais às Forças Armadas Norueguesas até 2028 (Norwegian Defense Research Establishment 2024).

Sendo um dos líderes globais na produção de componentes computacionais de alta tecnologia, o **Reino dos Países Baixos** figura como país central na discussão sobre o uso e a aplicação de Inteligências Artificiais para a guerra. Capitais privados e governamentais se articulam em uma ampla rede de incentivo à indústria nascente (Government of Netherlands 2024). O NL AIC, como foi nomeado, foi fundado em 2019 e já recebeu mais de 230 milhões de dólares para ampliar seus trabalhos e modificar a estrutura produtiva do país (NL AIC 2024). Com profissionais de altíssima qualificação, rede de laboratórios e uma das indústrias computacionais mais importantes do mundo, a ASML[64], os Países Baixos aparecem como potência e autoridade na discussão sobre o tema de IAs. O controle da produção e a influência sobre a ASML acirram as disputas entre os governos chinês e estadunidense, que enxergam ali uma pedra fundamental em toda a cadeia produtiva de computadores, especialmente os de alta potência (Bloomberg 2024). Como país da União Europeia, é imprescindível levar em conta a legislação definida em bloco que já foi incorporada

[64] é uma empresa multinacional holandesa e o maior fornecedor de sistemas de litografia para a indústria de semicondutores. A empresa fabrica máquinas para a produção de circuitos integrados, tais como RAM, chips de memória flash e CPU

internamente. Ele lidera discussões sobre políticas de uso de Inteligência Artificial para equipamentos militares, realizando em seu território cúpulas com delegados de todo o mundo para debaterem sobre o tema (Reuters 2023). Ao mesmo tempo, os Países Baixos já se antecipam e começam a implementar IAs em sistemas de monitoramento de seu território e de vigilância e controle em redes cibernéticas (NL AIC 2024).

A **República Islâmica do Paquistão** tem demonstrado interesse no desenvolvimento e adoção da inteligência artificial (IA), com o Ministério de TI e Telecomunicações apresentando em maio de 2023 um projeto de Política Nacional de IA que visa transformar o país em uma economia baseada no conhecimento, criar um ecossistema propício à adoção responsável da IA e estabelecer metas específicas a serem alcançadas até 2028, como sensibilização pública, desenvolvimento de capital humano qualificado, integração da IA na educação e transformação do setor público (Sahar Iqbal 2023); no entanto, o país ainda enfrenta obstáculos significativos como restrições financeiras, falta de conhecimento prático e experiência, preocupações com segurança e privacidade de dados, estruturas burocráticas e resistência à tecnologia, exigindo investimentos na formação e capacitação de profissionais, adoção de medidas robustas de cibersegurança e privacidade, simplificação de processos burocráticos e promoção de uma cultura de adoção tecnológica para destravar o potencial da IA no setor público paquistanês (The Diplomat 2023). No plano militar, em 2020, o exército paquistanês formou o Centro de Tecnologias Emergentes dentro do Comando Cibernético, focado em IA na segurança cibernética. O CENTAIC (Centre of Artificial Intelligence and Computing, na sigla em inglês) também trabalha no

desenvolvimento de drones de longa duração e jatos de combate de tecnologia de ponta. Em 2023, o Paquistão estabeleceu a Força-Tarefa Nacional sobre IA, com um plano de dez anos para incorporar IA em setores como saúde, educação e governança. Essas iniciativas visam aumentar a eficiência tanto no setor militar quanto no civil, demonstrando a dedicação do Paquistão em utilizar IA na guerra eletrônica para obter vantagem nas batalhas modernas (Russian Council 2024). Tudo isso fica mais relevante quando analisado à luz das disputas que o país apresenta com seu vizinho indiano. Nesse sentido, observa-se como ambos estão verdadeiramente dentro de uma competição pela supremacia tecnológica militar na região (Russian Council 2024).

O **Reino Unido da Grã-Bretanha** e da **Irlanda do Norte** almeja ser um ator central na discussão sobre Inteligências Artificiais, sobretudo no que diz respeito à sua legalidade e segurança. Segundo seu primeiro-ministro, o país é o que mais investe no mundo em pesquisa de segurança eticidade das tecnologias (Think Tank 2024). Nesse sentido, é importante entender que, a partir do Brexit, implementaram-se inúmeras medidas que distanciaram o funcionamento e regulação das IAs na ilha quando comparadas às legislações internas da União Europeia. Fato é que o Reino Unido é um dos países com o maior número de regulações e projetos de lei que tratam sobre IA, sendo igualmente signatário de resoluções da ONU sobre a temática (Department for Science 2021; White & Case 2024). O governo tem investido fortemente para lançar o país à frente da discussão internacional. Só neste ano, um pacote de mais de 125 milhões de dólares foi destinado ao incentivo da pesquisa e aplicação destas tecnologias (Al Jazeera 2024). Atualmente, o valor de mercado de suas empresas

de IA está avaliado em 25 bilhões de dólares, e espera-se um aumento de 40 vezes nos próximos 10 anos (Forbes 2024). Mais do que isso, o governo abriu nove centros de pesquisa de alta tecnologia na área, fazendo do país um centro acadêmico e de debate sobre a questão. No campo militar, igualmente se há financiamentos para uma reestruturação do equipamento de defesa. Dentre os principais avanços que se tem feito, estão a implementação de sistemas autônomos e de detectores de falhas nas aeronaves do exército, bem como em sistemas de direção autoguiados em veículos terrestres, como o Foxhound (Ministry of Defense 2021).

A **Federação Russa** tem figurado como um dos principais atores no desenvolvimento e no uso de Inteligência Artificial, sobretudo militar. Historicamente, o país tem participado da liderança na pesquisa de altas tecnologias computacionais, algo que não é diferente hoje. Desde 2019, o país apresenta uma Estratégia Nacional para a IA, em que determina as diretrizes e os rumos da pesquisa e da implementação destas tecnologias (IFRI 2019). Primeiramente com uma participação mais eclética de parceiros internacionais, a partir dos embargos resultantes da Guerra da Ucrânia, o país voltou-se a uma pesquisa mais autônoma e com maior enfoque em utilização bélica. Além disso, viu uma enorme ascensão da influência chinesa em projetos de cooperação e aquisição mútua de tecnologia (United State Department of State 2024). Diferentemente de seus competidores, a Rússia é o país que apresenta a maior participação de seu governo no financiamento de pesquisa e aplicação de IA, somando 67% do valor total (enquanto a China e os Estados Unidos possuem, respectivamente, 21% e 23%). Destarte, apresenta um ecossistema próprio de empresas de

tecnologia, criando um ambiente de autonomia e competição contra bigtechs ocidentais e chinesas (United State Department of State 2024). Por fim, é de suma importância ater-se à enorme incorporação que as tecnologias de Inteligência Artificial estão tendo pelo setor militar. Sobretudo a partir de 2022, o governo tem investido substancialmente na criação de mísseis balísticos autoguiados e sistemas de reconhecimento e vigilância (C4ISR), projetos que têm sido encabeçados pelo Centro de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação de Inteligência Artificial Russa (RDT&E-AI).

O **Reino da Suécia** possui um amplo programa de investimento público e privado em IA, fazendo do país um dos mercados mais maduros no ramo. Com foco sobretudo no desenvolvimento social, em melhorias econômicas e na transição energética, conta com inúmeros laboratórios autônomos e governamentais de pesquisa de alta tecnologia (Business Sweden 2022). Ainda, possui diversos acordos bilaterais com importantes atores no ramo. Mais do que isso, mostra-se como liderança dentro da União Europeia em seus programas de desenvolvimento e uso de Inteligência Artificial. No campo militar, a principal aplicação destas tecnologias tem sido na vigilância e controle territorial, importantes em um país grande, com enorme litoral, e uma população pequena e esparsa. Assim, o desenvolvimento de sensores de reconhecimento acoplados a embarcações e edificações tem tomado grande atenção quanto ao monitoramento das fronteiras do país (Christer Andersson et al. 2019).

A **República da Turquia** tem dado passos importantes nos últimos anos para desenvolver, implementar e disseminar tecnologias de inteligência artificial (IA), com a publicação da

Estratégia Nacional de Inteligência Artificial em 2021 que visa tornar o país um líder mundial em IA até 2025. O governo turco tem investido em infraestrutura tecnológica e apoiado o desenvolvimento de um ecossistema empresarial próspero na área de IA, com muitas universidades oferecendo cursos e programas de graduação e pós-graduação em IA e aprendizado de máquina. Iniciativas como a Associação Turca de Inteligência Artificial e Tecnologia e a Plataforma Turca de Inteligência Artificial reúnem acadêmicos, pesquisadores e representantes da indústria para impulsionar o desenvolvimento da IA no país (Presidency of The Republic of Türkiye 2021). Até 2025, espera-se que esses objetivos, divididos em 24 metas e 119 medidas específicas, levem a resultados positivos, como aumentar a contribuição da IA para o PIB para 5%, empregar 50.000 pessoas em IA e formar 10.000 novos graduados na área. A Turquia também prometeu contribuir ativamente para estudos regulatórios internacionais, lançar iniciativas globais em processamento de linguagem natural e empresas derivadas em IA. No entanto, a Turquia também está lidando com questões éticas, legais e sociais relacionadas ao uso da IA, tomando medidas para regular a utilização, informar o público e estabelecer regras éticas (Ai Business 2021). No prisma militar, alguns dos projetos turcos mais conhecidos incluem o drone de ataque Bayraktar TB2, que é equipado com inteligência artificial para identificar alvos e tomar decisões autônomas, e o sistema de defesa aérea KORKUT, que utiliza IA para rastrear e neutralizar alvos hostis.(TRT 2024 ; CNN 2022).

Com a atual invasão do território ucraniano pela Rússia e os conflitos na região que se estendem desde fevereiro de 2022, a Inteligência Artificial tem desempenhado um grande papel para a

Ucrânia principalmente no que se refere aos esforços de defesa do país. Desde o início do confronto a Ucrânia aposta firmemente na utilização de drones de longo alcance para responder os ataques russos, entretanto, recentemente os drones utilizados pelo país tem se tornado mais avançados, alguns integrando uma forma rudimentar de Inteligência Artificial, que ajuda os drones a navegar e a se manter operante apesar das tentativas de bloqueio russas (Cotovio, Goodwin, Sebastian 2024).

6 QUESTÕES PARA PONDERAR

1) As convenções sobre armas convencionais já existentes dão conta da regulamentação do novo tipo de arma que surge com a IA? Ou é necessário o desenvolvimento de um instrumento novo? De que forma poderia se constituir uma regulamentação para as armas autônomas?

2) Como lidar com as questões éticas que a utilização de armas letais autônomas suscitam? Quais são os limites éticos da autonomia em sistemas de armas?

3) Os sistemas de armas autônomas são a prova de erros? Quais são as possíveis consequências de algum erro ou hack a essas armas autônomas e a quais consequências isso pode levar? Como assegurar a responsabilização e transparência no uso de armas autônomas?

4) Qual é o impacto da IA em estratégias de dissuasão nuclear? Como a incerteza na atribuição de ataques cibernéticos afeta a resposta internacional?

5) Qual é o papel da comunidade internacional na regulamentação das armas autônomas? Quais são as consequências de uma corrida armamentista em IA militar?

REFERÊNCIAS

ADF. 2024. "África do Sul Abre Primeiro Centro de Investigação de IA do Continente Dedicado à Defesa". https://adf-magazine.com/pt-pt/2024/05/africa-do-sul-abre-primeiro-centro-de-investigacao-de-ia-do-continente-dedicado-a-defesa/

Air Recognition. Chinese CASIC WJ-700 UAV makes maiden flight". Air Recognition. Janeiro 14, 2021. https://www.airrecognition.com/index.php/news/defense-aviation-news/2021/january/6817-chinese-casic-wj-700-uav-makes-maiden-flight.html

Al-Sartawi, Abdalmuttaleb M. A. Musleh. The Big Data-Driven Digital Economy: Artificial and Computational Intelligence. Warsaw, Springer: 2021

Al Jazeera. "Iran aims to be among top nations to use artificial intelligence". Al Jazeera Middle East, Mar 18, 2024.

———. "US proposes restrictions for investments in Chinese tech, AI". Al Jazeera Economy, June 21, 2024. https://www.aljazeera.com/economy/2024/6/21/us-proposes-restrictions-for-investments-in-chinese-tech-ai

———. "'AI moving fast': UK to spend $125m on AI hubs, regulation". Al Jazeera Economy, Fev 6, 2024. https://www.aljazeera.com/economy/2024/2/6/uk-to-spend-125m-on-ai-research-and-regulation

Alves, Flávio Tostes; Alves, Anderson dos Santos. A Inteligência Artificial e sua utilização no processo de tomada de decisão militar. Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro. 2024. Acessado em: 27 de julho de 2024: https://ompv.eceme.eb.mil.br/images/sissim/denct/a-inteligencia-artificial-e-sua-utilizacao-no-processo-de-tomada-de-decisao-militar.pdf

Ana Livia Esteves. Brasil precisa desenvolver inteligência artificial militar e importar não é opção, diz analista. Sputnik. Abril, 11, 2024. https://noticiabrasil.net.br/20240411/brasil-precisa-desenvolver-inteligencia-artificial-militar-e-importar-nao-e-opcao-diz-analista--34032454.html

Andreia Verdélio. Lula propõe governança global para inteligência artificial: Presidente brasileiro participou da Cúpula do G7, na Itália. Agência Brasil. Junho, 14, 2024. https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-06/lula-propoe-governanca-global-para-inteligencia-artificial

Bashchenko, Oleksandra. Ukraine's cyberattack hits Russia's Tatarstan: Internet and communication targeted. RBC, May 03, 2024. https://newsukraine.rbc.ua/news/ukraine-s-cyberattack-hits-russia-s-tatarstan-1714730696.html

Bloomberg. "Tech war: US seeks help of allies Japan and Netherlands to curb China's AI chip progress". South China Morning Posts, Jun 19, 2024. https://www.scmp.com/tech/tech-war/article/3267204/tech-war-us-seeks-help-allies-japan-and-netherlands-curb-chinas-ai-chip-progress

BRASIL. Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial. Julho de 2021.

https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebia-documento_referencia_4-979_2021.pdf . Acesso em: 28 ago. 2024.

Burt, Peter. 2021. "None Too Clever? Military Applications of Artificial Intelligence". Drone Wars UK. 7 de dezembro de 2021. https://dronewars.net/2021/12/07/none-too-clever/.

Business Sweden. Seasons of change: Ai powered by Swedish collaboration, innovation and data. Business Sweden, Maio 5, 2022. https://www.business-sweden.com/globalassets/insights/reports/seasons-of-change.pdf

Campus France Brasil. França Aposta na Inteligência Artificial. República Francesa. Jul, 28, 2023. https://www.bresil.campusfrance.org/franca-aposta-na-ia

Carley Welch. "US falls further behind in AI race, could make conflict with China 'unwinnable': Report". Breaking Defense, June 13, 2024. https://breakingdefense.com/2024/06/us-falls-further-behind-in-ai-race-could-make-conflict-with-china-unwinnable-report/

Chamayou, Grégoire, e Grégoire Chamayou. 2015. A Theory of the Drone. Traduzido por Janet Lloyd. New York London: The New Press.

Christer Andersson, Trove Gustavi e Maja Karasalo. "Artificial intelligence – opportunities and challenges for Sweden's national security". Strategic Outlook 8, Out, 2019.

Christina Mackenzie and Lee Ferran. French Army demos MBDA's AI-powered anti-armor add-on, firm unveils new cruise missile. Breaking Defense. Jun, 19, 2024.

https://breakingdefense.com/2024/06/french-army-demos-mbdas-ai-powered-anti-armor-add-on-new-cruise-missile/

CNN. "South Korea to invest $7 billion in AI in effort to retain edge in chips". Reuters, Abr 9, 2024. https://edition.cnn.com/2024/04/09/tech/southkorea-ai-investment-chips-competitiveness-intl-hnk/index.html

Cotovio, V. Sebastian, C. Goodwin, A. 2024. "Os drones ucranianos estão equipados com Inteligência Artificial e a atingir a indústria energética russa. Até agora, está a resultar". CNN. 03/04/2024. https://cnnportugal.iol.pt/guerra/ucrania/os-drones-ucranianos-estao-equipados-com-inteligencia-artificial-e-a-atingir-a-industria-energetica-russa-ate-agora-esta-a-resultar/20240403/660c6157d34ebf9bbb3bfefa.

Cotton, A. J. 2005. Information technology-information overload for strategic leaders. Army War College.

Counter-Unmanned Aircraft System (CUAS) Capability for Battalion-and-Below Operations: Abbreviated Version of a Restricted Report. 2018. Washington, D.C.: National Academies Press. https://doi.org/10.17226/24747.

Courtney Heldreth, Fernanda Viégas, Titi Akinsanmi, Diana Akrong. "AI in Nigeria". Google Whitepaper, 2019. https://research.google/pubs/ai-in-nigeria/

Cummings, M 2017. Artificial intelligence and the future of warfare.

Czulda, Robert. 2024. "Saudi Goals of Developing an Indigenous Arms Industry Are Ambitious". Stimson Center. 11 de março de 2024. https://www.stimson.org/2024/saudi-arabia-to-develop-

ambitious-indigenous-arms-industry/.

Daisuke Akimoto. Japan's AI Diplomacy. The Diplomat. Apr, 26, 2024. https://thediplomat.com/2024/04/japans-ai-diplomacy/

Davis, Zachary. 2019. "Artificial Intelligence on the Battlefield: Implications for Deterrence and Surprise". PRISM 8 (2): 114–31.

Department for Science, Innovation and Technology, Office for Artificial Intelligence. "National Ai Strategy". United Kingdom Government, Set 22, 2021. https://www.gov.uk/government/publications/national-ai-strategy

Dobre, Dimiter. A Definition of Artificial Intelligence. Sofia: Institute of Mathematics and Informatics, January 2004

Duke, Joshua E. 2021. "Autonomous Robotics and the Laws of War: Methods and Consequences of Regulating Artificial Intelligence in Warfare". Global Security and Intelligence Studies 6 (2). https://doi.org/10.18278/gsis.6.2.6.

Elsa B. Kania. "AI weapons" in China's military innovation". Brookings, Abr, 2020. https://www.brookings.edu/articles/ai-weapons-in-chinas-military-innovation/

Emmanuel Elebeke. "Nigeria's AI Strategy receives $3.5m seed funding". Vanguard, Abr 19, 2024. https://www.vanguardngr.com/2024/04/nigerias-ai-strategy-receives-3-5m-seed-funding/

European Commission. AI report: Denmark AI Strategy Report. European Commission. Sep, 1, 2021. https://ai-

watch.ec.europa.eu/countries/denmark/denmark-ai-strategy-report_en#references

European Commission. AI report: Italy AI Strategy Report. European Commission. Sep, 1, 2021. https://ai-watch.ec.europa.eu/countries/italy/italy-ai-strategy-report_en

Farmer, Cel Michael S. Planejamento quadridimensional à velocidade da relevância: Processo decisório militar apoiado na inteligência artificial. Military Review, June 2023

Farmer, Michael. 2023. "Planejamento quadridimensional à velocidade da relevância". Military Review.

———. s.d. "Planejamento quadridimensional à velocidade da relevância". Military Review. Acedido a 18 de março de 2024. https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p124201coll1/id/1383/.

Galdorisi, George, e Sam Tangredi. s.d. "Algorithms of Armageddon: What Happens When We Insert AI Into Our Military Weapons Systems?" Defense Technical Information Center. Acedido a 2 de abril de 2024. https://apps.dtic.mil/sti/citations/AD1135187.

Garcia, Denis 2018. Lethal Artificial Intelligence and Change: The Future of International Peace and Security.

HAMBLING, David. 2018. Swarm troopers: como os pequenos drones irão conquistar o mundo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

Harry Clynch. "Egypt and Italy to establish AI center in Cairo".

African Business, May 13, 2024. https://african.business/2024/05/technology-information/egypt-and-italy-to-establish-ai-centre-in-cairo

Harvey, Andrew. s.d. "Os Níveis Da Guerra Como Níveis de Análise". Army University Press. Acedido a 5 de agosto de 2024. https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Primeiro-Trimestre-2022/Harvey/.

Hurst, Maj Jules 2018. "O Devido Cuidado com a Robotização do Campo de Batalha As Limitações Cognitivas dos Sistemas Autônomos de Combate e dos Seres Humanos"

IFRI. "The outsider: Russia in the Race for Artificial Intelligence". IFRI, Dez, 2020. https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/nocetti_russia_artificial_intelligence_2020.pdf

INDIAai. "India's AI market to reach USD 7.8 billion by 2025," says IDC's latest report on AI". INDIAai, Out 31, 2021. https://indiaai.gov.in/article/india-s-ai-market-to-reach-usd-7-8-billion-by-2025-says-idc-s-latest-report-on-ai

Instituto Humanitas Unisinos. "Lavender": a IA que conduz os bombardeios de Israel em Gaza. Instituto Humanitas Unisinos. Apr, 16, 2022. https://www.ihu.unisinos.br/638341-lavender-a-ia-que-conduz-os-bombardeios-de-israel-em-gaza

Jomana Karadsheh e Isil Sariyuce. Drones turcos se tornaram um símbolo da resistência ucraniana. CNN Brasil. Apr 11, 2022. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/drones-turcos-se-tornaram-um-simbolo-da-resistencia-ucraniana/

Joseph Olaoluwa. "Next Wave: Is Nigeria ready for the AI revolution". Techcabal, Abr 15, 2024. https://techcabal.com/2024/04/15/is-nigeria-ready-ai/

Joyce Lee. "Summit host South Korea says world must cooperate on AI technology". Reuters, Maio 22, 2024. https://www.reuters.com/technology/summit-host-south-korea-says-world-must-cooperate-ai-technology-2024-05-22/

Junior, Sergio Antonio Da Fonseca 2019. "A aquisição de alvos da Artilharia de Campanha e a formação da Consciência Situacional"

Kabir Yusuf. "US will support Nigerian military in application of Artificial Intelligence – Official". Premium Times, Dez 7, 2023. https://www.premiumtimesng.com/news/top-news/649678-us-will-support-nigerian-military-in-application-of-artificial-intelligence-official.html?tztc=1

Kasparov, Garry. Deep Thinking: Where Machine Intelligence Ends and Human Creativity Begins. Hachette, 2017

Kissinger, Henry A. and Graham Allison. The Path to AI Arms Control. Foreing Affairs, October 2023

LeCun, Y., Bengio, Y. and Hinton, G. Deep learning. Nature 521, 436–444, 2015. https://doi.org/10.1038/nature14539

Litôvkin, Nikolai. 2021. "O sistema russo de retaliação nuclear mais assustador de todos os tempos; veja fotos". Russia Beyond BR. 13 de dezembro de 2021. https://br.rbth.com/ciencia/86187-o-sistema-russo-de-retaliacao-nuclear.

Mark Hooson. "UK Artificial Intelligence (AI) Statistics And Trends In

2024". Forbes, Jun 11, 2024. https://www.forbes.com/uk/advisor/business/software/uk-artificial-intelligence-ai-statistics-2023/

Maziar Motamedi. "How well could Iran defend itself against a potential Israeli attack?". Al Jazeera Military, Apr 17, 2024. https://www.aljazeera.com/news/2024/4/17/how-well-could-iran-defend-itself-against-a-potential-israeli-air-strike

McCorduck, Pamela. Machines who think: a personal inquiry into the history and prospects of artificial intelligence. A. K. Peters, 2004

MEHR. "Iran approves general articles of AI Document". MEHR, Jun 19, 2024. https://en.mehrnews.com/news/216688/Iran-approves-general-articles-of-AI-Document

Menthe, Lance, Li Ang Zhang, Edward Geist, Joshua Steier, Aaron B. Frank, Erik Van Hegewald, Gary J. Briggs, Keller Scholl, Yusuf Ashpari and Anthony Jacques. Understanding the limits of Artificial Intelligence of Warfighters - Volume 1. Santa Monica: RAND, 2024

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Inteligência Artificial, Programas e Iniciativas. Governo Federal Brasileiro. 2021. https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/inteligencia-artificial-programas_iniciativas

Ministry of Defense. "AI set to revolutionise military engineering capabilities". United Kingdom Government, Out 31, 2021. https://www.gov.uk/government/news/ai-set-to-revolutionise-military-engineering-capabilities

Ministry of Digital Government and Gender Equality. The Danish National Strategy for Artificial Intelligence. Agency for Digital Government. March, 2019. https://en.digst.dk/strategy/the-danish-national-strategy-for-artificial-intelligence

Ministry of Digitalisation and Public Governance. The National Strategy for Artificial Intelligence. Government of Norway. Jan, 2020. https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/nasjonal-strategi-for-kunstig-intelligens/id2685594/?ch=6

Ministry of Electronics & Information Technology. "AI & Emerging Technologies Group. Government of India, Abr 12, 2024. https://www.meity.gov.in/emerging-technologies-division
Ministry of Innovation, Science & Technology. ISRAEL AI: National AI Program 2024. State of Israel. 2024.

National Strategy for Data & AI. 2024. "Objectives and targets". https://ai.sa/

NL AIC. "About NL AIC". NL AIC, 2024. https://nlaic.com/en/about-nl-aic/

Nl AIC. "Defence". NL AIC, 2024. https://nlaic.com/en/toepassingsgebied/defence/

Noronha, Welber Silveira. 2022. "Drone multidomínio : conciliando modernização e transformação". https://lume.ufrgs.br/handle/10183/240279.

Norwegian Defense Research Establishment. Tested new defense technology during Arctic Strike 2024. Norwegian Defense Research Establishment. May, 13, 2024. https://www.ffi.no/en/news/tested-new-defense-technology-during-arctic-strike-2024

NATO. Countering terrorism. Ago 28, 2024. https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_77646.htm.

OECD, 2021. "State of Implementation of the OECD AI Principles: Insights from National AI Policies", OECD Digital Economy Papers, vol. 311, OECD Digital Economy Papers, 18 de junho de 2021, https://doi.org/10.1787/1cd40c44-en.

OECD. "OECD Artificial Intelligence Review of Egypt. OECD Library, 2024. https://read.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oecd-artificial-intelligence-review-of-egypt_2a282726-en#page11

Presidency of The Republic of Türkiye. National Artificial Intelligence Strategy 2021-2025. Presidency of The Republic of Türkiye. Aug 20, 2021. https://cbddo.gov.tr/en/nais

Prime Minister of Canada Justin Trudeau. 2024. "Securing Canada's AI advantage". https://www.pm.gc.ca/en/news/news-releases/2024/04/07/securing-canadas-ai

Qiao-Franco, G. 2022. China's Artificial Intelligence Ethics: Policy Development in an Emergent Community of Practice.

Riyaz ul Khaliq. "South deploys AI-powered systems to 'better monitor' North Korea". Anadolu Ajans, Maio 24, 2024. https://www.aa.com.tr/en/artificial-intelligence/south-deploys-ai-powered-systems-to-better-monitor-north-korea/3228037

Safia Mansoor. "India's AI Militarization: Security Repercussions for Pakistan". Russian Council, Jun 24, 2024. https://russiancouncil.ru/en/analytics-and-comments/columns/military-and-security/india-s-ai-militarization-

security-repercussions-for-pakistan/

Sahar Iqbal. Pakistan's Draft National AI Policy: fostering responsible adoption and economic transformation. International Bar Association. Jul, 6, 2023. https://www.ibanet.org/Pakistan-draft-national-ai-policy-fostering-responsible-adoption

Sam Bresnick. "China Best Big on Military AI". CEPA, April 3, 2024. https://cepa.org/article/china-bets-big-on-military-ai/

Samuel Bendett. "The Role of AI in Russia's Confrontation with the West". U.S. Department of State, Jun 20, 2024. https://www.state.gov/briefings-foreign-press-centers/fpc-nato-series/nato-cyber-challenge

Sara Keenan. Nigeria Launches Its Own AI Model That Is Trained In Multiple Indigenous Languages. POCIT, Maio 7, 2024. https://peopleofcolorintech.com/articles/nigeria-launches-its-own-ai-model-that-is-trained-in-multiple-indigenous-languages/

Sara Nazir. Unleashing the Potential of AI in Pakistan's Public Sector. The Diplomat. Nov 8, 2023. https://thediplomat.com/2023/11/unleashing-the-potential-of-ai-in-pakistans-public-sector/

Satariano, A. Mozur, P. "To the Future': Saudi Arabia Spends Big to Become an A.I. Superpower". The New York Times. 25/04/2024. https://www.nytimes.com/2024/04/25/technology/saudi-arabia-ai.html

Schmidt, Eric, Daniel Huttenlocher and Henry A. Kissinger. A Era da IA. Rio de Janeiro: Atlas Books, 2023

Sebastian Moss. Turkey publishes its National Artificial Intelligence Strategy. AI Business. Sep 8, 2021. https://aibusiness.com/verticals/turkey-publishes-its-national-artificial-intelligence-strategy#close-modal

Sebastian Sprenger. German military's metaverse promises virtual foes with an AI punch. Defense News. Sep, 8, 2023. https://www.defensenews.com/global/europe/2023/09/08/german-militarys-metaverse-promises-virtual-foes-with-an-ai-punch/

Seth J. Frantzman. "Iran's president wants new focus on artificial intelligence". FDD, 2024. https://www.fdd.org/analysis/op_eds/2024/03/17/irans-president-wants-new-focus-on-artificial-intelligence/

Shinnosuke Nagatomi. Japan to launch U.S.-inspired defense R&D center with eye on AI. Nikkei Asia. May, 14, 2024. https://asia.nikkei.com/Politics/Defense/Japan-to-launch-U.S.-inspired-defense-R-D-center-with-eye-on-AI

Silva, Silvio Cesar Couto, 2018. "O Futuro Da Compilação Do Quadro Tático"
Teixeira, Márcio Leite 2009."Por Que Revolução nos Assuntos Militares?"

Sor, Jennifer. "AI could power the US economy as investment in the sector is poised to hit $200 billion by 2025, a Goldman Sachs says". Business Insider, Agosto 2, 2023. https://www.businessinsider.com/ai-artificial-intelligence-stocks-investing-us-economy-outlook-goldman-sachs-2023-8

South China Morning Post. Japan's plan to become a world leader in AI. South China Morning Post. Feb, 29, 2024.

https://www.scmp.com/presented/tech/topics/leading-ai-japan/article/3253314/japans-plan-become-world-leader-ai

Tatsachen über Deutschland. Pesquisa e Inovação - Tecnologia chave: inteligência artificial. Perfil da Alemanha. 2023. https://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt-br/pesquisa-e-inovacao/pesquisa-e-inovacao

Teixeira, Márcio Leite 2009."Por Que Revolução nos Assuntos Militares?"
The Department of National Defence and Canadian Armed Forces. 2024. "Artificial Intelligence Strategy". https://www.canada.ca/en/department-national-defence/corporate/reports-publications/dnd-caf-artificial-intelligence-strategy.html

The Government Council of Iceland. Iceland's strategy about artificial intelligence. The Ministry of the Presidency. April, 2021.

The Yomiuri Shimbun.. Japan Won't Develop 'Killer AI,' Government Pledges; Seeks Global Rules on Lethal Autonomous Weapons Systems. The Japan News. Jun, 25, 2024. https://japannews.yomiuri.co.jp/politics/politics-government/20240625-194403/

Think Tank. "The United Kingdom and artificial intelligence". European Parliament, Think Tank, Abr 19, 2024. https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_ATA(2024)762285

Tobias Mann. Italy's military mulling space-based supercomputing cloud. The Register. Feb, 20, 2024.

https://www.theregister.com/2024/02/20/italy_military_space_cloud/

Toby Sterling and Stephanie van den Berg. "Dutch host first summit on 'responsible' use of AI in the military". Reuters, Fev 14, 2023. https://www.reuters.com/world/europe/dutch-host-first-summit-responsible-use-ai-military-2023-02-14/

TRT. Turquia reforça sua defesa aérea. TRT. Jun 26, 2024. https://www.trt.net.tr/portuguese/turkiye-2/2018/06/28/turquia-reforca-sua-defesa-aerea-1002017

TSMC. "TSMC Arizona and U.S. Department of Commerce Announce up to US$6.6 Billion in Proposed CHIPS Act Direct Funding, the Company Plans Third Leading-Edge Fab in Phoenix" TSMC, Abril 08, 2023. https://pr.tsmc.com/english/news/3122

Vianna, Willy de Souza Delle. 2021. "Inovações tecnológicas na área de Comando e Controle". Revista Passadiço 34 (41): 12–12.

White & Case. "AI Watch: Global regulatory tracker - India". White & Case, Maio 13, 2024. https://www.whitecase.com/insight-our-thinking/ai-watch-global-regulatory-tracker-india

———. "AI Watch: Global regulatory tracker - Nigeria". White & Case, Jun 18, 2024. https://www.whitecase.com/insight-our-thinking/ai-watch-global-regulatory-tracker-nigeria

———. "AI Watch: Global regulatory tracker - South Korea". White & Case, Jun 18, 2024. https://www.whitecase.com/insight-our-thinking/ai-watch-global-regulatory-tracker-south-korea

———. "AI Watch: Global regulatory tracker - United Kingdom".

White & Case, Maio 13, 2024. https://www.whitecase.com/insight-our-thinking/ai-watch-global-regulatory-tracker-united-kingdom

Yun-hwan, Chae. "S. Korea to strengthen border surveillance with AI technology". Yonhap News, Janeiro 09, 2024. https://en.yna.co.kr/view/AEN20240109002100315

COMITÊ DE DESARMAMENTO E SEGURANÇA INTERNACIONAL (DISEC)

A Militarização do Ártico

Bernardo Everling Ribas[65]
Mariana Dawas Vieira[66]

RESUMO

O objetivo deste guia de estudos é trazer elementos para pensar a crescente militarização do Ártico. Busca-se apresentar uma breve introdução histórica sobre o contexto no qual se insere, as características mais relevantes de sua estruturação, bem como a dimensão e complexidade da situação. Buscamos, concomitantemente, expor de que maneira as mudanças climáticas, com o aumento médio da temperatura global, possibilitou e ainda possibilitará a abertura de novas rotas comerciais no norte. Na sequência, busca-se apresentar alguns acordos que permitiram uma relativa cooperação entre os países no Ártico, apesar de seu passado regional já militarizado na Guerra Fria. O problema no Ártico ocorre assim, entrelaçado com as mudanças climáticas e sua militarização, essa última numa perspectiva já presente, mas que pode se intensificar no longo prazo, bem como a mudança do clima. Com uma maior movimentação de embarcações em sua região, a tendência é que os interesses dos atores envolvidos direta e indiretamente aumentem. Para o debate sobre a possibilidade de

[65]Bernardo Everling Ribas é aluno de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor-Assistente do Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional (DISEC).

[66]Mariana Dawas Vieira é aluna de Relações Internacionais na PUC-RS, do segundo ano de Jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora do Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional (DISEC).

uma possível cooperação no Ártico, utilizamo-nos principalmente da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), e de algumas ações internacionais prévias que poderiam justificar acordos razoáveis no futuro.

1 INTRODUÇÃO

"A definição do que é o Ártico depende em que a definição será usada". A frase dita por Ellen Øseth, consultora sênior do Instituto Polar Norueguês, evidencia a complexidade na demarcação da região no extremo norte geográfico. O Ártico pode ser definido (1) por sua porção terrestre, em relação aos aspectos do bioma regional, em Alto, Baixo e Sub-Ártico; (2) pelas características das águas, separadas entre zonas de Gelo Permanente, Sazonal e Marginal (Wassmann e Reigstad 2011); e (3) pelos aspectos geopolíticos que envolvem os Estados que o compõem e os que por ele são diretamente influenciados (BarentsWatch 2023). Neste quesito, a principal instituição que trata de assuntos políticos e de cooperação regional é o Conselho do Ártico[67], integrado por 8 Estados-membros localizados na porção terrestre do Círculo Polar Ártico: Canadá, Estados Unidos da América, Federação Russa, Finlândia, Islândia, Noruega, Reino da Dinamarca[68] e Suécia. Também participam do fórum os Participantes Permanentes, ou seja, organizações de comunidades autóctones, e os Observadores: Alemanha, China, Espanha, França,

[67] Oficializado através da Declaração de Estabelecimento do Conselho do Ártico (Declaração de Ottawa), em 1996. O denominado fórum intergovernamental de alto nível possui caráter formal mas, por ser um acordo não vinculativo, não tem atuação jurídica ou mandatória.

[68] Ilhas Faroe e Groenlândia.

Holanda, Índia, Itália, Japão, Polônia, Reino Unido, República da Coreia e Singapura (Rei e Farias 2015).

Apesar da existência do Conselho, o caráter político do Ártico se complexifica com a existência paralela do grupo nomeado "Os Cinco do Ártico", configurado pelos cinco estados do litoral do Ártico: Canadá, Estados Unidos da América, Federação Russa, Noruega e Reino da Dinamarca. Estes países realizam reuniões ad hoc (Kuersten 2016) e, mesmo que normalmente tratem de assuntos de forma bilateral ou multilateral —por vezes trabalham de forma conjunta, como na formulação da Declaração de Ilulissat de 2008, primeira demonstração de atuação do grupo—, suas decisões impactam diretamente nos demais membros do Conselho. Junto a isso, um relatório de Política Externa da China lançado em 2018 abordou a sua "Política do Ártico". No documento, o país se denomina um Near-Arctic State, ou seja, um país próximo ao Ártico e, portanto, teria intenções de atuar mais ativamente nos assuntos que o envolvessem. Esta nova política demonstra o interesse crescente de atores internacionais nos assuntos do Polo Norte, podendo representar um desafio para os membros do Conselho do Ártico que buscam continuar tratando dos assuntos internamente.

O interesse externo no Ártico não se restringe apenas à China - com planos de expansão da Rota da Seda. A comunidade internacional tem crescente interesse no Polo Norte por motivos variados. A questão climática, por exemplo, preocupa a comunidade científica e civil, tendo em vista que o aumento da temperatura média registrada na região do Ártico é três vezes superior à média do planeta. O consequente derretimento das calotas polares gera um efeito em cadeia: aumenta a exposição do mar à luz solar, que absorve o calor ao invés de refleti-lo, como o

gelo faz. Os efeitos amplificados do aquecimento nesta região geral têm consequências diretas para a fauna e para a população civil, em especial as comunidades indígenas, que lá residem —tendo em vista que as alterações em padrões climáticos e de comportamento animal modificam sua busca e produção de comida. Outra consequência da alteração de proporção de gelo no Oceano Ártico é a abertura de uma nova passagem, a Rota Transpolar. Além da via marítima, esta nova passagem no Ártico abre a possibilidade de ampliação de extração de recursos naturais que estavam impossibilitados de serem alcançados até então. Tais alterações são recebidas pelos governos dos Estados próximos como uma possível ameaça futura à soberania. Este texto busca demonstrar o histórico das relações entre os atores no Ártico mas, em especial, como refletem nas políticas securitárias oficiais e nos investimentos em tecnologias militares.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Considera-se que o derretimento do Ártico por conta do aumento exacerbado da temperatura no planeta, possibilitou ao mesmo tempo o surgimento de novas rotas marítimas. Nesse sentido, questiona-se de que maneira isso significa uma revolução no comércio mundial, uma vez que ignoram-se as consequências que se norteiam pela questão ambiental, de segurança, militarização e interesses dos diferentes atores. Isso é abordado por alguns tratados de cooperação, bem como pela possível ampliação das tensões políticas.

2.1 As Explorações Marítimas no Ártico

Ao longo das últimas décadas percebe-se no Ártico, como em todo o globo, cada vez mais as transformações aceleradas relacionadas às mudanças climáticas. Já em 2007, o Painel Intergovernamental para a Mudança do Clima (Intergovernmental Panel On Climate Change) (IPCC), diagnosticou variações significativas da temperatura, revelando uma tendência de aquecimento na região Ártica (Rei e Farias 2015). De modo direto, esse cenário de aquecimento contribui para o degelo no Ártico que aumenta com rapidez, e traz consigo a possibilidade de novas rotas marítimas.

Nesse contexto, faz-se necessário entender sua geografia. O Círculo Polar Ártico, situado na América, Europa e Ásia, inclui o Ártico (extensão marítima de gelo); Polo Norte (ponto geográfico); como também o Oceano Ártico que banha a costa norte americana, da Eurásia e suas ilhas (Rei e Farias 2015). Ainda segundo Rei e Farias (2015), sua extensão territorial litorânea compõe cerca de 12 milhões de quilômetros quadrados, com território dividido entre: Groenlândia, Ilhas Faroe (Dinamarca), Alasca (Estados Unidos), Sibéria (Rússia), Noruega e Canadá.

No passado, sua relevância foi distinta do que é na atualidade, afinal, diferentemente da Antártica que é uma terra coberta por gelo, o Ártico é um oceano de gelo, e não submetido, segundo Rei e Farias, a nenhuma região continental como acontece na Antártica (2015). Todavia sua importância cresceu nas últimas décadas, ao se constatar por meio de pesquisas científicas, uma forte presença de diversos minerais como urânio, petróleo e gás natural, bem como da presença de 25% das reservas mundiais de

hidrocarbonetos na região (Rei e Farias 2015). Assim, quem dominar a exploração desses recursos, se mostrará capaz de um alto nível de independência econômica a longo prazo. Todavia, se desconsiderarmos as implicações diplomáticas e políticas, sua utilização ainda se faz difícil no contexto socioeconômico e marítimo, "com os seus mares imprevisíveis, condições climáticas severas, custos elevados e falta de infra-estruturas desenvolvidas nos territórios do norte" (Gricius 2021)

Essas descobertas, só foram possíveis devido à exploração das rotas já no século XX, o que culminou, nesse contexto de degelo, no que hoje se chama Rota do Mar Norte (Northern Sea Route) (NSR). Essa rota foi aberta oficialmente pela URSS em 1931, com as primeiras embarcações estrangeiras tendo a utilizado em 1991 (Rei e Farias 2015; Gricius 2021). A NSR representa em média uma redução de 12 a 13 dias de navegação saindo da China, se comparado pela rota do Canal Suez. Em extensão, a (NSR) possui cerca de 13.947 km, contra os 20.921 km pelo Suez. Apesar disso, navios especiais – os quebra-gelos – ainda são necessários para sua travessia, devido aos icebergs e camadas de gelo profundas.

Fig. 1 - A Rota do Mar do Norte (NSR), também conhecida como Passagem do Nordeste. 2023.

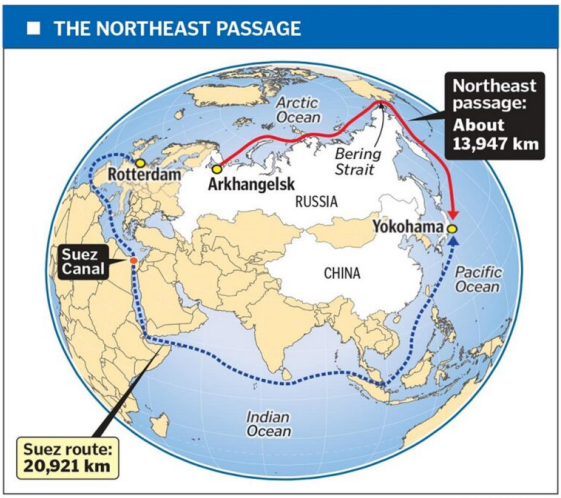


Ilustração de SPH Media. Fonte Singh e Sinderpal (ano).

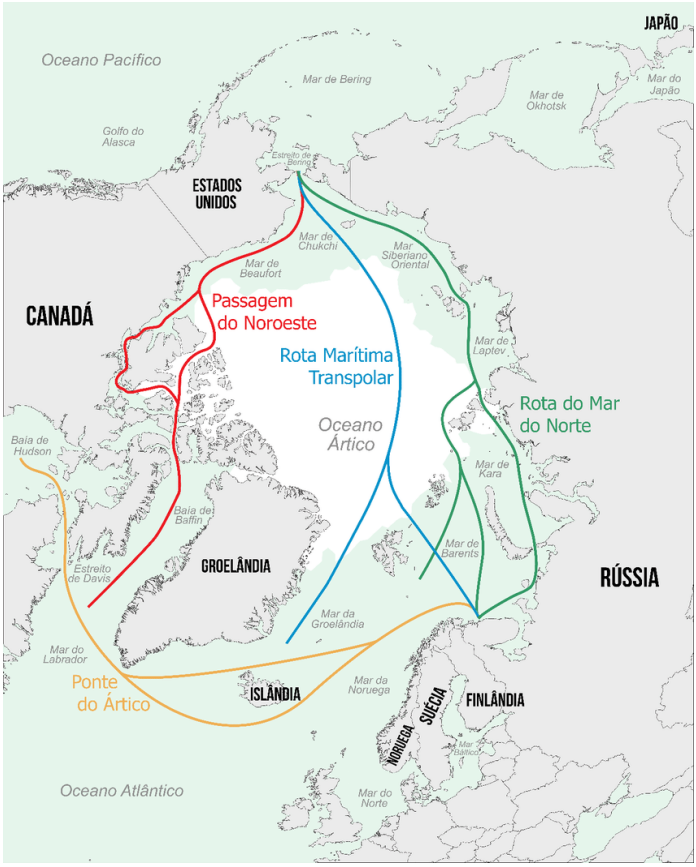
2.2 As Novas Rotas Marítimas Frente às Mudanças Climáticas

Além da Rota do Mar do Norte, há também a Passagem do Noroeste (Northern Western Passage) (NWP), nos arredores do Canadá, América do Norte (Alaska) e Groenlândia, outra rota interessante para a China (Gricius 2021). Ainda é possível destacar outras duas rotas, até agora não tão conhecidas: a Ponte do Ártico, que liga os portos de Murmansk na Rússia a Narvik na Noruega, terminando no porto de Churchill no Canadá. Por último, a Rota Transpolar, um percurso que reduziria ainda mais a distância, mas inviável por causa do espesso gelo do Ártico, pelo menos até 2050 (Rei e Farias 2015).

Por todos esses fatores e condicionantes, os atores do cenário global interessados no Ártico só aumentam. Com a abertura e ampliação cada vez mais intensa dessas novas rotas do Ártico, há um natural aumento na movimentação através delas. Nesse mesmo sentido, as questões securitárias e territoriais, tensões econômicas e diplomáticas entre os países também se agravam (Gricius 2021). Principalmente entre aqueles já presentes em seu território, bem como pelos atores externos que buscam cada vez mais se apropriar das opulências que prometem esse caminho, direta ou indiretamente.

Esse interesse, contudo, não é apenas em minérios, visto que no Ártico, segundo Lewis (2018 ,41): "a circulação, por sua vez, possui valor intrínseco já que tem, por si só, um valor Geopolítico". Isso se reflete na preocupação e atenção do ocidente, como por exemplo Estados Unidos e alguns membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), com o ascendente estreitamento geopolítico entre Rússia e China (Gricius 2021). Efetivamente, a China está articulada nesse caminho e não quer perder a corrida. Em 2013, já utilizou a NSR com sucesso, ao sair de Dalian a Roterdã na Holanda, sem necessitar do Suez. Com seu quebra-gelo dragão de gelo (Snow Dragon), em 2017 enviaram outro navio comercial para novos testes, e em 2018, levou sua 9° equipe científica do ártico para uma expedição com 113 pesquisadores (Hossain 2019).

Fig. 2 - Os mares do Oceano Ártico e suas rotas marítimas.



Fonte: Soares de Oliveira; César & Assis e Renan. 2017.

No comércio mundial, isso implica numa revolução total. Com distâncias mais curtas a serem percorridas no norte, a redução dos custos logísticos diminui, além de facilitar a comunicação e relações comerciais entre ocidente e oriente. Isso favorece também as economias dos países externos, visto que 90% das cargas

intercontinentais são transportadas pelos oceanos (Rei e Farias 2015). No sentido prático ainda há um longo caminho. Faz-se necessário o uso de quebra-gelos, e nessa linha a Rússia sai na frente com 37, sendo 6 movidos a energia nuclear, o Canadá com 6 e os Estados Unidos 5 (Lewis 2018; Rei e Farias 2015). Mas todas essas mudanças também podem vir com um preço: a catástrofe do meio-ambiente.

O Ártico ainda é indispensável no controle climático global, pois suas geleiras regulam e equilibram a temperatura no planeta inteiro pelos seus ventos e mares (Rei e Farias 2015). Para além disso, o tráfego de novos navios quebra-gelos, bem como a diminuição do tempo gasto no percurso de deslocamento de produtos para o comércio global podem contribuir para o aumento de gases do efeito estufa na atmosfera. Tais gases, resultantes da ação antrópica extrema, cada vez mais exacerbam os eventos climáticos catastróficos ao redor do mundo. Efetivamente: como evitar problemas e desastres ambientais com acidentes e derramamento de petróleo, além de impedir a poluição por lixo sólido e minimizar os efeitos da presença humana? De que modo deter a constante perda de biodiversidade, dos refúgios oceânicos preservados por milhares de anos, bem como dos animais que vivem na superfície do gelo, como o urso polar? Se tornará a extinção do urso polar mais um símbolo de nosso progresso?

De fato, para além dos países envolvidos, existem comunidades e povos originários que já sentem os efeitos das mudanças exacerbados. De que modo garantir sua liberdade territorial, autonomia política e cultural e condições mínimas de sobrevivência nessa adaptação? De acordo com Lewis (2018, 62), "também é verdade, que todos os fatores, únicos, aí existentes

devam ser preservados num ambiente de proteção e de equilíbrio ecológico sustentável, para haver um maior desenvolvimento económico e social, evitando possíveis e graves consequências a nível de todo o Planeta" . Esses são alguns fatores que englobam a questão do Ártico.

2.3 A Relativa Cooperação Internacional Prévia e os Países do Conselho Ártico

Desde a metade do século passado, o Ártico logrou obter vários acordos de pacificação e tratados de cooperação, embora na prática isso nem sempre se efetivou. Esta seção busca elucidar alguns desses aspectos.

A relação jurídica no Ártico teve um importante passo com o Tratado da Antártica, firmado em 1959 em Washington nos Estados Unidos. Criado para negociação e solução de disputas por soberania no território, trouxe como uma de suas resoluções que a região apenas seria utilizada para fins-pacíficos, vedada qualquer atividade militar, exceto as de cunho científico ou para fins pacíficos, conforme seu artigo I, de acordo com Rei e Farias (2015, 192). Esse tratado foi importante para manter uma certa estabilidade e um espírito de cooperação, mesmo em tempos de Guerra Fria.

Seu ponto inicial foi com o Conselho do Ártico, criado em 1996 pela Declaração de Ottawa como um fórum intergovernamental, um meio para cooperação e desenvolvimento sustentável, focado nas questões de proteção do meio ambiente da região. São seus membros: Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, Suécia e Estados Unidos. Apesar de não possuírem extensão territorial costeira, a Finlândia, Suécia e Islândia participam

e integram o Conselho pela proximidade geográfica. Como observadores, temos: Alemanha, China, Espanha, França, Holanda, Índia, Itália, Japão, Polônia, Reino Unido, República da Coreia e Singapura (Rei e Farias 2015).

Além disso, no sentido de cooperação, em 1991 foi organizado o Protocolo de Proteção Ambiental, ou Protocolo de Madri, o qual entrou em vigor em 1998. Este instrumento basicamente impedia a exploração mineral, exceto para fins científicos pelos próximos 50 anos. Ao contrário da Antártica, como observam Rei e Farias (2015), onde há expressa proibição de exploração comercial, sendo esta considerada uma reserva natural, "dedicada à paz e a ciência" (2015, 194), no Ártico isso ainda não ocorre, e não há nenhuma regulação específica, pontual e direta de proteção ao meio ambiente (Rei e Farias 2015). Também em 1991, foi aprovada a Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico Artic Environmental Protection Strategy (AEPS), embora seja uma Soft Law, não sendo obrigatória a execução de seus planos (Rei e Farias 2015).

Numa outra linha, em 2011, os 8 países membros do Conselho assinaram o Acordo de Salvamento Marítimo no Ártico (Agreement on Cooperation on Aeronautical and Maritime Search and Rescue in the Arctic. Esta foi a primeira Hard Law, com medidas mais severas e com o objetivo de monitorar acidentes marítimos, formação de equipe para realização dos trabalhos, para evitar e realizar o socorro em possíveis acidentes (Rei e Farias 2015).

Apesar de aparente cooperação por acordos internacionais, o Ártico historicamente também esteve envolvido num contexto de conflitos armados e disputas geopolíticas no último século. De acordo com Lewis (2018), a tensão no Ártico já se iniciou nas duas

Guerras Mundiais, prolongando-se na Guerra Fria, embora não tenha sido usada para controle ou soberania, e sim para fins militares e estratégicos. A forte modernização e fortalecimento militar no Ártico se deu a partir de 2007, quando o explorador polar e cientista russo Artur Chilingarov, num ato simbólico, colocou uma bandeira russa de aço inoxidável no fundo do mar do Polo Norte, declarando "o Ártico é nosso!" (Rei e Farias 2015).

A grande questão na atualidade, é que alguns países centrais no Ártico, como Rússia e Canadá ainda consideram que a Rota do Mar Norte (NSR) ou a Passagem do Noroeste (NWP) são passagens internas em suas águas territoriais, enquanto a comunidade internacional as julga como passagem internacional, ou seja, de mare liberum (Rei e Farias 2015; Gricius 2021). Por não estar submetida por tratado internacional específico, sujeita apenas a soberania de domínio do mar territorial e em alto mar, pela Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM), esses e outros países ainda reivindicam o exercício de soberania total sobre o Ártico, entre eles Noruega, Dinamarca e Estados Unidos (Rei e Farias 2015).

Outros fatores podem influenciar ou explicar o aumento das tensões no Ártico, como a preocupação norte-americana com a crescente relação entre China e Rússia. Isso leva os Estados Unidos a se prevenir, reforçando seu poderio militar no Ártico. Com a ascensão de navios na região e intensificação das rotas marítimas, existe a preocupação com crimes marítimos transnacionais, e os países lindeiros estariam preocupados com um mar de ninguém, com a insegurança e sua soberania. Isso explica em partes, segundo Gabriella (2021), pois ao mesmo tempo em que se tem uma maior presença militar e de segurança, isso também pode ocasionar,

paradoxalmente, o aumento de tensões entre os países. De acordo com Rei e Farias (2015), a (CNUDM) estabelece que o alto mar é aberto à navegação de todos, com navegação pacífica e respeito à soberania do mar territorial dos países.

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A sessão a seguir discorre sobre como os fatores acima mencionados impactaram no sentimento de necessidade de investimentos militares na região do Ártico, seja para defesa da soberania quanto para proteção em caso de agravamento de tensões. Assim, inicialmente, serão tratados dos investimentos, das inovações tecnológicas e das atividades militares conjuntas desde o imediato pós-Guerra Fria até a atualidade, destacando a divisão entre investimentos prévios às incursões militares russas na Criméia e no Donbass, em 2014, e posteriores à invasão na Ucrânia, em 2021.

3.1 Investimentos Militares no Período pós-Guerra Fria

As tensões regionais no Ártico são agravadas pela perspectiva de alteração geomorfológica, seja no âmbito de interesses econômicos - na abertura de novas rotas comerciais ou na extração de recursos cujo acesso atualmente seja impossibilitado - ou na questão securitária. Tais preocupações influenciaram um aumento de gastos militares por parte dos cinco países litorâneos do Ártico, sob pretexto de defesa da soberania. O cenário de incertezas os levou a integrarem em seus documentos oficiais de defesa, suas respectivas intenções de militarização como mecanismo preventivo, para "influenciar ou solucionar

reivindicações sobrepostas na região do Ártico fora dos territórios nacionais" (Wezeman 2016, 1). Ainda assim, mesmo que as regiões em que haja tal sobreposição de jurisdição sejam de interesse dos Estados, cabe ressaltar que a grande maioria das tecnologias dispostas servem para monitoramento e patrulha. Desta forma, pode se reconhecer que, a curto prazo, o maior problema a se lidar com a abertura de águas é a manutenção da ordem dentro dos mares territoriais e das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs), no tangente ao transporte civil e à proteção ambiental - não excluindo o fato de que este investimento também corrobora com o avanço tático e bélico.

Muito se discute sobre a partir de quando, após a Guerra Fria, a militarização do Ártico pode ser percebida como uma movimentação significativa. Apesar da atuação agressiva da Federação Russa na Criméia e em regiões do Donbass, em 2014, ter sido um marco na ruptura com as relações até então moderadamente estáveis com o Ocidente – descrito como o "fim do período pós-Guerra Fria" (Gronholt-Pedersen e Fouche 2022), até mesmo pelo próprio Primeiro Ministro russo no período, Dmitry Medvedev –, "todos os cinco Estados iniciaram aumento em sua presença e capacidade militares no Ártico ainda antes do tensionamento entre a Rússia e os membros da OTAN, em 2014" (Wezeman 2016, 1).

A movimentação militar pré 2014 é perceptível, por exemplo, na cooperação Norueguesa-Russa progressiva nas duas primeiras décadas do século XXI, com exercícios militares e treinamentos conjuntos (Wezeman 2016). A Noruega e a Rússia partilham fronteira terrestre na região da Lapônia, porção ao norte escandinavo que é dividida entre: Noruega, Suécia, Finlândia e a

Federação Russa, mais especificamente entre Finnmark, extremo norte da Noruega, e a península russa de Kola. Ao mesmo tempo, o Canadá teve em seu governo Stephen Harper, o primeiro e até hoje único Primeiro Ministro do Partido Conservador do Canadá, no poder entre 2006 e 2015. Seu mandato teve como uma das características o foco em desenvolver as Forças Canadenses, implementando a Primeira Estratégia de Defesa do Canadá (CFDS). Esta política buscou a expansão de forças especiais do Árctico e a aquisição de novos equipamentos bélicos e de desenvolvimento tático (Wezeman 2016). No entanto, tal política não perdurou, já que as eleições seguintes tiveram como vencedor o liberal Justin Trudeau —cuja política, introduzida em 2017, era intitulada "Forte, Segura e Engajada" (SSE) (Canadá 2024).

Enquanto isso, a posição dinamarquesa em relação à atuação militar anterior à 2014 foi pautada pelos Acordo de Defesa Dinamarquês de 2009 e de 2012, que "sublinham o novo significado geoestratégico da região e incluem recursos nacionais para fortalecer as forças especiais dinamarquesas e outras forças que podem ser utilizadas no Ártico" (Wezeman 2016, 7). Desde 2012 a Groenlândia e as Ilhas Faroe estão sob proteção militar do Comando militar conjunto do Ártico, com sede em Nuuk, na Groenlândia. Os Acordos de Defesa que levaram a esta fusão "incluíram o estabelecimento de uma Força de Resposta Ártica modular ou de uma Força Conjunta de Preparação para o Ártico" (Wezeman 2016, 7). No entanto, nos anos seguintes, os investimentos feitos foram abaixo do planejado, não constituindo uma força tarefa consolidada.

Tais informações demonstram que a preocupação com a securitização no Ártico são anteriores ao aprofundamento de

tensões com a gigante euroasiática. No entanto, isso não significa que os eventos do início de 2014 não tiveram impacto na comunidade internacional. O que se espera entender é que ocorreu um aceleramento de um comportamento já notado, que foi ainda mais agravado com a nova incursão militar russa sobre a Ucrânia, iniciada no início de 2021 e ainda operante.

3.2 Crescimento da Presença Militar Russa

No contexto da Guerra Fria, dada a proximidade entre as potências polarizadas, a intensificação de investimentos militares no norte representava um perigo eminente. Em 1987 o então Secretário Geral da União Soviética, Mikhail Gorbachev, deu origem à chamada Iniciativa Murmansk. Buscando apaziguar tensões em seu discurso, projetou seis objetivos para a política externa russa para o Ártico, promovendo uma região pacífica: (1) instauração de uma zona livre de armas nucleares; (2) restrição das atividades navais e da força aérea nos mares Báltico, do Norte, da Noruega e da Gronelândia, e na extensão das medidas de criação de confiança a estas áreas - a partir de uma rede de diálogo entre a Organização do Tratado de Varsóvia e a OTAN; (3) cooperação no desenvolvimento de recursos; (4) formação programa internacional de intercâmbio de pesquisa científica no Ártico; (5) proteção e gestão ambiental conjunta; (6) e abrir a Rota do Mar do Norte para alcançar o Atlântico - formando, posteriormente, a Northeast Passage (NEP) (Gorbachev 1987).

> Embora as suas propostas para o aumento da cooperação regional e dos contactos interpessoais transfronteiriços tenham sido concretizadas na criação do

> Conselho Euro-Árctico de Barents em 1993 e na fundação do Conselho do Árctico em 1996, as suas iniciativas na esfera da segurança militar, como o estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares ou de restrições às atividades navais no Ártico, nunca obtiveram sucesso (Schaller 2019).

Durante os anos 90, os investimentos russos em recursos militares no Ártico decaíram intensamente, saindo de gastos de até US$277 bilhões em 1988 (URSS), para US$16 bilhões em 1998. (Petersen e Pincus 2021). Esta baixa significativa em investimentos se tornou prioridade de remediação para o governo russo que, nos anos 2000, aumentou investimentos dentro e fora do Ártico.

> Em 2008, os gastos militares russos recuperaram para cerca de 58 mil milhões de dólares e ultrapassaram os 90 mil milhões de dólares em 2015. Posteriormente, os gastos para apoiar o desenvolvimento do Ártico russo, incluindo sistemas para restaurar e modernizar a consciência do domínio, as comunicações, a infra-estrutura, a compreensão científica e outras actividades de apoio necessárias ao desenvolvimento económico, tem sido uma área de foco significativo (Petersen e Pincus 2021, 492).

Tal investimento foi, também, direcionado para a "reabertura de dezenas de bases militares do Árctico da era soviética, modernização da sua marinha e desenvolvimento de novos mísseis hipersônicos concebidos para escapar aos sensores e defesas dos EUA" (Gronholt-Pedersen e Fouche 2022).

3.3 Capacidades Marítimas

Um importante fator para a garantia de proteção dos mares territoriais no Ártico é a capacidade das marinhas de guerra e das guardas costeiras. Sem os recursos necessários, a extensão das fronteiras permitiria a entrada de embarcações desconhecidas, com potenciais carregamentos ilegais.

A capacidade naval russa, na região, é a maior entre as cinco, dividida entre as frotas do Norte —próxima à Península de Kola— e do Pacífico —com atuação em toda a costa leste, abaixo e acima do Estreito de Bering—, sendo a primeira a com maior disposição de tecnologia. Contando com submarinos de mísseis balísticos nucleares (SSBNs), um porta-aviões operando e uma frota de cerca de 40 quebra-gelos de modelos variados —desde nucleares como o "50 Let Pobedy", até modelos regulares à diesel— sendo a maioria do período soviético e com problemas operacionais (Aliyev 2022). "Desde então (fim da Guerra Fria), os SSBN da Rússia tornaram-se mais ativos, vários SSBN mais antigos foram modernizados e novos SSBN estão sendo construídos" (Wezeman 2016). A marinha russa não possui navios de ataque anfíbio —que objetivam auxiliar ataques com entrada em praias e possibilitam a abordagem terrestre de frotas com projeções apenas para 2028.

A marinha estadunidense possui uma composição naval muito diferente da Rússia. Os Estados Unidos possuem apenas um quebra-gelo pesado em operação, 14 SSBNs, 11 porta-aviões, nove porta helicópteros e diversos navios de ataque anfíbio —que não foram desenvolvidos para uso nas águas geladas do Ártico, mas que podem ser operantes devido à espessura. As fragatas americanas mais utilizadas para o tipo de condição climática no norte são as National Security Cutter (NSC) do tipo Legend, muitas vezes

substituindo os Offshore Patrol Vessels (OPVs) no Ártico (Wezeman 2016).

A frota marinha canadense, assim como parte da estadunidense, não possui embarcações projetadas para as águas do Ártico com reforço para o gelo. "A guarda costeira tem seis grandes quebra-gelos (dois “pesados” e quatro “médios”) e sete quebra-gelos pequenos, todos desarmados. No entanto, a maioria deles só pode operar no Ártico no verão" (Wezeman 2016, 6). Durante a gestão de Harper (2006-2015), foi prometida a construção de navios reforçados, quebra-gelos e OPVs, no entanto não foram concluídos durante seu governo. Nos dias atuais, a marinha real canadense busca se revitalizar, com novos OPVs entrando em ativa. “Esses navios estarão no centro de uma presença aprimorada no Ártico canadense, complementando efetivamente as capacidades de nossos outros navios de guerra atuais e futuros por meio de operações críticas de reconhecimento e vigilância", como dito pelo vice-almirante canadense, Art McDonald (The Watch 2024). Enquanto isso, as cinco fragatas dinamarquesas —sendo três de grande porte e duas de suporte—, assim como a grande maioria dos navios dos membros da OTAN, não possuem revestimento para o gelo, "no entanto, quatro fragatas/OPV, que foram comissionadas no início da década de 1990 e projetadas para patrulhas no Atlântico Norte e fora da Gronelândia, são capazes de quebrar gelo até 1 metro de espessura" (Wezeman 2016, 9). Por fim, as capacidades marítimas norueguesas contam com fragatas voltadas para o uso nos mares do Ártico, contando com "um grande quebra-gelo/OPV, armado (o Svalbard) e três grandes OPVs que podem operar no gelo" (Wezeman 2016, 9), diferentemente de seus navios de guerra, que não conseguem quebrar o gelo.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Se faz relevante para com maior acuidade estudar o problema, uma contextualização de alguns regimes regulatórios internacionais presentes no Ártico, dentre eles, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Explicita-se as questões relativas à Convenção pois, até o momento, ela se coloca como o único instrumento de regulação de caráter internacional na região, e obteve algum sucesso em garantir a manutenção da diplomacia e cooperação no polo norte. Alguns elementos da Convenção são trazidos para destacar como ela se efetiva e de que modos produz certa estabilidade em cada contexto. Por fim, alguns trechos de relatórios e trechos sobre os três atores principais na região são trazidos: Estados Unidos, Rússia e China, para demonstrar que há, em diferentes níveis e aspectos, uma doutrina para a conquista do Ártico e suas rotas.

4.1 Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar CNUDM

Adotada em Montego Bay na Jamaica em 1982, promulgada no Brasil pelo Decreto n° 99.165 em março de 1990, e internacionalmente em 1994, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar CNUDM iniciou um novo período na regulação marítima internacionalmente. Até então o mar era entendido mais pela sua superfície, assim a Convenção inovou ao abordar também o espaço dos fundos marinhos e até espaços aéreos adjacentes(Martins, 2020). Ainda, segundo Cosma Martins (2020), também institui como patrimônio comum da humanidade todos os recursos minerais das águas internacionais, e cria a autoridade

Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) para fiscalizar e controlar essas determinações. Em suma, a Convenção foi criada para dirimir as controvérsias existentes na época sobre o direito internacional marítimo, e naquele momento, Brasil e outros 118 países ratificaram o texto da Convenção.

Dentre suas principais definições estão a fixação do mar territorial em 12 milhas marítimas, ou 22 km, e a zona contígua dentro de 24 milhas náuticas. (Martins 2020). Define também que as águas interiores estão sob total soberania de cada nação, ou seja, os rios de água doce, lagos, poços naturais, etc. Outro conceito criado é o da zona econômica exclusiva ZEE, que limita o direito do estado à exploração dentro de 200 milhas náuticas, ou 370km da costa, permitindo, sem jurisdição absoluta com relação a trânsito, a prerrogativa do país no acesso e utilização dos recursos marinhos do solo e subsolo (Martins 2020).

Essa contextualização sobre a CNUDM se faz importante pois atualmente, ainda é a única lei internacional capaz de jurisdicionar sobre o Ártico. Como afirmam Rei e Farias (2015, 191) "o Ártico não está regulado por tratado internacional específico que tutele sua extensão e recursos naturais". A única regulação existente do Ártico dentro da linha territorial dos países, ainda se faz pelo próprio regime interno de cada um, enquanto que no alto mar, ele permanece submetido ao regime internacional da Convenção das Nações Unidas. Não obstante, de acordo com Fernando Rei e Valeria Farias (2015), alguns países como Rússia, Canadá, Dinamarca, Noruega e Estados Unidos da América EUA, ainda reivindicam até hoje soberania total no Ártico, a fim de que tenham a autonomia total para a ocupação territorial e exploração dos recursos locais.

De qualquer modo, dentro da zona econômica exclusiva, os países têm a possibilidade de solicitar a expansão de sua costa territorial para 350 milhas no máximo (Lewis 2018). Sua aprovação depende da Comissão sobre Limites da Plataforma Continental (CLCP), também instituída pela CNUDM de acordo com o 76° artigo (Rei e Farias 2015). Até hoje os Estados Unidos reconhecem a Convenção, embora ainda não tenham–na ratificado. Possibilitaria esse fato a desconsideração dos EUA perante o tratado internacional sobre o direito do mar, e assim permitir um avanço significativo no Ártico frente aos outros países signatários? Segundo Fernando e Valeria (2015) isso não é factível, visto que a CNUDM é um acordo amplo e com vários signatários, e mesmo aqueles que não se submetem à sua regulação explícita, acabam por aceitar suas determinações. Ainda, o 1° artigo define: "1) "Área": significa o leito do mar, os fundos marinhos, e o seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional; 2) "Autoridade" significa a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos;" (Brasil 1990). Logo, mesmo que não signatário, os Estados Unidos ainda estariam submetidos à CNUDM, dado o princípio da reciprocidade e a reação internacional que receberia caso negasse os acordos estabelecidos com base no direito internacional consuetudinário (Rei e Farias 2015).

4.1.1 Do Meio Ambiente e Soberania

No que se refere à proteção do meio ambiente e marinho, o artigo 192 do CNUDM determina que os Estados têm "a obrigação de proteger e preservar o meio marinho" (Brasil 1990), e o artigo 194 estabelece "medidas para prevenir, reduzir e controlar

a poluição do meio marinho" (Brasil 1990). Do mesmo modo o artigo 145 define que para atividades de exploração e aproveitamento de recursos na Área "[...] devem ser tomadas as medidas necessárias, de conformidade com a presente Convenção, para assegurar a proteção eficaz do meio marinho contra os efeitos nocivos que possam resultar de tais atividades." (Brasil 1990). Área é definida no Artigo I como "o leito do mar, os fundos marinhos, e o seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional" (BRASIL 1990). Além do que já foi exposto, sobre a declaração dos recursos minerais nas águas internacionais se qualificarem como patrimônio comum da humanidade, a exploração da Área se dará a partir da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) (Rei e Farias 2015). Segundo a Convenção e os autores, pela Área se tratar de patrimônio comum da humanidade, estes bens públicos internacionais não podem ser apropriados individualmente por qualquer Estado. Isso torna-se relevante, ao se considerar que um quarto de todos os recursos de petróleo e gás não descobertos no mundo encontram-se no Ártico (Hossain 2019).

Ademais, a Convenção também delibera no artigo 234, sobre as áreas cobertas de gelo:

> Os Estados têm o direito de adotar e aplicar leis e regulamentos não discriminatórios para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho proveniente de embarcações na áreas cobertas de gelo dentro dos limites da zona econômica exclusiva, quando condições de clima particularmente rigorosas e a presença de gelo sobre tais áreas durante a maior parte do ano criem obstruções ou perigos excepcionais para a navegação, e a poluição do meio marinho possa causar danos graves

> ao equilíbrio ecológico ou alterá-lo de modo irreversível. Tais leis e regulamentos devem ter em devida conta a navegação e a proteção e preservação do meio marinho com base nos melhores dados científicos de que se disponha (Brasil 1990).

É com base neste artigo que, de acordo com Solski (2020), a Rússia tem se utilizado nos últimos anos para se fazer presente na região e buscar o avanço de seu domínio no Ártico. Segundo ele, a Federação Russa aplica este princípio para tentar exigir de outros países a notificação e solicitação de autorização prévia para cruzar por seus estreitos, ou seja, pela Rota do Mar do Norte (NSR), áreas que ainda são contestadas como águas territoriais russas pela comunidade internacional. Contudo, apesar de respaldados, em tese pela CNUDM, Solski argumenta que isso fere o direito de livre passagem em águas internacionais garantido pela Convenção de 1982.

Por outro lado, ao permitir que os Estados lindeiros, pelo artigo 234, regularizem individualmente o tema dentro de suas águas territoriais, e portanto "ao relegar aos Estados lindeiros às medidas protetivas sobre as áreas cobertas de gelo, a CNUDM incentivou fortemente a prevalência de regimes regionais de gestão" (Rei e Farias, 2015, 195). Isso faz com que o tema dos estreitos russos se torne complexo, segundo Solski (2020), pois se qualificam ou não como águas internacionais? Se são territoriais, portanto a autorização prévia se justifica. Todavia, conforme o autor, jurisdicionalmente ainda permanece a ideia que o direito de livre passagem pacífica é consistente e deve ser aplicado em todos os estreitos da Rússia.

Ademais, o autor destaca que a CNUDM é ambígua e

imprecisa sobre a pré-autorização de passagem para navios de transporte com cargas perigosas, bem como a exigência de pilotagem oficial (Solski 2020). A pilotagem, segundo ele, não é abordada explicitamente pela CNUDM, embora seja também outra maneira que alguns Estados utilizam para aumentar o controle em suas águas. Pilotagem basicamente é a exigência da presença de um piloto oficial e experiente, o qual pode guiar o navio em momentos turbulentos e necessários (Solski 2020). De acordo com ele, países como Noruega e Austrália exigem a pilotagem em navios de mercadoria para adentrar em suas águas, o que muitas vezes gera protestos na comunidade internacional, e mais rechaçados ainda quando em relação a navios estatais com imunidade soberana. Apesar disso, segundo Solski, a legislação relevante ainda isenta os navios de guerra e outras embarcações governamentais de tais exigências, o que vai de acordo com a CNUDM (2020).

Por fim, o artigo 95 e 96 definem que todo navio de guerra em alto mar—, ou seja, " as partes do mar que não pertencem ao mar territorial ou águas internas de um Estado" (Brasil 1968)—, bem como todo navio de serviço oficial não comercial, possuem "completa imunidade de jurisdição relativamente a qualquer Estado que não seja o da sua bandeira." (Brasil 1990). A imunidade se estende inclusive à questão ambiental, pois as disposições referentes à "proteção e preservação do meio marinho não se aplicam a navios de guerra, embarcações auxiliares, [...] operadas por um Estado e utilizadas, [...] unicamente em serviço governamental não comercial." (Brasil 1990, art. 236). Da mesma maneira, mas em águas internas, os artigos 30 e 32 também expressam a autonomia soberana de navios de guerra e outros navios de Estado utilizados para fins não comerciais, contanto que

respeitem os acordos e normas do país costeiro e de 'passagem inocente' (Brasil 1990).

Essas informações demonstram o quão complexo a regulação e manutenção de uma rota polar se dá. A multiplicidade de atores e interesses torna o tema delicado e difícil para estabelecer apenas um como correto ou com maiores direitos que outros. De qualquer maneira, a Convenção sobre o Direito do Mar ainda prevalece, entre os países que a ratificaram —com exceção dos EUA— e suas premissas estão estabelecidas e preservadas. O direito de mare liberum - termo cunhado por Hugo Grotius (1609) ao se referir ao mar como um recurso comum e de acesso livre internacional - ainda se faz presente e atuante nas áreas de águas internacionais, e permanecem as soberanias de cada país dentro de suas linhas territoriais internas (Rei e Farias 2015). Todavia, o debate deve avançar para resolver os empecilhos gerados pelo desejo de alguns países de sobrepujar certas normas básicas da convenção, bem como pelos casos ainda não muito bem definidos e resolvidos. Se uma governança de cooperação for para existir no Ártico, o próprio Conselho deve permanecer ativo em suas negociações, e aumentar o incentivo do desejo de colaboração regional para uma gestão equilibrada e possivelmente benéfica para a maioria.

4.2 O Avanço da OTAN e China no Ártico

Como já mencionado anteriormente, a relação entre o que atualmente significa uma corrida de interesse internacional no Ártico, mas principalmente regional, se estende desde a Guerra Fria (Lewis 2018). Hoje, todavia, essa "nova guerra fria", a corrida pela influência geopolítica, física e militar retorna com outros moldes e

em outros tempos, embora os atores principais continuem sendo os mesmos: EUA e Rússia, ao mesmo tempo com o adendo de um terceiro participante: a China (Havnes e Seland 2019). Além disso, no cenário atual, vale ressaltar que dos 8 países que compõem o Conselho do Ártico, sete são membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Esse cenário também se agrava após a Suécia se efetivar como membro da Organização, incentivada pela apreensão sobre o conflito envolvendo Rússia e Ucrânia, esta última apoiada abertamente pela OTAN (Mottola 2023; Cunningham 2024). Pelo outro extremo, a China também desperta para o Ártico, e avança com interesses estratégicos para tentar implementar a "Nova Rota da Seda Polar" (China 2018).

Como a Rússia detém uma fronteira territorial com o Ártico muito extensa, a recomendação dos Estados Unidos para a OTAN é a cooperação entre os países membros aliados na intensificação da presença militar e política na região para fazer frente à vantagem significativa da Rússia e do avanço da China pelo leste. (Mottola 2023; Estados Unidos 2019).. Como afirma Lewis (2018), o aumento das navegações na Rota do Mar do Norte e das explorações de recursos no Ártico, também exigiu da Rússia o desenvolvimento de uma presença mais atuante e segura em toda a região, visto que sua costa tangencia quase toda a rota. Ao mesmo tempo, também não se pode afirmar que foi a Rússia quem iniciou tal avanço, pois como já mencionado aqui, os gastos em investimentos militares no Ártico também só cresceram a partir de 2008, e aumentaram significativamente em 2015 (Petersen e Pincus 2021).

A região do Ártico, todavia, ainda não apresenta sérios conflitos militares (Lewis 2018), embora a crescente militarização e modernização de antigas bases militares pela Rússia, excursões

militares da OTAN, bem como a possibilidade da criação de um Comando Ártico da OTAN (ARCCOM) após a invasão Russa à Ucrânia, são fatores que promovem insegurança e desconfiança em nível regional (Mottola 2023; Gronholt-Pedersen e Fouche 2022). Sobre o tensionamento das relações, podemos citar a operação Trident Juncture da OTAN em 2018, Cold Responde na Noruega em 2022 (Mottola 2023), bem como a forte presença em pesquisa e mapeamentos realizados pela China na região desde 2014, quando intensificou sua capacidade de defender seus interesses com meios militares (Havnes e Seland 2019).

Nesse sentido, variados interesses são percebidos na região, e cada país está a jogar com as possibilidades que tem para alcançar e legitimar sua presença no ártico. Enquanto tentam deslegitimar a militarização russa e presença chinesa no Ártico, os próprios Estados Unidos e a OTAN também tem aumentado significativamente suas incursões militares e publicando novas doutrinas para o Ártico (Havnes e Seland 2019). Isso se demonstra pelo próprio relatório do quartel general dos EUA.

> Ao recuperar o nosso foco no Ártico, o Exército, com os nossos aliados e parceiros, desenvolverá doutrina, treino e equipamento para satisfazer os requisitos únicos dos ambientes de clima frio, montanhosos e de grande altitude. Esta estratégia comunica os nossos objetivos e planos para construir um Exército capaz de operações em múltiplos domínios e recuperar o domínio do Árctico (Estados Unidos 2019, 3).

Contudo, esse movimento não parte somente dos Estados Unidos, como também por outros países membros da OTAN. O relatório da França de perspectivas regionais (França 2021), aponta

para a necessidade da Organização aumentar sua soberania na região, e incluir o Ártico na Agenda de Desenvolvimento do Combate à Guerra (WDA). Além disso, um relatório do secretário-geral da OTAN, reconhece o papel das mudanças climáticas no planejamento dos exercícios militares no Ártico, a partir de vários testes marítimos e científicos no oceano Ártico, no mar da Groenlândia e na região de Svalbard (NATO 2023).

Além destes, em documento publicado pelo Gabinete de Informação do Conselho de Estado da China, demonstra também uma visão chinesa presente e atuante no Ártico (China 2018). Nele, se destacam a intenção da China em criar uma nova 'Rota da Seda Polar', e que "está empenhada em melhorar e complementar o regime de governação do Ártico" (China 2018). Ainda ressalta que procura enfrentar os desafios e mudanças que esse novo período significa para o Ártico, e promover ativamente uma cooperação de desenvolvimento e estabilidade na região (China 2018, 5).

Em suma, as três super potências atuais do globo se encontram numa encruzilhada. Uma corrida geopolítica pelo progresso exponencial, que se encontra ao mesmo tempo no paradoxo de uma crise socioambiental, com todas as suas implicações. Todavia, as novas possíveis rotas podem trazer sim muitos benefícios para seus atores envolvidos, e significará uma mudança na geopolítica mundial quando finalmente efetivada (Rei e Farias, 2015). Resta descobrir se esse progresso e seus benefícios se concentrarão apenas naqueles envolvidos diretamente, bem como se presenciaremos ou não uma cooperação legítima e abrangente na região do Ártico.

5 POSICIONAMENTOS DOS PAÍSES

A **República da África do Sul** não possui uma política governamental oficial de diretrizes para o Ártico, estando muito mais envolvida com pesquisas no polo sul, com seus programas nacionais de pesquisa e investimento na Antártica. No entanto, sendo parte de um dos países do BRICS, está incluída nas propostas e políticas do grupo, que possui cooperações multilaterais com os países árticos visando desenvolvimento sustentável e intercâmbio em desenvolvimento de tecnologias (Think Arctic 2024).

Apesar de não ser um dos países litorâneos ao Ártico, a **República Federal da Alemanha** possui uma série de políticas descritas no documento de Diretrizes para o Ártico. Isto se dá pelo fato de o governo alemão reconhecer a importância da estabilidade regional para a manutenção da economia e política global, se tornando, também, um tópico de interesse da Alemanha. No documento em questão são abordadas as preocupações com a preservação ambiental, proteção da população civil e os interesses em cooperação. O país é participante como membro observador do Conselho do Ártico, e conta com projetos de pesquisa que visam colaborar com as descobertas científicas (Governo Federal Alemão s.d).

O **Reino da Arábia Saudita** não possui envolvimento direto com os debates do Ártico, mas é um dos países que assinou o Tratado de Svalbard, que permite a entrada de civis sauditas no território norueguês. O tratado determina que seus signatários reconhecem a soberania norueguesa sobre a região, em troca de terem a permissão de residir e de utilizar os recursos naturais locais, alinhando-se assim com os esforços globais de pesquisa e

colaboração internacional (Coffey 2023). Além disso, A Arábia Saudita possui interesse em cooperação tecnológica e científica o que a levou a se aproximar da Rússia, pelos interesses compartilhados no setor de energia (Clifford 2019).

A **República Federativa do Brasil** demonstra interesse em participar das discussões do Ártico desde 2010, ainda durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essas iniciativas foram retomadas em 2019 e 2022, culminando na recomendação oficial da Comissão Interministerial de Recursos do Mar. Para o Brasil, envolver-se no Ártico faz sentido economicamente, especialmente no contexto de exportação de equipamentos para extração de petróleo e gás. Além disso, tecnologias desenvolvidas no Ártico têm potencial aplicação na Amazônia e na ZEEs brasileira, a "Amazônia Azul". A presença brasileira poderia fortalecer esforços de conservação e inclusão de comunidades indígenas na governança ártica, além de atuar como mediador em potenciais diálogos entre Rússia, China e o Ocidente (Fakhoury 2023).

Sendo um dos Cinco do Ártico, o **Canadá** possui protagonismo no debate de militarização do Polo Norte. Sua política de Segurança, Proteção e Defesa possui seis objetivos: incentivar a cooperação e colaboração de segurança, proteção e defesa com outras nações; melhorar a presença militar para prevenção e resposta rápida a incidentes no Norte; afirmar soberania e vigilância sobre o território; fortalecer legislações protetivas; aumentar as capacidades de gestão de emergências; e apoiar a segurança da comunidade através de iniciativas de prevenção do crime e serviços de policiamento eficazes e culturalmente apropriados (Governo do Canadá s.d). Em 2024, o

governo anunciou investimentos bilionários em infraestrutura de defesa para os próximos anos (Martinussen 2024). Como membro da OTAN, o Canadá está envolvido no dilema securitário de aumento de equipamento bélico por parte da Rússia no norte do território.

No documento oficial das políticas chinesas para o Ártico, publicado em 2018, a **República Popular da China** se autointitulou um "Estado Próximo ao Ártico", tendo em vista que sofreria diretamente com as alterações climáticas, impactando sua agricultura, silvicultura, pescas, indústria marítima e outros setores. A República Popular da China também se vê estreitamente envolvida nas questões transregionais e globais no Ártico, especialmente em questões como as alterações climáticas, a investigação científica, a utilização de rotas marítimas, a exploração de recursos, a segurança e a governação global (Governo da China 2018). A China também se apoia na CNUDM e no direito internacional como um todo no que diz respeito à pesquisa científica, navegação, sobrevoo, pesca, colocação de cabos e oleodutos submarinos e exploração nas águas internacionais no Ártico (Governo da China 2018). Além disso, tem interesse na construção da Rota Polar da Seda (PSR) – projeto que foi anunciado em 2017, mas que teve suas negociações colocadas em segundo plano após a invasão russa na Ucrânia (Lemazhapov et al. 2023).

A **República da Coreia** não é um dos países costeiros do Ártico, mas possui políticas específicas para a região, além de ser um dos membros observadores do Conselho. O governo sul-coreano demonstra interesse no Ártico com foco principal em economia e diplomacia internacional através da estratégia "Global Korea" (The Republic of Korea in the Arctic 2024). Reconhecendo a

soberania dos Estados costeiros árticos, a Coreia do Sul vê na Rússia um parceiro chave devido à geografia e à infraestrutura ao longo da Rota Marítima do Norte. No entanto, há potencial para colaboração com o Canadá, dadas as afinidades econômicas e de defesa. A política sul-coreana para o Ártico 2018-2022 visa participação econômica, cooperação regional responsável, pesquisa científica e desenvolvimento de capacidades, sem mencionar defesa ou segurança (Korea Polar Portal 2018).

O **Reino da Dinamarca** é um dos cinco países do Ártico e membro do Conselho do Ártico. Isso se deve ao fato de o território da Groenlândia ser uma região autônoma sob jurisdição do governo dinamarquês, e as Ilhas Faroe serem terras dependentes. Apesar do interesse em recursos naturais no Ártico, como petróleo e gás, a Dinamarca busca mitigar impactos por meio de regulamentações ambientais rigorosas. Em seu documento de políticas para o Ártico "Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011–2020", o país se comprometeu com a construção de confiança e cooperação com outros países do Ártico, com um plano para fortalecer as capacidades das Forças Armadas no Ártico, incluindo a criação de uma Força de Resposta Ártica e a análise de riscos ambientais marítimos em torno da Groenlândia. Além disso, está prevista uma análise abrangente das futuras tarefas das Forças Armadas no Ártico, incluindo a possível ampliação do papel da Base Aérea de Thule.

A **República Árabe do Egito** não possui uma política externa especificamente direcionada para a questão da militarização do Ártico, no entanto, possui planos de expansão e desenvolvimento da Nova Rota da Seda (Cepinskyte et al. 2021). Junto a isso, as questões relacionadas à segurança energética

global, como o desenvolvimento de recursos energéticos, podem ter implicações para o Egito, especialmente no contexto de segurança e estabilidade regional.

Os **Estados Unidos da América** são parte dos Cinco do Ártico - termo utilizado para se referir aos países costeiros - por conta do território do Alasca, comprado da Rússia em 1867. A política estadunidense para a região também implica em gastos militares e com proteção de fronteira – sendo importante mencionar que os EUA foram o único país dos cinco que não ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), que estabelece os limites de Mar Territorial e Zonas Econômicas Exclusivas. Além disso, há grande tensão entre os EUA –e a OTAN no geral – com a Federação Russa especialmente após o início do conflito com a Ucrânia. A Estratégia Nacional para o Ártico – "National Strategy for the Arctic Region" dos EUA elenca quatro pilares: (1) Segurança: desenvolver capacidades para a expansão da actividade no Árctico; (2) Alterações Climáticas e Proteção Ambiental: criar resiliência e avançar adaptação, mitigando simultaneamente as emissões; (3) Desenvolvimento Econômico Sustentável: melhorar os Meios de Subsistência e expandir as oportunidades econômicas ; (4) Cooperação Internacional e Governança: sustentar as Instituições do Ártico e defender o Direito Internacional e o livre trânsito (Estados Unidos da América 2022).

A **França** não integra os países do Conselho do Ártico, mas participa com caráter de observador desde 2000, além de ser membro da OTAN. A França apoia a cooperação internacional para garantir a segurança marítima e a governança eficaz do Ártico, enfatizando o respeito ao direito internacional e à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Além disso,

participa de pesquisas científicas no Ártico, promove políticas de sustentabilidade ambiental e promove as suas empresas que buscam explorar recursos naturais na região, como petróleo e gás, embora com um foco crescente na sustentabilidade (França s.d).

A **República da Índia**, de acordo com o Arctic Institute (Singh 2024), possui uma política voltada ao Polo Norte baseada em seis pilares: proteção ambiental, desenvolvimento econômico e humano, transportes e conectividade, governança e cooperação internacional e capacitação nacional. Desde 2021, a Índia é um membro observador do Conselho do Ártico, com o objetivo de estar mais integrada a projetos e investimentos em desenvolvimento científico na região. Além disso, o país possui interesse na Rota do Mar do Norte (NSR), pois o beneficiaria economicamente, com a redução de custos para as companhias marítimas, juntamente com os custos de tempo, combustível e segurança (Singh 2024).

A **República Islâmica do Irã** não possui proximidade particular com os assuntos do Ártico, além das preocupações gerais em relação às novas rotas marítimas de transporte que podem baratear transações comerciais, tensões entre os atores e mudanças climáticas. O Irã possui tensões particulares com os países da OTAN, e uma relação de proximidade com a Rússia, o que influencia diretamente em seu posicionamento em debates que envolvam estes atores.

A **Islândia** é um dos oito países que integram o Conselho do Ártico, e enfatiza a cooperação internacional, sustentabilidade ambiental, segurança, pesquisa científica e desenvolvimento econômico responsável, enquanto respeita os direitos das comunidades indígenas. A Islândia apoia o Conselho do Ártico como principal fórum para questões regionais e promove a

resolução pacífica de conflitos em conformidade com o direito internacional. O governo planeja expandir capacidades de busca e salvamento e resposta a incidentes de poluição, estabelecendo um cluster regional de busca e salvamento e intensificando a cooperação internacional para garantir segurança e proteção na região (Islândia 2021).

O **Estado de Israel** não possui ligação direta com os assuntos tratados no Ártico e não é membro do Conselho como observador. Possui relações bilaterais com os países do Ártico especialmente no setor tecnológico e de defesa, com destaque para o seu maior parceiro econômico, os Estados Unidos (OEC, 2022). Outros países também estabelecem acordos comerciais de sistemas de defesa, como a Finlândia que, no final de 2023, adquiriu o equipamento de proteção aérea israelense David's Sling (Estilingue de Davi) (Fabian 2023).

Sendo um membro observador do Conselho Ártico desde 2013, a **República Italiana** possui uma política governamental específica para a região do Polo Norte, "Verso una Strategia Italiana per L'Artico", publicada em 2015 . O país realiza expedições à região há décadas, desenvolvendo laços econômicos e dando início à cooperação de pesquisa científica e tecnológica. Além da cooperação e diplomacia, a Itália possui interesses em inovação e tecnologia nos setores energético. A empresa Ente nazionale idrocarburi (ENI) possui plataformas petrolíferas no Ártico, como a "Goliath" e a "Oooguruk", além de ter projetos de gás liquefeito na Sibéria, e a Ente nazionale per l'energia elettrica (ENEL) desenvolve projetos de energia renovável em parceria com a Rússia - com a construção da maior planta de energia eólica no Círculo Ártico (Pes 2020).

O governo japonês publicou, em 2017, o documento "Futuras Áreas Prioritárias da Política do Ártico do Japão", que trata de iniciativas de pesquisa em diversos setores, de proteção ambiental, cooperação econômica e securitização. O Japão reitera em seu documento que as ações militares devem sempre seguir a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), como "pré-requisito o para garantir a segurança" (Governo do Japão 2017), e relembra a Conscientização do Domínio Marítimo (MDA). O uso da nova rota marítima é algo que já está sendo pensado pelo governo japonês nos últimos anos, além dos seus investimentos em retirada de petróleo e de gás natural no território russo. O envolvimento estratégico do Japão no Ártico é realizado através da cooperação internacional em pesquisa, ciência e tecnologia como impulsionadores da economia, indústria e diplomacia na região (Best et al. 2021).

A **República Federal da Nigéria** encontra-se em uma posição delicada, dada a sua condição de uma das dez nações mais vulneráveis às mudanças climáticas. Desta forma, o debate ambiental em relação a como os países do Ártico atuam é de grande importância, pois o derretimento progessivo no Polo Norte altera o nível das águas e os padrões meteorológicos (Adeyanju 2022). No tangente à militarização da região, a Nigéria não possui uma política definida, devido ao seu distanciamento e ao fato de não estar entre as prioridades securitárias.

O **Reino da Noruega** é um dos cinco países que cercam o mar do pólo Norte, sendo parte dos Cinco do Ártico. O Norte da Noruega representa 35% de seu território continental e abriga 9% da população norueguesa (Noruega 2021). O governo possui uma política externa pautada na conservação ambiental, na cooperação

internacional e nos temas securitários. O documento oficial norueguês (The Norwegian Government's Arctic Policy) para a política externa voltada ao Ártico trata de diversos temas sociais e securitários, destacando a menção da modernização de armamentos militares russos como uma ameaça em potencial. Expõe como os investimentos dos investimentos do governo russo deterioraram sua relação com a OTAN, assim como seu envolvimento em conflitos internacionais (Noruega, 2021).

A chamada Estratégia Polar dos Países Baixos (2021-2025), novo documento oficial com as diretrizes de políticas para o Ártico, trata da proteção dos direitos humanos, mudanças climáticas, e desafios securitários. Apesar de não integrarem o Conselho do Ártico, dado ao seu distanciamento regional, os Países Baixos integram a OTAN. O governo pretende abordar a evolução da política de segurança do Árctico principalmente no âmbito da Aliança Atlântica, cujos membros incluem países do Ártico (Países Baixos 2021).

A b não possui uma política governamental voltada para o Ártico, no entanto o debate de crise climática é ativo, tendo em vista que é um país fortemente afetado pelo fenômeno. Junto a isso, possui relações econômicas e diplomáticas fortes com a Rússia e com a China, já que a cooperação estratégica aumentou, assim como os exercícios militares conjuntos.

O b é um membro observador do Conselho do Ártico desde a sua primeira reunião, e é um ator ativo no tópico ambiental e securitário em organizações regionais e em colaboração com Estados Árticos e observadores do Conselho para promover padrões ambientais elevados, segurança marítima e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Além de

possuir um documento oficial de políticas para o Polo Norte, o intitulado "Olhando para o Norte: O Reino Unido e o Ártico O Quadro Político do Reino Unido para o Ártico", também publicou um documento de diretrizes especificamente para o setor securitário: "Contribuição de Defesa do Reino Unido no Extremo Norte". As principais áreas de interesse estratégico do Reino Unido no Ártico incluem segurança, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico responsável e cooperação científica (Reino Unido 2023).

A **Federação Russa** é uma das nações que cercam o mar do Ártico, estando diretamente envolvida nas pautas de securitização regional. A Rússia por muitas vezes colaborou com os integrantes do Conselho do Ártico em uma série de programas de desenvolvimento e treinamento, no entanto, o país causa tensionamento na região dada a sua rivalidade crescente com a OTAN. De acordo com o último documento de políticas para o Ártico emitido – "Conceito de Política Externa da Federação da Rússia", as metas russas incluem a proteção da soberania e estabilidade, a contribuição para preservação ambiental e do desenvolvimento cível, defender os interesses nacionais dentro e fora de seu território, incentivar cooperação e neutralizar interesses de nações de alcançar o domínio militar global (Rússia 2023).

O **Reino da Suécia** é um dos oito países-membros do Conselho do Ártico, estando no debate central. O documento "Estratégia da Suécia" para a região do Ártico, de 2020, possui atualizações em relação às políticas anteriores vigentes, como a de 2011, que não abordava profundamente os aspectos militares. O documento trata do zelo pela paz e estabilidade, mas reconhece o potencial para conflitos militares resultantes das tensões

internacionais e atividades militares na região. Isso leva a um reforço da capacidade militar no norte da Suécia para lidar com possíveis crises e incidentes que poderiam escalar para conflitos armados. Em 2024, a Suécia entrou para a OTAN, junto da Finlândia, decisão que foi fortemente influenciada pelas investidas russas na Ucrânia.

A **República da Turquia** não é um dos países membro do Conselho do Ártico, mas demonstra crescente interesse pelo tópico. O interesse turco no Ártico é impulsionado por diversos fatores, incluindo colaboração internacional em negócios e diplomacia científica, preocupações com mudanças climáticas e meio ambiente, oportunidades econômicas e segurança. Além disso, a Turquia tem interesse no acesso a hidrocarbonetos e minerais, por ser dependente da importação de petróleo, gás e minerais, oferecendo potenciais novas fontes de suprimento e oportunidades para a indústria naval turca. (Limon 2020).

Inicialmente, a **Ucrânia** não seria um ator influente nos debates em relação ao Ártico. No entanto, desde o início das investidas militares russas dentro do território, em 2022, a situação no país se tornou a principal fonte de tensão entre os países membros do Conselho do Ártico, visto que muitos são países-membros da OTAN. A participação de alguns destes países no conflito – seja diretamente ou com apoio e financiamento – deteriorou relações econômicas e diplomáticas. As atividades militares russas aumentaram em decorrência das atividades, inclusive na região russa do Ártico.) Membros do Conselho boicotaram reuniões, interrompendo projetos sobre mudanças climáticas e perfuração de petróleo. A militarização russa na região levanta preocupações de segurança para estados europeus e fortalece a presença da China (Cunningham 2024).

6. QUESTÕES A PONDERAR

1) Quais as relações bilaterais/multilaterais já existentes do país com os Cinco do Ártico ou com os membros do Conselho do Ártico que podem influenciar nas decisões?

2) Como reunir medidas que visem proteger o meio ambiente e, ao mesmo tempo, investir em projetos que só se concretizarão caso a rota pelo centro do Oceano Ártico abra?

3) Como aliviar as tensões securitárias decorrentes da militarização do espaço Ártico?

4) Quais os possíveis caminhos da comunidade internacional em avançar na abertura das novas rotas do Ártico, sem comprometer por completo os meios ecológicos da região e a soberania de cada país?

5) Quais são os desdobramentos diretos e indiretos que essas novas rotas polares podem significar no curto e longo prazo para a geopolítica internacional e para o país?

6) Como garantir os interesses internacionais de diversos atores, e ao mesmo tempo sustentar uma segurança internacional no Ártico?

REFERÊNCIAS

Alemanha. n.d. "Germany's Arctic Policy Guidelines Assume Responsibility, Seize Opportunities." https://www.arctic-office.de/fileadmin/user_upload/www.arctic-office.de/PDF_uploads/Germanys_Arctic_policy_guidelines.pdf.

Aliyev, Nurlan. 2022. "Russia's Icebreakers, North Sea Route, and Invasion of Ukraine". Ponars Eurasia. https://www.ponarseurasia.org/wp-content/uploads/2022/09/Pepm797_Aliyev_Sept2022.pdf

Arctic Council. Declaration on the Establishment of the Arctic Council. Arctic Council Library. 1996

Best, Britney, and Tina Park. 2021. "Understanding Japan's Interests in the Arctic Region: A Literature Review." https://www.naadsn.ca/wp-content/uploads/2021/05/Best-Park-Suggested-Readings.pdf.

Brasil. Decreto n° 99.165, de 12 de Março de 1990 - Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Diário Oficial da União - Seção 1 - Página 5169 (Publicação Original), 1990. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html (acesso em 19 de Junho, 2024).

———. Decreto legislativo n° 45, de 1968. Conferência sobre o Direito do Mar. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1960-1969/decretolegislativo-45-15-outubro-1968-346852-publicacaooriginal-1-pl.html

Brazil May Become the First Country from the Southern Hemisphere to Enter the Arctic." 2019. High North News. March 22, 2019. https://www.highnorthnews.com/en/brazil-may-become-first-country-southern-hemisphere-enter-arctic.

Canada. 2017. "Arctic and Northern Policy Framework: Safety, Security, and Defence Chapter." Rcaanc-Cirnac.gc.ca. 2017. https://www.rcaanc-cirnac.gc.ca/eng/1562939617400/1562939658000.

———. 2024 "Strong, Secure, Engaged: Canada's Defence Policy" https://www.canada.ca/en/department-national-defence/corporate/policies-standards/canada-defence-policy.html

Cepinskyte et al. 2021. "Arctic Security Environment in Flux: Mitigating Geopolitical Competition through a Military-Security Dialogue." The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies. The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies. February 11, 2021. https://www.thearcticinstitute.org/arctic-security-environment-flux-mitigating-geopolitical-competition-military-security-dialogue/.

China. 2018. "China's Arctic Policy | English.scio.gov.cn." 2024. Scio.gov.cn. 2024. http://english.scio.gov.cn/node_8002680.html.

———. The State Council Information Office of the People's Republic of China. "China's Arctic Policy". 05070218. Xinhua: primeira edição, Janeiro de 2018, https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm (18 de Junho, 2024).

Cunningham, Alan. 2024. "Shifting Ice: How the Russian Invasion of Ukraine has changed the Arctic Circle Governance and the Arctic

Council's Path Forward". The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies, 14 de Maio, 2024. https://www.thearcticinstitute.org/shifting-ice-russian-invasion-ukraine-arctic-circle-governance-arctic-councils-path-forward/

Edvardsen, Astri. 2022. "The Government Increases Sea, Land, and Intelligence Activity in the North". High North News. https://www.highnorthnews.com/en/government-increases-sea-land-and-intelligence-activity-north

Estados Unidos, 2022. National Strategy for the Arctic Region. https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/National-Strategy-for-the-Arctic-Region.pdf

———. Quartel General, Departamento do Exército. James C. McConville General e Ryan D. McCarthy. 3. 19 de Janeiro, 2019 https://api.army.mil/e2/c/downloads/2021/03/15/9944046e/regaining-arctic-dominance-us-army-in-the-arctic-19-january-2021-unclassified.pdf (acesso em 18 de junho, 2024).

Fabian, Emaniuel. "Israel Signs Landmark Deal to Sell David's Sling Air Defense System to Finland." 2023. Timesofisrael.com. 2023. https://www.timesofisrael.com/israel-signs-landmark-deal-to-sell-davids-sling-air-defense-system-to-finland/

Fakhoury, 2023. "Brazil in the Arctic Council: Not as Crazy as It Sounds." The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies. The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies. February 7, 2023. https://www.thearcticinstitute.org/brazil-arctic-council-not-crazy-sounds/.

França, OTAN. Regional Perspectives Report On the Arctic. Strategic Foresight Analysis. André Lanata General, French Air and Space Force. Virginia, USA. 2021, https://www.act.nato.int/wp-content/uploads/2023/05/regional-perspectives-2021-04.pdf (acesso em 10 de junho, 2024).

———. The Arctic Institute. 2016. "France." The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies. The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies. May 15, 2016. https://www.thearcticinstitute.org/country-backgrounders/france/.

Gorbachev, Mikhail. 1987. Discurso em Murmansk. https://www.barentsinfo.fi/docs/Gorbachev_speech.pdf

Gricius, Gabriella. 2021. "Geopolitical Implications of New Arctic Shipping Lanes". The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies, 18 de Março, 2021. https://www.thearcticinstitute.org/geopolitical-implications-arctic-shipping-lanes/

Gronholt-Pedersen e Fouche. 2022. "Russia has more Arctic bases than NATO - why it matters". Reuters. https://www.reuters.com/graphics/ARCTIC-SECURITY/zgvobmblrpd/

Havnes, Heljar, Seland, Johan Martin. 2019 "The Increasing Security Focus in China's Arctic Policy". The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies, 16 de Julho, 2019. https://www.thearcticinstitute.org/increasing-security-focus-china-arctic-policy/

Heier, Erlend. 2024. "Exploring Nine Years of US-Russian Rivalry: Has Russia's 2022-War Made the High North Less Stable?". The Arctic

Institute - Center for Circumpolar Security Studies, 13 de Fevereiro, 2024. https://www.thearcticinstitute.org/exploring-nine-years-us-russian-rivalry-russias-2022-war-made-high-north-less-stable/

Hossain, Kamrul. 2019. "China's BRI expansion and great power ambition: The Silk Road on the ice connecting the Arctic". Cambridge Journal of Eurasian Studies 3 (janeiro): 1–15. https://doi.org/10.22261/CJES.F3OSGP.

"Iceland's Policy on Matters Concerning the Arctic Region Parliamentary Resolution 25/151." 2021. https://www.government.is/library/01-Ministries/Ministry-for-Foreign-Affairs/PDF-skjol/Arctic%20Policy_WEB.pdf.

Islândia. "A Parliamentary Resolution on Iceland's Arctic Policy." n.d. https://www.government.is/media/utanrikisraduneyti-media/media/nordurlandaskrifstofa/A-Parliamentary-Resolution-on-ICE-Arctic-Policy-approved-by-Althingi.pdf.

"Israel (ISR) Exports, Imports, and Trade Partners | the Observatory of Economic Complexity." 2022. The Observatory of Economic Complexity - OEC. 2022. https://oec.world/en/profile/country/isr.

Italia, 2015. "STRATEGIA ITALIANA per L'ARTICO VERSO UNA STRATEGIA ITALIANA per L'ARTICO LINEE-GUIDA NAZIONALI MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI." https://www.esteri.it/mae/resource/doc/2019/11/verso_una_strategia_italiana_per_lartico__linee_guida_nazionali.pdf.

Jonassen, Trine. 2022. "Norwegian Government Proposes NOK 3 Billion to the Armed Forces". High North News. https://www.highnorthnews.com/en/norwegian-government-proposes-nok-3-billion-armed-forces

Kuersten, Andreas. 2016. "The Arctic Five Versus the Arctic Council". Arctic Yearbook. https://arcticyearbook.com/arctic-yearbook/2016/2016-briefing-notes/205-the-arctic-five-versus-the-arctic-council#:~:text=The%20Arctic%20Five%20is%20the,the%20states%20that%20comprise%20it

Lemazhapov et al., 2023. "China's Polar Silk Road: Long Game or Failed Strategy?" The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies. The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies. November 14, 2023. https://www.thearcticinstitute.org/china-polar-silk-road-long-game-failed-strategy/.

Lewis, Maria de F. G. Pedroso. 2023. "Rota da Seda Polar". Observador, 19 de Março, 2023. https://observador.pt/opiniao/rota-da-seda-polar/

———. 2023. "Rota da Seda Polar". Observador, 19 de Março, 2023. https://observador.pt/opiniao/rota-da-seda-polar/

———. 2018. "Do Ártico Estático ao Ártico Dinâmico". Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.

Limon, Onur. n.d. "Arctic Interests and Policy of Turkey: Dilemmas, Approaches and Initiatives." https://arcticyearbook.com/images/yearbook/2021/Scholarly-Papers/9_AY2021_Limon.pdf.

Martins, Cosma C. Borges. 2020. "Direito do Mar: Convenção de Montego Bay e a Constituição Federal de 1988." JusBrasil, 2020.

https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direito-do-mar-convencao-de-montego-bay-e-a-constituicao-federal-de-1988/872379362

Martinussen, 2024. "Canada's New Billion-Dollar Defense Investment: Strong Arctic Focus." 2024. High North News. April 15, 2024. https://www.highnorthnews.com/en/canadas-new-billion-dollar-defense-investment-strong-arctic-focus#:~:text=Canada's%20government%20has%20announced%20a,presence%20in%20the%20Arctic%20region.

Minas, Estado de. 2022. "Militarização russa do Ártico é um 'desafio estratégico', diz secretário da Otan". Estado de Minas. 26 de agosto de 2022. https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2022/08/26/interna_internacional,1389356/militarizacao-russa-do-artico-e-um-desafio-estrategico-diz-secretario-da.shtml.

Petersen, Michel B. e Pincus, Rebecca. 2021. "Arctic Militarization and Russian Military Theory". Foreign Policy Research Institute. https://www.fpri.org/article/2021/06/arctic-militarization-and-russian-military-theory/

Policy Framework for the Promotion of Arctic Activities of the Republic of Korea 2018-2022. Korea Polar Portal. 2018. https://www.koreapolarportal.or.kr/data/Policy_Framework_for_the_Promotion_of_Arctic_Activities_of_the_Republic_of_Korea-2018-2022.pdf

Rei, Fernando, Farias, Valeria Cristina. 2015. "O grande jogo do Ártico: reflexões com base na perspectiva de exploração econômica à tutela ambiental". Revista de Direito Internacional, Brasília v. 12 (1): 186-199, 2015. https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/98687

Sam-Aggrey, Gunhild Hoogensen Gjørv, Marc Lanteigne, Horatio, org. 2020. Routledge Handbook of Arctic Security. London: Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315265797.

Samuilov, Valery M., Elena Y. Kuznetsova, Ludmila V. Gashkova, Tatiana A. Kargapoltseva, e Kiril D. Serov. 2022. "Development of the Northern Sea Route on the Route Murmansk-Vladivostok-Shanghai (China)". Transportation Research Procedia, XII International Conference on Transport Infrastructure: Territory Development and Sustainability (TITDS-XII), 61 (janeiro): 46–53. https://doi.org/10.1016/j.trpro.2022.01.008.

Savers, Green. 2024. "Guerra na Ucrânia implica que não estejamos a receber da Rússia dados exatos sobre o degelo no Ártico". Greensavers, 24 de Janeiro, 2024. https://greensavers.sapo.pt/guerra-na-ucrania-implica-que-nao-estejamos-a-receber-da-russia-dados-exatos-sobre-o-degelo-no-artico/

Schaller, Benjamin. 2019. "The Forgotten Spirit of Gorbachev". Arctic Yearbook. https://arcticyearbook.com/arctic-yearbook/2019/2019-commentaries/326-the-forgotten-spirit-of-gorbachev

Sgroi, Maurizio. 2018. "Il dilemma russo della Polar Silk Road cinese". TheWalkingDebt, 30 de Julho, 2018. https://thewalkingdebt.org/tag/ferrovia-di-belkomur/

Singh, Sinderpal. 2023. "CO23125 | India, Russia, and the Northern Sea Route: Navigating a Shifting Strategic Environment". RSiS, 5 de setembro, 2023. https://www.rsis.edu.sg/rsis-publication/idss/india-russia-and-the-northern-sea-route-navigating-a-shifting-strategic-environment/

Soares de Oliveira, César & Assis, Renan. 2017. "Há alternativas no norte: as rotas marítimas no oceano ártico e suas influências no comércio exterior brasileiro". Scientific Figure on ResearchGate, 17 de Novembro, 2017. https://www.researchgate.net/figure/Figura-02-Os-mares-do-Oceano-Artico-e-suas-rotas-maritimas_fig2_346023634.

Solski, Jan Jakub. 2022. "In the Fog of War: Russia Raises Stakes on the Russian Arctic Straits". The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies. 22 de setembro, 2022. https://www.thearcticinstitute.org/fog-war-russia-raises-stakes-russian-arctic-straits/.

———. 2020. "New Russian Legislative Approaches and Navigational Rights within the Northern Sea Route", The Yearbook of Polar Law Online 12, 1 (2020): 228-250, doi: https://doi.org/10.1163/22116427_012010015

Suhag, Vikram. 2022. "India's Arctic Security Dimension: 'Thought through' or 'a Remedial Process to Address an Insecurity'". The Arctic Institute - Center for Circumpolar Security Studies. 22 de fevereiro, 2022. https://www.thearcticinstitute.org/india-arctic-security-dimension-thought-through-remedial-process-address-insecurity/.

"The Kingdom of Denmark." 2023. Arctic Council. 2023. https://arctic-council.org/about/states/denmark/.

Adeyanju. "Insights – GlobalClimateRisks Platform." 2022. Globalclimaterisks.org. 2022. https://globalclimaterisks.org/insights/.

The Republic of Korea in the Arctic. [s.l: s.n.]. <https://www.naadsn.ca/wp-content/uploads/2023/07/23-June-ROK-Policy-Brief.pdf>.

The Watch. 2024. Canada continues to revitalize its Arctic naval fleet. https://thewatch-journal.com/2024/02/12/canada-continues-to-revitalize-its-arctic-naval-fleet/

Think Arctic. Prospects for BRICS Cooperation on Sustainable Development in the Arctic. 2024. https://as.arctic-russia.ru/upload/docs/2023/think-arctic-report-brics-eng.pdf

Wassmann, P., and M. Reigstad. 2011. Future Arctic Ocean seasonal ice zones and implications for pelagic-benthic coupling. Oceanography, 220–231, http://dx.doi.org/10.5670/oceanog.2011.74.

Weber, Joachim, org. 2020. "Handbook on Geopolitics and Security in the Arctic: The High North Between Cooperation and Confrontation. Frontiers in International Relations". Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-45005-2.

Wezeman, Siemon T. "Military Capabilities in the Arctic: a new Cold War in the High North?". Stockholm International Peace Research Institute. https://www.sipri.org/publications/2016/sipri-background-papers/military-capabilities-arctic.

"What is the Arctic?" BarentsWatch. 2023. https://www.barentswatch.no/en/articles/what-is-the-arctic/

CDHNU

ufrgs mun 2024



CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS (CDHNU)

\

A proteção de populações indígenas ameaçadas

Angelica Razza[69]
Lucas Augusto Hendler Soares[70]
Mahara da Silva Ribeiro[71]

RESUMO

Em 2008, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, foi promulgada a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, documento que ressalta a vital importância dessas comunidades na preservação do meio ambiente e enfatiza a obrigação da comunidade internacional em garantir o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais dessas populações. Diante da evidente relevância da discussão sobre a proteção das populações autóctones que enfrentam ameaças, nosso objetivo com esse Guia de Estudos será apresentar o contexto histórico da luta por direitos dos povos indígenas em particular dos Yanomami, Inuit e Curdos. Essas três populações autóctones foram escolhidas porque, apesar das diferenças regionais, históricas e culturais, elas estão relacionadas por tais desafios, como pela falta de proteção de seus territórios, o que incide na escassez de políticas voltadas a seus modos de vida, culturas e formas de se organizar socialmente. Em segundo lugar,

[69]Estudante de Ciências Internacionais e Diplomáticas na Università di Bologna (UNIBO) e Diretora-Assistente do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU).
[70]Estudante de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU).
[71]Estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU).

será tratado o panorama atual dentro do contexto do direito internacional, abordando-se ainda, as posições dos países participantes da simulação em questão. Dessa forma, o objetivo deste Guia é promover uma base de conhecimentos para que os delegados possam encontrar soluções a longo prazo para a proteção destas populações, levando em consideração que este tópico entrelaça-se com outros problemas que assolam severamente a vida desses povos, como os impasses trazidos com as mudanças climáticas, a transgressão dos direitos humanos e a violação da autodeterminação desses povos.

1 INTRODUÇÃO

Os povos originários são os habitantes nativos de uma região ou país. A proteção das populações autóctones ameaçadas é um assunto de fundamental importância na política interna de diversos Estados, assim como nas relações internacionais, pois apesar de serem considerados os guardiões das florestas, ocupando e protegendo grande parte da biodiversidade terrestre, enfrentam desafios significativos pela sobrevivência diante da violação de seus direitos e os impactos das mudanças climáticas nos seus territórios. Esses povos desempenham um papel crucial como guardiões da natureza, representando a conexão íntima entre o homem e a terra, uma vez que seus conhecimentos e culturas contribuem significativamente para o desenvolvimento sustentável do meio ambiente. As dificuldades enfrentadas por esses povos têm raízes históricas profundas. Alguns dos desafios que as populações autóctones enfrentam são seculares, como a luta pela preservação de suas terras diante da expropriação por outros atores.

Este guia tratará com maior profundidade a questão do povo Yanomami, que, após séculos de lutas contra os colonizadores, continuam ameaçados pelo desmatamento e garimpo ilegal dentro do território brasileiro. Posteriormente, será abordado os desafios enfrentados pelo povo Curdo, nas regiões do Oriente Médio, que além de enfrentar os problemas ambientais daquela área, vive constantemente sob pressão dos governos da região, resistindo corajosamente a tal tentativa de assimilação pelos Estados e esforçando-se para criar um Estado único —o Curdistão. Por fim, será apresentado à população Inuit. Essa população enfrenta desafios relacionados à as mudanças climáticas, encarando a possibilidade de perder seu território diante do aquecimento global e o derretimento do gelo que sustenta seu modo de vida.

Seguidamente, o guia irá esclarecer as questões relacionadas à proteção dos povos e das culturas indígena, trazendo um aprofundamento histórico sobre estes tópicos. Em seguida, serão tratados casos específicos de algumas populações autóctones para melhor visualizar o assunto. Na sequência, serão examinados o panorama jurídico e os problemas que às vezes surgem na aplicação do direito internacional.

À vista disso, serão apresentados as ações internacionais prévias sobre como esses grupos desfavorecidos podem ser auxiliados diante da colaboração internacional, bem como dos os desafios enfrentados por essas populações e as consequências ambientais, caso elas não sejam protegidas, uma vez que a proteção das populações autóctones é um tema central nos direitos humanos. Desta forma, este guia visa proporcionar uma visão abrangente e detalhada sobre a proteção de tais povos, como também de suas lutas históricas e a importância da preservação de

suas etnias para o equilíbrio do meio ambiente e de seus direitos como povos originários.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

Esta seção explora o histórico de construção do problema relativo aos direitos humanos dos povos indígenas e autóctones. Nesta visão geral abrangente, inicia-se a apresentação a partir da discussão da definição etimológica do conceito que é objeto deste guia. A seguir, traça-se a história e a evolução dos direitos dos povos indígenas no contexto do direito internacional.

A discussão remonta ao século XVI, quando teólogos espanhóis começaram a desenvolver teses sobre a relação legal e moral entre exploradores, colonizadores e povos indígenas, reconhecendo estes últimos como comunidades autodeterminadas detentoras de direitos sob a ótica do direito natural. Considerando séculos de opressão e marginalização até a busca por legitimação e garantia de direitos em fóruns multilaterais, os povos autóctones enfrentam desafios significativos em relação ao desapossamento de suas terras ancestrais e à privação de seus direitos políticos.

O texto segue apresentando os desenvolvimentos em direitos humanos no século XX que proporcionaram um ponto de apoio crucial para os povos indígenas no direito internacional, ampliando o alcance dos direitos e moderando a doutrina da soberania. A mobilização internacional dos povos indígenas ganhou força a partir da Conferência da ONU sobre a Discriminação das Comunidades Indígenas em 1977, que não apenas ajudou a formar uma identidade indígena comum, mas também estabeleceu as bases para uma cooperação futura na reivindicação de direitos. A

criação de uma rede mundial permitiu que os povos indígenas apresentassem suas demandas em fóruns internacionais e pressionassem seus estados de origem por reconhecimento e proteção.

2.1 Definição para o Conceito de Povos Autóctones ou Indígenas

Reconhece-se a presença de povos indígenas ou autóctones em todo o mundo – do Ártico às extremidades das Américas, África e Ásia (United Nations 2013). E nas últimas três décadas, os direitos dos povos indígenas emergiram como um elemento essencial no direito e na política internacional, esse progresso é fruto de um movimento liderado por povos indígenas, organizações da sociedade civil, mecanismos internacionais e Estados, atuando em níveis nacionais, regionais e globais.

Contudo, apesar do crescimento da relevância no contexto dos debates a respeito do tópico —com especial ênfase na temática dos Direitos Humanos a partir da primeira década dos anos 2000— não há ainda uma definição autoritativa estabelecida por qualquer tratado, declaração ou resolução que estabeleça o conceito de povos indígenas ou autóctones de forma explícita (United Nations 2013; Mazel 2009; United Nations Development Group 2009). Fato que se torna um problema, dado que esta indefinição sobre o que o direito internacional reconhece como povos autóctones ou indígenas se constitui como questão controversa, pois permite, em certa medida, que diferentes Estados interessados utilizem de modo leviano políticas que garantam direitos aos povos autóctones.

O que se percebe é a adoção, por parte dos organismos e agentes internacionais, de um amplo conjunto de características gerais utilizadas nos documentos adotados para delinear um conjunto de qualidade capazes de definir um povo ou indivíduo como autóctone. Entre as principais fontes para as chamadas "definições de trabalho" para Povos Autóctones ou Indígenas podemos citar a "Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho" (conhecida como ILO 169), de 1989; o "Study of the Problem of Discrimination Against Indigenous Populations", de 1986; e a "Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007)"(a UNDRIP).

Outro exemplo que contribui na compreensão é abordado no Study of the Problem of Discrimination Against Indigenous Populations, o autor José Martinez Cobo (1986. 29), no qual definiu os povos, comunidades ou nações indígenas como

> [...] aqueles que, tendo uma continuidade histórica com as sociedades pré-invasão e pré-coloniais que se desenvolveram nos seus territórios, se consideram distintos de outros setores das sociedades que hoje prevalecem nesses territórios, ou em partes deles. Constituem atualmente setores não dominantes da sociedade e estão determinados a preservar, desenvolver e transmitir às gerações futuras os seus territórios ancestrais e a sua identidade étnica, como base da sua existência contínua como povos, de acordo com os seus próprios padrões culturais, sociais instituições e sistemas jurídicos. [72]

[72] No original: "Indigenous communities, peoples and nations are those which, having a historical continuity with pre-invasion and pre-colonial societies that developed on their territories, consider themselves distinct from other sectors of the societies now

Entretanto, Wiessner (1999) expôs algumas deficiências na definição fornecida por Cobo (1986). Em primeiro lugar, aponta-se que o atrelamento da condição de autóctone ou indígena à colonização ou invasão pode excluir comunidades que enfrentam opressão de sociedades vizinhas dominantes. Em segundo lugar, a ênfase da atribuição da condição àqueles que preservaram suas terras ancestrais pode inadvertidamente excluir indivíduos que foram deslocados à força de suas terras e agora residem em áreas urbanas.

Por sua vez, a Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (ILO 169) propõe sua aplicação a partir de uma definição mais abrangente que distingue, mas abarca "povos tribais" e povos indígenas. Esta ampliação do escopo de aplicação buscou superar, em algum grau, o vínculo da condição de indígena com a colonização, adicionando também àqueles que possam ter tido seus espaços dominados por povos ou comunidades vizinhas (Mazel 2009).

Nesse sentido, pode-se dizer que a ILO 169 (Artigo 1º) designou como povos tribais aqueles que "têm condições sociais, culturais e econômicas distintas de outros sectores da comunidade nacional, e cujo estatuto é regulado total ou parcialmente pelos seus próprios costumes ou tradições ou por leis ou regulamentos

prevailing in those territories, or parts of them. They form at present non-dominant sectors of society and are determined to preserve, develop and transmit to future generations their ancestral territories, and their ethnic identity, as the basis of their continued existence as peoples, in accordance with their own cultural patterns, social institutions and legal systems (Cobo 1986, 29)".

especiais"[73]. E como povos indígenas aqueles que assim são considerados

> [...] devido à sua descendência das populações que habitavam o país, ou uma região geográfica a que o país pertence, no momento da conquista ou colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras do Estado e que, independentemente do seu estatuto jurídico , retêm algumas ou todas as suas próprias instituições sociais, económicas, culturais e políticas.[74]

A ILO 169 destacou também o critério de auto-identificação como fundamental para definição de determinada comunidade ou população como indígena.

Por fim, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) declara em seus artigos 9 e 33 que os povos e indivíduos indígenas têm o direito de pertencer a uma comunidade ou nação indígena, de acordo com as tradições e costumes da comunidade ou nação em questão, e que têm o direito de determinar sua própria identidade. Dessa forma, percebe-se que a declaração mais recente reafirma questões comuns a outras caracterizações anteriores como a ancestralidade, o vínculo com o

[73] No original: "[...] whose social, cultural and economic conditions distinguish them from other sections of the national community, and whose status is regulated wholly or partially by their own customs or traditions or by special laws or regulations;"

[74] No original: "[...] who are regarded as indigenous on account of their descent from the populations which inhabited the country, or a geographical region to which the country belongs, at the time of conquest or colonization or the establishment of present state boundaries and who, irrespective of their legal status, retain some or all of their own social, economic, cultural and political institutions."

território e as distinções culturais, linguísticas e de crenças (United Nations 2013).

2.2 História dos Direitos dos Povos Indígenas no Direito Internacional

A busca de movimentos indígenas por legitimação e garantia de direitos em fóruns multilaterais é o resultado de um longo período de supressão de acesso a necessidades legais básicas. Durante muitos séculos, os povos indígenas enfrentaram uma situação desoladora devido ao desapossamento de suas terras ancestrais, à privação de seus direitos políticos e à marginalização social. Além de serem despojados de suas terras, foram estigmatizados como sociedades atrasadas que necessitavam ser assimiladas à sociedade dominante, em um processo que resultou na repressão das características culturais, linguísticas, religiosas e étnicas distintas dos grupos indígenas (Göcke 2013).

A preocupação com questões relativas aos indígenas no direito internacional remontam aos primórdios desta disciplina ainda no século XVI. Neste período, teólogos espanhóis que tratavam do que se chamava de "direito natural" desenvolveram teses a respeito da relação legal —e moral— entre exploradores, colonizadores e os povos indígenas. Estes pensadores sustentavam que os povos autóctones se constituíam como comunidades autodeterminadas, que detinham suas próprias terras e direitos sob a ótica do direito natural (Mazel 2009; Thornberry 2013) —sendo, dessa forma, sujeitos de direito internacional.

Esta visão de direito internacional pautada por noções de direito natural não foi privilegiada —especialmente pelos Estados

Europeus— com o passar do tempo. Com a emergência do direito internacional caracterizado por atributos positivistas que culminou, durante o século XIX, na emergência de um regime internacional eurocêntrico, passou-se a privilegiar os Estados com a exclusividade do "fazer internacional" limitando a capacidade de atores não-estatais de agirem em prol da obtenção de direitos (Wiessner 1999). Assim, segundo Mazel (2009, 141):

> Aos povos indígenas foi negada a condição de Estado e passaram a ser abrangidos pelo direito interno dos seus Estados sucessores, que eram imunes à interferência de outros Estados. Aplicando-se a nível nacional e internacional, a visão positivista do direito forneceu uma racionalização para os Estados colonizadores justificarem legalmente a aquisição do território dos povos indígenas e a negação de seus direitos.[75]

Neste contexto, a condição de ausência de Estado para os povos indígenas forneceu as bases necessárias para a ocupação colonial de áreas de acordo com a doutrina da "terra de ninguém" que proporcionou aos colonos a aquisição de terras sem ônus ou reparações (Mazel 2009). No início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial e com o surgimento da Liga das Nações, grupos indígenas tentaram se integrar à comunidade internacional ou, pelo

[75] No original: "Indigenous peoples were denied statehood and came within the ambit of the domestic law of their successor states, which were immune from the interference of other states.15 Applying domestically and internationally, the positivist view of law provided a rationalisation for colonising states to legally justify the acquisition of Indigenous peoples' territory and the denial of their rights." (Mazel 2009, 141).

menos, assegurar a legitimidade de alguns de seus direitos em um contexto de renovação do Sistema Internacional pela Paz.

Nesse sentido, tem-se como exemplo o caso do chefe iroquês Deskaheh, líder nativo da região nordeste do continente norte-americano, que buscava um espaço para sua nação na Liga das Nações, e do líder maori, Tahupōtiki Wiremu Rātana, , nativo das regiões do continente oceânico, que viu na Liga uma forma de garantir o cumprimento de um tratado entre seu povo e a Nova Zelândia, ambos ignorados (Marques 2010). Ademais, casos levados a Cortes Internacionais à época, reforçaram teses positivistas eurocêntricas ao reafirmar a não-condição dos povos indígenas como sujeitos de direito ou mesmo – como no caso Legal Status of Greenland e dos Inuítes da Groenlândia – de não reconhecer o direito de ser ouvido em procedimentos legais (Mazel 2009; Wiessner 1999). Nesse cenário, definia-se o status de invisibilidade dos grupos indígenas no direito internacional.

A expansão da participação de povos, comunidades e nações indígenas no sistema multilateral se deu apenas, segundo Mazel (2009, 142) a partir do início da "Era dos Direitos Humanos". Este momento de virada no direito internacional se deu após o fim da Segunda Guerra Mundial e das atrocidades associadas ao conflito. Passou-se então a se promover um discurso de direito internacional que pensava os direitos dos seres humanos e limita progressivamente a discricionariedade dos Estados no que tange às condutas de tratamento dos indivíduos – em especial no âmbito das Nações Unidas (ONU)(Mazel 2009).

A Carta da ONU reconhece a importância fundamental dos Direitos Humanos e do direito à autodeterminação, o que transformou a maneira como entidades estatais e não estatais

discutem temas como os direitos dos povos indígenas. Embora a Organização limite sua membresia a Estados, ela permite a participação de organizações e representações não estatais em processos deliberativos e consultivos, especialmente no Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Com base nos princípios de promoção e incentivo ao respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que complementam a preocupação com a paz e segurança internacional, a Carta da ONU, em seu Artigo 68, estabelece que o ECOSOC deve criar comissões funcionais em diversos campos. Um resultado significativo dessa determinação foi a criação da Comissão de Direitos Humanos, em 1946, e, mais recentemente, em 2000, o Fórum Permanente para Questões Indígenas (Thornberry 2013). Ainda em 1947, segundo Marques (2010, 519):

> [...] as Nações Unidas aprovavam, no âmbito de seu Conselho Econômico e Social, a criação da Subcomissão de Prevenção de Discriminações e Proteção às Minorias, com a finalidade de instrumentalizar a Comissão de Direitos Humanos acerca da situação mundial das minorias raciais, religiosas e linguísticas.

Denúncias relevantes, todavia, só passaram a chegar ao órgão a partir da publicação de outro importante documento. O primeiro instrumento a tratar exclusivamente de povos indígenas foi a Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Populações Indígenas e Tribais (ILO 107). Em 1957, desenvolvida em paralelo ao movimento de descolonização, a Convenção 107 da OIT foi fruto de estudos e reuniões de

especialistas que evidenciaram a vulnerabilidade dos trabalhadores indígenas e buscaram promover a igualdade econômica e social, além da integração com os demais cidadãos do Estado. Embora a convenção possuísse um forte caráter assimilacionista e os direitos fossem atribuídos aos indivíduos das populações indígenas em vez de aos grupos, ela foi significativa ao trazer o reconhecimento dos povos indígenas para a arena internacional (Mazel 2009). A esta convenção, se seguiram outros instrumentos mais generalistas do campo dos Direitos Humanos.

Adotado em 1966, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) não contém artigos específicos sobre direitos indígenas, mas aplica-se às suas preocupações. O artigo 1° do PIDCP reconhece os direitos dos "povos" à autodeterminação, introduzindo a possibilidade de direitos coletivos, embora o Comitê de Direitos Humanos não tenha esclarecido a quem esse artigo se aplica e como as reivindicações podem ser apresentadas adequadamente. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) compartilha o mesmo primeiro artigo do PIDCP, abordando direitos econômicos, sociais e culturais, nos quais os povos indígenas experimentam considerável desvantagem. Por último, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), em vigor desde 1969, protege minorias e indivíduos contra discriminação racial, comprometendo os signatários a introduzir medidas de conformidade e estabelecendo o primeiro mecanismo internacional de monitoramento de tratados de direitos humanos (Mazel 2009; Thornberry 2013).

Os desenvolvimentos em direitos humanos no início a meados do século XX proporcionaram um importante ponto de apoio para os povos indígenas no direito internacional, ampliando

o alcance dos direitos e moderando a doutrina da soberania. Estas proteções generalistas, todavia, não ficaram sem ser questionadas, visto que existia na época um debate expressivo sobre a suficiência para atender às necessidades dos povos indígenas ou ainda a questão de se um documento formulado separadamente se fazia necessário.

Impulsionados pelos esforços de indígenas em colaboração com organizações não governamentais e especialistas independentes, uma série de conferências internacionais e apelos a instituições internacionais ocorreram nos anos 1970. Um ponto de partida crucial para a mobilização internacional dos povos indígenas foi a Conferência da ONU sobre a Discriminação das Comunidades Indígenas, realizada em 1977 em Genebra, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social da ONU. O evento atraiu mais de 150 representantes de grupos indígenas e não só ajudou a formar uma identidade indígena comum, mas também lançou as bases para uma cooperação futura estreita entre os povos indígenas na estipulação e reivindicação de seus direitos (Göcke 2013).

Através do estabelecimento de contatos com comunidades e organizações indígenas em outros países, uma rede mundial foi criada, permitindo que os povos indígenas apresentassem suas demandas a um público internacional amplo, fizessem lobby internacional por seus direitos e pressionassem seus respectivos estados de origem. Como resultado, suas demandas foram cada vez mais acolhidas pela comunidade internacional, e várias organizações internacionais começaram a defender os interesses indígenas. As lutas locais dos grupos indígenas foram, portanto, internacionalizadas, e organizações não governamentais indígenas, como o International Indian Treaty Council em 1974 e o

World Council of Indigenous Peoples em 1975, tornaram-se entidades estabelecidas dentro do sistema da ONU (Mazel 2009; Göcke 2013).

Destas ações, surgiram as iniciativas que levaram à requisição do, mencionado na seção anterior, Study of the Problem of Discrimination Against Indigenous Populations, realizado por José Martínez Cobo (1986). Em concomitante a preparação do supramencionado relatório, criou-se o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da ONU em 1982. Parte significativa do trabalho produzido por tal Grupo veio a constituir, também citada anteriormente, a Convenção ILO 169 (1989) e, mais recentemente, em 2007, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) – a UNDRIP (Mazel 2009).

Estes três instrumentos, junto de outras resoluções do Conselho de Direitos Humanos, serão discutidos com mais profundidade na seção a respeito das Ações Internacionais prévias.

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta seção apresentaremos os obstáculos que algumas populações autóctones enfrentam, como os povos Yanomami presentes no território do Brasil, os Curdos no Oriente Médio e os Inuit ao redor do Ártico. Além disso, também serão abordadas as consequências ambientais que essas populações enfrentam no mundo atual.

3.1 Os Desafios Enfrentados pelas Populações Autóctones Ameaçadas e as Estratégias Necessárias para Protegê-las.

Os povos autóctones enfrentam múltiplas ameaças no século XXI, as quais vão desde a perda de territórios tradicionais a erosão da cultura e do modo de viver, a violência enfrentada de diversas formas pelo Estado, os impactos das mudanças climáticas na sua vivência, a não participação de políticas estatais e a ausência de políticas internacionais efetivas na sua proteção.

Atualmente, as populações originárias ocupam e protegem algumas das áreas com maior biodiversidade do planeta. Aproximadamente 50% da massa terrestre do mundo, com exceção da Antártida, é propriedade ou zona gerida pelos povos indígenas ou comunidades locais. Existem mais de 5.000 populações indígenas no mundo, que representa apenas 6,2% da população global, espalhados por mais de 90 países em todas as regiões, falando mais de 4.000 idiomas diferentes (Amnesty International 2024).

Além disso, embora seus costumes e tradições culturais sejam diferentes, os povos indígenas vivenciam adversidades semelhantes, tendo seus direitos violados sistematicamente pelas autoridades estatais, além de enfrentar níveis de marginalização e discriminação acentuados em comparação com ao resto da população nacional. Essas populações se defrontam seguidamente com o despejo e perda das terras que seus ancestrais habitavam por séculos, bem como o acesso restrito à educação, cuidados básicos de saúde, habitação e a garantia de seus direitos institucionais (Amnesty International 2024).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), essa população têm quase três vezes mais a probabilidade de viver em situação de extrema pobreza em relação aos não-indígenas, além de ter a menor classificação em termos de população carcerária,

analfabetismo e desemprego. Contudo, sua expectativa de vida é até 20 anos menor em comparação com o restante da população (Nações Unidas 2024; Amnesty International 2024).

3.1.1 Povo Autóctone: Yanomami

Como um dos principais problemas enfrentados pela comunidade indígena Yanomami no Brasil, há a ameaça constante da invasão de garimpeiros ilegais, que buscam extrair os recursos provenientes daquela terra, como o ouro, por exemplo. Essas invasões acontecem muitas vezes pela falta de fiscalização contínua nas vias de acesso àquele território (Lima e Vieira 2019).

Segundo Lima e Vieira (2019), há muitos rios, pistas de pouso clandestinas e estradas chegando cada vez mais próxima da região Yanomami, facilitando a entrada de invasores naquela área de proteção indígena. Além disso, com a invasão ilegal de garimpeiros, caçadores, madeireiros e pescadores na região, outro problema que acomete o povo Yanomami é as doenças que esses sujeitos ilegais levam para a comunidade.

No final do século XX, aproximadamente 40 mil garimpeiros invadiram a região, período em que também 20% da população Yanomami foi dizimada por conta da contaminação com agentes patógenos dos quais não possuem algum tipo de imunidade (Lima, Vieira, 2019). Após esse período, no final da década de 90, as invasões diminuíram em razão da pressão internacional e das ações de fiscalização feitas pelos órgãos do governo e pelo Exército, acompanhadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Contudo, no início dos anos 2000, o preço do ouro aumentou, sendo diminuída a fiscalização do

território, o que trouxe o garimpo ilegal de volta (Lima e Vieira 2019).

Desta forma, percebe-se a escassez de ações para reprimir o avanço do garimpo ilegal na região de território Yanomami, como pela instalação de bases de monitoramento, postos de vigilância, patrulha de rios e controle e fiscalização no tráfego de embarcações aéreas, bloqueio de estradas clandestinas e destruição destruição de pontes, interrompimento no fornecimento de internet aos garimpeiros, bem como da identificação das empresas que fornecem tal serviço, assim como o bloqueio definitivo e apreensão e destruição de maquinairias utilizadas ilegalmente contra o território e a população indígena. Assim, é essencial que seja realizada fiscalização e monitoria constante para garantir a efetiva proteção e segurança da população Yanomami expostos e ameaçados pelas atividades garimpeiras em seu território (Molina 2023).

3.1.2 Povo Autóctone: Curdos

Paralelamente ao grupo anterior, o povo curdo também enfrenta desafios e resistências similares, como a luta pelo reconhecimento de seu território. Sendo uma população nativa do Oriente Médio, mais precisamente na região do Curdistão, os curdos buscam ser reconhecidos por diferentes Estados, uma vez que seu território está cercado por áreas de outros países, como do Irã, Iraque, Síria e Turquia, além de estar localizado em uma região montanhosa. Essa região é uma das mais ricas em florestas e água de todo o Oriente Médio e possui inúmeras planícies férteis. Além disso, o povo curdo é uma das etnias autóctones mais antigas da

região (Öcalan 2008).

Paralelamente ao grupo anterior, o povo curdo também enfrenta desafios e resistências similares, como a luta pelo reconhecimento de seu território. Sendo uma população nativa do Oriente Médio, mais precisamente na região do Curdistão, o território desse povo encontra-se cercado por áreas de quatro países diferentes, como é o caso do Irã, Iraque, Síria e Turquia, além de estar localizado em uma região montanhosa que dificulta a definição dos seus espaços. Ainda assim, por estar em uma das regiões mais ricas em florestas e água de todo o Oriente Médio, bem como do expressivo número de e planícies férteis, a região está em constante disputa por domínio (Öcalan 2008).

Desde o século X, a posição estratégica que se encontra o Curdistão é alvo de interesses pelos países vizinhos da região devido aos recursos naturais que ela possui, sendo alvo de ataques e saques por esses países fronteiriços. Assim, diante de inúmeros abalos organizacionais que a população sofreu por parte dos interesses de Estados vizinhos, a população curda sofre com esses problemas sociais, refletindo no seu atraso social de desenvolvimento, que ainda hoje mantêm estruturas feudais, produto dessas relações de poder (Öcalan 2008).

Assim, de acordo com Öcalan (2008) um dos problemas enfrentados por esta população diante das potências vizinhas (i.e. Turquia, Iraque, Irã e Síria), é a negação de sua existência como grupo étnico, uma vez que os países não permitem que os curdos falem seu próprio idioma, além de não estarem aptos a praticar seus ritos culturais e de origem. Desta forma, os direitos dessa população se encontram violados, uma vez que as potências dominantes da região tentam assimilar essas populações, com

objetivo de apagar as origens desta população, conforme Öcalan (2008):

> Um povo ao qual o uso de sua língua materna é proibido tem tendência a deixar de valorizar suas características de origem, sejam elas étnicas, geográficas ou culturais. Sem o elemento unificador da língua, a característica unificadora das idéias coletivas também desaparece. Privados de base comum, as conexões e os conceitos coletivos separam-se e perdem-se. Conseqüentemente, a língua e a cultura hegemônica ganham terreno entre os grupos étnicos conquistados. Forçados a utilizar a língua predominante, o resultado é um desprestígio da língua nativa até que esta última tornar-se irrelevante. Este processo é ainda mais rápido quando a língua nativa não é uma língua literária, como é o caso da língua curda. (Öcalan 2008, 20).

Posto isso, conforme Öcalan (2008), os problemas curdos enfrentados pelos governos dos Estados vizinhos devem ser enfrentados por meio de uma solução isenta de aspirações nacionalistas e que reconheça as fronteiras nacionais existentes. A população curda sofre, desta maneira, com a recorrente discriminação e supressão dos seus direitos civis pelos países vizinhos, uma vez que estes não reconhecem sua autonomia e soberania como população nativa da região do Curdistão (Pícoli et al. 2020).

À vista disso, o povo curdo apenas exige que sua existência seja respeitada, tendo liberdade e autonomia para preservar sua cultura, costumes, tradições e seu próprio sistema democrático. Além disso, indicam como soluções para enfrentar o problema como: i) promoção de direitos culturais e de idioma devem ser

protegidos por lei nos países em que a população curda possui problema com o governo; ii) restrição e censura nos meios de comunicação devem ser abolidos nos países em que a população curda possui problema com o governo; iii) direito e ensino da língua curda nas escolas para as crianças nos países em que a população curda possui problema com o governo; iv) escolas do ensino médio devem oferecer aulas sobre a comunidade curda nos países em que a população curda possui problema com o governo; v) a liberdade de expressão e de organização não deve ser restringida nos países em que a população curda possui problema com o governo; vi) partidos e eleições devem sofrer uma reforma democrática nos países em que a população curda possui problema com o governo. As leis devem garantir a participação de toda população curda no processo decisório; e, vii) extinção dos sistemas de policiamento de povoados e redes ilegais funcionando dentro das estruturas estatais nos países em que a população curda possui problema com o governo (Öcalan 2008).

Diante desse contexto, é evidente que a luta dos curdos pelo reconhecimento de seus direitos e territórios é um esforço contínuo e complexo, envolvendo não apenas a resistência das potências regionais, mas também a necessidade de apoio internacional e de políticas que garantam sua autonomia e preservação cultural. Logo, o respeito aos direitos culturais, linguísticos e civis do povo curdo é impreterível para a manutenção e aplicação dos direitos humanos a esse grupo étnico, permitindo e valorizando suas tradições para o desenvolvimento sustentável da região.

3.1.3 Povo Autóctone: Inuit

Conjuntamente aos povos citados anteriormente, os Inuit também enfrentam pressões externas, desafios ambientais e luta pelo reconhecimento dos seus direitos. Sendo um dos povos originários que habitam a região circumpolar do planeta Terra, localizada no Ártico, dos 160 mil indivíduos espalhados pelos territórios das Rússia, Estados Unidos (Alasca) e na Groenlândia, aproximadamente 65 mil ocupam as terras do Canadá, da qual estão divididos em 53 comunidades, além de abranger cerca de 35% da massa terrestre do Canadá e 50% do litoral do país. Essa população se organiza em vilas ou cidades (Canadian Geographic 2024).

Os Inuit co-gerem as nossas terras natais com os governos federal, provincial e territorial do Canadá, através dos acordos de reivindicação de terras constitucionalmente protegidos por leis. Além disso, os Inuit do Canadá estão entre os maiores proprietários de terras não coroais no país. Os acordos de reivindicação de terras estabelecidos entre a população e o Governo canadense são tratados como documentos ativos, guiados por um espírito de reconciliação e colaboração, protegidos constitucionalmente pelas leis federais. Originadas durante o movimento de reivindicação de terras Inuit na década de 1970, as parcerias de co-gestão, atualmente são asseguradas constitucionalmente os direitos Inuit nas decisões relativas à gestão de recursos naturais (Silva 2020).

Atualmente, um dos problemas que a população dos Inuit enfrenta está relacionada ao aquecimento global, visto que esse povo construiu sua cultura e modo de vida a partir das condições ambientais do Ártico. Assim, não há como falar da referida cultura

indígena desta população, sem a presença do gelo na região, uma vez que dependem da sua existência em estado sólido da água para preservar suas tradições, como a pesca, atividades de caça, viagens e habitação (Silva, 2020). Contudo, apesar de não reproduzirem um comportamento predatório, acabam por sustentar o ônus do aquecimento global em relação àqueles que perpetuam um padrão de extração e consumo excessivo.

Com a alta das emissões de gases do efeito estufa, intensificada com a Revolução Industrial no século XVIII, houve um aumento na temperatura global, resultando no aquecimento dos oceanos e derretimento de áreas congeladas, sobretudo aquelas localizadas nos extremos do planeta, como no Ártico. O derretimento das calotas polares ocorreu de forma rápida, conforme Silva (2020). Desde 2009, o gelo ártico afinou tanto de forma que a navegação de embarcações de grandes portes se tornou possível. Além disso, tem se visualizado a névoa de poluição, ou névoa ártica, fenômeno decorrente das poluição atmosférica produzida pelos pólos industriais europeus, o que reforça as características transfronteiriças do meio ambiente (Silva 2020).

O Conselho do Ártico, criado pela Declaração de Ottawa - composto por Canadá, Estados Unidos, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Rússia, Suécia e Noruega, é um espaço que trata das questões ambientais em três dimensões, isto é, a ecológica, a social e a econômica, aspectos que refletem diretamente nas políticas de Direitos Humanos (Silva, 2020). O Conselho mencionado tem sua importância diante da existência das comunidades originárias que habitam o Ártico há séculos - os Inuits, por exemplo - por terem desenvolvido suas culturas e tradições no ambiente congelado, e correrem o risco de desaparecimento por conta do degelo.

A população Inuit é dependente das colheitas de subsistência para alimentação, além da caça de baleias para se alimentarem, uma vez que este animal fornece gordura e proteína para alimentar os nativos. Já no quesito de aspectos políticos e religiosos, os Inuit se organizam em torno do xamanismo, isto é, os líderes espirituais são também os líderes políticos, considerados mestres (Rosa 2011). No entanto, a cultura é ligada à percepção do meio natural, neste caso à terra e ao gelo, sendo uma realidade não transitória, ou seja, que demanda adoção de políticas que viabilizem seus valores e costumes, de forma que sejam autores do próprio viver (Barbosa 2007).

Ainda assim, observa-se a necessidade da tutela das comunidades, uma vez que nenhum dos países povoados pelos Inuits são signatários da Convenção de 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, revelando um posicionamento não integracionista dos indígenas por parte desses países (Silva 2020). Contudo, a não assinatura de tratados, como o caso da Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, não é suficiente para afastar a obrigação desses países para com a proteção dos direitos dos vulneráveis, uma vez que, as normas da Convenção são meros reforços de um paradigma já consolidado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Silva 2020).

Além disso, a redução da neve disponível também afeta a população Inuit, uma vez que impossibilita a construção de seus iglus. Por consequência, muitos indivíduos no presente acabam por optar por tendas, deixando-os menos seguros e mais expostos ao frio e tempestades, contribuindo para o fim do simbolismo da comunidade (Silva 2020).

Posto isso, revela-se a importância da mobilização dos

Estados envolvidos para mitigar as mazelas climáticas e promover a proteção do povo Inuit. Caso contrário, as perspectivas dessa população resultará no abandono das áreas árticas, uma vez que possuem seus modos de vidas cada vez mais inviabilizados diante do crescente aumento da temperatura global e inércia das potências envolvidas diante do problema (Silva 2020). Desta forma, dois são os caminhos para pensar a tutela internacional dos Inuit, sendo eles:

i) fortalecimento do Conselho do Ártico, servindo como plataforma de diálogo entre os países do Ártico e outros stakeholders, tendo seu impacto direcionado na proteção dos direitos desses povos. Isso implicaria no desenvolvimento de políticas comuns que respeitem os direitos desses povos a usar suas terras tradicionais e recursos naturais, ao mesmo tempo que protegem sua herança cultural contra os impactos da modernização e das mudanças climáticas. Além disso, a implementação de um sistema robusto de monitoramento e relatório sobre a condição dos Inuit promoveria uma maior transparência e serviria como um mecanismo de responsabilização dos Estados e empresas envolvidas na exploração dos recursos árticos (Silva 2020).

ii) a criação de um novo regime internacional ou a negociação de um acordo específico para os povos do Ártico, sob a égide das Nações Unidas, que abrangeria aspectos cruciais como direitos humanos, sustentabilidade ambiental e adaptação às mudanças climáticas. Fundamentalmente, este acordo garantiria que os Inuit não apenas fossem consultados, mas que tivessem participação ativa e decisiva nas negociações, assegurando que suas necessidades e visões fossem adequadamente representadas e respeitadas. A implementação de projetos de adaptação ao clima

financiados internacionalmente, por exemplo, poderia ajudar essas comunidades a manter seu modo de vida tradicional enquanto enfrentam as realidades de um ambiente em rápida transformação (Silva 2020).

Assim, ao considerar os desafios enfrentados pelos Inuit em conjunto com os dos Curdos e Yanomami, é evidente que todos esses povos lutam pelo reconhecimento de seus direitos, preservação de suas culturas e enfrentamento de pressões externas. Embora cada grupo tenha suas características geográficas e culturais únicas, todos compartilham a necessidade de proteção e apoio. No caso dos Inuit, as mudanças climáticas representam uma ameaça significativa ao seu modo de vida tradicional. A co-gestão de terras e a proteção constitucional dos direitos Inuit no Canadá são avanços importantes, mas ainda há desafios a serem superados. Assim, a garantia do direito dessas populações destaca a importância de políticas inclusivas e sustentáveis para assegurar a sobrevivência e prosperidade dessas populações.

3.2 As Consequências Ambientais nesses Territórios diante da Não Proteção dessas Populações.

Como uma das consequências ambientais da falta de proteção aos Curdos é a degradação do meio ambiente na região. O confisco de terras por parte dos Estados vizinhos e o reassentamento forçado podem levar à destruição de ecossistemas naturais, incluindo florestas exuberantes, habitats aquáticos e áreas de vida selvagem, resultando na perda significativa de biodiversidade e em danos ao solo, comprometendo a capacidade da região de sustentar a vida vegetal e animal (Patriotic Union of

Kurdistan 2021).

Por outro lado, a construção de barragens e fábricas petroquímicas pelo governo pode intensificar a poluição hídrica e do solo na região, e os lançamentos de resíduos industriais e produtos químicos tóxicos podem contaminar os recursos hídricos locais, comprometendo a qualidade da água potável e afetando negativamente a saúde das comunidades que dependem desses recursos para sua subsistência. Ainda assim, houve uma imposição de sistema Estatal por parte dos países vizinhos sobre a comunidade, o que provocou uma ruptura nas organizações tradicionais locais, ocasionando conflitos internos na região, que facilitou a exploração do petróleo para exportação e rompeu com as estruturas estabelecidas de organização econômica e familiar curda (Öcalan 2016; Paniz 2017).

Outra consequência preocupante é o potencial de alterações climáticas locais. A conversão de áreas naturais em plantações agrícolas em larga escala e fábricas industriais pode contribuir para mudanças nos padrões de precipitação, aumento da temperatura e desertificação da região. Isso pode ter um impacto devastador sobre a disponibilidade de alimentos e recursos naturais, além de agravar as condições de vida das comunidades locais (Patriotic Union of Kurdistan, 2021). Além disso, o deslocamento forçado e a perda de acesso a terras ancestrais podem resultar na perda de conhecimentos tradicionais e práticas de manejo ambiental desenvolvidas ao longo de gerações pelas comunidades curdas, uma vez que essa perda de conhecimento pode comprometer ainda mais a capacidade das comunidades de viver em harmonia com o meio ambiente e adaptar-se às mudanças climáticas e ambientais (UN Refugee Agency 2017; Öcalan 2008).

Já no caso das consequências ambientais da não proteção do território dos Inuit, várias consequências ambientais adversas podem surgir, exacerbando os desafios já enfrentados por essa população autóctone do Ártico, uma vez que a falta de proteção dessa população autóctone estaria mais relacionada com o aquecimento global. Como mencionado no tópico acima, a cultura e os costumes dos Inuit estão profundamente enraizados nas condições ambientais do Ártico, especialmente com o gelo marinho. O derretimento acelerado das calotas polares e a redução do gelo comprometeria não apenas a subsistência dos Inuit, que dependem da caça, pesca e viagens pelo gelo, mas também sua identidade cultural, que está intrinsecamente ligada ao ambiente ártico congelado. Ainda assim, o aumento das emissões de gases de efeito estufa e a poluição atmosférica proveniente das atividades industriais têm contribuído para o fenômeno conhecido como névoa ártica. Isso não apenas afeta a qualidade do ar na região, mas também pode ter impactos negativos na saúde dos Inuit e na biodiversidade local (Silva 2020).

Desta forma, a falta de proteção do território também pode levar à perda de biodiversidade e à degradação dos ecossistemas naturais do Ártico, afetando a disponibilidade de recursos naturais essenciais para a subsistência dos Inuit, como alimentos tradicionais e materiais de construção, como neve para a construção de iglus, além de resultar no apagamento do grupo como um todo.

Por fim, as populações indígenas Yanomami enfrentam uma série de desafios decorrentes da invasão de garimpeiros ilegais em seu território ancestral. Esses desafios não se limitam apenas aos aspectos sociais e culturais, mas também têm impactos significativos sobre o meio ambiente, comprometendo a

sustentabilidade e a biodiversidade da região. Sendo uma das consequências graves da não proteção desta população na região que habitam, o desmatamento e a degradação ambiental. A presença de garimpeiros ilegais resulta na remoção indiscriminada da vegetação nativa e na escavação do solo, causando danos irreversíveis ao ecossistema local. Além disso, o uso de produtos químicos no processo de extração de ouro contamina os rios e corpos d'água da região, comprometendo a qualidade da água e afetando a vida aquática e a cadeia alimentar (Lima e Vieira 2019).

Outra grave consequência é a introdução de doenças e os impactos na saúde das comunidades Yanomami, diante da presença de garimpeiros ilegais que, aumenta o risco de transmissão de doenças para os indígenas, enquanto a contaminação dos recursos naturais com substâncias tóxicas como o mercúrio pode trazer sérios problemas de saúde para a população nativa. Além dos impactos ambientais diretos, a invasão de garimpeiros também traz sérias consequências culturais e sociais, como a perda de território e recursos naturais tradicionais, comprometendo, desta forma, a identidade cultural e a coesão social da comunidade Yanomami, além de minar sua autonomia e sustentabilidade a longo prazo (Fontes 2022; Molina 2023).

À vista disso, a falta de proteção às populações Curda, Inuit e Yanomami mostra-se ordinária, não apenas para as próprias comunidades, mas para o planeta como um todo. Isto porque, ao proteger suas terras e modos de vida tradicionais, não apenas promovem a justiça social e os direitos humanos, mas também preservam a biodiversidade e a qualidade do meio ambiente. Desta maneira, é imperativo que esforços sejam coordenados e comprometidos para superar os desafios enfrentados por essas

populações autóctones a fim de garantir um futuro sustentável para elas e para suas futuras gerações. Assim, a preservação dessas comunidades acaba sendo não apenas uma questão de direitos individuais, mas também uma responsabilidade coletiva de proteger e cuidar de todo o planeta.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

A proteção das populações autóctones tem sido um ponto central na agenda internacional de Direitos Humanos das últimas décadas. Neste contexto, constituíram-se diversas iniciativas, tratados e declarações desenvolvidos para salvaguardar esses direitos e promover o bem-estar dessas comunidades, reconhecendo sua contribuição única para a diversidade cultural e global. Essas populações, enfrentaram, historicamente, desafios significativos, incluindo a perda de terras ancestrais, discriminação, marginalização por parte de seus Estados, e, atualmente, enfrentam as forças da natureza, como no caso das mudanças climáticas, que ameaçam seus territórios. Assim, a comunidade internacional tem desenvolvido, ainda que lentamente, um corpo robusto de legislação e instrumentos jurídicos dedicados à proteção desses grupos. Desta forma, nesta seção serão abordadas alguns dos instrumentos jurídicos adotados internacionalmente pelos Estados para efetivar o direito e a proteção dos povos autóctones, como é o caso da Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), do Conselho Mundial dos Povos Indígenas (1975-1997) e do Acordo de Paris (2015).

4.1 Convenção Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais

A Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais é um tratado fundamental que aborda os direitos dessas populações em Estados Independentes. Este instrumento legal apresenta importantes avanços no reconhecimento da autonomia e direitos indígenas coletivos, principalmente no que diz respeito aos aspectos de direitos econômicos, sociais e culturais dessas populações autóctones (Povos Indígenas no Brasil 2020; OEA 1989).

Atualmente, a Convenção nº 169 é o instrumento internacional mais atualizado e abrangente em respeito às condições de vida e trabalho dos indígenas. De acordo com a Convenção, as terras indígenas devem ser concebidas como a integralidade do meio ambiente das áreas ocupadas ou usadas pelos povos indígenas, englobando, portanto, aspectos de natureza coletiva e de direitos sociais, culturais e civis dos povos originários (Povos Indígenas no Brasil 2020; Organização dos Estados Americanos 1989) . Os Artigos 7 e 13 da Convenção destacam a importância dos governos nacionais de protegerem os territórios das populações autóctones e reconhecer a sua relação especial com essas terras:

> Artigo 7°
> §4. Os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam (Organização dos Estados Americanos 1989).
>
> Artigo 13°

> §1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação (Organização dos Estados Americanos 1989).
> §2. A utilização do termo "terras" nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma (Organização dos Estados Americanos 1989).

Enquanto que os Artigos 14 e 15 da Convenção enfatizam o direito de consulta e participação dos povos indígenas no uso, gestão e conservação de seus territórios, e que, além disso, prevê o direito a indenização por danos e proteção contra despejos e remoções de suas terras tradicionais. Na América Latina, atualmente, os países que já ratificaram a Convenção, além do Brasil, são: México, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Paraguai, Peru, Honduras, Guatemala, Argentina e Venezuela (Povos Indígenas no Brasil 2020).

À vista disso, a Convenção nº 169 da OIT é de suma importância para a proteção dos povos originários em todo o mundo, pois estabelece um marco jurídico internacional que reconhece e garante os direitos coletivos e individuais dessas populações. Ao abordar questões fundamentais como a autonomia, a gestão territorial, os direitos econômicos, sociais e culturais, além de assegurar a participação ativa dos povos indígenas na tomada de decisões que afetam suas vidas, a Convenção promove um ambiente de respeito e preservação das culturas e modos de vida

dos povos autóctones. Consequentemente, tal implementação efetiva pelos países signatários é crucial para a construção de sociedades mais justas e equitativas, onde os direitos dos povos indígenas sejam respeitados e valorizados, contribuindo significativamente para a conservação e garantia dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais dessas populações (Povos Indígenas no Brasil 2020).

4.2 Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

A criação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI) foi um marco histórico para as populações autóctones. Com origens que remontam a 1982, no âmbito do Grupo de Trabalho das Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre Populações Indígenas que tinham a tarefa de desenvolver ações internacionais sobre os direitos indígenas, a DNUDPI levou mais de duas décadas para ser aprovada na ONU. Essa Declaração adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 2007, reflete um conjunto de reivindicações atuais e históricas dos povos indígenas em todo o globo acerca da melhoria de suas relações com os Estados nacionais e internacionais, como afirmação de seus direitos, realidades e necessidades (Nações Unidas 2008; Mathias e Yamada 2010).

O documento também registra o compromisso dos Estados para tomarem medidas a fim de ajudar e garantir que os indígenas tenham respeitados os seus anseios e decisões sobre os assuntos que lhes dizem respeito. Além disso, a Declaração aborda tanto direitos individuais como coletivos, tais como os direitos culturais e

de identidade, os direitos à educação, saúde e emprego, o direito à língua. O documento reconhece que as pessoas indígenas têm o direito de viver com integridade física e mental, liberdade e segurança, e também afirma que povos e pessoas indígenas têm o direito a não serem forçosamente assimilados ou destituídos de suas culturas. Por fim, reconhece a estreita relação dos povos indígenas com o meio ambiente, lembrando que as terras ancestrais dos povos indígenas constituem o fundamento de suas existências coletivas, suas culturas e espiritualidade (Nações Unidas 2008; Mathias e Yamada 2010).

Conforme a Declaração, os principais pontos são sobre: i) auto-determinação, tendo essas populações o direito de determinar livremente seu status político e perseguir livremente seu desenvolvimento social, econômico e cultural, incluindo sistemas próprios de educação, saúde, financiamento e resolução de conflitos; ii) direito ao consentimento livre, prévio e informado, isto é, que essas populações sejam adequadamente consultadas e informadas antes de qualquer adoção de medidas legislativas ou administrativas, sejam elas sobre infra-estrutura, mineração, uso de recursos hídricos ou qualquer atividade de natureza semelhante; iii) direito à reparação pelo furto de suas propriedades, ou seja, quando um Estado se apropria indevidamente de qualquer propriedade cultural, intelectual, religiosa ou espiritual subtraída sem qualquer consentimento prévio informado ou em violação a suas normas tradicionais; e, iv) direito a manter suas culturas, como pela possibilidade de manter seus nomes tradicionais para lugares e pessoas (Nações Unidas 2008; Mathias e Yamada 2010).

É importante ressaltar, todavia, que a Declaração não dispõe de elementos vinculantes. Ou seja, apesar de sua aprovação

na Assembleia Geral como instrumento basilar de veiculação dos Direitos dos Povos Indígenas, o documento não obriga Estados que não o incorporarem seus dispositivos internamente a cumpri-los.

4.3 Conselho Mundial dos Povos Indígenas (1975-1997)

Criada em outubro de 1975 no Canadá, o Conselho Mundial dos Povos Indígenas (CMPI) foi reconhecido oficialmente como porta-voz das populações aborígenes do mundo e qualificado para defender os direitos desses povos nas instituições e conferências das Nações Unidas. Nesses espaços, a organização encontrou um local importante para expressar ideias sobre os interesses comuns entre as diferentes comunidades indígenas, sendo reconhecida na época como uma organização pan-indígena (Raussert 2011).

O CMPI advogava para a defesa dos direitos humanos básicos das populações autóctones, exigindo respeito pelas suas culturas e territórios nativos, e denunciava abusos por parte das autoridades estatais e empresas nacionais e transnacionais, bem como outras violações exercidas pelas populações majoritárias. Os tópicos mais importantes que foram discutidos na conferência de fundação da CMPI foram sobre a necessidade de criar unidades entre os povos indígenas, como fortalecimento de organizações locais e nacionais para disseminar informações sobre as condições de vida, valores culturais e problemas comuns entre os diferentes povos (Raussert 2011).

O Conselho Mundial dos Povos Indígenas foi internacionalmente reconhecido como organismo atuante em diferentes conferências e workshops internacionais, utilizando de seu status e presença no ECOSOC para apresentar declarações,

propostas e resoluções a vários órgãos de direitos humanos e desenvolvimento. Entretanto, o CMPI não limitava-se a apenas isso, mas também dialogava com governos nacionais, agências internacionais, ONGs e buscava agendar questões pertinentes à opinião pública. Em alguns casos, em comunidades locais ou nacionais, como os Mapuche no Chile ou tribos amazônicas ameaçadas no Brasil, a CMPI atuou relatando diretamente ao seu Secretariado sobre as políticas governamentais então em andamento e a invasão de populações não-indígenas em territórios indígenas (Raussert 2011).

Na década de 1980, o Conselho Mundial esteve ativamente envolvido em dois processos concretos de negociação internacional, como quando a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentou planos para revisar sua Convenção 107 sobre a "Proteção e Integração de Populações Indígenas e outras Populações Tribais e Semitribais em Países Independentes", possibilitando, desta forma, que o Conselho Mundial fosse uma das poucas organizações indígenas presentes na reunião que discutia as mudanças necessárias da Convenção a respeito dos direitos dessas populações (Raussert 2011).

Além disso, o CMPI possibilitou a construção de uma rede sólida para as comunidades aborígenes do mundo inteiro, inclusive aquelas que se encontravam em lugares remotos, e de difícil acesso às Nações Unidas e especialmente ao Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas. Assim, a partir da segunda metade da década de 1980, o Conselho atingiu o seu maior significado, quando as comunidades indígenas decidem confiar na organização e usar a sua voz dentro da ONU para denunciar os abusos e expressar as dúvidas presentes (Raussert 2011).

Contudo, o Conselho Mundial dos Povos Indígenas (CMPI) desempenhou um papel crucial na defesa dos direitos das populações indígenas em âmbito internacional até seu declínio e eventual extinção no final da década de 1990. Sua atuação foi fundamental para a construção de redes de apoio e representatividade para as comunidades indígenas em diversas partes do mundo. No entanto, diante da dissolução do Conselho, as iniciativas de defesa e promoção dos direitos indígenas se fragmentaram, e atualmente, não há uma organização pan-indígena com a mesma abrangência e influência global. Por fim, as ações em prol dos direitos indígenas agora dependem de esforços locais e regionais, frequentemente coordenados por organizações menores e menos conectadas entre si (Raussert 2011).

4.4 Acordo de Paris (2015)

Durante a 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Clima (em inglês, United Nations Framework Convention on Climate Change ou UNFCCC) realizado na França, em Paris, foi adotado um novo acordo com o objetivo de revigorar a resposta global à ameaça da mudança do clima e de intensificar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças (Brasil 2024; UNFCCC 2015).

Aprovado por 195 países participantes da UNFCCC, o compromisso visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável. Assim, o objetivo seria estabilizar o aumento da temperatura média global em menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais, com esforços

adicionais para limitar esse aumento a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais (Brasil 2024; UNFCCC 2015). Para alcançar tal objetivo, os governos se envolveram na construção de seus próprios compromissos, conhecidos como Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDCs, na sigla em inglês). Através das iNDCs, do qual cada nação apresentou sua contribuição para a redução das emissões de gases de efeito estufa, seguindo das possibilidades que cada governo considerava viável com base no cenário social e econômico local (Brasil 2024).

Conforme consta no Acordo de Paris, as Partes deverão reconhecer as mudanças climáticas, como uma preocupação comum da humanidade e, ao tomar medidas para combatê-la, respeitar, promover e considerar suas obrigações em matéria de direitos humanos, o que inclui os direitos dos povos indígenas e das demais comunidades locais (Brasil 2024; UNFCCC 2015).

Desta forma, os signatários do Acordo concordam em fortalecer a cooperação regional e internacional para mobilizar ações climáticas mais ambiciosas, envolvendo todos os interessados, como sociedade civil, setor privado e populações autóctones. Além disso, o Acordo destaca a necessidade de reforçar os conhecimentos, tecnologias e práticas das comunidades indígenas para abordar as mudanças climáticas, estabelecendo uma plataforma para o intercâmbio de experiências e melhores práticas (UNFCCC 2015).

Por fim, as ações de adaptação devem ser orientadas nacionalmente, sensíveis a gênero, participativas e transparentes, baseadas na melhor ciência disponível e no conhecimento tradicional e local, integrando a adaptação nas políticas socioeconômicas e ambientais relevantes. Assim, o Acordo de Paris

sobre mudanças climáticas reconhece explicitamente a importância dos conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Este reconhecimento é um passo significativo no alinhamento das políticas ambientais globais com os direitos e interesses das populações autóctones (UNFCCC 2015).

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

No que tange a **República Federal da Alemanha**, a questão dos povos autóctones não afeta diretamente este país. Apesar disso, em 2007 votou para a aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Além desta Declaração, a Alemanha firmou em 2021 (ILO 2021) a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Após a adesão, o Ministro alemão do Trabalho e dos Assuntos Sociais Hubertus Heil convidou os outros países a ratificar a convenção. Este estado faz parte da União Europeia, a qual compromete-se na proteção dos direitos humanos e que nos últimos anos prestou mais atenção na questão dos povos indígenas. A proteção das terras indígenas, o direito ao consentimento livre, prévio e informado (FPIC) e a proteção das terras e dos indígenas têm sido objeto de inúmeras negociações. No entanto, a Alemanha não tem políticas para a proteção dos povos indígenas porque esta questão não é particularmente relevante para o país.

Na **República da Angola**, existem os San e os Himba como grupos reconhecidos como autóctones, porém, de acordo com o IWGIA, o governo não reconhece o conceito de Povos Indígenas conforme afirmado no Direitos dos Povos Indígenas, deste modo

não há referências específicas aos povos autóctones em sua Constituição ou outras Leis internas. Assim, os direitos humanos básicos permanecem não realizados para os povos autóctones no país. De maneira que o direito à terra e a manutenção é constantemente um desafio aos indígenas, enfrentando desapropriações e exploração de recursos essenciais são ainda mais acentuadas devido à crise econômica de 2016, os povos autóctones dependem do apoio de ONGs para promoção de direitos culturais, sociais e econômicos (IWGIA 2024).

Na **República Federativa do Brasil** a Constituição de 1988 reconhece aos indígenas, sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, reverberando na promulgação de Demarcação de Terras Indígenas. De acordo com o censo de 2022, 1,69 milhões de indígenas habitam o Brasil, com mais da metade (51,2%) da população indígena estando concentrada na Amazônia Legal, região formada pelos estados do Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão. Durante o governo de Jair Bolsonaro, a política indígena e ambiental sofreu duros ataques, resultando em altos índices de desmatamento, garimpo e grilagem em terras demarcadas. Em contrapartida, com o fim do mandato, foi instituído em 2023, pela primeira vez um Ministério dos Povos Indígenas, pasta com exclusiva função de mantenedora dos direitos dos povos autóctones (IWGIA 2024).

No **Canadá**, os povos autóctones foram reconhecidos legalmente a partir da Lei Constitucional de 1982, sendo distinguidos em três grandes grupos aborígenes: Primeiras Nações, Inuit e Métis. A princípio o Governo concede direitos aos povos, mas ainda não ratificou a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas

e Tribais que prevê a garantia de direitos básicos aos povos originários. De acordo com o Censo Canadense (2016) havia 1.673.785 indivíduos aborígenes no Canadá abrangendo mais de 60 idiomas. O Governo canadense sofreu diversas pressões internacionais e nacionais denunciando violação dos direitos dos aborígenes, em especial ao aumento de casos de desaparecimento e mortes de meninas e mulheres indígenas e atendendo a demanda popular, o Tribunal Canadense de Direitos Humanos constatou em 2016, que o Programa de Serviços para Crianças e Famílias das Primeiras Nações negou a garantia de bem-estar às famílias que residiam nas reservas e instituiu uma comissão com o objetivo de extinguir possíveis causas sistêmicas de violência (IWGIA 2024).

A **República Popular da China** se autoproclama um país unificado, mas com uma multiplicidade étnica, reconhecendo 55 etnias no total e considerando-as iguais pela Constituição. Contudo, o integracionismo é a primazia na política e ensino, logo os dialetos são suprimidos nas escolas em favor do mandariam, língua oficial chinesa. No que tange aos direitos dos povos, na China há um forte política intolerante com tradições religiosas e culturais diversas, tal como no Tibete, Mongólia Interior e do povo mulçumano uigur de Xinjiang. Em 2023 na Assembleia Geral da ONU, a China foi denunciada por crimes e abusos sistemáticos contra os uigures e comunidades turcas na Região Autônoma Uigur de Xinjiang (IWGIA 2024).

Na **República da Colômbia** a Constituição Política de 1991 reconheceu os direitos fundamentais dos Povos Indígenas e ratificou a Convenção 169 da OIT. Em nível nacional, os Povos Indígenas são representados por duas organizações principais: a "Organização Nacional Indígena da Colômbia" (ONIC) e as

"Autoridades Indígenas de Colombia" (AICO). De acordo com o Censo de 2018, a população colombiana conta com cerca de 1.905.617 indivíduos indígenas, contendo 115 povos nativos diferentes. Enfrentando constantemente violações de seus direitos devido a conflitos ambientais e grilagem em suas terras, ocorrendo casos de massacre de acordo com os dados da Unidade de Vítimas apontam 192.638 indígenas vitimados, tal por exemplo os Awá em Nariño. O Estado estabelece a política de Paz Total propondo-se a uma redução da violência e dos grupos armados, mas também a segurança humana e a vida em todas as suas formas:

> Trata-se de gerar transformações territoriais, de superar o défice de direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, e de pôr fim à violência armada, tanto a de origem sócio-política como a marcada pelo lucro, pela acumulação e pela garantia de riqueza. As comunidades apelam ao fim da violência, que assumiu diversas formas. O mais recente tem a ver com processos de paz não cumpridos, como a desmobilização das Forças de Autodefesa Unidas da Colômbia (AUC) paramilitares em 2004, o Acordo de Paz do Teatro Colón de 2016 ou os pactos urbanos de Medellín e Cali (Plano de Desenvolvimento Nacional 2022-2026).

Na República de El Salvador, se instituiu os direitos para os povos originários em 2012, possuindo os Lencas, Pipiles e Quichés como os principais representantes. Contudo, por intermédio da Lei de expropriação para obras municipais (2021) e do Regime de Exceção do atual Governo, empresas obtém facilidade em explorar o meio ambiente e seus recursos, que consequentemente impacta na restrição de direitos e subsistência de povos autóctones, da natureza, biodiversidade e afins (IWGIA 2024).

No **Estados Unidos da América**, de acordo com IGWIA, os povos indígenas são povos americanos e nativos do Alasca, sendo 567 entidades tribais reconhecidas federalmente em 2016, totalizando 6,6 milhões de pessoas, com cerca de 2,5 milhões, ou 0,8% da população, identificando-se como nativos americanos ou nativos do Alasca apenas. Os direitos dos povos estão em constante diminuição devido a políticas governamentais que visam a privatização de terras indígenas para exploração de recursos como urânio, petróleo e gás em terras indígenas, em 2016 o Parque Nacional A Bears & Ears foi reduzido em 85%, é um exemplo de tal conduta (IWGIA 2024).

A **República Francesa** enfrenta uma situação particular em função dos seus territórios ultramarinos. De acordo com o IWGIA (2023), na região francesa da Guiana Francesa, situada na América do Sul, moram aproximadamente 10.000 indígenas. Apesar da assinatura do Estado francês da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, os povos autóctones da Guiana enfrentam múltiplos desafios. A principal dificuldade é constituída pela mineração ilegal de ouro que afeita os habitats naturais dos quais dependem várias atividades do povo indígena. Ademais, a França não ratificou a Convenção 169 da OIT, instrumento legal internacional que protege os direitos dos povos autóctones. Isto reflete-se igualmente na Polinésia francesa. Os Mā'ohi Nui lutam pelo reconhecimento das línguas polinésias e pela indemnização pelas consequências sociais e da saúde causadas pelos experimentos nucleares que os franceses fizeram nestes lugares, assim como os efeitos da exploração dos recursos naturais. Os indígenas com menos direitos que moram nos territórios ultramarinos franceses são os Canacas, habitantes da Nova

Caledónia. Eles não se beneficiaram da implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e ainda estão lutando pelo direito de voto. Conforme a IWGIA, em 2016 o censo eleitoral não incluiu cerca 25.000 Canacas, o que impediu a participação deles no referendo pela independência. Este dado é importante porque 91% do povo Canaca votou a favor da independência da Nova Caledónia, mas o referendo fracassou porque só 47% do total de votos resultou a favor da independência (IWGIA 2024).

A posição da **República da Finlândia** é muito parecida com aquela da Noruega. Neste país moram os Sami, o povo indígena que se encontra na Rússia e na parte norte da Escandinávia. De acordo com o Sámediggi da Finlândia (2024), em 1973 foi criado o parlamento sami da Finlândia. Eles têm 25 representantes que são eleitos a cada 4 anos e se reúnem entre quatro e cinco vezes por ano. O objetivo não é aquele de criar um estado independente. Com efeito, as funções dos parlamentares são de preservar a cultura, a língua e a conexão deles com a natureza. A Finlândia firmou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, isso implica que seja reconhecido o direito de controlar e usar as suas terras e recursos naturais. Ademais, os samis finlandeses têm o direito de se representar ao nível internacional junto com os Samis da Noruega, Suécia e Rússia.

A repressão da **República Islâmica do Irã** afeta pesadamente os curdos residentes no país. Neste estado moram aproximadamente 7 milhões de curdos, os quais constituem aproximadamente 10% da população. O Curdistão Iraniano é historicamente o epicentro dos opositores do governo de Teerã e os curdos sofrem perseguições. Segundo o Iran Human Rights

(2020), a maioria absoluta de todas as execuções por filiação política pertence a grupos étnicos, particularmente os curdos. Como prova disso, entre 2010 e 2019, 120 pessoas foram executadas por razões políticas e 65 destes eram curdos (Iran Human Rights 2020). O Partido Democrático Curdo do Irã (PDKI) e o partido Komala do Curdistão Iraniano lutam há anos pela autonomia da região, mas são considerados terroristas pelo governo de Teerã e responsáveis pelo caos no estado. O uso da língua curda não é aceito e, embora a legalidade teórica, é quase impossível a publicação de livros curdos ou a participação em programas televisivos porque estas ações são obstaculizadas pelo governo.

O **Estado de Israel** não participou na votação sobre a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, mas no seu território reside o povo autóctone dos beduínos, que o Estado Israelense não reconhece. Apesar da falta do reconhecimento por parte do Israel, os representantes do povo beduíno participam e abordam questões dos povos indígenas em órgãos da ONU. Segundo o relato de International Work Group for Indigenous Affairs, organização planetária que se ocupa de defender e promover os direitos dos povos indígenas, atualmente cerca de 258.500 cidadãos beduínos de Israel vivem no Naqab, um deserto situado no sul do estado. A maioria dos assentamentos deles está sobrepovoado e dificilmente são emitidas licenças de construção. Além disso, estes lugares não oferecem muitas infraestruturas ou oportunidades de emprego. Ademais, os beduínos são politicamente, socialmente, economicamente e culturalmente marginalizados do resto da população israelense e, em muitos casos, eles são submetidos ao deslocamento forçado (IWGIA 2024).

A **República do Iraque** enfrenta uma situação complexa com respeito ao povo curdo. No final dos anos oitenta, o presidente iraquiano Sadam Hussein realizou a Campanha de Al-Anfal que foi uma operação de genocídio naquela foram usadas armas químicas, bombardeamentos, pelotões de fuzilamento e destruição sistemática de povoados. Embora, os curdos constituem cerca de 20% da população iraquiana. Em 2005, depois da derrubada de Saddam Hussein, uma nova constituição reconheceu a autonomia da região do Curdistão no Iraque (CIA 2024). As relações entre Bagdad e os curdos se fortaleceram durante o combate contra o Estado Islâmico porque tiveram de ser unidos frente ao inimigo comum. Nessa época começou a discussão sobre a independência da região, mas os estados limítrofes se expressaram contrários porque isso poderia constituir um precedente nestes países. Em 2017, quase 93% dos curdos iraquianos votaram pela independência da região, mas não era um referendo vinculativo (USIP 2020). O presidente desta região abandonou o cargo depois da dura reação do governo central de Bagdá após o referendo. Uma das medidas foi tomar o controle dos campos petrolíferos da região, os quais são fundamentais para a economia dessa zona (BBC 2018).

No **Estados Unidos do México** há 16.933.283 indígenas, representando 15,1% da população mexicana (IWGIA 2024). O México se declara uma nação pluricultural desde 1992, possuindo 68 povos indígenas com 364 variações de linguagem nativa. Entretanto, os povos autóctones representam a população mais vulnerável, com altas taxas de mortalidade, desnutrição, limitações ao acesso à saúde e deste modo repercutindo em uma menor expectativa de vida. Outra questão enfrentada pelos povos é a desapropriação e exploração de seus territórios indígenas

estimulado por projetos governamentais que visam o desenvolvimento econômico, mas que em contraposição desrespeitam os direitos a terra garantidos pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP).

Na **República de Moçambique** a política integracionista colonial, reverberou na falta de reconhecimento de povos autóctones, deste modo há uma lacuna de políticas de garantia dos direitos humanos. Estando constante em diversas áreas, mas principalmente na educação, a política de assimilação (C.F. Ministério das Colônias 1930) induz, basicamente a uma colonização interna e consequentemente na falta de reconhecimento da alteridade entre povos autóctones e os demais cidadãos, em prol de uma homogeneização nacional. Portanto não se tem conhecimento de uma posição nacional exclusiva de proteção aos povos autóctones (Mindoso 2021).

A **República da União de Myanmar** em 2021 sofreu um golpe de estado que complicou a frágil situação interna. Atualmente o estado é governado por uma ditadura militar. De acordo com IWGIA (2024), Myanmar é habitado por mais de 100 grupos étnicos diferentes. Apesar da ratificação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, os povos autóctones do país enfrentam muitos desafios, em particular em relação com o conflito armado e com as violações de direitos humanos de propriedade das terras. O que complica o cenário é que o governo afirma que todos os cidadãos do Myanmar são indígenas, então isso comporta a impossibilidade de aplicar a Declaração firmada em 2007. Em particular é grave a situação que as mulheres indígenas têm que enfrentar. Elas enfrentam grandes barreiras ao acesso à justiça para a violência baseada no gênero e

frequentemente são vítimas de violência sexual por parte das forças armadas. Além disso, muitas vezes os territórios das indígenas são confiscados pelo exército puramente na busca de atividades recreativas.

O **Reino da Noruega** é habitado aproximadamente por 20.000 pessoas que pertencem ao grupo étnico dos Sami, um dos maiores povos indígenas na Europa. Isso faz do estado escandinavo o país com mais Samis. Este povo não pode ter autonomia política completa, mas desde 1989 existe um Parlamento Sami neste estado chamado Sámediggi. Dito órgão político serve para a tutela dos interesses e da cultura dessa população. As eleições são realizadas a cada quatro anos e são baseadas no registo eleitoral do Parlamento Sami, que determina quem pode votar e se candidatar. A inclusão no registo eleitoral é para qualquer pessoa que "se perceba" como Sami e que tenha o Sami como língua materna, ou que tenha um pai, avô ou bisavô com o Sami como língua materna. Atualmente, são registrados cerca 15.000 votantes. Segundo Science Norway (2020), os samis da Noruega têm maior influência política com respeito aos samis suecos. Este estado é membro do Conselho Ártico e é país anfitrião para o secretariado permanente do Conselho, localizado em Tromsø, que inclui o Secretariado dos Povos Indígenas desde 2016.

Na **República Islâmica do Paquistão** moram vários povos que têm culturas, tradições e religiões diferentes. Este país firmou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em 2007, mas os direitos das minorias estão longe de ser respeitados. Um dos povos mais antigos que habitam na região é aquele dos Kalash. Eles moram nos vales no confim com Afeganistão e ainda conservam a sua língua única, a religião

politeísta e identidade cultural apesar das perseguições que sofrem (Minority Rights Group 2019). O povo, atualmente, é formado por 3.000–4.000 pessoas e resga a extinção pelo terrorismo e extremismo religioso presente no país islâmico (The Diplomat 2018).

O **Reino Unido da Grã-Bretanha** e **Irlanda do Norte**, atualmente, não desempenha um papel fundamental com respeito à questão dos povos autóctones. Apesar disso, em 2007 o Estado ratificou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. No entanto, é preciso lembrar que as consequências do colonialismo e da exploração de recursos naturais ainda têm efeitos sobre alguns povos indígenas do Commonwealth. Durante a declaração feita no contexto da UNGA 76 em 2021, o Reino Unido comunicou que há muito tempo fornece apoio financeiro, social e político aos povos indígenas e que tem a vontade de continuar a fazer o mesmo. Ademais, sublinhou o seu empenho para garantir o respeito dos direitos humanos (Journal of the United Nation 2021).

Na **República Democrática do Congo**, o número exato de povos autóctones é impreciso, sendo constatado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) que em 2021 denunciou sérias violações de direitos humanos de congoleses onde se identificou que milhares de indivíduos não tinha certidão de nascimento e logo, risco de se tornarem apátridas, em especial nas comunidades indígenas. Deste modo, repercutindo negativamente na falta de cidadania, acesso à saúde, educação e a emprego formal. Os indivíduos reconhecidos como indígenas são os primeiros habitantes das florestas tropicais, nomeados Mbuti, Baka e Batwa mais amplamente conhecidos como "Povo Pigmeu Indígena". A situação dos direitos humanos dos povos autóctones é alarmante,

devido a um crescente conflito étnico com comunidades vizinhas, como Lub e Batwa (IWGIA 2024).

Na **Federação Russa**, se constitui sob forte política neoeurasianismo na construção de um Estado multiétnico e multi religioso, porém não há um reconhecimento oficial de povos indígenas, apesar de se ter conhecimento da existência de povos como os Izhma Komi, Sakha, Buryat, Tártaros do Volga, Bashkirs e com a anexação da Crimeia os grupos Krymchaks e os Karaim ficaram sob controle Russo, mas de acordo com o IWGIA, a auto identificação é um fator importante para a identificação de tais grupos. Muitas terras ocupadas por povos autóctones sofrem devido a política desenvolvimentista econômica baseada no extrativismo de recursos naturais e ainda mais intensificadas durante o conflito com a Ucrânia (IWGIA 2024).

O cenário da **República Árabe Síria**, devido ao presente conflito começado em 2011, está ainda em desenvolvimento e envolve outros países. Em 2007 o estado médio-oriental aderiu à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, mas o conflito complicou a situação. Após o começo da guerra, os curdos sírios conseguiram tomar o controle da região Rojava, conhecida com o nome de Curdistão Sírio. Embora não seja reconhecida pelo governo de Damasco, é de fato autônoma e controlada por milícias locais que aspiram à democracia, igualdade de gênero e sustentabilidade. Os curdos combateram e venceram sobre o Estado Islâmico, mas atualmente algumas partes da região são ocupadas pelas forças armadas turcas. Segundo o relatório de Human Rights Watch (2024) "Everything is by the power of the weapon" , a Turquia está a cometer abusos e crimes de guerra na região ocupada por Ancara. Entre outros, os curdos residentes na

zona sofrem arrestos arbitrários, sequestro de documentos, violência sexual e torturas. Devido a falta de um governo central com efetividade no território e pela atual fragmentação do Estado sirio, não existem políticas comuns sobre a proteção dos povos autóctones na região.

A **República do Sudão** passa por um conflito civil armado desde abril de 2023. As duas facções contrapostas são o exército sudanês e as Forças de Suporte Rápidas (RSF). As RSF são uma força paramilitar que se desenvolveu a partir das milícias Janjawid, conhecidas pelos crimes contra a humanidade cometidos na precedente guerra no país africano (2003-2010). Atualmente, eles são responsáveis por vários massacres entre a população civil, muitos a base étnica. Ademais, os observadores da ONU relevaram elementos de limpeza étnica e genocídio (Aliseo, 2023). As vítimas são os povos que não são árabes, principalmente os povos masalit, fur e zaghawa. A maioria deles são camponeses e são historicamente marginalizados, sobretudo por parte dos árabes. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2024) reportou que foi cometido um genocidio contra a tribo dos Masalit, que causou 5.000 mortos e 8000 feridos. Segundo o ISPI (2024), Instituto italiano de Estudos Políticos Internacionais, pelo menos 16.000 pessoas morreram no começo do conflito e mais de 10 milhões tornaram-se refugiadas. Muito provavelmente estas cifras são subestimadas pela dificuldade de contar as vítimas no país.

A **República da Turquia** firmou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, mas apesar disso tem chamado atenção pela constante violação dos direitos humanos do povo curdo. Eles representam de 18% a 20% da população do país

(GOV.UK 2023), contando aproximadamente 15 milhões de pessoas, e isso faz que os curdos sejam a maior minoria da Turquia. Apesar disso, eles sofrem uma forte repressão estatal centenária, por exemplo, em 1934 foi proibido o uso da língua curda e até o povo é chamado "turcos da montanha" para não utilizar o termo "curdos". Atualmente, a Turquia está ainda em conflito contra o povo curdo. O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), fundado em 1978 como forma de organizar a histórica luta curda por um Curdistão independente, é considerado terrorista pelo estado turco (CIA 2024). Este partido tem o controle de vários territórios na Turquia e nos estados limítrofes, mas esta situação ainda está em desenvolvimento. Segundo o site ANF (2024), agência de informação sobre os curdos, no final de junho deste ano o exército turco começou uma ofensiva militar na região do Curdistão iraquiano com 300 tanques militares.

6 QUESTÕES A PONDERAR

1) De que modo o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU) pode garantir a atuação e implementação dos direitos humanos aos povos autóctones?
2) Como as políticas de conservação ambiental podem ser formuladas para proteger os direitos dos povos indígenas enquanto as necessidades das populações não-indígenas também sejam atendidas?
3) De que forma as comunidades autóctones podem ser integradas em iniciativas de pesquisa científica sobre mudanças climáticas colaborando para a mitigação deste problema?

4) A partir de qual/quais maneira(s) os Estados podem promover a inclusão e participação efetiva das populações autóctones nos processos de tomada de decisão de cada nação? E como serão atendidas as necessidades de cada povo em Estados com múltiplas populações autóctones?
5) Quais medidas devem ser tomadas pelos Estados para assegurar a continuidade do modo de vida das populações autóctones em seus territórios frente às mudanças climáticas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

"A experiência de povos indígenas da Ásia com as políticas de empréstimos financeiros das instituições financeiras internacionais: Uma síntese seleta", Forest Peoples Programme, 29 de abril de 2013. Disponível em: https://www.forestpeoples.org/pt-br/topics/african-development-bank-afdb/news/2013/05/experiencia-de-povos-indigenas-da-asia-com-politic Acesso em: 15 mar. 2024.

Acçolini, Graziele. 2010. "Para relembrar. Direitos Humanos E Povos indígenas". Mediações - Revista De Ciências Sociais 15 (1). Londrina: 92-107. https://doi.org/10.5433/2176-6665.2010v15n1p92.

Amnesty International. 2024 ''Indigenous People's Rights''. Accessed May 1st 2024. https://www.amnesty.org/en/what-we-do/indigenous-peoples/

ANF News. "CPT: Turkey Deployed 300 Military Tanks in South Kurdistan," n.d. https://anfenglishmobile.com/kurdistan/cpt-turkey-deployed-300-military-tanks-in-south-kurdistan-74001.

Barbosa, Marco Antônio. 2007. ''Os povos indígenas e as organizações internacionais: Instituto do Indigena no direito brasileiro e autodeterminação dos povos indígenas''. Revista eletrônica História em Reflexão, (n)2, v.1, 01-14. https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/384.

BBC News. "Iraqi Kurdistan Profile," April 25, 2018. https://www.bbc.com/news/world-middle-east-28147263.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Acordo de Paris. 2024. https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html

Canadian Geographic. 2024. Indigenous Peoples Atlas of Canada: Inuit Nunangat. Accessed May 3rd 2024. https://indigenouspeoplesatlasofcanada.ca/article/inuit-nunangat/

Charbonneau, Louis. "Países membros da ONU condenam os crimes da China contra a humanidade: mais de 50 aderem à declaração sobre violações dos direitos humanos em Xinjiang." Human Rights Watch, 23 de outubro de 2023. https://www.hrw.org/news/2023/10/23/un-member-countries-condemn-chinas-crimes-against-humanity

CIA.GOV "Turkey (Turkiye) - the World Factbook," August 07, 2024. https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/turkey-turkiye/#introduction.

———. "Iraq - the World Factbook," August 07, 2024. https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/iraq/#people-and-society.

CGIAR. "Bonn Climate Change Conference 2024 - CGIAR," June 3, 2024. https://www.cgiar.org/news-events/event/bonn-climate-change-conference-2024/.

Coates, Ken S. 2004. A Global History of Indigenous Peoples Struggle and Survival. First Published. New York, USA: Palgrave Macmillan.

Cobo, José R Martinez. 1986. Study of the Problem of Discrimination Against Indigenous Populations, [379], UN Doc E/CN.4/ Sub.2/1986/7/Add.4. https://cendoc.docip.org/collect/cendocdo/index/assoc/HASH01a2/55590d02.dir/Martinez-Cobo-a-1.pdf

Convention (No. 169) concerning indigenous and tribal peoples in independent countries. Geneva, 27 June 1989. United Nations Treaty Series, vol. 1659, No. 28383, p.383, available https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201650/v1650.pdf

"Execution of Ethnics in Iran in 2019." Iran Human Rights, 2020. https://www.iranhr.net/en/articles/4193/.

Francesca, Gnetti. 2015. "La resistenza dei beduini in Cisgiordania". Internazionale, November 2015, 29. Disponível em: https://www.internazionale.it/reportage/francesca-gnetti/2015/11/29/cisgiordania-beduini-resi stenza Acesso em: 17 mar. 2024.

Fontes, Yago Magalhães. 2022. ''A vulnerabilidade dos povos indígenas do norte perante ao garimpo ilegal: uma análise socioambiental dos efeitos do garimpo na vida dos povos

General Assembly Resolution 61/295, United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, A/61/L.67 (13 September 2007), available from https://documents.un.org/doc/undoc/ltd/n07/498/30/pdf/n0749830.pdf?token=gsE7WroQAQ6A9NWKf2&fe=true. Acesso em: 17 mar. 2024

Göcke, Katja. 2013. "Indigenous Peoples in International Law." In Adat and Indigeneity in Indonesia - Culture and Entitlements between Heteronomy and Self-Ascription, edited by Brigitta Hauser-Schäublin, 17-29, Universitätsverlag Göttingen. OpenBooks. http://library.oapen.org/handle/20.500.12657/32549

GOV.UK. "Country Policy and Information Note: Kurds, Turkey, October 2023 (Accessible)," August 9, 2024. https://www.gov.uk/government/publications/turkey-country-policy-and-information-notes/country-policy-and-information-note-kurds-turkey-october-2023-accessible.

Guardian Labs team. 2020. "Why protecting Indigenous communities can also help save the Earth". The Guardian, October 2020, 12. Disponível em: https://www.theguardian.com/climate-academy/2020/oct/12/indigenous-communities-protect biodiversity-curb-climate-crisis Acesso em: 17 mar. 2024

"Indigenous People", Amnesty International. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/what-we-do/indigenous-peoples/ Acesso em: 15 mar. 2024.

International Labour Organization. "Germany Ratifies ILO Convention, 1989 (No. 169) as a Strong Expression of Solidarity for the Protection of Indigenous and Tribal Peoples' Rights," April 19, 2024. https://www.ilo.org/resource/news/germany-ratifies-ilo-convention-1989-no-169-strong-expression-solidarity.

ISPI. "Sudan: Non C'è Più Tempo Da Perdere | ISPI," June 18, 2024. https://www.ispionline.it/it/pubblicazione/sudan-non-ce-piu-tempo-da-perdere-178143.

IWGIA. n.d. "Indigenous peoples in Myanmar". Acesso em: 20 de março, 2024. https://www.iwgia.org/en/myanmar.html.

———. 2023. "The Indigenous World 2023: Indonesia''. Acesso em: 17 de março, 2024. https://www.iwgia.org/en/indonesia/5120-iw-2023-indonesia.html

———. 2024. "The Indigenous World 2024: China". Acesso em: 19 de março, 2024. https://www.iwgia.org/en/china/5365-iw-2024-china.html.

———. 2024. "The Indigenous World 2024: United States of America". Acesso em: 25 março, 2024. https://www.iwgia.org/en/usa/5396-iw-2024-united-states.html.

———. 2024. "The Indigenous World 2024: Colombia". Acesso em: 22 março, 2024. https://www.iwgia.org/en/colombia/5380-iw-2024-colombia.html.

———. 2024. "The Indigenous World 2024: Russia". Acesso em; 25 de março, 2024. https://www.iwgia.org/en/russia/5394-iw-2024-russia.html.

———. 2024. "The Indigenous World 2024: Democratic Republic of the Congo (DRC)". Acesso em: 15 de março, 2024. https://www.iwgia.org/en/democratic-republic-of-congo/5350-iw-2024-drc.html.

———. n.d. "Indigenous peoples in Canada". https://www.iwgia.org/en/canada.html.

———. n.d. "Indigenous peoples in Brazil". https://www.iwgia.org/en/brazil/5378-iw-2024-brazil.html

———. n.d "Indigenous peoples in Angola". https://www.iwgia.org/en/angola.html

———. n.d. "Indigenous peoples in Israel". https://www.iwgia.org/en/israel?start=4.

———. n.d. "Indigenous peoples in French Guiana". https://www.iwgia.org/en/french-guiana.html.

———. n.d. "Indigenous peoples in Mā'ohi Nui (French Polynesia)" . Acesso em 25 de março, 2024. https://www.iwgia.org/en/french-polynesia.html.

———. n.d. "Indigenous peoples in Kanaky". https://www.iwgia.org/en/kanaky-new-caledonia.html.

Kopenawa, Davi; Albert, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. Editora Companhia das letras, 2019.

Kreyenbroek, Philip G., and Stefan Sperl. 1991. The Kurds A Contemporary Overview. Routledge. 8-19

Kwokwo, Barume A. 2010. Land Rights of Indigenous Peoples in Africa. Copenhagen: IWGIA.

Littlechild, Wilton; Stamatopoulou, Elsa. ''Indigenous Peoples' Access to Justice, Including Truth and Reconciliation Processes''. Institute for the study of Human Rights: Columbia University, 2014.

Mathias, Fernando, Erika Yamada. 2010. ''Declaração da ONU sobre direitos dos povos indígenas.'' Povos Indígenas no Brasil, abril, 2010. https://pib.socioambiental.org/pt/Declara%C3%A7%C3%A3o_da_ONU_sobre_direitos_dos_povos_ind%C3%ADgenas#:~:text=Assim%2C%20foi%20criado%20em%201982,os%20Direitos%20dos%20Povos%20Ind%C3%ADgenas. Acesso em: 17 mar. 2024.

Marques, Pâmela Marconatto. 2011. "O Direito Internacional dos Povos Indígenas: ação e memória nativas reconstruindo a agenda internacional." Revista Jurídica da Presidência 12, no. 98: 515-539. https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/187/176

Mazel, Odette. 2009. "The Evolution of Rights: Indigenous Peoples and International Law." Australian Indigenous Law Review 13 (1): 140-158. https://www.austlii.edu.au/au/journals/AILRev/2009/8.pdf

Meressa Tsehaye; Seife Hailu, "Minority Empowerment, Self-Determination Rights and Sub-National Constitutionalism in Tigray National Regional State: An Analysis of the Kunama Community Case," Journal of Law, Policy and Globalization 31 (2014): 68-[i]

Mindoso, André Victorino. "POLÍTICA DA ASSIMILAÇÃO E SUA AMBIVALÊNCIA: a experiência moçambicana". Caderno CRH 34 (21

de dezembro de 2021): e021040. https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.30656.

Molina, Luísa, Pontes. 2023. Terra rasgada: como avança o garimpo na Amazônia brasileira.
Aliança em Defesa dos Territórios. https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/terra-rasgada-como-avanca-o-garimpo-na-amazonia-brasileira

Montaperto, Lara. "Per Che Cosa Si Combatte in Sudan?" Aliseo Editoriale, 22 de janeiro, 2024. https://aliseoeditoriale.it/per-che-cosa-si-combatte-in-sudan/.

Nações Unidas, Assembléia Geral, Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, relatório da Assembléia Geral, A/61/178 (mar. 2008). Nações Unidas, 2008.

Nações Unidas, Centro de Imprensa, Projeto de lei que expulsa 40 mil beduínos do deserto do Negev é condenado pela ONU. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/63290-projeto-de-lei-que-expulsa-40-mil-bedu%C3%ADnos-do-de serto-do-negev-%C3%A9-condenado-pela-onu Acesso em: 17 mar. 2024.

Nações Unidas, Assembléia Geral, Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, relatório da Assembléia Geral, A/61/178 (mar. 2008). Nações Unidas, 2008.

Öcalan, Abdullah. 2008. Guerra e paz no Curdistão: Perspectivas para uma solução política da questão curda. International Initiative.

Organização dos Estados Americanos (OAS). Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. 1989. Link para acesso https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o

%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Convenn%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf

OHCHR. "Human Rights Council Hears That the Severity of Violations Against Women and Girls in Afghanistan Might Amount to Crimes Against Humanity, and That Nearly 18 Million Individuals Face Acute Hunger in Sudan Amidst Looming Famine," 2024. https://www.ohchr.org/en/news/2024/06/human-rights-council-hears-severity-violations-against-women-and-girls-afghanistan.

"Os Hadza", Survival. Disponível em: https://www.survivalbrasil.org/fotos/hadza. Acesso em 17 mar. 2024.

Paniz, Flávia Xavier Merlotti. 2017. ''Mulher, vida e liberdade: gênero, etnicidade e ecologia no movimento de mulheres curdas em Rojava''. Paper presented at the 41° Encontro Anual da Anpocs. 13-30, 2017. https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/60202869/62051-269235-1-PB20190804-122084-9kh1w3-libre.pdf?1564953358=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DWomen_life_and_freedom_gender_ethnicity.pdf&Expires=1714778786&Signature=A3Ae72O5pDl~FsAi4DJnsrje6MSMddsnE0JFNKfAn0dC1DE9hI~U8aTzpXeCQ81fPhEMtL8NiJV-aWgAq~lJUixdKEPe-hNonyE7hcw8pelsG2ui2oHP0m0fIPWzVcw1zN3mAWDjwitf1RWGOYLy6NwRhRUSTBhwa0tDLvoTE62Wy5kVmdRS5a2ZDwg4UcE7zgSSbNwubiDmot3dz2mokZjkauOJqpX4~KxIWnMyET8vZmr6ntyViOIxeIN1JuedYPeCSYELhhkPLjfuruwlPZ1jBDOKvAZ2qlucTjTreu6uq0zE2MuW3g8PQxvwAxvsRj3j7AZYTVhArfU6DtBbWg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

Pícoli, Vianna Lucas, Munck, M. Cecília Maria, Souza, Maria Laura Araújo Garcia, Alcântara, Yasmin Costa de. 2020. ''As relações entre

território e poder: a problemática da questão curda''. Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior, (n) 2, v.12, 232-251. https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/772.

Povos Indígenas no Brasil. ''Convenção OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes nº. 169''. 2020. Última modificação 28 de outubro de 2020. https://pib.socioambiental.org/pt/Conven%C3%A7%C3%A3o_OIT_sobre_Povos_Ind%C3%ADgenas_e_Tribais_em_pa%C3%ADses_independentes_n%C2%BA._169#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20169%20da,direitos%20econ%C3%B4micos%2C%20sociais%20e%20culturais.

Pulk, Åse M. P. "About the Sámi Parliament," n.d. https://sametinget.no/about-the-sami-parliament/.

Raussert, Wilfried. 2011. Lobbying for Global Indigenous Rights: The World Council of Indigenous People (1975-1997). Forum for Inter-American Research. June 6, 2011. http://interamerica.de/current-issue/kemner/#footnote1

Rosa, Rogério Reus Gonçalves da. 2011. Mitologia e Xamanismo nas relações sociais dos Inuit e dos Kaingang. Espaço Ameríndio, (n)3, v.5, 98-122. https://doi.org/10.22456/1982-6524.23598.

Silva, Pedro Henrique Moreira. O derretimento do Oceano Ártico e os impactos na população tradicional Inuit: possibilidades e desafios. SCIAS. Direitos Humanos e Educação, v. 3, n. 1, p. 202-220, 2020. https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/4501

Simon K. Seno & W. W. Shaw (2002): Land Tenure Policies, Maasai

Traditions, and Wildlife Conservation in Kenya, Society & Natural Resources: An International Journal, 15:1, 79-88

Smith, Linda Tuhiwai. ''Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous''. Zed Books Ltd: University of Otago Press, 1999.

Stranden, Anne Lise, and Nancy Bazilchuk. "The Sámi in Norway Have More Influence on Politics Than the Swedish Sámi." ScienceNorway, February 6, 2020. https://www.sciencenorway.no/election-forskningno-norway/the-smi-in-norway-have-more-influence-on-politics-than-the-swedish-smi/1413955.

"Tanzania: Authorities brutally violated Maasai amid forced evictions from ancestral lands", Amnesty International, June 06 2023. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/06/tanzanian-authorities-brutally-violated-maas ai-amid-forced-evictions/#:~:text=The%20violations%20are%20now,%20everyday, in%20rel
ation%20to%20his%20death. Acesso em: 17 mar. 2023.

The Sámi Parliament of Finland. "The Sámi Parliament of Finland," n.d. https://samediggi.fi/en/.

Thornberry, Patrick. 2013. "Indigenous peoples and human rights". In: _____ Indigenous peoples and human rights". Manchester: Manchester University Press.

"United Kingdom of Great Britain & Northern Ireland UN General Assembly, Third Committee – 76th Session Statement for the Interactive Dialogue With the Special Rapporteur on the Rights to Freedom of Peaceful Assembly and of Association."

Unmeetengs.Org, 2022. https://www.google.com/url?q=https://estatements.unmeetings.org/estatements/11.0030/20211014/AC547x0AOjGE/UBbTHasFomWN_en.pdf&sa=U&sqi=2&ved=2ahUKEwj1yb6l1oeHAxVSgP0HHQFKCc4QFnoECD0QAQ&usg=AOvVaw2FA-RbPw4JGMWUOHx_rvKh.

United Nations. (2007). United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples. United Nations.

United Nations, Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. Indigenous Peoples and the United Nations Human Rights System: Fact Sheet No. 9/Rev.2. Nova Iorque e Genebra. 2013

United Nations Development Group. Guidelines on Indigenous Peoples' Issues: HR/P/PT/16. Nova Iorque e Genebra. 2009

United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). Paris. Conference of the Parties. 2015. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf

United States Institute of Peace. "Iraq Timeline: Since the 2003 War," n.d. https://www.usip.org/iraq-timeline-2003-war.

Wiessner, Siegfried. 1999. "Rights and Status of Indigenous Peoples: A Global Comparative and International Legal Analysis" 12 Harvard Human Rights Journal 57, 98.https://journals.law.harvard.edu/hrj/wp-content/uploads/sites/83/2020/06/12_Wiessner_Rights-and-Status-of-Indigenous-Peoples.pdf

———. 2011. ''The Cultural Rights of Indigenous

Peoples:Achievements and Continuing Challenges''. European Journal of International Law, 22(1), 121–140. doi:10.1093/ejil/chr007

Vieira, Marina A. R. de Mattos, and Lima, Lucas P. das N. S. 2019. Terra Indígena Yanomami: Plano de Gestão Territorial e Ambiental com Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana. Hutukara Associação Yanomami. https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/terra-indigena-yanomami-plano-de-gestao-territorial-e-ambiental-com-protocolo-de

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS (CDHNU)

A Preservação do Direito das Crianças Durante Conflitos Armados

Ana Carolina Paiva[76]
Helena Petry Mizunski Peres[77]
Mateus Bianco Oliveira[78]

RESUMO

O presente guia de estudos sobre "A Preservação do Direito das Crianças Durante Conflitos Armados" fornece, a partir de uma revisão bibliográfica, uma reflexão sobre um tema de extrema relevância, visto que conflitos persistem em toda história da humanidade trazendo mais perigo para aqueles mais vulneráveis. As crianças, em especial, por ainda estarem em formação, são mais influenciáveis ao seu contexto e carregam as consequências de suas vivências para a vida adulta. Ou seja, viver em meio a um conflito pode trazer diversos malefícios a curto e longo prazo para os menores. Portanto, dentro do Direito Internacional dos Direitos Humanos, como apresentado em nosso estudo, há instrumentos para proteger as crianças que vivem em meio a conflitos armados. Porém, os infantes seguem sofrendo diversas violências, exploração para conflitos, abuso, tortura e tratamentos cruéis. O objetivo do

[76] Ana Carolina é estudante de Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU).

[77] Helena é estudante de Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU).

[78] Mateus é estudante de Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor-Assistente do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU).

artigo é abordar a contextualização histórica de como a sociedade internacional tratou do problema até o momento, serão apresentados tratados e regras internacionais sobre o tema. Além disso, o guia conterá posicionamentos dos Estados que participarão da simulação.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) consiste em um conjunto de normas que determinam as obrigações dos governos de atuar para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de indivíduos e grupos. As bases dessas leis são a Carta das Nações Unidas, de 1945, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Desde então, as Nações Unidas expandiram essas leis para incluir a proteção de minorias e grupos vulneráveis, como as crianças e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, e a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989.

Diferente do Direito Internacional Humanitário (DIH), conjunto de normas que regula as condutas durante conflitos armados. As fontes do DIH são os tratados, especialmente as Convenções de Genebra, de 1949 e 1977; o costume internacional, ou seja, práticas amplamente aceitas e reconhecidas entre os países; princípios gerais; decisões de tribunais internacionais; e doutrinas. Em algumas situações durante o conflito armado, o DIDH irá regir, por se tratar de Direitos Humanos inegociáveis, direito à vida, proibição de tortura, proibição de escravidão, proteção contra genocidios, proteção de civis e não combatentes, respeito ao principio de proporcionalidade e ao principio de distinção.

A partir desse cenário, é necessário, também, se aprofundar no Direito Internacional Público, no qual há a distinção entre jus ad bellum e jus in bello. O jus ad bellum se refere ao estudo e à definição de condições em que é legítimo um Estado usar sua força para iniciar um conflito armado[79]. Já o jus in bello é sinônimo de DIH, segundo Sassòli (2019), e protege a vida e a dignidade afetadas por conflitos armados. A CICV o define como uma busca por minimizar o sofrimento em um conflito armado, protegendo e assistindo as vítimas do conflito.

Em situações de conflitos armados, os menores são afetados diretamente e de forma ainda mais intensa. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU 2021), em 2020, verificou-se 26.425 violações contra crianças em situação de conflito, o que equivale a, aproximadamente, três violações dos direitos das crianças por hora.

Sob essa ótica, a Convenção sobre os Direito das Crianças, de 1989, estabelece que os Estados devem garantir, segundo o artigo 3, o interesse da criança; segundo os artigos 7 e 8, o direito à identidade; segundo o artigo 28, o direito à educação; entre outros. Ademais, é delimitado que os Estados devem promover recuperação física e psicológica para toda criança vítima de qualquer negligência, abuso ou exploração sofrida durante um conflito. Ainda na mesma Convenção, é estabelecido que os Estados devem respeitar as leis de DIH, especialmente as que são relevantes para criança, como tomar todas medidas possíveis para evitar que menores de 15 anos participem de hostilidades, não

[79] O tema é abordado na Carta das Nações Unidas (1945), nos artigos 2 e 51.

recrutá-los para as forças armadas, e garantir a proteção e cuidado das crianças afetadas por um conflito.

Com isso, entende-se que o tema é de extrema complexidade, visto que há diversas bases legais que protegem as crianças em períodos de conflitos, porém ao analisar os dados, nota-se que os cuidados são muitas vezes pospostos, causando muita dor e angústia para os menores. Nessa senda, é necessário compreender a contextualização histórica de como o problema é enfrentado.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

Desde sempre, crianças e conflitos armados convivem juntos. As guerras, que marcaram a História de todas as nações do globo, sempre foram brutais a todos, especialmente com os mais vulneráveis, como os mais jovens. A problemática, todavia, não se dá somente a partir da presença de crianças em tais conflitos e os efeitos dessa participação, o que já é preocupante por si só, mas também pela mudança de perspectiva que a atuação infantil em guerras adquiriu nos últimos séculos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (Pereira 2012; Plattner 1984).

O envolvimento de crianças em conflitos armados possui uma história extremamente antiga e multifacetada, presente em diversas áreas do mundo. Primordialmente, os indícios mais remotos são datados em cerca de 10 mil anos atrás, época entre o fim do período do Pleistoceno e início do Holoceno, a partir de um grupo de esqueletos encontrados no sítio arqueológico de Nataruk, no Quênia. Nos ossos encontrados haviam marcas e fissuras que possivelmente indicavam ferimentos intencionais e oriundos de

uma forma de conflito, como perfurações e fraturas na região do crânio, por exemplo. Entre os esqueletos também encontravam-se resquícios de seis crianças e que, apesar de não apresentarem traumas similares aos adultos, a proximidade infantil aos conflitos já era uma realidade na pré-história (Lahr et al. 2016). Outro caso de alta relevância foi ainda durante a Antiguidade na cidade de Esparta, na qual a militarização era inserida desde a infância com o intuito de familiarizar as crianças ao futuro de defensores da pólis. Assim, os meninos espartanos passavam por treinamentos militares intensos a partir dos sete anos, momento em que tornavam-se posse do Estado, até os vinte anos, quando viravam guerreiros e protetores da cidade até a morte (Ferreira 2010).

Em face de uma realidade constante de intensificação das batalhas — entre os anos 400 a.C. e 400 d.C. — foi desenvolvido um épico indiano denominado Mahabharata, um trabalho complexo e rico em versos sânscritos sobre a guerra justa (dharma yuddha), enfatizando o que é ético, virtuoso e moral em cenários de conflito armado. A obra embasada em pilares do Hinduísmo clássico, composta por 80 mil versos e dezoito volumes, é emblemática pela sua diplomacia em relação à mediação de conflitos por um meio lírico, citando formas de conciliação e detalhamento de regras que deviam ser seguidas durante as guerras, inclusive listando o homicídio e o recrutamento de crianças como uma violação gravíssima (Balkaran 2022). Já em meados do século XVII, foi feito o uso de um "código de honra", estruturado por Artigos sobre a Guerra decretados pelo rei Gustavo II Adolfo, da Suécia, em 1621, e que funcionou entre os combatentes como um impedimento à participação direta ou da utilização como alvo nas atividades militares de crianças e mulheres (Pereira 2012). Logo, evidencia-se a

problemática a partir de uma perspectiva atemporal, a qual apresenta uma vulnerabilização infantil muito antiga e, concomitantemente, a documentação das tentativas de regularizar seus direitos em meio aos conflitos. Mas, foi somente no século XX que iniciou-se a noção de direitos humanos das crianças e, com isso, a promulgação das primeiras leis de proteção à infância (Chakur et al. 1998).

Segundo Pereira (2012), as guerras antigamente eram, geralmente, desenvolvidas entre dois ou mais países diferentes e seus respectivos exércitos oficiais. Todavia, com o passar dos anos, especialmente durante os séculos XX e XXI, os conflitos se tornaram menos internacionais, no sentido que passaram a ser travados entre Estados e grupos armados não-estatais, ou entre os próprios grupos, deixando um pouco de lado a ideia de guerra como o enfrentamento entre dois Estados. Dessa forma, os campos de batalha, infelizmente, começaram a envolver as cidades e áreas civis, e a violência contra a população virou uma arma para vencer a guerra.

Dessa forma, é entendimento do Direito Internacional Humanitário (DIH) de que a guerra é algo que deve ser regulado para evitar ao máximo o sofrimento causado por ela, visto que, apesar da guerra ser um fenômeno exclusivo da humanidade, a dor e o trauma causados por ela são desumanos (Melzer 2019). Ainda segundo Melzer (2019), os efeitos e a violência decorrentes dela não devem afetar a vida civil, especialmente a vida das crianças. Os jovens devem ter sua infância preservada, não só tendo acesso ao básico, como saúde, educação, segurança e alimentação, mas também devem ter o direito de participar de uma unidade familiar,

de ter uma identidade e, acima de tudo, de ter uma vida digna (Hampton 2020; Pereira 2012; Policinski e Krotiuk 2019).

2.1 Crianças em Áreas de Conflito Armado

Os conflitos na Síria, a guerra de Tigré, os confrontos entre Israel e Hamas, os ataques de grupos armados no Equador e a guerra na Ucrânia, além das guerrilhas na região do Congo, representam apenas uma fração da violência presente no cenário internacional contemporâneo. Muitos desses conflitos já perduram por anos, ou até mesmo décadas; ou seja, há crianças que nasceram em meio ao caos e desconhecem a realidade de um mundo sem o constante medo de bombardeios, sem as fugas incessantes e sem a destruição contínua de tudo ao seu redor. Essas crianças presenciaram suas cidades, tribos, famílias e pais sofrerem as mais terríveis atrocidades diante de seus olhos, devido a conflitos que elas não compreendem (Campos 2007; Duraj 2015). Muitas delas, infelizmente, são vítimas diretas dessas atrocidades. As que não perdem suas vidas, perdem suas infâncias.

É quase impossível que essas crianças possam ter acesso a escolas, a ambientes de lazer, a parques e outros locais que deveriam ser frequentados pelas crianças de todo o mundo. Além disso, a pobreza e a fome são fatores essenciais para o escasso desenvolvimento físico e mental dos jovens e, muitas vezes, impedem uma possível mudança de situação, tornando os meios de fuga inacessíveis, e, com isso, forçando-os a ficar numa zona de confronto. Também, não podemos deixar de lado a realidade das crianças-soldado, que, muitas vezes, são coagidas a participar ativamente dos confrontos. No caso das meninas, a situação é muito

mais agravante, visto que estão constantemente vulneráveis a violência sexual e acabam engravidando dos seus estupradores (Campos 2007). Essas condições violam não só declarações de direitos humanos, como a Convenção sobre Direitos das Crianças, mas também tratados de DIH, que regularizam comportamentos em tempos de conflitos, como as Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais.

Como será abordado nos próximos pontos, veremos que os jovens podem ser – e frequentemente são – expostos a tais condições por uma quantidade extensa de tempo. Inclusive, em muitos casos, a guerra é tudo que eles conhecem, dado que os conflitos já estavam estabelecidos quando nasceram. Em outras situações, essas crianças são deliberadamente e constantemente perseguidas por conta de sua etnia, nacionalidade, religião ou outro fator relacionado à sua existência, fazendo com elas estejam o tempo todo lutando contra forças que desejam o fim de seu povo.

2.2 Ocupações, Genocídios e Crimes de Guerra

Para além das situações em que crianças acabam acidentalmente em zonas de conflitos armados, também é importante a menção aos casos em que existe a vontade explícita de afetar a parcela jovem de determinada população, buscando, com isso, o ataque diretamente às suas raízes e, consequentemente, o seu extermínio. Por serem vulneráveis e, ao mesmo tempo, tão importantes para a continuidade de uma cultura, as crianças muitas vezes tornam-se alvos de tentativas de genocídios sistemáticos e de limpezas étnicas.

No Estatuto de Roma, que rege o Tribunal Penal Internacional (TPI),[80] a definição do crime de genocídio está no artigo 6º. Dentre outras descrições, estão:

> (c) infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar sua destruição física total ou parcial;
> (d) impor medidas com a intenção de evitar nascimentos dentro do grupo, e;
> (e) transferir à força crianças do grupo para outro grupo. (ICC 1998).

O TPI é o principal órgão internacional para responsabilizar e aplicar sanções criminais a quem comete o crime de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. É de extrema importância a existência de uma definição de "genocídio" como a apresentada pelo TPI, especialmente por considerar o fator da intenção (mental element) em relação ao crime cometido. Segundo Werle e Jessberger (2005), os atos cometidos contra a população civil - incluindo as crianças - adquirem uma nova natureza quando feitos com a intenção de exterminar ou ferir algum grupo e, desse modo, podem ter sua responsabilidade atribuída a um indivíduo.

Um dos maiores exemplos de limpeza étnica ocorreu durante os conflitos relacionados à ex-Iugoslávia, que aconteceram entre 1991 e 2001. Dentre os diversos crimes de guerra e contra a humanidade cometidos, foram instalados "campos de estupro" em que as mulheres eram reunidas e constantemente violentadas sexualmente pelos soldados sérvios, na intenção de nascerem mais

[80] Órgão universal responsável por julgar indivíduos acusados de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e de agressão. Em inglês, International Criminal Court (ICC).

crianças sérvias e apagarem outras etnias da região. Segundo Peres (2011), nestes campos, também existem relatos de crianças sendo estupradas e mortas pelos soldados, sem contar que as que nasciam fruto de tais violências eram abandonadas e se tornaram "fantasmas" na história da região. Além disso, muitas dessas crianças tiveram seus direitos humanos fundamentais violados, como o direito à vida, à identidade, à família e à liberdade de expressão, entre outros citados na Convenção sobre os Direitos das Crianças, de 1989 (UNICEF, 1989).

Outro exemplo mais recente seria o conflito entre Israel e o grupo armado Hamas. São diversas as denúncias de veículos internacionais e locais a respeito da

> precariedade na saúde nos territórios ocupados, pela proibição de importação de produtos médicos, falta de água potável e energia, desnutrição generalizada, demolição de casas (e proibição na importação de materiais para reconstruí-las), ataques feito (sic) a escolas, inclusive às alas de pré-escola, além de mortes de crianças não envolvidas em conflitos (Faria 2014, 61-62).

O procurador-chefe do TPI, Karim Khan, em 20 de maio de 2024, solicitou o mandado de prisão de diversos líderes militares envolvidos no conflito entre Israel e Hamas. Dentre eles, estava o Primeiro-Ministro israelense, Benjamin Netanyahu, que foi acusado de, intencionalmente, causar fome a uma população civil, dirigir ataques a uma população civil, gerar grande sofrimento a uma população civil, entre outros (ICC 2024). Apesar de que o TPI acuse Netanyahu de crimes de guerra, também menciona os crimes contra a humanidade de perseguição e extermínio - embora não tenha sido formalmente acusado do crime de genocídio - reconhecendo

a violência sistemática israelense contra o povo palestino, de forma que as abordagens e operações muitas vezes não só não se preocupam com a violência e as mortes de pessoas pertencentes a tal grupo, mas, possivelmente, também buscam o seu sofrimento (Faria 2014).

2.3 Crianças-soldado

Segundo os Princípios de Paris, desenvolvidos pelo Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)[81] em 2007, a criança-soldado se refere a qualquer pessoa com menos de dezoito anos de idade, recrutada ou utilizada pelas forças armadas de um Estado ou grupos armados, que participe, ativamente, em hostilidades, podendo ser combatente, cozinheiro, carregador, mensageiro, espião, entre outras funções (UNICEF 2007). Dessa forma, assim como frisa Moro (2014), não é necessário que a criança pegue em armas e participe diretamente dos combates para que seja considerada uma criança-soldado, mas sim que tome parte ativamente em alguma função do grupo armado.

Existem múltiplos registros históricos sobre a participação de crianças em guerras, mas é um fenômeno que tem se tornando mais frequente, no sentido que

> o surgimento de novos tipos de conflitos, nomeadamente envolvendo forças de guerrilha, a partir dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX, fez com que o envolvimento direto das crianças nas hostilidades se tornasse uma realidade. E, mais recentemente, com os

[81] Em inglês, United Nations International Children's Emergency Fund.

> novos tipos de conflitos armados internos, essa situação agrava-se (Pereira 2012, 984).

São diversos os motivos que levam uma criança a se tornar uma criança-soldado. Paiva (2015) destaca a influência das condições sociais e econômicas das regiões afetadas pelos conflitos armados, fazendo com que, muitas vezes, a participação em um grupo armado seja a única forma de sobrevivência para aquelas que perderam completamente sua estrutura familiar devido à guerra. Além disso, devido à condição precária de muitos grupos armados não-estatais, especialmente em regiões referentes à África Central, os membros recorrem ao rapto e ao alistamento forçado de crianças para conseguir mais força de trabalho e garantir, de certa forma, a continuidade da existência do grupo. Segundo a ACNUR (1996), muitas vezes as crianças são, inclusive, preferíveis de serem agregadas aos grupos, visto que muitos comandantes acreditam que são mais obedientes e manipuláveis.

Não se deve deixar de lado, ainda, os fatores psicológicos e emocionais que afetam diretamente as pessoas e, em especial, os jovens durante um conflito armado. Muitos, ao verem as famílias serem assassinadas ou torturadas, buscam vingança e se juntam aos grupos armados, buscando algum tipo de justiça. Segundo Aguilar e Guerra (2022), existem casos em que a vida de combatente era cobiçada e desejada pelas crianças, especialmente nas regiões da África Central, em que a violência era extremamente destruidora perante as cidades civis e acabava por deixar um grande número de crianças órfãs.

2.3.1 O Caso da Alemanha Nazista e da Juventude Hitlerista

Em 1926, era criado um departamento juvenil dentro do Partido Nazista para instruir os jovens e educá-los segundo os ideais do nazismo - a Juventude Hitlerista. Segundo Santos e Muniz (2012), as crianças viam aquela oportunidade como uma forma de participação política e possibilidade de mudança frente à crise social e econômica que assolava a Alemanha. Esse cenário fez com que os jovens se tornassem vulneráveis à manipulação nazista e à implementação das ideias do partido, como o antisemitismo, o belicismo e a crença da superioridade ariana (Santos e Muniz 2012).

Com o início da Segunda Guerra Mundial e, em um primeiro momento, o grande avanço das tropas nazistas, o entusiasmo alemão cresceu exponencialmente, assim como a adoção dos jovens à Juventude Hitlerista. Aos poucos, o Partido Nazista alemão passou a não só contar com o apoio da população mais jovem, mas também se infiltrar no seio da sociedade - a família. A dedicação era tanta que as crianças, indiretamente, além de propagar os ideais para as suas comunidades, também se tornavam espiãs de Hitler em suas próprias casas, doutrinadas para delatar qualquer ato que fosse contra a política nazista, mesmo que realizado por familiares (Santos e Muniz 2012).

Assim que as primeiras derrotas alemãs foram acontecendo, foi criada a 12a Divisão Panzer da Schutzstaffel (SS),[82] que era composta, em sua grande maioria, por membros da Juventude Hitlerista e era conhecida por "Divisão Leite de Bebê" (Santos e Muniz 2012, 276). As tropas foram enviadas para a defesa

[82] Organização paramilitar filiada ao Partido Nazista alemão, responsável pela guarda de seus membros e pela vigilância e policiamento geral.

da costa francesa, visando a contenção da invasão do Dia D. Contudo, face a face com o exército aliado, composto por homens adultos e preparados para a guerra, os jovens da 12a Divisão não tiveram chance. Segundo Santos e Muniz (2012),

> esses garotos foram educados numa cultura de responsabilidade, senso de comunidade e dever de realizar sacrifícios, de manter a camaradagem acima de tudo, de se autocontrolar e de dar a vida pela Alemanha. (Santos e Muniz 2012, 276)

Além dos jovens enviados para se sacrificar em nome do atraso do avanço aliado, Hitler também enviou crianças aos confrontos em Berlim, na próxima e certa derrota da Alemanha e do Partido Nazista. Um número bastante elevado de pessoas, incluindo idosos e crianças de 11 a 12 anos, foram recrutados para a defesa das cidades alemãs, o que se mostrou um claro gesto de desespero de Hitler e, infelizmente, gerou a morte de milhares de pessoas (Santos e Muniz 2012).

Apesar de que, durante o julgamento de Nuremberg, ninguém tenha sido diretamente julgado pelos crimes contra crianças, tanto o líder da Juventude Hitlerista quanto o comandante da 12a Divisão foram condenados por seus crimes de guerra. Além disso, nenhum membro da Juventude foi acusado, "uma vez que a Corte concluiu que os mesmos foram traídos e ludibriados, sendo sacrificados por um regime brutal" (Santos e Muniz 2012, 283).

Dessa forma, pela primeira vez oficialmente, reconheceu-se a importância de manter as crianças e os jovens o mais longe possível de conflitos armados. No caso dos jovens da Juventude Hitlerista, nenhum de seus membros teve o direito à infância, de

modo que, desde muito novos, já estavam envolvidos em questões político-militares, sem a possibilidade de desenvolver personalidade própria e de poder viver a juventude são e salvos dos perigos do mundo (Santos e Muniz 2012).

2.3.2 Os Casos da Libéria, de Serra Leoa e de Uganda

A região central africana foi marcada, no último século, por diversos conflitos internacionais e não-internacionais, com grande ênfase em guerras civis, insurgências, golpes de Estado e violências generalizadas. Infelizmente, durante a prática de essas e muitas outras atrocidades, crianças foram usadas como combatentes nos conflitos.

Na Libéria, os conflitos se organizaram, basicamente, em duas guerras civis: uma com início em 1980, com o golpe de Estado feito por Samuel Kanyon Doe,[83] o que iniciou um período ditatorial marcado por perseguições políticas e étnicas e por crises econômicas; a segunda, por sua vez, teve início em 1997, com a subida ao poder de Charles Taylor,[84] líder da National Patriotic Front

[83] Samuel Kanyon Doe era um sargento do exército liberiano. Em 1980, foi o principal articulador do golpe de estado que resultou no assassinato do presidente William R. Tolbert J e 13 membros de seu gabinete. Doe instalou um regime autoritário, alegando que estava lutando contra uma elite américo-liberiana que dominava o país. Após as eleições de 1985, que foram acusadas de ser fraudadas, foi eleito como presidente do país. Durante os embates contra a NPFL, foi capturado, torturado e assassinado (Guerra 2022).

[84] Charles Ghankay Taylor foi o líder do grupo armado National Patriotic Front of Liberia (NPFL) desde sua fundação, em 1989, até o fim da Guerra da Libéria. Antes de fundar o grupo, Taylor fazia parte do governo de Doe; todavia, fugiu do país em 1983 devido a discordâncias políticas. Em 1997, foi eleito presidente do país, marcando o fim do conflito. Taylor, em 2003, foi acusado e, posteriormente, julgado pelo Tribunal Especial para Serra Leoa (SCSL, sigla em inglês), sendo condenado a 50 anos de prisão

of Liberia (NPFL) e inimigo de Doe, que manteve a instabilidade política e deu seguimento aos conflitos. Em ambos períodos, os conflitos contavam com a grande participação de crianças-soldado. Inclusive, a NPFL tinha sua própria "Small Boys' Unit" (Aguilar e Guerra 2022, 84). Diferentemente de outros lugares, os jovens liberianos foram, em sua maioria, voluntariamente se juntar aos grupos armados, de modo que a vida de combatente infantil se tornasse algo desejado pelas crianças. Todavia, as experiências ainda relatam extrema violência dos combatentes em relação aos jovens, utilizando-se de métodos de tortura física e psicológica, sem contar os frequentes estupros das meninas - mesmo que, muitas vezes, também fossem combatentes, ainda sofriam diversos tipos de assédio (Aguilar e Guerra 2022).

Após o fim dos conflitos, durante os julgamentos da Comissão de Verdade e Reconciliação (TRC), as crianças, por mais que não pudessem ser oficialmente julgadas devido ao limite de idade, demonstraram arrependimento e vontade de reparar os danos cometidos por elas durante a época em que estavam juntas aos grupos armados. A TRC, ao fim, decidiu pela anistia de todas (Aguilar e Guerra 2022).

Em Serra Leoa, os conflitos também se deram por meio de guerras civis entre grupos armados, especialmente a Frente Revolucionária Unida (RUF)[85] contra o governo, representado pelos partidos Sierra Leone People's Party e All People's Congress. O uso de crianças-soldado pelos agentes do conflito foi generalizado e, infelizmente, extremamente brutal, dado que eram "usadas em

pelos crimes contra humanidade e pelos crimes de guerra cometidos durante a Guerra da Libéria (Guerra 2022).

[85] Em inglês, Revolutionary United Front.

ataques contra a população civil, praticando assassinatos, estupros, decapitações e mutilações, assim como queima de residências e destruição de vilas" (Aguilar e Guerra 2022, 88). Elas eram frequentemente submetidas a um processo de tortura e incentivadas a utilizar substâncias tóxicas, como o álcool e a cocaína, além da manipulação psicológica, a confecção de tatuagens de forma arbitrátria e, principalmente no caso das combatentes meninas, assédio sexual, onde eram escolhidas como "esposas" de um dos combatentes.

Na hora de julgar os conflitos, o Tribunal Especial para a Serra Leoa, formado em conjunto com a ONU, decidiu por ter jurisdição em relação aos crimes cometidos por crianças, mas sempre atendo-se à pouca idade e buscando a reintegração do jovem. No geral, as ex-crianças-soldado recebiam medidas protetivas que facilitassem sua volta à vida civil e penas muito brandas (Aguilar e Guerra 2022).

Por fim, em Uganda, ao contrário da Libéria e de Serra Leoa, o conflito não foi causado por guerra civil, mas sim por uma insurgência violenta contra o governo do país, representada pelo Lord's Resistance Army (LRA), em 1987, durando até meados da década de 2000. Assim como nos outros casos, o uso de crianças como combatentes era ostensivo. Inclusive, é relatado que o LRA possuía o combatente mais novo do mundo, de apenas 5 anos (Aguilar e Guerra 2022).

Ao todo, cerca de 30 mil crianças foram alistadas pelo grupo, e a brutalidade dos atos cometidos pelos jovens era imensa. Quando um novo membro era recrutado – muitas vezes, por meio de sequestros – ele era obrigado "a matar publicamente um parente ou amigo e beber seu sangue ou esquartejar seu corpo,

como forma de dessensibilizá-los à violência, sob pena de eles mesmos serem assassinados" (Aguilar e Guerra 2022, 93). As meninas recrutadas eram frequentemente violadas sexualmente pelos combatentes e muitas vezes acabavam por gerar um filho com eles, o que dificultava uma possível fuga. Além disso, o uso de substâncias tóxicas, como drogas, era comum também, visando o encorajamento das crianças perante os momentos de conflito direto. No ano 2000, o Parlamento de Uganda aprovou a Lei de Anistia, que acabou sendo aplicada também às crianças-soldado, impedindo que fossem acusadas pelos crimes cometidos durante o período em que foram parte de grupos armados.

Destes três casos supracitados, é de suma importância, além do entendimento dos detalhes e da complexidade da experiência de uma criança-soldado, a análise sobre os mecanismos de tentativa de reinserção social utilizados nos países africanos. A sua grande maioria não teve uma taxa expressiva de sucesso, falhando ao não considerar os estigmas sociais criados perante esses jovens, especialmente em relação às meninas combatentes, que muitas vezes voltavam grávidas de seus estupradores e não eram aceitas novamente em suas famílias, devido ao caráter historicamente patriarcal dessas sociedades que as viam como promíscuas. Em muitos casos, as tribos e famílias não querem aceitar as crianças de volta depois das atrocidades cometidas, e muitos dos que são aceitos acabam por nunca mais conseguir viver uma vida civil novamente e, às vezes, voltavam a viver com o grupo armado. Ademais, muitas não conseguiam quebrar os laços formados com seus colegas de combate ou até mesmo não aguentavam o "ciúme da comunidade com relação à assistência

que lhes era prestada por serem ex-combatentes" (Aguilar e Guerra 2022, 94).

2.3.3 O Caso da Colômbia

Historicamente, o conflito colombiano pode ser explicado pela profunda desigualdade social que assola o país até hoje, resultando em uma exclusão social significativa daqueles menos favorecidos economicamente (Kruijt 2008). A partir disso, ainda de acordo com Kruijt (2008), surgiram locais em que o governo colombiano não conseguia acesso, o que acabou facilitando a proliferação de atores armados não estatais para suprir esses vazios. Nessas regiões, os jovens crescem já vivendo a violência, como vítimas ou agentes (Rodríguez 2004).

O conflito armado colombiano decorre, principalmente, por conta do controle de terras. Além disso, envolve forças do governo, guerrilhas e grupos paramilitares. Ressalta-se que todos os atores do conflito utilizam-se de alguma forma das crianças, inclusive as forças armadas estatais que usam das crianças para receber informações por meio de pagamentos ou coerções (Nabuco [s.d.]). Já os grupos paramilitares oferecem salários para atrair os menores: Os valores podem oscilar entre 900.000 e 1.200.000 pesos colombianos (aproximadamente de US$ 366 a US$488), pagos a cada três meses e com bônus por missões especiais (Watchlist on Children and Armed Conflict 2004).

Ademais, no país observa-se uma militarização da sociedade como um todo, segundo Nabuco ([s.d.]). Existem programas estatais especialmente para as crianças se familiarizarem com a rotina de guerra (Rojas 2012). Porém, até o governo de Juan Manuel Santos (a partir de 2010), a política externa da Colômbia era

de negar a existência de um conflito armado no seu território, porque assim os grupos armados não seriam vistos como combatentes, não teriam direitos de combatentes dentro do DIH (Nabuco [s.d.]). A partir do momento em que foi reconhecida a existência de um conflito armado não internacional, o tema das crianças-soldados já foi encarado como um problema de segurança internacional. O Primeiro Informe do Secretário Geral das Nações Unidas sobre o tema foi lançado dia 28 de agosto de 2009, e coloca a Colômbia na lista de países que permitem o recrutamento de crianças por grupos armados em 31 dos seus 32 departamentos (Rojas 2012).

No final da década de 1990, o Estado colombiano criou o "Programa de prevención para el reclutamiento y uso de niños, niñas y adolescentes por los Grupos Armados Organizados al Margen de la Ley y atención, seguimiento y acompañamiento a los desvinculados", visando evitar a vinculação dos jovens com grupos armados (Sánchez 2010). Nabuco ressalta que faltam apoio financeiro e técnico para o programa. Por fim, o Estado não oferece tratamento ou status jurídico especial para ex-crianças soldados, ou seja, estes podem ser responsabilizados penalmente, esse fato desincentiva aquelas crianças que já estão envolvidas com grupos armados de saírem desta realidade, o que clarifica um desentendimento do governo sobre as especificidades do tema (Nabuco [s.d.]).

2.3.4 O caso da República Democrática Congo

A República Democrática do Congo (RDC), país situado na África central e considerado um dos mais pobres do mundo, é marcada há décadas por cenários constantes de conflitos, com

ênfase à guerra civil denominada Segunda Guerra do Congo, que durou de 1998 a 2003. Também chamada de Guerra "Mundial" Africana, foi reconhecida pela predominância de rivalidades interestatais múltiplas na região, sucedendo a quebra da aliança vencedora da Primeira Guerra do Congo. A conflagração foi uma das mais violentas no continente e tomou proporções imensas, inclusive no surgimento de outros conflitos étnicos em meio à guerra, que ainda refletem nas instabilidades subsequentes enfrentadas pelo país (Silva 2012).

Devido aos longos períodos de guerra, a presença de soldados adultos no território foi tornando-se escassa e as forças armadas voltaram-se às crianças como alternativas para o preenchimento dessas vagas (Morini 2010). Em 2004, a responsabilização pelos crimes cometidos durante a Segunda Guerra do Congo ganham uma nova dimensão com a atuação do TPI no julgamento e condenação do primeiro réu, ex-líder rebelde Thomas Lubanga Dyilo, pelo crime de recrutamento de crianças para comporem a sua milícia (Siqueira 2020). A investigação do TPI permanece em curso para identificar todos os culpados de crimes durante o período do conflito, assim como as suas consequências e, até o ano de 2020, mais cinco pessoas tiveram mandados de prisão emitidos contra elas (International Criminal Court s.d.).

Contudo, o caso da RDC e o julgamento do TPI representam uma questão de extrema complexidade e ainda requer muitos esforços para que as crianças que moram nessas regiões tenham condições de vida dignas, priorizando a atenção internacional sobre a consolidação dos direitos humanos na África (Júnior 2005). Essa afirmação legitima-se, por instância, por uma compilação de dados feita pela ONG Save the Children em 2022, a

qual identificou os dez piores países sob conflito armado para ser uma criança. A pesquisa considerou um levantamento da porcentagem de crianças na população congolesa, o número de crianças vivendo em zonas de conflito e, por fim, a sua letalidade. Após a verificação dos três fatores citados, a análise conclui que a RDC lidera o ranking, com mais de 11 milhões de crianças em situação de risco dentro do país (Save the Children 2022).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta seção será feita uma breve análise acerca do envolvimento de crianças em conflitos armados e seus respectivos impactos físicos e sociopsicológicos. Será feita uma discussão acerca da progressão preocupante das consequências geradas para a faixa etária, além da dificuldade de classificação e apoio aos traumas infantis. Por fim, haverá uma exposição sobre os regimes de direitos humanos e de direito internacional humanitário e suas respectivas proteções às crianças em vulnerabilidade.

3.1 A Vulnerabilização das Crianças em Conflitos Armados

A violência, como conceituada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se de um assunto de relevância permanente na sociedade global, encarada como um problema de saúde pública, com diversas consequências que não devem ser negligenciadas. Sob essa ótica, no Relatório mundial sobre violência e saúde, elaborado pela organização, evidencia-se as conjunturas violentas presentes no cenário internacional, assim como a inserção dos jovens em ambientes de conflito (OMS 2002). Nesse sentido, as crianças foram prejudicadas pela situação bélica ao longo de toda

a história e, até hoje, resultando em níveis imensuráveis de sofrimento e que necessitam de reparação imediata (Policinski e Krotiuk 2019).

O primeiro relatório acerca do impacto da guerra nas crianças, de autoria da ativista de direitos humanos Graça Machel, foi divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao final da década de 1990. Ele expressa uma preocupação contínua sobre o assunto e a fragilidade das crianças envolvidas, conforme destacado pela autora:

> A guerra viola todos os direitos da criança: o direito à vida, o direito de crescer em um ambiente familiar, o direito à saúde, o direito a desenvolver-se integralmente e o direito de ser sustentada e protegida, entre outros (Terceiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas 1996).

Tendo em vista a apresentação do comunicado à Assembleia Geral das Nações Unidas, este documento foi responsável por um pioneirismo na criação de mecanismos e estratégias que fossem capazes de monitorar e prevenir violações à infância em situações de conflito (Finatto 2019). Entretanto, na marca de 25 anos após o discurso de Machel, a ONU verificou um total de 26.425 violações contra crianças em contextos de guerra, o que corresponde a cerca de 72 violações todos os dias ou três violações a cada hora (Nações Unidas no Brasil 2024). As tentativas de elaboração de instrumentos efetivos que possam preceder as violações do público infantil, então, possuem limitações uma vez

que, mesmo com medidas já existentes, milhões de crianças seguem sendo alvo dessa forma de violência (Dowdney 2008).

De acordo com o relatório anual apresentado à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, cerca de 8.521 crianças estiveram envolvidas em conflitos no ano de 2020, principalmente nos territórios da República Democrática do Congo, Somália, Síria e Mianmar (AGNU 2021). Nessa perspectiva, os números explicitados representam uma realidade avassaladora do continente africano e asiático, no qual os seus jovens são extremamente suscetíveis ao recrutamento ou até mesmo ao uso do próprio corpo em prol da guerra. A exposição, ainda durante a infância, ao contexto de guerra, incentivou a investigação de como uma experiência que, ao longo prazo, produz uma série de traumas (Berman 2001) e também implica danos físicos e mentais aos jovens. Então, na medida em que as vítimas menores de idade prevaleçam em contato com tamanha violência, seus respectivos desenvolvimentos serão diretamente prejudicados, tanto nas formações de personalidade como na estruturação de suas saúdes mentais (Soares 2022). Além disso, também é importante citar a questão da violência física que, muitas vezes, se torna permanente, já que os conflitos diretos podem resultar em danos irreversíveis ao físico dos jovens, que é mais fragilizado que o dos adultos, e em amputações membros. A criança, dessa forma, adquire uma deficiência devido a um conflito no qual nunca teve a verdadeira intenção de participar (Fraga e González 2015).

Na medida em que guerras e conflitos armados tomam conta de dezenas de países também deixam uma certa forma de legado que vai além da destruição de patrimônios físicos e da civilização, como é o caso de bombas e minas terrestres alocadas

em regiões de batalha. Somente no ano de 2023, por volta de 4,710 pessoas foram vítimas de minas e explosivos remanescentes de guerra, entre elas 49% dos civis afetados eram crianças (International Campaign to Ban Landmines 2023). Os resquícios deixados pela guerra, portanto, demonstram um grande perigo até mesmo anos depois do fim de um conflito, uma vez que bombas podem ficar ativas por até cinquenta anos após a instalação. A vulnerabilidade infantil estende-se a um patamar ainda mais complicado, na qual as crianças que sobrevivem às explosões necessitam amputar membros em um contexto de condições precárias de saúde e baixo acesso às próteses, dificultando a manutenção de uma vida de qualidade (Prasad 2009).

Ademais, a natureza violenta dos conflitos bélicos, em todas as suas ocorrências, apresentam uma ampla variação de traumas que podem refletir no psicológico das crianças, em que as reações mais comuns no âmbito de saúde mental manifestam-se como o Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT)[86] e depressão (Catani 2018). Os efeitos intergeracionais de guerra, como definidos por Barry S. Levy, são característicos por implicar uma série de fatores prejudiciais à sociedade como um todo, desde de efeitos indiretos nas questões estruturais, culturais e civis do local em conflito, até em problemas que afunilam-se à saúde física, mental e nutricional que impactam, primordialmente, as crianças (Devakumar et al. 2014).

Segundo Soares (2022), é de suma importância o reconhecimento sobre a extrema nocividade vinda a partir da exposição de uma criança a uma cena de conflito armado, fazendo

[86] Post-traumatic stress disorder (PTSD), em inglês.

com que os efeitos, além dos danos físicos, se estendam ao psicológico e, em muitos casos, se mantenham por grande parte da vida do indivíduo. A presença de situações de guerra no cotidiano das crianças, especialmente as mais novas, impede que elas desenvolvam uma sensação de segurança, o que influencia para sempre sua capacidade de confiar e se relacionar com pessoas, mesmo quando chegam na idade adulta (Soares 2022).

Muitas vezes, os efeitos psicológicos são silenciosos e invisíveis, difíceis de serem detectados, principalmente por conta da impossibilidade de acesso à saúde em muitas das situações de conflitos armados (Scussel 2019). Dessa forma, as crianças são colocadas em uma situação de "stress tóxico", sendo um

> tipo de stress resultante da soma de vários fatores externos como as ameac?as de abuso físico e mental, exposic?ão à violel?ncia e a privac?ões de alimentos, sono, infa?ncia e a pobreza. (Scussel 2019, 12)

Segundo um estudo feito pela organização Save The Children em 2017, cerca de dois terços das crianças que vivem nas regiões afetadas pelos conflitos armados na Síria tiveram suas vidas marcadas pela guerra, sendo pela perda de pelo menos um familiar, pelo bombardeio de suas casas ou por ferimentos físicos diversos. Além disso, grande parte dessas crianças sofre com transtornos psicológicos causados pelo conflito, especialmente Transtorno depressivo maior (TDM), Transtorno de ansiedade por separação (TAS), o Transtorno de ansiedade excessiva (TAE) e o TEPT. Mais da metade dos adolescentes sírios passaram a usar drogas para lidar com os efeitos da guerra (Save The Children 2017).

Ademais, os efeitos sociopsicológicos do conflito tendem a se estender à todas as camadas da população, tornando as comunidades progressivamente mais frágeis e que geralmente — devido às condições socioeconômicas dos territórios em batalha, não possuem nenhuma forma de rede de apoio para acolher esse tipo sofrimento (Weissbecker et al. 2019). O surgimento de sequelas em decorrência de um confronto de grupos opositores, sob esse aspecto, prevalece de forma mais intensa em cenários que não oferecem o amparo adequado (Frounfelker et al. 2019).

O bem estar das crianças, como evidenciado, corre altos riscos em ambientes perigosos devido à suscetibilidade ao trauma que os mais jovens possuem, dependendo fortemente da capacidade dos adultos de fornecerem uma rede de apoio com uma ligação que possa transparecer segurança. Além disso, essas formas de intervenção podem ser estabelecidas a curto ou longo prazo. O cuidado com o fim maior estabelece um tratamento mais complexo em relação ao menor, de maneira que aborda amplamente os efeitos traumáticos, mas ainda considera-se como um desafio a introdução de premissas efetivas para uma boa recuperação psicológica (Maksoud et al. 1993).

A construção do trauma em contextos de guerra, assim como a sua memória, representa a composição de memórias e sentidos coletivos de testemunhas que buscam a superação dessas lembranças. Contudo, a conservação da memória também mostra-se necessária como medida protetiva das vítimas e como fim de prevenção da recorrência de conflitos (Frostscher et al. 2014; Nacandumbo 2017). Dessa forma, observa-se que há um obstáculo constante sobre a questão de prevenir e acusar os agentes ou órgãos responsáveis pelas violações que afetam as crianças além de

esfera estritamente criminal, uma justiça que requer a colaboração de Estados, de organizações internacionais e da sociedade civil para que o pensamento de prevenção e punição dos crimes de guerra não seja menosprezado (Amann 2019).

3.2 O regime dos Direitos Humanos e suas proteções

Mesmo com o progressivo entendimento da diferença entre crianças e adultos, a situação social e jurídica da criança sempre foi filiada à noção de "filho" e "família", considerada apenas nas questões do âmbito privado e familiar, o que permitia o descaso dos poderes políticos com os direitos das crianças e, especialmente, com as suas violações (Contró 2006). Segundo Chakur et al (1998), em face desta - falta de - proteção dos direitos das crianças, deve-se levar em consideração que elas, normalmente, não têm plena noção de que são seres com direitos que devem ser garantidos, ou sequer a noção do que são direitos. Dessa forma, pode ser que acabem por não compreender situações que violem tais direitos e, com isso, não consigam denunciar ou exigir a sua proteção. Ademais, o processo de compreender integralmente estas questões relacionadas aos seus direitos é fortemente influenciado pela disponibilidade de informações relacionadas a eles e pelo acesso que as crianças têm a estas informações. O sujeito, portanto,

> só pode utilizar adequadamente as informações que recebe quando estas adquirem um significado dentro do seu esquema interpretativo e quando é capaz de integrá-

> las com outros aspectos de sua representação (Chakur et al. 1998, 78).

Tal incapacidade de muitas crianças de compreender seus direitos, especialmente as que vivem em regiões assoladas por conflitos armados, foi, por muito tempo, considerada como indicador de que ter direitos é algo que está ligado com a capacidade adulta; ou seja, as crianças podem ser protegidas somente pelos direitos dos adultos com quem convivem, sendo, muitas vezes, os pais. Todavia, esse pensamento abre espaço para o entendimento que, dentro da esfera privada, quem tem direito são os pais e, dessa forma, a criança fica desprotegida em relação a violações vindas por parte deles, como abusos (Contró 2006).

Assim, foi desenvolvida uma nova maneira de abordar a questão dos direitos humanos das crianças: direitos fundamentais na família, ao invés de direitos fundamentais da família (Contró 2006, 59), que visava separar a ideia de criança como apenas membro da família, mas sim como um ser humano completo que tem direito a dignidade, independente do sexo, raça, idade, classe ou condição médica (Contró 2006). Essa ideia foi um dos pilares para a construção da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, que é, primordialmente, um instrumento legal que contém, tanto em seus princípios, quanto em artigos específicos, os direitos infantis firmemente estabelecidos nas necessidades humanas básicas de vida, crescimento e desenvolvimento. A Convenção é a renovação da Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, de 1924, que

> propunha que se deve favorecer o desenvolvimento físico e psíquico normal da criança e que ela deve ser alimentada, cuidada, assistida, atendida antes de qualquer pessoa e protegida contra a exploração de qualquer tipo (Chakur et al. 1998, 77).

A Convenção de 1989 retoma esses princípios e expande sua abrangência, reforçando os direitos das crianças e formulando maneiras para garantir seu exercício, colocando os Estados Partes como responsáveis em última instância pela sua proteção e pela garantia do bem-estar infantil (Chakur et al. 1998). Por exemplo, nos artigos 6°, 19° e 38°, são concedidos o direito à vida, o direito à proteção de abusos, negligências ou explorações físicas, sexuais ou mentais, e o direito à proteção de conflitos armados, respectivamente. Entretanto, a Convenção vai além da proteção das crianças, incluindo-as na participação e provisão de medidas que possam garantir a sua segurança (Reading et al. 2008).

Apesar de grande parte dos direitos garantidos pela Convenção serem direitos que também são direitos humanos dos adultos em geral, como o direito à liberdade de expressão, ao acesso à saúde, entre outros, é de extrema importância que a abrangência de tais direitos seja também especificada às crianças, dado que, como grande parte dos ordenamentos jurídicos as coloca como juridicamente incapazes, é necessário que o próprio Estado e o sistema jurídico tenham em consideração que existem atributos que devem ser protegidos e exigidos, mesmo que os titulares de tais direitos não possam se defender diretamente (Chakur et al. 1998). Além disso, a Convenção também menciona os direitos e as suas tutelas referentes a situações específicas que podem ser

enfrentadas por crianças, como em casos de crianças estar sob a guarda do Estado ou em casos de crianças imigrantes ou em situação de refúgio, afirmando que elas detêm os mesmos direitos que qualquer outra criança e incumbindo aos Estados a sua garantia e proteção (UNICEF 1989). No artigo 4° da Convenção, são referidas as medidas de proteção dos direitos humanos das crianças, nos seguintes termos:

> 1. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para garantir que pessoas sujeitas à sua jurisdição não sofram nenhuma violação de seus direitos humanos, nem sejam objeto de maus-tratos ou de intimidação, em consequência de terem-se comunicado ou cooperado com o Comitê, em conformidade com o presente Protocolo.
> 2. A identidade de qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos interessados não será revelada publicamente sem o seu consentimento expresso. (UNICEF 1989)

Para que a construção de um ambiente seguro seja efetiva, uma abordagem embasada pelos direitos humanos deve sempre buscar uma proteção estrutural de todo o ambiente social, a qual define elementos fundamentais na proteção das crianças contra à violência, à exploração e ao abuso. Entre os fatores capazes de fortalecer essa esfera de proteção, destacam-se as habilidades, conhecimentos e participações das crianças. Ainda, também há necessidade de diversos níveis de engajamento que possam dialogar coesivamente com parcerias, governos e civis. Assim, é possível guiar a infância a partir do conhecimento dos mais jovens sobre seus próprios direitos em situações de conflito armado (Landgren 2005).

3.3 O regime do Direito Internacional Humanitário e suas proteções

O Direito Internacional Humanitário procura limitar os efeitos dos conflitos armados em civis e não combatentes, ou seja, aqueles que não participam das hostilidades diretamente. Além disso, também se protege os combatentes, pela proibição da tortura, por exemplo. As fontes do DIH são os tratados, especialmente as Convenções de Genebra e os Protocolos Adicionais; o costume internacional, ou seja, práticas amplamente aceitas e reconhecidas entre os países; princípios gerais como distinção entre combatentes e não combatentes e proporcionalidade dos ataques; decisões de tribunais internacionais; e doutrinas.

As quatro Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais fornecem proteção específica para as crianças durante os conflitos armados. Ou seja, elas gozam da proteção geral enquanto civis ou não combatentes, e a proteção enquanto crianças (Barstad 2007). São mais de 25 artigos que protegem especificamente os menores nas Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais. Um exemplo é o artigo 24 da Convenção de Genebra IV:

> As Partes no conflito tomarão as disposições necessárias para que as crianças com menos de 15 anos que fiquem órfãs ou separadas de suas famílias em conseqüência da guerra não sejam abandonadas a si próprias para que sejam facilitadas, em todas as circunstâncias, a sua manutenção, a prática da sua religião e a sua educação. Esta será, tanto quanto possível, confiada a pessoas da mesma tradição cultural. As Partes no conflito facilitarão o acolhimento destas crianças num país neutro durante a

> duração do conflito com o consentimento da Potência protetora, se a houver e se tiverem a garantia de que os princípios enunciados no primeiro parágrafo são respeitados. Além disso, esforçar-se-ão por tomar as medidas necessárias para que todas as crianças com menos de 12 anos possam ser identificadas, pelo uso de uma placa de identidade ou por qualquer outro meio.(Convenção de Genebra IV 1949).

Nota-se que o artigo em questão enfatiza a proteção das crianças na ausência familiar em meio a um conflito armado. Os demais artigos seguem com esse olhar para cuidados específicos dos menores, como acesso à alimentação, cuidados médicos e educação. Ressalta-se ainda o artigo 77 do Protocolo Adicional I:

> 1. As crianças serão objeto de um respeito especial e serão protegidas contra qualquer forma de atentado ao pudor. As Partes em conflito lhes proporcionarão os cuidados e a ajuda que necessitem, por sua idade ou por qualquer outra razão.
> 2. As Partes em conflito tomarão todas as medidas possíveis para que as crianças menores de quinze anos não participem diretamente nas hostilidades, especialmente abstendo-se de recrutá-las para as suas Forças Armadas. Ao recrutar pessoas de mais de quinze anos, porém menores de dezoito anos, as Partes em conflito esforçar-se-ão (sic) para dar prioridade aos de maior idade.
> 3. Se, em casos excepcionais, não obstante as disposições do parágrafo 2, participarem diretamente das hostilidades crianças menores de quinze anos e caírem em poder da parte adversa, continuarão gozando da proteção especial concedida pelo presente Artigo, sejam ou não prisioneiros de guerra.

> 4. Se forem presas, detidas ou internadas por razões relacionadas com o conflito armado, as crianças serão mantidas em lugares distintos dos destinados aos adultos, exceto nos casos de famílias alojadas em unidades familiares na forma prevista no parágrafo 5 do Artigo 75.
> 5. Não se executará a pena de morte imposta por uma infração cometida em relação com um conflito armado a pessoas que, no momento da infração, forem menores de dezoito anos (Protocolo Adicional I 1977).

Como citado anteriormente, o costume é uma das fontes do DIH, mas sua definição não é uma tarefa simples, uma vez que o costume é formado a partir da prática estatal recorrente e opinio iuris (Shaw 2021), ambos elementos com consenso difíceis de alcançar. Com isso, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) publicou, em 2005, o estudo "Customary International Humanitarian Law", compilado em uma base de dados virtual contendo 161 regras aplicáveis a conflitos armados.

Nesse compilado, encontra-se a regra 120, sobre o alojamento das crianças privadas de liberdade: "As crianças privadas de liberdade deverão ser custodiadas em locais separados dos adultos, salvo quando as famílias forem alojadas em unidades familiares." Ademais, existem as regras 136 e 137, sobre o recrutamento e participação das hostilidades de crianças-soldados, respectivamente. Ademais, destaca-se a regra 135: "Crianças afetadas pelos conflitos armados têm direitos ao respeito e proteção especiais."

Portanto, o DIH afirma que os direitos das crianças devem ser respeitados durante os conflitos armados. No entanto, isto nem

sempre evita que as crianças sejam atingidas pela violência de várias maneiras (Barstad 2007).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

4.1 A criação e atuação da UNICEF

O Fundo Nacional das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF)[87], é uma organização vinculada à ONU criada no ano de 1946, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial[88]. O órgão tem como intuito a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, independentemente de sua localização, sobretudo daqueles em situações mais desfavoráveis (UNICEF Brasil 2019). Presente em 191 países, a fundação do órgão foi marcada por interesses supranacionais mais incisivos nas nações e suas respectivas populações, além de embasar, posteriormente, a elaboração da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 1959. Este documento notabilizou-se por incluir a definição de "sujeito de direitos" para a infância na intenção de frisar os direitos infantojuvenis (Lemos 2019).

Com o desfecho da guerra, as ações da UNICEF voltaram-se, especialmente, para a questão da saúde materno-infantil em países em desenvolvimento, tomando em consideração o cuidado das crianças como uma forma de política ao promover um progresso social e econômico (Lemos 2009). A atuação do Fundo traduz um dos propósitos essenciais da ONU no que diz respeito à

[87] A sigla faz referência ao nome original em inglês da instituição, traduzido para Fundo de Emergência Internacional para Crianças das Nações Unidas.

[88] Conflito que durou de 1939 a 1945, marcado pelas incontáveis violações aos direitos humanos e à proteção infantil.

cooperação internacional e ao amparo de problemas sociais e humanitários, sendo fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. O comprometimento internacional, desde então, é encarado como uma estrutura fundamental na manutenção dos direitos humanos em todo o globo, contemplando

> como pano de fundo a liberdade, a justiça e a paz, a Declaração estabelece o ideal comum a que todos os povos e nações devem atingir (como ocorre no princípio de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos e têm capacidade para usufruir os direitos e as liberdades sem distinção de qualquer espécie) (Sardenberg 2005).

De tal modo, como descrito pelo diplomata Sardenberg (2005), a atuação internacional deve, sem qualquer forma discriminação, atender a todos que procuram por apoio humanitário. Entretanto, as abordagens mais tradicionais acerca da proteção infantil, como as realizadas pela UNICEF e outras organizações internacionais, não se demonstram completamente satisfatórias ao passo que milhões de crianças em situações altamente vulneráveis ainda requerem atendimento prioritário (Landgren 2005).

Ao examinar as maneiras de proteção infantil é necessário, todavia, atentar-se ao fato de que, em diversas culturas, um sistema formal de aproximação, formado pela atuação de organizações estatais e não-estatais de proteção, é capaz de aparentar como desnecessário, ou até mesmo inapropriado. Por instância, membros internos das populações afetadas podem reconhecer a utilização mecanismos informais de menor escala, incluindo a colaboração de redes familiares e comunidades da região, mais confiáveis pela sua

proximidade aos prejudicados, além de outros contextos que também irão exigir planos de proteção elaborados de forma coordenada e em conjunto com agentes do Estado ou de organizações não-estatais responsáveis às suas respectivas tarefas protetivas (UNICEF 2010). Cada comunidade experimenta os conflitos de diferentes formas, algumas conseguem se adaptar e manter um cotidiano como possível sem nenhum efeito direto, já outras podem ser obrigadas a viver em condições de repressão e violência. Essa compreensão, de que a guerra afeta todos de uma forma muito diversificada, elucida como a condução de assistências humanitárias deve se dar de formas variadas, pois a "construção da paz" não acontece através de uma causa singular (Ressler 1993).

Em 2009, a UNICEF foi responsável pelo financiamento da Geneva Call[89], ONG criada em 2000, que visa, entre outras funções, o respeito de atores armados não-estatais[90] pelas normas internacionais humanitárias em conflitos armados. Ao custear essa organização, o órgão da ONU tinha como propósito a expansão no trabalho de proteção infantil, com o desenvolvimento de documentos de compromisso que selaram o apoio de mais de 30 atores não-estatais, oficialmente lançados no ano seguinte e notabilizados por uma ação plural do movimento protetivo (Bongard 2019). Apesar disso, os métodos de proteção de crianças, como exposto por Jo Boyden[91] em seu artigo "Children under Fire:

[89] Chamada de Genebra, em tradução livre.

[90] Armed non-State actors (ANSAs), em inglês, são indivíduos ou organizações que não são filiadas a qualquer Estado ou país, mas que exercem uma influência política significativa.

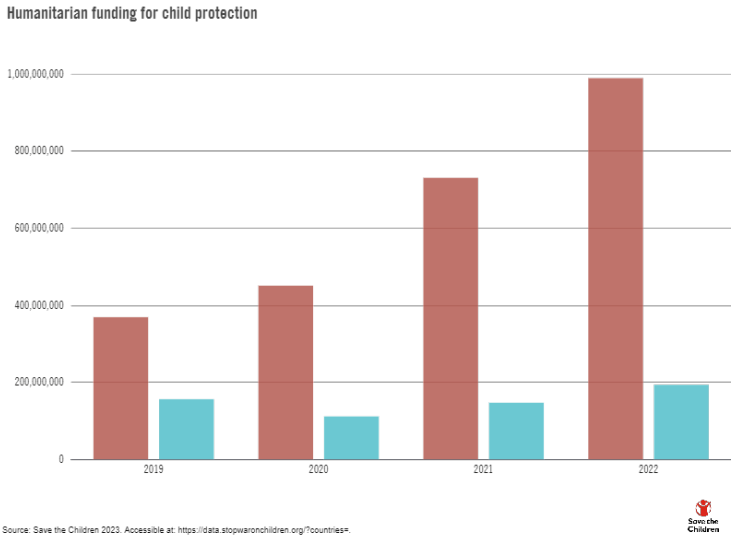
[91] Autora e Professora de Desenvolvimento Internacional na Universidade de Oxford.

Challenging Assumptions about Children's Resilience"[92], nascem de discursos, inclusive na UNICEF, homogêneos e de uma noção de infância que pode ser aplicada em qualquer lugar e é utilizada por diversas organizações internacionais (Boyden 2003). Em decorrência dessa generalização, a real complexidade do tema de proteção de crianças perde-se em meio de concepções vistas como determinantes de uma "perda total" da infância baseada em condições específicas que a definem. Então, a recomposição de circunstâncias que possam sustentar a infância não cabe apenas aos adultos responsáveis e aos órgãos adequados, mas também no engajamento das crianças afetadas para que as suas necessidades sejam integralmente atendidas (Berents 2019).

Outrossim, no que concerne a ajuda humanitária, de acordo com relatórios da organização Save the Children, existem planos anuais correspondentes às intervenções protetivas para crianças em contextos de conflito. Porém, em 2021, de todos os financiamentos direcionados à causa, apenas 20% (ou ⅕) do valor total foram realmente recebidos (imagem 1). O gráfico abaixo evidencia, dessa forma, como, apesar de um visível aumento nos investimentos, a ajuda humanitária permanece escassa (Save the Children 2023).

[92] Crianças sob Fogo: Suposições Desafiadoras sobre a Resiliência das Crianças, em tradução livre.

IMAGEM 1: Fundo Humanitário para Proteção de Crianças



Fonte: (Save the Children 2023).

Portanto, após uma análise ampla, tornam-se claras todas as problemáticas seculares envolvendo a proteção de crianças em zonas de conflito e vulnerabilidade, assim como a eficácia de mecanismos capazes de promover tais serviços. Em contextos de crises humanitárias, a infância não pode ser negligenciada, é preciso reconhecer que todos os jovens devem ser dignos de uma vida livre de violências e abusos (UNICEF 2024). Em vista disso, ações contínuas e aperfeiçoadas dos métodos de trabalho de organizações como a UNICEF são fundamentais para reverter experiências de extrema violência e superar as suas limitações de trabalho.

4.2 Ações anteriores relacionadas

4.2.1 Responsabilização de Estados pelo recrutamento de crianças-soldados

A responsabilização pelo recrutamento de crianças-soldados é um tema complexo que abrange diferentes elementos legais de Direitos Humanos e Direito Humanitário. Os primeiros esforços nesse sentido ocorreram sob o DIH, em 1977 com a adoção do Protocolo Adicional I às/das Convenções de Genebra de 1949, que abrange os conflitos armados internacionais. No artigo 77(2) lê-se:

> (...) 2 - As Partes no conflito tomarão todas as medidas possíveis na prática para que as crianças de menos de 15 anos não participem diretamente nas hostilidades, abstendo-se nomeadamente de os recrutar para as suas forças armadas. Quando incorporarem pessoas de mais de 15 anos mas de menos de 18 anos, as Partes no conflito esforçar-se-ão por dar a prioridade aos mais velhos.(...) (Protocolo Adicional 1 da Convenção de Genebra).

Por outro lado, em conflitos armados não-internacionais, aplica-se o Protocolo Adicional II às/das Convenções de Genebra de 1949. No artigo 4 (3)(c) observa-se: "(...) c) As crianças de menos de 15 anos não deverão ser recrutadas para as forças ou grupos armados, nem autorizadas a tomar parte nas hostilidades; (...)". Dessa forma, em ambos Protocolos Adicionais explicita-se uma tentativa de limitar a participação das crianças na guerra, atribuindo

aos Estados ratificantes das Convenções a responsabilidade de lidar com essas situações, juntos à comunidade internacional.

Ademais, é necessário compreender que, para o Direito Internacional, atos estatais incluem aquelas ações que indivíduos tenham feito de forma oficial, em nome de sua Nação.[93] Portanto, um Estado que não cumpre com o que foi estabelecido nas Convenções e ratificou tais documentos poderá vir a ser responsabilizado por essa omissão (Baptista 2004). Compreende-se então, que, para o DIH, a responsabilidade é do Estado pelos atos cometidos por seus indivíduos em nome do Estado, ou direcionada por instruções deste. Sendo assim, da responsabilidade nasce a obrigação de indenizar os danos causados (Yves Sandoz et al. 1986).

Segundo Baptista (2004), os Estados podem, também, ser responsabilizados em casos em que for comprovado a falta de medidas para impedir que grupos armados cometam crimes dentro de seu território. Ainda no caso de grupos armados, os principais causadores são os seus líderes por não impedir que o crime aconteça, portanto, são presumidamente responsáveis. Por fim, de acordo com Moro (2014), a responsabilidade dos demais soldados deve ser analisada caso a caso, o que é um grande desafio visto que há um grande número de pessoas envolvidas no cometimento dos recrutamentos.

[93] INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLAVIA – ICTY. Prosecutor v. Duško Tadić. Case No. IT-94-1-T: Appeal Judgement. 15 July 1999, § 146.

4.2.2 Convenção sobre os direitos da Criança (1989)

A Convenção sobre os direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Este tratado internacional é um marco significativo na promoção e proteção dos direitos das crianças em todo o mundo e foi ratificado por 196 países. Com isso, nota-se que é o tratado de direitos humanos mais amplamente ratificado no mundo. A Convenção teve um impacto significativo nas legislações domésticas dos países, trazendo mais investimento para o bem-estar das crianças. Ademais, a partir dela, as crianças contam com uma proteção maior contra a violência, abuso e exploração.

Sendo assim, ao tocar no assunto Conflitos Armados, destaca-se o artigo 38 e 39:

> "(...) 1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a fazer com que sejam respeitadas as normas do direito humanitário internacional aplicáveis à criança em casos de conflito armado.
> 2. Os Estados Partes devem adotar todas as medidas possíveis para impedir que menores de 15 anos de idade participem diretamente de hostilidades. (...)
> 4. Em conformidade com as obrigações determinadas pelo direito humanitário internacional para proteger a população civil durante conflitos armados, os Estados Partes devem adotar todas as medidas possíveis para assegurar a proteção e o cuidado das crianças afetadas por um conflito armado." (Convenção do Direito da Criança 1989)

É de extrema importância notar que depois da Convenção, as organizações internacionais e ONGs têm uma base legal mais concreta para advogar pela proteção das crianças em conflitos armados, resultando em ações judiciais e políticas mais robustas contra violações de direitos. Além disso, depois de 30 anos do acordo, houve mais de 50% de redução nas mortes de crianças menores de 5 anos desde 1990 e caiu quase pela metade o número de crianças subnutridas desde 1990 (UNICEF 2019).

Ademais, ao falar de Crianças e conflitos armados é necessário citar o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados. De acordo com a UNICEF (2023), o tratado adicional à Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotado pela Assembleia Geral da ONU em 2000. Neste, de acordo com a mesma fonte, é clara a proibição do uso da força direta por e contra menores de 18 anos de idade. Estabelece, também, a necessidade de programas de desmobilização, desarmamento e reintegração para crianças que participaram de hostilidades, o que inclui suporte psicológico e educacional.

Por fim, a partir deste protocolo, que obteve 173 ratificações, houve progressos significativos ao envolver-se com as partes para proteger crianças em diversos países, incluindo Afeganistão, Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Colômbia, República Democrática do Congo, Iraque, Mali, Moçambique, Nigéria, Filipinas, Somália, Sudão do Sul, República Árabe da Síria, Ucrânia e Iémen. Mais de 10.600 crianças anteriormente associadas a forças ou grupos armados receberam proteção ou apoio para reintegração durante 2023 (ONU 2024).

4.2.3 Estatuto de Roma (1998)

O Estatuto de Roma é o documento que organiza a estrutura do TPI, delimitando e definindo sua jurisdição, bem como os crimes que podem ou não podem ser julgados por ele. As acusações referentes aos casos que chegam ao Tribunal são sempre contra indivíduos, o que permite, no âmbito no Direito Internacional, a responsabilização de sujeitos por crimes de guerra, contra a humanidade, de agressão ou de genocídio cometidos. Em relação às violações dos direitos das crianças, o Estatuto já reconhece no seu preâmbulo as diversas atrocidades cometidas contra elas durante o século XX (ICC 1998).

O Estatuto, no Artigo 6º, alínea e, inclui também a transferência forçada de crianças de um grupo para outro como uma das definições do crime de genocídio. Na definição do crime de escravidão, no Artigo 7º, §2º, alínea c, é destacado uma maior repreensão a este crime se cometido contra crianças e mulheres. Além disso, nos artigos 54º e 68º é destacada a importância de compreender a natureza do crime cometido, especialmente se for algum tipo de violência contra crianças.

Por fim, segundo o Artigo 8º, §2º, alínea b, inciso XXVI do Estatuto, o recrutamento de crianças-soldados, independentemente de ser voluntário ou obrigatório, é considerado crime de guerra, se tornando, com isso, o primeiro documento que oficialmente classificou tal prática como um crime passível de ser atribuída culpa à sujeitos. Importante mencionar,

além disso, que, pelo menos desde 1996, o recrutamento diante do direito internacional consuetudinário[94] já era crime (Graf 2012).

Segundo Graf (2012), um grande marco para a luta contra o recrutamento de crianças para as guerras foi a condenação individual de Thomas Lubanga Dyilo, líder da Force Patriotique pour la Libération du Congo (FPLC), pelo crime de utilização de crianças-soldado, cometido durante os conflitos na região de Ituri, na República Democrática do Congo, entre os anos de 2002 e 2003. A condenação foi baseada no entendimento do Tribunal que é necessária proteção das crianças em relação às ameaças provindas de realidades de conflito armado, não se limitando aos danos físicos e materiais que elas podem vir a ter, mas se estendendo aos danos psicológicos e traumas que vão acompanhá-las pelo resto da vida (Graf 2012).

O caso é bastante discutido entre os juristas, especialmente na questão da diferenciação entre DIH e Direito Penal Internacional, representada pela divergência na redação entre as Convenções de Genebra - e seus Protocolos Adicionais - e o Estatuto de Roma. Questões como a diferença entre "participação ativa" e "participação direta", e se as crianças, por terem atitudes de combatentes, deveriam ser tratadas como combatentes pelas tropas inimigas, foram trazidas, sendo até hoje tópicos de análises e motivo para a revisitação do Caso Lubanga.

[94] Direito consuetudinário, ou direito costumeiro, é o conjunto de regras não-escritas que regem uma determinada sociedade, definidas pelas suas tradições, pelos seus hábitos, pelos seus costumes e pelos seus valores frente aos problemas jurídicos enfrentados por ela. No presente caso, é indicado que, desde 1996, já havia se reconhecido o costume de criminalizar o recrutamento de crianças para conflitos armados no âmbito do direito internacional, mesmo que não houvesse leis escritas em referência ao assunto.

O Estatuto de Roma, dessa forma, se tornou uma importante ferramenta no combate às violações dos direitos das crianças, não só estipulando normas específicas que defendam tais direitos, mas também determinando procedimentos especiais para uma possível responsabilização de crianças em face de crimes cometidos e regras diferenciadas para os casos em que crianças são testemunhas de tais crimes, buscando sempre manter o seu bem-estar, saúde mental e física e apoio psicossocial (Duraj 2015). A criminalização dos responsáveis pelas infrações aos direitos das crianças permite o estabelecimento de precedentes que, além de serem usados para o julgamento de casos futuros no TPI, também servem de exemplo para o estabelecimento de normas com o fim de proteger as crianças dentro dos ordenamentos jurídicos domésticos e o desenvolvimento de jurisprudência para a culpabilização dos violadores.

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A República Federal da Alemanha é uma das maiores potências econômicas mundiais, com o quarto maior PIB global e um PIB per capita de mais de 48 mil dólares (World Bank 2022). Embora tenha sido palco de diversas violações de direitos humanos pelo Partido Nazista, a Alemanha tem se destacado, desde o final do século passado, na discussão de temas sociais atuais, como sustentabilidade, direitos humanas e políticas migratórias, além de assumir o papel de mediadora internacional mantendo a União Europeia unida em tempos de crises e tensões (Daehnhardt e Resende 2021). Segundo a UNICEF (2023), a Alemanha apresenta um alto índice de cuidado com o bem-estar das crianças, com mais

de 90% dos adolescentes de 19 anos completando o ensino médio e menos de 1% da população vivendo abaixo da linha da pobreza mundial. A Alemanha é signatária da Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989 (UNICEF 2023).

Marcada por um passado composto por diversos conflitos étnico-culturais, a **República de Angola** vem tentando lidar com os efeitos colaterais das guerras, que ainda estão presentes nas relações sociais do país, especialmente no tocante ao uso de crianças-soldado e ao grande número de refugiados que saíram ou entraram no país devido aos confrontos que afetaram a região central africana (Nacandumbo 2017). O país, ainda, lida com diversos problemas relacionados à pobreza, violência e instabilidade política. Segundo dados do Banco Mundial (2022), mais de 31% da população de Angola vive com uma renda de menos de 2,15 dólares por dia, e cerca de 14% da força de trabalho do país estão desempregados. Além disso, estudos feitos pela UNICEF (2023) sobre a saúde e o desenvolvimento nos primeiros anos das crianças angolanas indicaram que 29% das crianças vivem em condições de pobreza, e apenas 52% têm acesso a condições de saneamento básico, sem mencionar os 11% que não têm acesso algum à educação (UNICEF 2023). Angola é signatária da Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989 (UNICEF 2023).

Desde a redemocratização na década de 1980, marcada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, a **República Federativa do Brasil** tem tomado importantes medidas para proteger os direitos das crianças, incluindo a instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que corresponde a "uma das mais avançadas legislações do mundo nesta área" (Bezerra 2006, 17). Embora a legislação seja elogiada

internacionalmente, segundo Bezerra (2006), o país enfrenta dificuldades em aplicá-la na prática, deixando a população jovem em segundo plano quanto à alocação de recursos e ao conhecimento de seus direitos. Segundo a UNICEF (2023), o Brasil tem "alta intensidade" de regiões de conflito, e, segundo Dowdney (2002), são muitas as crianças envolvidas em atividades do tráfico de drogas nas áreas mais populosas do país, expondo-as a riscos extremos. Em áreas mais distantes dos centros populacionais, como Manaus, foram registrados mais de 10.000 casos de violência contra crianças e adolescentes entre 2009 e 2016, incluindo altos índices de violência sexual (Oliveira et al. 2020). O Brasil é signatário da Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989 (UNICEF 2023).

O **Canadá** é um dos países com maiores indicadores de bem-estar social, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,8/1 e um PIB per capita de mais de 55 mil dólares (World Bank 2022). A saúde é uma das prioridades do governo, sendo signatário de tratados importantes sobre direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Marchildon, 2013). No entanto, o Canadá vem enfrentando altas taxas de pobreza familiar, com iniciativas governamentais ineficientes para combater a desigualdade social devido às políticas econômicas em prol do livre-mercado adotadas recentemente pelo governo canadense (Bryant et al. 2011). Isso aumenta o risco de crianças de baixa renda perderem acesso a direitos fundamentais. O Canadá é signatário da Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989 (UNICEF, 2023).

A **República Popular da China** é uma das maiores economias do mundo, com um PIB de 4,17 trilhões de dólares em 2024 (CNN Brasil 2024b). No entanto, esse poderio econômico não

se reflete no cotidiano da população, com um PIB per capita de apenas 12.720 dólares (World Bank 2022). Além disso, foi instaurada em 1980 política do filho único para controlar o crescimento populacional, proibindo as famílias chinesas de terem mais de um filho. A legislação foi revogada somente em 2016, após a comprovação da sua ineficácia, o que, de certa forma, destaca uma mudança na abordagem do governo chinês em relação aos direitos das crianças (Feng et al. 2016). Desde a promulgação da Lei de Proteção aos Menores em 1992, crianças e adolescentes vêm sendo vistos como sujeitos autônomos com direitos e deveres perante o Estado, e violações a esses direitos devem, portanto, serem punidas. No entanto, segundo Naftali (2009), a liberdade de pensamento para crianças e adolescentes na China ainda é um tema de debate na política do país. A China é signatária da Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989 (UNICEF 2023).

A **República da Colômbia** é conhecida pela intensa violência armada, presença de facções do narcotráfico e uso de crianças-soldado. Segundo Fraga e González (2015), jovens colombianos sofrem diversas violações diretas (mortes, explosões devido a campos minados, abusos sexuais, amputações, torturas, invasões) e indiretas (fome, falta de acesso à saúde ou educação, perda de familiares) devido aos conflitos. Ademais, cerca de 2,5 milhões de menores de idade foram deslocados involuntariamente, abandonando suas vidas e infâncias para fugir da violência, e as discussões sobre a segurança das crianças na Colômbia são limitadas e pouco frequentes, além de que o Estado, muitas vezes, realiza julgamentos penais pelos atos feitos por menores como se fossem adultos, sem políticas de acolhimento destes sujeitos (Fraga

e González 2015). A Colômbia é signatária da Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989 (UNICEF 2023).

A **República de El Salvador** tem uma história marcada por intervenções colonialistas, imperialistas e militares. Na década de 1980, o país enfrentou uma guerra civil entre o movimento guerrilheiro FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) e a ditadura militar, que foi marcada pelo uso de crianças-soldado. Meninos eram forçados a se alistar no exército aos doze anos, e muitos dos que não o faziam acabavam por se unir às forças guerrilheiras (Amaral 2006). A guerra civil (1980-1992) causou uma diáspora significativa, em que muitas pessoas buscaram asilo fora do país. Atualmente, El Salvador enfrenta problemas estruturais, como desafios econômicos, com um PIB per capita de pouco mais de 5 mil dólares (World Bank 2022), e a falta de acesso a direitos sociais básicos. A violência sexual contra jovens também é uma situação grave, e os debates sobre a promoção e defesa dos direitos da infância são insuficientes (Moraes 2017). Além disso, cerca de 47% das famílias praticam violência doméstica como forma de disciplinar crianças (UNICEF 2023). El Salvador é signatário da Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989 (UNICEF 2023).

Os **Estados Unidos da América** têm, nas últimas décadas, realizado diversos programas para combater violações aos direitos das crianças, como, por exemplo, o Head Start, que prepara crianças de baixa renda para a escola (Freitas e Shelton 2005). Além disso, em 1991, diversas associações formaram o Comitê Nacional para os Direitos da Criança (NCRC), buscando pressionar o governo a garantir mais direitos às crianças, como acesso à água, à moradia e ao cuidado familiar (Turgi 1992). No entanto, muitos destes programas governamentais e de entidades sociais não abordam

completamente os problemas, de forma que apenas mitigam os efeitos da pobreza e marginalização, ao invés de combater suas causas (Freitas e Shelton 2015). Nos últimos 10 anos, as violações às leis que limitam e regularizam o trabalho infantil triplicaram, com 16 dos 50 estados do país apresentando propostas de lei que frgailizem tais legislações (Gurley 2024). Inclusive, segundo Pyrooz e Sweeten (2014), o país vivencia um aumento do número de membros jovens em gangues - entre 5 e 17 anos -, de forma que 2% dos jovens dessa faixa etária participam de tais grupos, o que é um número extremamente expressivo, e quase 40% dos membros de gangues estadunidenses são jovens. Ademais, os EUA são o único país que não ratificou a Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989, reflexo de movimentos ligado a entidades civis e religiosas de natureza conservadora que defendem a primazia da família e da religião no desenvolvimento infantil e se opõem à interferência de tratados internacionais na política doméstica (Witte 2020). Mesmo sob presidentes democratas, a ratificação não avançou. Faz-se de extrema importância mencionar também que, segundo a presença de forças estadunidenses influenciam diretamente a vida de crianças nos locais que se fazem presentes em intervenções militares, destruindo ou prejudicando instituições educacionais ou de saúde pública, causando o surgimento de crianças-soldado, impedindo o acesso de recursos de qualidade, destruindo casas e cidades e desenvolvimento situações de pobreza no país (Haq 2023). No Afeganistão, por exemplo, mais de 6,823 bombas foram jogadas pelos EUA nos primeiros onze meses de 2018, e as mortes de crianças causadas pelos conflitos envolvendo as forças estadunidenses dobraram no período em que os EUA se mantiveram no país (Connah 2021).

A **Finlândia** é um país nórdico, que pertence à União Europeia, muito bem colocado nas comparações socioeconômicas internacionais, cuja população usufrui de um altíssimo nível de desenvolvimento humano. Isso se prova a partir da posição de primeiro lugar no Índice de Prosperidade Legatum (LPI), publicado pelo Instituto Legatum, consagrando-a como o país mais próspero do mundo (Molto e Silva 2016). Segundo o relatório do UNICEF lançado em 3 de setembro de 2020, a Finlândia é o quinto país no mundo com melhores condições de se criar um filho. O país é signatário das Convenções de Genebra, da Convenção do Direito das Crianças e do Estatuto de Roma. Atualmente, a Finlândia colabora com a UNICEF em iniciativas para proteger crianças em conflitos armados, oferecendo suporte financeiro e logístico para projetos de campo, como o Workshop realizado em São Paulo sobre "Inteligência Artificial e Crianças na América Latina e Caribe" (Finland abroad: Brasil 2024).

A **França** foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção do Direito das Crianças, participa de relatórios anuais de monitoramento das crianças em conflito e apoio financeiramente e politicamente da UNICEF. Ademais, a UNICEF na França, principalmente através da defesa institucional, é ativa na defesa de crianças em situação de vulnerabilidade (Mahrukh Fatima, Saadia Batool e Kinza Anwar 2023). Em 2022, a França, juntamente com Organizações Internacionais, organizaram os Princípios de Paris, como forma de evitar a associação de crianças aos grupos armados (Paris Principles Steering Group 2022). Por fim, a França também é acusada de violência contra civis, inclusive contra menores de idade, nos conflitos nos quais ela participa na África. Um exemplo claro é

a situação em Mali, de acordo com o site Sahelin (2021), o exército francês matou pelo menos 43 civis no Mali desde 2018.

A **Inglaterra** tem uma longa história em relação aos direitos humanos, com marcos significativos que moldaram tanto o país quanto o mundo. O país ratificou as Convenções de Genebra e tem um histórico de compromisso com os princípios das mesmas, inclusive, incorporou essas obrigações no seu direito interno. No Reino Unido, as crianças são protegidas com a orientação estatutária emitida pelo governo do Reino Unido (HM Government 2023), que usam de bases legais o Children Act 1989 e o Children Act 2004, caracterizados por procurar a garantia da segurança e bem-estar das crianças. Entretanto, em um estudo recente, o Human Rights Watch (Human Rights Watch 2024) aborda um crescente desprezo dos ingleses no que se trata de direitos humanos, principalmente os direitos dos imigrantes e asilados. O Reino Unido também tem histórico de violência contra civis, inclusive diretamente contra menores de idade. De acordo com o autor Bardo em sua reportagem na BBC (2019), no dia 18 de outubro de 2012, um soldado das Forças Especiais do Reino Unido matou quatro jovens em uma vila afegã, e as famílias dizem que três deles eram crianças. Autores da BBC, O'Grady, e Gunter (2022) investigou sobre forças especiais britânicas que invadiram uma casa de outra família no Afeganistão em 2012, elas mataram dois jovens pais e feriram gravemente seus filhos pequenos, que sofrem dos traumas da experiência. Uma investigação da BBC revelou que o comando das forças especiais não encaminhou o incidente à polícia militar, e ele nunca foi investigado, até agora.

Já o **Irã** se destaca por seu recrutamento voluntário ser a partir dos 16 anos e o compulsório a partir dos 18 anos (UNHCR

2008). Ademais, os grupos paramilitares como os Basij, de acordo com a mesma fonte, utilizam de crianças em idade escolar em ambientes de conflito. O país é signatário das Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais, bem como a Convenção de Direito das Crianças.

O **Iraque** é marcado por sua instabilidade, incluindo confrontos envolvendo o governo central, forças de segurança, grupos insurgentes, e outras facções. Fontes de 2003 relatam que desde meados da década de 1990, têm sido realizados anualmente "campos de treino militar" de verão, de estilo militar, organizados pelo regime para milhares de crianças. Durante estas sessões de 3 semanas, rapazes de apenas 10 anos de idade são submetidos a exercícios, ensinados a usar armas ligeiras e recebem pesadas doses de doutrinação política (Singer 2003). Em 2016, há um relatório do Conselho de Segurança da ONU, abordando preocupações com recrutamento por grupos armados, uso como combatentes, e as consequências devastadoras para essas crianças. O relatório destaca a necessidade urgente de proteger os direitos das crianças afetadas pelo conflito no Iraque (Security Council 2016).

Israel é protagonista de um conflito em andamento. Em junho de 2024, o Secretário-Geral das Nações Unidas acusou as forças armadas israelenses de cometerem graves violações contra crianças em Gaza (Becker 2024). A ONU atribuiu 5.698 graves violações às crianças vindas das forças israelenses no ano de 2023 (General Assembly Security Council 2023).

O **México** é o segundo maior país da América Latina, é signatário das principais Convenções de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário. De acordo com as pesquisas da UNICEF do ano de 2023 (UNICEF 2023), o crime organizado e os conflitos

entre cartéis de tráfico de drogas continuam a desempenhar um papel crucial na escalada da violência e insegurança. Isto tem um impacto desproporcional sobre as mulheres, crianças e adolescentes, e sobre as pessoas em situação de pobreza.

Moçambique é um país localizado no sudeste da África marcado pelo período que foi colônia portuguesa. Durante o período colonial, Moçambique foi palco de lutas pela independência, que culminaram na proclamação da independência em 1975. De acordo com oo Human Rights Watch, o acesso às necessidades básicas, incluindo alimentos, água, abrigo, cuidados de saúde e educação, é um desafio para muitos dos moçambicanos por conta dos conflitos que ocorrem na província de Cabo Delgado, no norte do país desde 2017 (Human Rights Watch 2023). De acordo com a UNICEF (UNICEF 2023), cerca de 338.086 crianças precisam de assistência humanitária. Por fim, o país ratificou as principais convenções de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos.

Desde 1961 a **República da União de Myanmar** encara cenários de guerras civis e conflitos em todo o seu território, com destaque ao Estado de Rakhine, no qual uma minoria islâmica conhecida como Rohingya é amplamente perseguida e tem a sua cidadania negada pelo país. Embora houve alguns períodos de cessar-fogo e de democratização dentro do país, os conflitos ainda se sobrepõem sob o cotidiano do país e perpetuam a realidade violenta e de fragilidade da população (Evason 2017). Desde 2021, o país enfrenta uma ditadura militar extremamente violenta, principalmente em relação às possíveis insurgências contrárias, acentuando uma estratégia que prejudica sobretudo a sociedade civil. Neste cenário, as crianças estão em constante perigo, inclusive

em atividades cotidianas, fato explicitado pelo ataque aéreo a uma escola que ocorreu em fevereiro de 2024, fatalidade que vitimou quatro crianças e ao menos quinze ficaram feridas (The Guardian 2024). Por conseguinte, a convivência das crianças em ambientes de vulnerabilidade resulta em danos graves ao bem estar físico e mental no longo prazo. Além dos registros de recrutamento militar, a infância em Myanmar também é prejudicada pela vulnerabilidade à violência sexual e de gênero, abuso de drogas ilícitas, trabalho em campos militares, restrição no acesso aos serviços de saúde e tráfico humano (Lee et al. 2018).

Por outro lado, o **Reino da Noruega**, desde o período pós-Guerra Fria, destaca-se como importante ator político acerca dos processos de paz na esfera internacional, participando em conjunto com instituições e com atores não-estatais com o intuito de estabelecer um canal de diálogo para benefício próprio, bem como para a reconciliação e desenvolvimento de nações em conflitos em prol da conquista da paz no âmbito internacional. Com o objetivo de ampliar a sua influência no sistema internacional, a Noruega teve a primeira participação na elaboração e execução de propostas de resoluções de conflito em 1993, que envolveram o conflito entre Israel e Palestina. Desde então, o país nórdico teve a sua atuação ampliada em regiões como Afeganistão, Colômbia, Sudão, entre outros (Mezzarroba 2008). A relação da Noruega com as suas crianças, de uma perspectiva pedagógica, baseia-se na existência de estágios desenvolvimentais, em que elas deveriam realizar atividades adequadas às suas faixas etárias. Assim, a infância pode ser desenvolvida no seu próprio tempo e de acordo com a maturidade de cada criança (Lordelo 2006).

Com o fim da colonização inglesa em 1948, a República Islâmica do Paquistão e a Índia entraram em uma disputa pelo território da Caxemira, o qual fica na fronteira entre as duas nações e fora dividido após a saída dos britânicos. O conflito pela posse territorial se deu devido à qualidade da região em termos de geografia, recursos e segurança, fatores que contribuíram para a perpetuação da tensão entre os dois países (Dias 2022). As raízes das guerras Indo-Paquistanesas, divididas em quatro conflitos diferentes desde o fim da década de 1940, mantiveram uma atmosfera de atrito entre os dois países até a atualidade, com recrutamento infantil, tanto estatal como não-estatal, que chegou a números acima de 30 milhões de crianças-soldados apenas no ano de 2020 (Save the Children 2024). Ainda, aproximadamente 45% da população do Paquistão é composta por menores de dezoito anos e há uma alta vulnerabilidade à exploração econômica e ao tráfico infantil, que alimentam um trabalho forçado de 13,4% das crianças entre cinco e dezessete anos na província de Punjab e de 14,4% na província de Khyber Pakhtunkhwa (UNICEF 2021).

Apesar de ser um país repleto de recursos naturais e riquezas em minérios, a República Democrática do Congo, o maior país da África Subsaariana, é marcada por uma longa história de conflitos, revoltas políticas e crises humanitárias. As crianças congolesas encontram-se em um cenário de extrema vulnerabilidade, em que elas são esperadas a alcançar apenas 37% do seu potencial em comparação ao que poderia ser atingido sendo beneficiadas por uma experiência completa de educação e serviços de saúde de qualidade (World Bank 2024). Antes mesmo do início das guerras civis congolesas, as taxas de mortalidade infantil já apresentavam números preocupantes devido ao acesso precário ao

sistema de saúde, corrupção e má gestão governamental, com o decorrer dos conflitos houve um aumento de 10% em óbitos infantis (Lindskog 2016). Além disso, de acordo com o relatório da ONU em 2022 — o qual cobre o período entre abril de 2020 e março de 2022 — a realidade alarmante de recrutamento militar e o uso de menores em conflitos armados perpetua-se ano após ano, com 3,901 casos registrados, representando um aumento de 238% em relação ao relatório anterior (United Nations 2022).

Há uma década a **Federação Russa** é marcada pela crise envolvendo a disputa do território da Crimeia, uma península pertencente à Ucrânia e localizada próxima ao território russo. A tensão na região estende-se há muito tempo de maneira iminente e complexa, com guerrilhas e pequenas ocupações russas no país vizinho e, em 2022, a Rússia oficialmente invadiu a Ucrânia e deu início a uma guerra que se prolonga cada vez mais (Silva et al. 2024). Apesar das crianças russas não estarem localizadas em regiões de alto risco de zonas de conflito, a realidade imposta sobre a Ucrânia é completamente o oposto, com aproximadamente 2,5 milhões de crianças ucranianas em risco extremo (Save the Children 2024b). A crise humanitária que precedeu o início da guerra alcançou proporções alarmantes, inclusive com a deportação e transferência ilegal promovidas pelas forças russas de cerca de 20 mil crianças ucranianas para seu território (CNN Brasil 2024a). Essa forma de deslocamento configura-se como crime de guerra pelo Tribunal Penal Internacional ao aumentar a exposição das crianças em face do conflito armado e pelo afastamento forçado de seus familiares ou tutores (Rocha 2023).

Na República Árabe da Síria, uma guerra civil avassala o país há mais de treze anos, com o início em 2011 a partir de grandes

protestos populares que progrediram para uma revolta armada extremamente violenta, impulsionada por outras revoltas em regiões próximas no contexto da Primavera Árabe (BBC News Brasil 2023). O conflito armado dentro do território sírio deixa inúmeras cicatrizes físicas e psicológicas na população, em especial na parcela infantil em que a presença de traumas tendem a persistir até mesmo com o fim do conflito e alterar permanentemente o seus comportamentos, prejudicando o convívio social, por instância (Devakumar et al. 2015). Em 2021, cerca de um terço das crianças demonstrou sinais de traumas psicológicos, com destaque para sintomas de ansiedade, tristeza, fadiga e insônia, os quais são ampliados ainda mais devido à dificuldade de estabelecer uma rede de apoio dentro das famílias em vista da escassez de bens e serviços de cuidado e saúde. Além disso, em torno de 5,8 milhões de crianças estão em situação de refugiadas em países vizinhos e ainda necessitam de assistência humanitária para uma vida digna e segura (UNICEF Brasil 2022).

A herança colonialista e de marginalização econômica deixada na **República do Sudão** reflete diretamente nas crises humanitárias características do país africano. Ao sul do território, as tensões envolvendo a independência do Sudão do Sul no ano de 2011 ainda demonstram instabilidades políticas atualmente, ao passo que os conflitos políticos na região salientam a fragilidade da gestão e da estrutura da nova fronteira (Campos 2021). Já o conflito em Darfur, na região ocidental, é um conflito armado de caráter étnico e político estende-se desde 2002. Houveram diversas tentativas de cessar-fogo em instâncias nacionais e internacionais, mas todas eventualmente fracassaram e o aprofundamento da violência social sudanesa foi mantido (Braga 2016). Com o

enraizamento da violência dentro do país, a realidade no Sudão volta-se à guerra civil, travada desde abril de 2023, a qual já atinge aproximadamente 700 mil crianças com risco de desnutrição grave, além do aumento em cinco vezes de assassinatos, violência sexual e recrutamento militar de menores nos primeiros 300 dias de guerra (ONU News 2024).

A construção de campos de refugiados na **República da Turquia** com o apoio da ACNUR recebeu a maior população de refugiados do mundo, vindos principalmente do conflito em andamento na Síria desde 2011, com mais de 3 milhões de deslocados, além de acolher outras pessoas que fugiram das crises humanitárias que se alastram na África Subsaariana. No entanto, a recepção dos refugiados tornou-se uma questão complicada com o prolongamento de conflitos e o aumento de pedidos de asilo no país turco, enfatizando a dificuldade de gerenciar milhões de refugiados que não estavam totalmente integrados de maneira legal e social no país (Ferreira 2021). Cerca de 1,2 milhões dos sírios presentes no território turco são crianças que estão submetidas a diversas inseguranças por conta da situação de refugiados e vulnerabilidade oriunda do deslocamento entre países. Entretanto, o trabalho infantil é um dos principais males sofridos nos campos de refugiados da Turquia, com aproximadamente 720 mil crianças de diversas nacionalidades atingidas, trabalhando sobretudo em áreas rurais e agrícolas, expondo-se a produtos agroquímicos, temperaturas extremas e uso de equipamentos de perigoso manuseio (Cunha 2021).

6 QUESTÕES A PONDERAR

1) Como garantir que as crianças em zonas de conflito tenham acesso contínuo e seguro à educação?

2) Quais são as medidas mais eficazes para prevenir o recrutamento e uso de crianças em conflitos armados?

3) Como garantir que crianças afetadas por conflitos armados tenham acesso adequado a cuidados de saúde e suporte psicológico?

4) Quais são os mecanismos mais eficazes para garantir a responsabilização por violações dos direitos das crianças durante conflitos armados?

5) Como melhorar a coordenação entre governos, ONGs e organizações internacionais para a proteção dos direitos das crianças durante conflitos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguilar, Sergio Luiz Cruz, e Maria Eduarda Guerra. 2022. Justiça, responsabilização e reconciliação: os casos das crianças soldados nos conflitos armados da Libéria, Serra Leoa e Uganda. Revista Eletrônica Direito e Política 17 (1): 73-105. https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/17903/10714.

Amann, Diane Marie. 2019. "The Policy on Children of the ICC Office of the Prosecutor: Toward greater accountability for crimes against and affecting children". International Review of the Red Cross. Humanitarian debate: Law, policy, action 101 (911): 537-550. doi:10.1017/S1816383120000211.

Amaral, Ignez Gurgel do. 2006. "Vozes Inocentes: um olhar sobre El Salvador." Brazilian Journal of Latin American Studies 5 (8): 175-184. https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2006.81805

Balkaran, Raj, e A. Walter Dorn. 2022. "Charting Hinduism's rules of armed conflict: Indian sacred texts and international humanitarian law". International Review of the Red Cross: How International Humanitarian Law Develops 104 (920-921): 1762-1797. doi: 10.1017/S181638312200056X.

Baptista, Eduardo. "Direito Internacional Público. Vol. 2: Sujeitos E Responsabilidade.," 2004.

Bardo, Matt. 2019. "Did UK Special Forces Murder Afghan Children?" Bbc.com. BBC News. November 18, 2019. https://www.bbc.com/news/uk-50435474.

Barstad, Kristin "Protegendo as Crianças No Conflito Armado - CICV." 2007. Www.icrc.org. December 10, 2007. https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/interview/childr en-interview-101207.htm#:~:text=Como%20o%20CICV%20atua%20para.

BBC News Brasil. 2023. "Síria: perfil de uma nação marcada pelo autoritarismo e pela guerra." Acesso em 19 de junho de 2024. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56919998.

Becker, Jo. "Israel Joins UN 'List of Shame' for Abuses against Children in War | Human Rights Watch." Human Rights Watch, June

13, 2024. https://www.hrw.org/news/2024/06/13/israel-joins-un-list-shame-abuses-against-children-war

Berents, Helen. 2019. ""This is my story": Children's war memoirs and challenging protectionist discourses". International Review of the Red Cross. Humanitarian debate: Law, policy, action 101 (911): 459-480. doi:10.1017/S1816383120000211.

Berman, Helene. 2001. "Children and War: Current Understandings and Future Directions". Public Health Nursing 18 (4): 243-252. doi: 10.1046/j.1525-1446.2001.00243.x.

Bezerra, Saulo de Castro. 2006. "Estatuto da Criança e do Adolescente: Marco da Proteção Integral" Em Violência Faz Mal à Saúde, editado por Cláudia Araújo de Lima et al., 17-22. Brasília: Ministério da Saúde.

Bongard, Pascal, e Ezequiel Heffes. 2019. "Engaging armed non-State actors on the prohibition of recruiting and using children in hostilities: Some reflections from Geneva Call's experience". International Review of the Red Cross. Humanitarian debate: Law, policy, action 101 (911): 603-622. doi:10.1017/S1816383120000211.

Boyden, Jo. 2003. ""Children under Fire: Challenging Assumptions about Children's Resilience". Children, Youth and Environments 13 (1): 1-29. doi: 10.1353/cye.2003.0017.

Braga, Camila. 2016. "O conflito armado em Darfur - Sudão." Série Conflitos internacionais 3 (5): 1-8. https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/o-conflito-armado-em-darfur---sudao.pdf.

Brasil. Centro de Imprensa. 2021. Pandemia aumentou os riscos de crianças em conflito, afirma relatório da ONU. Disponível em:

https://brasil.un.org/pt-br/141496-pandemia-aumentou-os-riscos-de-crian%C3%A7as-em-conflito-afirma-relat%C3%B3rio-da-onu.

Brasil. Centro de Imprensa. Crianças em conflito sofrem 72 violações todos os dias ou três violações a cada hora. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/141957-crianças-em-conflito-sofrem-72-violações-todos-os-dias-ou-três-violações-cada-hora.

Britto, Claudia Aguiar Silva, e Camila Ferreira de Almeida. 2019. "Crianças Soldado, uma realidade atual em contexto internacional: a utilização de crianças e adolescentes em conflitos armados". Revista de Direito 11 (1): 187-220. doi: https://doi.org/10.32361/20191116380.

Bryant, Toba, Dennis Raphael, Ted Schrecker, e Ronald Labonte. 2011. "Canada: A land of missed opportunity for addressing the social determinants of health." Health Policy 101 (1): 44–58. doi:10.1016/j.healthpol.2010.08.022

Campos, Ligia Maria Caldeira Leite de. 2021. "Os conflitos no Sudão do Sul e as tentativas de alcançar a paz." Dossiê de Conflitos Contemporâneos 2 (1): 43-50. https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2021/05/vol-2-n-1-2021.pdf#page=46.

Campos, Rui Ribeiro de. 2007. As crianças nas guerras: uma discussão para o ensino superior de Geografia. Boletim Paulista De Geografia, (86), 191–220. https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/722.

Cardoso, Elaine Souza Duarte. "O estudo da infância e a consideração de novos atores nas relações internacionais sob a ótica do caso das crianças-soldado na República Democrática do Congo". Tese de Conclusão de Curso, Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Catani, Claudia. 2018. "Mental Health of Children Living in War Zones: A Risk and Protection Perspective". World Psychiatry 17 (1): 104-105. doi: 10.1002/wps.20496.

Cavalcanti, Denise Abreu, e Eduardo Bittencourt Cavalcanti. 2023. "A vulnerabilidade de crianças nos conflitos armados". Revista Do Ministério Público Militar 50 (41): 65–106. https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/365.

Chakur, Cilene Ribeiro de Sá Leite, Juan Delval, Cristina Del Barrio, Maria Angelis Espinosa e Javier Breña. 1998. "A construção da noção de direitos humanos em crianças e adolescentes", Cadernos De Pesquisa, (104), 76–100. https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/718/734.

Children at risk of recruitment in conflict. 2024a. Save the Children database. https://data.stopwaronchildren.org/?countries=COD.,PAK#dimension-189.

Children in conflict zones. 2024b. Save the Children database. https://data.stopwaronchildren.org/?countries=COD.,UKR#dimension-180.

CNN Brasil. 2024a. "ONU pede que Rússia ponha fim à transferência forçada de crianças ucranianas." Última modificação em 8 de fevereiro de 2024. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/onu-pede-que-russia-ponha-fim-a-transferencia-forcada-de-criancas-ucranianas/.

CNN Brasil. 2024b. "PIB da China cresce acima do esperado e atinge 5,3% no primeiro trimestre." Última modificação 16 de abril de 2024. https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/pib-da-

china-cresce-acima-do-esperado-e-atinge-53-no-primeiro-trimestre/

Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 2008. Review of Como O Direito Internacional Humanitário Define "Conflitos Armados"? https://www.icrc.org/pt/doc/assets/files/other/rev-definicao-de-conflitos-armados.pdf.

Connah, Leoni. 2021. "US intervention in Afghanistan: Justifying the Unjustifiable?". South Asia Research, 41(1): 70-86. https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0262728020964609

Contró, Mónica González. 2006. "Los derechos fundamentales del niño en el contexto de la familia". Em Panorama internacional de derecho de familia: culturas y sistemas jurídicos comparados, t.I, editado por Rosa María Álvarez González, 55-79. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas. http://ru.juridicas.unam.mx/xmlui/handle/123456789/26653?show=full

Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1949.

Cunha, Gabrielle Calassara da Silva. 2021. "Infância e Refúgio nas Relações Internacionais: o trabalho infantil entre os refugiados sírios na Turquia." Tese de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Daehnhardt, Patrícia. 2015. "Alemanha". Política Externa: As relações internacionais em mudança 2 (1): 63-98. Disponível em: <https://ap1.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/38487/1/alemanha.pdf>.

Devakumar, Delan, Marion Birch, David Osrin, Egbert Sondorp, e Jonathan CK Wells. 2014. "The intergenerational effects of war on

the health of children". BMC Medicine 12 (57): 1-15. http://www.biomedcentral.com/1741-7015/12/57.

Devakumar, Delan, Marion Birch, Leonard S. Rubenstein, David Osrin, Egbert Sondorp, e Jonathan C. K. Wells. 2015. "Child health in Syria: recognising the lasting effects of warfare on health." Conflict and Health 9 (34): 1-4. doi: 10.1186/s13031-015-0061-6.

Dias, Paulo Alexandre da Silva Sousa. 2022. "Caxemira - um conflito entre Índia e o Paquistão sobre o direito ao território." Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.

Dowdney, Luke. 2002. "Crianças Combatentes em Violência Armada Organizada: um estudo de crianças e adolescentes envolvidos nas disputas territoriais das facções de drogas no Rio de Janeiro". Artigo apresentado no Seminário sobre Crianças Afetadas pela Violência Armada Organizada, Rio de Janeiro, RJ, 9 Setembro.

Dowdney, Luke. 2008. "Parte IV: Tratando o problema de crianças e jovens em violência armada organizada". Em Nem Guerra nem paz: comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada, editado por 7 letras, 151-190.

DRUDI MOLTO and BLACHUT E SILVA, "Educação E Políticas Públicas Na Finlândia," 2016, https://www.jusbrasil.com.br/artigos/educacao-e-politicas-publicas-na-finlandia/386213538#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Prosperidade%20Legatum,pa%C3%ADs%20mais%20Prospero%20do%20mundo..

Duraj, LLM Elinda. 2015. "Protecting Children Rights under International Criminal Justice." Academic Journal of Business,

Administration, Law and Social Sciences 1 (1): 92 - 99. Disponível em: <https://iipccl.org/wp-content/uploads/2015/03/Ajbals-92-99.pdf>.

Duraj, LLM Elinda. 2015. "Protecting Children Rights under International Criminal Justice." Academic Journal of Business, Administration, Law and Social Sciences 1 (1): 92 - 99. Disponível em: <https://iipccl.org/wp-content/uploads/2015/03/Ajbals-92-99.pdf>.

Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, Roma, 17 de Julho de 1998. No A/CONF.183/9. https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/Publications/Rome-Statute.pdf.

Evason, Nina. 2017. Myanmar (Burmese) Culture: Core Concepts. Cultural Atlas, s.d. https://culturalatlas.sbs.com.au/myanmar-burmese-culture/burmese-myanmar-culture-core-concepts.

Faria, Ana Badra de. 2014. Os direitos humanos da criança palestina. Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Direito. Centro Universitário de Brasília. https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5533/1/20868728.pdf.

Feng, Wang, Baochang Gu, e Yong Cai. 2016. "The End of China's One-Child Policy." Studies in Family Planning 47 (1): 83–86. doi:10.1111/j.1728-4465.2016.00052.x

Ferreira da Cruz Junior, Mauricio, e Lucineide Silva Alves. 2023. "A proteção das crianças e adolescentes em conflitos armados: debates humanitários hodiernos". Revista Ortiori 3 (1). http://revistas.famp.edu.br/revistaafortiori/article/view/478.

Ferreira, Marcos Alan S. V. 2021. "Refugiados e a Guerra Civil Síria: análise e perspectivas sobre o acolhimento na Turquia." Revista Tempo e Argumento 13 (32):1-31. doi: 10.5965/2175180313322021e0108.

Finatto, Carla Patricia, e Reisson Ronsoni dos Reis. 2019. "Para que a inocência não seja perdida: um estudo da convenção sobre direitos da criança no tocante ao envolvimento destas em conflitos armados.". Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica 5 (05): 1-25. https://revistas.pucsp.br/index.php/DIGE/article/view/44021/29211.

Finland abroad: Brasil. "Finlândia E Unicef Unidas Pela Preservação Dos Direitos Das Crianças." Accessed July 3, 2024. https://finlandabroad.fi/web/bra/atualidades/-/asset_publisher/h5w4iTUJhNne/content/unicef-ja-suomi-tekev-c3-a4t-yhteisty-c3-b6t-c3-a4-lasten-oikeuksien-turvaamiseksi/384951.

Fraga, Paulo Cesar Pontes, e Germán Muñoz González. 2015. "Conflicto armado en Colombia y sus consecuencias sobre niños y jóvenes." DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude 8 (1): 30-39. https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5469813.pdf

Freitas, Lia Beatriz de Lucca e Terri Lisabeth Shelton. "Atenção à Primeira Infância nos EUA e no Brasil" Psicologia: Teoria e Pesquisa 21 (2): 197-205. https://www.scielo.br/j/ptp/a/DXDPKVLYZNkkfMQ7GkwMM3R/abstract/?format=html&lang=en#

Frotscher, Méri, Marcos Nestor Stein, e Beatriz Anselmo Olinto. 2014. "Memória, ressentimento e politização do trauma: narrativas da II Guerra Mundial". Revista tempo 20: 1-26. doi: 10.5533/TEM-1980-542X-2014203613.

Frounfelker, Rochelle L., Nargis Islam, Joseph Falcone, Jordan Farrar, Chekufa Ra, Cara M. Antonaccio, Ngozi Enelamah e Theresa S. Betancourt. 2019. "Living through war: Mental health of children and youth in conflict-affected areas". International Review of the Red

Cross. Humanitarian debate: Law, policy, action 101 (911): 481-506. doi:10.1017/S1816383120000211.

General Assembly Security Council . 2023. “Children and Armed Conflict Report of the Secretary-General .” 2023. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n24/095/07/pdf/n2409507.pdf.

Graf, Roman. 2012. The International Criminal Court and Child Soldiers: An Appraisal of the Lubanga Judgment. Journal of International Criminal Justice 10: 945-969

Guerra, Maria Eduarda. 2022. "A justiça transicional e as crianças soldados nos conflitos africanos: um estudo de dois casos". Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/65eb4ec6-6634-42bf-bce7-c565b4dfe2a0/content

Gurley, Lauren Kaori. 2024. "America is divided over major efforts to rewrite child labor laws". The Washington Post, 5 de abril de 2024. https://www.washingtonpost.com/business/2024/03/31/us-child-labor-laws-state-bills/

Hampton, Kathryn. 2020. "Born in the twilight zone: birth registration in insurgent areas." International Review of the Red Cross. Humanitarian debate: Law, policy, action 101 (911): 507 - 536. https://doi.org/10.1017/S1816383120000168.

Haq, Mirajul, Lutfullah Lutf, e Muhammad Luqman. 2023. "Exploring the Child Activities in Afghanistan After The Us-Led Intervention In The Wake Of September 9/11". International Journal of

Development and Conflict 13 (2023): 74-92. https://www.researchgate.net/profile/Mirajul-Haq/publication/372751939_Exploring_the_Child_Activities_in_Afghanistan_after_the_US-Led_Intervention_in_the_Wake_of_September_911/links/64c627f49142d464b21507e3/Exploring-the-Child-Activities-in-Afghanistan-after-the-US-Led-Intervention-in-the-Wake-of-September-911.pdf

Henckaerts, Jean-Marie; Doswald-Beck, Louise. 2009. Customary International Humanitarian Law. Volume I: Rules. ICRC, Cambridge: University Press, 2009. Disponível em: https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/customary-international-humanitarian-law-i-icrc-eng.pdf.

HM Government. "Working Together to Safeguard Children." HM Government, December 2023.https://assets.publishing.service.gov.uk/media/65cb4349a7ded0000c79e4e1/Working_together_to_safeguard_children_2023_-_statutory_guidance.pdf.

Human Rights Watch, "Mozambique: Events of 2023," Human Rights Watch, December 21, 2023, https://www.hrw.org/pt/world-report/2024/country-chapters/mozambique.

Human Rights Watch. 2024. "UK Government Severely Eroded Human Rights in 2023 | Human Rights Watch," January 11, 2024, https://www.hrw.org/news/2024/01/11/uk-government-severely-eroded-human-rights-2023.

Humanitarian Funding for Child Protection. 2023. Save the Children database. https://data.stopwaronchildren.org/?countries=#dimension-186.

International Campaign to Ban Landmines. 2023. Landmine Monitor report 2023. https://staging.the-monitor.org/reports/landmine-monitor-2023.

International Criminal Court. 2024. "Statement of ICC Prosecutor Karim A.A. Khan KC: Applications for arrest warrants in the situation in the State of Palestine". Acesso em 23 de maio de 2024. https://www.icc-cpi.int/news/statement-icc-prosecutor-karim-aa-khan-kc-applications-arrest-warrants-situation-state

International Criminal Court. s.d. "Democratic Republic of the Congo: Situation in the Democratic Republic of the Congo". Acesso em 23 de maio de 2024. https://www.icc-cpi.int/drc.

Jacob, Cecilia. 2014. "Child Security in Asia: The impact of Armed Conflict in Cambodia and Myanmar." London: Routledge.

Jessberger, Florian e Gerhard Werle. 2005. "'Unless Otherwise Provided': Article 30 of the ICC Statute and the Mental Element of Crimes under International Criminal Law". Journal of International Criminal Justice 3 (1), 35–55. https://academic.oup.com/jicj/article-abstract/3/1/35/888717

Júnior, José Carlos Portella. 2005. "O caso "República Democrática do Congo" no Tribunal Penal Internacional". Revista Brasileira de Direito Internacional 1 (1): 103-134. https://core.ac.uk/download/pdf/328070766.pdf.

Kruijt, Dirk. "Violencia y pobreza en América Latina: Los actores armadas." Pensamiento Iberoamericano, no. 2 (2008): 55-70. ISSN 0212-0208.

Lahr, M. Mirazón, F. Rivera, R. K. Power, A. Mounier, B. Copsey, F. Crivellaro, J. E. Edung, J. M. Maillo Fernandez, C. Kiarie, J. Lawrence, A. Leakey, E. Mbua, H. Miller, A. Muigai, D. M. Mukhongo, A. Van

Baelen, R. Wood, J.-L. Schwenninger, R. Grün, H. Achyuthan, A. Wilshaw, e R. A. Foley. 2016. "Inter-group violence among early Holocene hunter-gatherers of West Turkana, Kenya". Nature 529 (16477): 394-410. doi: 10.1038/nature16477.

Landgren, Karin. 2005. "The Protective Environment: Development Support for Child Protection". Humans Rights Quarterly 27 (1): 214-248. https://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/hurq27&id=1&collection=journals&index=.

Leão, Delfim Ferreira. 2010. "Educação em Esparta e em Atenas: Dois métodos e dois paradigmas. Em Cidadania e Paideia na Grécia Antiga, editado por Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 11-45. Coimbra: Simões & Linhares, LDA.

Lee, Catherine, Amanda J. Nguyen, Tara Russel, Yasmina Aules, e Paul Bolton. 2018. "Mental health and psychosocial problems among conflict-affected children in Kachin State, Myanmar: a qualitative study". Conflict and Health 12 (39): 1-11. doi: 10.1186/s13031-018-0175-8.

Lemos, Flávia Cristina Silveira, Cristiane de Souza Santos, Marcelo de Almeida Ferreri, Rafaele Aquime Habib, e Fabiana Silva. 2019. "Problematizações acerca da atuação do UNICEF no Brasil". Psicologia em Revista 24 (3): 761-777. doi: 10.5752/P.1678-9563.2018v24n3p761-777.

Lemos, Flávia Cristina Silveira. 2009. "O UNICEF e as práticas de governamentalidade de crianças e adolescentes no espaço/tempo". Revista Teias 10 (20): 1-19. https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24078.

Lindskog, Elina Elveborg. 2016. "The effect of war on infant mortality in the Democratic Republic of Congo." BMC Public Health 16 (1059):1-10. doi: 10.1186/s12889-016-3685-6.

Lordelo, Eulina da Rocha, e Monika Rothle. 2006. "Educação infantil na Noruega". Psicologia: Ciência e Profissão 26 (3): 1-12. doi: 10.1590/S1414-98932006000300013.

Machel, Graça. Declaração ao Terceiro Comitê da Assembléia Geral das Nações Unidas. 8 de novembro de 1996.

Mahrukh Fatima, Saadia Batool, and Kinza Anwar, "A RESTITUTION and REFLECTION on CHILD RIGHTS EDUCATION PROJECT of UNICEF in DEVELOPED WORLD: AN EVIDENCE from FRANCE," Pakistan Journal of Educational Research 6, no. 1 (March 25, 2023), https://doi.org/10.52337/pjer.v6i1.716.

Maksoud, Mona S., Atle Dyregrow, e Magne Raundalen. 1993. "Traumatic War Experiences and Their Effects on Children". Em International Handbook of Traumatic Stress Syndromes, editado por John P. Wilson e Beverley Raphael. 625-634. Springs Science+Business Media New York.

Marchildon, Gregory P. 2013. "Canada: Health system review". Health Systems in Transition 15 (1): 1-179. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/330307/HiT-15-1-2013-eng.pdf>.

Melzer, Nils (International Committee of the Red Cross). International Humanitarian Law: A Comprehensive Introduction. Genebra: 2019. https://library.icrc.org/library/docs/DOC/icrc-4231-002-2019.pdf.

Mezzarroba, Orides, e Danielle Jacon Ayres Pinto. 2008. "Resolução de conflitos internacionais: o caso da Noruega como novo ator

político". Revista Sequência 29 (56): 29-40. doi: 10.5007/2177-7055.2008v29n56p29.

Moraes, Pedro Henrique Angoti de. 2017. "A cooperação Sul-Sul Brasileira como instrumento de promoção dos direitos humanos: análise da cooperação técnica em direitos humanos com El Salvador." Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19903>.

Morini, Claudia. 2010. "First Victims Then Perpetrators: Child Soldiers and International Law" ACDI - Anuario Colombiano de Derecho Internacional (Colombian Yearbook of International Law) 3 (Special Issue): 187-208. https://heinonline.org/HOL/P?h=hein.journals/acdin3&i=589.

Moro, Raquel Gruske. 2014. Crianças-Soldado: "Responsabilidade Internacional Pelo Envolvimento de Crianças em Conflitos Armado." Tese de Mestrado Científico em Ciências Jurídico-Internacionais. Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/18045/1/ulfd129558_tese.pdf.

Nabuco Martuscelli, Patrícia. "O Invisível Caso Do Uso de Crianças Soldado Na Colômbia: Implicações Nas Relações Internacionais.," n.d., https://www.academia.edu/24888579/O_Invis%C3%ADvel_Caso_do_Uso_de_Crian%C3%A7as_Soldado_na_Col%C3%B4mbia_Implica%C3%A7%C3%B5es_nas_Rela%C3%A7%C3%B5es_Internacionais.

Nacandumbo, Maria Manuela. 2017. "Estudos dos efeitos psicológicos decorrentes de eventos traumáticos em jovens: o impacto da guerra em Angola". Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Nacandumbo, Maria Manuela. 2017. "Estudos dos efeitos psicológicos decorrentes de eventos traumáticos em jovens: o impacto da guerra em Angola". Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20511/2/Maria%20Manuela%20Nacandumbo.pdf>.
Naftali, Orna. 2009. "Empowering the Child: Children's Rights, Citizenship and the State in Contemporary China." The China Journal 61: 79–103. doi:10.1086/tcj.61.20648046

O'Grady, Hannah , and Joel Gunter. 2022. "How a British Special Forces Raid Went Wrong, and a Young Family Paid the Price." BBC News, December 14, 2022, sec. UK. https://www.bbc.com/news/uk-63908301.

Oliveira, Nathália França de, Claudia Leite de Moraes, Washington Leite Junger, e Michael Eduardo Reichenheim. 2020. "Violência contra crianças e adolescentes em Manaus, Amazonas: estudo descritivo dos casos e análise da completude das fichas de notificação, 2009-2016". Epidemiologia e Serviços de Saúde 29 (1): 1-20. doi: 10.5123/S1679-49742020000100012.

ONU News em Perspectiva Global Reportagens Humanas, 300 dias de guerra no Sudão deixam 700 mil crianças sob risco de desnutrição grave (Nações Unidas, 2024), disponível em https://news.un.org/pt/story/2024/02/1827517.

ONU, "Promotion and Protection of the Rights of Children Children and Armed Conflict Report of the Secretary-General," 2024, https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n24/095/07/pdf/n2409507.pdf?token=LqM7XiRHCv2z0yfrc9&fe=true.

Organização Mundial da Saúde. Relatório Mundial sobre violência e saúde. Geneva. 2002. ISBN 92 4 154561 5.

https://www.academia.edu/download/34165228/65818661-Relatorio-Mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf.

Paris Principles Steering Group, "Paris Principles," www.unicef.org, 2022, https://www.unicef.org/reports/paris-principles.

Pereira, Maria de Assunção do Vale. 2012. "As crianças em situação de conflito armado, em particular as crianças-soldado." Em Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster, 973-1004.

Peres, Andréa Carolina Schvartz. 2011. "Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia." Cadernos Pagu (37): 1180 - 160. https://www.scielo.br/j/cpa/a/Y6tTmFHbw5tXdBzTfySjXjG/?format=pdf&lang=pt.

Plattner, Denise. 1984. Protection of Children in International Humanitarian Law. International Review of the Red Cross (240). https://www.icrc.org/en/doc/resources/documents/article/other/57jmat.htm.

Polacinski, Ellen, e Kvitoslava Krotiuk. 2019. "Childhood in the crossfire: How to ensure a dignified present and future for children affected by war". International Review of the Red Cross. Humanitarian debate: Law, policy, action 101 (911): 425-436. doi:10.1017/S1816383120000211.

Prasad, A. N., e P. L. Prasad. 2009. "Children in Conflict Zones". Medical Journal Armed Forces India 65 (2): 166-169. doi: 10.1016/S0377-1237(09)80134-2.

Protocolo Adicional I à Convenção de Genebra de 1949 relativo à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Internacionais. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1977.

Pyrooz, David, e Gary Sweeten. 2014. "Gang Membership Between Ages 5 and 17 Years in the United States". Journal of Adolescent Health 1 (6): 1-6. https://jjie.org/wp-content/uploads/2015/02/Pyrooz_Sweeten_Gang-Membership-Between-Ages-5-and-17-Years-in-the-United-States.pdf

Reading, Richard, Susan Bissell, Jeffrey Goldhagen, Judith Harwin, Judith Masson, Sian Moynihan, Nigel Parton, Marta Santos Pais, June Thoburn, Elspeth Webb. 2008. "Promotion of children's rights and prevention of child maltreatment". The Lancet 343 (9660): 332-343. doi: 10.1016/S0140-6736(08)61709-2.

Ressler, Everett M., Joanne Marie Tortorici, e Alex Marcelino. 1993. "Conceptual Framework". Em Children in War: A guide to the Provision of Services — A Study for UNICEF, editado por 3 UN Plaza, 16-64. Programme Publications.

Rocha, João Carlos de Figueiredo. 2023. "O papel do Tribunal Penal Internacional no Conflito Armado Internacional entre Rússia e Ucrânia: A expedição do mandado de prisão contra Vladimir Putin e Maria Alekseyevna." Revista do Ministério Público Militar 50 (39): 223-236. https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/271.

Rodríguez, Ernesto. "Juventud y violencia en América Latina. Una prioridad para las políticas públicas y una oportunidad para la aplicación de enfoques integrados e integrales." Desacatos, no. 14, primavera-verano, 2004, pp. 36-59.

Rojas, Cielo Mariño. Derechos de los niños y niñas reclutados o utilizados en hostilidades en la justicia transicional en Colombia. Criterio Jurídico Garantista. Año 3, No. 6. Ene.-Jun., ISSN: 2145-3381, p. 76-99, 2012.

Sahelien.com. 2021. "Exclusive: The French Military Has Killed at Least 43 Civilians in Mali since 2018 - Sahelien.com | EN."

Sahelien.com | EN. June 10, 2021. https://sahelien.com/en/french-military-has-killed-at-least-43-civilians-in-mali-since-2018/.

Sánchez, Diana Cristina Fierro. "Análisis comparado de los programas de cooperación internacional OIM y UNICEF con relación a los procesos de desvinculación de la niñez de los grupos armados ilegales. Estudio de caso: Colombia durante el periodo 2000-2010." Monografía de grado. Presentada como requisito para optar al título de Internacionalista en la Facultad de Relaciones Internacionales, Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario. Dirigida por Rafael Prieto Sanjuán, Semestre II, 2010.

Sandoz, Yves, Christophe Swinarski, Bruno Zimmermann, Claude Wenger, Claude Pilloud, Hans-Peter Gasser, Jean De Preux, Jean Pictet, Philippe Eberlin, and Sylvie-S. Junod. "Commentary on the Additional Protocols of 8 June 1977 to the Geneva Conventinos of 12 August 1949," 1986. https://www.legal-tools.org/doc/6d222c/.
Santos, Rodrigo Lucas Carneiro, e Iranice Gonçalves Muniz. 2012. As crianças soldado de Hitler e a humanização do direito internacional. Revista Direito e Desenvolvimento 3 (6): 270 - 293. https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/218/200.

Sardenberg, Ronaldo Mota. 2005. "Brasil, política multilateral e Nações Unidas". Estudos Avançados 19 (53): 1-21. doi: 10.1590/S0103-40142005000100023.

Sassóli, Marco. International Humanitarian Law: Rules, Controversies, and Solutions to Problems Arising in Warfare (Edward Elgar Pub, 2019).

Save The Children. Invisible Wounds: the impact of six years of war on the mental health of Syria's children. 2017. https://www.savethechildren.org.uk/content/dam/global/reports/emergency-humanitarian-response/invisible-wounds.pdf.

Scussel, Barbara Diesel. 2018. "Os impactos do refúgio para as crianças e adolescentes: a Crise dos Refugiados do Século XXI." Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4082/Artigo%20Final%20-%20Barbara%20Diesel.pdf?sequence=3&isAllowed=y.

Security Council. "Conclusions on Children and Armed Conflict in Iraq." Refworld, 2016. https://www.refworld.org/reference/countryrep/unsc/2016/en/112024?prevDestination=search&prevPath=/search?keywords=iraq+child&order=desc&sort=score&result=result-112024-en.

Shaw, M. N. International Law. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1017/9781108774802

Silva, Igor Castellano da. 2012. Segunda Guerra do Congo (1998-2003): A Guerra "Mundial" Africana. Em Congo, a Guerra Mundial Africana: Conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz, 145-180. Porto Alegre: Leitura XXI.

Silva, Regina Mizael da, Adriel Gomes Brito, Gabriel Novais Barbosa, e Antônio Manuel Carvalho dos Santos. 2024. "A Importância da Logística Humanitária na Guerra Entre Rússia e Ucrânia." Journal of Technology & Information 4 (3):1-15. doi: 10.5281/zenodo.11191636.

Singer, "Facing Saddam's Child Soldiers," Brookings, 2003, https://www.brookings.edu/articles/facing-saddams-child-soldiers/.

Siqueira, Bruna. 2020. "Análise da efetividade dos documentos internacionais de proteção à criança: o caso da República

Democrática do Congo." Tese de Conclusão de Curso, Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Soares, Mayla Oliveira. 2022. "Consequências Psicológicas e Físicas em Crianças em Situação de Conflito Armado: Revisão Integrativa da Literatura". Tese de Graduação, Universidade Federal de Campina Grande.

Stop the War on Children. 2022. Save the Children database. https://data.stopwaronchildren.org/?countries=COD.

The Guardian. 2024. "Myanmar: airstrike on school killed four children, witnesses say". Última modificação em 7 de fevereiro de 2024. https://www.theguardian.com/global-development/2024/feb/07/myanmar-military-airstrike-karenni-state-school-daw-si-ei-village.

Turgi, Paul A. 1992. "Children's Rights in America: The Needs and the Actions." The Journal of Humanistic Education and Development 31(2): 53–63. doi:10.1002/j.2164-4683.1992.tb00066.x

UNHCR, "Child Soldiers Global Report 2008 - Iran," Refworld, 2008, https://www.refworld.org/reference/annualreport/cscoal/2008/en/59779.

UNICEF Brasil. Síria: Crianças lutam com cicatrizes físicas e psicológicas após 11 anos de guerra. Damasco: 2022. https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/siria-criancas-lutam-com-cicatrizes-fisicas-e-psicologicas-apos-11-anos-de-guerra.

UNICEF Pakistan. Annual Report 2020. Islamabad, 2021. https://www.unicef.org/pakistan/reports/annual-report-2020.

UNICEF, "UNICEF Mexico Country Office Annual Report 2023 | UNICEF," www.unicef.org, 2023,

https://www.unicef.org/reports/country-regional-divisional-annual-reports-2023/Mexico.

UNICEF. 2023. Child Health and Well-being Dashboard. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/child-health-and-well-being-dashboard/>.

UNICEF. 2023. Country Profiles for Early Childhood Development. Disponível em: <https://nurturing-care.org/resources/country-profiles/>.

UNICEF. 2023a. "Fortalecimento Da Convenção Sobre Os Direitos Da Criança: Protocolos Facultativos." Www.unicef.org. 2023. https://www.unicef.org/brazil/fortalecimento-da-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca-protocolos-facultativos.

UNICEF. Adapting a Systems Approach to Child Protection: Key Concepts and Considerations. New York: 3 UN Plaza, 2010.

UNICEF. Convenção sobre os Direitos da Criança. New York. 1989. https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca.

UNICEF. Principles and guidelines on children associated with armed forces or armed groups. New York. 2007. https://www.unicef.org/mali/media/1561/file/ParisPrinciples.pdf.

UNICEF. "Para Cada Criança E Adolescente, Todos Os Direitos." www.unicef.org, 2019. https://www.unicef.org/brazil/convencao-direitos-da-crianca-30-anos.

UNICEF. "Situation in Numbers," 2023. https://www.unicef.org/media/152136/file/Mozambique-Humanitarian-SitRep-No.12-(End-of-Year)-January-to-December-

2023.pdf.

United Nations Children's Fund Data. 2024. Child protection overview. https://data.unicef.org/topic/child-protection/overview/.

United Nations International Children's Emergency Fund. 2019. O papel do UNICEF para promover e apoiar a Convenção sobre os Direitos da Criança. Acesso em: https://www.unicef.org/brazil/o-papel-do-unicef-para-promover-e-apoiar-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca.

United Nations, Security Council, Children and armed conflict in the Democratic Republic of the Congo: report of the Secretary-General, S/2022/745 (10 de outubro de 2022). Disponível em undocs.org/S/2022/745.

Watchlist on Children and Armed Conflict. Colombia: La Guerra en los niños y las niñas. February 2004. Watchlist on Children and Armed Conflict, 122 East 42nd Street, 12th floor, New York.

Weissbecker, Inka, Fahmy Hanna , Mohamed El Shazly, James Gao, e Peter Ventvogel. 2019. "Integrative Mental Health and Psychosocial Support Interventions for Refugees in Humanitarian Crisis Settings". Integrative Health Care for the 21st Century Refugees 117-153. doi: 10.1007/978-3-319-72914-5_6.

Wikipédia. s.d. "República Democrática do Congo". Última modificação em 9 de dezembro de 2023. https://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%BAblica_Democr%C3%A1tica_do_Congo.

Wikipédia. s.d. "Segunda Guerra do Congo". Última modificação em 19 de janeiro de 2024. https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Guerra_do_Congo.

Witte Jr., John. 2020. "Why Suffer the Children? Overcoming Christian Opposition to Children's Rights." Canopy Forum, 1 de dezembro de 2020. Acesso em 1 de julho de 2023. Disponível em: <https://canopyforum.org/2020/12/01/why-suffer-the-children-overcoming-christian-opposition-to-childrens-rights/>.

World Bank. 2022. GDP per capita (current US$). World Bank database. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>.

World Bank. 2024. Democratic Republic of Congo. https://www.worldbank.org/en/country/drc/overview#1.

World Development Indicators. 2023. World Bank database. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=SI.POV.DDAY&country=WLD>.

OCI

ufrgs mun 2024



CÚPULA ISLÂMICA DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ISLÂMICA (OCI)

Estratégias de Combate ao Terrorismo e Radicalização nos Estados Membros da Organização

Arthur Zanella Capra[95]
Isabela Knauth Casanova[96]
Laura Eduarda Mallmann Kieling[97]

RESUMO

Nas últimas décadas, os países-membros da Organização para a Cooperação Islâmica — em destaque para aqueles localizados na região do Norte da África e do Oriente Médio — perpassam por desafios no que tange à ação de movimentos e grupos terroristas. Neste sentido, a Organização estabelece como um dos pilares basilares de sua convenção o combate ao terrorismo e extremismo nos países-membros. Acessar e combater estes fenômenos têm, no entanto, configurando-se como uma tarefa difícil, que perpassa por diversos desafios políticos, conceituais e históricos. Neste sentido, o presente guia tem como objetivo promover uma base para o debate acerca do combate ao terrorismo e ao extremismo os

[95]Estudante de Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretor-Assistente da Cúpula Islâmica da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI).

[96]Estudante de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora da Cúpula Islâmica da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI).

[97]Estudante de Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente da Cúpula Islâmica da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI).

Estados-Membros da OCI. Para isso, contextualiza-se o panorama histórico dos períodos focais de dominação estrangeira que corroboraram a ascensão do extremismo na região, assim como apresenta o debate acerca da definição conceitual do terrorismo.

1 INTRODUÇÃO

Desde o 11 de setembro de 2001, a problemática do terrorismo e extremismo tem ganhado progressivamente maior destaque. As regiões abarcadas geograficamente pela Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) ganham destaque nesta questão. Não somente são elas alvos de sucessivos atos terroristas, como têm presenciado, de modo mais ávido, desde a segunda metade do século XX, um aumento de práticas extremistas. Destaca-se que o extremismo e o terrorismos são fenômenos multicausais, e sua explicação impele uma análise das dimensões sociais, econômicas e políticas que possibilitaram sua ascensão. A própria definição de terrorismo é objeto de disputa internacional, uma vez que não há um consenso acerca da definição destas ações e grupos. Em grande medida, a classificação ou o entendimento de um grupo ou ação como terrorista parte de interesses e decisões políticas (Seixas 2008). Entende-se que, no âmbito dos países membros da OCI — grande parte situada no Oriente Médio e no norte da África —, muitas das dinâmicas sócio-econômicas e políticas, ainda que distintas, enfrentadas por eles, e que oportunizaram a ascensão do terrorismo e do extremismo, têm base no contexto histórico de contínuo domínio e interferência das potências estrangeiras nestes países, de marginalização política e de repressão. A presença constante de agentes estrangeiros na região culminou em uma ordem regional instável e insegura (Visentini 2014).

Neste contexto, a OCI, como uma organização composta por 57 países de 4 continentes diferentes e que zela pela promoção dos interesses do Mundo Islâmico, estabelece o compromisso de combate terrorismo, por meio da cooperação e coordenação entre os Estados Membros, de modo a minar o financiamento, o refúgio e a assistência a grupos e organizações terroristas. Destaca-se, contudo, a necessidade de cautela na classificação dos grupos como terroristas e extremistas. A organização presa, neste sentido, por uma abordagem cautelosa na classificação destes grupos, levando em consideração suas origens históricas, assim como estabelecendo a distinção entre práticas terroristas e extremistas e atos de resistência à ocupação estrangeiras (OIC 1999).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Para compreender o terrorismo e a radicalização nos Estados Membros da OCI, faz-se necessário uma análise do contexto histórico que possibilitou a emergência de grupos extremistas e que condicionou as dinâmicas políticas, sociais e econômicas dos Estados-membros da Organização. Neste sentido, esta seção pretende analisar o que se considera como os períodos focais da ascensão do extremismo na região, desenvolvendo uma análise do período do domínio colonial por potências ocidentais na região e posteriormente, dos impactos que a dinâmica da Guerra Fria teve na ascensão do extremismo e terrorismo. É importante destacar que, sendo a OCI uma organização extremamente plural e formada por países de quatro continentes diferentes, priorizou-se, ao longo deste guia, a análise histórica das regiões do Oriente

Médio e do norte da África, as quais compreendem a maioria dos países membros da Organização.

2.1 Do Imperialismo à Independência

No final do século XIX observa-se uma intensificação das práticas imperialistas europeias. Este ímpeto colonial se desenrolou em um contexto de crise da hegemonia britânica e do capitalismo liberal, característico deste período. A emergência de novas potências industriais propiciou a ascensão de novas nações concorrentes no comércio internacional, contribuindo para um acréscimo das rivalidades internacionais entre as potências globais. Neste cenário, as potências europeias, sobretudo França e a Grã-Bretanha, passaram a revigorar práticas imperialistas e protecionistas, de caráter fortemente violento e repressivo, principalmente na África e no Oriente Médio (Chagastelles 2008; Visentini, Dario e Pereira 2013). O domínio das potências estrangeiras e este extensivo processo de expropriação econômica e sociocultural criou, nestas regiões, desenvolveu uma instabilidade sistêmica, corroborada e cuja manutenção até os dias de hoje é alimentada pelo contínuo interesse e presença estrangeira nestas regiões. A contínua exploração do continente foi suscitando e inflamando processos revolucionários e de resistência à presença estrangeira e aos aparatos políticos e institucionais criados e mantidos por estas (Visentini 2014; Visentini, Dario e Pereira 2013).

Após o fim da Segunda Guerra, os Estados europeus, enfraquecidos, observaram os movimentos de libertação nacional ganharem maior ímpeto e destaque, embora já estivessem presentes anteriormente, ainda que reprimidos violentamente pelo

poder dominante (Oliveira 2019). Suas motivações remontam precisamente à imposição do domínio colonial, à subjugação desses povos e à expropriação de seus recursos naturais e de sua economia. Portanto, o enfraquecimento dos Estados colonizadores após a guerra gerou um ambiente mais propício para a articulação e consolidação destes movimentos de libertação nacional, culminando nos processos de independência da África e do Oriente Médio nas décadas subsequentes (Halliday 2005; Hinnebusch 2003; Visentini, Dario e Pereira 2013; Visentini 2014).

Ao final da década de 1950 no mundo árabe, e da década de 1970 na África, boa parte dos Estados já haviam conquistado sua independência. Contudo, apesar da desvinculação da subjugação formal destes países ao domínio imperial, observa-se, em grande medida, a manutenção e a herança destes vínculos coloniais (Halliday 2005; Hinnebusch 2003). No âmbito econômico, esta dinâmica era materializada na manutenção dos países destas regiões como fornecedores de matérias-primas ao centro industrializado (Visentini 2008). Politicamente, a imposição de um sistema de Estados aos moldes ocidentais, aliada à delimitação arbitrária das fronteiras, que muitas vezes não consideravam a congruência entre o território e a identidade daqueles que o compunham, caracterizou-se como um dos legados mais duradouros do domínio europeu, resultando na criação de Estados com baixa legitimidade nacional. Por conseguinte, emergiram dinâmicas complexas de lealdades sub e supra-nacionais — como, por exemplo, o Pan-Arabismo, e a noção da comunidade muçulmana, a Ummah —, que desafiavam a coesão interna dos Estados recém-formados, dificultando sua capacidade de governança e conduzindo, em alguns casos, a conflitos internos

(Halliday 2005; Hinnebusch 2003; Salem 2018). As novas elites políticas nacionais enfrentaram o dilema entre a colaboração com os poderes imperialista, a desvinculação em relação a estes e a manipulação da independência. Mesmo que de algum modo promovendo a articulação em direção à independência, estas elites governantes eram muitas vezes percebidas como produtos do imperialismo e, consequentemente, deslegitimadas por estes movimentos supra-nacionais (como o pan-arabismo e a Ummah). Neste sentido, o "imperialismo criou e auxiliou a deslegitimação dos novos Estados desde a sua criação" (Hinnebusch p.20), criando frágeis estruturas estatais e um campo fértil de conflitos internos (Visentini 2014).

2.2 A Correlação de Forças da Guerra Fria

A Guerra Fria no Terceiro Mundo, em destaque ao continente africano e à região do Oriente Médio, tem um ponto de inflexão e relevância durante a década de 1970. Inicia-se nesta época, uma nova onda de processos revolucionários, os quais ocorrem em uma conjuntura internacional de crise da ordem capitalista e da União Soviética, e que são capazes de condicionar e alterar o posicionamento internacional de ambas potências bipolares (Halliday 1983, 1989).

Os Estados Unidos, frente às crises do sistema capitalista e à percepção de perda relativa de poderio e influência, promove uma reorganização dos paradigmas norteadores de sua hegemonia. Esta fase foi marcada por uma nova estratégia americana de militarização do continente africano, visando estabelecer uma posição de superioridade estratégica e militar em relação à URSS (Halliday 1983;

Visentini 2010). Este movimento deve ser interpretado em um contexto maior de contrarrevolução aos movimentos de libertação nacional, muitas vezes de caráter socialista, desenrolados no continente na década anterior. Como resultado, a URSS, já enfraquecida pelos gastos militares e pela pressão militar norte-americana exercida sobre ela, viu-se obrigada a limitar seu apoio a tais movimentos revolucionários (Halliday 1983; Visentini 2010). Ademais, é necessário ressaltar que, apesar de estarem condicionados pela existência de uma estrutura internacional bipolar, as revoluções do Terceiro Mundo foram, também, resultados de experiências locais e internas (Halliday 1983, 2005).

2.2.1 Conflitos Árabes-Israelenses

A descolonização do Mundo Árabe coincidiu com um aumento da tensão entre árabes e judeus, sobretudo no tocante à Questão da Palestina (Halliday 2005; Visentini 2014). A retirada das forças britânicas da Palestina e a subsequente fundação do Estado de Israel em 1948 desencadearam um conflito que estendeu-se até 1949, culminou na vitória israelense e na divisão da Palestina entre Israel, a Jordânia e o Egito. Os palestinos, desprovidos de uma representação estatal e proibidos de voltar às suas terras que agora compunham o Estado de Israel, constituíram uma intensa onda de refugiados para os países árabes vizinhos. Este conflito, apesar de tangencial às dinâmicas da Guerra Fria, fortaleceu o nacionalismo árabe, antes um projeto fragmentado, tornando-o mais consistente e robusto, corroborado não apenas pela oposição à Israel mas também à dinâmica bipolar da Guerra Fria (Grinberg 2000; Halliday 2005; Visentini 2014). Em 1956, o conflito que decorreu da

nacionalização do Canal de Suez solidificou a clivagem da região nos padrões da Guerra Fria, com a aliança de Israel ao Ocidente e dos países árabes à URSS (Halliday 2005; Visentini 2014).

O nacionalismo árabe atingiu seu auge na década seguinte, endossando uma forma transnacional, o pan-arabismo. Neste sentido, novamente a questão da Palestina assume um papel importante: "na luta nacionalista, tanto a secular como a orientada religiosamente, nacionalistas árabes e ativistas islâmicos, encontraram um ponto comum em relação à Palestina como uma jihad contra o imperialismo ocidental" (Esposito 1999, 73-74).

O conflito árabe-israelense de 1967 representou uma mudança no equilíbrio de forças da região (Grinberg 2000). No rápido conflito que durou 6 dias, Israel saiu vitorioso, além de ocupar grande parte daquilo que cobiçava territorialmente, o país estabeleceu sua superioridade militar na região e consolidou seu alinhamento com o Ocidente, principalmente com os EUA. Por outro lado, os países árabes, humilhados com a derrota, aumentaram sua hostilidade para com Israel. Neste contexto, observa-se, por exemplo, o surgimento de organizações palestinas "guerrilheiras", que lutavam pelo reconhecimento dos direitos e da autonomia palestina, consideradas pelo Ocidente e por Israel como terroristas (Grinberg 2000; Halliday 2005; Visentini 2014).

Para além do exame específico dos conflitos árabe-israelenses desenvolvidos ao longo do século XX, importa-nos as percepções que deles decorrem para a ascensão do terrorismo e extremismo nos países membros da OCI. Como resultado deste panorama, Esposito (1999) estabelece três elementos os quais corroboram a radicalização e o ressurgimento do Islã como força política na região: (i) a humilhação da derrota árabes nos confrontos,

somada à (ii) falha de algumas ideologias de identidade nacional de promover a unificação na região — como o pan-arabismo nasserista — e à (iii) constante presença estrangeira na região.

Neste sentido, observa-se, na década de 1980, a retomada do fundamentalismo islâmico como elemento fulcral da política no Oriente Médio. Como estabelece, Visentini (2014) os movimentos políticos de caráter islâmicos permeiam as dinâmicas da região desde o entreguerras. Eles foram, no primeiro momento, utilizados pelas petromonarquias como forma de encobrir seu conservadorismo e sua aliança com o Ocidente. Este, por sua vez, interpretava a religião como um "antídoto ao comunismo" (Visentini 2014, 66). No entanto, este cenário sofre uma mudança com o aprofundamento da crise socioeconômica e o avanço da globalização, os quais oportunizam a mobilização da religião no âmbito político. É neste contexto que as ações de grupos como o Hezbollah e o Hamas — ambos sendo uma frente de oposição à Israel — ganham força. Ademais, observa-se concomitantemente o desenvolvimento e a radicalização de um fundamentalismo judaico em Israel (Visentini 2014).

2.2.2 Invasão do Afeganistão pela URSS

Em dezembro de 1979, a União Soviética iniciou uma intervenção militar no Afeganistão, com o objetivo de preservar o governo que havia tomado o poder durante a Revolução de Abril, em 1978. A invasão — que foi objeto de extensa oposição internacional — resultou, rapidamente, na tomada de Cabul pelos soviéticos (Halliday 2005; Visentini 2014; Visentini e Pereira 2012). Esta oposição assumiu contornos materiais com o apoio —

financeiro e bélico, de países como os Estados Unidos, China, Paquistão, Israel, Egito e Arábia Saudita — às guerrilhas de resistência afegãs, de modo a derrotar o exército soviético (Halliday 2005; Migaux 2007; Visentini 2014).

Nos anos seguintes à invasão, o Afeganistão foi entrelaçado em uma complexa dinâmica regional e internacional que oportunizou o desenvolvimento de grupos extremistas como o Al-Qaeda — os quais foram beneficiados, durante a ocupação soviética pelo financiamento dos países mencionados acima — e o envolvimento com o terrorismo internacional (Migaux 2007; Visentini 2014). Para além disso, como ressalta Oliveira (2019), após a retirada soviética, diversos veteranos da resistência afegã, marcados pelo fundamentalismo islâmico, retornam aos seus países de origem (principalmente para países do norte da África) suscitando o fortalecimento e a internacionalização dos movimento extremistas nesta região também.

2.2.3 A Revolução Iraniana

Como argumenta Visentini (2014), o processo revolucionário iraniano é resultado da confluência de três principais fatores: a insatisfação com as mais de duas décadas do governo repressivo e autoritário do Xá, a crescente desigualdade social no país e uma revolta, de cunho nacionalista e islâmico, contra a influência ocidental — principalmente estadunidense — no país. Xá Reza Pahlavi passou a governar no país, em 1953, após um golpe, apoiado pelos Estados Unidos[98], que representou não apenas uma

[98] A influência norte-americana no golpe, por meio do que ficou conhecido como a "Operação Ajax", tornou-se pública nas décadas subsequentes (Coggiola ANO).

mudança no comando, mas também uma mudança no regime político do país. O Irã passa de uma monarquia constitucional a uma ditadura monárquica repressiva centrada na figura do Xá (Coggiola 2007). A condição socioeconômica da população iraniana deteriorava-se progressivamente, à medida que crescia, também, a disparidade entre as camadas mais baixas da população, principalmente na zona rural, e a elite dominante. Esta constantemente beneficiada, em detrimento da maioria da população, pelas reformas — conhecidas como "Revolução Branca"[99] — e pela política petrolífera promovida pelo Xá, a qual grande parte da renda era destinada ou à elite ou à compra de equipamentos bélicos dos Estados Unidos (Coggiola 2007).

Neste contexto, a figura de Aiatolá Khomeini — endossando uma revolução de caráter islâmico, nacionalista e anti-ocidental — surge no Irã como uma liderança alternativa à Monarquia repressiva de Xá Reza Pahlavi, o mais importante aliado norte-americano na região do Golfo Pérsico, devido a sua posição estratégica (na divisa da URSS com o Golfo Pérsico) e as suas grandes reservas de petróleo (Abrahamian 2008; Halliday 2005; Hinnebusch 2003; Visentini 2014).

No âmbito das relações Internacionais, a vitória das massas populares em Teerã e o estabelecimento de uma República Islâmica no Irã representou a perda do que era, o um dos principais aliados do Ocidente no Oriente Médio — e, como referido anteriormente, a principal fonte de petróleo para o Ocidente. Na política

[99] O programa da "Revolução Branca" foi um conjunto de reformas instituídas pelo Xá, que consistiu em "reforma agrária e outras medidas supostamente 'educativas e sanitárias': era um plano de desenvolvimento (...) que beneficiava somente uma elite urbana em detrimento da maioria da população que vivia na zona rural, que não possuía sequer luz elétrica ou água encanada" (Coggiola ANO, p.45).

internacional, além de representar uma intensa oposição ao Ocidente, e principalmente aos Estados Unidos, o Irã pós-revolucionário posicionava-se de maneira fortemente contrária ao Estado de Israel. Para além disso, é necessário ressaltar que o desejo de exportação da revolução propagado por Khomeini tornou-se uma política oficial do governo iraniano em 3 ocasiões, no Afeganistão, no Iraque e no Líbano — onde influenciou diretamente a formação e consolidação de grupos como o Hezbollah, o Hamas e a Al-Qaeda (Atwan 2008; Chaliand e Blin 2007; Coggiola 2007; Halliday 2005; Hinnebusch 2003).

2.3 A internacionalização do terrorismo: o 11/09 e a Guerra ao Terror

No dia 11 de setembro de 2001 dois aviões comerciais americanos foram lançados às torres do World Trade Center em Nova Iorque, enquanto um terceiro atingia o Pentágono, em Washington. Estava consolidado o que seria o primeiro ataque ao território continental dos Estados Unidos e o maior ataque terrorista até então. A autoria dos ataques foi atribuída à organização da Al-Qaeda e ao regime do Talibã que a abrigava. George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, declarou uma Guerra Global ao Terror — na qual inserem-se a Guerra do Afeganistão e do Iraque (Halliday 2005; Visentini 2014). O termo se referia ao uso de ações diplomáticas, financeiras e militares com o objetivo de cortar o financiamento e o abrigo a organizações terroristas (US Department of State, s.d.).

2.3.1 Guerra do Afeganistão (2001-2021)

A primeira ação norte-americana da Guerra ao Terror foi o início de uma campanha militar contra a Al-Qaeda e o regime do Talibã no Afeganistão. A operação militar, que teve início cerca de um mês após os ataques, foi, naquele momento, "inquestionavelmente bem sucedida para os Estados Unidos" (Blin 2007, 415), já que até o final do mesmo ano resultou na queda do regime do Talibã e na retração da organização Al-Qaeda (Blin 2007; CFR 2021; Visentini 2014).

A retirada do Talibã do controle e a expulsão de grande parte dos membros da Al-Qaeda ao país deu uma falsa sensação aos Estados Unidos de controle da região. Neste sentido, a atenção das suas forças militares, em uma nova etapa da "Guerra ao Terror", logo se deslocou do Afeganistão ao Iraque (Blin 2007; CFR 2021; Visentini 2014). Após a retirada de parte das forças americanas no território afegão, foi necessário o envio de mais tropas da OTAN para a contenção de uma nova onda de violência que assolava o país em decorrência da ascensão de um novo grupo insurgente, os neotalibãs — uma nova guerrilha insurgente, localizada principalmente no Sul e no Leste do Afeganistão, na fronteira do Paquistão, e que tinha como característica principal a resistência à ordem pós-Talibã (Visentini 2014; CFR 2021; Qazi 2011).

Após quase uma década de intervenção, era claro que as soluções do Ocidente para o Afeganistão não estavam sendo exitosas. Com períodos de relativa estabilidade e outros de ascensão da violência, "o Afeganistão pós-guerra é um país arrasado, sem uma força que exerça real controle do país, sendo que o caos interno que existia antes do regime do Talibã voltou a se instaurar" (Visentini 2014, 102).

A eleição do presidente Barack Obama marcou uma mudança na abordagem norte-americana em relação ao Afeganistão. A nova estratégia delineada sob sua liderança envolveu o reforço do contingente militar norte-americano no país, cuja eficácia estava interligada à estabilidade no Paquistão. O objetivo principal consistia no desmantelamento dos redutos da Al-Qaeda no território parquistanês, assim como o impedimento no fornecimento de refúgio a esses grupos. Esta estratégia foi parte de um plano de longo prazo, o qual planejava transferir gradualmente a responsabilidade pela segurança do país para as forças afegãs, culminando na retirada das tropas norte-americanas do país (CFR 2021; Visentini 2014).

Após mais alguns períodos de oscilação entre o tensionamento e o relaxamento das relações entre os Estados Unidos e o Afeganistão, os norte-americanos decidiram, sob a liderança de Joe Biden, pela completa retirada de suas tropas do Afeganistão. Após o fim da ocupação estadunidense do Afeganistão, o país, liderado novamente pelo regime do Talibã, enfrenta um colapso econômico, humanitário e social (Afzal ePita 2022; CFR 2021).

2.3.2 Guerra do Iraque (2003)

Assim como a Invasão ao Afeganistão, a Guerra contra o Iraque também se insere na lógica norte-americana de Guerra ao Terror. Neste sentido, Washington estabeleceu a deposição do governo iraquiano de Saddam Hussein como parte integrante desta estratégia, alegando a ameaça representada pela suposta proliferação de armas de destruição em massa pelo governo

iraquiano (Blin 2007; Visentini 2014). É importante salientar que por trás desta retórica oficial outros interesses estavam em jogo, como o controle das áreas petrolíferas iraquianas e a desestabilização e isolamento do Irã, que possibilita maior independência energética e a hegemonia na região para os Estados Unidos (Blin 2007; Hinnebusch 2003; Visentini 2014).

Em apenas dois meses após o início da invasão, o governo norte-americano já havia conquistado o controle da capital iraquiana, Bagdá, derrubando o regime de Saddam Hussein. Contudo, o que se seguiu não foi a estabilização e o controle da região, mas sim uma escalada na violência protagonizada por grupos insurgentes, que atingiu seu auge em 2006, e culminou na necessidade de aumento do contingente militar. A Guerra começou a ficar insustentável, resultando no seu fim em 2011, com a retirada completa das tropas americanas. No âmbito internacional a inexistências das referidas armas de destruição em massa, assim como as recorrentes violações de direitos humanos no conflito — a exemplo da tortura e do abuso de prisioneiros iraquianos na prisão de Abu Ghraib — tornavam a manutenção da ocupação injustificável. Internamente os altos custos financeiros da operação para a economia americana — já intensamente afetada pela crise econômica de 2008 — e o elevado número de soldados americanos mortos e feridos indicavam a necessidade do fim da operação. As tropas americanas retiraram-se do Iraque, oficialmente, em agosto de 2011, após mais de 7 anos de guerra. O fim da presença militar estadunidense, no entanto, não foi acompanhado de uma redução da violência no país, o qual continuou com a presença de grupos insurgentes, como a Al-Qaeda no Iraque e o Estado Islâmico do

Iraque e Levante (do inglês, ISIL) (Blakes e Woods 2024; Visentini, 2014).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Neste tópico, em um primeiro momento, serão abordadas as questões necessárias para formação de uma opinião consensual a respeito do que caracteriza a conduta terrorista, passando pelo conceito volátil de "terrorismo" enquanto produto social e fruto da radicalização. Também se verá o papel dos interesses políticos de diferentes Estados na noção que se dá ao termo, além do resultado prático de algumas tentativas de conceituação por parte da Organização das Nações Unidas e da Organização para Cooperação Islâmica.

Em um segundo momento, se tratará da relação entre terrorismo e o direito de ocupação e à autodeterminação. Aqui também serão abordadas as visões de ONU e OCI e como suas definições foram influenciadas por tais direitos.

3.1 Terrorismo e Extremismo: definições conceituais

Inicialmente é necessário entender que a formulação de um conceito universal de terrorismo encontra um obstáculo nos interesses políticos de nações e de outros grupos, que podem relativizá-lo e utilizá-lo como estratégia política para demonizar seus adversários, justificando o uso da força contra estes para alcançar ou manter seus próprios objetivos. Isto é o que Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap De Wilde (1998) chamam de um processo de "securitização", quando um tema público é apresentado como questão de

segurança e de existência de um Estado, requerendo ações emergenciais distantes daquelas regras às quais estariam vinculados. Exemplo dessa relativização é o senso comum ocidental que encara terrorismo e islamismo como sinônimos, algo que incita o ódio contra muçulmanos e os aproxima ainda mais da radicalização, do extremismo e do próprio terrorismo, assumindo a relação vinculante entre radicalização e terrorismo de Joana Araújo Lopes (2019). Essa mesma visão dá a entender que os Estados democráticos ocidentais, em sua maioria cristãos, são incapazes de cometer o crime de terrorismo, estabelecendo dessa forma qualquer superioridade em relação ao mundo muçulmano.

Ademais, no plano jurídico também existem implicações importantes em não se estabelecer o sentido de terrorismo de forma clara e sólida. Ao se legislar sobre a matéria e se deparar com interesses difusos, o produto normativo pode ser ambíguo ou impreciso, como se verá adiante. Tal situação, bem como no caso de não haver definição, ainda requererá a penalização pelo crime de terrorismo. Ocorre que, na hipótese de inexistir ou não ser claro o tipo penal "terrorismo", não se poderá sancionar aquele que cometa um ato suspeito de terrorismo, sob o risco de se estar a violar o princípio da legalidade. Também por isso é que se faz necessário encontrar uma conceituação jurídica consensual que esteja de acordo com o conteúdo normativo internacional pregresso, tendo em mente que ao longo do caminho certos interesses entrarão em conflito (UNODC 2018b).

3.1.1 As propostas das Nações Unidas

Na prática, muito embora ainda não se tenha encontrado essa definição consensual absoluta, esse tem sido o objetivo de organizações como a ONU. Atualmente, seu projeto de uma Convenção Global sobre Terrorismo Internacional reflete claramente a busca por esse consenso. Porém, enquanto não se conclui tal convenção, Estados Nacionais, organizações regionais e a própria ONU formulam conceitos para preencher esta lacuna jurídica. Naturalmente, essas definições não são idênticas, nem uniformes; mesmo as definições das Nações Unidas são diferentes entre si, o que por um lado significa o processo dialético orgânico de concepção do conceito e, de outra parte, impõe questões de legitimidade e competência, como qual deve ser a definição adotada pelos julgadores no caso de conflito entre duas normas (UNODC 2018b).

Dentre várias conclusões durante a história recente, três despontam pela sua legitimidade e proficuidade: a resolução 49/60 da Assembleia Geral de 1994, a Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, de 1999, e a resolução 1566 do Conselho de Segurança de 2004.

De acordo com a Resolução 49/60, que aprovou a Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo, em seu artigo I-3:

> Os atos criminais com fins políticos concebidos ou planejados para provocar um estado de terror na população em geral, em um grupo de pessoas ou em determinadas pessoas são injustificáveis em todas as circunstâncias, quaisquer que sejam as considerações políticas, filosóficas, ideológicas, raciais, étnicas,

> religiosas ou de qualquer outra natureza que se faça valer para justificá-los (United Nations 1994).[100]

Tal declaração determina que qualquer ato criminoso que vise o pânico é injustificável, qualquer que seja a consideração levantada para justificá-lo. Essa definição possui o mérito de ser resultado da reunião de todos os Estados-membros da Organização, o que lhe confere a auctoritas[101] necessária para servir de base para a formação da própria Convenção Global sobre Terrorismo. Sua disposição para atualização recorrente também contribui para sua legitimidade. Entretanto, por sua natureza normativa não vinculante, não obriga os Estados a adotarem tal definição (United Nations 1994).

Outra medida adotada pela ONU na tentativa de assegurar certa estabilidade pública é a Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, de 1999. Em seu artigo II fica estabelecido que:

> 1. Qualquer pessoa comete uma irregularidade nos termos desta Convenção se, por qualquer meio, direta ou indiretamente, legal ou ilegalmente, provê ou coleta fundos com a intenção ou tendo conhecimento de que se fará uso total ou parcialmente destes fundos para realizar:

[100] Los actos criminales con fines políticos concebidos o planeados para provocar un estado de terror en la población en general, en un grupo de personas o en personas determinadas son injustificables en todas las circunstancias, cualesquiera sean las consideraciones políticas, filosóficas, ideológicas, raciales, étnicas, religiosas o de cualquier otra índole que se hagan valer para justificarlos.

[101] "Auctoritas" é um termo latino que pode ser traduzido como "reputação", "influência social" ou simplesmente "autoridade" e pode ser interpretado como um "reconhecido status prestigioso" (World History Encyclopedia em Português 2019).

> (a) Um ato que constitua uma irregularidade no âmbito de qualquer um dos tratados listados no anexo; ou
> (b) Qualquer outro ato realizado para matar ou causar ferimentos sérios a um cidadão ou qualquer outra pessoa que não tenha ativamente tomado partido das hostilidades em um conflito armado, quando o propósito daquele ato, por sua natureza ou contexto, visa intimidar uma população, ou compelir um governo ou organismo internacional a realizar ou a se abster de realizar qualquer ação (United Nations 1999).[102]

Destaca-se que, neste caso, por se tratar de uma Convenção vinculativa, diferentemente da primeira, há maior especificação das condutas, mas não das razões e circunstâncias pelas quais se poderia ou não justificar o terrorismo. Aqui é notória a força das divergências políticas entre os membros, dificultando o surgimento de um conceito universal.

De outra parte, a Resolução 1566/2004 do Conselho de Segurança em seu parágrafo três:

> 3. Ressalta que são considerados atos criminosos injustificáveis sob quaisquer circunstâncias, sejam por razões políticas, filosóficas, ideológicas, raciais, étnicas,

[102] 1. Any person commits an offence within the meaning of this Convention if that person by any means, directly or indirectly, unlawfully and wilfully, provides or collects funds with the intention that they should be used or in the knowledge that they are to be used, in full or in part, in order to carry out:
(a) An act which constitutes an offence within the scope of and as defined in one of the treaties listed in the annex; or
(b) Any other act intended to cause death or serious bodily injury to a civilian, or to any other person not taking an active part in the hostilities in a situation of armed conflict, when the purpose of such act, by its nature or context, is to intimidate a population, or to compel a government or an international organisation to do or to abstain from doing any act.

> religiosas ou de qualquer outra natureza similar, todos aqueles atos, marcadamente contra civis, realizados com a intenção de matar ou causar danos corporais sérios, ou mesmo a tomada de reféns com o objetivo de provocar um estado de terror para as pessoas em geral ou a um grupo em particular ou a pessoas específicas, intimidar uma população ou compelir um governo ou uma organização internacional a realizar ou se abster de realizar qualquer ação, constituindo também uma violação das convenções internacionais e protocolos relativos ao terrorismo. Assim, apela a todos os Estados para que impeçam tais atos e, se não for possível impedi-los, garantam que sejam punidos de forma coerente com sua grave natureza; (United Nations 2004).[103]

Pode-se perceber que essa definição é complementar à primeira ao acrescentar a especificação das condutas, presentes na Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, de 1999. Em verdade essa resolução vem a assessorar a Resolução 1373/2001, que obrigava os Estados a legislarem sobre a matéria no plano interno. Porém, apesar de a Resolução 1566 juridicamente ter a prerrogativa de vincular a atuação dos Estados-membros, em virtude da sensibilidade da pauta, uma definição taxativa não seria acatada por todos. Nesse sentido é que tal

[103] 3. Recalls that criminal acts, including against civilians, committed with the intent to cause death or serious bodily injury, or taking of hostages, with the purpose to provoke a state of terror in the general public or in a group of persons or particular persons, intimidate a population or compel a government or an international organisation to do or to abstain from doing any act, which constitute offences within the scope of and as defined in the international conventions and protocols relating to terrorism, are under no circumstances justifiable by considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or other similar nature, and calls upon all States to prevent such acts and, if not prevented, to ensure that such acts are punished by penalties consistent with their grave nature; (United Nations 2004).

resolução apenas vem a auxiliar os membros a adotarem suas próprias definições, dando-lhes a vis directiva[104] para tanto (United Nations 2001).

Repare que apesar de todas essas definições não representarem um consenso universal, as mesmas são fundamentais para garantir uma certa estabilidade aos Estados e às populações enquanto não se alcança o objetivo comum. As diferentes conclusões, todas elas, vem a auxiliar — senão impelir — os Estados na proteção dos civis e de seus direitos, ainda que por vezes algumas brechas não sejam fechadas. Em meio à discussão fulgurante que se arrasta há muito, todas as proposições até o momento desempenham um importante papel perante o direito internacional ao dar o sentido de direção para a legislação e atuação prática dos Estados Nacionais (UNODC 2018b).

3.1.2 A abordagem da Organização para Cooperação Islâmica

Em outro plano, organismos regionais como a Organização para Cooperação Islâmica, segunda maior organização internacional do mundo em número de membros, também têm empregado esforços na concepção do conceito universal de terrorismo. As contribuições da OCI remontam ao tempo de sua fundação, como se pode perceber pelos princípios adotados na Carta de criação da organização (Organisation of Islamic Cooperation 1972) No entanto, mesmo nesse âmbito mais estrito há

[104] A expressão latina "vis directiva" pode ser traduzida e interpretada como "força de orientação", isto é, como um "sentido de direção". Ao falar sobre a finalidade de uma lei, Santo Tomás de Aquino aponta que sua "vis directiva", ou seja, sua orientação, deve ser sempre pautada pelo bem comum.

divergências de visões a respeito do tema e que refletem os interesses políticos concretos de seus membros. Por se tratar de uma organização regional, há maior espaço para comunidades locais, as mais afetadas pelo terror, expressarem suas reais vontades, pondo a lógica do debate sob outra perspectiva (UNODC 2018b).

Nesse sentido, a interposição de interesses internos e internacionais podem ser conflituosos, mas mesmo assim — ou talvez por isso — a OCI vem desde sua fundação empenhando-se na definição do conceito e no combate a práticas terroristas. Um exemplo é o "Código de Conduta para os Estados-membros da OCI contra o Terrorismo Internacional", a Res.43/22-P de 1994, que apesar de seu caráter político e não jurídico, expõe a necessidade de adotar ações contra-terroristas, em compasso com as decisões das Nações Unidas, mas respeitado a soberania nacional de seus membros. Uma importante matéria abordada por essa resolução é a garantia ao respeito à autodeterminação e à libertação de ocupação estrangeira, distinguindo as lutas emancipatórias do crime de terrorismo (Organisation of Islamic Cooperation 1994).

Este código de conduta serviu de base para a "Convenção da OCI para o Combate ao Terrorismo Internacional", principal instrumento legal contra-terrorista da organização. Elaborado em 1999, durante o contexto global de definição jurídica sobre o tópico, o documento inicialmente somente obteve adesão de sete membros, o que prejudicou a sua legitimidade e eficiência - embora outros Estados-membros tenham aderido nos anos que se seguiram. Juridicamente, trata-se de uma importante fonte de organização regional, por estabelecer o sentido de direção dos

sistemas normativos e das ações práticas no plano nacional. Em seu artigo I, inciso 2 define que:

> "Terrorismo é caracterizado por qualquer ato violento ou de ameaça não obstante os motivos ou intenções declarados para levar a cabo uma conduta criminosa individual ou coletiva com o objetivo de aterrorizar pessoas, ou ameaçar prejudicá-las, ou pôr em perigo suas vidas, honra, liberdade, segurança ou direitos, ou ainda expôr colocar em risco o meio-ambiente ou instalações ou propriedades, públicas ou privadas, para ocupá-las ou aproveitar-se delas, ou ainda pôr em perigo um recurso nacional ou instalações internacionais, ou ainda ameaçar a estabilidade, a integridade territorial, a unidade política nacional ou a soberania de Estados independentes" (Organisation of Islamic Cooperation)[105]

Percebe-se que nesta definição para que um ato seja considerado um ato terrorista independem os motivos que levaram à sua consumação. Entretanto, o artigo II da mesma convenção excetua uma série de atos dessa definição, inclusive o direito à autodeterminação e a resistência à ocupação estrangeira, como se verá a seguir (Organisation of Islamic Cooperation 1999).

[105] "Terrorism means any act of violence or threat thereof notwithstanding its motives or intentions perpetrated to carry out an individual or collective criminal plan with the aim of terrorizing people or threatening to harm them or imperiling their lives, honor, freedoms, security or rights or exposing the environment or any facility or public or private property to hazards or occupying or seizing them, or endangering a national resource, or international facilities, or threatening the stability, territorial integrity, political unity or sovereignty of independent States" (Organisation of Islamic Cooperation 1999).

3.1.3 O direito à autodeterminação e de resistir à ocupação estrangeira

A história da humanidade está atrelada à guerra, à dominação e à ocupação. A ideia de autodeterminação somente surge conforme desponta a noção de Estados e nações. Da mesma forma que é necessário estabelecer normas jurídicas para possibilitar a convivência pacífica entre indivíduos em um território, também é preciso estabelecer regras de boa convivência entre Estados. Com esse objetivo é que surge o direito internacional em 1648 após o Tratado de Vestfália (Projuris 2021).

Nesse sentido, para regular o direito de ocupação, já no plano específico do jus ad bellum[106], se estabelece o Regulamento Internacional de Haia, de 1907. Segundo esse regulamento, "considera-se um território como ocupado quando se encontra colocado de fato sob a autoridade do exército inimigo. A ocupação somente estende-se aos territórios onde essa autoridade esteja estabelecida e em condições de exercê-la" (Comitê Internacional da Cruz Vermelha 2004). A definição legal de ocupação é importante para o jus ad bellum uma vez que ao se definir a ocupação como legal ou não, se discute também a noção de guerra justa ou injusta e, por corolário, o direito à autodeterminação.

Esse princípio de Direito Internacional, consolidado na Carta das Nações Unidas, visa assegurar a liberdade, a independência e a autonomia dos povos em sentido amplo, ou seja, o autorregramento social, político, econômico e cultural (United Nations 1945). O reconhecimento de tal direito tem origem

[106] Do latim, "direito à guerra".

costumeira e, portanto, é dotado de grande legitimidade e respeitabilidade. Porém, as práticas necessárias para autodeterminação em caso de ocupação por vezes são qualificadas como atos terroristas (CNN Brasil 2024). Daí surge a discussão de se as medidas tomadas para defender seu território de uma ocupação estrangeira podem ser consideradas práticas terroristas ou apenas direito de se defender. Igualmente surge a discussão de se uma ocupação estrangeira ilegítima pode caracterizar terrorismo de Estado (Brasil de Fato 2023).

No que tange a Organização das Nações Unidas no âmbito de definição da conduta terrorista, pelas resoluções apresentadas, evidencia-se uma maior abrangência dos motivos elencados que nunca serão admitidos como razões válidas para a prática terrorista, isto por conta dos diversos interesses políticos conflitantes (UNODC 2018b). Em linhas gerais, a Resolução 49/60 da Assembleia Geral e a Resolução 1566 do Conselho de Segurança consideram qualquer ato que provoque terror na população, independentemente da razão apresentada, como prática terrorista (United Nations 1994; United Nations 2004).

Diferentemente, a Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, de 1999, considera alguns atos práticos específicos como elementos caracterizadores da conduta ilícita de terrorismo. Há ainda, notadamente, a especificidade de somente circunscrever tais atos praticados no contexto "hostil" de um conflito armado. Tal compreensão de terrorismo não engloba a autodeterminação, como se pode ver. Em verdade, como já tratado, por ser um instrumento vinculante e em virtude da não existência de consenso, restava impossível outra interpretação condenando

práticas de grupos ou Estados. A expressão "Qualquer pessoa" é reveladora disso (UNODC 2018b).

Já quanto a OCI, por se tratar de uma organização regional que está inserida profundamente no contexto de fundamentalismo, radicalização, extremismo e terror, mas também de exploração e colonialismo, fica evidente a diferença de perspectiva em relação à ONU. Em seu conteúdo normativo, a Organização ressalva a necessidade de se salvaguardar o direito à autodeterminação e de resistir à ocupação estrangeira. Exemplo claro disso é a abertura do já citado Código de Conduta para os Estados-Membros da OCI no Combate ao Terrorismo Internacional em que explicita: "Convinced also of the need for drawing clear-cut and agreed upon international criteria, enabling to differentiate clearly between terrorism and peoples' struggle for national liberation against all forms of colonialism, occupation and racial discrimination." (Organização para a Cooperação Islâmica 1994).

Como corolário do Código, a "Convenção da OCI para o Combate ao Terrorismo Internacional" em seu artigo II-a:

> a) A luta dos povos, incluindo a luta armada, contra a ocupação estrangeira, contra a agressão, contra o colonialismo e a hegemonia, visando a libertação e a autodeterminação, de acordo com os princípios do direito internacional, não será considerada um crime terrorista. (Organisation of Islamic Cooperation)[107]

[107] a) Peoples' struggle including armed struggle against foreign occupation, aggression, colonialism, and hegemony, aimed at liberation and self-determination in accordance with the principles of international law shall not be considered a terrorist crime. (Organisation of Islamic Cooperation 1999).

Vê-se assim a diferença de tratamento a respeito do terrorismo e de sua definição conceitual entre distintas organizações internacionais. Fica claro também que implícitas nessas definições estão os interesses políticos das próprias organizações e seus membros. Portanto, na tentativa de se buscar um mundo com menos sofrimento e injustiças e mais paz, é necessário não medir esforços no combate ao terrorismo, compreendendo sobretudo que sua definição conceitual é o ponto de partida para tanto (Seixas 2008).

3.2 O terrorismo e o extremismo em Estados-Membros

A Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) condena veementemente o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, independentemente dos seus motivos ou autores. Porém, muitos grupos terroristas ainda atuam em Estados-Membros, e consequentemente, ainda há muito a se debater sobre o tema. Grupos terroristas são organizações que utilizam a violência e o terror como ferramentas para alcançar objetivos políticos, religiosos ou ideológicos. Essas ações incluem ataques contra civis, sequestros, bombardeios e outras formas de violência para criar medo e coagir governos ou sociedades, e podem operar em nível nacional ou internacional e muitas vezes recrutam membros e financiam suas atividades através de redes clandestinas. Neste subtópico apresentar-se-á os grupos terroristas mais relevantes no contexto apresentado pela OCI, que atuam nos Estados-Membros em atividade, suas características, situação territorial e histórico (OIC 1999; UNODC 2018b).

3.2.1 Al-Shabaab - Somália

Tanto a OCI, como países como Reino Unido, Austrália, Canadá, Etiópia, França, Itália, Israel, Noruega, Rússia, Somália, Turquia, e Uganda, consideram o Al Shabaab um grupo terrorista. (NCC 2021; OIC 2017)

O Al Shabaab, também conhecido como Movimento de Resistência Popular na Terra das Duas Migrações, emergiu como uma facção fundamentalista dentro da União das Cortes Islâmicas (UCI), na Somália. O nome deste grupo, que em sua tradução literal para o português significa "A Juventude", representa uma de suas principais ideologias, onde usam “o poder da juventude” com o principal objetivo de instituir a lei Sharia[108] na Somália e outros territórios em que atuam, e combater os "inimigos do Islã" (Hansen 2013).

Originado dos remanescentes do grupo Al Itihaad al Islamiya (AIAI), na década de 90 foi liderado por figuras como Aden Hashi Ayro e influenciado por líderes radicais como Sheikh Hassan Dahir Aweys. Durante os períodos de conflito interno e a formação de um governo de transição na Somália, o Al Shabaab ganhou proeminência e poder. A partir de 2006, após a UCI conquistar Mogadíscio e desafiar os senhores da guerra locais, o Al Shabaab começou a exercer controle em algumas regiões, promovendo uma interpretação estrita da lei islâmica e realizando punições severas (Hansen 2013).

[108] Sistema jurídico do Islã, derivado de orientações do Alcorão, falas e condutas do profeta Maomé e jurisprudência das fatwas: pronunciamentos legais de estudiosos do Islã.

O número de soldados ativos é incerto, mas chega a milhares, incluindo estrangeiros. Ele se inspira na versão wahabi do Islã da Arábia Saudita, embora a maioria dos somalis pertença ao ramo sufista, que se caracteriza como mais moderado, e ganhou popularidade prometendo segurança e estabilidade depois de anos de violência. Entretanto, a destruição de santuários sufistas custou ao grupo apoio entre parte da população (Wise 2011).

A expansão do Al Shabaab e da UCI alarmou a Etiópia, levando a uma invasão militar em 2006, e, depois da dissolução da UCI, o grupo recuou para o sul e iniciou uma campanha de guerrilha contra as forças etíopes, ampliando seu território e influência na região. Após a retirada etíope em 2009, o Al Shabaab continuou a operar de forma independente, mantendo o controle sobre áreas significativas da Somália e implementando sua versão da Sharia. Antes da intervenção das tropas africanas, o Al Shabaab cobrava taxas nos portos e aeroportos e também desviava impostos sobre a produção interna, além de exigir contribuição dos jihadistas. O único aliado do grupo na África é a Eritreia, para combater tropas da Etiópia. O governo da Eritreia, no entanto, nega o apoio. O Al Shabaab também fortaleceu seus laços com a Al-Qaeda, após terroristas da mesma se refugiarem na Somália na época dos atentados às embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia em 1998. Com isso, o Al Shabaab intensificou suas operações, incluindo ataques suicidas e atentados fora da Somália, como os ataques em Kampala, Uganda, em 2010, e mais tarde, as duas organizações extremistas anunciaram aliança em 2012, com o líder do Al Shabaab, Mukhtar Abu Zubair, prometendo lealdade ao grupo. Terroristas da Al Qaeda se refugiaram na Somália após os atentados às

embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia em 1998 (Wise 2011).

Atualmente, o Al Shabaab enfrenta resistência do governo somali e de forças internacionais, incluindo a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), e, apesar de algumas perdas, o grupo permanece ativo, realizando ataques dentro e fora da Somália e atraindo combatentes estrangeiros. Este desenvolvimento do Al Shabaab de um grupo insurgente local para um movimento jihadista influente com conexões globais, reflete os desafios contínuos na estabilização da Somália e na luta contra o terrorismo internacional (Hansen 2013).

Estratégias eficazes de combate à radicalização devem basear-se numa compreensão empírica das razões pelas quais as pessoas se juntam a organizações terroristas. Alguns conjuntos complexos de razões explicam porquê indivíduos se juntaram à organização, através de fatores que facilitam o seu recrutamento, incluindo identidade religiosa, circunstâncias socioeconómicas (educação, desemprego), circunstâncias políticas e a necessidade de uma identidade coletiva e de um sentimento de pertença. Previsões e implicações futuras incluem a possibilidade de fragmentação do grupo e dispersão de seus combatentes, o que poderia levar a uma maior instabilidade regional e global em relação à guerra ao terror (Wise 2011).

3.2.2 Al-Qaeda

A Al-Qaeda é considerada um grupo terrorista pela OCI, EUA, Reino Unido, União Europeia, Índia, países integrantes da OTAN, entre outros (OIC 2014; The Guardian 2012).

É uma organização fundamentalista islâmica fundada por Osama bin Laden e Abdullah Azzam em 1988, conhecida por diversos ataques terroristas, o principal deles, sendo o atentado de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas nos Estados Unidos. O grupo opera como uma rede descentralizada, com células em diversos países que são financiadas através de doações, tráfico de drogas e outras atividades ilegais. O objetivo declarado da Al-Qaeda é estabelecer um califado global baseado na lei islâmica, se opondo à influência ocidental no mundo muçulmano e defendendo a violência como forma de atingir seus objetivos. (Chaliand e Blin 2007)

Abdullah Azzam foi o primeiro mentor de bin Laden, fornecendo-lhe uma visão geral dos eventos que estavam ocorrendo no mundo muçulmano. Ele discutiu a ocupação soviética do Afeganistão, enfatizando a necessidade de libertar aquele país muçulmano da ocupação estrangeira, e assim a Al Qaeda teve sua motivação inicial (Atwan 2008).

Segundo Burke (2004), a Al-Qaeda é mais uma ideologia do que uma organização terrorista estruturada. A palavra "Al-Qaeda" significa "base" ou "método", e inicialmente era um conceito ideológico usado para inspirar militantes islâmicos. Já o sentido do nome de acordo com o conhecimento popular ocidental, foi nomeado pelo FBI durante investigações dos ataques às embaixadas americanas na África em 1998, não necessariamente refletindo a estrutura de uma organização terrorista convencional.

O Wahhabismo é uma das duas principais correntes que influenciaram o pensamento dos líderes da Al-Qaeda, sendo a outra o Outbismo, baseado nos pensamentos e escritos do egípcio Sayyid Qutb (1906-66). Os dois anos que Qutb passou estudando nos EUA,

entre 1948 e 1950, fizeram com que ele se voltasse contra o liberalismo ocidental e, uma vez de volta ao Egito, ele começou a alertar seus compatriotas contra os perigos dos estilos de vida ocidentais. Ele se juntou à Irmandade Muçulmana (IM), tornando-se um de seus campeões mais veementes. A IM foi fundada em 1928 pelo egípcio Hassan al-Banna com os seguintes princípios: "Allah é nosso objetivo, o Profeta é nosso líder, o Alcorão é nossa constituição, a jihad é nosso caminho e morrer no caminho de Allah é nossa maior esperança." (Atwan 2008).

Tanto a Al-Qaeda quanto o Estado Islâmico (ISIS), surgiram a partir de grupos islâmicos radicais que se opõem ao Ocidente e buscam estabelecer um califado islâmico, se inspirando na ideologia do islamismo radical e extremista. Mas, apesar das origens comuns, a Al-Qaeda e o ISIS têm discordâncias sobre métodos, alvos e estratégias. A Al-Qaeda prefere uma abordagem mais contida, enquanto o ISIS é mais agressivo e extremista em suas ações. Há ainda uma rivalidade e tensão entre a Al-Qaeda e o ISIS, que disputam a liderança do movimento jihadista global, havendo inclusive confrontos e conflitos armados entre os dois grupos em diferentes regiões do Oriente Médio. Por outro lado, em determinados momentos, a Al-Qaeda e o ISIS chegaram a colaborar em algumas operações, quando havia interesses comuns. Mas, de modo geral, a relação entre eles é marcada por desconfianças e divergências estratégicas (Hassan e Weiss 2015).

A ineficácia das abordagens ocidentais convencionais na erradicação da ameaça terrorista, argumentando que eliminar um líder como Bin Laden não neutraliza a capacidade da Al-Qaeda de recrutar e operar, se dá conforme a mesma ideia de que a raiz do problema é ideológica e não operacional. E por isso, destaca-se que

para combater eficazmente o terrorismo, é necessário não apenas usar força militar, mas também engajar-se cultural e socialmente para minar o apoio à ideologia militante (Burke 2004).

Mesmo com a morte de Osama bin Laden, a influência da Al-Qaeda como ideologia persiste, uma vez que ela não depende fortemente de uma liderança centralizada. A ideologia atrai seguidores com seu apelo internacionalista radical, antiocidental, antissionista e antissemita. Ao longo dos anos, os ataques diretos ao "inimigo distante", como o Ocidente, são um meio de alterar condições locais adversas nos países de origem dos militantes. A estratégia e a influência da Al-Qaeda são sustentadas por um sentimento de humilhação e a percepção de ataques contra terras islâmicas, com Israel, por exemplo, sendo visto como um símbolo dessa agressão (Atwan 2008).

3.2.3 Estado Islâmico (ISIS)

A ONU inclui o Estado Islâmico (do inglês, ISIS) em várias resoluções do Conselho de Segurança, designando-o como uma organização terrorista. Nos Estados Unidos, o Departamento de Estado designou o ISIS como uma organização terrorista estrangeira. A União Europeia também inclui o Estado Islâmico em sua lista de entidades envolvidas em atos terroristas. O governo canadense, através de sua legislação antiterrorista, classifica o ISIS como uma organização terrorista, assim como a Austrália, que através do Departamento de Assuntos Internos considera o Estado Islâmico uma organização terrorista, e como o governo russo, que também fez essa designação. Reino Unido e o Ministério do Interior da Índia, juntamente com a Arábia Saudita também consideram o

Estado Islâmico um grupo terrorista, alinhando-se aos esforços globais para combater suas atividades (NCC 2022; OIC 2014).

O Estado Islâmico, também conhecido por outros acrônimos como ISIS, ISIL e Daesh, é descrito como uma organização que controla territórios significativos no Iraque e na Síria, com uma população submetida a coleta de impostos e um governo centralizado. O grupo possui uma natureza violenta e radical, que utiliza o terrorismo como ferramenta para impor sua visão de mundo e restaurar o que consideram a glória passada dos muçulmanos, estendendo-se de Marrocos às Filipinas. O ISIS é descrito como uma milícia unida por uma ideologia baseada em uma interpretação rigorosa do Alcorão, visando estabelecer uma ordem política islâmica universal (Hassan e Weiss 2015).

Moura (2016) reflete sobre a complexidade de classificar o E. Islâmico como um Estado, devido a sua falta de reconhecimento internacional e a natureza controversa de suas ações e governança, que se baseiam fortemente em uma interpretação extrema da Sharia. Além disso, ainda em uma discussão internacional sobre a legitimidade e reconhecimento do Estado Islâmico, Moura compara-o com casos como o da Palestina, que possui reconhecimento internacional significativo, mas enfrenta desafios similares quanto à soberania e controle territorial.

Por outro lado, Cockburn (2018) argumenta que as políticas ocidentais no Oriente Médio, especialmente a invasão do Iraque em 2003 e o subsequente abandono da região, foram fundamentais para o crescimento da organização jihadista. Ele também detalha que o vácuo de poder, a instabilidade política e o sectarismo exacerbado pelas políticas externas dos EUA e seus aliados criaram um terreno fértil para o surgimento de grupos radicais, e

consequentemente o Estado Islâmico emergiu não apenas como um produto do extremismo religioso, mas também como uma resposta complexa às falhas geopolíticas e sociais na região.

3.2.4 Houthi — Irã

Considerados terroristas pela OCI e pelos Estados Unidos, os Houthi são um grupo rebelde armado de minoria muçulmana xiita do Iêmen, os zaiditas, que têm recebido apoio do Irã (Hansler 2024; OIC 2023). Eles têm estado envolvidos em um conflito armado com o governo iemenita e a coalizão liderada pela Arábia Saudita. O Irã tem sido acusado de fornecer a eles armas e apoio financeiro, o que tem contribuído para a escalada do conflito no Iêmen. O grupo foi formado nos anos 1990, para combater o que eles consideravam ser corrupção do então presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh (1942-2017) (Santos 2020).

São caracterizados como um grupo com identificação política e ideológica com o Irã, e o Irã busca afastar a interferência ocidental de sua zona de influência e maximizar seu poder através do controle do estreito de Bab El-Mandeb. A localização estratégica, próxima o suficiente do Mar Vermelho, por onde passam 12% do comércio global, e distante o bastante de Israel para sofrer ataques em retaliação, é um dos principais motivos da sua atuação ativa junto ao Irã. Esse estreito tem sido usado para ameaçar embarcações comerciais e também navios de guerra dos EUA, sendo que uma escalada no Mar Vermelho poderia interromper o transporte marítimo global, e por isso os houthis no Iêmen podem vir a se tornar uma ameaça ainda maior para Israel a longo prazo do que o próprio Hamas e Hezbollah, até porque, ao

contrário do último, os houthis não estão subordinados à dinâmica da política interna do Iêmen (O Globo 2024).

3.2.5 Israel-Palestina: a caracterização da ocupação israelense como terrorismo

A OCI condena veementemente os atos de força extrema israelense em território palestino. A mesma opinião possuem diversos países, como o Irã, Argélia, Afeganistão, Kuwait, Líbano, Líbia, Sudão, Síria, Arábia Saudita, Iraque, Paquistão, Qatar e a Rússia, sendo que mesmo que nem todos considerem o país um grupo terrorista em si, suas ações no contexto da recente guerra com a Palestina se enquadra como tal (CNN 2023; OIC 2024). Além disso, a ocupação israelense é frequentemente retratada nos meios de comunicação ocidentais, que apresentam um paradoxo entre a retórica da objetividade jornalística e a realidade biopolítica[109], que justifica controle e subjugação sob a premissa de segurança e prevenção do terrorismo. Este dilema é evidente na cobertura dos conflitos entre Israel e Palestina, onde o paradigma biopolítico se cristaliza nas narrativas midiáticas, muitas vezes justificando ações de controle sobre os palestinos como medidas necessárias contra ameaças terroristas. Michel Foucault analisa este fenômeno através da perspectiva da biopolítica, onde o poder sobre a vida e a morte se manifesta no controle populacional e na regulação dos corpos. Em contextos como o de Israel e Palestina, isso se reflete na forma

[109] No pensamento de Foucault, a biopolítica se refere à forma como, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os desafios enfrentados pela prática governamental em relação aos fenômenos específicos de um grupo de indivíduos enquanto população. Esses fenômenos incluem, entre outros, a saúde, a higiene, as taxas de natalidade, a longevidade, o sexo e a raça (Valeirao 2013).

como as ações de Israel são por vezes descritas como defensivas ou preventivas, enquanto a resistência palestina é frequentemente rotulada como terrorismo. A teoria de Hannah Arendt sobre a condição humana moderna e as reflexões de Giorgio Agamben sobre a vida nua são também pertinentes aqui, pois oferecem um quadro para entender como as políticas israelenses podem ser vistas como parte de um paradigma biopolítico mais amplo, que visa a regulamentação e controle, não apenas por razões de segurança, mas como uma manifestação por poder político (Cardoso 2012).

Em outra análise, as políticas de Israel em relação aos territórios ocupados são descritas também dentro de uma perspectiva que considera algumas ações israelenses como formas de terrorismo de estado, principalmente devido às táticas de controle e restrição da movimentação e direitos dos palestinos. A expansão de assentamentos e outras medidas são vistas como tentativas de Israel de consolidar seu domínio sobre a região, e intensificam o conflito e complicam ainda mais as negociações de paz. Contudo, o papel das negociações internacionais é enfatizado como crucial para tentar resolver essas questões, mas também se reconhece que os acordos muitas vezes não são atingidos devido à complexidade das demandas de ambos os lados e à intensidade das emoções envolvidas. As discussões também abordam como a comunidade internacional percebe e reage às ações de Israel, com muitos vendo tais ações como desproporcionais e contrárias aos direitos humanos (Ruan e Satur 2020).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Nesta seção, serão analisadas algumas medidas tomadas pela OCI para combater o terrorismo e o extremismo nos Estados Membros da Organização. Destaca-se a análise da Convenção da OCI de Combate ao Terrorismo de 1999, assim como dos 4 pilares que guiam a estratégia da organização para combater o terrorismo.

4.1 Convenção da Organização de Combate ao Terrorismo

Como previamente tratado, a Convenção da OCI para o Combate ao Terrorismo Internacional, estabelecida em 1999, representa um marco significativo na resposta coletiva dos Estados membros da Organização para Cooperação Islâmica (OCI) ao desafio global do terrorismo. Desde sua fundação, a OCI tem desempenhado um papel crucial na definição da conduta ilícita do terrorismo para melhor combatê-lo. Dessa forma também tem refletido os variados interesses e as realidades políticas dos seus membros. (Organisation of Islamic Cooperation 1999)

No cerne da Convenção está uma definição abrangente de terrorismo que enfatiza a natureza indiscriminada e criminosa de atos de violência destinados a causar terror entre a população civil. Tal definição destaca que os motivos que levam ao crime da prática do terrorismo são de toda e qualquer forma injustificáveis, proporcionando uma base jurídica sólida para a cooperação internacional na prevenção e combate a esses atos nefastos. No entanto, a Convenção também reconhece exceções importantes, como o direito à autodeterminação e a resistência legítima contra ocupação estrangeira, conforme estipulado no Artigo II-a

supracitado. Essas disposições refletem um compromisso da OCI em diferenciar atividades legítimas de libertação nacional e atos terroristas, alinhando-se com princípios basilares de direito internacional como a liberdade e autonomia dos povos. (Organisation of Islamic Cooperation 1999)

Por fim, a Convenção da OCI para o Combate ao Terrorismo Internacional representa um esforço contínuo e evolutivo no enfrentamento ao terrorismo, compondo interesses regionais específicos e princípios universais de direito. Ao fazer isso, a OCI não apenas define um marco normativo crucial para seus membros, mas também dá ao restante da comunidade internacional uma alternativa de atuação contra-terrorista que parte de uma perspectiva dos mais afetados pela truculência do terror. (Organisation of Islamic Cooperation 1999)

4.2 As quatro medidas de combate ao terrorismo: Prevenção, Combate, Cooperação e Educação

Inspirada na estratégia das Nações Unidas de combate ao terrorismo, adotada por meio da resolução 60/288, a Organização para a Cooperação Islâmica estabelece, ao longo de diversas resoluções e do seu Código de Combate ao Terrorismo Internacional, de 1994, quatro principais pilares para combater o terrorismo e o extremismo. São eles: (i) cooperação, (ii) educação, (iii) prevenção e (iv) combate (OIC 2018, 2022; Gonzales 2019).

No âmbito da cooperação, a organização reforça a importância da cooperação internacional e regional, principalmente dentre os Estados Membros da Organização, de modo a conseguir coordenar ações de combate ao terrorismo e compartilhar

informações necessárias para tal. A cooperação deve ser estabelecida com o objetivo de encontrar e processar os perpetradores dos atos terroristas, assim como de combater o financiamento, o refúgio e a proteção dos grupos terroristas. As últimas medidas atuam, também, no sentido de combater o terrorismo nos Estados Membros da Organização. Neste sentido, a OCI, por meio do seu Código de Combate ao Terrorismo (1994), estabelece a necessidade de garantir que os territórios dos Estados Membros não sejam utilizados para a elaboração, planejamento e execução de atividades terroristas. A fim de garantir isto, a Organização — fortemente baseada na Resolução 60/288 da Assembleia Geral da ONU — recomenda que os Estados adotem uma "abordagem compreensiva" no combate ao terrorismo, isto é lidando com as causas base do terrorismo, como o uso ilegal da força, ocupação estrangeira e a marginalização política (OIC 2018, 2022; Gonzales 2019).

A educação é ressaltada como uma importante medida de combate e prevenção do extremismo e do terrorismo. Baseado no Memorando de Abu Dhabi de Boas Práticas para Educação e Combate ao Terrorismo (2014), em parceria com o Fórum Global de Combate ao Terrorismo (do inglês GCTF), a OCI estabelece a educação primária como um importante método de combate ao terrorismo. Além de ser um meio de promoção da educação civil e dos direitos humanos, a Organização destaca a importância da educação no combate à discursos xenófobos, islamofóbicos e na falsa associação, muitas vezes promovida, entre o Islã e o terrorismo (OIC 2018, 2022; Gonzales 2019).

Por fim, a Organização estabelece a prevenção como principal medida de combate ao terrorismo. Essa prevenção deve

ser realizada por meio de medidas para combater as raízes dos movimentos extremistas. De modo mais específico, a OCI menciona a necessidade de compreender e melhorar os contextos político e socioeconômico de fragilidade que corroboram a ascensão de discursos extremistas. Ademais, a Organização ressalta o impacto profundo que a colonização e ocupação de potências estrangeiras nos países membros da OCI tiveram na ascensão do extremismo e do radicalismo, corroborados pela contínua negação dos direitos humanos, violência e desestruturação das instituições nacionais (OIC 2018, 2022; Gonzales 2019).

4.3 Outros documentos e resoluções

Além da Convenção de Combate ao Terrorismo de 1999 e dos 4 pilares centrais, a OCI também adotou diversos documentos e resoluções adicionais que reforçam seu compromisso no combate ao terrorismo e extremismo. Estes documentos complementam e aprofundam as estratégias e abordagens da organização, refletindo a evolução das ameaças e a necessidade de respostas coordenadas e eficazes.

4.3.1 Declaração de Dakar

A Declaração de Dakar, adotada na 11ª Sessão da Conferência da Cúpula Islâmica, reafirmou o compromisso dos Estados Membros da OCI em combater o terrorismo e o extremismo de todas as formas possíveis em seus territórios. A declaração enfatizou a importância da cooperação internacional e regional,

bem como o fortalecimento das capacidades nacionais para enfrentar essas ameaças (OIC 2008).

4.3.2 Plano de Ação de Jeddah

O Plano de Ação de Jeddah teve duração entre os anos de 2005 e 2015, e nesse período, delineou um conjunto abrangente de medidas para combater o terrorismo e promover a paz e a segurança nos Estados Membros da OCI. O plano não só destacou a necessidade de abordar as causas subjacentes do terrorismo, incluindo a pobreza, a injustiça social e a falta de oportunidades econômicas, como encorajou a implementação de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social (Ministry of Municipal and Rural Affairs 2019; UNISDR 2009).

4.3.3 Estrutura de Combate ao Extremismo Violento (CVE)

A Estrutura de Combate ao Extremismo Violento da OCI fornece diretrizes e estratégias para prevenir e combater o extremismo violento entre os jovens nos Estados Membros. Esta estrutura enfatiza a importância da educação, da capacitação e do envolvimento das comunidades locais na luta contra extremismos (UNODC 2018).

4.3.4 Declaração de Abu Dhabi

A Declaração de Abu Dhabi, adotada na Conferência Ministerial da OCI sobre o Combate ao Terrorismo e ao Extremismo,

reafirmou a necessidade de uma abordagem holística[110] e integrada para enfrentar o terrorismo. A declaração destacou a importância da cooperação intergovernamental, da partilha de informações e da assistência técnica e financeira aos Estados Membros mais vulneráveis (OIC 2019).

4.3.5 Declaração de Meca

A Declaração de Meca, que foi adotada durante a Cúpula Extraordinária Islâmica em Meca, em 2005, focou na unidade e na solidariedade entre os Estados Membros da OCI na luta contra o terrorismo. A declaração ressaltou a necessidade de resolver conflitos regionais e internacionais que contribuem para o terrorismo e enfatizou a importância de combater a ideologia extremista através de meios pacíficos e de diálogo. Essa declaração repercutiu em diversos meios, pois conectava os temas da religiosidade e da paz, movimentando instituições religiosas ou chefes e autoridades religiosas do mundo inteiro (Humanists International 2007).

4.3.6 Declaração de Niamey

A Declaração de Niamey, adotada na 47ª Sessão do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da OCI, em 2020, também reafirmou o compromisso dos Estados Membros em

[110] Holístico: Algo que considera o todo não somente como uma junção de suas partes; que busca entender os fenômenos por completo, inteiramente; Que se pode referir ao holismo, à filosofia que busca tudo abranger; Capaz de entender algo partindo do todo (Dicio 2009-2024).

combater o terrorismo e o extremismo. A declaração, assim como o Plano de Jeddah, destacou a importância de abordar as raízes socioeconômicas do terrorismo e de promover uma cultura de paz e tolerância entre os povos muçulmanos (OIC 2020).

Destaca-se que estes documentos adicionais reforçam a complexidade e a abrangência da estratégia da OCI no combate ao terrorismo e extremismo, reiterando a importância de uma abordagem multilateral e inclusiva para enfrentar essas ameaças globais, refletindo um compromisso contínuo com a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável nos Estados Membros (OIC 2008; 2019; 2020).

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

A República Islâmica do Afeganistão, desde a retirada das tropas estadunidenses de seu território, em 2021, tem sido um ponto focal no combate ao terrorismo e ao extremismo. A retomada de poder pelo Talibã possibilitou um ambiente favorável à retomada das atividades de grupos terroristas, os quais possuem suas bases neste país, uma vez que muitos destes grupos mantêm relações favoráveis com facções do Talibã (Wilsons Center 2023). O abrigo ao então líder da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri, em Cabul — assassinado pelas forças americanas em julho de 2022 —, assim como o contínuo suporte logístico e de abrigo ao Tehrik-e-Taliban Pakistan (TTP), mostram a continuação das relações entre o governo do Talibã e grupos terroristas aliados. No entanto, importantes esforços têm sido realizados, por parte do governo afegão para combate ao terrorismo e ao extremismo. (US Department of State 2020, 2021, 2023; Miller and Nagata 2024).

O **Reino da Arábia Saudita** historicamente enfrentou acusações de complacência com doações privadas a grupos extremistas sunitas e de apoio ao wahhabismo, que se assemelha à ideologia do "Estado Islâmico". Após o 11 de Setembro e ataques internos em 2003, o governo saudita adotou medidas rigorosas contra o terrorismo, monitorando o sistema financeiro e colaborando com os EUA e Europa, porém, embora o país rejeite as acusações de apoiar diretamente o ISIS ou Al-Qaeda, críticas permanecem sobre doações privadas sauditas continuarem a financiar o extremismo islâmico. A importância da cooperação com parceiros internacionais em uma estratégia abrangente contra o terrorismo, se deve a inclusão de medidas de segurança, detecção de ameaças, combate ao financiamento terrorista e esforços de contra-radicalização. O principal desafio para o país em questão, em 2020, foi os ataques transfronteiriços dos Houthis, considerados terrorismo pelos EUA. Além disso, a Arábia Saudita participa ativamente da Coalizão Global para Derrotar o ISIS, fornecendo suporte operacional e logístico. Desde 2017, a Arábia Saudita possui legislação abrangente contra o terrorismo, o governo saudita também coopera com os EUA em programas financiados pela Arábia Saudita para melhorar as capacidades de contra-terrorismo, incluindo treinamento para proteger infraestruturas críticas. Em contradição às acusações enfrentadas pelo país, a Arábia Saudita é líder regional no combate ao financiamento do terrorismo, sediando o Terrorist Financing Targeting Center com parceiros do Golfo e os EUA. É membro ativo do FATF, avaliando riscos de ativos virtuais e provedores de serviços virtuais, e impondo sanções contra indivíduos e entidades que financiam os Houthis, e também é membro de várias organizações de cooperação em contra-

terrorismo, incluindo o G-20, GCTF, Conselho de Cooperação do Golfo, Coalizão Islâmica Militar de Combate ao Terrorismo, Organização da Cooperação Islâmica e o Centro de Contra-Terrorismo da ONU. Diversas entidades governamentais sauditas se dedicam à CVE, incluindo o Centro Global para Combate à Ideologia Extremista (Etidal) e o Centro de Guerra Intelectual. Programas como o Centro Mohammed bin Nayef para Aconselhamento e Cuidado visam a desradicalização de ex-terroristas. A Liga Mundial Muçulmana promove a tolerância religiosa, e o governo continua a revisar currículos escolares para reduzir conteúdos intolerantes e extremistas (US Department of State 2020, 2021; Schossler 2017).

A **República Democrática e Popular da Argélia** tem sido um importante bastião no combate ao terrorismo e ao extremismo, principalmente na região do Sahel. Durante os 10 anos de Guerra Civil, o país conseguiu combater de forma efetiva grupos terroristas, desenvolvendo importantes práticas e táticas, as quais continuam relevantes nos dias de hoje. Com o maior território do norte da África, a Argélia faz fronteira com o Mali, Níger e a Mauritânia. Neste sentido, e em face à vulnerabilidade fronteiriça, a segurança nacional da Argélia depende, em grande medida, da estabilidade de seus vizinhos. Se por um lado, o país foi efetivo na eliminação de grande parte dos grupos terroristas de seu território. Por outro, alguns dos grupos islâmicos que atuavam na Argélia, reaparecem em território vizinhos, como é o exemplo da Al-Qaeda no Magreb Islâmico. O foco do combate ao terrorismo e da segurança da Argélia, portanto, reside em sua segurança fronteiriça e integra um plano mais amplo de combate ao terrorismo na região do Sahel. Para além disso, o governo argelino ressalta que, de modo a se

tornar efetivo e duradouro, o combate ao terrorismo deve desenvolver-se como uma política social, educacional, cultural e econômica (Africa Defense Forum 2023; Embassy of Algeria - UK 2023; Hill 2023; Riedel 2023; US Department of State 2021, 2023).

Tendo experiência própria com o terrorismo, a **República do Azerbaijão** reconhece que esta ainda é uma ameaça latente e que nenhum Estado está imune aos ataques terroristas. Por isso o país defende a necessidade de ações internacionais duras, condenando todas as formas de terrorismo e entendendo-o como um grave crime injustificável sob qualquer argumento. De forma mais específica defende o cumprimento de medidas contra-terroristas adotadas previamente pela comunidade internacional, especialmente em áreas vulneráveis como países com conflitos armados e com a presença de exércitos estrangeiros. Dentre algumas medidas sugeridas está o controle de armamento da população .O Azerbaijão reconhece a importância do amparo das Nações Unidas aos Estados membros que por sua vez devem estar coordenados de forma bilateral e multilateral. O país também apoia a aplicação de sanções tomadas pelo Conselho de Segurança e a coordenação entre os Estados como elemento fulcral para combater o terrorismo. Assim, buscando proteger povos que historicamente já lidam com a disseminação do terror, ressalta a importância de não se instrumentalizar o combate ao terror para se opor ou proibir a prática de qualquer religião ou cultura e a necessidade de se apoiar o compartilhamento cultural e religioso entre as nações para garantir a devida compreensão de cada religião e cultura. (Musayev 2013)

O **Reino do Bahrein** desenvolveu medidas sólidas de combate ao terrorismo e ao extremismo. A criminalização do

terrorismo no Bahrein, definido legalmente como o uso ou a ameaça do uso de força ou qualquer outro meio ilegítimo a fim de perturbar a ordem pública e ameaçar a segurança e a unidade nacional, torna estes atos punitivos perante a lei. As penas variam desde a desnaturalização dos indivíduos perpetradores destes atos, até penas de morte (Ministry of Foreign Affairs n.d). O projeto de lei de combate ao terrorismo, aprovado em 2006, "Protegendo a Sociedade de Atos Terroristas", tem sido criticado por alguns órgãos internacionais, como a Anistia Internacional, por ser muito amplo na definição dos atos considerados terroristas e por ferir alguns direitos humanos, como a liberdade de expressão e opinião, além de por fornecer grandes poderes às autoridades, abrindo margem para acusações arbitrárias e casos de tortura (Amnesty International 2006).

Em 2021, a República de Bangladesh enfrentou protestos comunais e diferenças políticas com envolvimento de grupos extremistas. O Primeiro-Ministro Sheikh Hasina reafirmou a política de tolerância zero ao terrorismo.. As prisões de suspeitos, realizadas por unidades treinadas pelos EUA, evitaram alguns ataques, mas houve acusações de execuções extrajudiciais feitas pelas forças de segurança. Incidentes terroristas no mesmo ano incluíram a detecção e neutralização de um dispositivo explosivo em Narayanganj, uma invasão policial a um esconderijo de Neo-JMB e um ataque com bomba na Zona Diplomática de Gulshan, Dhaka. A Lei Antiterrorismo de 2009 é a base para prender suspeitos de terrorismo. Já a Lei de Segurança Digital de 2018 permite a polícia combater extremistas online, mas é criticada por supostamente visar

críticos do governo. Unidades como CTTU[111], ATU[112] e RAB[113] conduziram operações contra militantes, no entanto, o governo dos EUA sancionou a RAB por violações de direitos humanos. A Estratégia Nacional de Coordenação de Contraterrorismo está em elaboração e organizações como CTTU, ONGs e universidades conduziram pesquisas e programas de engajamento comunitário para combater o extremismo. Bangladesh participou de programas internacionais para alcançar populações vulneráveis, especialmente jovens adultos de 18 a 35 anos, o país é ativo na Organização da Cooperação Islâmica. (US Department of State 2020, 2021).

Em 2021, a **República dos Camarões** teve uma redução da atividade terrorista na Região do Extremo Norte de Camarões, com Boko Haram e ISIS-Oeste da África matando 339 pessoas, uma redução de 15% em relação a 2020. Terroristas intensificaram

[111] A sigla CTTU refere-se à Counter Terrorism and Transnational Crime Unit (Unidade de Contra-Terrorismo e Crime Transnacional). Esta unidade é uma divisão especializada da Polícia de Bangladesh, criada para lidar com terrorismo e crimes transnacionais. O CTTU é responsável por investigações de cibercrimes e outras atividades relacionadas à segurança interna, incluindo a prevenção de ataques terroristas e a repressão ao financiamento do terrorismo (BDUN 2024).

[112] A sigla ATU refere-se à Anti-Terrorism Unit (Unidade Antiterrorismo) em Bangladesh. Esta é uma unidade especializada da polícia do país, criada para combater o terrorismo e o extremismo violento. O ATU atua tanto em operações de campo quanto em investigações de crimes cibernéticos, monitorando atividades militantes e extremistas. A unidade desempenha um papel crucial na prevenção de atividades terroristas e na segurança pública, colaborando com outras entidades nacionais e internacionais (The Business Standard 2024).

[113] A sigla RAB refere-se à Rapid Action Battalion, uma força paramilitar de elite em Bangladesh. Formada em 2004, a RAB é composta por membros das forças armadas e agências de aplicação da lei. Ela é conhecida por suas operações contra crimes graves, como terrorismo e tráfico de drogas. No entanto, a unidade tem sido criticada por organizações de direitos humanos por acusações de abusos, incluindo execuções extrajudiciais e tortura. A RAB opera em todo o país, com várias unidades distribuídas por Bangladesh (Banglapedia 2021).

ataques a alvos militares, mas continuaram atacando civis, resultando em muitos deslocados internos e refugiados. Os ataques incluem bombardeios suicidas, sequestros, incêndios criminosos e assassinatos. Exemplos incluem ataques em Mozogo, Kangaleri, Sagme, Zigue, Blangoua e Assighassia, resultando em dezenas de mortes. O governo utilizou a lei antiterrorismo de 2014 para processar suspeitos, mas também para suprimir dissidentes. O governo de Camarões continuou sua cooperação antiterrorista com a comunidade internacional, participando de operações da Força-Tarefa Multinacional Conjunta (MNJTF) e permanecendo membro da Parceria Trans-Saara de Contraterrorismo e da Coalizão Global para Derrotar o ISIS. Além disso, foram implementados Programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) e milhares de terroristas e familiares se renderam. A USAID apoiou a representação e liderança de mulheres e jovens na prevenção do extremismo. A União Europeia e a Agência Francesa de Desenvolvimento financiaram programas para promover a coesão social e o empreendedorismo agrícola na região afetada. O país apoia esforços internacionais de contraterrorismo e promove a coesão social e a recuperação econômica nas áreas afetadas pelo terrorismo. (US Department of State 2020, 2021).

O Estado do Catar condena e rejeita o terrorismo em todas as suas formas e meios de financiamento e trabalha com parceiros internacionais para combatê-lo e prevenir a sua propagação. A cooperação se dá em diversos âmbitos, incluindo compartilhamento de informações relevantes e resultados entre autoridades equivalentes, assistência jurídica a outros países e intercâmbio de investigações, medidas que estão de acordo com o artigo 7 da Constituição Permanente do Estado do Catar e com a

implementação da estratégia das Nações Unidas de combate ao terror. Também faz parte do esforço contraterrorista do Catar a supervisão interna das ações realizadas, o controle de armas de destruição em massa, e a participação da Coalizão Global Contra o Daesh/ISIS. Ainda, o governo catari busca compreender os contextos que levam ao terrorismo e crê em uma melhor distribuição de oportunidades. Por isso sua maior campanha contra o terrorismo é o investimento na educação, para que se formem sociedades mais fortes e seguras, assim também aumentando a segurança regional. Por fim, o Catar também aprovou leis e resoluções que buscam estabelecer medidas de combate, como a lei número 27 de 2019 e a decisão número 1 de 2020 do Procurador-Geral "regulamentando os mecanismos de implementação das sanções financeiras específicas relacionadas ao combate ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, de acordo com as resoluções do Conselho de Segurança da ONU" (Ministry of Foreign Affairs of Qatar 2024).

A **República do Cazaquistão** condena o terrorismo em todas as suas formas e manifestações e se compromete a cumprir as resoluções das Nações Unidas, inclusive as do Conselho de Segurança. O Cazaquistão ressalta que terrorismo e religião não são sinônimos, e que não se deve associá-lo a qualquer cultura ou grupo étnico. Ao condenar o terrorismo, o país também destaca a importância de uma abordagem preventiva com aumento do acesso à educação e emprego, além de sugerir o intercâmbio cultural e religioso para que não se formem ideias falsas sobre a temática. Além disso, ressalta-se a importância de uma coordenação global e regional, uma vez que o terrorismo não respeita limites e fronteiras,

e destaca o relevante significado de uma Convenção Global sobre Terrorismo Internacional.Também faz parte do esforço contra-terrorista cazaquistanês o combate cibernético de grupos extremistas violentos e a repressão do tráfico de drogas, que serve como máquina de lavagem de dinheiro e que financia grupos terroristas por todo o globo. Por fim, também é de autoria do Cazaquistão o "Código de Conduta para Alcançar um Mundo Livre do Terrorismo", de 28 de setembro de 2018. (Delegação do Cazaquistão 2017).

Em 2021 e 2022, a **República do Djibuti** continuou sendo um parceiro crucial da ONU, dos EUA e países parceiros, na região e no combate ao terrorismo, por exemplo, hospedando Camp Lemonnier, sede da Força-Tarefa Conjunta do Comando África dos EUA. O Djibuti possui um marco legal para processar crimes relacionados ao terrorismo e aprimorou a segurança fronteiriça com o uso de tecnologia biométrica e bancos de dados criminais. Membro do MENAFATF[114], o país supervisiona as regulamentações de combate ao financiamento do terrorismo (CFT). Além disso, o envolvimento comunitário é uma característica crescente das ações de contraterrorismo violento (CVE) e o Djibuti também hospeda o

[114] O MENAFATF (Middle East and North Africa Financial Action Task Force) é um órgão regional de estilo FATF (Financial Action Task Force/ Grupo de Ação Financeira Internacional), que trabalha para fortalecer a capacidade dos Estados membros em combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e a proliferação de armas. Djibouti tornou-se um membro pleno do MENAFATF em 15 de março de 2018, como parte dos esforços contínuos para melhorar o combate ao financiamento do terrorismo e à lavagem de dinheiro na região. O MENAFATF é composto por 20 estados membros e atua de forma independente, cooperando com outras organizações internacionais para implementar padrões globais (MENAFATF 2018).

secretariado executivo da IGAD[115] e o ICEPCVE[116], oferecendo treinamento sobre CVE na região e participando da missão ATMIS[117] na Somália, contribuindo com tropas ao lado de Burundi, Etiópia, Quênia e Uganda. Por fim, em 2022, o país adotou uma lei designando o movimento FRUD-Armée[118] como uma organização terrorista doméstica, a qual tenta controlar e posteriormente extinguir. (US Department of State 2021, 2022).

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2021 do Ministério de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, com a Primavera Árabe, a República Árabe do Egito reorganizou seu sistema político, social e econômico. A partir de então, com uma nova Constituição e um sistema jurídico e eleitoral renovado, o país iniciou uma fase de compromisso com as metas de desenvolvimento estabelecidas na Egypt's Vision 2030 em relação à segurança, ao combate ao terrorismo, à proteção das fronteiras, melhora dos serviços, consolidação de princípios de governança e combate à corrupção. Esse compromisso com o desenvolvimento deve-se à Assembleia Geral das Nações Unidas de 1986, quando se estabeleceu o direito ao desenvolvimento livre de interferências externas de outros países . Ainda segundo o Relatório, junto às

[115] IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento): Uma organização regional que tem como objetivo promover cooperação em desenvolvimento econômico, paz e segurança (US Department of State 2023).

[116] ICEPCVE (Centro Internacional de Excelência para a Prevenção e Combate ao Extremismo Violento): Parte da IGAD, oferecendo treinamento e recursos para prevenir o extremismo violento (US Department of State 2023).

[117] ATMIS (Missão de Transição da União Africana na Somália): Uma missão de paz da União Africana que inclui tropas de vários países, incluindo Djibuti (US Department of State 2023).

[118] FRUD-Armée: Um grupo rebelde em Djibuti, designado como organização terrorista doméstica em 2022 (US Department of State 2023).

reformas veio a afirmação de valores democráticos, especialmente a laicização do Estado e o amplo combate ao terrorismo que foi bem executado nesta primeira década pós-primavera árabe, inclusive por meio de medidas de esvaziamento financeiro de grupos terroristas (para exemplificar o seguimento de uma resolução das Nações Unidas, a 1373 de 2001) e de aumento do poder de coerção das forças de segurança. Outras medidas como campanhas de conscientização a respeito do extremismo e como a ocupação de espaços mais suscetíveis à instalação destes grupos são estratégias que deram certo no país (Amin 2021).

Os **Emirados Árabes Unidos** (EAU) avançam em esforços contra o terrorismo, especialmente no financiamento do terrorismo e cooperação internacional, sendo que o Banco Central dos EAU aplicou sanções financeiras e o gabinete adicionou indivíduos e entidades à lista de terroristas. Em abril de 2021, uma lei regulando doações foi aprovada para proteger organizações contra exploração por terroristas, e com isso a segurança nas fronteiras foi melhorada, também com a colaboração dos EUA. Além disso, os EAU são membros do MENAFATF e lançaram a plataforma goAML para relatórios de AML[119]. Em 2021, adicionaram 38 indivíduos e 15 entidades à lista de sanções terroristas, e continuam liderando esforços globais, sediando centros como Sawab e Hedayah para combater a radicalização e o recrutamento. Destaca-se também que

[119] Relatórios de AML (Anti-Money Laundering) referem-se a relatórios de atividades suspeitas de lavagem de dinheiro. Essas atividades incluem a movimentação de grandes somas de dinheiro ou transações incomuns que podem indicar a tentativa de ocultar a origem ilícita de fundos. As instituições financeiras e outras entidades são obrigadas a submeter esses relatórios às autoridades competentes para ajudar na identificação e prevenção de crimes financeiros. A plataforma goAML é usada para facilitar esses relatórios nos Emirados Árabes Unidos (EAU) (US Department of State 2020).

participam ativamente em organizações e reuniões globais e regionais para cooperar em contra-terrorismo, incluindo o GCTF[120] e MENAFATF. (US Department of State 2020, 2021).

Na **República do Iêmen**, a Al-Qaeda na Península Arábica (AQAP), ISIS-Yemen e outros grupos, como o IRGC-QF e Hezbollah, tendem a explorar o vácuo político e de segurança devido aos conflitos entre o governo reconhecido internacionalmente, com os Houthis e o Conselho de Transição do Sul (STC). A proposta de legislação antiterrorismo do país está pendente desde 2008. O Iêmen é membro do MENAFATF e também da Organização da Cooperação Islâmica e da Liga Árabe, e seu Banco Central em Aden implementou algumas recomendações do FMI, mas enfrentou dificuldades devido à capacidade judicial limitada. O governo do Iêmen coopera com a ONU, GCC, EUA e outros países em busca de uma solução política para o conflito. (US Department of State 2020, 2021).

A **República da Indonésia** é o país com a maior população islâmica do mundo. O país tem sido constantemente alvo de ações terroristas nas últimas décadas, apesar destas terem se enfraquecido nos últimos 5 anos. Isto pois, houve um significativo enfraquecimento e descentralização dos principais grupos considerados terroristas do país Jemaah Islamiyah (JI) e o Jamaah Anshar Daulah (JAD) (Bintarsari 2022; UNODC n.d) .

[120] O Global Counterterrorism Forum (GCTF) é uma plataforma multilateral informal criada para reforçar as capacidades internacionais de combate ao terrorismo. O GCTF promove o compartilhamento de boas práticas e o desenvolvimento de iniciativas para enfrentar o terrorismo e o extremismo violento globalmente. A organização é composta por governos de vários países e trabalha em estreita colaboração com outras entidades internacionais para implementar medidas de segurança eficazes (US Department of State 2021).

A **República Islâmica do Irã** tem sido, desde a Revolução Iraniana (1979) acusada por diversos países de financiar, apoiar e dar suporte à grupos considerados terroristas (por países como os EUA e a União Europeia) , como o Hezbollah, o Hamas, os Houthis e outros grupos milicianos do Iraque, Iêmen, Síria e Bahrein — interpretados, majoritariamente, como movimentos de libertação nacional pelo Irã, e como importantes peças na oposição à presença israelense e estadunidense na região (Azizi 2024; US Department of State 2021). Ao longo de sua história, a república iraniana tem utilizado, de maneira estratégica, organizações terroristas, como proxies[121] suas relações exteriores, como modo de assegurar seus interesses regionais, sem precisar engajar diretamente em algum confronto. Neste sentido, o Hezbollah é apontado como o principal aliado do Irã. Financiado e treinado pelo regime de Teerã — operando muitas vezes juntamente a guarda nacional revolucionária iraniana (IRCG-Qods Force) —, esta organização é fundamental para a estratégia do país na Síria e no Líbano (Azizi 2024; Malakoutikahk 2020; Saban 2020). Ao mesmo tempo que é acusado de financiar algumas organizações consideradas terroristas, o Irã tem sofrido ataques terroristas, sendo o mais recente e expressivo um ataque do ISIS-K, no início de janeiro de 2024, (do inglês, Islamic State Khorasan Province), o qual deixou mais de 100 mortos. O país é principalmente vulnerável nas suas fronteiras com o Afeganistão, Síria e Iraque. A topografia montanhosa da região fronteiriça entre o Afeganistão e o Irã, tem facilitado — principalmente após o

[121] Uma guerra proxy (ou guerra por procuração) pode ser definida como uma guerra travada entre grupos ou países que representam os interesses de outras potências maiores, mas que não querem se engajar em um confronto direto (Brown, McLean & McMillan 2018).

retorno ao poder do Talibã — ações do Estado Islâmico na região (ISIS) (Malakoutikahk 2020). Para além disso, é necessário ressaltar também, o constante aumento das tensões entre Israel e o Irã desde o início do conflito em Gaza, em 7 de outubro de 2023, com o envolvimento direto de Teerã em confrontos com Israel, assim como o envolvimento de organizações aliadas ao regime iraninano, como o Hezbollah, o próprio Hamas e o grupo Houthi (Al Jazeera 2024). No que tange às políticas de combate ao terrorismo do Irã, apesar de aparemente contraditório, tem promovido ações de combate à grupos considerados terroristas por Teerã (e não movimentos que são considerados de libertação nacional, como é o caso do Hamas e do Hezbollah), e de proteção ao seu território e à suas fronteiras. O apoio a organizações consideradas terroristas, como o Hamas e o Hezbollah, possibilita a manutenção da segurança interna da república iraniana, assim como assegurar seus interesses externos (Malakoutikahk 2020).

Ao se estudar a história da **República do Iraque** é impossível não reparar o significante papel que o terrorismo exerceu e exerce sobre o país. Marcadamente, a maior comprovação desta afirmação é que um dos grandes grupos terroristas no mundo hoje, o Estado Islâmico (EI), surgiu nesse país. Também por isso, segundo seu Ministério de Relações Exteriores, o Estado Iraquiano manifesta interesse em cooperar com o combate ao terror, especialmente ao EI (Ministry of Foreign Affairs of Iraq 2024). Como medidas para combater o terrorismo, o Iraque realiza um contínuo monitoramento da lista de terroristas estrangeiros, garantindo sua segurança interna e reforçando seu entendimento de que é necessário respeitar as resoluções do Conselho de Segurança sobre este tópico. Para além disso, a diplomacia Iraquiana se esforça por uma coordenação por

parte de seus aliados para treinar e armar suas forças nacionais e desenvolve no plano interno, graças a sua experiência prática de luta contra o EI, uma estratégia plurivalente de combate ao extremismo, ao terrorismo e ao seu financiamento. (Ministry of Foreign Affairs of Iraq 2024).

O **Reino Hexemita da Jordânia** tem experiência própria com o terrorismo, que devastou o país e sua economia. Essa bagagem lhes confere a maturidade necessária para enfrentar grupos extremistas como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico. Os valores islâmicos são norteadores da visão do Estado da Jordânia, "que busca a paz e a justiça". Ademais, o país compreende que o Oriente Médio não é um "canteiro do terrorismo" e que esse último não encontra fronteiras, tão-logo necessita ser combatido em nível internacional. Em 1996, o Rei Hussein bin Talal trouxe à discussão a necessidade de entregar resultados práticos na vida das pessoas, amparando-as e possibilitando-as oportunidades de melhorar de vida, o que as afastaria de situações que pudessem gerar desconfiança e medo e, assim, por corolário, desmantelar aquilo que fomenta a violência. O monarca também convocou os países da comunidade internacional a definir precisamente o significado do termo "terrorismo" para que se pudesse iniciar um combate eficiente a este crime, ressaltando a cooperação local, incluindo o compartilhamento de informações e de inteligência, o esvaziamento econômico dos grupos extremistas e a formação de operações especiais (The Haxemite Kingdom of Jordan, n.d.).

Apesar da presença e da atuação de algumas organizações consideradas terroristas na **República do Líbano**, o país conseguiu controlar o aumento do extremismo e promover medidas de combate ao terrorismo. A estratégia de combate ao terrorismo e ao

extremismo do Líbano baseia-se em 3 principais pilares: (1) diálogo e a prevenção de conflito, o qual zela pela promoção de métodos pacíficos de resolução de conflito; (2) no desenvolvimento e na integração institucional e governamental; (3) e da resolução das principais causas do terrorismo e do extremismo, sendo elas definidas como a radicalização e a marginalização. Neste sentido, a estratégia de combate ao terrorismo libanesa norteia-se pela promoção de uma sociedade tolerante e inclusiva, amparada no desenvolvimento econômico, na inclusão das mulheres e da juventude e na promoção e a garantia dos direitos humanos (Hussein 2021; Mudallali 2019). Apesar dos esforços no combate ao terrorismo e ao extremismo por parte do governo libanês, o Hezbollah, uma organização considerada por alguns como terrorista, continua operando dentro do Líbano com relativa impunidade, participando de sua política desde 1992. Apesar de ter sua base no Líbano, a referida organização tem fortes laços e é financiada e apoiada majoritariamente pelo governo iraniano (CRS 2024).

A **Líbia** é ativa no combate ao terrorismo, embora muitas vezes a cooperação seja limitada devido à fragmentação das instituições de segurança. Após o adiamento das eleições de dezembro de 2021, a Câmara dos Representantes da Líbia, apoiada pelo Exército Nacional Líbio (LNA), nomeou um novo "Governo de Estabilidade Nacional" para substituir o Governo de Unidade Nacional (GNU) baseado em Trípoli. Contudo, a ONU e a maioria dos países, incluindo os EUA, continuaram a reconhecer o GNU como o governo legítimo da Líbia. Apesar desse impasse político, grupos terroristas como ISIS e Al-Qaeda no Magrebe Islâmico não conseguiram se reagrupar ou explorar a incerteza política, e embora

esses grupos não controlassem território e tivessem sido significativamente degradados, ainda representavam uma ameaça. Entre 2021 e 2022, o GNU manteve a estratégia de contraterrorismo de 2020, mas, devido à situação política fragmentada, a coordenação foi comprometida, já que a Líbia não possui uma lei abrangente de contraterrorismo, apenas com o código penal criminalizando atos que ameaçam a segurança nacional. A fronteira sul da Líbia, controlada nominalmente pelo LNA, se mostra vulnerável ao contrabando e tráfico, incluindo de pessoas e armas, e os aeroportos internacionais participam do Programa de Segurança da Aviação, que treina inspetores e gerentes de aeroportos. A Líbia é membro do MENAFATF, com a Unidade de Inteligência Financeira (FIU) no Banco Central da Líbia, e vota regularmente a favor de medidas de contraterrorismo na Assembleia Geral da ONU, na Liga Árabe e na Organização da Cooperação Islâmica. Ela ainda possui um Departamento de Proteção Comunitária do Centro Antiterrorismo da Líbia, que concentra seus esforços para combater a "ideologia extremista" por meio de educação e divulgação na mídia, em parceria com organizações da sociedade civil e instituições religiosas e educacionais. (US Department of State 2021, 2022).

O **Estado do Kuwait** é um aliado pela paz e contra o extremismo violento. O país compromete-se com uma série de organizações internacionais engajadas no contraterrorismo, no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de organizações criminosas, como a Terrorist Financing Targeting Center (TFTC) e a Islamic Military Counter Terrorism Coalition (IMCTC), sendo considerado por esta última um país irmão de armas (Islamic Military Counterrorism Coalition 2023). Foi com a TFTC e outros países

membros da organização que o Kuwait sancionou 16 indivíduos de entidades e grupos filiados a diversas organizações terroristas, incluindo o Exército da Guarda Revolucionária Islâmica, o Estado Islâmico e Boko Haram (U.S. Department of State 2021.). O país do Golfo Pérsico trata ainda de valorizar, defender e propagar os valores do Estado Democrático de Direito como forma de combater o terrorismo, por isso também faz parte da International Institute for Justice and the Rule of Law. Apesar disso, nos últimos anos o país não conseguiu promulgar novas leis anti-terroristas em virtude dos rearranjos no governo e na Assembleia Nacional.

O **Reino do Marrocos**, desde o ataque terrorista de 2003 — perpetrado por um grupo afiliado ao Al-Qaeda no Magreb Islâmico, e que deixou mais de 40 mortos e 1000 feridos —, tem implementado uma estratégia extensa e multidimensional no combate ao terrorismo. Logo após os ataques, o governo do Marrocos promoveu reformas legislativas de modo a endurecer as leis de combate ao terrorismo. Para além disso, o reino tem trabalhado de modo a fortalecer as medidas securitárias, por meio da cooperação regional e internacional — com destaque à cooperação com os Estados Unidos, nesta área — de modo a reforçar seu sistema de inteligência e impedir que os cidadãos marroquinos ingressam em grupos terroristas, assim como para impedir que os grupos terroristas tenham acesso à financiamento (Martins e Gonçalves 2021; Morocco on the Move 2016; Vision of Humanity 2021).

A **República do Níger** enfrenta ameaças terroristas em suas fronteiras com a atividade de grupos como ISIS-GS, Boko Haram, ISIS-WA e JNIM, que aproveitam as regiões desérticas e pouco povoadas do país para atacar e recrutar. O Níger é membro do

GIABA e tem feito esforços para melhorar suas capacidades de AML/CFT, também é membro da Força-Tarefa Multinacional Conjunta, do G-5 Sahel, da Coalizão Global para Derrotar o ISIS, da Aliança Sahel e CEDEAO, contribuindo com tropas para a Força-Tarefa Multinacional do Lago Chade e MINUSMA. mas enfrenta desafios devido à sua pequena força de defesa e à instabilidade nos países vizinhos. Em 2021 foram registrados pelo menos 74 ataques, incluindo massacres em vilarejos e ataques a postos militares. Os mais significativos ocorreram em Tillabéri e Tahoua, resultando em centenas de mortos. O Níger atualizou seu quadro legal para gerenciar desertores de grupos extremistas, estabelecendo centros regionais de reabilitação. As forças de segurança nigerianas estão engajadas na detecção e prevenção de atos terroristas, com apoio internacional em tecnologia e treinamento. A USAID fortaleceu a representação e liderança das mulheres e apoiou comitês locais de paz e esforços de estabilização liderados por jovens, e também promoveu atividades de pesquisa e programas comunitários para mitigar o extremismo violento. (US Department of State 2020, 2021).

A **República Federativa da Nigéria**, país mais populoso do continente africano, foi classificada, de acordo com o 2023 Global Terrorism Index, como o 8° país mais suscetível a ataques terroristas. A Nigéria fica localizada no Sahel africano, região entre o Deserto do Saara e os trópicos, que tem sido, desde a independência dos países ali localizados alvo de intenso extremismo e violência decorrente da crescente instabilidade política e econômica. Houve, nas últimas décadas, um significativo aumento da violência e do extremismo islâmico jihadista na região. Na Nigéria, o centro e a região norte do país têm vivenciado constantes ataques por parte de organizações terroristas como o Boko Haram e o Estado Islâmico

no Oeste da África (do inglês Islamic State in West Africa - ISWAP), os quais lutam entre si e com as forças governamentais de modo a tentar estabeleceram um Califado Islâmico na Região (Council on Foreign Relations 2024; Federal Ministry Republic of Austria n.d; US Department of State 2023; UNODC n.d).

O **Estado da Palestina** considera o terrorismo injustificável em todas as suas manifestações e formas, inclusive na forma de terrorismo de Estado. A Palestina considera que não se deve associar terrorismo a qualquer religião, nacionalidade, cultura ou grupo étnico, especialmente quando se está a distorcer os preceitos desta religião ou cultura. Considera também que ao confundir estes conceitos não se está a contribuir para o contra-terrorismo, mas a auxiliar os próprios terroristas em suas práticas disruptivas e enganosas, acusando por fim as vítimas do terror de serem iguais aos seus algozes. Em uma declaração do Estado da Palestina para o Sexto Comitê da Assembleia Geral da ONU em 2019, o país lembrou a urgência de se tomar ações práticas de aplicação da lei internacional e de resoluções das Nações Unidas. Demonstrou sua experiência própria de criação de um comitê para aplicar as resoluções do Conselho de Segurança e de acordos com mais de 80 Estados e agências de segurança especializadas, além de ter se juntado ao Código de Conduta para Alcançar um Mundo Livre do Terrorismo (Bamya 2019). A Palestina reitera a importância de implementar a Convenção Global sobre Terrorismo Internacional, definindo precisamente e de forma consensual o crime internacional de terrorismo e ressalta que na concepção do conceito se deve manter sempre em vista a perspectiva das vítimas do terror. Ressalva que não se pode deslegitimar a luta pela autodeterminação dos povos sob o argumento de que se está a cometer o crime de

terrorismo e que não se pode utilizar o escudo da luta anti-terrorista para perpetuar atos ilegais de violação de direitos humanos (Bamya 2019).

Desde 1997 o a **República Islâmica do Paquistão** constroi um aparato jurídico e de segurança para combater o terrorismo. O Ato Antiterrorista daquele ano foi o primeiro passo para uma política de maior segurança nas fronteiras, inclusive coletando informações biométricas, para prisões preventivas, aplicação de pena de morte e criação de tribunais especiais em casos de terrorismo. Além disso, o Paquistão submete terroristas estrangeiros à aplicação da lei interna para seus crimes. O Paquistão evolui no combate ao terrorismo e ao seu financiamento, mas em 2022 registrou um número crescente de ataques em relação ao ano anterior. Segundo o "Relatório de Países sobre Terrorismo" do governo dos Estados Unidos, nos últimos anos o país conseguiu conter alguns grupos terroristas indianos e em maio de 2022 processou e condenou o criminoso mais procurado do FBI, Sajid Mir, líder do Lashkar-e-Tayyba, por financiar o terrorismo, além de deportar outros criminosos para seus países (U.S. Department of State 2021). Embora considerado pelo Ato Internacional de Liberdade Religiosa um país para se preocupar, o Paquistão foi retirado da lista de países com deficiências nos sistemas AML/CFT, organizada pela Financial Action Task Force. Os sistemas AML/CFT são responsáveis pelo combate ao financiamento do terrorismo e à lavagem de dinheiro (U.S. Department of State 2021).

Para a **República Árabe Síria**, segurança global e paz são "o maior objetivo e uma escolha estratégica" (Missão Permanente da República Árabe Síria para as Nações Unidas 2022). Em um país tomado pela guerra, grupos extremistas violentos surgem

facilmente. Sabendo disso, o governo sírio tomou medidas militares e legislativas para proteger os civis de crimes cometidos por esses grupos. As leis 19, que trata de medidas de combate ao terrorismo no país, e 22, que estabelece um tribunal especial para casos de terrorismo, ambas de 2012, são exemplos de esforços jurídicos sobre a matéria. Por outra banda, o compartilhamento de informações de inteligência com as Nações Unidas demonstra o esforço militar e político do país em acabar com o terrorismo. O país ainda faz parte da maioria dos tratados em favor do cumprimento da lei internacional, tendo como sentido de direção de sua atuação os ideais de "justiça e verdade", ainda segundo a Missão Permanente da República Árabe Síria para as Nações Unidas (Missão Permanente da República Árabe Síria para as Nações Unidas 2022).

O Al-Shabaab continua a ser uma ameaça significativa na República da Somália e na região, apesar dos esforços do governo somali, EUA, AMISOM e outros parceiros. O grupo extorquiu milhões de dólares em receita e conduziu ataques mortais, incluindo atentados a bomba (incidentes terroristas no ano de 2021 incluíram atentados a bomba em hotéis, prisões e bases militares, resultando em inúmeras mortes de civis e militares), assassinatos e emboscadas. O Estado Islâmico na Somália (IS-Somalia) focou em geração de receita e ataques de baixo nível. O governo somali e autoridades locais trabalharam para melhorar a aplicação da lei e as entidades judiciais, com progressos em iniciativas de contraterrorismo apoiadas pelos EUA. O governo expandiu o uso do Centro de Relatórios Financeiros (FRC) para combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, e também aumentou as comunicações estratégicas para negar ao Al-Shabaab, que utiliza

bancos somalis e serviços de dinheiro móvel, o controle das narrativas públicas. A campanha de mensagens incluiu o aumento das inscrições em centros de reabilitação de desertores. A Somália trabalhou com a União Africana e parceiros internacionais para preparar uma nova missão liderada pela UA para suceder a missão que estava em curso na Somália. (US Department of State 2020, 2021).

O golpe militar de 25 de outubro de 2021 interrompeu a transição democrática da República do Sudão e as tentativas de ajustar as autoridades domésticas de contraterrorismo. Mesmo após o golpe, sob o comando do General Abdel Fattah al-Burhan, o Sudão continuou a cooperar com os EUA para fortalecer as capacidades de contraterrorismo e impedir que terroristas encontrem refúgio no país. Em 28 de setembro do mesmo ano, uma operação contra uma célula do ISIS em Cartum resultou na morte de dois oficiais de inteligência e três soldados. Em 4 de outubro, outro oficial foi morto em uma operação subsequente. Os esforços para modificar a legislação de contraterrorismo foram interrompidos pelo golpe e então o governo militar concedeu mais autoridade aos serviços de segurança privada para combater o terrorismo. Entretanto, o Sudão continua focado em melhorar a segurança nas fronteiras para rastrear suspeitos com passaportes falsificados. Antes do golpe, o governo se concentrava em expandir parcerias no combate ao extremismo violento (CVE), porém esses esforços foram interrompidos após o golpe. O Sudão apoia os esforços de contraterrorismo em organizações regionais e multilaterais, sendo membro de várias entidades que promovem a cooperação em contraterrorismo, como a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), a Liga dos

Estados Árabes e a própria Organização para a Cooperação Islâmica (OIC). Além disso, o Sudão também participa de iniciativas da União Africana (UA) (US Department of State 2020, 2021).

Desde a revolução de 2011, a **República da Tunísia** tem sido alvo de ataques terroristas com frequência. Observa-se um significativo aumento da violência extremista no país após 2011, relacionado à grupos afiliados à Al-Qaeda e ao Estado Islâmico, como o Ansar Al-Sharia Tunisia (AST) — um grupo jihadists salafista que apresenta fortes vínculos internacionais com grupos provenientes do Egito, da Jordânia, da Líbia e do Marrocos. O governo da Tunísia tem trabalhado, com apoio internacional, para fortalecer as medidas de combate ao terrorismo do país. Em 2015 foi criado a Agência de Inteligência para Defesa e Segurança, responsável por aumentar a responsabilidade do exército tunisiano em ações de combate ao terrorismo no país. No mesmo ano, foi realizada uma revisão da lei nacional de combate ao terrorismo, a qual tem sido duramente criticada por grupos de ativistas e da sociedade civil, por não estar nos padrões das normas internacionais de combate ao terrorismo, podendo infringir as liberdades civis. Ainda em 2015, o governo tunisiano declarou Estado de Emergência no país, após um ataque do Estado Islâmico à um hotel. O Estado de Emergência foi renovado em 2019, após 3 atentados suicidas, e em 2023, após uma sequência de ataques do Estado Islâmico. Este movimento permite ao Ministro do Interior e às forças armadas proibirem grandes aglomerações, censurar a mídia e impor toques de recolher. A medida foi tomada como um esforço de fortalecer as ações contraterroristas no país. Para além disso, um dos focos de combate ao terrorismo na Tunísia tem sido o reforço da segurança na fronteira com a Líbia, cuja porosidade tem facilitado o fluxo de

armas e de militantes — que muitas vezes vão para a Líbia para treinamento — entre os dois países (Counter Extremism Project n.d; Herbert 2019; Mersch 2015).

A República da Turquia, apesar de ter sido alvo de sucessivos ataques terroristas por alguns anos, a maioria perpetrados pelo Estado Islâmico, tem promovido esforços bem sucedidos de combate ao terrorismo. Legalmente, atos terroristas são definidos no país como crimes contra a ordem constitucional e de ameaça à segurança interna e externa do país. Neste sentido, esta definição ampla de terrorismo permitiu o desmantelamento e o combate a assertivo à grupos considerados terroristas. Dentre os grupos considerados terroristas em atividade no país, destaca-se o Estado Islâmico e o Partidos de Trabalhadores do Curdistão (do inglês, PKK). O PKK, partido de orientação marxista-leninista, foi fundado na década de 70, como um modo de organizar a luta pela formação do Curdistão, território onde o governo turco vem historicamente promovendo ataques contra a população curda (Ministry of Foreign Affair - Turkey n.d; Shahbazov 2024; Walsh 2024).

6 QUESTÕES A PONDERAR

1) Em que medida a colonização, ocupação e da violência israelense tem corroborado a ascensão de movimentos terroristas nos países membros da OIC?
2) Como uma maior cooperação entre os Estados-membros da OIC pode fortalecer o combate ao terrorismo nestes?
3) Como elaborar um conceito de terrorismo que justifique a autoridade dos Estados para combater grupos terroristas,

mas resguarde o direito à autodeterminação e não autorize um "terrorismo de Estado"?

4) Quais os pontos de contato entre as normas da OCI, as resoluções da ONU e as legislações nacionais e como conciliá-las para elaborar uma definição universal de terrorismo? Para além disto, quais os limites para se alcançar um consenso?
5) Como as disparidades econômicas e sociais dentro e entre os Estados membros da OIC contribuem para a radicalização e o recrutamento por grupos terroristas, e quais políticas podem ser implementadas para mitigar essas disparidades?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Africa Defense Forum. 2023. "Argélia pode Voltar a Desempenhar um Papel Fundamental na Segurança do Sahel". https://adf-magazine.com/pt-pt/2023/01/argelia-pode-voltar-a-desempenhar-um-papel-fundamental-na-seguranca-do-sahel/. Acesso em 10 de junho de 2024.

Afzal, Madiha e Adrianna Pita. 2022. "What's Happening in Afghanistan One Year after the U.S. Withdrawal?" Brookings. 30 de agosto, 2022. https://www.brookings.edu/articles/whats-happening-in-afghanistan-one-year-after-the-u-s-withdrawal/.

Al Jaazera. 2024. "How Iran-Israel tensions have escalated since the war on gaza: A timeline". Al Jaazera, 19 de abril, 2024. https://www.aljazeera.com/news/2024/4/19/how-iran-israel-tensions-have-escalated-since-the-war-on-gaza-a-timeline. Acesso em 12 de junho de 2024.

Amnesty International. Bahrain Counterterrorism Bill Threatens Human Rights. 27 de julho, 2006. https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/08/mde110032006en.pdf. Acesso em 12 de junho de 2024.

Atwan, Abdel. 2008. The Secret History of Al-Qaeda. Los Angeles: University of California Press.

Azizi, Hamidreza. 2024. "Beyond proxies: Iran's deeper strategy in Syria and Lebanon". European Council on Foreign Relation, 05 de junho, 2024. https://ecfr.eu/publication/beyond-proxies-irans-deeper-strategy-in-syria-and-lebanon/#top. Acesso em 12 de junho de 2024.

Bamya, Majed. 2019. "Statement bv Mr. Maied Bamva, First Counsellor, Mission of the State of Palestine to the UN, before the Sixth Committee of the UN General Assembly in its 74th session, on Measures to eliminate international terrorism" (Agenda item 109), 9 October 2019". Pronunciamento, Sexto Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas na sua 74ª Sessão sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo. Nova Iorque, 9 de Outubro.

Banglapedia. 2021. "Rapid Action Battalion." Acessado em 1 de agosto de 2024. http://en.banglapedia.org/index.php?title=Rapid_Action_Battalion.

Bintarsari, N, K. Countering terrorism in Indonesia: a study of policy in counter-terrorism measures of the Indonesia National Counter-terrorism Agency. Disponível em em https://doi.org/doi:10.7282/t3-9742-dc89

Blakes, Gerald; Woods, John. 2024. "Iraq: U.S. withdrawal and the rise of the Islamic State in Iraq and the Levant (ISIL)". Britannica.

Última modificação em 5 de julho de 2024. Acesso em 09 de julho de 2024. https://www.britannica.com/place/Iraq/U-S-withdrawal-and-the-rise-of-the-Islamic-State-in-Iraq-and-the-Levant-ISIL

Blin, Arnaud. 2007. "The United States Confronting Terrorism". In The History of Terrorism: from antiquity to Al-Qaeda, editado por Gerard Chaliand e Arnaud Blin,398-420. Berkeley: University of California Press.

Brasil de Fato. 2023. "Israel pode ser considerado um Estado Terrorista?". Acesso em 9 de julho de 2024. https://www.brasildefato.com.br/2023/10/11/israel-pode-ser-considerado-um-estado-terrorista

Brown, G.; McLean, I.; McMillan, A. 2018. A Concise Oxford Dictionary for Politics and International Relations. Oxford: Oxford University Press.

Burke, Jason. 2004. "Think again: Al-Qaeda". Foreign Policy, October 27, 2009. https://foreignpolicy.com/2009/10/27/think-again-al-qaeda-4/

Buzan, Barry, Ole Wæver, and Jaap de Wilde. 1998. Security: A New Framework for Analysis. Londres: Lynne Rienner Publishers, Inc.

Cardoso, Kelly. 2012. "A Biopolítica e o Paradoxo da Objetividade Jornalística — um estudo de caso sobre os conflitos Israel-Palestina". Master diss.; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Chagastelles, Tania. 2008. "As Sociedades Africanas e o Colonialismo". Em Desvendando a História da África, editado por José Macedo, 111-122. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Chaliand, Gerard Cahiland e Arnaud Blin. 2007. "From 1968 to Radical Islam". In The History of Terrorism: from antiquity to Al-Qaeda, editado por Gerard Chaliand e Arnaud Blin, 221-255. Berkeley: University of California Press.

———. 2007. "Introduction". In The History of Terrorism: from antiquity to Al-Qaeda, editado por Gerard Chaliand e Arnaud Blin, 314-349. Berkeley: University of California Press

CNN Brasil. 2024. "Rússia acusa Ucrânia de 'atividades terroristas' durante eleição presidencial". Acesso em 9 de julho de 2024. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/russia-acusa-ucrania-de-atividades-terroristas-durante-eleicao-presidencial/.

———. 2023."Veja Quais Países Apoiam Israel e Quem é Pró-Palestina." October 13, 2023. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/veja-quais-paises-apoiam-israel-e-e-quem-e-pro-palestina/.

Cockburn, Patrick. 2018. A Origem do Estado Islâmico: o fracasso da Guerra ao Terror e a ascensão jihadista. São Paulo: Editora Autonomia Literária.

Coggiola, Osvaldo. 2007. A Revolução Iraniana. São Paulo: Editora Unesp.

Colerato, Marina. 2022. "A guerra que ninguém vê". Le Monde Diplomatique Brasil, 6 de maio, 2022. https://diplomatique.org.br/a-guerra-que-ninguem-ve/. Acesso em 17 de junho de 2024.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 2004. "A ocupação e o Direito Internacional Humanitário: perguntas e respostas". Acesso

em 28 de abril de 2024. https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/misc/66rkrv.htm

Congressional Research Service. 2024. Lebanese Hezbollah. 10 de maio, 2024. https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF10703. Acesso em 12 de junho de 2024.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. 2021. A Timeline of the U.S. War in Afghanistan. https://www.cfr.org/timeline/us-war-afghanistan.

Council on Foreign Relations. 2024. "Violent Extremism in Sahel". Última modificação 7 de fevereiro, 2024. https://docs.google.com/document/d/1gjnK9WAO3HyLUtK0rD6fAwbpD6EDUesD0WDpiwgHSnw/edit. Acesso em 18 de junho de 2024.

Counter Extremism Project. n.d. "Tunisia: Extremism and Terrorism". https://www.counterextremism.com/countries/tunisia. Acesso em 17 de junho de 2024.

Delegação do Cazaquistão. 2017. "STATEMENT BY THE DELEGATION OF KAZAKHSTAN at the UNGA Sixth Committee's Inaugural Session (2-3 October 2017)". Pronunciamento, Sessão Inaugural do Sexto Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, 2-3 de Outubro.

Dicio, Dicionário Online de Português. "Holístico." Lexicógrafa responsável: Débora Ribeiro. 2009 - 2024 Acessado em 1 de agosto de 2024. https://www.dicio.com.br/holistico/.

Embassy of Algeria - UK. 2023. President of the Republic : Algeria continues counterterrorism efforts to support neighbouring

countries. https://embassyofalgeria.uk/uncategorized/president-of-the-republic-algeria-continues-counterterrorism-efforts-to-support-neighbouring-countries/. Acesso em 10 de junho de 2024.

"Entenda O Papel Dos Houthis Na 'Guerra Por Procuração' Do Irã Contra Israel No Oriente Médio." 2024. O Globo. 13 de janeiro. 2024. https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/01/13/entenda-o-papel-dos-houthis-na-guerr-por-procuracao-do-ira-contra-israel-no-oriente-medio.ghtml.

Esposito, John L. 1999. The Islamic Threat: Myth or Reality? Oxford: Oxford UP.

———. 2002. Unholy war: terror in the name of Islam. New York: Oxford University Press.

Federal Ministry Republic of Austria. n.d. Western Africa and the Sahel Region. https://www.bmeia.gv.at/en/european-foreign-policy/foreign-policy/sub-saharan-africa/western-africa-and-the-sahel-region. Acesso em 18 de junho de 2024.

General Assembly Resolution 49/60, Measures to Eliminate International Terrorism, A/RES/49/60 (9 de dezembro de 1994), disponível em undocs.org/A/RES/49/60 (tradução própria).

Grinberg, Keila. 2000. "O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses". Em O Século XX: O tempo das dúvidas - Do declínio das utopias às globalizações, editado por Daniel Arão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha, 99-131. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gonzales, Melinda. 2019. "Counterterrorism Resolution and Initiatives by Regional Institutions: Organization of Islamic

Cooperation". In International Human Rights and Counter-Terrorism, editado por Eran Shor e Stephen Hoadley, 1-22.. Singapore: Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-3894-5_9-1.

Halliday, Fred. 1983. "A new period of Third World revolutions". Em The Making of the Second Cold War. Londres: Verso.

———. 1989. "The Third World in the 1980s: Revolutions and their Alternatives". Em: Cold War on the Third World. Londres: Hutchinson Radius.

———. 2005. The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology. Cambridge: Cambridge University Press.

Hansen, Stig. 2013. Al-Shabaab in Somalia: The History and Ideology of a Militant Islamist Group. Oxford: Oxford Univeristy Press.

Hansler, Jennifer. "Estados Unidos Reclassificam Houthis como Entidade Terrorista." CNN Brasil, January 17, 2024. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/estados-unidos-reclassificam-houthis-como-entidade-terrorista/.

Hassan, Hassan; Weiss, Michel. 2015. Estado Islâmico: desvendando o exército do terror. São Paulo: Seoman.

Herbert, Matt. 2019. "Terrorism in Tunisia: More than just Foreign Connections". Institute for Security Studies, 1 de julho, 2019. https://issafrica.org/iss-today/terrorism-in-tunisia-more-than-just-foreign-connections. Acesso em 12 de junho de 2024.

Hill, Thomas. 2023. "For Peace in the Sahel: Can the US Work with Algeria?". United States Institute of Peace. Washington DC.

https://www.usip.org/publications/2023/11/peace-sahel-can-us-work-algeria. Acesso em 10 de junho de 2024.

Hinnebusch, Raymond. 2003. The international politics of the Middle East. Manchester: Manchester University Press.

Humanists International. 2007. "Primazia da Declaração Universal dos Direitos Humanos."https://humanists.international/pt/2007/12/primazia-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos/. Acesso em 23 de junho de 2024.

Hussein, Sharaf. 2021. "Preventing Violent Extremism the Lebanese Way: A Critical Analysis of the Lebanese PVE Strategy". Perspectives of Terrorism 15 (5): 72-84. Outubro 2021.

Islamic Military Counter Terrorism Coalition. 2023. "IMCTC receives His Highness, Defense Minister of the State of Kuwait". https://www.imctc.org/en/MediaCenter/News/Pages/news25102023.aspx. Acesso em 23 de junho de 2024.

International convention for the suppression of the financing of terrorism, New York, 9 December 1999, United Nations Treaty Series, vol. 2178, No. 38349, p. 230, disponível em https://treaties.un.org/Pages/showDetails.aspx?objid=0800000280004f335&clang=_en (tradução própria).

Jeffrey, James. 2023. "The Threat of Terrorism in Afghanistan Post 2021". Wilsons Center, September 14, 2023. https://www.wilsoncenter.org/blog-post/threat-terrorism-afghanistan-post-2021. Acesso em 06 de junho de 2024.

Lopes, Joana Araújo. 2019."Radicalização: Conceito, causas e prevenção". Artigo apresentado no V Seminário IDN Jovem, Évora, Portugal, 26-27 de Novembro.

Martins, Veronica, e Francisco Jorge Gonçalves. 2021. The fight against terrorism in Morocco: its religious diplomacy as an instrument for counter-radicalisation in France and in the United Kingdom. Abstract from 26th IPSA World Congress of Political Science 2021. https://ciencia.ucp.pt/ws/portalfiles/portal/45107508/43989146.pdf. Acesso em 18 de junho de 2024.

Malakoutikahk, Z. 2020. "Iran: Sponsoring or Combating Terrorism?". Studies in Conflict & Terrorism 43 (10): 913-939. doi: 10.1080/1057610X.2018.1506560.

MENAFATF. "Djibouti joins MENAFATF as a member." Publicado em 15 de março de 2018. Acessado em 1 de agosto de 2024. https://www.menafatf.org/information-center/djibouti-joins-menafatf-member.

Mersch, Sarah. 2015. "Tunisia's Ineffective Counterterrorism Law". Carnegie Endowment, 6 de agosto, 2016. https://carnegieendowment.org/sada/2015/08/tunisias-ineffective-counterterrorism-law?lang=en. Acesso em 12 de junho de 2024.

Migaux, Philippe. 2007. "The Roots of Islamic Radicalism". In The History of Terrorism: from antiquity to Al-Qaeda, editado por Gerard Chaliand e Arnaud Blin, 255–313. Berkeley: University of California Press.

———. 2007. "Al Qaeda". In The History of Terrorism: from antiquity to Al-Qaeda, editado por Gerard Chaliand e Arnaud Blin, 314-349. Berkeley: University of California Press.

Miller, Laurel, and Nagata, Michel, eds. 2024. Review of Senior Study Group on Counterterrorism in Afghanistan and Pakistan. Washington DC: United States Institute of Peace.

Ministry of Foreign Affairs of Iraq. 2019. "Iraq's Diplomacy in Countering Terrorism and Combating its Funding". Acesso em 23 de junho de 2023. https://mofa.gov.iq/geneva/?page_id=586#

Ministry of Foreign Affairs of Bahrein. n.d. "Counterterrorism and Extremism" (Maintaining Regional and International Peace and Security, Ministry of Foreign Affairs - Bahrain). https://www.mofa.gov.bh/en/combating-terrorism-and-extremism. Acesso em 12 de junho de 2024.

Ministry of Foreign Affairs - Republic of Turkey. N.d. "PKK". https://www.mfa.gov.tr/pkk.en.mfa. Acesso em 17 de junho de 2024.

Ministry of Foreign Affairs - Qatar. 2024. "Foreign Policy". https://mofa.gov.qa/en/foreign-policy/mediation/mediation#:~:text=The%20State%20of%20Qatar%20affirms,international%20partners%20in%20combating%20it. Acesso em 23 de junho de 2024.

Ministry of Municipal and Rural Affairs.2019. Jeddah City Profile. Future Saudi Cities Programme, City Profiles Series. ISBN 978-603-8279-29-8. https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/04/jeddah.pdf. Acesso em 23 de junho de 2024.

Morocco on the Move. 2016. Morocco Combats Terrorism at Home and Abroad. Última modificação 7 de junho, 2016.

https://moroccoonthemove.com/wp-content/uploads/2016/09/FS_MoroccoTerrorism7July2016.pdf. Acesso em 20 de junho de 2024.

Moura, Bruno Henrique. 2016. "O Estado Islâmico é um Estado?". Alethes 6 (11): 287-302. Disponível em: https://hugepdf.com/download/ler-o-artigo-em-pdf-5b3596f61ad5a_pdf

Mudallali, Amal. 2019. Permanent Mission of Lebanon to the United Nations. Statement by H.E. Dr. Amal Mudallali. 8 de outubro, 2019. https://www.un.org/en/ga/sixth/74/pdfs/statements/int_terrorism/lebanon.pdf. Acesso em 12 de junho de 2024.

Musayev, Tofig. 2013. "Statement by Mr. Tofig F. Musayev, Chargé d'affaires a.i. and Deputy Permanent Representative of the Republic of Azerbaijan to the United Nations, at the Sixth Committee of the sixty-eighth session of the United Nations General Assembly under agenda item 110 "Measures to Eliminate International Terrorism", 4th meeting, 08 October 2013". Pronunciamento, 4° encontro do Sexto Comitê da 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o item 110 da matéria "Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional", Nova Iorque, 8 de Outubro

National Counterterrorism Center, 2021 (NCC). "Al-Shabaab." Dezembro de 2021. https://www.dni.gov/nctc/ftos/al_shabaab_fto.html.

———. 2022. "Islamic State of Iraq and ash-Sham (ISIS)." Setembro de 2022. https://www.dni.gov/nctc/ftos/isis_fto.html.

Oliveira, Guilherme Ziebell de. 2019. "A Securitização do Terrorismo Internacional após 11 de setembro de 2001: o Caso da

África". Doctorate Diss., Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Organisation of Islamic Cooperation. 2019. Abu Dhabi Declaration: Issued by the Forty-Sixth Session of the Council of Foreign Ministers (50 Years of Islamic Cooperation: Roadmap for Prosperity and Development), 24-25 Jumada Al-Akirah 1440 H / 1-2 March 2019. OIC/CFM-46/2019/DECLARATION/FINAL. Abu Dhabi, United Arab Emirates, 2019. Acesso em 23 de junho de 2024. https://www.oic-oci.org/docdown/?docID=4443&refID=1250.

———. 1972. Charter of the Organisation of Islamic Cooperation. Jeddah. Disponível em https://new.oic-oci.org/SitePages/CommonPage.aspx?Item=16.

———. 1994. Code of Conduct for the Member States of the Organization of Islamic Cooperation on Combating International Terrorism. Res.43/22-P. Disponível em https://new.oic-oci.org/SitePages/CommonPage.aspx?Item=17.

———. 2008. "Draft Final Communique of the Eleventh Session of the Islamic Summit Conference (Session of the Islamic Ummah in the 21st Century), Dakar, Republic of Senegal, 5-6 Rabi Al-Awal 1429 H / 13-14 March 2008. OIC/SUMMIT-11/2008/FC/REV.6." Acesso em 23 de junho de 2024. https://www.oic-oci.org/docdown/?docID=32&refID=9.

———. 2014. "Madani Visits Pakistan to Convey Condolences and Express Solidarity Against Terrorism." December 21, 2014. Disponível em: https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=9615&ref=3827&lan=en.

———. 2023. "OIC Condemns the Attack on a Bahraini Military Force Position on the Southern Border of the Kingdom of Saudi Arabia." September 26, 2023. https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=39639&ref=26655&lan=en.

———. 1999. OIC Convention on Combating International Terrorism. Ouagadougou, 1999. Disponível em https://new.oic-oci.org/SitePages/CommonPage.aspx?Item=17.

———. 2020. "OIC Council of Foreign Ministers to Hold 47th Session, Niamey." Acesso em 23 de junho de 2024. https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=24982&t_ref=15252&lan=en.

———. 2024. "OIC Secretary-General Calls for Exposing the Crimes of Genocide Committed by the Israeli Occupation and Prosecuting it Legally." February 24, 2024. https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=40431&ref=26939&lan=en.

———. 2017. "OIC Strongly Condemns Terrorist Attack in Mogadishu." February 20, 2017. https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=13195&t_ref=5775&lan=en.
Projuris. 2021. "Direito Internacional: tipos, princípios e importância". Última modificação em dezembro de 2022. https://www.projuris.com.br/blog/direito-internacional/.

———. 2018. “Statement by Saudi Arabia of Behalf of the OIC Group Before the Sixth Committee of the General Assembly on Item 111 - Measures to Eliminate International Terrorism”. New York, 3 de outubro, 2018. https://www.un.org/en/ga/sixth/73/pdfs/statements/int_terrorism/oic.pdf. Acesso em 21 de junho de 2024.

———. 2022. Resolution No. 41/48-POL on Countering Terrorism and Extremism.
Islamabad, 22 de Março, 2022. https://www.oic-oci.org/docdown/?docID=8660&refID=4261.
Acesso em 21 de junho de 2024.

Permanent Mission of the People's Republic of Bangladesh to the United Nations. (BDUN) 2024. "Countering Terrorism and Violent Extremism (CT and CVE)." Acessado em 1 de agosto de 2024. https://bdun.org/bangladesh-priorities-at-the-un/countering-terrorism-and-violent-extremism-ct-and-cve/.

Qazi, Shehzad. 2011. "The Neo-Taliban, Counterinsurgency and the American Endgame in Afghanistan". Institute for Social Policy and Understanding. April 2011, Report.

República Árabe do Egito, Ministério de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Egypt Human Development Report 2021 - Development, a right for all: Egypt's pathways and prospects. 2021. Por Khaled Amin. Ministério de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. 2021, https://www.presidency.eg/en/%D8%A7%D9%84%D8%B1%D8%A6%D8%A7%D8%B3%D8%A9/%D8%AA%D9%82%D8%B1%D9%8A%D8%B1-%D8%A7%D9%84%D8%AA%D9%86%D9%85%D9%8A%D8%A9-%D8%A7%D9%84%D8%A8%D8%B4%D8%B1%D9%8A%D8%A9-%D9%81%D9%8A-%D9%85%D8%B5%D8%B1-2021/%D8%A7%D9%84%D9%85%D9%82%D8%AF%D9%85%D8%A9/%D9%85%D9%82%D8%AF%D9%85%D8%A9/ Acesso em 23 de junho de 2024.

República Árabe Síria, Missão Permanente da República Árabe Síria para as Nações Unidas. 2022. "Submission of the Syrian Arab

Republic for SRCT-GA77 on Peacemaking/building and Conflict Prevention and Resolution". Por Missão Permanente da República Árabe Síria para as Nações Unidas, 2022, https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/terrorism/sr/cfi-gs-impact/2022-10-19/CFI-CT-Syrian-Arab-Republic.pdf. Acesso em 23 de junho de 2024.

Riedel, Bruce. 2013. "Algeria, a Complex Ally in the War Against Al-Qaeda". Brookings, February 3, 2013. https://www.brookings.edu/articles/algeria-a-complex-ally-in-war-against-al-qaeda/. Acesso em 10 de junho de 2024.

Ruan, Janaina e Roberto Satur. 2020. "Conflito Israel-Palestina: As negociações em prol da paz". In Uma década da LEA-NI no ponto extremo das Américas: Negociações Internacionais, editado por Roberto Satur, Alaynne Chacon e Cláudia Rodrigues, 95-123. João Pessoa: Editora do CCTA.

Salem, Paul. 2018. "The Rise of Violent Transnational Movements in the Middle East: Historical Context, Dynamic Drivers and Policy Takeaways". Middle East Institute 2018-1, 1-24.

Santos, Mibsan. 2020. "A Balança de Poder na Guerra Civil do Iêmen: A Interação entre Arábia Saudita e Irã (2015-2020)". Bacharelate diss. Universidade Damas da Instrução Cristã.

Schossler, Alexandre. "Zeitgeist: A Arábia Saudita e o Financiamento do Terrorismo." Deutsche Welle, 29 de junho de 2017. Acesso em 23 de junho de 2024. https://www.dw.com/pt-br/zeitgeist-a-ar%C3%A1bia-saudita-e-o-financiamento-do-terrorismo/a-39478182.

Security Council resolution 1566, S/RES/1566 (8 October 2004), disponível em undocs.org/S/RES/1566(2004) (tradução própria).

Security Council resolution 1373, S/RES/1373 (23 September 2001), disponível em undocs.org/S/RES/1373(2001).

Seixas, Eunice Castro. 2008. " "Terrorismos": uma exploração conceitual". Revista de Sociologia e Política 16 (9-26):11. https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000300002.

Shahbazov, Fuad. 2024. "What does a recent ISIS-K attack mean for Turkey?". Stimson, 14 de março, 2024. https://www.stimson.org/2024/what-does-a-recent-isis-k-terror-attack-mean-for-turkey/. Acesso em 17 de junho de 2024.

The Business Standard. "Militants may take advantage of differences between political groups: ATU chief." Acessado em 1 de agosto de 2024. https://www.tbsnews.net/bangladesh/militants-may-take-advantage-differences-between-political-groups-atu-chief-714146.

The Guardian. "Observer Editorial: Al-Qaida Threat Is Better Understood." May 6, 2012. https://www.theguardian.com/commentisfree/2012/may/06/observer-editorial-al-qaida-threat-better-understood.

The Haxemite Kingdom of Jordan. n.d. "A Commitment to World Peace". http://www.kinghussein.gov.jo/f_affairs5c.html. Acesso em 23 de junho de 2023.

United Nations. n.d. "CTED concludes follow-up visit to the Republic of Kazakhstan".

https://www.un.org/securitycouncil/ctc/news/cted-concludes-follow-visit-republic-kazakhstan. Acesso em 23 de junho de 2024.

United Nations Charter, San Francisco, 26 June 1945, United Nations Treaty Series, disponível em https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=I-1&chapter=1&clang=_en

United Nations Office on Drugs and Crimes. 2018a. "The Middle East and Gulf region". Acesso em 30 de abril de 2024. https://www.unodc.org/e4j/en/terrorism/module-5/key-issues/middle-east-and-gulf-region.html

———. 2018b. "Defining Terrorism". Acesso em 30 de abril de 2024. https://www.unodc.org/e4j/en/terrorism/module-4/key-issues/defining-terrorism.html

UNODC Country Office. n.d. "Nigeria Terrorism Prevention". https://www.unodc.org/conig/en/stories/counter-terrorism-and-the-prevention-of-violent-extremism.html. Acesso em 18 de junho de 2024.

. n.d. "Indonesia: Terrorism Prevention". https://www.unodc.org/indonesia/en/issues/terrorism-prevention.html. Acesso em 06 de junho de 2024.

UNISDR. The Regional Workshop for the Promotion of the Regional Implementation of the International Strategy for Disaster Reduction: "Disaster Risk Reduction for Sustainable Development". Jeddah, Saudi Arabia, 19-21 May 2009. Acesso em 23 de junho de 2024. https://www.unisdr.org/files/9354_JeddahFinalReport.pdf.

U.S. Department of State. 2020. Joint Declaration between the Islamic Republic of Afghanistan and the United States of America for Bringing Peace to Afghanistan. https://www.state.gov/wp-content/uploads/2020/02/02.29.20-US-Afghanistan-Joint-Declaration.pdf, Acesso em 06 de junho de 2024.

. 2021. Country Reports on Terrorism 2020. https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/07/Country_Reports_on_Terrorism_2020.pdf, Acesso em 06 de junho de 2024.

. 2023. Country Reports on Terrorism 2021. https://www.state.gov/reports/country-reports-on-terrorism-2022/ . Acesso em 06 de junho de 2024.

. 2023. Country Report on Terrorism 2021 - Chapter 1 - Djibouti. https://www.ecoi.net/en/document/2087847.html. Acesso em 1 de agosto de 2024.

Valeirao, Kelin, Universidade Federal de Pelotas. "PAUL-MICHEL FOUCAULT: o conceito de biopolítica." 2013 https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/p3858.

Visentini, Paulo Fagundes. 2008. "Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007)." In Desvendando a História da África, editado por José Macedo, 123-137. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

———. 2014. O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro: Elsevier.

———. 2010. "Os conflitos da Guerra Fria e o retrocesso econômico (anos 1970-1980)" In A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010), 47-61. Porto Alegre: Editora Leitura XXI.

Visentini, Paulo Fagundes e Analúcia Danilevicz Pereira. 2012. Manual do Candidato: História Mundial Contemporânea (1776 - 1991) - da Independência dos Estados Unidos ao Colapso da União Soviética. Brasília: FUNAG.

Visentini, Paulo Fagundes e Luiz Dario Ribeiro. 2013. "As Independências, o Neocolonialismo e a Guerra Fria". In História da África e dos Africanos, editado por Paulo Fagundes Visentini, Luiz Dario Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira, 100-147. Rio de Janeiro: Vozes.

Vision of Humanity. n.d. Morocco's Counterterrorism Evolution. https://www.visionofhumanity.org/moroccos-counterterrorism-evolution/. Acesso em 20 de junho de 2024.

Walsh, Aiofe. 2024. "Turkey halts trade with Israel over 'humanitarian tragedy' in Gaza". BBC, 3 de maio, 2024. https://www.bbc.com/news/world-middle-east-68945380. Acesso em 17 de junho de 2024.

Wise, Rob. 2011. "Al-Shabaab". Center for Strategic and International Studies.

Witte, Griff. 2024. "Afghanistan War (2001-2021)". Britannica.
.

World History Encyclopedia em Português. 2019. "A Autoridade na Antiga Roma: Auctoritas, Potestas, Imperium e o Paterfamilias". Acesso em 9 de julho de 2024. https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-1472/a-autoridade-na-antiga-roma-auctoritas-potestas-im/.

CÚPULA ISLÂMICA DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ISLÂMICA (OCI)

O Conflito no Iêmen: a Crise Humanitária e as Possibilidades de Resolução do Conflito

Gabriele Lima de Souza[122]
Gisele Gregorio[123]
Isadora Perciliana dos Santos[124]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir o conflito no Iêmen e as implicações dessa crise humanitária no Oriente Médio. A partir da introdução de conceitos e contextos essenciais para a compreensão da temática, este guia de estudos visa elucidar a importância do debate sobre a crise no Iêmen no âmbito da Organização de Cooperação Islâmica (OCI). Sendo assim, em um primeiro momento, o artigo enfatiza a contextualização histórica e as consequências desses acontecimentos na atualidade. Posteriormente, também vão ser debatidas as ações prévias que visavam a mediação do conflito, além de um estudo de caso dos países membros da OCI.

[122]Estudante de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente da Cúpula Islâmica da Organização de Cooperação Islâmica (OCI).

[123]Estudante de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora-Assistente da Cúpula Islâmica da Organização de Cooperação Islâmica (OCI).

[124]Estudante de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Diretora da Cúpula Islâmica da Organização de Cooperação Islâmica (OCI).

1 INTRODUÇÃO

O conceito de conflito impulsiona uma mudança significativa na história humana ao ser objeto de transformação dos vários aspectos que a compõem, como o poder, o Estado e a sociedade. Nesse sentido, o cenário de guerra se apresenta como difusor de ideias, tecnologias e pessoas (Harari 2018), ao passo que entender o conflito é apoderar-se da história do desenvolvimento e formação da raça humana.

Dentro desse contexto, ao verificar-se a conjuntura do Oriente Médio, há um sistema de Estados cujo processo histórico é marcado por revoluções, guerras, evolução histórico-cultural de longa duração, desenvolvimento colonial e pós-colonial e a presença dos efeitos do fim da Guerra Fria e da desintegração da União Soviética (Visentini 2022). Sendo assim, avalia-se como os conflitos configuram a política da região, exercendo influência e, ao mesmo tempo, sendo influenciados pelas identidades culturais e religiosas das sociedades do Oriente Médio. Desse modo, o presente Guia de Estudos orientará um enfoque no sistema de Estados Islâmicos ao explorar o conflito no Iêmen.

A partir disso, observa-se que o cenário iemenita é resultado de uma escalada de conflitos internos e tensões suscitadas por uma guerra por procuração[125], liderada por duas coalizões a fim de estabelecer poder estratégico e de influência na península arábica (Duran 2021). Portanto, para que seja estabelecida uma linha de entendimento que vise explorar e estruturar uma

[125]Uma guerra por procuração (em inglês: proxy war) é um conflito armado no qual dois países se utilizam de terceiros — os proxies — como intermediários ou substitutos, de forma a não lutarem diretamente entre si.

análise sobre o conflito no Iêmen, a crise humanitária que assombra a população e as possibilidades de resolução, o Guia de Estudos abarcará sua investigação em uma contextualização histórica que dirigirá o leitor a uma compreensão sobre a estrutura do Estado e da sociedade iemenita, assim como os pontos históricos que culminaram em um cenário de guerra. Além disso, tem-se a elucidação dos problemas que caracterizam o conflito no Iêmen como um quadro de difícil resolução.

Em síntese, o atual cenário do Iêmen é de extrema importância para a humanidade, pois ressalta questões securitárias e humanitárias. Ademais, é um marco na história que apresenta respectivos impactos para os Estados membros da OCI e para a comunidade internacional como um todo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A presente seção do Guia de Estudos se baseia no processo de formação histórica do Iêmen como um dos fatores determinantes para o cenário atual de instabilidade no país. Diante disso, visa dar foco às questões de independência e posteriormente à crise dos Estados no cenário pós-Guerra Fria, a qual é de suma importância. A partir do reconhecimento dos fatos do século XX, o objetivo é apontar acontecimentos mais recentes, efetivamente motivadores da formação de incerteza, deflagrada a crise política de 2011 e a presença dos Houthis. Além disso, historicamente se nota uma rivalidade entre Irã e Arábia Saudita; o presente excerto, portanto, também busca entender como isso implicou no desenvolvimento do conflito no Iêmen.

2.1 Processo de Formação Histórica

O contexto de formação histórica do Iêmen é de um país dividido, localizado no sul da península arábica, o território já sofreu invasões de diversos povos e impérios, como o persa, o islâmico, o otomano e o britânico; tal fator influenciou muito na cultura e na política do Iêmen (Machry 2016). Muito se fala sobre um conflito de ideias religiosas como responsável pelas tensões na região, no entanto, vale ressaltar que essas divergências só terão impacto no Iêmen, de fato, por meio de intervenções estrangeiras que dividiram o país (Oliveira A 2022).

Ainda no início do século XX, é determinada a divisão da fronteira entre Iêmen do Norte, sob comando do Império Turco Otomano, e do Sul sob domínio do Império Britânico. A partir da divisão do território iemenita, duas vertentes religiosas do Islã dividiam a população, o norte majoritariamente composto por xiitas zaiditas e o Sul por sunitas chafeitas (Oliveira A 2022).

2.1.1 Guerra Fria

A partir da desintegração do Império Otomano, ainda na Primeira Guerra Mundial, o Norte passou a ser comandado por um regime zaidita que perdurou por mais de 70 anos. Em 1962, o último dos 3 líderes foi deposto por uma revolução apoiada pelo então presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser. Na República Árabe do Iêmen no Norte, implementada a partir do golpe de 1962, eclodiu uma guerra civil alimentada por interferências externas do Irã e do Egito. Depois de oito anos o conflito chegou ao fim com um acordo entre os dois estrangeiros (Oliveira A 2022). Dentro desse contexto,

o Iêmen, antes de sua unificação em 1990, era dividido em duas repúblicas e, portanto, dado esse passado histórico, ambos os territórios, nomeados de Norte e Sul, possuíam, e ainda possuem, dinâmicas e atores próprios. Nesse sentido, ao analisar a forma como a Guerra Fria se projetou no Oriente Médio, tem-se, na parte sul, entre 1967 e 1990, a presença da República Popular do Iêmen[126], a maior experiência socialista do Oriente Médio (Oliveira A 2022). "O encerramento da Guerra Fria marcou o fim de uma época, na medida em que ela era tanto um conflito, como um sistema" (Visentini 2017).

Desse modo, em 1963, dá-se início, na porção Sul, a uma revolução com o intuito de expulsar as forças estrangeiras do país; quatro anos depois, o Iêmen do Sul conquista a independência dos ingleses. A Revolução na região Sul se deu inspirada pelo Norte, ainda que houvesse divergências significativas no caráter de cada uma delas. Sendo assim, no final da década de 70, quando Ali Abdullah Saleh assume o poder, ocorre o fortalecimento dos laços do Iêmen do Norte com o Iêmen do Sul, com a Arábia Saudita e com os soviéticos, sobretudo no aspecto militar, sem prejudicar os laços amigáveis com os norte-americanos (Johansson 2021; Limão 2020; Oliveira A 2022). Por fim, após a queda da União Soviética e o fim da Guerra Fria, o Iêmen, em 22 de maio de 1990, consolidou seu processo de unificação. Embora tenha sido inicialmente bem-sucedido, os anos que se seguiram destruíram as perspectivas de desenvolvimento do Sul (Dahlgren 2008). A perspectiva que se delineou para o Sul no período pós unificação é

[126] Os marxistas formaram a República Democrática Popular do Iêmen ao Sul, nacionalizando a propriedade na região e levando a velha classe dominante a fugir para o exílio (Day 2010).

baseada na ideia de abandono. Lackner (2017) menciona o passado socialista como um elemento que contribuiria para a percepção de abandono: com o fim da experiência socialista e seus sistemas de saúde e educação, existe uma piora na qualidade de vida da população sulista, e eles atribuem isso à negligência estatal voltada exclusivamente a eles; porém, estavam compartilhando das mesmas condições da maioria da população iemenita, seja norte ou sul.

2.1.2 Unificação do Iêmen

O final do século XX foi de suma importância para o Iêmen, dada a sua unificação em 1990, acarretando em profundas transformações no contexto regional e um acelerado desenvolvimento do setor petrolífero no país. Tanto o Iêmen do norte quanto o Iêmen do sul tinham diferenças políticas bem acentuadas e uma das principais razões para a tensão crescente estava relacionada aos poços de petróleo e gás natural presentes próximos à fronteira. Contudo, tal questão também foi primordial para a unificação do Iêmen, visto que a disputa por domínio das regiões de Marib e Shabwa, que não tinham seus limites bem definidos, seria tremendamente custosa para ambos os países (Oliveira A 2022).

Com isso, Ali Abdullah Saleh, governante no Iêmen Norte durante o período, teve papel essencial no processo de unificação do Iêmen. Saleh foi capaz de negociar a conciliação entre diversos grupos políticos regionais e gradualmente concentrar mais poder em sua posição, contendo a oposição de forma rápida e eficaz. Nas relações internacionais, o governante da República Árabe do Iêmen

aproximou-se do governo saudita e do Ocidente[127], projetando o país internacionalmente como uma importante nação petrolífera. Por conta das ressalvas ainda persistentes por parte do sul, os países chegaram a um acordo de unificação apenas em 1990 (Ellwanger 2020). Ainda que a união tenha sido planejada a fim de equilibrar o poder entre o norte e o sul, tendo Saleh como presidente interino e seu vice Ali Salim al-Beidh, um representante do sul, não demorou muito para que antigas tensões e desavenças viessem à tona novamente (Day 2010).

2.2 Crise Política de 2011

Após o processo de unificação em 1990, as tentativas do governo de Ali Abdullah Saleh e seu vice Ali Salim al-Beidh de equilibrar a distribuição de poder entre o sul e o norte e de estabelecer uma identidade nacional comum não foram eficazes. Quatro anos após a união dos países, iniciou-se uma escalada de tensões que levou a um conflito e a uma crise política. Saleh progressivamente perdeu a confiança da porção sul e o controle de questões envolvendo povos do norte. Além disso, a crescente crise econômica no país corroborou para que a população acusasse o presidente de negligência. Outro agravante para a imagem do governante no Iêmen foi sua aproximação com os Estados Unidos durante a chamada "Guerra ao Terror[128]"(Oliveira A 2022).

[127] O termo "Ocidente" usado no guia se refere, no caso do conflito do Iêmen, ao Norte Global, em especial Estados Unidos, França e Reino Unido, tendo uma característica semântica geopolítica diferente do "ocidente", com sentido voltado para a geografia.

[128] A chamada "Guerra ao Terror" foi uma campanha militar dos Estados Unidos iniciada após os ataques de 11 de setembro. Partia do princípio da Doutrina Bush, em que o presidente George Bush validava a guerra preventiva e o intervencionismo como

Durante o comando de Saleh no Iêmen unificado, diversas organizações de direitos humanos o acusaram de corrupção e de ter um governo autocrático (Robinson 2023). Em 2011, com a Primavera Árabe[129], opositores políticos e militares do presidente passaram a conspirar em prol de sua queda. Com a repressão dos protestos nas zonas urbanas, a Al-Qaeda do Iêmen — grupo militante islâmico de origem iemenita — avançava e obtinha ganhos nas periferias do país. Em meio ao contexto de instabilidade crescente e sem condições de lidar com as manifestações populares catalisadas pela Primavera Árabe, Saleh foi obrigado a abdicar depois de vinte e três anos de governo pós unificação e trinta e cinco anos no total, cedendo o cargo da presidência para seu vice Abdrabbuh Mansour Hadi (Ellwanger 2020; Oliveira A 2022; Robinson 2023).

Em 2012, o vice-presidente Abdrabbuh Mansour Hadi assumiu como presidente interino em um processo de transição mediado pelo Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), reunindo centenas de delegados em uma conferência financiada pela ONU para formar uma nova constituição que atendesse as demandas dos diversos grupos dentro do Iêmen. Entretanto, a conferência foi ineficaz e foi concluída sem que os delegados fossem capazes de resolver as tensões relacionadas à distribuição de poder no país (Robinson 2023). Já entre 2013 e 2014, com a preocupação do surgimento de mais movimentos separatistas, Hadi tentou organizar

maneira para erradicar o terrorismo no mundo e impedir o avanço dos países chamados de "Eixo do Mal" (Irã, Iraque e Coreia do Norte) (Dolan 2004).

[129] A Primavera Árabe foi uma onda de protestos em países árabes na África e Oriente Médio a partir de 2010. As revoltas eram movidas principalmente por um contexto político de insatisfação popular, repressão, corrupção, pobreza e níveis elevados de desemprego (Elias 2023).

o país territorialmente, mas teve a ideia rejeitada pelos Houthis e Movimento do sul, apesar dos esforços por apaziguamento (Zimmerman 2014; Oliveira A 2022).

Com os conflitos envolvendo os Houthis ao norte e os movimentos separatistas que se organizavam ao sul[130], o Estado teve de lidar com dois grandes movimentos de oposição. Além disso, a crescente presença da Al-Qaeda no Iêmen representada pela AQAP (Al-Qaeda na Península Arábica) também corroborou para um aumento de instabilidades no território iemenita. Somada, ainda, a interferência saudita e iraniana, que tornavam o país progressiva e politicamente mais fragmentado (Albertine e Silva 2020; Oliveira A 2022).

Em um contexto econômico incerto por conta do aumento nos preços dos combustíveis, o movimento Houthi organizou protestos em massa com a exigência de preços menores e um novo governo, enquanto Hadi e seus apoiadores realizaram uma contra revolta (Robinson 2023). Assim, inconformados pelas decisões do governante e sua aproximação com o Ocidente e a Arábia Saudita, os Houthis atacaram a capital do país, Sanaa, assumindo o controle da região de Saada. Com isso, Hadi se viu forçado a fugir em março de 2015 (Oliveira A 2022).

A partir disso, os Houthis declararam guerra à Arábia Saudita, que começou uma coalizão militar envolvendo Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Bahrein, Sudão, Egito, Jordânia e Marrocos, e apoiada pelo Reino Unido, França e Estados Unidos da América. A coalizão dos Estados árabes realizou uma ofensiva contra o Iêmen

[130] Al-Hirak é como ficou conhecido o Movimento do Sul do Iêmen ou Movimento Separatista do Sul que lutava pela independência da República do Iêmen e autonomia do sul (Oliveira A 2022).

a fim de restabelecer o governo de Hadi e desfazer o domínio Houthi da região (Albertine e Silva 2020; Oliveira A 2022; BBC News 2023).

2.2.1 Houthis

Decorrente das crescentes tensões e instabilidades na província de Saada, em 2004, surge uma onda de rebeliões lideradas por Hussein al-Houthi, filho de um conhecido líder religioso zaidita. O grupo autor das revoltas já era conhecido na região pela fundação do al-Shabaab al-Mu'minin (Fórum da Juventude Crente) no final da década de 1980, cujos princípios eram pautados no renascimento religioso e cultural entre os xiitas Zaidi e na restauração da liderança islâmica Zaidita no Iêmen (Oliveira A 2022; Robinson 2023). O grupo Zaidita ganhou mais notoriedade a partir de 2002, quando em uma onda de protestos, os seguidores de Al-Houthi mostraram seu repúdio à influência ocidental no país e se opuseram ao alinhamento de Saleh aos Estados Unidos durante a invasão do Iraque sob o pretexto de "Guerra ao Terror". Com isso, surgiu o nome Ansar Allah (Partidários de Deus) (Oliveira A 2022; Day 2010; Ellwanger 2020; Machry 2016).

A partir disso, não demorou muito para que Ansar Allah entrasse em um confronto com o governo de Ali Abdullah Saleh, tendo como consequência a morte de Hussein al-Houthi e agravando ainda mais as reações com o chefe de Estado (Day 2010; Ellwanger 2020). Assim, durante os anos de 2004 e 2010, foram seis confrontos com as tropas do governo, o que levou muitos autores a usarem o termo "Guerras Houthis" ao se referirem àquele contexto (Machry 2016).

Em agosto de 2015, o grupo é expulso do Sul pela coalizão saudita que desembarca suas tropas na zona portuária de Aden. Entretanto, os Houthis permanecem ao norte do país e em Sanaa. Com isso, o governo é redirecionado para Aden, enquanto Hadi permanece em solo saudita (Robinson 2023; BBC News 2023). Os Houthis se aliam ao ex-presidente a fim de formar um "conselho político" para administrar a região dominada. Todavia, em 2017, Saleh rompe a aliança com os Houthis e transfere seu apoio para a coligação saudita, demandando uma cooperação de seus seguidores em prol da derrota do grupo xiita. Assim, Ali Abdullah Saleh é morto pelas forças Houthis e tem seus seguidores derrotados.

2.3 Rivalidade entre Irã e Arábia Saudita

A rivalidade entre os dois países se dá, sobretudo, por um conjunto de fatores construídos ao longo da história. Dentre os principais aspectos está a disputa por influência regional e a tensão entre as vertentes islâmicas sunitas e xiitas. A Arábia Saudita tem mostrado nas últimas décadas um importante papel de liderança no Golfo Pérsico-Arábico, destacando-se em organizações regionais como a Liga Árabe e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Além disso, a monarquia saudita, enriquecida pela produção petrolífera significativa e com uma grande capacidade de projeção de poder, conta com importantes alianças estratégicas e tem um papel essencial de financiador no Oriente Médio (Santos Pinto 2011; Carvalhaes 2021).

Arábia Saudita e Irã mantinham relações diplomáticas pacíficas até meados da década de 1970. Entretanto, a Revolução

Iraniana de 1979[131] alterou completamente a política externa do país e suas relações com o Ocidente. A Revolução Islâmica no Irã transformou o país em uma república teocrática governada pelo aiatolá Ruhollah Khomeini, com a derrubada da monarquia alinhada ao Ocidente, que era comandada pelo Xá Mohammad Reza Pahlevi (Carvalhaes 2021). A partir disso, desencadeou-se o início das tensões entre os países, uma vez que acirrou as disputas comerciais intrarregionais. "A exportação da ideologia da república passou a ser a prioridade da política externa de Teerã, ao passo que crescia a inimizade com Riad. Sendo assim, o poder e o status de líder regional da Arábia Saudita passou a ser questionado por Teerã" (Carvalhaes 2021, 11).

A política externa iraniana vista como mais radical por se opor ao Ocidente, principalmente aos Estados Unidos, colocou o país persa na posição de "Eixo do Mal" pelo governo Bush no início do século XXI. Enquanto isso, o país vem desenvolvendo maior ambição e autonomia e avança de forma significativa na busca por aliados no Golfo. Outro ponto crucial é a ascensão da capacidade tecnológica e militar iraniana, que favoreceu uma postura mais nacionalista e uma maior projeção de poder regional. Além disso, o Irã adotou uma postura de apoio e investimento às comunidades xiitas no Golfo, com o intuito de combater políticas expansionistas

[131] A Revolução Iraniana de 1979, também conhecida como Revolução Islâmica, foi um processo de transformação política com um caráter muito mais voltado para o fim do autoritarismo e da corrupção do que direcionado a um teor islâmico forte inicialmente, tendo sido motivado por revoltas e manifestações populares em um contexto de ocidentalização do país durante os anos de 1970. A ascensão das lideranças islâmicas se deu durante a guerra civil, transformando completamente as dinâmicas políticas do Oriente Médio (Coggiola e Souza 2019).

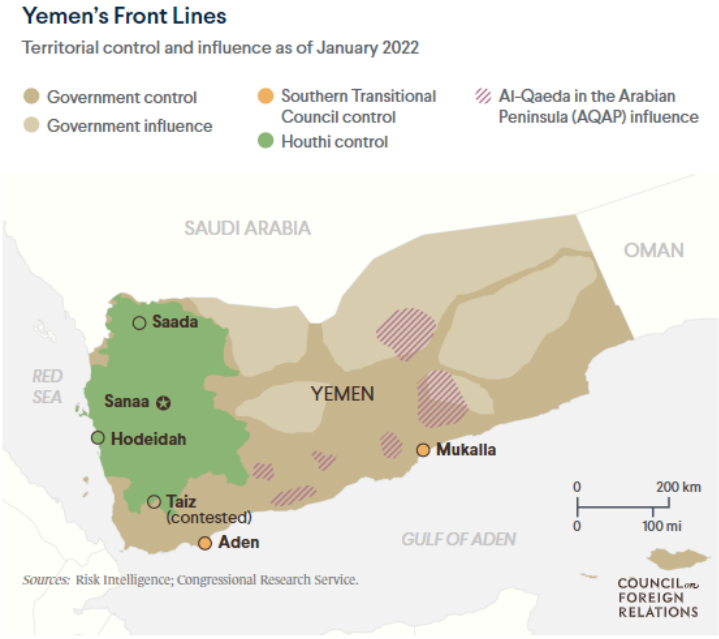
do adversário sunita e fortalecer a vertente pregada (Carvalhaes 2021).

A partir disso, as relações do Irã com o movimento Houthi são repletas de incertezas, pois o governo iraniano nega a existência de qualquer auxílio em armamento ao grupo durante a Guerra do Iêmen, apesar das acusações (Oliveira A 2022; BBC News 2023). Para a Arábia Saudita, entretanto, os Houthis são representantes do Irã dentro do território iemenita, justificando, assim, a intervenção militar de Riad (Robinson 2023).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A presente seção visa abordar as principais frentes que levaram ao cenário de conflito no Iêmen. Nesse sentido, será exposta uma divisão em cinco níveis de análise: a interferência externa, que busca explicitar como os países vizinhos percebem e atuam no conflito e como são afetados, e ainda a partir de quais circunstâncias a coalizão com o Ocidente é formada; a violação do Direito Internacional, em que será abordado como sua violação tem sido usada como instrumento para dar continuidade ao conflito; os desafios securitários, em que serão expostos os problemas estruturais do país e como a guerra possui impacto sobre eles; a crise humanitária e seu agravamento decorrente do conflito, bem como suas consequências para os civis dentro e fora do território; os obstáculos da resolução política, em que será ressaltado os principais aspectos que prolongam o conflito e dificultam a possibilidade de armistício.

Figura 1: As frentes e zonas de controle e influência no território iemenita



Fonte: (Robinson 2023)

3.1 Interferência Externa

A Primavera Árabe é o ponto histórico que abre caminho para a interferência externa no Estado iemenita, sendo a Operação Tempestade Decisiva o marco da intervenção estrangeira. Nesse sentido, salienta-se que a saída do então presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh, no final de 2011, pode ser traduzida como a insatisfação de alguns atores que procuravam um melhor posicionamento dentro da rede de poder no país (Oliveira V 2022).

> o caso da intervenção estrangeira é posto como o ápice da articulação entre certas elites internacionais e elites domésticas[132], as quais procuravam ascender ainda mais na política doméstica, sendo o uso da força seu último recurso para assegurar seus frágeis ganhos (Oliveira V 2022, 13).

A partir disso, pontua-se a rivalidade regional entre Arábia Saudita e Irã, sendo este conflito visto como a "Guerra Fria Árabe" (Oliveira V 2022), pois dirige os Estados Islâmicos a uma tensão geopolítica e ideológica. Dentro desse contexto, o conflito no Iêmen é um cenário que caracteriza essa rivalidade, enfatizado pela Operação Tempestade Decisiva como um de seus marcos históricos e geopolíticos. Em março de 2015 ocorreu uma operação realizada por um grupo de países árabes de orientação sunita que contou com o apoio logístico dos Estados Unidos e do Reino Unido; a operação denominada de Tempestade Decisiva era restrita a bombardeios aéreos e visava conter o avanço dos Houthis, bem como restabelecer o controle do espaço aéreo iemenita e, no limite, recompor o governo de Hadi na capital (Oliveira V 2022). Porém, a maneira como o processo de intervenção saudita ocorreu aponta algo que Lucas Tardelli (2013, 76) defende em sua tese de doutorado: "A intervenção foi resultado de uma articulação entre as elites estrangeiras, que decidiram intervir, e as elites domésticas, que possibilitaram e deram respaldo a essa intervenção."

> as disputas internas das elites iemenitas acabam fomentando uma dinâmica que se retroalimenta: ao

[132] No presente Guia de Estudos, os conceitos de elite doméstica e elite internacional são entendidos como um grupo dominante da sociedade, seja a doméstica ou internacional, que se organiza para o exercício do poder.

> mesmo tempo em que certos atores buscam apoio externo (seja financeiro, militar ou político) como meio de desequilibrar as forças a seu favor, os próprios atores estrangeiros também conseguem selecionar quais grupos internos apoiar para atingir seus próprios objetivos. Dessa forma, observamos uma espécie de comunhão de interesses e, a partir desse prisma, turva-se a divisão entre interno e externo, público e privado (Oliveira V 2022, 89).

3.1.1 Irã

A intervenção do Irã no Estado iemenita se apresenta como um apoio aos Houthis, uma vez que o Irã é acusado de fornecer armamento e apoio financeiro ao grupo. Contudo, as alegações são tidas como falsas pelo Estado iraniano, apesar de o cenário de conflito no Iêmen ter mostrado uma forte aliança entre os Houthis e o Irã. Nesse sentido, os atos de intervenção no Iêmen por parte do governo iraniano são vistos como ações estratégicas para expandir sua influência na região e, assim, contrabalançar a presença e influência da Arábia Saudita. A partir disso, ressalta-se mais uma vez que a rivalidade regional entre Arábia Saudita e Irã caracterizava uma "Guerra Fria Árabe", ao passo que o território do Iêmen é considerado palco de uma guerra indireta entre as duas nações. Além disso, avalia-se também que o território do Iêmen é estrategicamente importante por sua localização no estreito de Bab Al-Mandab, que liga o Mar Vermelho ao Golfo de Áden, pelo qual passa grande parte dos navios petroleiros do mundo. Ou seja, exercer poder e controle sobre o território iemenita é consolidar um poder regional (Duran 2021).

Ademais, a intervenção do Irã pode ser analisada a partir do cenário de Terceiro Mundo[133] em que ele se encontra inserido. No Terceiro Mundo, diante dos desafios que as elites enfrentam para legitimar-se internamente – seja pela falta de identificação com o governante e sociedade ou pela falta de representatividade estatal – tem-se a necessidade de buscar meios alternativos para fortalecer as relações Estado-sociedade. Nesse sentido, como as ações dos governantes no âmbito doméstico muitas vezes encontram-se limitadas, torna-se comum a adoção da política externa como instrumento de legitimidade (Munareto 2016). Assim como argumenta Christopher Clapham:

> O que torna a política do Terceiro Mundo distinta dos demais países não é a natureza dos povos e políticos que nela participam, mas a natureza das circunstâncias em que eles se encontram. A principal característica que condiciona as políticas dos países de Terceiro Mundo é sua posição periférica na política internacional, fazendo com que os atributos de subdesenvolvimento econômico e social influenciem o seu comportamento no Sistema Internacional (Clapham 1985, 1).

[133] Isto não significa afirmar que a política externa seja utilizada como ferramenta de legitimação do governo apenas em países do Terceiro Mundo, ao contrário, grandes potências também se utilizam deste mecanismo (com a promoção de guerras e fortalecimento da identidade nacional, por exemplo). Contudo, no Terceiro Mundo esta dinâmica torna-se ainda mais evidente, uma vez que as ferramentas disponíveis as elites políticas nesses países são mais escassas. (Munerato 2016)

3.1.2 Arábia Saudita, Emirados Árabes e Egito

Apesar da interferência saudita no conflito, o país já dedicava certa atenção ao vizinho desde antes de sua unificação, devido ao temor de que as instabilidades e tensões repercutissem em seu território. Em 1991, depois do conflito e da unificação ainda havia tensões entre Riad e Sanaa, que se apaziguaram apenas em 2000 com a assinatura de um acordo fronteiriço. Com a eclosão do conflito no Iêmen, a preocupação da Arábia Saudita com uma guerra em um país vizinho populoso e o fato de ser o principal país afetado pela crise gerada na região que não o próprio Iêmen, levou a criação de uma coalizão sob a liderança saudita a fim de lidar com a situação (Spohr 2015). "Além disso, sua percepção do conflito como parte de sua rivalidade com o Irã aumenta a necessidade de assertividade na condução da questão" (Al-Batati e Galdston 2015). A partir da forte campanha aérea e das sucessivas operações terrestres lideradas por tropas sauditas e de demais países da coalizão, acreditava-se que haveria um recuo do Movimento Houthi para o leste, desocupando Sanaa e permitindo o retorno de Hadi ao país e a pacificação da fronteira sul da Arábia Saudita (Al Jazeera 2022).

Quanto aos Emirados Árabes, tiveram sua presença militar afetada em 2018, quando ataques Houthis contra forças apoiadas pelo país ocorreram durante a luta pelo controle da cidade portuária de Hodeidah, importante zona ligada ao Mar Vermelho e controlada pelo grupo. Fazendo parte importante da coalizão saudita, os EAU diminuíram de maneira significativa sua presença militar no Iêmen a partir de 2019, evitando o confronto direto com os Houthis desde o ocorrido de 2018, ainda que projetassem poder através das grandes

forças locais por eles financiadas e armadas, as chamadas Forças Conjuntas do Iêmen (Al Jazeera 2022).

Entretanto, em janeiro de 2022 a situação mudou quando os Houthis afirmaram ter apreendido um navio que transportava suprimentos militares com a bandeira dos EAU no Mar Vermelho. Mais tarde houve um ataque de drone a Abu Dhabi, reivindicado pelos Houthis, além de um ataque ao aeroporto internacional da cidade. Não demorou para que a coalizão liderada pela Arábia Saudita retaliasse com ataques aéreos. Todavia, alguns dos ataques atingiram infraestruturas importantes no Iêmen, como hospitais, aeroportos, instalações de abastecimento de água e de telecomunicações e uma escola. Assim, enquanto a coalizão acabava afetando civis e estruturas essenciais para sua sobrevivência, os Houthis intensificaram seus ataques a Abu Dhabi e Dubai, gerando crescente preocupação para o governo dos EAU (Al Jazeera 2022). Com isso, James Farwell, pesquisador do The Middle East Institute afirma que a escalada do conflito pode torná-lo mais mortal pelo aumento do nível de periculosidade das armas utilizadas e apresenta as condições necessárias para o fim do conflito.

> Os Houthis estão tentando pressionar a coalizão Saudita-Emirados Árabes Unidos para que as coisas cheguem a um desfecho favorável. A única maneira de este conflito ser resolvido é se os sauditas, os Emirados e os Houthis se sentarem diretamente juntos e resolverem as coisas (Farwell 2022).

O Egito, por sua vez, passou a se envolver no conflito a partir de 2015 com a preocupação a respeito do avanço da

influência iraniana no Golfo Pérsico-Arábico e da ameaça que os Houthis representavam à segurança marítima do Mar Vermelho, participando da coalizão da Arábia Saudita. O Egito teve uma participação cautelosa devido aos gastos elevados que despendeu no envolvimento com a guerra civil iemenita da década de 1960, ainda que os Estados Unidos tenham fornecido apoio às forças egípcias no conflito atual (Trager 2015).

> Da perspectiva do Egito, o controle Houthi da cidade costeira do sudoeste ameaça o tráfego marítimo em Bab al-Mandab, o estreito que liga o Mar Vermelho ao Golfo de Aden. Cairo teme que os Houthis possam ameaçar o tráfego do Canal de Suez, que tem sido uma das fontes de receitas mais confiáveis do governo egípcio (Trager 2015).

3.1.3 Estados Unidos, França e Reino Unido

A respeito da interferência externa, é necessário levar em consideração as intervenções ocidentais no conflito do Iêmen. A partir da análise da atuação dos Estados Unidos, reconhecido por sua política externa intervencionista, é possível observar o país se utilizando da guerra do Iêmen como pretexto para expandir sua primazia no sistema internacional vigente (Guimarães 2002). Nesse sentido, os EUA, bem como Reino Unido e França, têm relação com o escalonamento drástico do conflito em março de 2015, quando a Arábia Saudita e outros oito países árabes, principalmente sunitas – apoiados pelo Ocidente – fizeram ataques aéreos contra os Houthis

com o objetivo declarado de restaurar o governo de Hadi (BBC News 2018).

Contudo, os mesmos países que apoiaram a coalizão saudita, e consequentemente contribuíram para o agravamento do conflito, passaram a apoiar o Iêmen do ponto de vista humanitário. Ao observar os impactos da guerra do Iêmen, o governo dos Estados Unidos, em 2021, depois de uma série de pressões impostas por organizações internacionais, se comprometeu a encerrar a venda de armas aos sauditas (CNN 2021). Entretanto, meses depois, o Governo Biden voltou atrás no discurso humanitário e os Estados Unidos retomaram a venda de armas à Arábia Saudita. (Neves 2021).

Além disso, existe o debate acerca da cumplicidade dos EUA, França e Reino Unido nos crimes de guerra cometidos no Iêmen. Esses mesmos atores, bem como a União Europeia, associados às organizações internacionais, têm prestado apoio, sobretudo financeiro, para amenizar a crise humanitária no Iêmen (Al Jazeera 2019; União Europeia 2020).

3.2 Violação ao Direito Internacional

O conceito de Direito Internacional data do Tratado de Westfália[134], 1648, em que é marcado na história o reconhecimento dos Estados como soberanos e iguais entre si. A partir dessa data, o Tratado de Westfália torna-se fonte social do direito internacional, fundado na soberania dos Estados, anunciando seu legado na contemporaneidade. Desse modo, no presente século, o direito

[134] Westfália é a celebração de dois tratados, o Tratado de Munster e o Tratado de Osnabruck, os quais puseram fim à chamada "Guerra dos Trinta Anos", sendo este o ponto de partida do Direito Internacional.

internacional é aquele que deve garantir o direito de todos os Estados, abarcando desde o respeito à soberania até normas que estabeleçam o direito internacional humanitário[135] (Mazzuoli 2019). Nesse sentido, o quadro de conflito no Iêmen se traduz como um desrespeito à soberania do Estado Iemenita, que se encontra em uma crise humanitária propagada por uma guerra que viola o direito humanitário (Oliveira V 2022).

3.2.1 Desrespeito à soberania estatal

A Operação Tempestade Decisiva é um dos pontos que marcam o desrespeito à soberania do Estado do Iêmen. Em termos legais, a intervenção militar procurava se justificar por meio de dois argumentos diferentes. Primeiro, no princípio da legítima defesa, por conta de ataques aéreos que a Arábia Saudita teria sofrido por parte dos Houthis, em 2009, além do risco que o grupo proporcionava por ser atuante na fronteira porosa entre Arábia Saudita e Iêmen. Em sua carta para o CCG, Hadi invocou o artigo 51 da carta das Nações Unidas, que permite o uso da violência em resposta à agressão. Na carta, Hadi ainda alega que os Houthis estariam recebendo ajuda externa do Irã, o que justificaria uma solução de legítima defesa coletiva para garantir a estabilidade regional (Ruys e Ferro 2016). Em segundo lugar, a própria carta de Hadi e o pedido de intervenção também foram usados para dar respaldo legal à interferência. O artigo 2, parágrafo 4 da carta da ONU proíbe toda e qualquer força militar transfronteiriça. Porém, se o Estado solicitar que a força seja usada por Estados aliados em seu

[135] O Direito Internacional Humanitário estabelece as normas de um conflito armado.

território, dificilmente se poderia dizer que estas forças são contra a "integridade territorial ou independência política" desse país (Ruys e Ferro 2016.)

Por outro lado, em realidade, têm-se uma decisão de intervenção que é apoiada por um movimento de coalizão que defende o estabelecimento do governo de Hadi, tornando-se o braço armado do processo que visa assegurar a continuidade de escolha de qual elite estaria apta a governar, iniciando-se desde a própria formação do governo provisório a seleção de quais elites teriam participação da discussão política do país. Nesse sentido, observa-se a segregação e exclusão de muitos grupos da sociedade iemenita e, portanto, a postergação da realidade material em que se encontra esta sociedade (Hill 2017).

3.2.2 Crimes de Guerra

As Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais compõem o núcleo do Direito Internacional Humanitário, que regula a condução dos conflitos armados, buscando limitar os seus efeitos sobre a população. O artigo 3º, comum às quatro Convenções, determina, de modo geral, a proibição de violação aos direitos humanos básicos no contexto de guerra, condenando especialmente os assassinatos, diferentes tipos de torturas, tomada de reféns e julgamentos parciais (CICV 2010).

De acordo com o Parlamento Europeu (2021), desde 2004 os Houthis violam os direitos humanos e cometem severos crimes de guerra; entre as violações estão os sequestros, a tortura de prisioneiros, bombardeamentos contra civis e violência sexual contra as mulheres. Por outro lado, investigações da ONU apontam

violações de ambas as partes do conflito, seja dos governos do Iêmen, dos Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, bem como dos Houthis. Até mesmo os países europeus – Reino Unido e França –, juntamente com os Estados Unidos são apontadas ao lado dos árabes como cúmplices ao armar e fornecer apoio de inteligência e logística à coalizão liderada pelos sauditas, que deixa civis passarem fome como tática de guerra, bem como expõe indivíduos à tortura, ao estupro, à detenção arbitrária e forçada e ao recrutamento de menores. (ONU 2019; Al Jazeera 2019).

3.3 Desafios securitários

O Iêmen enfrenta diversos desafios decorrentes de uma série de problemas estruturais; na presente seção serão abordados os impactos da guerra sobre a estrutura do país para entendimento do contexto em que se deu a crise humanitária que o assola. Nesse sentido, percebe-se que o conflito não aumenta apenas os níveis de violência, mas também causa danos significativos à infraestrutura essencial do Iêmen, ou seja, a guerra tem impacto sobre toda a população (Ecke 2023).

> "O conflito armado prejudica as sociedades e o desenvolvimento de maneiras óbvias, inclusive matando combatentes e civis e danificando a infraestrutura. Mas também impacta o desenvolvimento de forma indireta, potencialmente deixando danos duradouros ao desenvolvimento humano e social e potencialmente superando os impactos diretos. (Moyer et al. 2019, 20)."

Dada a ineficácia de soluções de mediação do conflito, o país permanece preso em um ciclo interminável de instabilidade e

insegurança. Com isso, a pobreza extrema, a instabilidade política e a divisão social emergem como fatores incontornáveis (Ecke 2023).

3.3.1 Controle militar sobre as reservas de petróleo

A província de Shabwa, no Iêmen, teve as primeiras reservas de petróleo comercialmente viáveis descobertas em 1987, quando ainda pertencia ao Iêmen do Sul. Com a unificação, houve o recrutamento de corporações estrangeiras para a formulação do plano de desenvolvimento da indústria petrolífera no país. Com isso, empresas estrangeiras e estatais exploraram novos poços petrolíferos e expandiram mais a produção, tendo seu auge em 2010 (Ibrahim e Coombs 2023).

O contexto de guerra sufocou a produção de energia do país, fechando a refinaria de Áden e danificando a sua infraestrutura. "A produção de petróleo do Iêmen entrou em colapso desde 2015, quando a coligação militar árabe interveio numa guerra para tentar devolver o governo de Hadi ao poder" (Arab News 2020). Por conta disso, as exportações foram suspensas em 2014 e voltaram apenas em 2018. Contudo, em 2022 houve novamente a suspensão das exportações devido aos ataques de drones Houthis, que tinham como alvo os terminais de exportação de petróleo em Shabwa e Hadramawt. O embargo Houthi sobre as exportações de hidrocarbonetos corroborou para um agravamento nas condições econômicas do país (Ibrahim e Coombs 2023).

No ano de 2020, o governo de Hadi tinha sob controle as áreas leste e sul do território iemenita, onde estão localizados os campos de petróleo e gás do país. Porém, os Houthis controlam o terminal petrolífero de Ras Issa, no Mar Vermelho. Ainda que

existam esforços para contornar este problema e aumentar a capacidade de produção e circulação de petróleo e gás no Iêmen, o controle Houthi da área é um grande problema (Arab News 2020). Outro problema alarmante para o Iêmen é a possibilidade de desvio de petróleo por parte da Arábia Saudita e aliados (Saudi Leaks 2021).

3.3.2 Contrabando de armas

No decorrer do conflito, acusações foram levantadas pelo Ocidente em relação ao auxílio do Irã ao Ansar Allah com armamento bélico que, em alguns casos, constataram–se verdadeiras. Como o caso de 23 de janeiro de 2013, em que o navio Jihan 1 foi interceptado na costa iemenita carregando foguetes, sistemas de radar, mísseis antiaéreos chineses e toneladas de explosivos RDX. Tais medidas tomadas pelo Irã ao longo da guerra violam resoluções como a 1747 do Conselho de Segurança da ONU de 2007, que determina as proibições e limitações do Irã em relação à venda e à distribuição de armamento. No entanto, vários indícios de violações do Irã continuaram a aparecer, como navios interceptados onde encontravam-se RPGs produzidos no Irã, rifles de precisão que podem ter sido tirados dos estoques nacionais iranianos, mísseis antitanque guiados russos e iranianos, dentre outros armamentos (Knights 2016).

Ainda que os Estados Unidos e os países europeus envolvidos acusem o investimento iraniano nos Houthis dentro do conflito, o Irã nega tais acusações. Além disso, alguns pesquisadores, como Farea Al-Muslimi, apontam a corrupção e a obtenção de armamento através do mercado negro como mais significativas do que qualquer tipo de financiamento vindo do Irã.

Colocando a narrativa do fornecimento massivo de recursos bélicos como uma espécie de agenda de política externa de Teerã como algo menos plausível (Al-Muslimi 2017).

Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, as principais rotas de tráfico de armas na região são pela fronteira terrestre de Omã, pelo Mar Arábico e pelo Mar Vermelho, exigindo a existência de uma guarda costeira fortificada para impedir fluxos ilícitos de mercadoria bélica e um forte controle de fronteira. Contudo, como parte do território é controlada pelos Houthis, o acesso aos armamentos é facilitado, assim como o controle da costa do Mar Vermelho, região central dos recentes confrontos entre os Houthis e os Estados Unidos (UNODC 2024).

3.4 Crise humanitária

A crise humanitária iemenita, que segundo dados das Nações Unidas é a pior do mundo, é outro ponto a ser explorado para o entendimento do problema enfrentado pelo país há cerca de nove anos. O Iêmen tem vivido um conflito generalizado, deixando mais de dois terços de sua população (21.6 milhões de pessoas) necessitada de auxílio humanitário. A maioria dos que precisam de assistência são mulheres e crianças (Human Right Watch 2024). Milhões de iemenitas foram obrigados a fugir de suas casas para proteger suas vidas diante do conflito (Albertini e Silva 2020). Nesse sentido, a crise dos refugiados e o agravamento das condições precárias de saúde com a pandemia de COVID-19 compreendem os dois principais fatores a serem explorados na presente seção.

3.4.1 Crise dos Refugiados

A coalizão saudita prejudicou estruturas de comunicação, saúde, alimentação e abastecimento de água, principalmente com campanhas pesadas contra os Houthis por meio de ataques aéreos e o uso de mísseis. Já os Houthis e o próprio governo impõem diversas restrições a organizações humanitárias e projetos de assistência, atrasando o acesso a auxílio e agravando a situação de vulnerabilidade dos cidadãos (Al Jazeera 2022; Human Rights Watch 2024). Outro problema enfrentado na guerra são as minas terrestres restantes de explosivos deixados para trás, tendo como principais vítimas as crianças, que representam mais de 11 milhões dos afetados pela crise e problemas como falta de assistência médica, evasão escolar e insegurança alimentar grave (Unicef 2023; Save the Children 2023; Human Rights Watch 2023).

> O uso de minas pelas forças Houthi em áreas que contêm objetos críticos para a sobrevivência, incluindo terras agrícolas, fontes de água e infraestrutura hídrica, exacerbou a crise humanitária e contribuiu para a fome de civis (Human Rights Watch 2024; Mwatana for Human Rights 2023).

As condições daqueles que tentam migrar ou que se deslocam internamente também alarmam as Nações Unidas. Segundo dados de 2024 do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mais de 4,5 milhões de iemenitas continuam deslocados internamente, sendo, na maioria dos casos, deslocados diversas vezes ao longo dos anos de guerra. A partir disso, o Iêmen continua entre os seis maiores deslocamentos internos do mundo (UNHCR 2024).

Isso se deve ao fato de o Iêmen ser um país de trânsito muito importante para a parcela de pessoas que tentam chegar à Arábia Saudita e ao Omã. Mesmo que o conflito, a crise humanitária e as condições de instabilidade política afetem toda a população civil presente no Iêmen, os migrantes, refugiados e requerentes de asilo são os grupos mais marginalizados e em pior situação de vulnerabilidade do país. Eles sofrem com assistência médica limitada, condições de insalubridade e superlotação das moradias, dificuldade de acesso à proteção jurídica, e abusos envolvendo trabalho forçado e violência de gênero. Além disso, com exceção da situação dos somalis, que estão categorizados como refugiados pelo estatuto, as populações provenientes de outros países são consideradas migrantes ilegais ou requerentes de asilo, o que acarreta em piores consequências para esses grupos (Intersos 2024).

Quanto à população iemenita que busca fugir da violência saindo do país e migrando para outras regiões, países do norte da África são os mais procurados, como Somália, Djibuti, Etiópia, Somalilândia, Egito, mas também a Jordânia, no Golfo Pérsico-Arábico, onde estão a maioria dos refugiados iemenitas. Ainda que o ACNUR contribua com a emissão de documentos de refugiados para essas populações, a assistência e o acesso aos direitos e serviços garantidos pelo direito humanitário ainda é desigual entre os migrantes. Outro ponto a salientar é que os Estados Unidos e países europeus, muitos deles signatários da Convenção dos Refugiados de 1951, negam a recepção de refugiados do Iêmen. "Embora o seu tratamento varie de país para país, os iemenitas deslocados contatados por ativistas comunitários geralmente descrevem a resposta humanitária internacional e o trabalho do ACNUR como insuficientes" (Al-Absi 2022).

3.4.2 COVID-19

A pandemia de COVID-19 representou um agravamento da crise humanitária no Iêmen. No dia 10 de abril de 2020 foi confirmado o primeiro caso da doença no país, já fragilizado pela guerra civil e por um sistema de saúde cuja capacidade operava em cerca de 50%, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. Até a metade de 2022 foram registrados cerca de 11 mil casos de infecções pelo Coronavírus, e mais de 2 mil mortes, segundo a Reuters. O país, que tem cerca de 33 milhões de habitantes, enfrenta uma série de desafios, consequência direta ou indireta da guerra, vide a reemergência de doenças como cólera e dengue, a fome e a falta de acesso à água (Lootsma 2020).

O principal ponto da crise humanitária no Iêmen é o conflito armado, mas a consequente deterioração da economia também teve um impacto direto nas condições de vida, saúde e acesso da população a tratamentos essenciais (ACNUR 2021). Com a alta nos preços dos alimentos e dos combustíveis, muitas famílias não têm condições de se alimentar ou se deslocar até instalações de saúde (Médicos Sem Fronteiras 2022). A partir disso, pode-se pensar a respeito da dificuldade de coletar dados estatísticos específicos, além da quantidade de óbitos pelo Coronavírus que acabaram não entrando no balanço oficial.

3.5 Obstáculos da resolução política

Entre os principais obstáculos para uma resolução política está a revolta dos Houthis. Ao tentar erradicar essa parcela de sua população, o governo iemenita limitou as possibilidades de diálogo

e negociação em vias de paz, sobretudo por temer uma insurreição sem escalas, em virtude dos respectivos ideais religiosos e ideológicos do grupo, o que de fato ocorreu, como aponta Salmoni, Loidolt e Wells (2010). Desse modo, a marginalização política frente aos Houthis levou-os a dispensar o diálogo, ocasionando a revolta. Os Houthis são uma seção marginalizada na política iemenita, não obtendo a ajuda adequada do governo, além de temerem a frente sunita; assim, anunciaram parte do conflito do Iêmen, sob apoio do Irã (Ahmed 2019). Dentro desse contexto, a atual guerra civil no Iêmen é, entre tantas coisas, a continuidade de um conflito de longa data entre o governo e os grupos politicamente marginalizados (Orkabk 2017).

Assim, ressalta-se que a tribo é a principal unidade social do Iêmen, no entanto, os iemenitas acham difícil, principalmente em áreas tribais, aceitar o conceito de Estado Soberano. Para eles, não há conexão entre sua identidade nacional e um Estado que afirma representar essa identidade. Nesse sentido, afirmam que o Estado é mero sinônimo de elite política, que detém poder sobre o Iêmen em detrimento do país. A desconfiança profundamente enraizada nas tribos em relação às intenções e ações do Estado recebeu pouca atenção do governo (Manea 1996). A partir disso, identifica-se que esse deslocamento entre identidade tribal e Estado nacional facilita a interferência de atores externos, uma vez que estas tribos não se sentem necessariamente pressionadas a serem leais ao governo central iemenita (Manea 1996). Posto isso, revela-se que nas relações tribo-Estado, as tribos nunca hesitaram em aceitar pagamentos paralelos dos sauditas. Para eles, há uma forte convicção de que são livres em suas decisões e alianças. Logo, as tribos podem apoiar o Estado iemenita ou optar por ter relações com os sauditas. De

qualquer forma, não havia preferências pré-determinadas, porque o senso de obrigação política ou fidelidade ao Estado não estava totalmente desenvolvido (Manea 1996). Além disso, salienta-se que os Houthis não poderiam ter se desenvolvido em grande força militar e política sem o envolvimento das tribos. Portanto, a relação dos Houthis com as tribos locais e a extensão em que as tribos os apoiaram ou se opuseram a eles são relevantes (Lackner 2017).

3.5.1 Questões de âmbito doméstico

Para que o país consiga se restabelecer, é necessário um cessar-fogo entre os envolvidos em todas as frentes do conflito. Além disso, é importante que seja estabelecido um acordo com os Houthis, que tem pressionado os aliados da coalizão para tal, especialmente a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. Pensando como possíveis desdobramentos a retomada da capital, coexistência pacífica ou disponibilizar território para o grupo como maneira de apaziguamento, sendo a primeira opção demorada, a segunda opção insustentável a longo prazo e a terceira, extremamente custosa e desestabilizadora para a região (Aljazeera 2022; Nagi 2023).

Ainda, o Iêmen precisa se desenvolver economicamente para melhorar a infraestrutura e recompor o que foi destruído pela guerra. Considerando, também, que com a guerra, o país foi dividido em cinco zonas de controle político e militar em 2020, o que contribuiu para uma maior dificuldade no transporte de mercadorias e pessoas. Além de questões econômicas graves nas áreas não dominadas pelos Houthis como a desvalorização da moeda local (rial) em relação ao dólar e o drástico aumento do preço dos alimentos básicos (International Crisis Group 2024).

Entretanto, ao mesmo tempo em que o país precisa de autonomia e uma diminuição na interferência externa para se desenvolver e se consolidar politicamente, também precisa de auxílio externo emergencial para superar a crise humanitária que assola sua população. Outro desafio para o Iêmen é o dilema entre investir na produção e exportação petrolífera como uma maneira de melhorar a economia do Estado e investir na reconstrução de estruturas essenciais para a população, como escolas, hospitais e infraestrutura urbana, como abastecimento de água e energia, segurança pública e transporte (Ibrahim e Coombs 2023; Dashela 2023).

3.5.2 Questões de âmbito internacional

No que se refere ao âmbito internacional, o Iêmen enfrenta diversas dificuldades, reflexos da fragilidade em que se encontra o país. Nesse sentido, é dado como exemplo a piora da situação do Iêmen no período posterior à intervenção estrangeira, segundo dados divulgados no início de 2019 pelo Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA). Entre o ano imediatamente anterior ao início da intervenção (2014) até a publicação do relatório (2019), houve um aumento de 63,9% do número de pessoas que precisam de ajuda humanitária urgente. No momento da publicação do relatório, dos 30,5 milhões de habitantes do país, 24.1 milhões precisavam de ajuda humanitária imediata (Oliveira V 2022). Dentro desse contexto, avalia-se que a crise humanitária e o conflito no país fazem com que ele enfrente diversos desafios de segurança regional e nacional que refletem no sistema internacional, ao passo que as questões de segurança

repercutem nas fronteiras e permeiam um alerta às potências regionais e internacionais. Além disso, a presença de grupos terroristas como a Al-Qaeda na Península Arábica (AQAP) é de grande alarde para a comunidade internacional. Por sua vez, as ações coordenadas das forças armadas iemenitas e dos Estados Unidos, sobretudo por meio de drones, já levaram a importantes avanços militares contra a AQAP no sul do país (Espinosa 2017).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

O objetivo desta seção é apresentar as ações anteriores que visavam a mediação do conflito. Nesse sentido, o presente tópico irá analisar o papel desempenhado pela OCI, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Conselho de Cooperação do Golfo, o Parlamento Europeu e outras organizações e acordos que buscavam delinear as possibilidades de resolução do conflito.

4.1 OCI

Desde os primeiros anos do conflito no território ieminita, a Organização de Cooperação Islâmica demonstrou seu apoio em favor do governo Hadi no Yemen, declarando ilegítimo o esforço Houthi na reorganização do território do país (OCI 2016). Por vezes, a OCI condenou publicamente os ataques do grupo contra a Arábia Saudita, declarando apoio ao país líder da coalizão responsável pela intervenção no Iêmen (OCI 2016, 2018). Há, cada vez mais, um esforço da Organização de Cooperação Islâmica na adoção de um posicionamento alinhado com a Organização das Nações Unidas (ONU) e com o Conselho de Cooperação do Golfo, os quais

reconhecem os Houthis como grupo terrorista (AA 2022). Além disso, a organização defende a adoção de um caminho em direção à paz no Iêmen, preocupando-se com a adoção de medidas de apoio humanitário no território ieminita por meio da mobilização dos países membros em favor dessa causa. (OCI 2016, 2017, 2022, 2023)

4.2 Conselho de Segurança das Nações Unidas

O conflito no Iêmen apresenta-se como um dos maiores e mais graves conflitos da atualidade, alcançando proporções preocupantes e ameaçando alguns princípios basilares do direito internacional. Apesar da situação humanitária no país ser uma das mais severas do mundo, o conflito é tratado como uma "guerra esquecida" em razão de sua pouca visibilidade internacional (Bezerra 2019). Por outro lado, as Nações Unidas (ONU), através do Conselho de Segurança (CSNU), tentam uma resolução pacífica do conflito. Dentro desse contexto, a necessidade de lidar com os efeitos nocivos à comunidade internacional e a falta de respeito aos direitos humanos, traz ao Conselho de Segurança a prerrogativa de agir de modo efetivo em nome dos Estados que o compõem (Medzihorsky, Popovic e Jenne 2017).

A partir deste cenário, analisa-se que uma das primeiras medidas tomadas pelo CSNU foi o reconhecimento de Hadi como governante legítimo do Iêmen, e, por isso, as Nações Unidas condenam o exercício de poder dos Houthis em território ieminita. Desse modo, a ONU promove apoio aos processos de diálogo nacional estabelecidos pelo Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Nesse sentido, em 2011 foi apresentado o Mecanismo de

Implementação[136], que seria um instrumento de transição política ao designar Hadi como mediador entre as coalizões governamentais e como agente de oposição para estabilizar o quadro conflituoso que comprometia a integridade do país. Assim, o Mecanismo de Implementação previa eleições nacionais antecipadas e a formação de um governo de união nacional com divisão equitativa de assentos (Republic of Yemen 2011).

Ademais, a resolução nº 2216, adotada pelo Conselho de Segurança, no encontro nº 7426, em 14 de abril de 2015, institui embargo de armas contra indivíduos envolvidos em atos de ameaça à paz, à segurança ou à estabilidade no Iêmen (Bezerra 2019). Desse modo, o CSNU, atuando sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas[137], exigiu que todas as partes iemenitas, em particular os Houthis, evitassem novas ações unilaterais que pudessem prejudicar a transição política no Iêmen. Exigiu, ainda, que os Houthis, de forma imediata e incondicional acabassem com o uso da violência; retirassem suas forças de todas as áreas que eles capturaram, incluindo Sanaa[138]; abandonassem todas as armas adicionais apreendidas de instituições militares e de segurança, incluindo sistemas de mísseis; cessassem todas as ações que estivessem exclusivamente dentro da autoridade do governo legítimo do Iêmen; e se abstivessem de qualquer provocação ou ameaça aos Estados vizinhos, em especial à Arábia Saudita, inclusive através de

[136] Traduzido de Implementation Mechanism (Nações Unidas 2015). Documento elaborado em novembro de 2011, após a assinatura da ICCG, estipulando ferramentas para a transição política no Iêmen. Tal documento substituiu os arranjos legais e constitucionais durante o processo de transição, estipulando datas eleitorais e poderes constitucionais provisórios às partes envolvidas, tanto da oposição, quanto da situação (Iêmen 2011).

[137] Ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão.

[138] Capital e maior cidade do Iêmen, localizada ao norte do país.

aquisição de mísseis de superfície e do armazenamento de armas em qualquer território fronteiriço de um Estado vizinho (Bezerra 2019). Porém, salienta-se que as resolução não obtiveram respostas significativas por parte dos Houthis. Por fim, destaca-se no Conselho de Segurança das Nações Unidas que os Houthis propagam grande dano à integridade nacional do Iêmen e de suas nações vizinhas (Bezerra 2019).

4.3 Conselho de Cooperação do Golfo

O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), aliança política e econômica composta pelos 6 países ricos em petróleo na região do golfo arábico - Bahrain, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos - está presente na guerra no Iêmen desde o surgimento da Guerra Civil no país, em 2011. A transferência do poder de Ali Abdullah Saleh para seu vice-presidente, Abd Rabbuh Mansur Hadi, deu-se em 2011, com a assinatura de Saleh em um acordo intermediado pelo Conselho de Cooperação do Golfo (Robinson 2023). Após o ocorrido, o CCG não obteve sucesso nos esforços empreendidos como um moderador da crise envolvendo os Houthis. O Conselho tentou de diferentes formas propor soluções diplomáticas para o conflito, como a construção da Conferência do Diálogo Nacional em 2013-2014 (Nações Unidas 2014). No entanto, com a intervenção liderada pela Arábia Saudita em 2015, apoiada pelos membros do CCG e demais agentes externos, a organização passou a adotar uma postura mais militarizada e de combate e desarmamento total dos grupos insurgentes no território ieminita.

4.4 Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu (PE) é o poder legislativo da União Europeia, e, tendo em vista a forma como o conflito no Iêmen têm refletido em âmbito internacional, põe-se em análise as ações da União Europeia em relação ao cenário ieminita. Nesse sentido, destaca-se que no Conselho de 7 de julho de 2016 sobre a 71ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Parlamento Europeu salientou a necessidade de uma ação humanitária coordenada sob a liderança da ONU ao solicitar uma pausa humanitária para permitir a entrega de assistência vital. Além disso, o Parlamento Europeu pontuou a urgência de uma investigação imparcial e independente sobre todas as alegadas violações do direito internacional dos direitos humanos e do direito humanitário internacional, e enfatizou uma política de aproximação entre a Arábia Saudita e o Irã para reduzir as tensões regionais. Dentro desse contexto, o Parlamento Europeu também requereu um embargo de armas da União Europeia à Arábia Saudita, ao entender que a nação saudita é responsável pela maior parte da destruição da infraestrutura civil do Iêmen (Parlamento Europeu 2016).

4.5 Outros Documentos e Acordos

4.5.1. ACNUR

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados tem desempenhado um papel crucial desde o início do conflito no Iêmen em 2015, especialmente por estar entre as crises humanitárias mais graves da atualidade. Dentre as principais medidas tomadas

estão a proteção de deslocados internos com a implementação de sistemas de registro e documentação para que essas populações consigam se identificar e acessar serviços de assistência e ter seus direitos protegidos. Além disso, o ACNUR tem trabalhado para fornecer abrigos de emergência e ajuda humanitária com kits de higiene e necessidade básica para as famílias no país, tendo a segurança alimentar como uma das prioridades. Entre outras ações importantes realizadas pela organização estão o apoio psicossocial para famílias, principalmente visando a proteção de crianças, a implementação de unidades de saúde móveis para aumentar o acesso em áreas mais vulneráveis com parcerias com a OMS, além de projetos com o intuito de melhorar o acesso à água potável e ao saneamento básico. Vale ressaltar, também, o papel da organização na educação de crianças e jovens iemenitas afetados pelo conflito com a adoção de escolas temporárias e capacitação de profissionais especializados (UNHCR Global Focus 2024, UNHCR Yemen 2024).

4.5.2. UNODC

O Escritório das Nações Unidades sobre Drogas e Crime trabalha principalmente com questões voltadas ao tráfico de drogas e armas, ao crime organizado e ao terrorismo, tópicos de destaque dentro do conflito do Iêmen. A Convenção de Palermo de 2000, contra a criminalidade organizada transnacional, está entre as convenções mais importantes do UNODC por desempenhar um papel importante na promoção da cooperação internacional e de medidas de prevenção e controle. Nela constam três protocolos adicionais essenciais: um relacionado ao tráfico de pessoas, outro especificamente relacionado ao tráfico de migrantes e, por fim, um

contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo (UNODC 2000).

Ainda que o Escritório não tenha nenhuma resolução específica direcionada para o conflito no Iêmen até o momento, ele tem produzido estudos, relatórios e programas de prevenção muito importantes. Um exemplo é o relatório de 2024 sobre tráfico de armas no Golfo de Aden e no Mar Vermelho. Este relatório traz um levantamento do fluxo de armamentos na região nos últimos oito anos, denuncia a necessidade de fortalecimento fronteiriço de países como o Omã e aponta para a necessidade de cooperação em prol da segurança. Vale ressaltar que os Houthis adquirem poderio bélico, muitas vezes, através desse comércio ilícito, mesmo que haja acusações de forte envolvimento e financiamento do Irã por parte de alguns países do Golfo (UNODC 2024).

Além disso, o UNODC tem fornecido treinamento especializado contra o terrorismo e a promoção do desmantelamento de redes de crime organizado na região. Outro ponto essencial é o uso da tecnologia para o monitoramento de atividades ilegais, como drones e sistemas avançados de rastreamento, apesar dos inúmeros desafios enfrentados pela organização, como dificuldade no compartilhamento informacional entre as agências de segurança do Iêmen e parceiros internacionais (UNODC 2024).

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República Islâmica do Afeganistão**, depois de décadas de conflito, passou pela retirada das tropas estadunidenses de seu território em 2021. Desde então, o país experimenta a volta efetiva

do movimento islâmico do Talibã no comando das ações políticas, econômicas e militares do país (AA 2023). No que diz respeito à situação no Iêmen, o Ministério das Relações Exteriores do Afeganistão (2023) demonstrou publicamente seu apoio à Arábia Saudita e ao Omã no estabelecimento de um cessar-fogo no Iêmen, destacando seu interesse na estabilidade e segurança da região. Além disso, dado o histórico de conflito e instabilidade no seu próprio território, o Afeganistão também se mostra favorável a uma resolução política, pacífica e sustentável para o fim da guerra no Iêmen (Islamic Emirate of Afghanistan 2023).

O **Reino da Arábia Saudita** tem mostrado um importante papel de liderança no Golfo, destacando-se em organizações regionais como oa CCG. Além disso, a monarquia saudita, enriquecida pela produção petrolífera significativa e com uma grande capacidade de projeção de poder, conta com importantes alianças estratégicas e tem papel essencial de financiador no Oriente Médio (Santos Pinto 2011; Carvalhaes 2021). Exercendo certo protagonismo regional, com o início da guerra iemenita em 2014, o Reino da Arábia Saudita iniciou a coalizão com outros países árabes a fim de impedir o avanço dos Houthis, projetar maior poder político e militar e, ainda, contrapor a expansão de influência iraniana. Além disso, a aliança com o Ocidente permitiu a maior participação de países como o Reino Unido e os Estados Unidos no conflito. Ainda que a Arábia Saudita detenha de grande influência, recursos financeiros e poderio militar, a guerra tem sido custosa para o país (Aljazeera 2022; Human Rights Watch 2024).

Localizada na região norte do continente africano, a **República Democrática e Popular da Argélia** defende a resolução diplomática do conflito. O país se recusou a participar da coalizão

responsável pela intervenção no Iêmen em 2015, citando sua política de não intervenção e desafios econômicos devido à queda nos preços do petróleo como fatores para a recusa da participação militar. Além disso, a parceria crescente da Argélia com o Irã influencia sua relutância em apoiar a coalizão liderada pelos sauditas(Cafiero 2016). O Ministério das Relações Exteriores argelino defende um cessar-fogo permanente entre o governo ieminita e os Houthis no Iêmen (People's Democratic Republic of Algeria n.d). O país também se demonstra favorável à atuação da ONU na resolução do conflito e tem interesse na resolução dessa guerra para aliviar as tensões regionais no Mar Vermelho (Al Mayadeen 2024; People's Democratic Republic of Algeria n.d).

A **República do Azerbaijão** tem sua participação no conflito bem limitada e mais indireta, pois não participa da coalizão saudita e não participou de nenhuma intervenção militar no território iemenita até o momento. Tendo uma boa relação com os países do Golfo, o Azerbaijão tem um papel mais diplomático que prático em relação à guerra. Assim, o país tem a tendência de apresentar uma postura de maior neutralidade, focando mais em questões regionais no Cáucaso, ainda que tenha fornecido certa assistência humanitária ao Iêmen nos últimos anos (OHCHR 2015; Ministério das Relações Exteriores da República do Azerbaijão 2024; Azertac 2020).

O **Reino do Bahrein** é um membro importante da Liga Árabe e do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Sendo aliado da Arábia Saudita, juntou-se à coalizão contra os Houthis no início do conflito, participando da Operação Tempestade Decisiva e depois da Operação Renovação da Esperança, que tinha uma agenda de teor mais pacifista por autorizar assistência humanitária. O Reino do Bahrein teve contribuição da força aérea na coalizão, em

especial, com o envio de caças e contingentes militares (Shield 2017). Assim como sua aliada saudita, o país possui relações problemáticas com Teerã e uma aproximação relevante com o Ocidente, principalmente em 2024 com o apoio aos ataques britânicos e estadunidenses contra instalações militares Houthi no território iemenita no início do mesmo ano, sendo o primeiro país árabe a se manifestar a favor dessa ação (Lucente 2024).

A **República de Bangladesh** atua na mobilização de esforços de assistência humanitária. Porém, em 2015 o país declarou apoio à coalizão liderada pela Arábia Saudita. Na ocasião, o Ministério das Relações Exteriores de Bangladesh também condenou as ações dos Houthis contra a coalizão e declarou apoio ao governo Hadi no desmantelamento dos esforços dos grupos rebeldes no Iêmen (The Daily Star 2015). Além disso, o país defende os esforços do CCG e da ONU na elaboração de resoluções pacíficas para o conflito (People's Republic of Bangladesh 2022; Republic of Yemen 2021).

A **República de Camarões** está localizada na região ocidental do continente africano. Em relação à guerra no Iêmen, tende a manter a neutralidade. Além disso, o país passa por uma crise de refugiados, com mais de 100 mil pessoas passando pelas fronteiras do Chade buscando escapar da violência dos confrontos em Camarões. (ACNUR 2022; ONU News 2023).

O **Estado do Catar** é um importante membro do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e foi integrante da coalizão saudita até 2017, quando sofreu um bloqueio diplomático e embargo aéreo, terrestre e marítimo da Arábia Saudita e aliados da CCG por conta de uma suposta aproximação de Doha com Teerã (Aljazeera 2020; León 2020; Köse e Ulutaş 2017). Ainda que o Catar negue as

acusações de relação com terrorismo, um suposto envolvimento com os Houthis e estar próximo demais do Irã, o bloqueio permaneceu até janeiro de 2021 (Asmar e al-Khazen 2024). Após esse período, o Catar tem contribuído com esforços diplomáticos em prol da paz, com o envio de assistência humanitária significativa e com apoio em projetos de reconstrução do Iêmen. Além disso, o Catar tem colaborado com iniciativas multilaterais para auxiliar a população civil afetada pela guerra e para tentar promover a estabilidade no país, como o apoio do Fundo do Catar para o Desenvolvimento (QFFD) ao ACNUR (ACNUR I 2021; ACNUR II 2021).

A **República do Cazaquistão** visa alinhar-se à comunidade internacional, e, em razão disso, honra seus príncipios de acordo com a diplomacia multilateral ao buscar resoluções de paz. Desse modo, seu apoio concentra-se nas mediações propagadas pela ONU ao pontuar um cessar-fogo definitivo para a resolução da crise humanitária que se agrava no Iêmen. Além disso, sua política externa promove o respeito à soberania iemenita, sem a necessidade de intervenção militar ou em assuntos do Estado (Ministério das Relações Exteriores do Cazaquistão 2021)

A **República do Djibuti**, localizada no chifre da África, possui um papel importante, ainda que indireto, no conflito do Iêmen. Com sua localização no Golfo de Aden e no Mar Vermelho, torna-se um ponto estratégico para operações de segurança marítima, manutenção do comércio internacional e fiscalização sobre tipos variados de tráfico. Com isso, o país abriga bases militares de diversos países do Ocidente e autoriza o uso do território para a realização de operações militares logísticas da coalizão saudita. O Djibuti está entre os países do norte africano

mais procurados pela população iemenita em situação de refúgio (Al-Absi 2022; ACNUR 2015). Com isso, o governo reforçou a proteção dessas populações vulnerabilizadas através de reformas legislativas e adoção do Quadro Abrangente de Resposta aos Refugiados (CRRF), integrando-os aos sistemas nacionais de saúde, educação e mercado de trabalho. O Djibuti também exerce um papel crucial como corredor humanitário, servindo como meio de passagem da ajuda humanitária até o Iêmen e sendo usado como base logística para o envio de suprimentos (UN Network on Migration 2023).

A República Árabe do Egito passou a ter envolvimento na guerra a partir de 2015, entrando na coalizão saudita, mas tendo uma participação mais cautelosa. A maior preocupação de Cairo está no tráfego do Canal de Suez e a potencial ameaça que os Houthis representam para a região, que tem sido uma das fontes de receita mais importantes para o Egito (Trager 2015). Além disso, o Egito mantém relações bilaterais com o Iêmen, prestando apoio em 2011 na troca de presidentes e diretamente para o governo de Hadi. Além do auxílio militar à coalizão e da participação da Operação Tempestade Decisiva, o governo egípcio também forneceu ajuda humanitária significativa e recebeu milhares de refugiados iemenitas. No momento atual, o Egito mostra uma postura mais cética, demonstrando relutância em relação à participação em mais uma frente militar custosa, principalmente em cooperações navais internacionais no Mar Vermelho. Outra preocupação de Cairo é a de que as guerras em Gaza e no Iêmen gerem um colapso que se alastre pela região do Oriente Médio (Maher e Farid 2024).

Os Emirados Árabes Unidos é uma das nações mais prósperas e influentes do Golfo Pérsico-Arábico, sendo um dos

principais países que formam a coalizão com a Arábia Saudita na Guerra do Iêmen. Tiveram uma participação mais direta no conflito de 2015 até 2018. Porém, em 2019, os EAU retiraram as suas tropas do Iêmen com a justificativa de que iriam adotar uma estratégia mais pacífica, ainda que os verdadeiros motivos não sejam explícitos (Yaghi 2022). Mesmo com a diminuição significativa da presença militar no território iemenita, o país seguiu projetando poder de maneira indireta através do auxílio e armamento de grandes forças locais, como as Forças Conjuntas do Iêmen. As forças apoiadas pelos Emirados Árabes evitaram combates diretos com os Houthis desde o confronto na cidade portuária de Hodeidah em 2018. Porém, em 2022, os Houthis afirmaram ter apreendido um navio que transportava suprimentos militares com a bandeira dos EAU no Mar Vermelho. Posteriormente, foi realizado um ataque de drone a Abu Dhabi, reivindicado pelos Houthis, além de um ataque ao aeroporto internacional da cidade. Progressivamente, os Houthis intensificaram seus ataques a Abu Dhabi e Dubai, gerando crescente preocupação securitária para o governo dos EAU (Aljazeera 2022).

Dado o exposto nas seções anteriores, percebe-se que a **República do Iêmen** é o centro das discussões do debate atual. O país passa por uma guerra proxy entre Irã e os membros da coalizão Saudita, os quais intervieram na guerra civil no território em 2015. Enquanto o Irã presta apoio aos rebeldes Houthis - que vem de um histórico de tentativas de retomada do território do governo Hadi - , a coalizão defende o governo internacionalmente reconhecido pela ONU e pela OCI. Assim, o representante do Iêmen tende a posicionar-se em favor do governo Hadi e contra as ações dos rebeldes Houthis. Além disso, dado o contexto de crise humanitária

que afeta a população civil no país, faz-se necessário o apelo por ajuda internacional visando a melhoria das condições de vida da população (Oliveira 2022).

A **República da Indonésia** se mostrou favorável aos acordos propostos pela ONU, defendendo também que o caminho em direção à paz se dê de acordo com as determinações desta organização. Os representantes do país destacam a necessidade de diálogo entre os Houthis e o governo Hadi, objetivando um acordo definitivo que coloque fim ao conflito no Iêmen. Para o governo indonésio, uma resolução militar não é a solução. Além disso, uma das preocupações centrais da Indonésia é a condição de crise humanitária em que o Iêmen se encontra. Nesse sentido, o governo se preocupa com a mobilização de esforços na implementação de corredores humanitários, visando direcionar auxílio aos civis afetados (Republic of Yemen 2023, Republic of Indonesia 2019).

A **República Islâmica do Irã** apresenta-se como um importante ator regional. Nesse sentido, o país exerce apoio estratégico aos Houthis de forma a ampliar sua influência e poder na região, e, por isso, o Irã têm sido alvo de grande rivalidade e tensão regional, em especial com a Arábia Saudita (Oliveira 2022; Munareto 2016). Desse modo, destaca-se que o apoio que o Irã promove aos Houthis, um grupo xiita, o fortalece como líder xiita na região ao estabelecer e ampliar sua ideologia pelo Oriente Médio (Santos 2022). Por outro lado, apesar de o Irã constantemente negar as acusações de seu apoio militar aos Houthis, o país vem sendo isolado por atores externos através de sanções como os Estados Unidos e a União Europeia, o que o expõe a um cenário danoso no âmbito econômico e diplomático (Santos 2022).

A **República do Iraque** apoia-se, na maioria das vezes, em negociações de paz e soluções políticas para o conflito no Iêmen, e, por isso, os líderes do governo iraquiano têm proposto uma resolução que resulte de um diálogo entre todas as partes envolvidas, incluindo os Houthis. Por outro lado, o Iraque condenou, junto ao Irã, a intervenção militar da coalizão liderada pela Arábia Saudita no Iêmen, expondo como argumento o desrespeito à soberania iemenita, a agressão externa e a violação dos direitos humanos e do direito humanitário. Além disso, destaca-se que a maior parte da população iraquiana é xiita, resultando em uma estreita aproximação com o Irã (Aljazeera 2023)

O **Reino Haxemita da Jordânia** é um dos membros fundadores da Liga Árabe e da Organização para a Cooperação Islâmica, possuindo fortes laços diplomáticos com a Arábia Saudita. Por isso, a Jordânia é um dos países aliados da coalizão saudita na guerra do Iêmen. A nação vê a segurança do Iêmen e do Golfo como um todo com interesse estratégico. Assim como os demais membros da coalizão, o reino jordano percebe os Houthis como forças milicianas apoiadas pelo Irã que ameaçam a estabilidade da região e devem ser combatidas (Al-Khalidi 2015). Além disso, o país foi sede da reunião entre a delegação do Movimento Houthi e do governo iemenita para negociar troca de prisioneiros de guerra entre as partes em 2019 (Exame 2019). Com as crescentes tensões regionais envolvendo Israel e o Ocidente, o Reino da Jordânia teme pelos futuros desdobramentos da guerra do Iêmen, da movimentação dos Houthis e como as tensões na faixa de Gaza podem implicar no futuro do Golfo (Kouachi 2024).

O **Estado do Kuwait** faz parte da coalizão responsável pela intervenção no Iêmen, em 2015. Além disso, unidos no âmbito do

CCG, Kuwait e Arábia Saudita têm uma relação diplomática equilibrada. Em relação ao conflito no Iêmen, o país defende a legitimidade do governo Hadi e a necessidade de intervenção aos Houthis para que seja consolidada a estabilidade regional. O Kuwait também é favorável a uma resolução para o conflito mediada pelo Conselho de Cooperação do Golfo e os esforços do país estão centrados na prestação de apoio humanitário (Republic of Yemen 2022, 2023, 2024).

O partido político e movimento xiita Hezbollah possui grande influência sobre a República do Líbano, tendo declarado publicamente apoio aos Houthis e ao Irã (Reuters 2015). Porém, apesar de sua grande influência sobre o Líbano, o governo libanês enfrenta pressão interna para manter a estabilidade e evitar se envolver diretamente em conflitos regionais. Além disso, a República do Líbano também faz parte das nações que propõem o diálogo e a resolução política como soluções para o conflito no Iêmen e a tensão regional que se expande no Oriente Médio (Reuters 2021).

Em 2011, na **Líbia,** ocorreu a queda do regime de Muammar Gaddafi, o que resultou em um cenário de instabilidade interna e conflitos entre várias facções militares e políticas. Dentro desse contexto, salienta-se a dificuldade do país em se estabelecer como um Estado soberano territorial, e, por isso,torna-se complexo para a Líbia se posicionar em relação aos conflitos e tensões que abrangem a região. A partir disso, destaca-se que a Líbia se encontra dividida em dois governos: o Governo Interino do Leste da Líbia, apoiado pelo Exército Nacional Líbio (LNA), e o Governo de União Nacional (GNA), reconhecido internacionalmente e apoiado pela ONU. Nesse sentido, o GNA, apesar de concentrar suas forças

em questões de âmbito interno e em sua consolidação de poder, já demonstrou alinhamento aos interesses da ONU, ou seja, apoia as resoluções políticas e negociações de paz para o conflito no Iêmen. Porém, o Governo Interino do Leste possui fortes relações com a Arábia Saudita e alguns países da coalizão, o que pode direcioná-lo a ter seus interesses alinhados com estes países, e, portanto, auxiliar, mesmo que de forma indireta, na continuação do estado de guerra e crise no Iêmen. (CIDIUM 2019)

O **Reino do Marrocos** se fez presente na coalizão liderada pela Arábia Saudita, sendo esta ação apoiada pelo país com o objetivo de manter a estabilidade e segurança na região e conquistar como resultado de suas alianças políticas um fortalecimento de sua presença no Oriente Médio e no Norte da África. Dentro desse contexto, vale ressaltar que a Força Aérea Real Marroquina esteve nas missões de bombardeio no Iêmen, além de fornecer suporte terrestre e logístico para a coalizão. Por fim, o governo marroquino argumenta sobre a urgência em restaurar o governo ieminita e combater os Houthis e outros grupos extremistas (Reuters 2015).

A **República do Níger** se preocupa com o conflito no Iêmen sob o ponto de vista da crise humanitária, principalmente levando em consideração os civis afetados pela fome. Além disso, o Níger defende que seja estabelecido o diálogo entre as partes envolvidas para que haja um acordo de resolução permanente para a situação no Iêmen. O Níger também destaca o papel da ONU e entende que é necessário o emprego de maiores esforços dos países comprometidos com a assistência humanitária na região. No geral, o Níger adota uma postura de neutralidade em relação ao conflito no Iêmen (UN Security Council 2021).

A **República Federativa da Nigéria**, como potência regional, visa se projetar na comunidade internacional e se posicionar como membro das Nações Unidas. Desse modo, o governo nigeriano tem apoiado os esforços da ONU, principalmente de suas ações por meio do Conselho de Segurança, a fim de alcançar uma resolução que seja capaz de encerrar a violência no Iêmen. Além disso, a Nigéria têm expressado grande preocupação em relação à crise humanitária (Organização das Nações Unidas 2017).

O **Estado da Palestina** não tem uma relação direta com o conflito no Iêmen no âmbito político e militar. Entretanto, tanto os movimentos de resistência palestinos quanto os Houthis têm narrativas de luta pela autodeterminação e contra opressão e intervenção estrangeira. Além disso, os líderes do Movimento Houthi expressam solidariedade ao povo palestino e possuem aliados em comum, enquanto o Hamas tem mostrado apoio aos Houthis em seus levantes contra Estados do CCG e o Ocidente, em especial os Estados Unidos. Outro ponto em comum é que os dois Estados vivem anos de crise humanitária grave, que chama a atenção da comunidade internacional para ações conjuntas em prol da paz e da estabilidade (Guedes 2023).

A **República Islâmica do Paquistão** defende um caminho de resolução pacífica para o conflito mediado pela ONU (Islamic Republic of Pakistan 2023). Em 2015, o Paquistão se recusou a se envolver militarmente no território iemenita, depois de muita ponderação em relação à participação da coalizão liderada pela Arábia Saudita (BBC 2015). Sendo assim, o país adota uma postura favorável ao diálogo entre as partes envolvidas, a fim de que seja

instaurada a paz duradoura no Iêmen (Islamic Republic of Pakistan 2024).

A **República Árabe da Síria**, por possuir fortes laços com o Irã, também busca apoiar a posição dos Houthis no Iêmen. Nesse sentido, o governo sírio critica fortemente a coalizão liderada pela Arábia Saudita, pontuando a violação do direito humanitário e de soberania da nação iemenita. Por outro lado, destaca-se que sua presença na comunidade internacional resulta em apoio às ações tomadas pela ONU para a tentativa de resolução do conflito. Porém, é válido ressaltar que a guerra civil na Síria e a necessidade de recursos e apoio internacional influenciam sua política externa, ao ponto em que o país depende fortemente do apoio militar e econômico do Irã e da Rússia, o que limita sua capacidade de adotar uma postura independente em conflitos regionais como o do Iêmen (Reuters 2015)

A **República da Somália** é um país localizado no Chifre da África, região mais oriental do continente africano. Somália e Iêmen são bem próximos territorialmente e isso tende a refletir na sua política externa. Separados pelo Golfo de Aden, a Somália, bem como outros países da costa africana, tende a receber uma quantidade significativa de refugiados da crise humanitária do Iêmen (Intersos 2024). Nesse sentido, os dois países concordam em relação à importância de fortalecer suas relações bilaterais, a fim de coordenar a segurança da região, atuando juntos no conbate ao terrorismo e à imigração ilegal. A Somália também condena a atuação dos houthis e defende a necessidade de um cessar-fogo como crucial para a segurança, estabilidade e integridade territorial da região (Republic of Yemen 2023).

A **República do Sudão** é um dos participantes da coalizão saudita na guerra do Iêmen, tendo enviado desde 2015 milhares de soldados para as operações militares do conflito, como no caso das operações Tempestade Decisiva e Renovação da Esperança.Além das tropas, o Sudão contribuiu com cerca de três bombardeiros Sukhoi-24 e um grupo de batalha mecanizado (Shield 2017). O alinhamento do Sudão com os países da coalizão se dá visando a melhora das relações diplomáticas com os países do Golfo, mas também por conta do apoio político e financeiro da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos a fim de contornar a crise financeira que o país enfrentava internamente e reestruturar-se politicamente após a queda do líder político Omar al-Bashir em 2019 (BBC News 2020). Com a crise política e humanitária decorrente do conflito sudanês em 2023, o país diminuiu significativamente sua participação no Iêmen (Aljazeera 2023).

Desde a revolução de Jasmim, em 2011, a **República da Tunísia** concentra-se em fortalecer suas instituições democráticas e estabilizar sua política interna. Desse modo, analisa-se que a política externa tunisiana procura exercer soluções diplomáticas para resoluções de conflitos. Assim, a Tunísia encontra-se como uma mediadora de conflitos da região, sendo isto resultado de sua boa relação com os membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e com o Irã (CIDIUM 2019).

A **República da Turquia** adotou uma posição crítica em relação à coalizão saudita no Iêmen ao argumentar que a intervenção gerou uma crise humanitária sem precedentes. A partir disso, o governo turco incentivou o fim do conflito por meio de negociações de paz, destacando que o cenário do Iêmen têm gerado um sofrimento para os civis e um quadro com crescentes

hostilidades. Por fim, pontua-se que o governo turco, através da Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA) e do Crescente Vermelho Turco, tem fornecido assistência humanitária ao Iêmen, destacando a importância de ajudar os civis afetados pelo conflito (TIKA 2021).

6 QUESTÕES A PONDERAR

1. Considerando a rivalidade existente entre Irã e Arábia Saudita, como as nações trabalharão em conjunto para um futuro cessar-fogo do conflito no Iêmen, respeitando a soberania do país?

2. Levando em consideração a população remanescente no território iemenita, mas também a situação dos refugiados oriundos do país, quais medidas poderão e deverão ser implementadas pelo comitê a fim contribuir para a segurança e qualidade de vida dos civis afetados pelo conflito nos últimos anos?

3. Analisando as ações do Movimento Houthi na última década, de que maneira os membros do comitê devem proceder para apaziguar a região dominada?

4. Partindo do envolvimento dos países da OCI nos conflitos com os Houthis e demais grupos insurgentes, que medidas podem ser tomadas na solução da questão do tráfico de armas, levando em conta a ameaça que essa prática representa à segurança no mar vermelho e nas fronteiras da região?

5. Como a presença de reservas petrolíferas no território iemenita influencia os interesses estratégicos e econômicos dos países do Golfo, e quais são as implicações geopolíticas dessa dinâmica na região?

REFERÊNCIAS

AA. 2022. "OIC, GCC Welcome UN Resolution Designating Houthis as Terrorist Group." AA, 3 de março, 2022. https://www.aa.com.tr/en/middle-east/oic-gcc-welcome-un-resolution-designating-houthis-as-terrorist-group/2520468#.

———. 2022. "Taliban welcome OIC declaration on Afghanistan, say ban on women's education temporary". AA, 13 de janeiro, 2023.

ACNUR. UNHCR. 2021 "Seis anos de conflito no Iêmen deixa 80% da população abaixo da linha da pobreza". https://www.acnur.org/portugues/2021/03/26/seis-anos-de-conflito-no-iemen-deixa-80-da-populacao-abaixo-da-linha-da-pobreza/

———. s.d. "Iêmen enfrenta um das piores crises humanitárias do mundo". https://www.acnur.org/portugues/iemen/#:~:text=I%C3%AAmen%20enfrenta%20um%20das%20piores,abrigo%20e%20ajuda%20de%20emerg%C3%AAncia.

———. 2021. "Qatar Fund for Development renews its commitment to support UNHCR's global humanitarian response". UNHCR Qatar. 22 de Dezembro, 2021. https://www.unhcr.org/qa/en/18223-qatar-

fund-for-development-renews-its-commitment-to-support-unhcrs-global-humanitarian-response.html

———. 2021. "UNHCR and Qatar Charity sign an agreement to support more than 2,000 internally displaced families in Yemen" UNHCR Qatar. 29 de Dezembro, 2021. https://www.unhcr.org/qa/en/18273-unhcr-and-qatar-charity-sign-an-agreement-to-support-more-than-2000-internally-displaced-people-in-yemen.html

———. 2022. "Refugiados camaroneses no Chade buscam alternativas para sobreviver". ACNUR Brasil. 2 de Fevereiro, 2022. https://www.acnur.org/portugues/2022/02/02/refugiados-camaroneses-no-chade-buscam-alternativas-para-sobreviver/

Ahmed, Niaz. 2019. "Yemeni Civil War: Causes, Consequences and prospects". Jornal Dinamika Pemerintahan. Agosto de 2019.

Al-Absi, Qabool. 2022. "Feeling Forgotten: Yemeni Refugees, Host Countries, and the UNHCR". Yemen Peace Forum. Sana'a Center for Strategic Studies, 4 de dezembro, 2022. https://sanaacenter.org/files/Feeling_Forgotten_Yemeni_Refugees_Host_Countries_and_the_UNHCR_en.pdf

Al-Batati, Saeed e Rick Galdston. 2015. "Dozens Are Reported Killed as Saudi-Led Strike Hits Camp for Displaced Yemeni Civilians." The New York Times, 30 de março, 2015. https://www.nytimes.com/2015/03/31/world/middleeast/yemen-camp-air-raid.html?_r=0

Albertini, Maria de Lourdes Monteiro e Bárbara Thais Pinheiro Silva. 2020. "Iêmen: A Pior Crise Humanitária do Mundo". Virtuajus 5 (8): 146–174. ISSN: 1678-3425 http://seer.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/24153/16979

Al Jazeera News. 2019. "US, France, Britain may be complicit in Yemen war crimes: UN". Al Jazeera, 3 de setembro, 2019. https://aljazeera.com/news/2019/9/3/us-france-britain-may-be-complicit-in-yemen-war-crimes-un

———. 2022. "Why did the Houthis attack the UAE? Everything you need to know". 31 de janeiro, 2022. https://www.aljazeera.com/news/2022/1/31/explainer-a-simple-guide-to-the-uae-houthi-escalation

———. 2023. "Analysis: Iran's influence prevents Iraq's Arab reintegration". March 20, 2023.https://www.aljazeera.com/news/2023/3/20/analysis-irans-influence-prevents-iraqs-arab-reintegration

———. 2020. "Qatar blockade: Five things to know about the Gulf crisis." June 5, 2020. Accessed June 10, 2024. https://www.aljazeera.com/news/2020/6/5/qatar-blockade-five-things-to-know-about-the-gulf-crisis

———. 2022. "Why did the Houthis attack the UAE? Everything you need to know". January 31, 2022. https://www.aljazeera.com/news/2022/1/31/explainer-a-simple-guide-to-the-uae-houthi-escalation

Al-Khalidi, Suleiman. 2015. “Jordan participates in Saudi-led operation in Yemen: official”. Reuters, 26 de março, 2015. https://www.reuters.com/article/idUSKBN0MM0JT/

Alley, April. 2010. “The rules of the game: Unpacking patronage politics in Yemen”. The Middle East Journal 64, (3): 385-409. Doi:10.1353/mej.2010.0016

Al Mayadeen. 2024. "Algeria, Morocco Parties Slam Attack on Yemen as Extension of Israeli Aggression.". Al Mayadeen English, 13 de Janeiro, 2024. https://english.almayadeen.net/news/politics/algeria--morocco-parties-slam-attack-on-yemen-as-extension-o.

Al-Muslimi, Farea. 2017. “Iran’s Role in Yemen Exaggerated, but Destructive”. The Century Foundation, May 19, 2017. https://tcf.org/content/report/irans-role-yemen-exaggerated-destructive/

Arab News. 2021. “Taliban call on OIC to recognize Afghan government at Islamabad meeting”. Arab News, 11 de dezembro, 2021. https://www.arabnews.com/node/1984931/world

Arab News. 2020. “Yemen aims to raise oil output 25% within months”. 12 de junho, 2020. https://www.arabnews.com/node/1689971/business-economy

Asmar, Ahmed e Ibrahim al-Khazen. 2024. “‘Qatar not mediating with Houthis,”Qatari premier says”. Anadolu Agency, 29 de janeiro, 2024. https://www.aa.com.tr/en/middle-east/-qatar-not-mediating-with-houthis-qatari-premier-says/3122466#

Azertag. 2020. “Azerbaijan provides humanitarian aid to Yemen.” 10 de junho, 2020. Acesso em: 14 de junho, 2024.

https://azertag.az/en/xeber/azerbaijan_provides_humanitarian_aid_to_yemen-1509221

BBC News. 2018. "Por que há uma guerra no Iêmen e qual é o papel das potências internacionais". BBC News Mundo. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46322964

———. 2023. "Yemen: Why is the war there getting more violent?". World, Middle East. https://www.bbc.com/news/world-middle-east-29319423.

———. 2015. "Yemen conflict: Pakistan rebuffs Saudi coalition call". BBC News, 10 de abril, 2015. https://www.bbc.com/news/world-asia-32246547

———. 2020. "Omar Bashir: quem é o líder acusado de genocídio que o Sudão vai entregar à Justiça internacional." Fevereiro 11, 2020. Acesso em 12 de Junho, 2024. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51394536

Bezerra, Juliana Maria. 2019. "O Papel do Conselho de Segurança na Guerra Civil do Iêmen: uma análise a partir das resoluções da ONU, entre os anos de 2015 a 2018". TCC. Centro Universitário do Pará (CESUPA).

Cafiero, Giorgio. 2016. "Algeria In Yemen: Combatant Or Mediator?". LobeLog, 2 de novembro, 2016. https://lobelog.com/algeria-in-yemen-combatant-or-mediator/

———. 2023. "Analysis: Saudi Arabia's diplomatic energy, soft power in Sudan." Aljazeera News, 15 de maio, 2023. Acessado em: 13 de junho, 2024.

https://www.aljazeera.com/news/2023/5/15/analysis-saudi-arabias-diplomatic-energy-soft-power-in-sudan

Carvalhaes, Heloah Pereira. 2021. "A Disputa pela Hegemonia do Golfo Pérsico/Arábico: O 'Crescente Xiita' versus o 'Momento do Golfo'." Trabalho de conclusão de curso de graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1820/1/2021.1%20Heloah%20Carvalhaes%20-%20A%20Disputa%20pela%20Hegemonia%20do%20Golfo%20P%C3%A9rsico.pdf

CICV. 2010. "As Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais". Comitê Internacional da Cruz Vermelha. https://www.icrc.org/pt/doc/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/overview-geneva-conventions.htm

Clapham, Christopher. 1985. Third World Politics: An Introduction. Routledge, Inglaterra.

Coggiola, Osvaldo e Matheus Souza. 2019. "Revolução Iraniana transformou geopolítica do Oriente Médio". Jornal da USP. 12 de fevereiro, 2019.
https://jornal.usp.br/atualidades/revolucao-iraniana-transformou-geopolitica-do-oriente-medio/

Conselho de Segurança. 2014. S/RES/2140. Sobre a Situação no Oriente Médio, (26 de fevereiro 2014), Disponível em http://unscr.com/en/resolutions/doc/2140

Costa, Renatho. 2015 "A Construção Ocidental do Oriente Médio como Instrumentalização nas Relações Internacionais". Revista Esboços 21 (32): 159-181.
Doi: https://doi.org/10.5007/2175-7976.2014v21n32p159

CNN. 2021 "Biden encerra o apoio dos EUA à Arábia Saudita na guerra do Iêmen". CNN Brasil, 5 de Fevereiro, 2021. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/biden-encerra-o-apoio-dos-eua-a-arabia-saudita-na-guerra-do-iemen/

Dashela, Adel. 2023. "Political Settlement in Yemen: Challenges and Future Prospects". Washington Institute. Fikra Forum. 23 de março, 2023.
https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/political-settlement-yemen-challenges-and-future-prospects

Day, Stephen. 2010. "Yemen: On the Brink - The Political Challenge of Yemen's Southern Movement." Carnegie Endowment. Middle East Program, n. 108,Março, 2010.
https://carnegieendowment.org/files/yemen_south_movement.pdf

Dolan, Chris J. 2004. "The Bush Doctrine and U.S. Intervention". Columbia International Affairs 9 (2). 2004.
https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/ad/ad_v9_2/doc01.html

Duran, Felipe Pessoa. 2021. "O Triângulo da Violência de Johan Galtung : uma análise acerca do conflito civil do Iêmen." Ensaios, 18, 6-28.
https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/48722

Ecke, Jonas. 2023. "Os países que devastaram o Iêmen devem assumir a responsabilidade pela sua reconstrução". Jacobina, 29 de Novembro, 2023. https://jacobin.com.br/2023/11/os-paises-que-devastaram-o-iemen-devem-assumir-a-responsabilidade-pela-sua-reconstrucao/

Elias, Alice. 2023. "Primavera Árabe." Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 24 de Maio, 2023. https://www.fflch.usp.br/50927#:~:text=A%20Primavera%20%C3%81rabe%20foi%20uma,de%20desemprego%2C%20corrup%C3%A7%C3%A3o%20e%20pobreza

Ellwanger, Aléxia da Silva. 2020. "Uma Análise sobre a Guerra Civil no Iêmen." Trabalho final de graduação, Universidade de Santa Cruz do Sul. https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2827/1/Al%c3%a9xia%20da%20Silva%20Ellwanger.pdf.

Espinosa, Ángeles. 2017. "Rebeldes afirmam ter assassinado ex-presidente do Iêmen". El País https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/04/internacional/1512394145_850877.html

European Parliament. The conflict in Yemen: latest developments. Think Thank. 2016. https://club.bruxelles2.eu/wp-content/uploads/2016/12/yemenconflitanalyse@pe1611.pdf

Exame. 2019. "Jordânia aceita sediar reunião entre governo do Iêmen e houthis". Exame Mundo, 15 de Janeiro, 2019.

https://exame.com/mundo/jordania-aceita-sediar-reuniao-entre-governo-do-iemen-e-houthis/

Geddes, Samuel. 2022. "From Yemen to Palestine: One cause, one hope." Al-Mayadeen, 1° de fevereiro, 2022. Accessed June 12, 2024. https://english.almayadeen.net/articles/opinion/from-yemen-to-palestine:-one-cause-one-hope

Guedes e Costa. 2019. "O Grande Médio Oriente Alargado (Volume 1)". Instituto Universitário Militar.

Guimarães, César. 2002. "A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo." Estudos Avançados 16 (46): 53–67. https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000300005

Harari, Yuval Noah. 2018. 21 lições para o século 21. Companhia das Letras, São Paulo.

Hill, Ginny. 2017. Yemen endures: Civil war, Saudi adventurism and the future of Arabia. Oxford: Oxford University Press.

Human Rights Watch. 2024. "World Report 2024: Yemen - Events of 2023". https://www.hrw.org/world-report/2024/country-chapters/yemen

Ibrahim, Majd e Casey Coombs. 2023. "Recovering Lost Ground in Shabwa's Oil Sector". Sana'a Center for Strategic Studies, August 24, 2023.
https://sanaacenter.org/publications/main-publications/20682

International Crisis Group. 2024. "How Yemen's War Economy Undermines Peace Efforts".
https://yemenconflict.crisisgroup.org/

Intersos Humanitarian Aid. 2024. "Vulnerabilities of the Migrant Population in Yemen".
https://www.intersos.org/en/the-vulnerabilities-of-the-migrant-population-in-yemen/

Islamic Emirate of Afghanistan. 2023. "IEA-MoFA welcomes the efforts of the Kingdom of Saudi Arabia and Oman to establish a permanent ceasefire in Yemen, deeming the initiative aimed at strengthening peace and stability in the Republic of Yemen, calling it in the interest of the people of Yemen, and also considering it in the interest of ensuring stability and security of the region." Ministry of Foreign Affairs. https://mfa.gov.af/en/15146

Islamic Republic of Pakistan. 2023. "Welcomes efforts for peace in Yemen". Ministry of Foreign Affairs, novembro, 2023. https://mofa.gov.pk/press-releases/pakistan-welcomes-efforts-for-peace-in-yemen

Islamic Republic of Pakistan. 2024. "Meeting of the Deputy Prime Minister and Foreign Minister with the Foreign Minister of the Republic of Yemen in Banjul the Gambia". Ministry of Foreign Affairs, 3 de maio, 2024. https://mofa.gov.pk/press-releases/meeting-of-the-deputy-prime-minister-and-foreign-minister-with-the-foreign-minister-of-the-republic-of-yemen-in-banjul-the-gambia

Johansson, Linnea. 2021 "The United States involvement in Yemen: A case study with rational and humanitarian reasoning of the involvement, influence and its objective." https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1522904/FULLTEXT01.pdf

Knights, Michael. 2016. "Responding to Iran's Arms Smuggling in Yemen". Washington Institute. Fikra Forum. 2 de dezembro, 2016. https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/responding-irans-arms-smuggling-yemen

Köse, Talha e Ulutaş, Ufuk. 2017. "Regional Implications of the Qatar Crisis: Increasing Vulnerabilities". Seta Perspective 31. http://goo.gl/RT3iif

Kouachi, Ikram. 2024. "Jordan concerned over developments in Red Sea after US, UK strikes on Yemen". Anadolu Agency, 12 de janeiro, 2024. https://www.aa.com.tr/en/middle-east/jordan-concerned-over-developments-in-red-sea-after-us-uk-strikes-on-yemen/3107286

Lackner, Helen. 2017. Yemen in Crisis: Autocracy, Neo-Liberalism and the Disintegration of a State. London: Sacki Books

León, Isabelle. 2020. "Qatar diplomatic crisis: a political conflict toward regional dominance." Universidad de Navarra, Global Affairs. Acesso em: 11 de junho, 2024. https://www.unav.edu/web/global-affairs/detalle1/-/blogs/qatar-diplomatic-crisis-a-political-conflict-toward-regional-dominance-2

Limão, José Pedro Coelho Monteiro. 2020. "O Significado Do Iémen No Grande Médio Oriente." Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Católica Portuguesa.

Loostma, Auke. 2020 "Covid-19 devastated already desperate, ravaged Yemen". https://sdgintegration.undp.org/covid-19-devastates-already-desperate-ravaged-yemen

Lucente, Adam. 2024. "Explainer: Why Bahrain supported US strikes on Yemen's Houthis". Al-Monitor,12 de janeiro, 2024. https://www.al-monitor.com/originals/2024/01/explainer-why-bahrain-supported-us-strikes-yemens-houthis?token=eyJlbWFpbCI6ImdhYmkuYXJnZW50QGdtYWlsLmNvbSIsIm5pZCI6IjYyMTY3In0%3D&utm_medium=email&utm_campaign=Ungrouped%20transactional%20email&utm_content=Ungrouped%20transactional%20email+ID_f760b756-2c1a-11ef-979b-8e067a6f2600&utm_source=campmgr&utm_term=Access%20Article.

Maher, Mohamed, e Mohamed Farid. 2024. "Cairo: Stuck between Securing the Red Sea and Avoiding a Perception of Support for Israel". Fikra Forum. Washington Institute, 26 de janeiro, 2024.

Manea, Elham. 1996. "Yemen, the Tribe and the State. In: International Colloquium on Islam and Social Change". Paper presented at the International Colloquium on Islam and Social Change, University of Lausanne, 10-11 de outubro 1996.

Machry, Patrícia Graeff. 2016. "Afeganistão e Iêmen: condicionantes e características da crise dos estados". Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Mazzuoli, Valerio. 2019. Curso de Direito Internacional Público. Editora Forense. Rio de Janeiro.

Médicos Sem Fronteiras. 2022. "O que fazemos Iêmen "https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/projetos-msf/iemen/

Medzihorsky, Juraj; Popovic, Milos; Jenne, Erin K. 2017. Rhetoric of civil conflict management: United Nations Security Council debates over the Syrian civil war. Research & Politics 4 (2): 2053168017702982.

https://www.siwps.org/wp-content/uploads/Juraj-Medzihorsky-Milos-Popovic-and-Erin-K-Jenne-Rethoric-of-Civil-Conflict-Managment.pdf

Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Kazakhstan. Statement by the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Kazakhstan on the recent attacks on Saudi Arabia.2021. https://www.gov.kz/memleket/entities/mfa/press/news/details/171516?lang=en

Moyer, Jonathan D., David Bohl, Taylor Hanna, Brendan Mapes e Mickey Rafa. 2019. "Assessing Impact of War on Development in Yemen" United Nations Development Programme United Nations Development Programme (UNDP), 2019. https://korbel.du.edu/pardee/resources/assessing-impact-war-development-yemen

Munareto, Camila Hirt. 2016. "A Política Externa como instrumento de legitimidade no Irã". Trabalho final de graduação, Universidade Federal de Santa Maria.

Mwatana for Human Rights. 2023. "Starvation Makers". https://www.mwatana.org/videos-en/starvation-makers

Nagi, Ahmed. 2023. "Catching Up on the Back-channel Peace Talks in Yemen". Crisis Group, October 10, 2023. https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/gulf-and-arabian-peninsula/yemen/catching-back-channel-peace-talks-yemen

Neves, Ernesto. 2021. "Biden rompe discurso humanitário e vende armas para a Arábia Saudita". Veja, 27 de outubro, 2021.

https://veja.abril.com.br/mundo/biden-rompe-discurso-humanitario-e-vende-armas-para-a-arabia-saudita

OHCHR. 2015. "Press briefing note on Yemen update and Azerbaijan." Office of the High Commissioner for Human Rights, UN, June 16, 2015. Accessed June 16, 2024. https://www.ohchr.org/en/press-briefing-notes/2015/06/press-briefing-note-yemen-update-and-azerbaijan

Oliveira, Anna Clara. 2022. "Iêmen: A História de um País Dividido." Dois Níveis, 29 de Janeiro, 2022. https://www.doisniveis.com/oriente-medio/iemen-a-historia-de-um-pais-dividido/.

Oliveira, Verônica D'Angelo. 2022. "Da Primavera Árabe à Tempestade Decisiva: os processos que levaram ao conflito no Iêmen (2011-2015)". Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ONU. 2019. "Investigação aponta possíveis crimes de guerra cometidos pelas partes do conflito no Iêmen" Organização das Nações Unidas. https://news.un.org/pt/story/2019/09/1685542

ONU News. 2023 " Com 4 milhões de afetados por crise humanitária, Camarões recebe fundo de emergência". Nações Unidas, Janeiro 12, 2023. https://news.un.org/pt/story/2023/01/1807907

Organization of Islamic Cooperation (OIC). 2016. "OIC strongly condemns the attack on Najran" https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=11474&t_ref=4502&lan=en.

———. 2016. "OIC Denounces the Declaration of a National Salvation Government in Yemen" https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=11881&t_ref=4656&lan=en.

———. 2016. "The OIC pools efforts to convene an international conference to support Yemen and calls for the adoption of quality humanitarian intervention initiatives" https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=11965&t_ref=4697&lan=en.

———. 2017. "OIC Renews Supportive Stance on Unity and Sovereignty in Yemen" https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=13561&t_ref=5907&lan=en.

———. 2018. "OIC strongly condemns Houthi firing ballistic missiles into Saudi territory" https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=18513&t_ref=10276&lan=en.

———. 2022. "OIC General Secretariat supports Efforts to Strengthen and Extend Truce in Yemen" https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=37563&t_ref=25920&lan=en.

———. 2023. "OIC General Secretariat Welcomes the Statement of Reaching a Road Map to Support the Peace Path in Yemen" https://www.oic-oci.org/topic/?t_id=37563&t_ref=25920&lan=en.

Parlamento Europeu. 2021. "Crimes committed by the Houthi militia in Yemen". 8 de dezembro, 2021. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-9-2021-005440_EN.html

People's Democratic Republic of Algeria. n.d. "Algeria hails renewal of truce in Yemen, calls for continuing dialogue". Ministry of Foreign Affairs. Acesso em: 30 de abril, 2024.

https://www.mfa.gov.dz/announcements/algeria-hails-renewal-of-truce-in-yemen-calls-for-continuing-dialogue-1

———. n.d. "Communiqué - Yemen". Ministry of Foreign Affairs. Acesso em: 30 de abril, 2024. https://www.mfa.gov.dz/announcements/communique-yemen

People's Republic of Bangladesh. 2022. "Welcoming the UN Brokered two-month long ceasefire between parties of the Yemen conflict at the advent of Holy month Ramadan". Ministry of Foreign Affairs, 6 de abril, 2022.

Pinto, Ana Santos. 2011. "Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança." In Freire, M. R. (ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra: 99-120.

Republic of Azerbaijan Ministry of Foreign Affairs. 2024. "Multilateral cooperation in the humanitarian and social spheres." Acesso em: 14 de junho, 2024. https://www.mfa.gov.az/en/category/humanitarian-issues

Republic of Indonesia. 2013. Security Council, 15 de maio, 2019. https://kemlu.go.id/newyork-un/en/read/statement-at-the-security-council-on-the-agenda-item-the-situation-in-the-middle-east-yemen/2904/etc-menu

Republic of Yemen. 2021. "Yemeni-Bangladeshi bilateral relations discussed". Ministry of Foreign Affairs and Expatriates, 12 de outubro, 2021. https://www.mofa-ye.org/Pages/15433/

Republic of Yemen. 2023. "BinMubarak receives Indonesian foreign minister". Ministry of Foreign Affairs and Expatriates, 16 de setembro, 2023. https://www.mofa-ye.org/Pages/24214/

Republic of Yemen. 2023. "Amb. Bin Safa'a appreciates Kuwait's support for Yemen". Ministry of Foreign Affairs and Expatriates, 26 de outubro, 2023. https://www.mofa-ye.org/Pages/24895/

Republic of Yemen. 2023. "Prime Minister receives Kuwaiti Foreign Minister". Ministry of Foreign Affairs and Expatriates, 27 de fevereiro, 2023. https://www.mofa-ye.org/Pages/22635/

Republic of Yemen. 2022. "Kuwait reaffirms continuous humanitarian support to Yemen". Ministry of Foreign Affairs and Expatriates, 24 de junho, 2022. https://www.mofa-ye.org/Pages/18115/

Republic of Yemen. 2024. "President al-Alimi praises Kuwaiti positions towards Yemeni people". Ministry of Foreign Affairs and Expatriates, 17 de fevereiro, 2024. https://www.mofa-ye.org/Pages/26056/

Reuters. 2015. "Hezbollah sees Yemen strikes causing more Mideast tension" 26 de março, 2015. https://www.reuters.com/article/markets/commodities/hezbollah-sees-yemen-strikes-causing-more-mideast-tension-idUSL6N0WS4JP/

Reuters. 2015. "Morocco backs Saudi coalition in Yemen". 27 de março, 2015. https://www.reuters.com/article/world/morocco-backs-saudi-coalition-in-yemen-idUSKBN0MN19I/

———. 2015. "Moroccan F-16 jet from Saudi-led coalition in Yemen crashes". 12 de maio, 2015. https://www.reuters.com/article/idUSKBN0NX0NA/

———. 2021. "Yemen comments put fresh strain on Lebanon's Gulf ties". October 27,2021

https://www.reuters.com/world/middle-east/lebanon-pm-says-ministers-criticism-saudi-is-not-govt-position-2021-10-27/

Robinson, Kali. 2023. "Yemen's Tragedy: War, Stalemate, and Suffering."Council on Foreign Relations,1° de maio, 2023. https://www.cfr.org/backgrounder/yemen-crisis

Ruys, Tom e Luca Ferro. 2016. "Weathering the storm: Legality and legal implications of the Saudi-led military intervention in Yemen". Cambridge University Press. 65 (1):61-98. https://www.cambridge.org/core/journals/international-and-comparative-law-quarterly/article/weathering-the-storm-legality-and-legal-implications-of-the-saudiled-military-intervention-in-yemen/8A63C1293723EC59BD0FDA8BD709B25E

Salmoni, Barak, Bryce Loidolt e Madeleine Wells. 2010. Regime and periphery in northern Yemen: the Huthi phenomenon. Rand Corporation.

Santos, Mibsan Pereira. 2020. "A Balança de Poder na Guerra Civil do Iêmen: a interação entre Arábia Saudita e Irã (2015 a 2020)". TCC. Faculdade damas da instrução cristã.

Save the Children. 2023. "Watching Our Every Step: The deadly legacy of explosive ordnance for children in Yemen". https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/Watching-Our-Every-Step-The-Deadly-Legacy-of-Explosive-Ordnance-for-Children-in-Yemen.pdf/

Saudi Leaks. 2021. "Saudi Arabia steals Yemen's oil and deposits its money in the National Bank". Yemen War.17 de agosto, 2021. https://saudileaks.org/en/yemen-7/

Shield, Ralph. 2017. "The Saudi air war in Yemen: A case for coercive success through battlefield denial". Journal Of Strategic Studies 41 (3):.461-489. http://dx.doi.or g/10.1080/01402390.2017.1308863.

Spohr, Alexandre Piffero. 2015. "Arábia Saudita: Sucessão Real e Intervenção no Iêmen". Conjuntura Austral 6 (29): 13-28 ISSN: 2178-8839
https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/54718/33858

Tardelli, Lucas. 2013. "When elites fight: elites and the politics of US military interventions in internal conflicts". tese de doutorado. The London School of Economics and Political Science (LSE).

The Daily Star. 2015. "Bangladesh condemns Houthi actions in Yemen". The Daily Star, 30 de março, 2015. https://www.thedailystar.net/online/bangladesh-condemns-houthis-actions-yemen-74618

Trager, Eric. 2015. "Egypt 's Yemen Campaign". The Washington Institute, 27 de março, 2015. https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/egypts-yemen-campaign

Turkish Cooperation and Coordination Agency (TIKA). TİKA and AFAD Continue to Heal the Wounds of the Civil War in Yemen. 2021. https://tika.gov.tr/en/detail-

tika_and_afad_continue_to_heal_the_wounds_of_the_civil_war_in_yemen/

União Europeia. 2020. "EU-Yemen relations". 13 de novembro, 2020. https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-yemen-relations_en

Unicef. 2023. "8 years of crushing conflict in Yemen leave more than 11 million children in need of humanitarian assistance". Unicef Yemen,24 de março, 2023. https://www.unicef.org/press-releases/8-years-crushing-conflict-yemen-leave-more-11-million-children-need-humanitarian

UNHCR. 2015. Djibouti, UN. Acesso em: 12 de junho, 2024.https://www.unhcr.org/countries/djibouti

———. n.d. "Qatar Fund for Development." Acesso em: 11 de junho, 2024. https://www.unhcr.org/qa/en/our-partners/government-partners/qatar-fund-for-development.

———. 2024. "Yemen Humanitarian Crisis". https://www.unrefugees.org/emergencies/yemen/

UNHCR Global Focus. 2024. Yemen, UN, disponível em: https://reporting.unhcr.org/operational/operations/yemen

UNODC. 2024. "Assessment of the Response to Illicit Weapons Trafficking in the Gulf of Aden and the Red Sea". Vienna, United Nations, 2024. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/CRIMJUST/Yemen_Booklet_Online.pdf.

UN Security Council resolution 1747, Adopted by the Security Council at its 5647th meeting on 24 March 2007, S/RES/1747 (24 March 2007), available from https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_res1747-2007.pdf.

UN Network on Migration. 2023. "Regional Migrant Response Plan (MRP) for the Horn of Africa and Yemen." Acesso em: 12 de junho, 2024. https://migrationnetwork.un.org/practice/regional-migrant-response-plan-mrp-horn-africa-and-yemen

UN Security Council. 2021. "As Conflict, Humanitarian Crisis Grows, Yemen 'Speeding towards Massive Famine', Under-Secretary-General Warns, in Briefing to Security Council". United Nations Security Council, 16 de março, 2021. https://press.un.org/en/2021/sc14470.doc.htm

United Nations Activities in Support of Mediation. 2017. https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/DPA%20Report%20REV9%20ENG%20WEB.PDF

United Nations Office on Drugs and Crime, Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Palermo: United Nations, 2000), disponível em https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html

United Nations Office on Drugs and Crime, Assessment of the Response to Illicit Weapons Trafficking in the Gulf of Aden and the Red Sea (Vienna: United Nations, 2024), disponível em https://www.unodc.org/documents/CRIMJUST/Yemen_Booklet_Online.pdf.

Visentini, Paulo. 2022. Oriente Médio, Afeganistão e Ásia Central: A Lógica da Guerra Sem Fim Porto Alegre: CEBRAFRICA. Leitura XXI, 11.

———. 2017. "Século XXI: Impasses e conflitos". Porto Alegre: Leitura XXI, 14.

Veja. 2018. "Organizações pressionam EUA a suspenderem apoio a aliados no Iêmen". Veja Mundo, 28 de novembro, 2018. https://veja.abril.com.br/mundo/organizacoes-pressionam-eua-a-suspenderem-apoio-a-aliados-no-iemen#google_vignette

Yaghi, Mohammad. 2022. "The United Arab Emirates in Yemen: From Direct to Indirect Engagement and Back". Acesso em 11 de Junho de 2024. Disponível em: https://www.kas.de/documents/286298/8668222/Policy+Report+No+Policy+Report+No+63+-The+UAE+in+Yemen.+From+Direct+to+Indirect+Engagement+and+Back.pdf/5c1f4ab3-eea5-3e54-d950-81e0be6f34b4?version=1.0&t=1644851694044

Zimmerman, Katherine J. 2014. "Yemen's Pivotal Moment." Critical Threats Project of the American Enterprise Institute, February 12, 2014. https://www.criticalthreats.org/analysis/yemens-pivotal-moment

PRESS



ufrgs mun 2024

COMITÊ DE IMPRENSA INTERNACIONAL

Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas[139]

Anselmo da Cruz Berté
Cecília Malta Martini
Fernanda Simoneto Machado
Giulia Fogali Moreira
Maria Fernanda Barbosa Freire
Mariana Dawas Vieira
Vinícius Gabriel da Silva Morele[140]

Resumo

A imprensa internacional — no papel de coletar, investigar, analisar, checar e transmitir acontecimentos em um mundo globalizado — lida com a responsabilidade de reportar fatos à sociedade, conectando, curando, certificando e traduzindo o que lhe é de interesse. O jornalismo emerge no cenário internacional com a missão de levar conhecimento ao grande público acerca do contexto global no qual está inserido, configurando-se, portanto, como uma ponte entre aqueles que tomam as decisões e aqueles que são influenciados por essas. Hoje, em um período marcado pela essencialidade do digital, o jornalismo encontra-se em transformação, potencializando as técnicas antigas de forma a conduzi-las ao encontro das novas, convergindo os formatos e

[139] Este artigo é uma revisão e adaptação de Berté et. al 2023 (Berté, A. C, Martini, C. M., Machado, F. S., Moreira, G. F., Freire, M. F. B., Vieira, M. D., e Morele, V. G. S. 2023. Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas. Guia de Estudos UFRGS Model United Nations 10: 480-521), autorizada pelos autores.

[140] Estudantes dos cursos de Jornalismo e de Relações Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

redescobrindo o ofício por meio das tecnologias contemporâneas. Nesse contexto, o Comite de Imprensa Internacional (CI) apresenta-se como uma maneira de compreender esse cenário, simulando, pois, o funcionamento dos principais veículos de comunicação mundiais na cobertura de assuntos internacionais. Durante o evento, o CI será responsável por realizar a cobertura midiática de todas as sessões simuladas no UFRGS Model United Nations (UFRGSMUN) para as plataformas digitais — Twitter, TikTok e Instagram. Os repórteres produzirão, além de materiais relativos à cobertura das sessões, entrevistas, reportagens e artigos à luz das linhas editoriais em representação. Com o mesmo intuito, estará no escopo dos jornalistas a produção de telejornais e coletivas de imprensa.

1. INTRODUÇÃO

Dentre outras maneiras, pode-se entender o jornalismo como "a arte de captar códigos do éter e transmutá-los em linguagem palatável" (Jorge 2008, 34). Nesse sentido, institui-se a noção de um ofício que traduz os acontecimentos da realidade em linguagem propagável e acessível. É verdade, porém, que como pontua Meditsch (1997),o real sempre será inacessível ao jornalista, uma vez que a realidade é dotada de inúmeros sentidos. Ao jornalista, cabe propor ao público leituras da realidade, às quais é possível se filiar.

> Falar de "a verdade", enquanto substantivo, atributo coisificado, assim vai perdendo sentido. Mais apropriado seria se falar no adjetivo, no enunciado "verdadeiro". E poderão existir muitos enunciados verdadeiros,

> eventualmente até contraditórios entre si, ainda que cada um coerente com seus pressupostos, porque nenhum enunciado é capaz de esgotar a realidade inteira (Meditsch 1997, 4).

Emerge a ideia de uma profissão cujo papel principal é o compromisso social. A credibilidade torna-se um dos principais capitais do jornalismo.

> Embora seja um instrumento de mudanc?a social, o jornalismo não é mais do que uma cie?ncia de decodificac?ão [...]. Pode e deve ser usado para boas causas, mas estas não devem comprometer a universalidade do ofício ou dar-lhe em última insta?ncia, status de porta-voz da justic?a [..]. Nós, jornalistas, não transferimos dúvidas para o leitor, é essa nossa crenc?a e é por isso que não há bem maior na profissão do que a credibilidade junto ao público (Jorge 2008, 34).

Hoje, os dilemas do ofício acentuam-se, ainda mais, ao se depararem com uma sociedade cujas transformac?ões ocorrem cada vez mais rapidamente. Isso acontece, dentre outros motivos, devido à prática jornalística estar historicamente ligada à tecnologia (Rodrigues 2009). Mesmo em meio à gerac?ão que reverbera uma crise no jornalismo, a credibilidade destaca-se como o que dá fo?lego à profissão, quando se considera, nesse cenário, o aumento na velocidade de mudanc?a comportamental do homem, bem como a rapidez na circulac?ão de informac?ões permitida pelo advento da internet.

Todas essas novas associac?ões à vida humana fizeram com que os meios de veiculac?ão tradicional do jornalismo – jornais, revistas, rádios e canais televisivos - enxergassem um novo desafio à frente: a adequac?ão do método antigo ao cotidiano de novos tempos. É por esse motivo que se acredita, na verdade, em uma crise no modelo de negócios e não na atividade jornalística em si. O que aconteceu após a segunda metade da década de 1990, com o desenvolvimento da internet, foi a reformulac?ão do mercado jornalístico e do perfil dos profissionais. "Com o mercado de trabalho redesenhado [...], ganha espaço o discurso da inevitabilidade da convergência e da necessidade de se investir em profissionais com múltiplas habilidades" (Rodrigues 2009, 67).

Outra característica intensificada na profissão por aspectos da atualidade está diretamente ligada à globalizac?ão. Hoje, segundo Silva (2011), a economia, a política, a cie?ncia e a cultura das diferentes sociedades nunca estiveram tão intensamente sujeitas ao contexto além das fronteiras nacionais e à interdependência entre os governos. Nesse cenário, o autor defende que o jornalismo para assuntos internacionais ganha destaque e releva?ncia, já que o correspondente estrangeiro passa a exercer papel essencial à cobertura diária.

Bomfim (2012), Aguiar (2008) e Natali (2004) alertam para a variedade de assuntos que a editoria de internacional abrange. A rigor, quaisquer assuntos que envolvam outros países são classificados como jornalismo internacional. Segundo Aguiar (2008), o jornalismo internacional envolve diversas questões, uma vez que as notícias definidas como internacionais podem ser sobre economia, política, cultura, entre outras.

O correspondente é importante não só por seus relatos serem interessantes a quem está diretamente ligado ao cenário internacional, mas por trazer "consciência de mundo", segundo Silva (2011), aos que, imprescindivelmente, são afetados pela globalização. Com a cobertura noticiosa, o jornalismo internacional faz a ponte entre o país distante, o outro (que aciona os sentimentos mais profundos de desconhecimento, curiosidade, medo, expectativa), e o leitor/espectador/ ouvinte.

> Assim como os jornais do início do século XIX ajudaram a tornar os habitantes de cidades e vilas membros de uma comunidade nacional, os meios de comunicac?ão atuais ajudam a transformar cidadãos nacionais em cidadãos globais, grac?as, em grande parte, ao trabalho de seus correspondentes internacionais (Silva 2011, 10).

Sendo assim, quanto ao papel do jornalista, persiste o de atuar como conector, curador, certificador e tradutor dos acontecimentos — ainda que em múltiplas plataformas, formatos e localidades. É o que Bomfim (2012, 33) sugere ao dizer que "como introdutor de assuntos antes desconhecidos para as pessoas, o jornalismo acaba atuando de forma pedagógica".

No papel de curador e conector, é atribuído ao profissional identificar os acontecimentos que se configuram como notícia segundo as circunsta?ncias nas e par as quais se reporta. Por último, na func?ão de certificador, compete também ao jornalista investigar e verificar a veracidade das informac?ões. Tais incumbe?ncias descritas prescindem o exercício do ofício jornalístico sob quaisquer circunsta?ncias (Jorge 2008).

Nesse a□mbito, como reflexo da realidade, portanto, o papel do Comite□ de Imprensa Internacional no UFRGSMUN é simular a atuac□ão dos principais veículos e age□ncias jornalísticas na cobertura de assuntos internacionais. Assim, o comite□ buscará cobrir os principais acontecimentos, procurando moderar a interac□ão e participac□ão dos interlocutores para além de cada sessão simulada. O papel dos jornalistas no CI será reportar, segundo as peculiaridades do veículo em representac□ão, o andamento dos comite□s simulados durante o UFRGSMUN.

Nesse sentido, os repórteres irão produzir conteúdo multimídia — incluindo texto, foto e vídeo — a ser publicado nos dias do evento nas plataformas digitais do CI, como TikTok e Instagram. Concomitantemente, caberá aos representantes realizar a cobertura em tempo real dos acontecimentos via Twitter. Para o bom procedimento dos encargos propostos, o presente Guia de Estudos irá abordar as diferentes variáveis que envolvem a cobertura jornalística, bem como as singularidades da utilização das diferentes plataformas e formatos.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Com base em Viana e Lima (2012), podemos afirmar que o jornalismo internacional é quase tão antigo quanto o próprio jornalismo. Isso porque os periódicos produzidos na Europa do século XVI, durante o mercantilismo, já informavam o leitor sobre acontecimentos de diferentes locais do continente. Muitos leitores dependiam desses jornais para se orientar econômica e politicamente sobre assuntos fora do alcance de sua vida cotidiana.

> Os indivíduos que liam estes jornais, ou escutavam sua leitura por outros, ficavam conhecendo fatos acontecidos em lugares os mais distantes da Europa – fatos que eles nunca poderiam testemunhar diretamente, em lugares que eles certamente nunca iriam visitar (Thompson 1999, 65).

Contudo, no século XIX, o advento de novas tecnologias que aperfeiçoaram o processo de impressão e distribuição de notícias e um contexto geopolítico favorável permitiram que as informações sobre assuntos internacionais atingissem outro patamar. A invenção do telégrafo possibilitou que as informações de lugares distantes chegassem de forma rápida, facilitando uma atualização diária dos acontecimentos. Com isso, em 1861, a Guerra de Secessão norte-americana foi o primeiro conflito com ampla cobertura internacional, contando com cerca de 150 correspondentes. Para Viana e Lima (2012), o telégrafo permitiu que o jornalismo se inserisse em uma nova perspectiva, a do presente instantâneo.

Ter correspondentes internacionais, no entanto, é custoso para os veículos e exige capacitação e adaptação dos profissionais ao novo ambiente. Nesse sentido, surgem, ainda no século XIX, as primeiras agências de notícia, como a Agence Havas na França, em 1836, a Associated Press nos Estados Unidos, em 1844, e a Reuters na Inglaterra, em 1851. A filiação a uma agência era mais econômica do que manter um corpo de correspondentes no exterior, ainda que pequeno. Até hoje, essas empresas recolhem e transmitem informações à nível global e alimentam diversos veículos midiáticos.

Entretanto, de acordo com Viana e Lima (2012), o uso indiscriminado de conteúdo produzido por agências de notícias

acaba por homogeneizar o texto noticioso que chega à população. A agência France Press envia, diariamente, cerca de cinco mil conteúdos para 165 países diferentes, em pelo menos seis idiomas. (Soares 2009). Dessa forma, os países-sede dessas empresas tendem a exercer influência sobre a esfera pública de debate global.

> Na história do Jornalismo, a ascensão da bandeira de determinada agência esteve estreitamente atrelada à bandeira do país em que ela instalou sua sede e no qual fincou interesses. A França, o Reino Unido e os EUA foram países em ascensão no momento em que a industrialização os projetava por suas ambições expansionistas e por seu poderio industrial e mercantil. E, também, pelo poderio de sua imprensa. Em outras palavras, a história do jornalismo internacional é de algum modo a história dos vencedores" (Natali 2007, 32)

O advento e popularização da internet também foi um marco importante para o jornalismo internacional, sendo a possibilidade de atualização instantânea dos fatos ocorridos em outro lugar do mundo especialmente relevante para essa editoria. Além disso, o ciberjornalismo possibilitou uma maior interatividade entre os veículos e o público, e entre os próprios jornalistas. Por fim, a multimidialidade, ou seja, a capacidade de reunir diferentes mídias em uma mesma notícia, fez com que eventos internacionais tivessem uma cobertura mais completa, com a utilização de áudios e vídeos.

Segundo Natali (2007), quatro temas têm maior evidência no noticiário internacional: guerras e conflitos, eleições, epidemias e tragédias inesperadas. A violência, especialmente a relacionada

ao terrorismo, é frequentemente retratada na editoria internacional. Para Viana e Lima (2012), o alto número de mortos, feridos e inocentes nos atos terroristas permite a produção de espetáculos graves, surpreendentes e inesperados. De acordo com Angrimani (1985, 54), "na relação a três: morte-jornal-leitor, a morte do outro é consumida como espetáculo".

É possível compreender, portanto, que a cobertura jornalística é essencial para construir uma visão de mundo concreta e baseada em fatos. Ademais, é preciso também analisar a forma como a cobertura jornalística deve acontecer em tempos de crise, buscando sempre abranger um olhar humanitário e sensível acerca dos mais diversos temas.

A "cobertura humanitária" é um conceito muito comentado no livro The War Correspondent, do jornalista irlândes Greg McLaughlin. No texto, o autor examina a história e o papel dos correspondentes de guerra na cobertura desses conflitos armados, explorando o desenvolvimento da profissão juntamente às tecnologias e formas de comunicação. McLaughlin oferece uma visão sobre as dificuldades e desafios enfrentados por correspondentes de guerra, bem como o impacto que essas coberturas causam na geopolítica, mas principalmente como é possível ter um olhar humanitário e sensível ao realizar tais coberturas.

Utilizando como base a cobertura jornalística da Folha de S. Paulo na COP15, pode-se perceber alguns padrões a serem adotados nessas reuniões. Entre eles, destaca-se a atualização constante das redes sociais e as notícias diárias sobre os temas mais pertinentes da reunião. Tais práticas estão descritas na 22ª edição do Manual da Redação da Folha (2021), documento que padroniza

a atuação jornalística do veículo e descreve, portanto, sua metodologia. Em especial, a atualização do manual levanta questões relacionadas à diversidade, desinformação e liberdade de expressão. Neste último tópico, o jornal se preocupa em diferenciar a liberdade e o discurso de ódio.

Por fim, entendemos que a notícia não somente informa, mas orienta o público (Park 1976), sendo portanto, elemento essencial na construção de sentidos sobre a realidade. Assim sendo, nosso maior objetivo é contribuir para a construção da realidade, seguindo os princípios da cobertura jornalística humanitária, os conceitos de notícia estabelecidos por Park (1976) e os valores jornalísticos referenciados no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007). Alguns dos principais valores jornalísticos citados no Código de Ética são: o respeito à verdade, compromisso com a precisão de fatos, respeito à dignidade humana, transparência, responsabilidade social e integridade. Como imprensa de um evento em escala internacional, temos como nossa a responsabilidade de informar, interpretar e disseminar a verdade quanto aos acontecimentos, falas, reviravoltas e conclusões geradas a cada momento.

3. A COBERTURA JORNALÍSTICA

O termo "cobrir um evento" refere-se ao ato de reportar uma série de fatos dentro de um mesmo contexto. Ainda nesse âmbito, também não se estabelece um número determinado de publicações ou de formatos que envolvem o acompanhamento de um evento ou acontecimento. Pelo contrário, ainda quando planejada, a cobertura jornalística se dá no número de notícias que

se fizerem necessárias para abranger um acontecimento em sua totalidade. Hoje, com as ferramentas digitais atreladas à atividade jornalística, identifica-se uma série de novas rotinas para a cobertura diária, pela convergência e pluralidade permitida nas plataformas digitais (Ferrari 2010). Ainda assim, é importante lembrar os valores fundamentais da profissão que permanecem, independentemente do meio de propagação da notícia (Pinto 2014).

> O (A) Jornalista continua sendo alguém capaz de encontrar informação relevante e interessante e de transmiti-la da forma mais correta e inteligente. A plataforma em que ele vai contar sua história - áudio, vídeo, internet, mobile ou papel - pode mudar, mas os fundamentos da profissão continuam os mesmos (Pinto 2014, 31).

Dessa forma, cabe acrescentar que, considerando os elementos que compõem o conteúdo virtual, sabe-se que essa plataforma permite métodos muito além dos tradicionais utilizados na cobertura impressa — texto, fotos e gráficos —, bem como na cobertura televisiva e radiofônica (Ferrari 2010). Contudo, o desafio do jornalismo não está relacionado somente às diferentes possibilidades, mas também ao preparo das redações e dos jornalistas em saber lidar com os eventos e os respectivos públicos de interesse (Pinto 2014). Antes de entender, entretanto, como o jornalismo se articula nas diferentes mídias, é preciso conhecer algumas definições fundamentais para o exercício da profissão.

3.1 Definições preliminares

O primeiro conceito a se compreender com clareza antes de ir em busca da informação é o que se chama de pauta. Esta, além de ser um instrumento de organização interna para as redações, configura-se como guia de produção para o repórter. Isso porque a pauta é o inicio de qualquer reportagem, não sendo apenas um roteiro, mas um primeiro esboço do que pode ser obtido no produto final. Uma pauta compreende mais do que o assunto a ser investigado, pois também esboça os caminhos prévios de um repórter para alcançar determinada informação; procura, portanto, delimitar os ângulos a serem explorados em uma notícia (Marques 2003).

É importante ressaltar que, por se tratar de um esboço, a pauta, na maioria dos casos, sofre alterações ao longo das investigações. Considerando que os fatos estão em constante ocorrência e que durante o período de investigação costuma-se descobrir mais sobre o assunto a ser reportado, é comum que as pautas caiam ou se adaptem às novas descobertas do repórter sobre o assunto investigado. O Manual de Redação da Folha de S. Paulo (1987) sugere um roteiro com os principais elementos que constituem uma pauta, ou seja, o que é importante saber antes de se iniciar a coleta de informações:

> Um breve histórico dos acontecimentos que constituem o objeto de reportagem; Um roteiro das questões essenciais que a reportagem deverá responder; Uma hipótese, ao menos, que a reportagem vai confirmar ou refutar; Os aspectos mais relevantes para o veículo no

> tema da reportagem: Os aspectos até então poucos explorados do assunto; Indicac?ões de nomes de pessoas – com respectivas informac?ões de contato – que podem ser procuradas como fonte de informac?ão (Folha de S. Paulo 1987).

Posto isso, outro elemento a ser compreendido é o conceito de notícia. Apesar de não existir um consenso quanto a seu significado, também por se tratar de um conceito por vezes sujeito a circunsta?ncias específicas para ser definido. No contexto deste guia de estudos considera-se, de antemão, que "as notícias são o resultado de um processo de produc?ão, definido como a percepc?ão, selec?ão e transformac?ão de uma matéria-prima (os acontecimentos) em um produto (as notícias)" (Traquina 1993, 169).

Sabe-se que a publicac?ão de notícias é o principal trabalho jornalístico. Ao pensar o conceito de notícia pode-se considerar, também, seu significado na língua inglesa, news, que se traduz como "novo". Contudo, não somente a ideia de novidade define notícia, mas a combinação de atualidade, releva?ncia e interesse público. Na prática jornalística, a compreensão do conceito de notícia está diretamente vinculada à ideia de valor-notícia – em outras palavras, os critérios que definem o que deve ser noticiado.

Fabiane Moreira (2014) reconhece dez valores-notícia mínimos, sendo esses: (i) interesse público ou social; (ii) atualidade e ineditismo; (iii) importa?ncia (conseque?ncia; impacto; intensidade e gravidade; utilidade e servic?o; notoriedade dos agentes); (iv) emoc?ão e dramaticidade; (v) entretenimento; (vi) suspense; (vii) excepcionalidade (extraordinário ou sensacional; incomum, insólito ou singular; imprevisível, inesperado,

surpreendente); (viii) conflito ou controvérsia; (ix) negatividade (infrac?ão ou ilegalidade; falha; violê?ncia); e (x) proximidade (em relac?ão aos interlocutores). Ou seja, no momento de definir o que é ou não notícia, é importante que o acontecimento tenha, pelo menos, um dos valores pré-definidos, mesmo que esse julgamento seja, claro, subjetivo.

3.2 Apuração

Após a identificac?ão do que será noticiado, inicia-se o momento de apurac?ão jornalística. Este processo diz respeito à coleta e verificac?ão de informac?ões. Nesse, reúne-se entrevistas, arquivos legais ou administrativos, notas, relatórios oficiais e estatísticas confiáveis para, posteriormente, ser possível construir o produto jornalístico a ser publicado (Pinto 2009).

É com base nesses documentos e na observac?ão que se faz durante o processo de apurac?ão que o jornalista irá sustentar o seu texto e, consequentemente, agregar credibilidade ao seu trabalho. Para isso, é preciso realizar pesquisas, leituras aprofundadas e consultar fontes confiáveis. Da mesma forma, é de extrema importa?ncia no processo de apurac?ão verificar como o assunto investigado já foi abordado na mídia.

Outra maneira de entender tal processo é, conforme a classificac?ão de Jorge (2008), quando se define a apurac?ão direta e indireta. A apurac?ão direta, segundo a autora, consiste na investigac?ão em que se consegue chegar direto aos protagonistas do ocorrido, aos responsáveis pelo local onde aconteceu ou a qualquer outra fonte que tenha relac?ão direta com o fato. Entretanto, nem sempre se consegue tal aproximac?ão. Não

havendo alternativas, existe a apuracão indireta, em que o jornalista não pode se aproximar do fato e, portanto, articula-se com aquilo que está ao seu alcance: fatos que antecedem o objeto de reportagem, fontes que se relacionam indiretamente de alguma forma com esse objeto, entre outros (Jorge 2008).

Dentre os métodos de apuracão indireta está o off the record, que é referente à situacão em que o jornalista entrevista a fonte ou recebe uma informacão, porém não pode citar o emissor dessa. Para isso, repórter e fonte devem previamente combinar que a informacão será passada "em off". Em outros casos, a fonte, apesar de não se identificar, fornece pistas ao jornalista de com quem falar ou onde buscar a informacão desejada (Jorge 2008). Nas duas situações o jornalista tem o dever e a proteção legal, na jurisdição brasileira, de preservar a identidade da fonte.

Outra técnica é denominada "Fantasia". Essa diz respeito às situações em que o repórter utiliza disfarces quando a via direta falha. Via de regra, veículos não encorajam que o profissional se utilize desse subsídio para alcançar a informação, visto que é sempre preferível identificar-se como jornalista logo de início para evitar constrangimentos; afinal, qualquer falha pode afetar a reputação e a credibilidade do repórter e do veículo para o qual trabalha (Jorge 2008).

Por último, a autora classifica o questionário, que se torna uma alternativa quando a fonte não quer ou não pode realizar a entrevista, até mesmo por telefone. Na maior parte dos casos, ele é enviado a instituicões nos casos em que a reportagem denuncia alguma irregularidade e a empresa ou autarquia pública prefere, para controlar os danos à própria imagem, redigir o texto de resposta na tentativa de controlar a sua recepcão. Nesses casos, é

preciso comunicar aos leitores, ouvintes ou espectadores as circunstaNncias sob as quais tais informacNões foram adquiridas (Jorge 2008).

No coracNão da notícia está a entrevista, de onde o repórter irá buscar as informacNões, os testemunhos e o contraditório. Segundo Medina (1986), a entrevista é uma técnica de interacNão social e informativa. Apesar de representar papel essencial na investigacNão de um acontecimento, é importante ressaltar que realizacNão de entrevistas é apenas uma das partes do processo e não a apuracNão propriamente dita. De acordo com Pinto (2009), entrevistar implica relacionamento.

É imprescindível estabelecer aquilo que se quer tirar da entrevista e, a partir disso, elaborar perguntas abertas ou fechadas. Perguntas abertas tendem a respostas mais longas e elaboradas. Já perguntas fechadas são úteis para que o entrevistado assuma uma posicNão ao dar respostas mais diretas e objetivas. Um dos critérios determinantes para o sucesso de uma entrevista — e, consequentemente, da redacNão de notícias — é uma leitura prévia sobre o assunto e uma listagem dos principais fatos (Pinto 2009). Aplicado ao que se propõe este guia de estudos, sugere-se, nesse sentido, que os jornalistas realizem leitura prévia sobre o comiteN a ser reportado, bem como sobre a maneira como o tópico em debate é abordado pelo veículo em representacNão.

Alguns comportamentos do jornalista no momento da entrevista auxiliam posteriormente na producNão do conteúdo jornalístico. Gravar, mediante autorização prévia do entrevistado, — mesmo no caso de produção textual — e fazer anotações, por exemplo, são algumas das atitudes que podem auxiliar o processo de redação das notícias. Além de permitir o registro de informações

e dados importantes mencionados pelo entrevistado, garante a literalidade das declarações e facilita a organização das informações apuradas. "É uma maneira de os repórteres salvaguardarem-se de fontes covardes e de má-fé, desses entrevistados que, diante do primeiro distúrbio de interesse, anunciam aos ventos jamais terem dito" (Fortes 2008, 57).

3.3 Texto jornalístico

Um bom texto é resultado de uma apuração completa, coleta de detalhes e fatos concretos, boa hierarquização e organização das informações (Pinto 2009). No jornalismo, há diversos formatos de texto jornalísticos: notícias, reportagens, críticas, artigos, editoriais. No entanto, no UFRGSMUN, iremos trabalhar principalmente com a produção de notícias. Não há fórmulas nem estruturas fixas para o desenvolvimento do texto. Entretanto, alguns elementos são essenciais para a narrativa de uma notícia.

Nesse sentido, o contexto histórico do fato a ser narrado, assim como a ordem cronológica da história devem ser abordados na construção da notícia. Fornecer uma dimensão quantitativa ajuda a compreensão do leitor. Além disso, opiniões relevantes ou de autoridade dão valor ao texto, bem como mostram as versões dos personagens envolvidos nos diversos lados da história. Identificar as consequências ou os próximos passos relacionados ao acontecimento são formas de concluir o texto. A organização do texto determina a compreensão do leitor, então, estabelecer um parágrafo para cada um dos elementos citados acima e os relacionar entre si é uma forma de manter uma estrutura coesa. De acordo com

Ana Estela de Souza Pinto (2009), a estrutura básica de um texto noticioso é formada por título, lide e texto.

Em relac?ão ao título utilizado, ele deve estar ligado ao que se denomina, no texto, de lide - o primeiro parágrafo do texto, onde as informac?ões mais importantes da notícia estão contidas. Nesse mesmo sentido, um título nunca deve prometer algo que não vai ser respondido ou estar presente no texto. Salvo exced?ões, todo o título deve conter um verbo, que deve estar, necessariamente, no presente, visto que a notícia representa a atualidade e não o passado. A clareza e a simplicidade são qualidades que agregam valor ao título (e ao texto, da mesma forma). Se possível, é preferível não se utilizar siglas no título ("Ministério da Saúde" é melhor do que "MS", por exemplo), uma vez que o leitor nem sempre saberá o significado da sigla e escrever seu significado no título pode deixá-lo extenso demais. Por fim, vale ressaltar que títulos de notícias não devem conter pontos finais (Pinto 2009).

Quanto à técnica de redac?ão, a mais utilizada é a da pira?mide invertida, ou seja, a narrativa deve seguir uma ordem decrescente de importa?ncia das informac?ões. A ideia é que nem todos lerão o texto até o fim; portanto, se o leitor ler apenas o primeiro parágrafo, já irá reter as principais informac?ões da notícia. Nesse sentido, após ler as informac?ões "escritas de forma direta, o leitor já saberá exatamente o que aconteceu e, caso não tenha tempo de ler tudo, abrirá mão dos detalhes, [sabendo] responder sobre a notícia se for questionado por alguém" (Floresta 2009, 121).

No que diz respeito ao lide, mencionado anteriormente, vale destacar que ele fornece um resumo organizado dos fatos. Objetivamente, segundo Pinto (2009), o lide deve ser composto

pelas respostas dos seguintes questionamentos: "quem?", "o quê?", "quando?", "onde?", "como?", "por quê?", "para quê?" e, principalmente "e daí?". Nem sempre todos esses aspectos deverão obrigatoriamente ser abordados no primeiro parágrafo. É o caso do "como?" e "por quê?". Essas são perguntas que podem demandar maior detalhamento e que, se forem respondidas de uma maneira muito sintética, podem trazer informac?ões incompletas (Pinto 2009).

Essa estrutura diz respeito ao modelo mais tradicional de veiculac?ão de conteúdo jornalístico. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, há uma diversidade de (i) formatos — notícia, reportagem, cro?nica, coluna, crítica — e (ii) finalidades — informar, opinar, prestar servic?o — nos quais a informac?ão pode ser propagada. No Brasil, o jornalista José Marques de Melo[141] foi quem propo?s a classificac?ão dos ge?neros de textos jornalísticos mais utilizada tanto no mercado quanto no mundo acade?mico (Jorge 2008).

Em relac?ão à redac?ão jornalística também há alguns aspectos importantes a serem considerados. O primeiro diz respeito à clareza: o ponto chave de toda boa redac?ão jornalística. Assim como o jornalismo pretende democratizar a informac?ão, a linguagem do repórter precisa cumprir o mesmo papel, sendo compreensível a todos. Diferente do que se pode imaginar primordialmente, o texto jornalístico se caracteriza por sua

[141] José Marques de Melo é fundador da Escola de Comunicac?ões e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicac?ão (Intercom), catedrá- tico Unesco de Comunicac?ão da Universidade Auto?noma de Barcelona, além de ser o primeiro brasileiro a obter o título de doutor em jornalismo. O autor já escreveu mais de 35 obras e orientou cerca de 72 mestres e 28 doutores.

simplicidade. Dessa maneira, na redac□ão de notícias deve-se optar sempre por um vocabulário sem rebuscamentos e um texto escrito na ordem direta. Além disso, quanto menor a frase, melhor. Rebuscamento e inversão sintática são pontos que facilmente podem gerar confusão por parte do leitor, como demonstrado pelo trecho abaixo:

> Um assessor de Tancredo Neves queria fazer bonito. Num discurso, escreveu: "Esforçar-nos-emos para viabilizar uma sociedade mais inclusiva". O presidente leu em voz alta. Achou pretensiosa e oca. Substituiu-a por "Vamos construir um país em que ninguém fique de fora". É isso, palavras longas e pomposas funcionam como uma cortina de fumaça entre quem escreve e quem lê. Seja simples, entre dois vocábulos, prefira o mais curto. Entre dois curtos, escolha o mais expressivo (Squarisi 2005, 26-27).

Consultar dicionários, textos especializados, listas de sino□nimos são práticas essenciais durante o processo de construc□ão do texto. Escolher os termos certos ajuda a expressar o que se deseja, já que a clareza das ideias está intimamente relacionada à precisão das palavras que as traduzem (Squarisi 2005).

Da mesma maneira, vale explicar ao leitor os termos específicos de determinada área, quando estão presentes na matéria. Se a pauta envolve direito, economia, cie□ncia ou medicina, recomenda-se consultar o dicionário e, no caso da atuac□ão no CI, os guias de estudo, bem como os diretores - especialistas no assunto reportado -, que podem auxiliar na compreensão dos

termos e, consequentemente, a criar uma reportagem clara ao leitor. Também opte por palavras concretas. No jornalismo, o específico é preferível ao genérico; o definido, ao vago; o concreto, ao abstrato.

> Há palavras mais específicas que outras. Gato siamês é mais singular do que gato; homem, mais do que animal; laranjeira, mais do que árvore; árvore, mais do que planta ou vegetal. Trabalhador é um termo de sentido geral, muito amplo. Jornalista tem sentido mais restrito. Jornalista do SBT, mais ainda (Squarisi 2005, 31).

Ainda, deve-se evitar, ao longo dos relatos, a entrada de adjetivos e qualificações que não especificam ou caracterizam concretamente. Igualmente, o repórter deve tentar, ao máximo, não imprimir os próprios juízos de valor no texto, assim como deve procurar não relativizar seu conteúdo. Por exemplo, as concepções de "grande" são diferentes de pessoa para pessoa — como, então, optar por utilizar esse adjetivo para especificar ou caracterizar algum objeto ou fato? Além de impreciso, não acrescenta nenhuma informação ao interlocutor. Deve-se sempre preferir fatos, dados, indicadores e comparações no lugar de adjetivos. Em vez de "muitos estudantes compareceram à cerimônia", por exemplo, prefere-se "cerca de 300 estudantes compareceram à cerimônia, o dobro em comparação ao ano anterior". Em vez de "o prédio era velho", prefere-se "o prédio foi construído em 1910". Deixe que o leitor tire suas próprias conclusões..

> Há adjetivos que causam urticária aos substantivos. São os adjetivos-o□nibus. Vazios, não acrescentam nenhuma informac□ão ao substantivo. Ao contrário. Exprimem a opinião de quem escreve. [...]. O que é clima maravilhoso? Quente? Chuvoso? Nublado? Depende do gosto do freguе□s. E pessoa formidável? E lic□ão fantástica? Vestido bonito? Sei lá. (Squarisi 2005, 31).

Outro aspecto simples, porém essencial, refere-se à construc□ão das frases. Nesse sentido, procura-se sempre colocar as sentenc□as na forma positiva, ou seja, dizer o que é, não o que não é. "Discordar" é melhor do que "não concordar", por exemplo. É também preferível optar pela voz ativa. Notam-se tre□s vantagens em utilizar a voz ativa: é mais curta, dispensa o verbo "ser" e as conjugac□ões no gerúndio, assim como pode soar mais direta, vigorosa e concisa que a voz passiva. Saber mesclar frases mais curtas e diretas às frases mais completas que conte□m alguma explicac□ão, por exemplo, também é uma boa estratégia. Esse recurso ajuda a dar fluidez ao texto e evita a exaustão do leitor ao deparar-se apenas com frases curtas ou apenas com frases longas. Nesse sentido, sugere-se mesclar uma frase completa e uma frase longa ao decorrer do parágrafo a fim de articular o próprio texto: converter duas frases em uma, ou uma em tre□s, quando necessário. Períodos muito extensos podem fazer com que o leitor se sinta perdido, sem compreender, por completo, o significado intencional do autor. Já as frases curtas diminuem a possibilidade de erro por parte do redator, pois significam menos tropec□os em conjunc□ões, vírgulas e concorda□ncias, além de tornarem o texto mais claro (Squarisi 2005).

A concisão é um elemento fundamental para uma boa redação jornalística. Isso porque, além de exprimir mais clareza, respeita a paciência do leitor e poupa tempo e espaço. Entretanto, é necessário entender que ser conciso significa que cada palavra, frase e parágrafo devem estar repletos de sentido. Uma construção concisa dispensa todo e qualquer vocabulário vago, impreciso, desnecessário (Squarisi 2005). Uma sugestão para tornar o texto mais conciso é ir direto ao ponto. Por exemplo, em datas, evitar os substantivos (prefira "em 20 de janeiro" a "no dia 20 de janeiro"); substituir a locução adjetiva por adjetivos (prefira "material bélico" a "material de guerra", "pessoa indiscreta" a "pessoa sem discrição"); trocar orações adjetivas por nomes (opte por "pessoa vegetariana" a "pessoa que se alimenta de verduras e legumes"); cortar expressões como "que é", "que foi", "que era" (opte por "A maior parte da população de Washington, a capital dos Estados Unidos" em vez de "A maior parte da população de Washington, que é a capital dos Estados Unidos"); eliminar palavras ou expressões desnecessárias ("decisão tomada no âmbito da diretoria" pode ser substituída por "decisão da diretoria", "trabalho de natureza temporária", por "trabalho temporário", etc.); e substituir a locução verbo somada do substantivo pelo verbo ("fazer uma viagem" pode ser "viajar", "fazer música", "compor" e "pôr as ideias em ordem", "ordenar as ideias").

Também deve ser evitado o vício de gerúndios, conjunções ou qualquer outra expressão que se repita com frequência ao longo do texto; tal aspecto torna a leitura cansativa e pode despertar desinteresse por parte do interlocutor. A redação precisa ser construída não apenas com base no que foi percebido

pelo repórter, mas, principalmente, pelo conteúdo fornecido pelas fontes (Fortes 2008). Assim, é importante construir o texto conforme as informac?ões confiáveis arrecadas no processo de apurac?ão. Uma boa alternativa é mesclar a narrativa do repórter com as informac?ões e as citac?ões das fontes. Aspas trazem credibilidade. Portanto, utiliza-se tanto discurso direto quanto indireto nos textos jornalísticos. Isso evita cansar o leitor com uso exclusivo de uma dessas formas.

Há muitos outros aspectos que permeiam a redac?ão do texto jornalístico, mas a verdade é que não existe receita. Não há uma fórmula que encaminhe o repórter à redac?ão perfeita. O que se pode fazer é chamar a atenc?ão para alguns pontos que auxiliam a compreensão do texto jornalístico em esse?ncia. De maneira muito mais ampla do que foi abordado neste guia de estudos, é preciso estar atento a tudo: uso correto das rege?ncias verbais e nominais, emprego de um único tempo verbal ao longo do relato, grafia correta do nome de empresas, países e personalidades, organizac?ão dos parágrafos, cronologia dos fatos, pontuac?ão, escolha de vocabulário inclusivo, respeito aos direitos humanos, possibilidade de segundas interpretac?ões, entre muitos outros aspectos. É somente por meio da prática contínua que o repórter será capaz de desenvolver uma boa redac?ão, não apenas utilizando as ideias expostas neste guia, mas descobrindo, através do exercício de redator, as necessidades léxicas e linguísticas do próprio texto (Squarisi 2005).

3.4 Fotojornalismo

Após muitas evoluc?ões e aprimoramentos, a fotografia se tornou um dos formatos mais acessíveis para cobrir eventos. Apesar disso, há muitos aspectos do fotojornalismo a serem ainda explorados antes de se realizar a cobertura das sessões simuladas. Nesse sentido, incentiva-se a produc?ão, edic?ão e compartilhamento de fotografias, por permitirem criar vínculo com o que está acontecendo, bem como estabelecer a relac?ão com o presente e com a realidade. No UFRGSMUN, os jornalistas devem utilizar seus próprios equipamentos, tais como smartphones, tablets, ca?meras digitais, ca?meras DSLR, entre outros.

A fotografia é um elemento de extrema importa?ncia na cobertura jornalística, sendo necessário saber o que, quando e como fotografar, além de saber quais fotos e o porque? de divulgá-las nas plataformas digitais Twitter, TikTok e Instagram. Para entender mais detalhadamente esse processo, optou-se por abordar as ca?meras portáteis de smartphones e tablets.

3.4.1 Fotografia com o celular

Para tirar fotos nos smartphones, é preciso conhecê-lo, isto é, explorar todas as possibilidades de configurações, verificando sempre se a qualidade das fotos salvas no dispositivo está em seu máximo - muitos celulares salvam as fotos em qualidades baixas para não ocupar muito espaço da memória do dispositivo. Os aparelhos são diferentes, por isso, procure saber a melhor forma de fazer foco, melhorar a intensidade da luz, entre outras configurações. A lente da câmera do celular deve ser mantida limpa

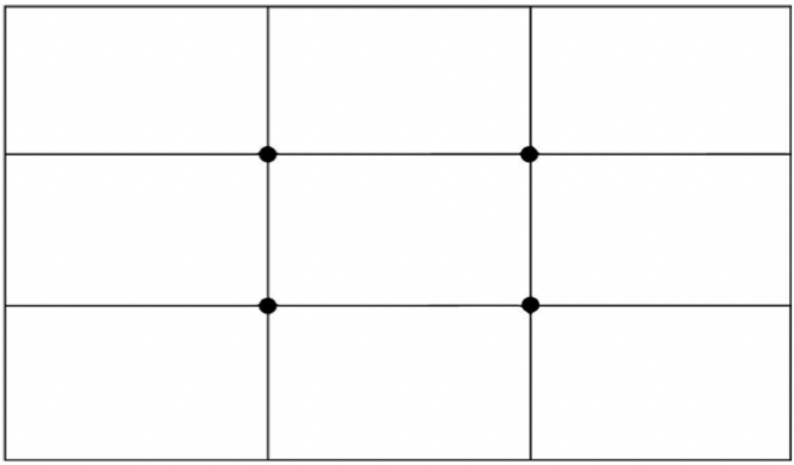
- em razão de os aparelhos estarem muitas vezes em bolsos, mochilas e outros locais fechados, as lentes costumam ficar sujas com frequência.

Quando o assunto é luz, é necessário tomar cuidado. Procure sempre um lugar bem iluminado, bem como regule (se o seu aparelho permitir) a intensidade da luz. Caso não seja possível, tente tirar a fotografia com o aparelho apoiado, pois na ausência de luz o aparelho faz alterações no tempo de exposição e no ISO, motivo pelo qual as fotografias podem sair tremidas ou granuladas. Ademais, evite utilizar o zoom com as câmeras de celular, porque a maior parte dos dispositivos usa zoom digital, queextrapola a imagem para criar a ilusão de aproximação, perdendo detalhes que podem ser cruciais ou prejudicando a qualidade das fotos. Caso o motivo fotografado esteja longe, aproxime-se desse e capture a foto.

3.4.2 Dicas para fotografar

A primeira dica é, independentemente do dispositivo, experimentar ângulos novos. Recomenda-se tirar diversas fotos e não economizar espaço nos dispositivos. Além disso, aconselha-se procurar posições diferentes para descobrir a melhor e mais interessante posição e iluminação. Existem diversas formas de fotografar, diversas dicas e táticas para melhorar a fotografia, mas selecionamos aqui a que consideramos a mais importante: a Regra dos Terços, que é utilizada desde a Renascença nas pinturas de artistas como Leonardo da Vinci e Michelangelo (Ramalho 2012).

Imagem 1: esquema da regra dos terços



Fonte: acervo dos autores

Essa regra divide a cena em tre?s linhas verticais e tre?s horizontais, resultando em 9 reta?ngulos iguais. O ponto de encontro das linhas são os pontos focais, ou seja, os pontos aos quais se quer chamar a atenc?ão. Nas fotografias, tenta-se colocar o objeto da cena em um desses pontos. Essa ferramenta ajuda a evitar composic?ões centralizadas e monótonas.

Imagem 2: objeto da cena na regra dos terços



Fonte: acervo dos autores

As fotografias, no CI, terão a funcão de mostrar aos que não estavam presentes, no momento da simulacão, o que nela ocorre, bem como contextualizar as publicacões. Ainda que possa parecer um tanto óbvio, pensar dessa forma é um recurso altamente didático, pois permite fotografar exatamente para o objetivo ao qual o CI se propõe: enxergar, nas fotografias, a postura, o olhar, as reacões dos delegados e os acontecimentos como um todo. Geralmente, as sessões não são muito visuais e as fotos podem sair muito parecidas. Por este motivo, é necessário investir em novos angulos, bem como procurar detalhes marcantes e que sejam importantes para narrar o que aconteceu na sessão em específico.

Destaca-se ainda que é necessário tirar diversas fotos para que uma seja considerada a mais adequada para divulgacão; no entanto, importa lembrar: o fotógrafo deve ser "invisível", ou seja,

não deve atrapalhar o andamento da sessão com barulhos ou solicitando que as pessoas mudem suas posic?ões para que a fotografia fique melhor. Isso parece óbvio, mas, por vezes, para encontrar a foto mais adequada, o fotógrafo pode desconcentrar o agente fotografado. Dependendo do meio onde as fotos forem divulgadas, essas podem ser mais descontraídas, co?micas, pole?micas ou sérias. O importante é compreender o que cada meio demanda da fotografia. No Twitter, por exemplo, por ser uma plataforma mais dina?mica, as fotografias podem fluir da comicidade à seriedade, da descontrac?ão à pole?mica. É essencial, também, que todas as capturas selecionadas e divulgadas possuam legenda e que nelas estejam descritas o que está acontecendo, quando aconteceu e quem está praticando a ac?ão da fotografia.

3.5 Jornalismo Audiovisual

Com o avanc?o da internet, e principalmente a partir da criac?ão do Youtube, em 2005, o compartilhamento de informac?ões por meio de vídeos tornou-se uma das formas mais eficazes de divulgar notícias, produtos, servic?os, arte, tecnologia, entre outros. No UFRGSMUN, a utilizac?ão principal do vídeo é informar e entreter os participantes da simulac?ão.

O telejornal pode ser definido como o jornalismo aplicado à televisão. Sua principal func?ão é divulgar notícias dos mais diversos assuntos, utilizando-se de auxílios visuais para facilitar a compreensão do telespectador. A narrac?ão, em geral por parte do a?ncora, é um recurso comumente utilizado para explanar a notícia. No contexto da simulac?ão, o telejornalista é responsável pela produc?ão de reportagens. Neste ge?nero jornalístico há a

presenc?a do repórter, entrevistas feitas por ele, trechos de áudio cobertos por imagem e qualquer outro recurso gráfico e visual que se julgue necessário.

Há cinco partes que compõem uma reportagem, sendo elas: a cabec?a, o off, o stand up, as sonoras e o pé. De maneira semelhante ao lide do jornalismo escrito, a cabec?a é a introduc?ão da notícia pelo locutor; o off é a narrac?ão do texto do repórter em conjunto com imagens ligadas à notícia; o stand up é a narrativa feita pelo repórter no local do acontecimento; as sonoras são as entrevistas feitas pelo repórter; por fim, o pé é definido pelo texto breve lido pelo apresentador para o encerramento da matéria (Rezende 2000).

Produzir um vídeo exige um bom texto, mesmo não parecendo óbvio. Todas as realizac?ões do jornalismo, de uma forma ou de outra, são vinculadas à linguagem escrita. Para a construc?ão de uma boa história é necessário entender o seu público-alvo. Isto é, alcanc?ando na maneira e na forma como determinado assunto será abordado. Segundo Heródoto Barbeiro (2012), a ideia de imagens compostas com textos remete à instantaneidade do jornalismo. Isso é uma característica da produc?ão de vídeos, os quais precisam dialogar com o telespectador da melhor forma possível. Mesmo com textos parecidos, o vídeo da web e a televisão possuem diferenc?as. Entre elas, o modo de produc?ão técnica de conteúdo e a liberdade e a autonomia presentes na sua confecc?ão, que são mais presentes nos vídeos de web. A linguagem pode ser a mesma, bem como a natureza dos textos, que, segundo Barbeiro (2012), costumam ser objetivos e concisos. "Algumas regras, porém, devem ser seguidas

em cada veículo para que a missão de conquistar o telespectador, ouvinte ou leitor seja alcançada" (Barbeiro 2012, 149).

3.5.1 Entrevista Audiovisual

A entrevista em vídeo deve levar em conta a falta de familiaridade que o entrevistado em geral possui com as câmeras. É recomendado que haja uma conversa com o entrevistado enquanto não há gravação, para sanar eventuais dúvidas, instruí-lo acerca de quais tipos de pergunta serão feitas, bem como deixá-lo o mais confortável possível. Este esclarecimento da pauta, ao entrevistado, é também uma maneira de conseguir uma maior objetividade nas respostas por parte dele. Segundo Cruz Neto (2008), o repórter deve ter claro para si as perguntas que quer fazer ao entrevistado e estar atento às respostas, para questioná-lo quando for oportuno.

No âmbito da filmagem da gravação, alguns fatores devem ser levados em conta. A iluminação do ambiente é de extrema importância para que o entrevistado fique em evidência, devendo-se priorizar ambientes com iluminação natural e com pouco ruído externo. O fundo não deve ser poluído visualmente, para que não haja distração do foco principal (o entrevistado). A Regra dos Terços deve ser observada na filmagem, também, a fim de manter o entrevistado centralizado.

3.5.2 Edição de vídeo

A partir dos anos 1990, a edição não linear de vídeo surge e se populariza como a forma padrão de edição, dadas as

descobertas tecnológicas surgidas nessa década. Esta pode ser definida como o método de edic?ão que utiliza o inteiramente ambiente digital para editar vídeos, sem necessidade de alterar os arquivos originais. O ato de editar o material de vídeo coletado consiste em decidir quais elementos serão mantidos, apagados e combinados — em uma determinada lógica de encadeamento — para a criac?ão do novo conteúdo. Esse ato consciente será baseado na intenc?ão que o editor possui e qual seu sentido e objetivo final ao produzir o vídeo. Existem diversos softwares de edic?ão[142], sendo o CapCut[143] o programa gratuito mais utilizado entre os leigos, possibilitando inclusive que a edição seja feita pelo celular.

3.6 Coletiva de Imprensa

A coletiva de imprensa consiste em um modo de entrevista em que "a personalidade atende à imprensa em conjunto, respondendo às perguntas de repórteres de diversos veículos de comunicação" (Rabaça e Barbosa 1987, 238). Ou seja, é organizado um evento para que dúvidas em relação ao objeto em foco sejam sanadas. Esse processo requer preparo aprofundado tanto por parte do repórter quanto do entrevistado. A prática das coletivas surge juntamente à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como

[142] Para mais softwares de edic?ão gratuitos, acesse: http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noti- cia/2014/01/lista-traz-dez-editores-de-video-gratis-para-baixar-no-computador.html.

[143] Para aprender mais sobre o Windows Movie Maker, acesse: https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/2020/12/capcut-app-como-editar-videos-no-celular.ghtml.

técnica de propaganda dos Estados Unidos da América (EUA) e gera a ideia de que a opinião pública pode ser controlada através dela (Duarte 2003, 58). As primeiras coletivas de imprensa foram convocadas pelo presidente americano Theodore Roosevelt, que instalou a primeira sala de imprensa na Casa Branca. Ao fim da Guerra, Woodrow Wilson, então presidente dos EUA, dá continuidade à prática das entrevistas coletivas, tornando-a um costume no país. Desde então, esse modo de entrevista tem sido uma forma de prestar esclarecimentos públicos, assim como de comunicar assuntos de grande relevância.

Segundo Maristela Mafei (2010, 62), "merece entrevista coletiva o assunto que mobiliza as atenções e tem impacto sobre a vida da população". Ao longo dos anos, a organização desses eventos foi atribuída ao ramo do jornalismo intitulado assessoria de imprensa. Este é responsável por fazer o contato do assessorado com a mídia e trabalhar a sua imagem pública. A função é marcada pela interseção do jornalismo e das relações públicas, diferindo do trabalho tradicional do jornalista.

Por outro lado, a coletiva de imprensa precisa, também, do jornalista no papel de entrevistador para que seja realizada. Em um evento de simulação da ONU, essa função cabe aos delegados do Comitê de Imprensa Internacional. Neste caso, é necessário que o delegado entenda exatamente a sua função na coletiva, assim como a importância dela para o andamento do evento e para o desenvolvimento das discussões nos demais comitês.

A coletiva de imprensa não é apenas um momento de perguntas da mídia para alguma delegação. Ela tem a capacidade de alterar o rumo dos debates, de expor questões mal defendidas pela delegação e de colocar "contra a parede" declarações

controversas. Não há razão para a existe□ncia da coletiva se não houver uma ruptura entre o antes e depois de sua realizac□ão. Ela é um momento decisivo para o encaminhamento das questões pautadas pelos diversos comite□s.

Para que a entrevista coletiva atinja seu máximo potencial, é preciso que as perguntas do repórter sejam elaboradas cautelosamente. Ele deve estar atento ao curso do debate do comite□ pelo qual ficou responsável, de forma a tomar conhecimento das questões críticas que envolvem a resoluc□ão do problema proposto. As perguntas elaboradas devem ser sucintas o quanto possível, uma vez que a intenc□ão do jornalista nunca é confundir o entrevistado, mas sim esclarecer pontos obscuros para as demais delegac□ões do comite□ ou para o público em geral. É primordial ressaltar que as perguntas devem estar atreladas à visão do veículo em representac□ão. Ou seja, o que é importante para o veículo saber.

Não serão todos os delegados do comite□ que serão entrevistados. É func□ão do jornalista do CI decidir quem deve responder às questões. A escolha, por óbvio, não é aleatória. Devem ser interrogadas delegac□ões que se relacionam com o tema do debate, que se destacaram por suas colocac□ões nos discursos ou que se omitiram em momentos importantes. Aqueles que prestaram declarac□ões controversas ou desconfiáveis, com base em sua política internacional, também podem ser chamados a responder os questionamentos do jornalista. Pela grande importa□ncia desse momento, é preciso, no UFRGSMUN, que as perguntas a serem feitas na coletiva tenham aprovac□ão prévia da mesa diretora do comite□ acompanhado e dos diretores do Comite□ de Imprensa Internacional. É imprescindível que o repórter

tenha estudado o escopo e o tópico do comitê em questão anteriormente e tenha estado presente em suas sessões quando o assunto foi desenvolvido. Ele precisa saber o suficiente sobre a questão a fim de que o entrevistado não desvie o foco da resposta.

Ainda para o bom andamento da entrevista, existe a possibilidade de réplica por parte do jornalista e de tréplica por parte da delegação entrevistada. Isto é, caso a resposta para a questão proposta seja insuficiente ou duvidosa, o jornalista tem o direito de repeti-la, elaborá-la de outra maneira ou questionar, com dados, algum ponto da resposta. O entrevistado, por sua vez, tem a chance de retificar ou esclarecer a sua declaração. Essa entrevista deve proporcionar resultados visíveis. Assim, tudo o que acontece durante o seu processo deve ser reportado pelos jornais presentes. De nada vale uma coletiva que não venha a repercutir na mídia. Por isso, com base nas perguntas e respostas, devem ser elaboradas notícias por diferentes veículos, sempre de acordo com seus princípios editoriais.

4. JORNALISMO E AS PLATAFORMAS DIGITAIS

A atividade jornalística está historicamente ligada à tecnologia. Hoje, ao observar a história do jornalismo, destaca-se, principalmente, o avanço tecnológico da prática jornalística ocorrido após a segunda metade da década de 1990 com o desenvolvimento da internet. Houve, então, um processo de reformulação do mercado jornalístico e do perfil dos profissionais em função dos avanços tecnológicos. "Com o mercado de trabalho redesenhado [...] ganha espaço o discurso da inevitabilidade da convergência e da necessidade de se investir em

profissionais com múltiplas habilidades" (Rodrigues 2009, 67). Frente a esse cenário, portanto, nota-se que para o jornalista atuante nas plataformas digitais é necessário o conhecimento de como o ofício se articula em diferentes mídias, pois aquele que se limitava à televisão, ao rádio ou ao jornal impresso, agora comporia uma única narrativa, em uma única plataforma (Rodrigues 2009).

Uma das principais peculiaridades da atividade nas mídias digitais diz respeito à ideia de hipertexto ou hipermídia. "Por ter plasticidade e ser elástico, o ciberespaço nos permite misturar, articular e incorporar formatos não-textuais em textuais, imagéticos em sonoros e vice-versa" (Ferrari 2010, 79). Em ferramentas como blogs, sites e redes sociais, é possível unir as diferentes mídias de veiculação do jornalismo em um único espaço. Esse recurso é de extrema importância para a atividade jornalística por permitir que diferentes aspectos daquilo que é noticiado sejam explorados, bem como possibilitar o alcance a diferentes públicos ao unir texto, vídeo e áudio.

Já no a□mbito do texto jornalístico, mantém-se, no digital, todas as características elementares — já mencionadas anteriormente neste guia de estudos. A grande diferenc□a é que no digital há uma demanda para que os fatos sejam reportados de maneira praticamente instantânea, e os jornalistas nunca param de reportá-los na web. Isso porque a internet permite que uma matéria seja editada, atualizada e complementada a todo momento, sempre que for necessário. Por isso, nos portais de notícia, é comum observar elementos indicando o horário de publicac□ão e de atualizac□ão de uma notícia, conforme ela for alterada ao longo do dia.

Outra noc□ão que se reformulou nas mídias digitais são as coberturas em tempo real. A possibilidade de produc□ão e publicac□ão praticamente simulta□neas na internet permitiu a ideia de uma cobertura jornalística realizada em tempo real com maior instantaneidade e dinamismo, quando comparada às transmissões ao vivo já regulares no rádio e na televisão (Ferrari 2010). As mais comuns são as realizadas, nos próprios sites de notícia ou em redes sociais, com uma série de notas curtas — reportando o ocorrido minuto a minuto — ou por transmissões ao vivo — assemelhando-se ao que já acontecia na televisão. Por último, destaca-se nessas plataformas a qualidade de fácil interação com o público.

Apesar de aparentar ser um processo de fácil realizac□ão, a cobertura nas mídias digitais exige muita atenc□ão e dedicac□ão por parte do repórter. Isso porque é preciso concentrar-se no objeto de reportagem e, ao mesmo tempo, desenvolver um mecanismo rápido de checagem dos fatos, bem como pensar a articulac□ão de diferentes formatos na reportagem do mesmo elemento – tais como texto, foto, vídeo e áudio (Rodrigues 2009). Ainda que seja uma cobertura via rede social, por se tratar de um produto jornalístico, mantém-se a ideia de apresentar um conteúdo claro, objetivo e de credibilidade. No UFRGSMUN, o CI irá atuar em três ferramentas principais: Twitter, TikTok e Instagram. Visando, pois, à boa utilização de tais mídias, faz-se necessário o conhecimento de suas histórias e lógicas de funcionamento.

4.1 Twitter

A rede social famosa por sua instantaneidade foi criada em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone (Terra 2017). A ideia

inicial é a de que a plataforma se parecesse com uma troca de status, ao estilo de um SMS (mensagem de texto), razão pela qual há a limitac?ão de 280 caracteres em cada publicac?ão na linha do tempo, os tweets. No princípio, a ideia era que o projeto se chamasse twich, palavra cujo significado assemelha-se a algo como "vibrar". Como o nome não representava exatamente o propósito da futura rede social, seus criadores procuraram outro nome semelhante no dicionário, mas que tivesse significado apropriado. Twitter, além de ser a palavra em ingle?s para "pios de pássaros", quer dizer "uma pequena explosão de informac?ões inconsequentes". Em 2019, a rede social possuía em torno de 321 milhões de usuários ativos mensalmente (The Washington Post 2019a).

A utilizac?ão do Twitter para fins jornalísticos está diretamente ligada à cobertura de eventos em tempo real, de forma que se considera que seu uso deva ser moderado, porém constante. Isto significa que a conta do Twitter que está sendo utilizada para cobertura deve estar sempre atualizada com as informac?ões mais relevantes. Durante a sessão de um comite?, nem tudo o que é falado pelos delegados deve ser relatado na rede social, mas somente as declarac?ões impactantes ou pole?micas, que causam surpresa e/ ou tem potencial para alterar o curso do debate — neste ponto é importante lembrar dos valores-notícia válidos para o veículo em representação[144]. A nível de exemplificac?ão, as falas dos delegados podem ser transcritas entre aspas ou os fatos podem ser reportados na voz do jornalista — no formato de uma nota curta

[144] Na seção 5 deste guia de estudos, serão apresentadas as linhas editoriais dos veículos a serem representados pelos jornalistas do CI nos dias de evento.

sobre o acontecido. É preciso ter concisão, clareza e objetividade para conseguir, em poucos caracteres, inserir o leitor na realidade que se reporta.

A linguagem a ser utilizada não necessita de formalidade, mas deve seguir a norma culta da língua portuguesa, evitando o uso de gírias ou abreviac?ões desnecessárias. Mesmo sendo um espac?o menos formal, o Twitter ainda é, nesse caso, um local a servic?o da informac?ão; portanto, não serão aceitas postagens com teor de zombaria. É preciso utilizar a plataforma com cautela visto que sua velocidade e instantaneidade podem facilmente dar margem a frases falsas ou mal formuladas. Nesse sentido, lembra-se que se trata de uma plataforma na qual qualquer publicac?ão pode ganhar grande repercussão com facilidade. A divulgac?ão de imagens também é recomendada, desde que seja coerente com os critérios de postagem de fotos jornalísticas assim como os critérios de noticiabilidade. Em todo tweet, é necessária a utilizac?ão de hashtags — palavra-chave introduzida pelo símbolo "#" —, para que o usuário possa facilmente identificar do que se trata o conteúdo da notícia em questão, bem como para ampliar o alcance da publicac?ão. De modo padrão, utiliza-se marcac?ões com o nome do país retra- tado na informac?ão (#país), com o nome do comite? em questão (#comite?) e com o nome do veículo representado (#veículo), respectivamente. A título de exemplo, cita-se o possível tweet "EUA firma acordo com o Canadá #EUA #Canadá #NYT #OMC", em que são explicitadas as delegac?ões envolvidas, o veículo responsável pela informac?ão — The New York Times, no caso — e o comite? em que ocorreu o fato relatado — Organização Mundial do Comércio.

4.2 TikTok

A rede social que se tornou viral durante a pandemia de Covid-19 é uma das plataformas mais utilizadas na atualidade, alegando ter chegado a mais de um bilhão de usuários ativos em 2021 (Duffy 2021). O aplicativo foi criado inicialmente com o nome Música.ly, com uma proposta diferente da apresentada atualmente - ser uma plataforma para prática de Lyp Sync com áudios e músicas famosas. O aplicativo teve sua popularidade em especial no território chinês, o que levou a sua compra pela Beijing Bytedance Technology, em 2017 (Montag et al 2021). O aplicativo foi renomeado TikTok, e sua fama cresceu, ficando mundialmente famoso em 2019. O aplicativo se renovou, focando ainda na produção de vídeos curtos, mas com maior amplitude de liberdade para o criador e novos mecanismos de interação.

O Tik Tok foi desenvolvido para ser um aplicativo de entretenimento, no entanto, em especial com a entrada da pandemia, sua função se diversificou, se tornando uma plataforma de conexão entre pessoas que moram longe, de divulgação de produtos, de ideias, de histórias e até mesmo de material educacional. Apesar de utilizar de uma produção de conteúdo prática e simples, e de um linguajar informal, a plataforma chamou a atenção por concentrar criadores que contudo interessados em usá-la para uso informativo, sendo que muitos pesquisadores, professores, jornalistas e até mesmo empresas como um todo adentraram o aplicativo para ampliar sua popularidade e alcançar um novo público-alvo (Walker 2022).

Desta forma, o aplicativo TikTok se apresenta como uma ferramenta útil para fins jornalísticos, levando dados de forma

interativa e que chamam atenção, em especial do público adolescente e jovens-adultos. A publicação nesta rede social não exige a escrita de textos extensos, usando de músicas, jingles, humor e dinamismo para se fazer notar e, com sorte, viralizar. A duração de cada vídeo pode variar de 15 segundos a 3 minutos, e a informação que busca ser passada deve se restringir a frases curtas — escritas ou faladas. É possível complementar os vídeos com imagens e efeitos, além de ser possível interagir com os telespectadores escrevendo nos comentários do vídeo ou os repostando com outro vídeo. O uso de hashtags (#) também é comum, contendo palavras chaves que estejam relacionadas ao conteúdo do vídeo ou ao público-alvo. Elas auxiliam o algoritmo do aplicativo a relacionar com outros vídeos de temática semelhante, os mostrando mais frequentemente, e também ajudam a ferramenta de busca do aplicativo.

4.3 Instagram

Ademais, o Instagram destaca-se como uma ferramenta popular e facilitadora para a cobertura jornalística. Trazendo diversos tipos de postagem em um único app, o jornalismo teve de se adaptar ao longo do tempo para atrair a atenção dos públicos.

> As novas formas de conexão móvel e ubíqua traz consigo, além de uma nova forma de comunicação que se desenvolve com características próprias e cada vez mais específicas – como a redefinição dos aparelhos com acesso a essas redes em dispositivos de mídia locativa desafios novos para o jornalismo, que busca se adaptar às novas tecnologias e formas de produção, consumo e

> circulação de informações (Silva 2007; Briggs 2009 apud Aragão 2012).

O Instagram traz uma nova forma de cobertura jornalística, através do story. É possível ser muito mais objetivo e informar através de conteúdo visual, além de ser mais atrativo e dinâmico para o público. Assim como no Twitter, o conteúdo produzido deve ser curto e dinâmico, e a disponibilização de vídeos e imagens podem ser explorados para atingir uma maior interação entre comitês. Os jornalistas em simulação devem utilizar sua criatividade para explorar estas ferramentas e produzir diversos materiais durante os dias de atividades, para informar e integrar todos os participantes de forma lúdica e eficaz.

Ainda, podem ser exploradas as ferramentas Reels e postagem no feed, disponibilizados na mesma plataforma, para informar sobre os acontecimentos diários em cada comitê. Os materiais audiovisuais produzidos podem ser editados e utilizados em pequenos resumos informativos.

5 LINHAS EDITORIAIS

A Reuters é uma agência de notícias fundada na Grã-Bretanha em 1851 por Paul Julius Reuter (The Guardian 2007). Inicialmente, a agência transmitia as cotações do mercado da bolsa entre Paris e Londres. Em 1958, sete anos após sua fundação, o periódico inglês London Morning Advertiser foi o primeiro veículo a contratar os serviços da agência de notícia, para publicar as notícias produzidas pela Reuters, que estendeu sua área de atuação para incluir notícias sobre assuntos gerais e econômicos de outros países do mundo (Reuters 2008). Ao longo dos anos, a agência ganhou

relevância e credibilidade por conta da quantidade de notícias exclusivas em primeira mão que publicava. A exemplo, a Reuters foi o primeiro veículo a publicar a notícia do assassinato do presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, em 1865, no continente europeu (Reuters 2008). Historicamente, a agência assegura os princípios de independência e objetividade para os seus repórteres. No entanto, nas duas guerras mundiais a Reuters cedeu a pressões do governo britânico e serviu aos interesses nacionais. Na ocasião, uma das proprietárias da Reuters era a própria agência de notícias do Reino Unido, a The Press Association. Em 1941, foi adquirida pela British National and Provincial Press, tornando-se uma empresa privada, e fazendo parte do Reuters Trust. Em 2008, foi mais uma vez vendida, desta vez para a Thomson Corporations. Da junção das duas empresas, formou-se a atual Thomson Reuters. Atualmente, a Reuters realiza a cobertura do noticiário em mais de 16 idiomas, com um time de mais de 2.500 repórteres em 200 localizações diferentes. Além disso, a empresa oferece mais de 2 milhões de notícias exclusivas por ano, número que permite o alcance para 780 emissoras de televisão, além de mais de 2 mil clientes em 128 países diferentes (Ssilverman 2011). Além disso, a integridade, a independência e a ausência de preconceitos são preceitos que regem a prática editorial do grupo (Reuters 1941).

Fundado em 1919 por imigrantes hebreus, o Haaretz é um dos únicos jornais de oposição dentro de Israel (New York Times 2017). O jornal é lembrado pelas publicações que vão contra as medidas adotadas pelos governos conservadores de Israel, além de ser um dos únicos jornais israelenses em circulação que aborda constantemente a posição de Israel em relação ao estado Palestino. A título de exemplo, em épocas de conflito entre Israelenses e

Palestinos, o Haaretz abordava diariamente o crescimento no número de mortes do lado palestino (Korn 2007). O Haaretz tem edições impressas diariamente, além de manter um site com versão em inglês e hebraico. O jornal tem cobertura em tempo real, mas se destaca pelas longas reportagens, que aprofundam temas da política atual de Israel. O periódico também aborda acontecimentos do Oriente Médio, e fatos internacionais, com uma página editorial dedicada a isso. Para além, o Haaretz se autodefine como um periódico liberal (Haaretz 2001).

O El País é o jornal espanhol de maior tiragem na Espanha. Ele foi fundado em 1976 com sede em Madrid, no período de transição do país para a democracia. Possui uma postura social-democrata e seu destaque às notícias internacionais deve-se ao fato de que a Espanha "vivendo 40 anos de janelas e portas fechadas ao mundo [...] precisava, antes de mais nada, conhecer o que acontecia em outros rincões" (Arias 2017, 1).Além disso, o El País é o primeiro periódico da Espanha a incorporar o Livro do Estilo, uma espécie de constituição ou regimento para os jornalistas e a sociedade sobre os deveres e os direitos desses profissionais. O Livro do Estilo é utilizado no El País desde 1999 e defende o dever máximo de "publicar todas as notícias, resistir a todas as pressões" (Moreno 2021, 1). Isso significa que o pacto feito entre os jornalistas e a sociedade é o de nunca faltar com este dever, independente de qualquer ameaça à democracia e à estabilidade política e social (Moreno 2021, 1).

O Xinhua é um veículo de comunicação e uma agência de notícias chinesa pertencente ao Governo e ao Partido Comunista Chinês (PCC). Desde sua fundação, a agência tem como missão passar uma imagem positiva da China para o restante do mundo,

para auxiliar na promoção de seus programas governamentais. Contudo, não é considerada porta-voz oficial do Estado chinês, pois suas pautas abordam diferentes situações internacionais àquelas do governo, e suas fontes de financiamento são diversas (Xinhua, 2022a). Nesse contexto, muitos críticos consideram o Xinhua um instrumento de propaganda do Estado chinês, inclusive pela origem do veículo — que, em 1931, foi criado para atuar como um canal de comunicação do PCC (AFP 2021). Considera-se, no entanto, que, nos últimos anos, o financiamento do jornal por parte do Governo tenha estagnado em 40% dos seus custos, obrigando o periódico a buscar novas fontes de investimento. As restrições ideológicas agravaram-se durante a Revolução Cultural de 1960, na qual diversos jornalistas foram presos e perseguidos por se desviarem dos padrões impostos pelo regime. O veículo possui escritórios em mais de 100 países do mundo, estando amplamente difundido internacionalmente (Xinhua, 2022b). Atualmente, o seu website, Xinhua.net, criado em 2000, tem foco na cobertura das notícias chamadas "de última hora" (em inglês, breaking news) dentro do país, adotando uma narrativa mais diplomática do que jornalística (Xinhua, 2022c).

Fundada em 1922, a British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão) é uma corporação pública de rádio e televisão, sendo a maior e mais antiga emissora do mundo. A BBC detém cinco redes de rádio na Grã-Bretanha, canais de televisão com transmissões nacionais e internacionais, além de suas plataformas online. Seu alcance semanal é de mais de 376 milhões de pessoas ao redor do mundo, com uma programação transmitida em mais de 40 idiomas. Mais de um quarto dessa audiência tem idade entre 15-24 anos (BBC 2018). Por ser uma

organização de serviço público, a BBC tem base constitucional na Carta e Acordo Real, apresentada ao parlamento inglês. A partir dela foram estabelecidos os objetivos da corporação, suas normas de financiamento e as diretrizes de imparcialidade. O financiamento da BBC ocorre através de uma taxa anual de televisão, aplicada sobre todas as casas, empresas e organizações britânicas que utilizem equipamentos que transmitam ou gravem emissões de televisão ao vivo. A Carta Régia proíbe propaganda ou programas patrocinados em sua programação (BBC 2021a). O objetivo da corporação é o de "informar, educar e entreter" (BBC 2021b, online), propagando a cultura britânica sob o lema "A nação deve transmitir paz à nação". Essa ação deve vir através de notícias e informações imparciais que permitam que o público compreenda e se envolva com o mundo à sua volta, formando opinião própria. Embora alguns críticos considerem a BBC enviesada, a corporação usa a expressão "imparcialidade devida" para descrever sua abordagem, considerando que o termo "neutralidade" pressupõe que o jornalista não se posicione enquanto produz, o que não é possível. Para o periódico, um posicionamento é necessário para o direcionamento da pesquisa, sem que isso signifique a defesa de uma opinião específica (BBC 2021c).

Originalmente publicado sob o título de "A Província de São Paulo", o periódico O Estado de São Paulo teve seu primeiro volume colocado em circulação em 1875. O jornal, fundado por Manoel Ferraz de Campos Salles (O Estado de São Paulo, s.d) e Américo Brasiliense, nasceu de um grupo de cafeicultores ligados ao Partido Republicano Paulista, resultado de uma aliança entre elites rurais e burguesia ascendente (Guilherme 2018, 204). Desde sua fundação, o veículo possui a máxima: "fazer da sua

independência o apanágio de sua força" (O Estado de São Paulo, 1875). No tangente à posição política adotada pelo Estadão, o veículo assume uma postura de defesa do neoliberalismo. No período da Ditadura Militar Brasileira, o Estadão apoiou o golpe de 1964, e o reivindicou como uma revolução legítima (Motta 2017). A publicação continuou a apoiar as ações repressivas voltadas à manutenção da ordem social (Motta 2017). Entre os anos de 1969 e 1974, a publicação seguiu apoiando à intervenção militar e às medidas para defesa da ordem social, inclusive as repressivas; porém, ao mesmo tempo, recusava uma ditadura que suprimisse as instituições liberais (Motta 2017). A agenda neoliberal segue até a contemporaneidade como característica do Estado de São Paulo. Ademais, é relevante destacar duas informações sobre o Estado de São Paulo: a agência de notícias e a presença online do veículo. No tangente a agência, fundada em janeiro de 1970, existem cerca de 300 órgãos afiliados a ela, e estima-se que o conteúdo produzido pela Agência Estado atinja 16 milhões de pessoas (Da Silva Junior J. A 2001). A respeito da presença online, o Estadão atua na internet desde 1995. Apesar disso, o portal estadao.com.br só foi oficialmente fundado em 2000 (O Estado de São Paulo, s.d).

Fundado em Buenos Aires no ano de 1945, o Clarín foi criado por Roberto J. Nobel, jornalista que atuou como ministro. As pretensões do periódico, em sua fundação, podem ser sintetizadas da seguinte forma "O diário de Buenos Aires seria a base do influente grupo multimídia, apresentando sua primeira edição bem ilustrada e de leitura agradável, com ênfase na cobertura esportiva" (Silveira 2009, 40). O Clarín evoluiu de apenas uma publicação impressa para se tornar o maior conglomerado de comunicação da

Argentina. Como aponta Meireles em 2017, o favorecimento do grupo se deu durante a ditadura militar. Ainda segundo o autor, com o aprofundamento das políticas neoliberais durante os governos de Menem (1989 – 1999) houve um fortalecimento definitivo do Clarín, que se tornou o principal conglomerado midiático da Argentina (Meireles 2017 pág 6). No século XXI, o Clarín online passou por uma reforma editorial, que foi deflagrada em outubro de 2007 (Silveira 2009, 46). O portal possui autonomia editorial e sua redação não é integrada com a da publicação impressa. Segundo Mauro César Silveira, o portal Clarín se consolidou enquanto veículo multimídia. Finalmente, é interessante ressaltar como o Clarín define a notícia, em seu manual de estilo. Na publicação, a notícia é colocada como aquilo que a opinião pública precisa conhecer devido a seu impacto na paz externa ou interna, na vida social, na convivência, nos costumes ou porque marcam tendências que devem ser detectadas ou investigadas (Manual de Estilo Clarín 1997, 18).

A Andalou Agency é um veículo de comunicação estatal da Turquia. Fundada em 6 de abril de 1920 por Yunus Nadi e Halide Edip, intelectuais do período, a Andalou auxiliou no anúncio da primeira legislação elaborada pela assembleia que estabeleceu a república da Turquia (Andalou Agency sd). Até 1950, a Andalou foi a única agência de notícias da Turquia (Akalin 2016, 5). No tangente ao conteúdo contemporâneo publicado pelo veículo, um levantamento realizado no Twitter da agência aponta para uma maior atenção a assuntos domésticos da Turquia (Irak 2015). Na mesma publicação, é verificado que, ao tratar de fontes oficiais, a Andalou dá preferência a membros do governo e atores políticos não vinculados à oposição (Irak 2015).

Criada em 1996, a Al Jazeera é a rede de televisão de maior relevância no mundo árabe. Sua origem é do Catar e hoje transmite suas matérias na língua local e em inglês. O meio de comunicação ficou conhecido mundialmente por transmitir os protestos antiamericanos do Oriente, logo após o atentado do 11 de setembro. Por esse fato, começou a ser censurado em Wall Street, durante a Guerra do Iraque (Al Jazeera 2006). O grupo, que foi renomeado para Al Jazeera Media Network em 2006, conta com mais de dez canais televisivos e foi o primeiro canal de notícias independente a transmitir debates ao vivo dos fóruns políticos da Arábia (Al Jazeera 2021). Suas transmissões alcançam mais de 310 milhões de lares no mundo, em mais de 100 países (Al Jazeera 2021). Ainda, a companhia tem parceria com a CNN e a BBC, sendo retransmitida pelos dois canais. Apesar da ligação com o governo do Qatar, o qual participou da fundação do periódico e ainda o subsidia na atualidade, a Al Jazeera se declara uma emissora independente, sendo reconhecida pela defesa da liberdade de expressão e por reforçar um posicionamento pró-democrático e crítico (Sidlow e Henschen 2013). A empresa de comunicação procura atuar a partir do slogan "a opinião e a outra opinião" (Al Jazeera 2006). A título de exemplo, em meados do ano 2000, algumas autoridades sauditas afirmavam que os programas da emissora eram anti-islâmicos, ao mesmo tempo que Yasser Arafat, então presidente do Estado da Palestina, irritava-se com a frequência das entrevistas com líderes de grupos militantes islâmicos palestinos. Nos primeiros três anos e meio de Al Jazeera, os diplomatas do Qatar já haviam recebido mais de 400 reclamações oficiais de outros países árabes sobre as matérias da emissora (Gambill 2000). Este periódico também é conhecido pelo seu claro

posicionamento de denúncia à presença de Israel no conflito desta nação com a palestina, além de também advogar contrariamente à intervenção de países ocidentais, como os Estados Unidos e o Reino Unido, na região (Al Jazeera 2021).

Jornal diário e de grande circulação nacional e internacional, o Le Monde foi fundado em 1944, ao final da Segunda Guerra Mundial, por Hubert Beuve-Méry. Hubert seguia ordens do então governante francês Charles De Gaulle, pretendendo que o Le Monde servisse como uma forma de oferecer uma voz de respeito e liberdade para a França. Assim, o jornal tentou contrapor o serviço oferecido pelo jornal existente e predominante na época, o Le Temps, que colaborou com o regime nazista. Beuve-Méry insistiu, desde a constituição do jornal, para que esse fosse um órgão independente, sem subsídios governamentais ou privados e com o direito de formular sua própria linha editorial (Britannica 2021). Desde seu início, o Le Monde propôs-se a fazer uma cobertura jornalística com profundidade e franco posicionamento crítico, garantindo aos seus jornalistas liberdade de apresentar seus próprios pontos de vista, proporcionando, assim, que o jornal não tenha posicionamentos políticos unificados ou perspectivas ideológicas determinadas (Encyclopedia Britannica 2017). A fim de complementar o Le Monde, surgiu em 1954, o Le Monde Diplomatique, apresentando-se como o "diário dos círculos consulares e diplomáticos" (Le Monde 2021). Contudo, com o passar do tempo, o Diplomatique se desvinculou das Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas 671 administrativa e editorialmente do jornal Le Monde, bem como expandiu suas pautas para além dos temas diplomáticos (Rodrigues 2012).

The New York Times é um veículo americano de notícias diárias com ampla cobertura de política internacional, fundado em 18 de setembro de 1851. Sua publicação teve início em Nova Iorque, com o formato de um jornal penny press. Estabelecido no meio digital desde 1996, o jornal, hoje, conta com mais de 10 milhões de assinaturas (The New York Times s.d) e segue o lema "Nós procuramos a verdade e ajudamos as pessoas a entenderem o mundo". O veículo já foi premiado com 117 prêmios Pulitzer, sendo o maior vencedor da premiação (Brittanica 1998). O The New York Times adota uma linha editorial focada em transmitir as notícias de forma imparcial e objetiva, prezando pela integridade jornalística. O jornal também se destaca quanto a produção de conteúdo multimídia e a inovação na forma de transmitir a informação ao leitor, sendo um dos primeiros a produzir conteúdo em realidade virtual (Longhi e Flores 2017).

O jornal chinês Global Times foi fundado em abril de 2009, pertencente ao People´s Daily, principal veículo do Partido Comunista Chinês (PCC). Seu objetivo principal é adotar uma abordagem diferente da mídia tradicional chinesa para competir com veículos internacionais e informar a respeito da China de forma mais objetiva (Global Times s.d). Publicado em inglês, o Global Times atrai cerca de 30 milhões de visitantes mensalmente para o seu website (CNN 2019). Assim como outros veículos fundados pelo governo chinês, o jornal é criticado por sustentar uma narrativa nacionalista e mais agressiva, que teria como objetivo chocar e ser citada pela mídia ocidental (The Economist 2018). Em sua linha editorial, são observadas abordagens que buscam atingir o cidadão comum chinês e se baseiam em um ponto de vista muito baseado no posicionamento do governo. Além disso, há uma predominância

de manchetes que criticam o governo dos Estados Unidos (Zeng e Sparks 2020).

REFERÊNCIAS

Afonso Da, José, and Silva Junior. n.d. "HIPERMÍDIA E AGÊNCIAS de NOTÍCIAS: O CASO DA AGÊNCIA ESTADO." http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/85428611146603500121499232531809354447.pdf.

AFP. s.d. "Xinhua News Agency". Acesso em 25 de agosto de 2021. https://www.afp.com/pt/produtos/parceiros/xinhua-news-agency.

Akalin, Burhan. 2016. "The Importance of News Agencies for Turkish News." https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/86019/2/156046.pdf.

Al Jazeera. 2006. "'The opinion ... and the other opinion'". Acesso em 09 de agosto de 2021. https://www.aljazeera.com/archive/2006/10/200841010922766666.html.

Al Jazeera. s.d. "About Us". Acesso em 09 de agosto de 2021. https://www.aljazeera.com/aboutus/.

Andrade, Ana Paula Goulart de. 2018. "A produção da violência simbólica no telejornalismo: A Copa de quem mora na rua". Apresentado no Congresso Brasileiro de Ciências da

Comunicação.
https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1292-2.pdf

Angrimani, Danilo. 1995. Espreme que sai sangue: Um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus.

Arias, Juan. 2017. "O El País é um jornal de esquerda?". El País, 22 de fevereiro de 2017. Acesso em 30 de junho de 2021. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/22/opinion/1487788532_309244.html.

Barbeiro, Heródoto. 2012. Manual de Jornalismo para Rádio, TV e Novas Mídias. Rio de Janeiro: Elsevier.

——— s.d. "Texto da BBC precisa revelar equilíbrio e imparcialidade". Acesso em 22 de julho de 2021c. https://www.bbc.com/portuguese/lg/institutional/2009/04/090424_jornalismobbcimparc.shtml.

——— 2018. "BBC's Global audience rises to 376m". BBC, 22 de junho de 2018. Acesso em 22 de julho de 2021. https://www.bbc.co.uk/mediacentre/latestnews/2018/bbc-globalaudience.

——— s.d. "Charter and agreement". Acesso em 22 de julho de 2021 a. https://www.bbc.com/aboutthebbc/governance/charter.

— — —. s.d. “Mission, values and public purposes”. Acesso em 11 de agosto de 2021b. https:// www.bbc.com/aboutthebbc/governance/mission.

Bomfim, Ivan. 2012. “Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais”. Comunicação & Inovação 13 (25): 29-36.

Britannica, T. Editors of Encyclopaedia. "The New York Times." Encyclopedia Britannica, 2 de abril de 2023. https://www.britannica.com/topic/The-New-York-Times.

Bucci, Eugênio. 2014. “Para não esquecer Watergate”. Observatório da Imprensa, 13 de Maio de 2014. http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed798_ para_nao_esquecer_watergate/.

Camara, Guilherme. 2017. “Regulamentação Dos Meios de Comunicação Na Argentina E No Uruguai: Diferenças E Semelhanças.” http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505664875_ARQUIVO_Artigo_RegulamentacaodosmeiosdecomunicacaonaArgentinaenoUruguaidiferencasesemelhancas.pdf.

Ceolin, Patrícia. 2009. Técnicas de redação em jornalismo. São Paulo. Saraiva

Crocomo, Fernando, e Nilson Lage. 2001. “O Uso da Edição Não-Linear Digital no Telejornalismo Diário de uma Emissora de TV e as

Novas Rotinas de Produção". Apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, Campo Grande, MS, 3-7 de setembro. http://intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2CROCOMO.pdf

Duffy, Clare. "TikTok says it now has more than 1 billion monthly active users". CNN Business. 27 de Setembro de 2021. https://edition.cnn.com/2021/09/27/tech/tiktok-1-billion-monthly-active-users/index.html

Federação Nacional dos Jornalistas. 2007. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Vitória, Espírito Santo. https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf

Ferraretto, Elisa Kopplin, e Luiz Artur Ferraretto. 2009. Assessoria de Imprensa: teoria e prática. São Paulo: Summus Editorial.

Floresta, Cleide Fialho, Ligia Braslaukas, e Magaly Prado (org.). 2009. Técnicas de reportagem e entrevista. São Paulo: Editora Saraiva. https://app.minhabiblioteca.com.br/#/ books/978-85-02-12180-5/.

Folha de São Paulo. 2010. Manual da Redação. São Paulo: Publifolha.

Folha de S. Paulo. 2021. Manual da Redação: As normas de escrita e conduta do principal jornal do país. 22ª edição. Publifolha.

Foto in Foco. 2021. "Regra dos terços: o que é, como funciona e como usar". Acesso em 20 de janeiro de 2022. https://fotoinfoco.com.br/dicas/regra-dos-tercos/

Gambill, Gary C. 2000. "Qatar's Al-Jazeera TV: The Power of Free Speech". Middle East Intelligence Bulletin, 01 de junho de 2000. 2". Acesso em 15 de agosto de 2021. https://www. meforum.org/meib/articles/0006_me2.htm.

Genro Filho, Adelmo. 1987. "O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo". Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.

Guardian staff reporter. "Reuters: a brief history". the Guardian, 4 de maio de 2007. https://www.theguardian.com/media/2007/may/04/reuters.pressandpublishing.

Guilherme, Cássio Augusto Samogin Almeida. 2018. "A Imprensa Como Ator Político Ideológico: O Caso Do Jornal O Estado de S. Paulo." Dimensões 1 (40): 199. https://doi.org/10.23871/dimensoes-n40-17905.

Guimarães, Ana Luiza Fonseca, e Gomes, Ana Carolina. 2018. "O papel do jornalismo internacional na atualidade: Uma análise da cobertura internacional do jornal Folha de S. Paulo sobre o Governo Trump". Intercom. Acesso em 18 de janeiro de 2022. https:// portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-0795-1.pdf

Hall, Stuart, Chas Chritcher, Tony Jefferson, John Clarke, e Brian Roberts. 1999. “A produção social das notícias: o mugging nos media”. Em Jornalismo: questões teorias e “es tórias”, organizado por Nelson Traquina, 27-33. Lisboa: Vega.

Irak, Dağhan. 2015. “Reading Political Clientelism and Concentration through New Media: The Case of Anadolu Agency.” 2015.

Jorge, Thaïs de Mendonça. 2008. Manual do Foca: Guia de Sobrevivência para Jornalistas. São Paulo: Editora Contexto. Jornal do Brasil. 1991. “Diário do Golfo”.

Jornal do Brasil, 18 de janeiro de 1991. Acesso em 05 de agosto de 2021. http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1991_00283.pdf.

Korn, Alina. "Reporting Palestinian casualties in the Israeli press: the case ofHaaretzand the Intifada". Journalism Studies 5, n.° 2 (maio de 2004): 247–62. https://doi.org/10.1080/1461670042000211212.

Kossoy, Boris. 2019. “O daguerreótipo nos trópicos”. Jornal da USP, 29 de março de 2019. Acesso em 10 de agosto de 2021. https://jornal.usp.br/artigos/o-daguerreotipo-nos-tropi- cos/.

Kovach, Bill, e Tom Rosenstiel. 2001. Os elementos do jornalismo: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir. Porto: Editora Porto.

Lage, Nilson. 2004 A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. - 4° edição - Rio de Janeiro: Record, .

Lage, Nilson. 2001. Teoria e Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística. 12° edição. Rio de Janeiro: Ed. Record.

Lage, Nilson. 2005. Teoria e técnica do texto jornalístico. Rio de Janeiro: Elsevier. 676 IMPRENSA INTERNACIONAL

Lago, Cláudia. 2015. "Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo". Brazilian Journalism Research 10 (2): 172-187. https://doi.org/10.25200/BJR.v10n2.2014.745.

Longhi, Raquel Ritter and Ana Marta Moreira Flores. "Narrativas webjornalísticas como elemento de inovação: casos de Al Jazeera. Folha de S.Paulo. The Guardian. The New York Times e The Washington Post." (2017).

Machado, Guilherme. 2019. "As contribuições de Nelson Traquina para o Jornalismo". Acesso em 19 de janeiro de 2022. http://mescla.cc/2019/10/04/as-contribuicoes-de-nelson-tra-quina-para-o-jornalismo/

Machado Filho, Francisco Ferreira, e Mayra Fernanda. 2012. "Jornalismo Audiovisual: Da tela da TV para outras telas". Brazilian Journalism Research 8 (2). https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/421/387.

Mancuzo, Carolina Zoccolaro Costa, de Maria, Renato Pandur, Boni, Paulo César. 2010. "Enchentes no Nordeste: a humanização da notícia na cobertura fotográfica da Folha de S. Paulo". Discursos Fotográficos 6(8): 79-100. doi:10.5433/1984-7939.2010v6n8p79.

Maria, Agnes, Anjos, Ana Luiza, Ferreira Cassimiro, Fernanda Sousa Borges, and Pabliene Silva. 2012. "Jornalismo Comparado: Análise Da Linha Editorial Dos Jornais Ao Relatar Um Fato Noticioso 1." http://www.intercom.org.br/PAPERS/REGIONAIS/SUDESTE2012/resumos/R33-2085-1.pdf

Miguel, Luis Felipe. 1999. "O jornalismo como sistema perito". Tempo Social 11(1): 197-208. doi:10.1590/S0103-20701999000100011.

McLaughlin, Greg. "The War Correspondent" 2002 https://librarysearch.northumbria.ac.uk/primo-explore/fulldisplay/44UON_ALMA2125957860003181/northumbria.

Mishra, Atul. "Newspapers in India and their Political ideologies". Tfipost.com, 13 de julho de 2015. https://tfipost.com/2015/07/newspapers-in-india-and-their-political-ideologies/.

Montag, Christian; Hang, Haibo; Elhai, Jon D. "On the Psychology of TikTok Use: A First Glimpse From Empirical Findings". Frontiers in Public Health. 2021 https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpubh.2021.641673/full

Moraes, Fabiana e Marcia Veiga da Silva. 2019. "A Objetividade Jornalística Tem Raça e Gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora". Apresentado no XXVIII Encontro Anual da Compós, Porto Alegre.

Moraes, Fabiana, e Marcia Veiga da Silva. 2020. "Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo". Apresentado no 29º Encontro Anual da Compós, Campo Grande, MS, 23-25 de junho.

Moreno, Javier. 2021. "Libro de Estilo: Publicar a notícia. Resistir às pressões." El País, February 21, 2021. https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-21/publicar-a-noticia-resistir-as-pres-soes.html.

Motta, Rodrigo Garcia. 2017. "Entre a Liberdade E a Ordem: O Jornal O Estado de São Paulo E a Ditadura (1969-1973)." Estudos Ibero-Americanos 43 (2): 367–67. https://doi.org/10.15448/1980-864x.2017.2.26037.

Natali, João Batista. 2007. Jornalismo Internacional. São Paulo: Contexto.

Nielsen, Rasmus Kleis, Alessio Cornia, e Antonis Kalogeropoulos. 2016. "Challenges and Opportunities for News Media and Journalism in an Increasingly Digital, Mobile, and Social Media Environment". Social Science Research Network. https://ssrn.com/abstract=2879383.

Paternostro, Vera Íris. 1999. O texto na TV: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Pena, Felipe. 2007. Teoria do Jornalismo. São Paulo: Contexto. Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas 677

Pereira Junior, Luiz Costa. 2006. A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa. Rio de Janeiro: Vozes.

Rabaça, Carlos Alberto e Barbosa, Gustavo. Dicionário de Comunicação. 2001 Rio de Janeiro: Elsevier.

Reginato, Gisele Dotto. 2016. "As Finalidades do Jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores". Tese de Doutorado, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. http://hdl.handle.net/10183/140809.

Rezende, Guilherme Jorge de. 2000. Telejornalismo no Brasil: Um Perfil Editorial. São Paulo: Ed. Summus.

Rodrigo Garcia Motta. 2017. "Entre a Liberdade E a Ordem: O Jornal O Estado de São Paulo E a Ditadura (1969-1973)." Estudos

Ibero-Americanos 43 (2): 367–67. https://doi.org/10.15448/1980-864x.2017.2.26037.

Rodrigues, Adriano Duarte. 1999. “O acontecimento”. Em Jornalismo: questões teorias e “estórias”, organizado por Nelson Traquina, 27-33. Lisboa: Vega.

Rodriguez, E. J. 2012. “Soledad Gallego-Díaz: El País no es un periódico de izquierdas; nunca lo ha sido y nunca ha pretendido serlo”. Jot Down, 23 de março de 2012. Acesso em 30 de junho de 2021. https://www.jotdown.es/2012/03/soledad-gallego-diaz-el-pais-no-esun-periodico-de-izquierdas-nunca-lo-ha-sido-y-nunca-ha-pretendido-serlo/.

Rosner, Shmuel. "Opinion | The People vs. Haaretz (Published 2017)". The New York Times, 11 de maio de 2017. https://www.nytimes.com/2017/05/11/opinion/the-people-vs-haaretz.html.

RT. 2018. “RT Weekly TV Audience Grows by More Than a Third Over 2 Years; Now 100mn - IPSOS”. RT, 03 de abril de 2028. Acesso em 22 de julho de 2021. https://www.rt.com/ about-us/press-releases/ipsos-market-research-rt/

— — —. s.d. “About RT”. Acesso em 25 de agosto de 2021. https://www.rt.com/about-us/.

Salaverría, Ramón. 2019. "Digital journalism: 25 years of research. Review article". El profesional de la información. 28 (1). https://doi.org/10.3145/epi.2019.ene.01.
1
Schudson, Michael. 2010. Descobrindo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes.

Sidlow, Edward, e Beth Henschen. 2013. GOVT 11th Edition: Principles of American Government. Wadsworth: Cengage Learning.

Silva, Gislene. 2005. "Para pensar critérios de noticiabilidade". Sociologia do Jornalismo 2 (1): 95-107. doi: 10.5007/%25x.

Silveira, Mauro César. 2009. "A História Da Independência Do Clarín.com E as Mudanças No Processo de Convergência Com O Jornal Impresso." Intexto, no. 21: 37–56. https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/9549.

Silveira, Mauro César. 2014. "Em Busca de Uma Visão Mais Abrangente Da História Do Jornalismo E O Exemplo Argentino Do Grupo Clarín."

Silverman, Henry I. "Reuters: Principles Of Trust Or Propaganda?" Journal of Applied Business Research (JABR) 27, n.º 6 (27 de outubro de 2011): 93. https://doi.org/10.19030/jabr.v27i6.6469.

Sousa, Jorge Pedro. 1998. "Uma História Crítica do Fotojornalismo Ocidental". Tese de Doutorado, Universidade Fernando Pessoa.

Staff, Reuters. "TIMELINE: Reuters, from pigeons to multimedia player". U.S., 17 de abril de 2008. https://www.reuters.com/article/us-thomsonreuters-chronology-idUSN1647173320080417.

Suno Research. s.d. "Rupert Murdoch". Acesso em 21 de julho de 2021. https://www.sunoresearch.com.br/tudo-sobre/rupert-murdoch/.

Tavares, Frederico de Mello Brandão e Paulo Bernardo Ferreira Vaz. 2005. "Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão". Revista FAMECOS 12 (27): 125-138. doi:10.15448/1980-3729.2005.27.3329.(2008): 88–101.

Thompson, Jonh B. 1999. A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes.

Traquina, Nelson. 2005a. Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular.

Traquina, Nelson. 2005b. Teorias do Jornalismo: Porque as Notícias São Como São. Florianópolis: Insular.

Twitter. s.d. "How to use Tweet threads". Acesso em 18 de Janeiro de 2022. https://business.twitter.com/en/blog/how-tweet-threads.html.

Viana, Bruno César e Maria Érica Lima. 2012. "Além das fronteiras: Uma breve reflexão sobre a trajetória do Jornalismo Internacional". Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-1606-1.pdf.

Walker, Chris Stokel. "TikTok is not the enemy of journalism. It's just a new way of reaching people". The Guardian. Jul de 2022. https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/jul/23/tiktok-journalism-news-outlet-journalism-media.

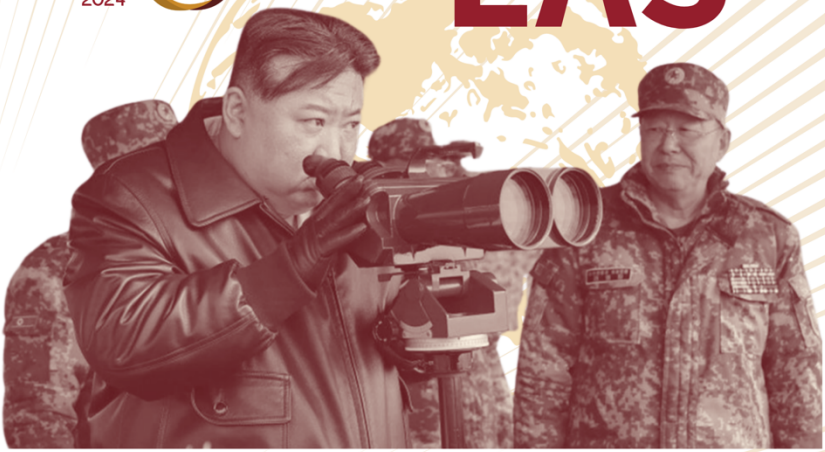
Wolf, Mauro. 1999. Teorias da Comunicação. Lisboa: Presença.
Xinhua. s.d. "Xinhua Net". Acesso em 13 de janeiro de 2022a. http://xinhuanet.com.

Xinhua. s.d. "About XINHUA". Acesso em 13 de janeiro de 2022b. http://xinhuanet.com/about.

Xinhua. s.d. "Sobre Nosotros". Acesso em 13 de janeiro de 2022c. http://spanish.xinhuanet. com/servicios/2017-10/20/c_13113544.html.

ufrgs mun 2024

EAS



EAST ASIA SUMMIT (EAS)

The Rising Tensions in the Korean Peninsula as a Factor of Instability

Henrique Selmo Rael[145]
Maria Eduarda Corumbá Silva[146]
Nina Kraemer Alano[147]

ABSTRACT

The strategic and political quandary in the Korean Peninsula involves the Democratic People's Republic of Korea (DPRK) and the southern Republic of Korea, as well as the surrounding regional powers of China, Japan, Russia and the United States. Given an artificial division after World War II, caused by the lack of a long term strategy from the international powers, both countries coexist in a state of political and military tension. Between 1950-53, a civil war tore the peninsula to shreds and a formal peace treaty was never established. The Korean Armistice Agreement, signed in Panmunjom, arranged only a temporary ceasefire and, in truth, consolidated the political situation that was already in place in the region. Despite the compromise of a lasting peace and reconciliation through the Sunshine Policy, started in February of 1998, during Kim Dae-jung's administration, there has been a recent increase in terms of political tension between both countries. Historically, any sort of political

[145]Student of the Master's in Political Science, at the Federal University of Rio Grande do Sul, a first year student in Social Sciences, at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and a bachelor in International Relations. He is also an Assistant-Director at the East Asia Summit (EAS).

[146]Student of International Relations at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and Assistant-Director at the East Asia Summit (EAS).

[147]Student of International Relations at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and Director at the East Asia Summit (EAS).

unrest in the region was very much influenced by external forces, and throughout 2020, the whole Peninsula was affected by climatic impacts and especially by Covid-19. Also, when Yoon Suk-yeol's administration began, the diplomatic relations with the North took a significant turn. The president's aggressive statements contributed to drawing South Korea closer to the United States, which polarized the Peninsula once again, as the DPRK sided with historical allies in Beijing and Moscow. This section of the guide will discuss the aforementioned topics, and elucidate some of the context behind the current political situation between North and South Korea.

1 INTRODUCTION

The Korean Peninsula has been home for disputes for centuries: it was the stage for the Sino-Japanese War and for the Korean War, suffered terrible losses as consequences of these conflicts, and endured a traumatizing process of colonization. To make the region even more prone to conflicts, Korea turned into two different states: the Democratic People's Republic of Korea (DPRK) — located above 38th Parallel North — and the Republic Of Korea (ROK) — situated south of the 38th Parallel North. North Korea and South Korea, then separated into two countries, emerged as a "highly sensible region in the unleash of the Cold War, directly linked to the game of the great powers" (Visentini, Melchionna and Pereira 2015), having been shared between the Superpowers at the time, the Soviet Union and the United States, each becoming part of their respective spheres of influence.

As tensions rose and fell in the Korean Peninsula throughout the decades, and nuclear tests were made, as well as talks of denuclearization, South and North Korea found themselves in a

hopeful environment in the year of 2018 (Lim 2019), only for it all to fall through in the subsequent years. Since 2019, North Korea's speeches in relation to the ROK have become more aggressive, the U.S and South Korea joint military exercises larger and South Korea's policy, harsher. Additionally, U.S's nuclear strategic weapons entered the peninsula through South Korea in 2023 (Al Jazeera, 2023). With the election of the aggressively-against-North Korea president in the Republic of Korea, Yoon Suk-yeol, the country has moved closer to the United States (Fiori and Milani 2023), making the Koreas' relations even more polarized.

Despite the current political scenario, in the past, both countries hoped for unification. Up until 2024, North Korea had a monument dedicated to the Korean unification and South Korea's approach to diplomacy with the DPRK, the Sunshine Policy, had the ultimate goal to attain lasting peace and to foster "national reunification in a peaceful, incremental manner" (Moon 2012). Evidently, the rise in tensions in the past few years has made unification a distant desire and lasting peace harder to imagine.

Facing this issue, the East Asia Summit (EAS) has an important role in the matter as a regional forum that brings the heads of States/Governments of the participating countries — including important actors, such as China, Japan, Russia, South Korea and the United States — together annually to discuss questions pertinent to the East Asian region; The Summit aims promoting cooperation, peace, stability and economic prosperity. Being an initiative of the Association of the Southeast Asian Nations (ASEAN), the EAS Member-States embrace the "mantra of ASEAN centrality instead of attempting to create or lead regionalism on their own" (Acharya 2017), including the great powers. The Summit, then, acts as a place for

dialogue and non-interference, as in there, diplomatic solutions can only be recommended, given the lack of power of the organization to enforce more strict resolutions (Kim 2023).

2 HISTORICAL BACKGROUND

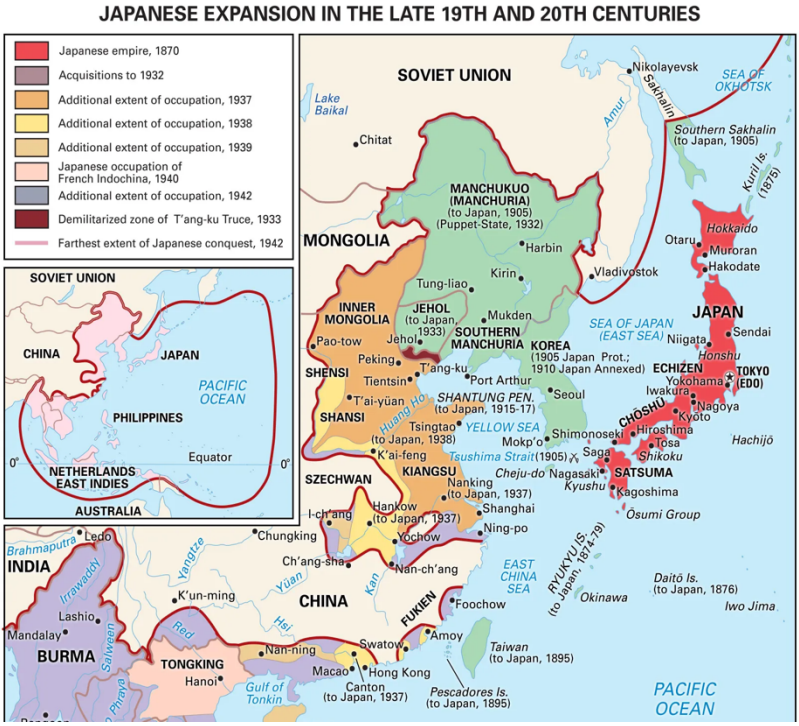
In this section, the historical background of the Korean Peninsula conflict is introduced. The discussion begins with the First Sino-Japanese War and proceeds to the Korean War, two important military conflicts that established the beginning of the troubled relation between the two Koreas. After that, we will present the creation and consolidation of the Democratic People's Republic of Korea, which will then lead to the ending of the section, identifying the Sunshine Policy as a tool for peace-building and unification.

2.1 First Sino-Japanese War and Chōsen (1894-1945)

During the end of the XIX century, the political situation for Korea was especially interesting. The country had to deal with western powers, such as Britain and the United States, while also balancing its political status with neighboring Asian countries, such as Russia, in the north, China, with an ambition to consolidate power in its periphery, as well as an expansionist Japan. At the time, the Chinese had considerable influence in the Korean Peninsula, and one of China's political concerns, in this sense, was to keep Korea as part of its sphere of influence. Korea had a tributary relationship with Beijing, but the country was essentially an autonomous state. Japan was interested in Korea, as it was afraid of Chinese interference, as well as the Russian influence in the peninsula. Japan itself had plenty

of economic concerns and ties with Korea, however, it encountered strong Chinese competition, primarily in areas related to agriculture. The war between the Empire of Japan and the Qing dynasty, further known as the First Sino-Japanese War, would start in 1894, ending in a complete Japanese victory. The Chinese were routed in Pyongyang, and driven back to the Yalu River, while the imperial forces of Japan captured strategic locations in Lushun and Dalian, as the Chinese northern fleet was destroyed, and the port of Weihaiwei fell (Seth 2019).

Fig. 1 - The Japanese Expansion in the Late 19th and 20th Centuries, n.d., Britannica.



In 1895, the Treaty of Shimonoseki was negotiated, in which Korea was recognized as an independent state and China ceded Taiwan and the Liaodong Peninsula to the Empire of Japan, as well as agreed to pay war compensations. This changed dramatically the power balance in East Asia, as China could no longer play a role in Korean internal affairs (Seth 2019). The map above illustrates the results of the Treaty and also the subsequent redrawing of borders, during the 20th century. It is important to pay attention to the region

of southern Manchuria, down to Port Arthur, equivalent to the aforementioned Liaodong Peninsula. The Liaodong Peninsula was temporarily sold but later re-annexed after the Russo-Japanese War. After the signing of the Treaty, both Taiwan and Peninsula were under Japanese power, essentially positioning the whole Korean Peninsula between Japan's borders.

After the war, the Japanese government made its intention to force a Meiji reform package in Korea, under the assumption that such reforms would terminate governmental dysfunction and end endemic poverty in Korea, while also bringing benefits to Japan through trade. The Empire of Japan coveted a role in Korea, analogous to the British role in China, with the expectation of bringing Korea to an integrated international economy. The war also affected the domestic order in Japan and in China, leaving behind pockets of regional instability that would remain a century later. Many of the western powers established spheres of influence or colonies in China and most of these concessions remained in foreign control until the 1940s. In the specific case of Korea, the First Sino-Japanese War gave start to a traumatic period of Japanese imperial administration, followed by a civil war between 1950-53, which split the peninsula in two (Paine 2017). The political and economic aspects and consequences of the Korean War will be discussed in detail, further below.

The Japanese colonial administration reshaped the economic and educational institutions in Korea, while attempting, through an authoritarian regime, to force assimilation, often in a traumatizing manner. Japanese rule was centralized and direct and its core structure was that of a colonial government, with the power concentrated in the hands of the governor-general, also called

Sōtoku. Such a position, of broad authority, was appointed by the emperor himself and answered directly to the prime minister of Japan. The position was issued over all the Government-General of Korea, also called the Chōsen Sōtokufu, and had authority to issue and change laws and regulations and to appoint internal officials. Two factors impacted Korea, however, around 1931. One consisted in massive dislocations of people that took place during war-time, dislocations that moved Koreans, voluntarily or compulsorily, to northern industrial cities, to Manchuria or to Japan itself. The second aspect was the forced assimilation process withheld by the Japanese government. The Chōsen administration saw the emergence of a middle class of modern standing, and also of an industrial working class. The effort became, then, to remake them into Japanese. Japan, in this sense, offered a model of closely related people, who appropriated western institutions and values (Seth 2019).

2.2 The Korean War (1950-1953)

After World War II, Korea was split due to the lack of a long term policy on part of the great international powers. The Cairo Conference of 1943 defined the end of the Japanese Empire, the emergence of nationalist China, and the mention that Korea and the other colonies in the region should become independent in 'due time'. Roosevelt and Stalin agreed to exclude both China and Great Britain in favor of an american-soviet regime over Korea. The military actions in the last 48 days of the war would create the temporary division on 38th Parallel North. The peninsula, due to its colonial status, its geopolitical situation and the sudden collapse of the Japanese would later constitute a sensitive political theater. Both the

north and the south had a very own political figure of historical importance. In the south this figure was Syngman Rhee, who lived in the United States and had an anticommunist and anti-Japanese view of local politics. In the northern part of the country, Kim Il Sung was a hero of the resistance in Manchuria, with nationalist and communist convictions, as well as the trust of the soviet northern allies. In a way, both of them were backed by an international superpower, and both of them, not really people of malleable character, sometimes presented ambitions of their own when negotiating with said great powers (Visentini; Melchionna; Pereira 2015). Visentini, Melchionna and Pereira address that "[…] the Korean experience is more comparable to the cases of Romania and Yugoslavia, where nationalism continued to have a fundamental part even with the advent of socialist regimes […]" (2015, 28, own translation)[148].

The regime in North Korea was, essentially, a coalition of the PTCN, the Korean Democratic Party and the Chondoist Chongu Party. The coalition, however, did not stand for long, and in 1946, the same year it was created, it ended its activities as a political partnership. Kim Il Sung summoned the National Meeting of the Workers' Party of Korea and established, after unanimous vote, a central administration under his own command. The Democratic People's Republic of Korea (DPRK) would be established, with Kim Il Sung as prime-minister, until his position was rearranged as president, given constitutional changes. The formal proclamation of the DPRK was made in response to the establishment of the

[148] Originally: […] a experiência coreana é mais comparável aos casos da Romênia e da Iugoslávia, onde o nacionalismo continuou tendo um papel fundamental mesmo com a ascensão de regimes socialistas […] (Visentini; Melchionna; Pereira, 2015, p. 28)

Republic of Korea, deemed illegitimate by the north. Both the northern country, of socialist and anti-imperialist ideal, as well as the southern and westerly allied Korea, hoped for the unification of the peninsula through force, albeit by different means of war-making. The Republic of Korea had no social support or military bases for success, and was heavily dependent on its international allies. Officially, the war started on June 25th, in the Ongjin Peninsula, on the western reaches of the 38th Parallel North. The United Nations Security Council condemned the invasion, through Resolution 82 in the very same day, and opted for the sending of troops, under Resolution 84, only two days later (Visentini; Melchionna; Pereira 2015).

The United Nations rectified American political decisions, which granted Washington a certain level of international legitimacy. The Soviets, on the other hand, intended to remain far from the conflict and Joseph Stalin ordered every ship in the Korean coast to return to the defensive zones of the Soviet Union at once. The North Korean army, in 1950, advanced through the southern part of the peninsula and in a matter of two months, conquered Seoul and cornered the UN military forces. Then, Popular Committees were arranged and an agrarian reform took place. In October, however, American marines arrived in Inchon, pushing the DPRK back to the 38th Parallel North. American forces took back Seoul and in June of 1951, the war had reached a dead-end, with a wearing conflict around the Parallel, in which no side could properly advance. This impasse was the very situation that led to the first peace talks, in July, although the fighting never fully ceased. This situation delayed negotiations, as they were interrupted and had to be resumed at a later date. The Korean War, on this basis, was only truly suspended

on July 27th of 1953, when the Korean Armistice Agreement was signed in Panmunjom. The United States represented the interests of the UN, while China and North Korea sat on the other side of the discussions, and agreed to recede 2 kilometers, which created the buffer area known as the Demilitarized Zone. The armistice, however, was not a formal peace arrangement, did not establish a definitive ceasefire and, most importantly, only consolidated the preexisting political and military conditions in the region, that were already present before the very start of the war (Visentini; Melchionna; Pereira 2015).

2.3 The Democratic People's Republic of Korea

The Korean War had political and economic consequences. In the Republic of Korea, the anticommunist regime of Syngman Rhee consolidated its administration, while in the DPRK, Kim Il Sung strengthened his power, with a reconstruction, in economic terms, faster than the one witnessed below the 38th Parallel North. The conflict had lasting and long term consequences, and was not a proxy war among two major political powers, or a limited war, but consisted in a civil war between two socioeconomic systems, even if indeed instigated by an artificial division in the peninsula. The regime in North Korea determined its survivability as its primary goal, which explains the ascend of an elite of military officers. Concerns about succession emerged after the war, and the logic of both familial continuity and the reinforcement of historical figures could represent a search for unity. The leadership, in its superhuman dimension, which can be strange when analyzed through a western cultural lens, can be understood as a synthesis or some kind of

personification of the nation. The country's regime, accordingly, should be understood as a series of complex structures in terms of its political culture and composition, not as a monolithic entity. Kim Jong Il, son of Kim Il Sung, ruled under international threats, from 1994 to 2011, with the administrative assumption that a parallel economy was a lesser evil. Later, the rearranging of institutional mechanisms was necessary to assure the designation of his younger son as a political heir. Kim Jong Un, similar to his grandfather in terms of political style, secured some renewed vigor to the regime (Visentini; Melchionna; Pereira 2015).

Around the new leader was an inner circle of mentors and, although there were political purges, the transition in terms of leadership was fairly similar to the previous in 1994. In this sense, a series of familiar figures continued to populate the highest ranks of command in plenty of decision-making institutions (Seth 2019). Both the Party and the country's Constitution would be reformed in 2012, when the country made the goal to become a nuclear power official. The country was built upon national liberation and social revolution, which can be perceived in the emphasis on education, especially when it comes to college level infrastructure. When it comes to the countryside, the population is subject to a simple lifestyle, however, they do have access to universal elements of contemporary life. It's important to note that the north-Korean pursuit of autonomy is a vital element for the country, considering its geographical position between the major international powers of China and Russia, as well as Japan. Another aspect of North Korea is that the country itself, in terms of its institutions, can be perceived only when capitalist South Korea is also considered. Besides the search for autonomy and the isolationist character of the country, the militarized aspect of both

the State and society are results of the permanent threat of conflict, especially from the United States (Visentini; Melchionna; Pereira 2015).

It is also important to point out that trade-related sanctions were not effective, at least not as far as western liberal democracies expected, given the closed disposition of the economy, more akin to a Cuban model than the Vietnamese or the Chinese economic experience (Visentini; Melchionna; Pereira 2015). It's worth noting, however, that such economic sanctions increased North Korean dependency on Chinese trade and investment inlets. Trade with China is done mostly through Liaodong and Jilin, and a growing demand for mineral resources from China was enough to encourage investment in North Korea. The country is rich in deposits of coal, copper, iron ore, graphite, lead, zinc and a number of other minerals and possibly substantial deposits of rare types of earths. Chinese companies, of small and medium size, became involved in mineral exports with the DPRK (Seth 2019). When considering the geopolitical theater in the region, this codependent relation between China and North Korea, in terms of both political history but also in their economic relationship should be considered as well.

2.4 The Sunshine Policy

Although both ethnically and culturally homogeneous, the Korean Peninsula remained, and remains, artificially divided for over 70 years. The Sunshine Policy was a compromise of lasting peace and national reunification through peaceful means. First introduced by president Kim Dae-jung, from the South, the 1998 policy derives from the idea of "reconciliation and cooperation", referred to as an

"engagement policy", and the very policy continued with president Roh Moo-hyun under the new title of "Peace and Prosperity Policy". Kim Dae-jung's administration, starting in February of 1998, was indeed the first fully peaceful transition of power in the Republic of Korea since its independence. The new government strategized a way to ease tensions with the DPRK, with the ultimate goal of cooperation and coexistence through a trust-building process. The Sunshine Policy led to the Korean Summit in the year 2000, a meeting that represented a paradigm shift in terms of south and north-Korean relations. The summit was revolutionary when compared to the previous political situation, and managed to start a journey from antipathy and distrust to recognition and mutual acceptance. Discontinued channels of communication were rearranged, and exchanges, in cultural and economic terms, were rather expanded as well. The meeting was essential, at the time, to work on the trust between both political leaders, Kim Dae-jung and Kim Jong Il (Chung-in 2012).

International events, such as the election of the United States president George W. Bush limited the advances of the Sunshine Policy, given the hardline American diplomacy towards North Korea. The hostilities paved way to a nuclear crisis in 2002, when the DPRK resumed the weaponizing of nuclear fuel. The inter-Korean relations swung from conflict to cooperation and the peninsula is plagued, to this day, with a precarious security relation between both countries, the dilemma of nuclear power, the economic reform of the DPRK and the challenge to build a political consensus in the Republic of Korea. Despite clear improvements in terms of diplomacy, neither of the countries fundamentally changed its perception of external threats and its military planning. Although

the tensions diminished, in the form of bans in propaganda warfare, defense ministerial meetings and partial removal of mines in the Demilitarized Zone, South and North Korea still recognize each other as tactical and strategic enemies. The four kilometers of the DMZ are still a highly militarized border and in terms of defense, the South Korean budget remained mostly intact, and F-15 jets, Patriot missiles and AWACS were acquired and rapidly implemented. In general, both countries stressed the peaceful coexistence in the Korean Summits, however, neither is willing to compromise their approaches in terms of regional security (Chung-in 2012).

The Sunshine Policy, albeit a proactive initiative for peace and reform, compromises military deterrence, international collaboration and domestic consensus. Peace is well documented in Kim Dae-jung's ideals, even before the administration began. The notion of peace-keeping through security and war prevention, as well as the eventual unification of North and South Korea, are all ultimate goals for this diplomatic strategy. Since the mutual consensus for the institutional unification of the countries could take far too long, their quasi-unification in terms of exchanges in personnel, goods and services, could materialize sooner. This partial reunion of both countries was understood not only as more feasible, but also a humanitarian concern, given the separated families along the border. The Sunshine Policy also considered that the accommodation of North Korea could bring about a change in its institutional character, which could contribute to a more peaceful coexistence. Overall, the Sunshine Policy as a political strategy, is seen as an important diplomatic initiative for China, Japan, Russia and the United States, especially when it comes to their influence in the Korean Peninsula (Chung-in 2012). Despite the positive aspects

of the Sunshine Policy, the strategy has caused a number of difficulties, such as the internal conflicts regarding South Korean perception of the North, and the strenuous implementation of the whole policy, which gave way to many of the conservative critiques. Most importantly, a concern for South Korea is that this diplomatic program weakened, when it comes to regional security, the traditional cooperation between the United States and the Republic of Korea (Lee 2003).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

In the present session, we delimit more precisely what are the issues faced in the Korean Peninsula. The first moment of the discussion is a chronological delimitation of events, followed by an exposition on the increase in nuclear armaments of both Koreas throughout the years. After that, the session presents the Korean Peninsula relations with ASEAN and lastly, the external world influence and consequential polarization.

3.1 The Current Increase in Tension in the Korean Peninsula

When we say there's a rise in tension in the Korean Peninsula, we must first delimitate a time period. In this sense, 2018 seems to be the precise temporal mark: even though things were apparently taking a positive turn as the two Koreas held not one, but three summits in the same year (Foster-Carter 2019), the subsequent years showed a retrogatory approach regarding a possible reunification of the Peninsula. During 2018, two remarkable agreements were established: the Panmunjom Declaration for

Peace and the Pyongyang Joint Declaration. Unlike previous agreements, these declarations sparked action from North and South, as "both sides moved fast to begin doing what they had just committed to; most strikingly in the military domain, with new measures to reduce tensions in and near the DMZ" (Foster-Caster 2019, 72).

Unfortunately, in a multilateral world, especially in complicated matters such as the Korean Peninsula, agreements and proposals from only both sides are not enough. The following year, 2019, would indicate the beginning of an escalating crisis that perpetuates to this day, as Donald Trump — then president of the United States — and the Chairman of North Korea, Kim Jong-Un, met in Hanoi, capital of Vietnam. As of the official report of the United Nations' Security Council in its Monthly Forecast, "after the collapse of the second US-DPRK Summit in Hanoi in February, diplomatic efforts on the denuclearisation of the DPRK have stalled. The breakdown of the summit has been attributed to differences over sanctions relief and denuclearisation" (Security Council Report 2019).

In other words, the encounter ended up damaging the North's relations not only with the US, but also with South Korea (Delury 2020), as the United States failed to relieve sanctions to North Korea and North Korea failed to agree with Trump's proposal of denuclearisation. In this sense, as peace in the Korean Peninsula depends heavily on disarmament from both sides, after Hanoi's dead-end it was only a matter of time until all the efforts of peace-building of 2018 fell short. Not long afterwards, the US and South Korean militaries received heavy shipment of military weapons, followed by announcements of large-scale exercises (Delury 2020). It

could have been seen as a decrease compared to before, but the situation was already delicate as it was and, as predicted, the North's pronouncement (referring to South Korea and the US) was that "they can never conceal the aggressive, offensive and confrontational nature of their hostile acts no matter how hard they may try to give impression about 'reduction in scope' by replacing the codename. Wind naturally brings wave." (Delury 2020; KCNA 2019). Thereupon the premises of peace of 2018 were officially frozen, and instability once again took place in the Korean Peninsula.

Conflicts in Korea are heavily influenced by external forces, and during President Moon Jae-in's government it was not different. Even with a promising year in 2018, 2019 shattered dreams of reunification in the Peninsula, at least for the time being. As much as the three summits in the same year marked an enormous step in Korean history (Foster-Carter 2019), North Korea's relation with the United States and therefore with the United Nations were more important in defining the future of a possible reunification.

The following years stayed on the same path, and 2020 was marked by conflict caused not only from military action, but also climate and natural forces, especially because of Covid-19. Tensions continued throughout 2021, but what should be highlighted here is, with Moon's presidency coming to an end in 2022, it took with it any hope left for progress in the Korean impasse (Foster-Carter 2022). When Moon left, the geopolitical notion that good relations with the North should be maintained at all costs fell short, and the government of Yoon Suk-yeol proceeded in a completely new direction, as stated by the new president himself: "the age of appeasing North Korea is over" (CNN 2022; Foster-Carter 2022).

Yoon's aggressive politics inevitably moved South Korea closer to the United States, polarizing even more the relations with North Korea, as the latter tended to side with historical allies: China and Russia (Fiori and Milani 2023). Furthermore, Kim's failed attempt to protect Pyongyang from international sanctions could be achieved by conquering allies in the UN Security Council. If it wasn't clear enough yet, polarization became definitive in June of 2022, when North Korea launched a large missile test, but was met by a not-so-friendly response from Seoul's new commandment: on the very next day, South Korea and the United States fired an equally powerful missile test (Fiori and Milani 2023).

Throughout the entirety of 2022, the military tensions only escalated. South Korea, alongside the United States, began joint military exercises with the "launch of the massive Ulchi Freedom Shield exercises at the end of August, after a four-year hiatus" (Fiori and Milani 2023; Yonhap 2022, 73), followed by response from the other side when, on December, "five North Korean drones flew over South Korea for several hours and then came back untouched, with Seoul's aerial defenses unable to shoot them down" (Fiori and Milani 2023; Kim 2022, 74). Yoon firmly straightened ties with the US – of course, that also means Kim reinforced his alliances with both China and Russia.

We finally arrive at the breakout point of the current increase in tension between the two Koreas: now "the peninsula is entering a new phase (...). Worsening US-China tensions and Russia's invasion of Ukraine are creating a new Cold War line-up of blocs" (Foster-Carter 2022, 116). This means that the consecutive and frequent military actions from both South and North required backup support from alliances, and those alliances already have a historical Cold

War-related past. By all means, with the international conflicts simultaneously occurring, such as those cited previously, the increase in tension starts to surpass the borders of the Korean Peninsula and could create a perfect scenario for generalized polarization, forcing other countries to take sides.

In further analysis, the 2022 presidential elections in South Korea, which put charge Yoon with his course of action aligned with the United States, combined with Kim's political decisions matching those of China and Russia (Fiori and Milani 2023) also showcase failure from intra-regional forces in containing the crisis as it first began. Asian countries, especially Southeast Asian, should have special interest in the maintenance of peace in the Korean Peninsula, considering its geographical proximity (Kim 2021). In this sense, it becomes fundamental to revisit the systematic process of such failure, in order to better understand the concretisation of the current situation and to analyze the polarization and consequences that came from it.

3.1.1 Seoul's "New Southern Policy (NSP Plus) Plus Strategy" and Its Implication on Peace Building

When President Moon Jae-in announced the New Southern Policy in 2017, he first intended to find a new international approach to overcome the possible need to take sides in the middle of the US-China strategic competition. Through strong bonds with ASEAN[149] members, South Korea hoped to find a way to thrive in a regional

[149] Association of Southeast Asian Nations.

prominent environment and to depend less on the previously cited superpowers. In summary,

> "The goals of Korea's New Southern Policy, in which ASEAN is a key partner for cooperation, can be summarized as (1) diversification of Korea's external economic portfolios, (2) strengthening bilateral ties with ASEAN nations, and (3) promotion of a multilateral regional order that serves Korea's national interests. In other words, the New Southern Policy is Korea's new national strategy for the 21st century, seeking a foreign economic and diplomatic way out of an uncertain international political environment that stems from fierce competition between the United States and China." (Choi 2020).

However, when the Covid-19 pandemic broke down in 2020, the whole world had to adapt to the new dynamics that came with it. For South Korea, it also meant reformulating the goals and politics regarding the New Southern Policy, which soon became the New Southern Policy Plus (NSP Plus) Strategy.[150] During Moon's government, unlike its predecessors and its successor, South Korea achieved the closest relationship it ever had with ASEAN, through which three main pillars were determined: People, Prosperity and Peace (Kim 2021).

For the sole purposes of this paper, we shall focus on the Peace pillar. Regarding it, both ASEAN and South Korea expressed

[150] "The NSP Plus is an upgraded version of the policy reflecting changes in ASEAN-Korea cooperation and international circumstances triggered by the COVID-19 crisis, increasing US-China tensions, and tendencies toward protectionism" (Kim 2021, p. 17).

their interest in working together to bring peace to the Korean Peninsula, with ASEAN willing to play an active role in the process (Kim 2021). In spite of that, there were no effective measures in this matter, especially when compared to the other two pillars (People and Prosperity). This could be attributed simply to a divergency in priorities, as ASEAN does not seem to look at the South-North Korea dilemma as the top security problem (Choi, Jang and Lee 2021). The impact ASEAN has and could have had in peace-building in the Korean Peninsula is absurdly large, by being – to a certain scale – neutral ground for peaceful dialogues through summits, as for example "the two US-DPRK summits hosted by Singapore in 2018 and Vietnam in 2019 have shed new light on the value of ASEAN as an honest broker to advance peace on the Korean Peninsula" (Choi, Jang and Lee 2021, 376). Furthermore, ASEAN's emphasis on traditional security cooperation, as important as it is, should not take all of the organization's attention: by focusing and effectively approaching the issues of the Korean Peninsula, the outcome of recent events[151] — which will be further discussed — could have been different.

In this sense, we have already established that ASEAN should have paid more attention to North and South Korea's security issues, and that it also had – and still has, to some extent – great potential to be an impactful actor in the matter. But why should the organization spend its resources and efforts, since neither North nor South Korea are ASEAN members? The answer relies on the sole goals of the NSP Plus: to create and maintain a secure and strategic regional environment that could balance the polarization intrinsic to

[151] The 2024 statement of North Korea's President Kim Jong-Un regarding the unification of the Peninsula.

the fierce competition between the United States and China (Choi 2020). In reality, however, Moon's government ended in a far too critical moment, leaving the potential of ASEAN to be Korea's best partner to jointly address uncertainty in a changing strategic environment (Choi, Jang and Lee 2021) in the hands of an US-inclined government, resulting in the current troubled scenario that requires the revival of ASEAN's clear potential of becoming the key in resolving the long conflict that ravages the Korean Peninsula.

3.1.2 End of the Possibility of Unification in the Korean Peninsula? Pyongyang's Formal Statement

Through hardship, lost potential and different governments with different courses of action, the Korean Peninsula was yet prone to political deterioration. In 2018, the Panmunjom Declaration for Peace emerged as a glimpse of hope for the long dream of unification of Korea. In the declaration, both sides agreed to promote mutual cooperation in order to move forward towards the same goal. As stated by both Kim Jong-un and Moon Jae-in,

> "South and North Korea agreed to encourage more active cooperation, exchanges, visits and contacts at all levels in order to rejuvenate the sense of national reconciliation and unity. Between South and North, the two sides will encourage the atmosphere of amity and cooperation by actively staging various joint events on the dates that hold special meaning for both South and North Korea" (NCNK, 2018).

Nevertheless, the following years did not go in the expected direction, as we discussed. The Declaration was completely overlooked as tension grew exponentially from 2019. It reached its peak in 2024 when Kim Jong-un made an unprecedented speech at the 10th Session of the 14th Supreme People's Assembly of the DPRK on January 15, declaring that "the Supreme People's Assembly newly legalized the policy of our Republic toward the south on the basis of putting an end to the nearly 80 year-long history of inter-Korean relations and recognizing the two states both existing on the Korean peninsula"[152] (Ministry of Foreign Affairs, Democratic People's Republic of Korea 2024). Previously, at the 2023 December Plenary Meeting of the Party Central Committee, Kim had already stated that patience with the South was at its limit (Ministry of Foreign Affairs, Democratic People's Republic of Korea 2024), giving a warning of the official declaration that inevitably came in 2024.

As for Yoon Suk-yeol, the response does not seem to go far from previous statements from himself and previous presidents. According to South Korea's representative, they were willing to provide economic aid and assistance if the North gave up its nuclear weapons, but talks regarding the matter should be with the sole purpose of this condition – not "for show"; the country also has no intention of expanding its nuclear deterrent (Tong-Hyung 2024). Of course, all of that being put with the certainty of support from the United States in case of war outbreak.

[152] Originally: "오늘 최고인민회의에서는 곧 80년간의 북남관계사에 종지부를 찍고 조선반도에 병존하는 두개 국가를 인정한 기초우에서 우리 공화국의 대남정책을 새롭게 법화하였습니다." (조선민주주의인민공화국 외무성 2024년)

This situation creates aggravating political changes, such as the growth of nuclear threats from North Korea towards South Korea — for it is no longer viewed as ethnically connected —, anxious expectations for the US 2024 elections and its outcome, and the impact North Korea's statement could have on civil society, given as the urge for unification seems to be decreasing in South Korea (Kim 2024). However, in the end it comes to one major political consequence: critical polarization. President Yoon does not indicate any intention to stop prioritizing South Korea's political consonance with the United States in detriment of its relation with China, whereas North Korea tends to align as fiercely as possible with China and Russia (Choi 2020).

Both countries seem to have found their most important allies in the world's superpowers, instead of aligning resources, investment and international economic policies in an intra-regional perspective. The "foreign economic and diplomatic way out of an uncertain international political environment that stems from fierce competition between the United States and China" (Choi 2020) currently seems to be the fate of the Korean Peninsula dynamic. Even so, as put before, ASEAN continues to be an important international actor – the remaining question is: can the organization become the central bond that helps define the dynamics of international policies and peace-building in the Korean Peninsula, outside of US-China polarization?

3.1.3 The Increasing Nuclear Armament Throughout the Years

The Korean Peninsula was divided between the United States and the Soviet Union at the end of World War II with the

premise of overlooking the removal of Japanese forces from the country. The establishment of two Korean states with opposite regimes and strictly linked to the leading powers of the capitalist and socialist bloc soon would become a major impediment for the original goal of unification. The U.S, then, stationed its army, air force, navy and marine personnel in the South — making the country's army entirely dependent on U.S assistance (Se Young 2016).

While South Korea established itself with substantive amounts of economic help and technical assistance from the U.S and Japan, North Korea built itself with technical and financial help from China and the Soviet Union, but mostly with its own human force (Vizentini and Pereira 2014). Knowing that South Korea had the United States military equipment and personnel stationed in its territory, alongside with the memory of the war fought against the Japanese, made the Democratic People's Republic of Korea (DPRK) very wary of South Korea's intentions and political moves. "The fear of a nuclear attack goes back to this period, specially because the U.S stationed atomic weapons in South Korea and Japan" (Vizentini and Pereira 2014, 179), which meant that North Korea's only hope of feeling safer was through organizing and strengthening its Army and defense strategies.

Throughout the Cold War, the U.S deployed nuclear weapons in the Republic of Korea (ROK) continuously for 33 years (1958-1991) to, first and foremost, deter aggression from North Korea (Kristensen and Norris 2017) and to also show-off its nuclear superiority to deter threats from communist powers (Se Young 2016). Over the years, the numbers and types of nuclear weapons being sent to the ROK frequently changed, but the U.S never stopped

showing interest in interfering in the Korean Peninsula Policy. In fact, since the 1953 Mutual Defence Treaty, "the US armed forces stationed in South Korea have increasingly served as a tripwire guaranteeing US involvement in the event of an armed attack by North Korea" (Se Young 2016). On September 27, 1991, President George H. Bush announced that the United States would eliminate its entire inventory of theater nuclear weapons[153] deployed overseas. Despite that, the U.S and South Korea joint military exercises continued happening annually.

South-Korean President Park Chung-Hee sought to develop a clandestine American-independent nuclear program in 1970, after the U.S withdrew some of its troops from the country. The President started negotiations with France around nuclear cooperation in 1976, but American pressure ended any hope for collaboration in this area (Lim 2019). Their nuclear program — titled Project 890 — was, then, turned into a commercial nuclear reactor, Kori 1, which had been in operation since 1978 and functioned as a great source of energy for the country. The ROK's great involvement with the United States made their security vulnerable to changes in the American policy; they could never have a nuclear weapons program, every threat that South Korea manages to make to North Korea is through Americans and their weapons.

The DPRK's nuclear project, on the other hand, has its origins in the Juche doctrine. Introduced by Kim Il-Sung, it means autonomy and independence in politics, economics, defense, and ideology (Cumings 2005). The defense part is the most important when thinking about their nuclear program, it indicates how

[153] Short-range nuclear weapons.

important it is to North-Koreans to be able to successfully defend themselves against international threats and, in that sense, possessing nuclear armament is a powerful way to prevent the leading powers from interfering in their country. To build their nuclear program, North Korea had help from the Soviet Union, which provided technical knowledge and assistance to North Korea's scientists, but it did not comply with Pyongyang's pledge for aid in developing a nuclear weapons project. Moscow only agreed in supporting the development of a pacific nuclear energy program (Geiger 2018) — resulting in the installation of the nuclear research reactor in Yongbyon, in 1965. During the 1980s, the DPRK became capable of producing and enriching uranium, as well as reprocessing plutonium and, with Kim Jong-il's rise to power in the 1990s, defense became an even bigger priority to North Korea (Geiger 2018). In 2006, North Korea ran its first nuclear test, and in 2009, 2016 and 2017, they also tested nuclear bombs. In 2017, North Korea also launched an Intercontinental Ballistic Missile (ICBM)[154]. Although not much is known about what the test achieved or what shortcomings appeared through it, traditionally, longer-range North Korean ballistic missiles have a low accuracy (Diepen 2019). But, if the DPRK remains with the objective to use its ICBMs to threaten large US cities, extremely high accuracy is not needed to intimidate the United States (Diepen 2019).

Even though North Korea has used its nuclear program as an exchange in negotiations with other countries — specially with the U.S —, they never result in practical actions. The United States

[154] A Ballistic Missile mostly projected with the aim of carrying a nuclear warhead. North Korea is one of the few known countries to have operational ICBMs; other nations are the United States, Russia, China, France, India, the United Kingdom and Israel.

and the People's Republic of Korea have different ideas around denuclearization and Americans always insist that it comes first before any agreements. At the 2019 Hanoi Summit, that was precisely the problem. Divergences around the definition of denuclearization resulted in an abrupt end to the meeting and the lack of signed statements and other agreements (Collins and Terry 2019). From that point onwards, there were no more hopes for a more peaceful and nuclear-weapon-free peninsula.

The Russia-Ukraine war and Pyongyang's support of Moscow in the conflict as well as US and NATO responses has also played an important role in the escalation of tensions in the Korean Peninsula (Klingner 2024). Because of these international challenges, alongside with the reinforcement of the cooperation between the U.S, South Korea and Japan, Kim Jong-un also has mentioned in some of his speeches the importance of the nuclear build-up and strengthening of the self-defense capabilities for the country's security against, what he called, "the Asian-version NATO", in 2022.

The risk for military intervention in the DPRK is felt not only by the authorities in power, but also by the people of North Korea, which translates in wide support for the nuclear program as a deterrence resource (Vizentini and Pereira 2014), or, in other words, as a way to create and to have the power to deter. A new law was announced by the DPRK in September 2022 which cemented its nuclear power status as irreversible, according to Kim Jong-un. The new legislation formalizes the end of denuclearization talks and lays the legal groundwork for the conditions in which the country would launch a preemptive nuclear strike.

But, contrary to much that is said by the western media, the tension build-up is not only propagated by the DPRK; in 2023, the

United States-South Korea joint military exercises conquered the spot as their biggest one yet involving nuclear-capable aircrafts (International Campaign to Abolish Nuclear Weapons 2023). The joint military exercises are a way to improve interoperability between the two militaries and to threaten North Korea without using words or dramatically upsetting the international community. In the 2018 New Year Address, however, Kim Jong-un said that South Korea "should discontinue all the nuclear war drills they stage with outside forces, as these drills will engulf this land in flames and lead to bloodshed on our sacred territory". In hindsight, the DPRK sees these military drills as a threatening remark from the two countries and not only a practice to "test" their defense cooperation.

During a speech in December 2023, North Korean Leader Kim Jong-un said that the continuous introduction into the Korean Peninsula of U.S nuclear strategic means has turned South Korea into a "forward military base and a nuclear arsenal of the U.S". Still in 2023, the United States brought a nuclear-powered submarine into the Korean Peninsula, which could result in even bigger nuclear tensions, warned Pyongyang at the time. Following that, in a Joint Press Statement, the U.S reaffirmed its commitment to the ROK, backed by the "full range of U.S capabilities including nuclear" and openly talked about the "end of the Kim regime" (Kim Jong-un 2023) — making hostilities reach an even higher level.

South-Korean President Yoon Suk-yeol also has stated that Seoul might need to develop nuclear weapons to counter the DPRK´s threats. Since the North-Korean nuclear test in 2017, influential political voices have been calling for South Korea to acquire nuclear weapons (Lim 2019), and the 2022 elected president has also made this issue a central one to his mandate. In 2024, the

North-Korean government demolished their monument dedicated to Korean unification.

In outline, the nuclear tensions in the Korean Peninsula have risen exponentially in the past few years. North Korea has a strong nuclear arsenal and has shown, in various speeches, its commitment to the strengthening of its army and defense against external threats. South Korea, on the other hand, relies on the United States for military protection, and its dependency on American nuclear armament inhibited the development of nuclear technology for military purposes on their own, and, for this reason, they sought to keep the peninsula free of nuclear weapons. However, as demonstrated, the ROK still calls for the United States' nuclear arsenal and engages in discourse around it, besides military drills revolving around nuclear weapons and equipped aircrafts.

3.2 Triangular Relations: ASEAN States and the Two Koreas

The Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) is known for its "special" way for managing regional issues by encouraging dialogue and peaceful interactions. The Asian Way, as it's best known, is a non-confrontational approach to diplomacy which relies on non-interference, non-use of force and trust-building through cooperation, consensus and regular consultations (Bridges 2017). This outlook on administering regional demands and peace order makes ASEAN and its various mechanisms a welcoming space for North Korea; a country that is normally excluded from decisions in other international forums.

Southeast Asia has historically shown neutrality regarding the Korean Peninsula: most countries in the region have sustained

diplomatic relations with North Korea since the 1960s or 1970s, and some, like Vietnam, Cambodia, Indonesia and Laos, have normalized relations with the DPRK before doing it with the ROK. Others were part of the Non-Aligned Movement (NAM) and wanted to stay neutral in a conflict so strictly divided between two major world powers looking to expand their spheres of influence. In 1971, ASEAN Member-States signed a treaty that institutionalized impartiality when considering ideology, politics, economics, army, or any forms of conflict (Akhli 2019), the Zone of Peace Freedom and Neutrality Declaration. At least in theory, this put an end to the era where Southeast-Asian nations, considered so small in big power politics, were used as pawns by the leading powers.

The People's Republic of North Korea engages in cooperation with ASEAN through the ASEAN Regional Forum (ARF), an annually-conducted meeting created to "foster dialogue on political and security issues" of concern to the Member-States (ARF 2024). South Korea, on the other hand, is part of the East Asia Summit (EAS), a forum with the objective of discussing East Asia related interests, as well as the ARF. As both countries are part of the ASEAN Regional Forum, it acts as a place for the protagonists of the Korean Peninsula issue to meet and express themselves in a neutral and non-confrontational space (Akhli 2019). Evidence of Southeast Asia and ASEAN as important mediators for Korean-related questions, are the 2018 Singapore Summit and the 2019 Hanoi Summit between President Donald Trump and Leader Kim Jong-un (Mobrand and Kim 2019).

The DPRK maintains a bilateral-focused diplomacy towards the region and showed a relative indifference towards ASEAN primarily (Bridges 2017), concentrating in being recognized, at first,

by its neighbors, and, then, maintaining good relations with them — which the country has been able to do with most of the Southeast Asian nations. South Korea also maintains strong ties with the ASEAN states and other Southeast Asian countries, having been recognized as a legitimate nation first than North Korea by most of them. Besides, the economic clout of the ROK and its growth has made the country a very desirable partner for almost all of the ASEAN states, deepening their ties (Bridges 2017).

Southeast Asian governments and media are less inclined to exclude and treat the DPRK as an anomaly in the international community. "As a region navigating between competing larger powers, Southeast Asia has long espoused an openness to dialogue without judgment. This openness extends to North Korea'' (Mobrand and Kim 2019, 51). ASEAN and its mechanisms make up for a "diplomatic sanctuary" to discuss issues regarding the two Koreas. And, even though, the statements by the ASEAN institutions' chairmen on the Korean topic can only recommend diplomatic solutions, because of their lack of power to enforce more strict recommendations (Kim 2023), the association still plays an important role in assuring dialogue and non-interference in a world that refuses to hear both North and South Korea on matters that pertain to them.

3.3 External World Powers and Polarization Regarding the Korean Peninsula: the Six-Party Talks Case

As history shows, external powers always found their way to the Korean Peninsula — Japan's invasion and colonization, the influence exercised by the Soviet Union and the US above 38th

Parallel North and south of the Parallel, respectively, during the Cold War and the prolongation of American presence in South Korea with the objective to deter the People's Republic of Korea. Therefore, it is no surprise that the Great Powers take such interest in issues centered around the Koreas; an example is the Six-Party Talks.

The Six-Party Talks was a forum attended by North Korea, the United States, South Korea, China, Japan and Russia — the six principal players (Park 2015) — between 2003 and 2009. The aim of this multilateral approach was to reach a comprehensive resolution to the DPRK's increasing nuclearization. All of the countries present, besides North Korea itself, intended on the denuclearization of the DPRK; Russia agreed with the United States in its objection to the proliferation of Weapons of Mass Destruction, but opposed to the American's hard-line policy (Shin and Ha 2006), China was afraid of what a Korean crisis could mean to its economy, thus was vigilant against the "emergence of any security threats that might hamper critically needed foreign investment flows into the country" (Park 2015). Despite this consensus on their intended end result, the rigidity of the states' policy and hostilities between Pyongyang and Washington made it difficult for the Six-Party Talks to produce substantive progress (Park 2015).

Besides, their approaches to denuclearization were different. While the U.S preferred the so-called Libyan model, based on the experience of Libya, which consists of coercive diplomacy, sanctions and threats to force the proliferating country to renounce its nuclear weapons in return for better relations with the coercive powers (Shin and Ha 2006), Russia, China and South Korea preferred the Ukrainian model. In the Ukrainian model, based on what happened to Ukraine, the proliferating state is induced to stop its

nuclear weapons pursuit through multilateral negotiations, receiving economic compensation and security guarantees in turn (Shin and Ha 2006; Park 2015). All in all, countries more open to the DPRK — Russia and China — prioritize more welcoming and multilateral approaches that would entail certain assurance of security to North Korea and the continuity of their economic relations.

When the tackling of an issue is expanded to more powerful and influential actors, it is difficult for it to not become extremely polarized; progress and solutions are harder to come by. The US has always been participant in the discussions involving the rise of tensions in the Korean Peninsula, and labeling North Korea as one of the "axis of evil" in 2002 made the country even more involved — "it was an ineffective attempt to link the North Korean nuclear issue to countering terrorism" (Park 2005). Overall, the opposition between the ideals and policies of North and South Korea is heightened with the presence of Great Powers, especially when they enter the discussion so fiercely; whether through the Six-Party Talks or the East Asia Summit (EAS).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

This section discusses the previous international actions regarding the Korean Peninsula's recent increase in tensions. The documents, treaties, statements and resolutions here presented were mentioned in EAS documents and Chairman speeches throughout the years as something to look out to and support.

4.1 Treaty of Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone (SEANWFZ Treaty)

One of the most important actions previously done by ASEAN Member States is the Treaty of Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone (SEANWFZ Treaty), signed on December 15, 1995. It consists of an effort to maintain the Southeast Asian region as a region free of nuclear and other weapons of mass destruction and it was signed by Brunei Darussalam, Cambodia, Indonesia, Laos, Malaysia, Myanmar, Philippines, Singapore, Thailand and Vietnam. The SEANWFZ Treaty also states that "each State Party undertakes not to allow, in its territory, any other State to develop, manufacture or otherwise acquire, possess or have control over nuclear weapons, station nuclear weapons or test or use nuclear weapons" (ASEAN 2012). It's relevant to analyze these points when talking about the Korean Peninsula issue.

The Treaty determines that the Nuclear Weapons States (NWS)[155] shall not use nuclear weapons within the region, however it was never signed by none of them and therefore only being valid under the condition that the signatory ASEAN members are not the ones invoking said situation, according to the Protocol to The Treaty on Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone (UNODA Treaties Database 2024). Being close neighbors to countries that possess nuclear weapons, such as China, Russia, India, Pakistan and North Korea (Arms Control Association 2019), not only is it difficult to guarantee the implementation of the Treaty, but it can also be a double-edged sword regarding peacekeeping. As a basic

[155] China, France, Russia, the United Kingdom and the United States.

understanding of the Treaty, state parties are not allowed to not seek or receive any assistance that could violate the terms of a nuclear weapon-free zone (ASEAN 2012); if we were only to focus on the Korean Peninsula most recent tensions and not consider any other conflict, such as India-Pakistan historical animosity, Russia-Ukraine War or the South China Sea disputes, this implication alone could mean more instability than security guarantee.

Even though the SEANWFZ Treaty's goal is to build a peaceful and prosperous Southeast Asia, it appears that outside obstacles have not been well investigated. Given the region's geographic location and its relatively modest military capabilities (Chew 2024), by blindly following the Treaty's purposes ASEAN states could not be able to protect themselves if needed nor fulfill their desire for peacebuilding. This extends to the Korean Peninsula situation: the Treaty of Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone may not be the most effective action, as North Korea withdrew from the Nuclear-Weapon States in 2003 (Arms Control Association 2019) under the argument that the nuclear armament guarantees their national security. Perhaps this course of action should be considered by ASEAN, even if not to replicate, but at least to analyze Asia's and the world's current conflicts through a different perspective in order to a more stable Southeast Asia.

4.2 The Six Party Talks' 2015 Join Statement

The Six Party Talks consist of a series of multilateral efforts by both Koreas, China, Japan, Russia and the United States, with the ultimate goal to solve the problematic nuclear-weapons program of North Korea. The process is based upon the notion that the nuclear

situation in the region must be answered through peaceful means, which also means that the Talks usually materialize through soft power. Coercion, however, is not entirely absent in the discussions, but the strategies seem to rely primarily on 'ideational' resources rather than on military tactics or economic sanctions. Each party developed different strategies to achieve their regional political goals, whether those goals are common or individual. The United States, for example, attempted to mobilize allies by addressing North Korea as an 'outpost of tyranny'. The US also introduced concepts such as the CVID, the Complete, Verifiable, and Irreversible Dismantlement of North Korea's Nuclear Program. South Korea, on the other hand, tried to change the political preferences of the DPRK by suggesting the provision of two million kilowatts of electricity, while also holding a summit meeting between both countries. In a similar vein, Russia suggested the connecting of the trans-Korean railways to the trans-Siberian railways, while also building gas pipelines that would pass through both Koreas (Lee 2010).

China and Japan are both relevant to the discussions, given their status as, respectively, a regional ascending power and a regional declining power. The Chinese strategy regarding the Six Party Talks, evolved from a reluctance when it came to multilateral diplomatic efforts, to acting as a responsible and active stakeholder in the region's affairs. China coerced North Korea to come to the negotiation table and formed a diplomatic bridge between North Korea and the US. While China has faced criticism for not being "that persuasive", when it comes to convincing the DPRK to be more present and serious regarding the negotiations, China succeeded in its transformation as an international power that can and knows how

to work with American interests in a regional and global scale. Japan, however, resorted to an inward-oriented strategy, which ultimately lowered Japanese political influence regarding the discussions. Initially, Japan's approach to both the Talks and North Korea, consisted in an effort to normalize diplomatic relations with North Korea, which is worthy of note, given the reactive nature of the Japanese diplomacy. The Japanese strategy changed, however, as Japan attempted a shift in the agenda of the Six Party Talks, as it tried to connect domestic political popularity with the issues surrounding the abduction of its citizens by North Korea (Lee 2010).

Attempts to deal with the DPRK program of nuclear-weapons have been frustrated more than once. North Korea, however, indeed shifted its nuclear policy towards a somewhat restricted notion in the negotiations around 1994. Pyongyang refrained from further developing its nuclear program, when the United States complied with urgent diplomatic and economic demands. The Six Party Talks, however, proved somewhat more problematic then the Agreed Framework of 1994, as both the US and North Korea held their ground regarding their own understandings of nuclear policy. While some argue that recent discussions struggle to achieve significant changes in terms of denuclearisation, North Korea shows substantial variation in its nuclear guidelines in a way that points to some restraint over further nuclear development. An example of such restraint, for instance, is the announcement from the DPRK, of a moratorium on its nuclear tests and its intercontinental missile launches (Park and Peh 2019). Although the maintenance of the Six Party Talks or any other effort on diminishing the nuclear tension in the peninsula remains uncertain, forums such

as this prove to be useful in bridging the gap between contrasting political views regarding nuclear proliferation.

4.3 UN Security Council Resolutions: 1695, 1718 and 2270

The United Nations Security Council (UNSC) has, throughout the past decades, passed several resolutions condemning North Korea´s nuclear activities, but it was only in 2006 – with their first ICBM test (Taepodong-I) – that the UNSC passed its first sanctions-concerned resolution regarding the DPRK (Arms Control Association, n.d). Since then, they have passed several resolutions against the country with bigger coercive measures, and three of them have been commonly mentioned in official EAS documents and during the Chairman speeches delivered each year; they are resolutions 1695, 1718 and 2270.

The Resolution 1695 was adopted in July, 2006 after the DPRK's ICBM test, as a way to condemn the launches that happened a few days prior to the meeting. It demanded the suspension of all of North Korea's "activities related to its ballistic missile programme" as well as it required that all Member States "exercise vigilance" and that they should "prevent the transfer of any financial resources in relation to DPRK's missile or WMD programmes" (United Nations 2006, 2). This UNSC Resolution (UNSCR) also urged the People's Republic of Korea to rejoin the Six-Party Talks to work towards their 2005 Joint Statement. North Korea's Foreign Ministry responded calling the resolution a "prelude to the provocation of the Second Korean War" (DPRK Foreign Ministry 2006), highlighting the difference in treatment when it comes to missile launches by

Japan and the U.S compared to the DPRK and calling it a "brigandish logic".

The draft for resolution 1695 was submitted by Japan and was thought of as "strong" by U.S ambassadors, but it is not as aggressive as other resolutions approved by the Security Council as it does not invoke Chapter 7 of the UN Charter; that can authorize sanctions and military actions. Resolutions 1718 and 2270, however, were passed under Chapter 7, Article 41 that give UNSC the power to decide "what measures not involving the use of armed force are to be employed to give effect to its decisions" and it may "call upon the Members of the United Nations to apply such measures" (United Nations 1945) when in relation to acts that represent threat to the peace or are of aggression.

UNSCR 1718 was also adopted in 2006 and is of much harsher language; using the words "demands" and "decides" more frequently throughout the document. In this resolution the Security Council orders North Korea to not conduct any more nuclear tests and to re-join the Treaty on Non-Proliferation of Nuclear Weapons, and it also decides that the DPRK shall "abandon all nuclear weapons and existing nuclear programmes in a complete, verifiable and irreversible manner" (United Nations 2006). Furthermore, it imposed sanction on the country, requiring Member States to

> Freeze immediately the funds, other financial assets and economic resources which are on their territories at the date of the adoption of this resolution or at any time thereafter, that are owned or controlled, directly or indirectly, by the persons or entities designated by the Committee or by the Security Council as being engaged in or providing support for, including through other illicit means, DPRK's nuclear-related, other weapons of mass

> destruction-related and ballistic missile- related programmes, or by persons or entities acting on their behalf or at their direction, and ensure that any funds, financial assets or economic resources are prevented from being made available by their nationals or by any persons or entities within their territories, to or for the benefit of such persons or entities. (United Nations 2006, 3).

Despite imposing harsh measures that were, later on, criticized by the North Korean government, sanctions adopted through Resolution 1718 did not result in major effects on the DPRK's economy, as they were restricted to exports of military and luxury goods (Noland 2009). Still, Resolution 1718 marked the start of a period where the United Nations imposed coercive measures repeatedly on North Korea with the aim of stopping the country's nuclear ambitions, but never achieving just that; instead they contributed to a severe economic crisis that followed the DPRK's attempt to conduct a monetary reform and to return to a planned economy (Vizentini, Pereira 2014).

After North Korea's fourth nuclear test, the Security Council passed Resolution 2270 which helped to further aggravate the economic crisis already in order. Adopted in 2016, it imposed brutal sanctions and created "the most comprehensive[156], legally-binding, sanctions program imposed against a state since Iraq in the 1990s" (Borlini 2017, 321). From that point onwards the DPRK was

[156] Comprehensive Sanctions is a term that refers to a sanctions regime where transactions with a country's government and overall transactions involving the sanctioned country are prohibited. It is not a sectoral group of sanctions, but something more broad, involving almost the entire economy of that country. It includes exports and imports (Columbia Research, n.d).

prohibited from exporting any item, except food and medicine, if the "State determines that such item could directly contribute to the development of the DPRK's operational capabilities of its armed forces" (United Nations 2016). This resolution adopts measures against the People's Republic of Korea that are not restricted to the development of Weapons of Mass Destruction, but restricts all ways in which the North can earn hard currency (Squassoni, Armitage 2016). These binding impositions endorsed by the United Nations were now spread across most of the North Korean economy, not leaving much space for countries to violate those measures.

4.4 The Pyongyang Joint Declaration and the Panmunjom Declaration for Peace, Prosperity and Unification on the Korean Peninsula

2018 was an important year for the Koreas; the first inter-Korean summit in 11 years was held, Donald Trump and Kim Jong-un exchanged several letters regarding their intent of denuclearizing the Korean Peninsula and there was hope for more peaceful Korean relations (Lim 2019). The inter-Korean summit held in April of 2018, at Panmunjom, on the south side of the Joint Security Area, culminated in the signing of the Panmunjom Declaration for Peace, Prosperity and Unification on the Korean Peninsula by South Korea's President, Moon Jae-in, and Kim Jong-un, the Supreme Leader of North Korea. With that, they proclaimed a "new era of peace" and "no more war on the Korean Peninsula" (Panmunjom Declaration for Peace, Prosperity and Unification on the Korean Peninsula, 2018). The two leaders also committed to the "complete denuclearization" of the Korean Peninsula, to improve inter-Korean relations by

reuniting families and hosting various events on special dates, and to put an end to the 1950-1953 Korean War (Ahn 2021), a conflict that has not seen its official end as there hasn't been a peace treaty.

The Panmunjom Declaration was sent to the United Nations to be presented as a document of the General Assembly and of the Security Council. Although the declaration does not ensure very concrete or specific measures (Cheon 2018), it looked as if unification was closer than ever and that international interference would be less welcomed as they

> Affirmed the principle of national independence which specifies that the destiny of our nation is determined on their own accord and agreed to open up a watershed moment for the improvement and development of inter-Korean relations by fully implementing all existing inter-Korean declarations and agreements adopted thus far. (Panmunjom Declaration for Peace, Prosperity and Unification on the Korean Peninsula 2018, 2)

A declaration, however, does not ensure anything. It is not a treaty governed by international law, but a way for nations to declare intentions and commitments that they – at that time – want to fulfill or pursue. And their way of declaring can be interpreted differently from one country to another: the South Korean official English translation for the Panmunjom Declaration differs from the North Korean translation on the topic of denuclearization (Watanabe 2018). While South Korea's Unification Ministry talked about a goal of a "nuclear-free Korean Peninsula", North Korea's translation cited the goal of "turning the Korean Peninsula into a nuclear-free zone" (Watanabe 2018), and, as much as it sounds just about the same, these different translations encapsulate divergent objectives. A

"nuclear-free zone" could include the withdrawal of the United States' military presence in the Korean Peninsula as well as the exclusion of its extended nuclear deterrence for the ROK, whereas a "nuclear-free Peninsula" is a goal that sounds almost exclusive to the Koreas, not leaving much space to think about the international role on the intended complete denuclearization.

Five months after the first inter-Korean summit of the year, In September of 2018, Moon Jae-in and Kim Jong-un met in Pyongyang for another summit; where they adopted the Pyongyang Joint Declaration. In it, the Koreas outlined their main objectives: cessation of military hostilities, denuclearization, the search for substantial measures to further advance inter-Korean relations and cooperation to ensure peace in the Peninsula, and to continue to promote reconciliation and unity domestically and internationally (Pyongyang Joint Declaration 2018). As the September inter-Korean Summit happened a few months after the April Summit, the Pyongyang Joint Declaration acts as an extension of the Panmunjom Declaration, reiterating its objectives as well as designating more concrete measures to ensure that their intentions can be carried out (Pyeongyang Press Corps 2018), specially in what concerns the denuclearization of the Peninsula.

As much as the inter-Korean summits and their resulting declarations brought hope of more peaceful Korean relations, they did not result in lasting outcomes to the Korean Peninsula. In the 2019 Hanoi Summit between North Korea and the United States much of what was being conquered in terms of better relations between the two countries and other commitments, as well as between the two Koreas, was brought to a halt as the U.S President, Donald Trump, and Kim Jong-un did not sign a statement, ending

the Summit abruptly (Collins and Terry 2019). All in all, these documents endorsed by the Republic of Korea and the People's Republic of Korea in 2018 were simply declarations — good, hopeful ones — but, in the end, just declarations that did not carry out as time went on.

5 BLOC POSITIONS

The Commonwealth of Australia has been an ASEAN partner since the creation of the forum, added once the definitions of East Asia were stretched beyond traditional geographical limits. Aiming to prevent rising tensions among the northeast-Asian political powers, such as China, Japan and South Korea, both Australia and New Zealand were identified as possible counterweights in disputes that could derange regional stability or economic growth. Australia, in this sense, recently strengthened ties with New Zealand and its South Pacific neighbors, as it contributed to the necessary climate for cooperation. ASEAN's strategy on expanding the scope of East Asian integration lies in preventing the hegemony of a regional power, such as China, Japan or, to an extent, the United States, a type of political influence that would undermine ASEAN's place as a theater of regional diplomacy. The inclusion of Australia and New Zealand, historic allies of the US, also reassures Washington that the East Asia Summit will not be a political bloc that antagonizes American influence, and that its interests will be protected with the growing of an East Asian or Indo-Pacific community (Richardson 2005).

The State of Brunei Darussalam is both a signatory of the Treaty on the Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone, with the

aim to protect the region from nuclear wastes and hazards, as well as the Framework Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation (Sucharitkul 1996; Framework Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation 1992). The country's prime-minister and sultan, Hassanal Bolkiah, was the chairman at the time and conducted the discussions of the 16th East Asia Summit, in 2021. In general, the country appears to be taking a proactive disposition regarding the Summit's discussions, hosting a series of events of regional importance, such as the 15th East Asian Summit Energy Ministers' Meeting and the East Asian Summit Workshop on Mental Health Cooperation, co-hosted with Australia. Brunei Darussalam also co-organized the 4th East Asia Energy Forum on September 13th, of 2021, focused on low carbon energy transition in the region (Chairman's Statement of the 16th East Asia Summit 2021). That being said, the country seems to, in more recent years, to drive discussions of regional importance, and might be an important player in mediating affairs and hosting regional forums.

The Kingdom of Cambodia is, as Brunei Darussalam, a signatory of the Treaty on the Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone, with the ultimate goal to protect the region from nuclear wastes and hazards. Cambodia is also a part of ASEAN's Free Trade Area, although the country's gains from its improved access to ASEAN markets, proved to be less than previously anticipated (Sucharitkul 1996; Fukase and Martin 2001). The country introduced liberalizing economic reforms in 1989, only two years prior to the signing of the Peace Treaty with Vietnam. Cambodia was invaded by Hanoi in 1978, when it started to antagonize its neighboring country. Political normality in Cambodia was still hard to achieve, and understandably, the regional diplomatic and military tensions have

consequences to this day (Visentini, Vieira, Cattelan 2017). Cambodia's prime-minister in January of 2022, visited Myanmar in January of 2022, in an effort to address the escalating violence and the worsening humanitarian conditions in the country. At a later date, in June, the deputy prime-minister and Minister of Foreign Affairs and International Cooperation, also visited the country, as a Special Envoy of ASEAN. which can indicate Cambodia's intent to act as a pacifier in the region (Chairman's Statement of the 17th East Asia Summit 2022).

The People's Republic of China, as a rising international power, has both opportunities and incentives to project its influence over the ASEAN discussions, given the need to build a responsible image for itself. When it comes to denuclearization of the Korean Peninsula, China went from a position of reluctance regarding multilateral diplomacy to that of an active agent in conducting negotiations with North Korea (Lee 2010). Despite its limitations, China's mediation during the North Korean crisis has been successful. Both Japan and South Korea do not trust Beijing to act as the ideal bridge in solving the nuclear crisis. China also appears reluctant in risking Pyongyang's regime, and it expresses some degree of unease regarding political attacks on the DPRK. The security dilemma between Beijing and Washington is a deterrent in terms of a firm condemnation of Pyongyang's nuclear policy. The desire for stability in the peninsula, in terms of maintaining long standing allies, might not outweigh the interest in denuclearisation. While China remains torn between both political ambitions and because it is not suited to act as a conventional mediator, the country looked for mediation in the form of avoiding a crisis escalation, rather than other strategies (Zhu 2011). Although China

voiced some criticism regarding North Korea's assertive behavior when it comes to nuclear tests, this criticism does not represent a complete turnaround in Chinese regional diplomacy. If anything, it reveals the persistence of mutually complementary, and sometimes contradictory national conceptions regarding international politics (Noesselt 2014). While Beijing is a strong ally to Pyongyang, North Korea is also heavily dependent on Chinese trade and investment. That being said, China will continue to influence North Korea in economic terms, and will, if possible, approximate the economic practices of the DPRK to Chinese models of economic reforms (Seth 2019, Kong 2021). In this sense, China has enough leverage with Pyongyang to act as a bridge or as mediator with many inquisitive neighbors.

The Republic of India finds itself in a delicate position regarding the two Koreas strife. Historically, India and North Korea hold diplomatic and trade ties, with India maintaining an embassy in Pyongyang and North Korea also having one in New Delhi. India has constantly shown support for Pyongyang throughout the years, however India–South Korea have been elevating bilateral relations. Both India and South Korea have mutual interest in tightening relations, especially regarding defense capabilities against North Korea for Seoul and Pakistan for New Delhi (John 2020). In this sense, India supports peace-building – but not necessarily stands against North Korea. India's interest regarding both Koreas can be understood based on mutual trade and diplomacy building, as India did not support the United Nations Security Council resolution 84, "Complaint of Aggression upon the Republic of Korea" (United Nations 1950), therefore being against military assistance to South Korea. In order to achieve strong diplomatic partnerships with both

North and South, India has also been straightening ties with ASEAN, and as of May, 2024 joined the 26th ASEAN-India Senior Officials' Meeting (AISOM) expressing "mutual interest in promoting regional peace, stability and prosperity" (ASEAN 2024).

The Republic of Indonesia held the First ASEAN Summit on 23-24 February 1976 as part of the first five ASEAN members, the others being Malaysia, the Philippines, Singapore and Thailand, which means Indonesia's role on ASEAN's (and therefore EAS') goals on peacebuilding is considerate. Nevertheless, the country has a long dated history of diplomatic ties with North Korea: although most countries isolated North Korea in the post-Cold War era, Jakarta has continued its relationship with Pyongyang throughout the years (Manurung 2020). Not only that, but, alongside Vietnam, Cambodia and Laos, Indonesia has normalized relations with the Democratic People's Republic of Korea before doing so with South Korea. All of this stated, it can be said that as one of ASEAN's oldest members, Indonesia most certainly stands for peacemaking, mutual understanding and trust building, and finds allies in those who stay faithful to ASEAN Way's of diplomacy.

The State of Japan, when it came to the political tension on the Korean Peninsula, initially resorted to an inward-oriented strategy. During the administration of prime minister Koizumi Junichiro, there were efforts made to normalize diplomatic relations with the DPRK. However, at some point, the Japanese sought to interconnect their domestic popularity with their influence on the Six Party Talks, making use of the problematic situation of the abduction of Japanese citizens by North Korea. This topic is present in formal statements and diplomatic discussions to this day, as it is still a factor of many diplomatic altercations between the two countries (Lee

2010; Kyodo News 2024). Through the years, Japan reshaped its leadership role regarding regional cooperation and community building, as a country proactively involved in the institutionalization of the East Asia Summit, for instance, in the way of substantial financial contributions of approximately US$80 billion during to crisis-affected countries of the ASEAN + 3. These conscious Japanese efforts formed the basis for regional integration, and promoted the necessary forums for an institutionalized Summit as it is known today (Park 2006).

Lao People's Democratic Republic's position toward the two Koreas is interesting to analyze, since "Laos and North Korea first established diplomatic relations in 1974, on the same day that Vientiane recognized South Korea" (Bernal 2022). Although communist influence in Laos undeniably made the country closer to the Democratic People's Republic of Korea, the last few years have been showing increased proximity between Laos and the South as well – small and medium-sized business investment in both countries have made incredible impact in Laos' economy (Duangpasith 2023), for example. Within ASEAN, Lao PDR has found an important basis for economic development, with many infrastructure development projects that also benefit countries such as Cambodia and Vietnam. However, it's important to remember that even though ASEAN is an important resource for Laos' growth, even after the failure of President Moon Jae-in's 2017 New Southern Policy Laos still maintained close ties with North Korea. In addition, "Kim Jong Un "cherishes" the close relationship between the DPRK and Laos and is putting in strong efforts to further elevate ties" (Bernal 2022).

Malaysia holds a sensitive ground in the Korean Peninsula issue. As of 2017, Kim Jong-Un's brother, Kim Jong-Nam, was

assassinated in Malaysian territory, marking a deteriorating moment in Malaysia-North Korea relations. However, as part of ASEAN and therefore bound to the diplomacy of the ASEAN Way, Malaysia can't afford to be the only country in Southeast Asia that severed or lost ties with North Korea (Hoo 2019). Although ties have been cut with the exit of diplomats from both countries, Malaysia's foreign policy being historically forged in neutral ground could be the way to solving the diplomatic issue in the near future. So far, what can be put is that as a signatory of the Treaty on the Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone, which has the goal of protecting the region from nuclear wastes and hazards (Sucharitkul 1996), Malaysia has the difficult task of first working towards peacebuilding with North Korea in order to, then, be able to discuss peacebuilding in the terms of Southeast Asia.

The Republic of the Union of Myanmar has been constantly referenced as an "outcast country", not only within ASEAN but in the world (Petersson 2006). Extremely politically unstable, Myanmar has no viable condition of standing up for peacebuilding in the Korean Peninsula before fixing internal problems — the place it holds in the ASEAN scenario is as much of a security threat in Southeast Asia as the increased tensions in the Koreas. In this sense, it's important for Myanmar to encounter more protagonism amongst ASEAN, perhaps finding a political ally in Cambodia, since Cambodia's prime-minister visited the country in 2022 in order to discuss its deteriorating humanitarian crisis. (Chairman's Statement of the 17th East Asia Summit 2022). Regarding ASEAN, Myanmar could represent a great obstacle for deepening political relations with the West (Petersson 2006), as its military regime goes against ASEAN's diplomatic claims.

New Zealand is arguably less important to Southeast Asia and the ASEAN, than they are to New Zealand. The country has significant ties to ASEAN and has been a partner since the early days of the international forum. Both Australia and New Zealand serve the purpose of political counterweights, preventing the further rise of tensions among the northeastern Asian powers. Australia and New Zealand have strengthened ties among themselves and with their South Pacific neighboring countries, creating the necessary climate for cooperation. The inclusion of Australia and New Zealand, also reassures Washington that the East Asia Summit will not be purposefully antagonize American influence, and that its interests will be protected with the presence of two of its historic allies, in the growing of a regional East Asian or Indo-Pacific community (Butcher 2012; Richardson 2005).

The Republic of the Philippines is another signatory of the Treaty on the Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone (Sucharitkul 1996), however its view of North Korea is more intense than some of the other signatories. As stated by Cruz de Castro (2022), "while Philippines-ROK relations are intense, deep and comprehensive, relations between the Philippines and the Democratic People's Republic of Korea (DPRK or North Korea) are moribund, stagnant and problematic". Because of that, dialogue and diplomacy between the Philippines and North Korea is not an easy ground to walk on, and it can be hard to establish agreements regarding peacebuilding when the Philippines sees the North as a security threat. This harsh position can go against other EAS members' more moderate views, such as China or Vietnam.

The Russian Federation was invited to join the EAS at the same time as the United States of America, which is something worth

highlighting. One of the foundations of the Association is to arrange a safer zone in Asia, particularly Southeast Asia, and for ASEAN countries to not economically depend entirely on the spheres of influence of both the United States and China (Sumsky 2011). With that in mind, Russia represents an interesting partnership as the conflict with the United States perseveres alongside Russia's interest in regional partnerships. The 5th Anniversary of the ASEAN-Russia Strategic Partnership reflected Russia's strong ties with the Association of Southeast Asian Nations (The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation 2024), as well as reinforcements in Russia-India and Russia-North Korea relations. Especially the later one, as "Russian President Vladimir Putin and North Korean leader Kim Jong Un signed a mutual defense treaty and committed to strengthening military ties during a June summit in Pyongyang" (Arms Control Association 2024). North Korea continues to play an important role in Russia's war on Ukraine, and therefore Russia is, by all means, an important player in the security issues of Southeast Asia.

The Republic of Singapore is both a signatory of the Treaty on the Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone, with the goal to safeguard the region from nuclear wastes and hazards, as well as the Framework Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation (Sucharitkul 1996; Framework Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation 1992). Although Singapore was convinced that economic bonds, rather than political cohesion, would be the main factor to maintain ASEAN in the long run, cultural aspects, such as the cultural database project, support for the visual arts and the development of the media industry, proved important to assure Singaporean soft power. Singapore has

the chance, through the East Asia Summit community, to obtain some degree of cultural importance in the region (Hiok 1982; Kawasaki 2004). That being said, Singapore can reap benefits from its relationship with partners from ASEAN.

The Republic of Korea has strengthened ties with both Japan and the United States during President Yoon Suk-yeol's presidency. By doing so, South Korea and North Korea polarized even more, as the latter tended to side with historical allies: China and Russia (Fiori and Milani 2023). Alongside that, the Russia-Ukraine war and Pyongyang's support of Moscow in the conflict as well as US and NATO responses has also played an important role in the escalation of tensions in the Korean Peninsula (Klingner 2024). Despite the tense scenario, South Korea's role in the East Asia Summit could be a way out of this situation. Throughout the years, South Korea has been improving relations with many ASEAN countries and it is possible that the straightening of ASEAN's regional influence can dissociate from the bipolar world that seems to be forming.

The Kingdom of Thailand is, in the same way as Singapore, a signatory of the Treaty on the Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone, with the aim to protect the region from nuclear hazards, and of the Framework Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation (Sucharitkul 1996; Framework Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation 1992). Thailand has employed different strategies to gain competitive advantage against other ASEAN countries, however, Thailand's economic regionalism did not develop in a linear way and the country's support on ASEAN cooperation has been largely interrupted by backtracking (Aroonpipat 2017; Wongwuttiwat and Lawanna 2018).

In not purely economic terms, the 'fishing wars' of Thailand and Vietnam are predominantly an issue of the past, and ever since 1992, when Thailand and Vietnam agreed on the joint exploration of the Gulf of Thailand's continental shelves, both countries started a movement closer to ASEAN regarding maritime boundaries (Simon 1994). This might be of importance when addressing the South China Sea.

The United States of America is quite undeniably the most important actor in any issue in the world at the moment. Its invitation to the EAS came at the same time as Russia, but not without opposition, such as from Malaysia (Sumsky 2011). Even though Malaysia's relations with North Korea have been troubled (Hoo 2019), it does not change the reasons why the country opposed the US' presence in the East Asia Summit, a shared concern of other ASEAN members: how can regional influence persevere under the United States power? In this sense, the United States of America stands alongside Japan and South Korea in the Korean Peninsula issue, but with the main goal of obtaining regional influence in a historically long dispute with China.

The Socialist Republic of Vietnam is, as Brunei Darussalam and Cambodia, a signatory of the Treaty on the Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone, with the ultimate goal to protect the region from nuclear wastes and hazards (Sucharitkul 1996). Vietnam established an arrangement for naval cooperation with Singapore and India, upholding ASEAN principles for regional security, naturally with each national-specific context. Regarding issues such as humanitarian assistance or disaster relief, Vietnam seems very much willing to be closely associated with individuals or groups of extra-regional powers, for instance, in the military medicine exercise

in 2013, that happened in Brunei Darussalam. This was the inaugural ASEAN Defense Ministerial Meeting Plus and involved all of the ASEAN member states and other eight countries. It is worth noting, also, that the socialist regime survived in Vietnam by adopting a Chinese model of development, one that appears to be working, since, over the last 15 years, Vietnam, under the Doi Moi reforms, experienced rapid economic growth as a 'small Asian Tiger' (Visentini, Vieira, Cattelan 2017).

6 QUESTIONS TO PONDER

1) Considering the EAS as an Asian discussion forum focused on finding solutions through diplomacy and dialogue, how can we guarantee a just and comprehensive debate around the issue when North Korea — an important actor in the region — is not a member of the EAS?

2) To what extent does the presence of Western countries in the bloc limit the EAS?

3) Can Russia be seen as a diplomatic alternative, in terms of regional discussions in the forum, when put into perspective with China and the United States?

4) Can the organization become the central bond that helps define the dynamics of international policies and peace-building in the Korean Peninsula, outside of US-China polarization?

5) To what extent do nuclear weapons serve to uphold North Korean sovereignty?

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Acharya, Amitav. 2017. "The Myth of ASEAN Centrality?" Contemporary Southeast Asia 39 (2): 273–279. http://www.jstor.org/stable/44683769.

Ahn, Sung-mi. 2021. "Three years after historic Panmunjom Declaration, two Koreas remain deadlocked". The Korean Herald, April 26, 2021. https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20210426000816.

Aidan Foster-Carter. 2022. "North Korea-South Korea Relations: An Inauspicious Start," Comparative Connections 24(2): 111-128.

Aidan Foster-Carter. 2019. "North Korea-South Korea Relations: Grinding to a Halt – Then Kim Pulls the Plug," Comparative Connections 21(1): 75-86.

Akhli, Rangga Amalul. 2019. "Understanding ASEAN Peace Preservation Role in the Korean Peninsula". Jurnal Hubungan Internasional 11(2): 254-63. 10.20473/jhi.v11i2.10541.

Al Jazeera. 2023. "North Korea warns US of nuclear retaliation as tensions rise". Al Jazeera, July 20, 2023. https://www.aljazeera.com/news/2023/7/20/north-korea-warns-us-of-nuclear-retaliation-amid-escalating-tensions

Arms Control Association. n.d. "UN Security Council Resolutions on North Korea". Accessed June 19, 2024.

https://www.armscontrol.org/factsheets/UN-Security-Council-Resolutions-on-North-Korea.

Arms Control Association. 2019. "Nuclear Weapons: Who Has What at a Glance". Accessed June 19, 2024. https://www.armscontrol.org/factsheets/nuclear-weapons-who-has-what-glance.

Arms Control Association. 2024 "North Korea, Russia Strengthen Military Ties". Accessed August 06, 2024. https://www.armscontrol.org/act/2024-07/news/north-korea-russia-strengthen-military-ties.

Aroonpipat, Sunida. 2017. "Thailand's Inconsistent Involvement in ASEAN: The Shifting Domestic Coalition towards the ASEAN Free-trade Area." Pacific Focus 32 (2): 259–89. https://doi.org/10.1111/pafo.12095.

ASEAN. 2024. "ASEAN, India intensify Comprehensive Strategic Partnership". Accessed June 19, 2024. https://asean.org/asean-india-intensify-comprehensive-strategic-partnership-2/.

ASEAN. 2012. "Treaty on the Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone. Accessed June 19, 2024. https://asean.org/asean-india-intensify-comprehensive-strategic-partnership-2/.

Bernal, Gabriela. 2022. "North Korea and Laos sustain ties despite COVID-19 and other obstacles". NK News, May 27, 2022. https://www.nknews.org/2022/05/north-korea-and-laos-sustain-ties-despite-covid-19-and-other-obstacles/

Borlini, Leonardo. 2017. "The DPRK's Gauntlet, International Law, and the New Sanctions Imposed by the Security Council." The Italian

Yearbook of International Law Online 26(1):319-345. 10.1163/22116133-90000168a

Bridges, Brian. 2017. "Old Friends, New Partners, and Troubled Times: North Korea's Relations With Southeast Asia". International Journal of Korean Unification Studies, 26(2), 1- 34. doi: 10.33728/ijkus.2017.26.2.001.

Butcher, Andrew. 2012. "Students, Soldiers, Sports, Sheep and the Silver-Screen: New Zealand's Soft Power in ASEAN and Southeast Asia." Contemporary Southeast Asia 34 (2): 249. https://doi.org/10.1355/cs34-2e.

"Chairman's Statement of the 16th East Asia Summit." Statement made October 27th, 2021. Sixteenth East Asia Summit (2021): 1-12.

"Chairman's Statement of the 17th East Asia Summit." Statement made November 13th, 2022. Sixteenth East Asia Summit on Phnom Penh (2022): 1-15.

Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice, San Francisco, 26 June 1945, available from https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf

Cheon, Seong-whun. 2018. "Seven Takeaways from the April 27 Inter-Korean Summit: Issues and Assessments". Beyond Parallel, May 21, 2018. https://beyondparallel.csis.org/seven-takeaways-april-27-inter-korean-summit-issues-assessments.

Chew, A. 2024. Rethinking the efficacy of the SEANWFZ treaty. RSIS Commentaries, 030-24. https://dr.ntu.edu.sg/bitstream/10356/174594/2/CO24030.pdf

Choi, Ina. 2023. "ASEAN-ROK Partnership: What's next after the New Southern Policy?" SSRN Electronic Journal. https://doi.org/10.2139/ssrn.4418487.

Choi, Jinwook. 2018. "How to Stop North Korea's Nuclear Ambition: Failed Diplomacy and Future Options". Journal of Contemporary East Asia Studies 7 (1): 1–15. https://doi.org/10.1080/24761028.2018.1499426.

Choi, Won-gi. 2020. "Review of The New Southern Policy: Korea's New ASEAN Initiative". The Korea Foundation. January 1, 2020. https://www.kf.or.kr/achNewsletter/mgzinSubViewPage.do?mgzinSubSn=25670&langTy=ENG.

Chung-in, Moon. 2012. "The Sunshine Policy: In Defense of Engagement as a Path to Peace in Korea". Seoul: Yonsei University Press.

Collin, Koh Swee Lean. 2013. "ASEAN Perspectives on Naval Cooperation with India: Singapore and Vietnam." India Review 12 (3): 186–206. https://doi.org/10.1080/14736489.2013.821326.

Collins, Lisa and Terry, Sue Mi. 2019. "Assessment of the Trump-Kim Hanoi Summit". Center for Strategic and International Studies, February 28, 2019. https://www.csis.org/analysis/assessment-trump-kim-hanoi-summit.

Columbia Research. n.d. "Economic Sanctions and Restricted Parties". Accessed June 19, 2024. https://research.columbia.edu/economic-sanctions-and-restricted-parties

Cruz de Castro, Renato. 2022. "The Philippines-South Korea-North Korea Triangular Relationship". Contemporary Korea-Southeast Asian Relations: Bilateral and Multilateral. London: Routledge.

Delury, John. 2020. North Korea in 2019. Asian Survey, 60(1), 69–78. doi:10.1525/as.2020.60.1.69

DPRK (North Korea). 2019. Monthly Forecast : Security Council Report. n.d. Securitycouncilreport.org. Accessed April 23, 2024. https://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2019-08/dprk-north-korea-3.php

Duangpasith et al. 2023. "The Situation of Korean Small and Medium-Sized Business Investment in Lao PDR and the Lao Government's Promotion Strategy". Souphanouvong University Journal Multidisciplinary Research and Development 9 (3):122-33. http://www.su-journal.com/index.php/su/article/view/485.

Fiori, Antonio, and Marco Milani. 2023. "Korean Peninsula 2022: Stuck Between New Leadership and Old Practices." Asia Maior XXXIII: 55-90. https://hdl.handle.net/11585/925015.

"Framework Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation" Opened for signature January 28th, 1992. ASEAN Fourth Summit Meeting at Singapore (1992): 1-11.

Fukase, Emiko, and Will Martin. 2001. "Economic and Fiscal Implications of Cambodia's Accession to the ASEAN Free Trade Area." Asian Economic Journal 15 (2): 139–72. https://doi.org/10.1111/1467-8381.00129.

Geiger, Luana. 2018. "A Política Nuclear Norte-Coreana: Dissuasão, Nacionalismo e Relações Regionais". Master 's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

General Assembly resolution 84, Complaint of aggression upon the Republic of Korea (7 July 1950), available from http://unscr.com/en/resolutions/doc/84.

Ha, Yong-Chool, Beom-Shik Shin, and Strategic Studies Institute. 2014. Russian Nonproliferation Policy and the Korean Peninsula. Morrisville, NC: Lulu.com.

Hiok, Lee Boon. 1982. "Constraints on Singapore's Foreign Policy." Asian Survey 22 (6): 524–35. https://doi.org/10.2307/2643684.

Hoo, Chiew-Ping. 2019. "From neutrality to pragmatism in Malaysia-North Korea relations". Washington, DC : East-West Center. Asia Pacific Bulletin; no. 456. https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/server/api/core/bitstreams/14a2379a-024a-449e-b64b-39e4d8264619/content

Im, Hyug Baeg. 2006. "The US Role in Korean Democracy and Security since Cold War Era1". International Relations of the Asia-Pacific 6 (2): 157–87. https://doi.org/10.1093/irap/lci134.

International Campaign to Abolish Nuclear Weapons. 2023. "Nuclear tensions keep rising on Korean Peninsula". ICAN, December 18, 2023. https://www.icanw.org/nuclear_tensions_rise_on_korean_peninsula

International Conference on ASEAN-Korea Partnership. 2017. "Partnering for Tomorrow: ASEAN-Korea Relations". Organized by Jim Kapsalis, ASEAN-Korea Centre. ISBN 979-11-88409-02-0.

Jang, Se Young. 2016. "The Evolution of US Extended Deterrence and South Korea's Nuclear Ambitions. The Journal Of Strategic Studies 39 (4): 1-19 https://doi.org/10.1080/01402390.2016.1168012.

John, J. V. 2020. India–South Korea Relations Under "Special Strategic Partnership": "Act East Policy" Meets "New Southern Policy." India Quarterly: A Journal of International Affairs, 097492842091779. doi:10.1177/0974928420917798.

Kawasaki, Kenichi. 2004. "Cultural Hegemony of Singapore among ASEAN Countries: Globalization and Cultural Policy." International Journal of Japanese Sociology 13 (1): 22–35. https://doi.org/10.1111/j.1475-6781.2004.00051.x.

Kim, Kap-sik. 2024. "Implications of North Korea's Policies toward South Korea and Unification". Korea Institute for National Unification Institutional Repository. KINU Repository. CO 24-04(E). https://repo.kinu.or.kr/handle/2015.oak/15121.

Klinger, Bruce. 2024. "Precarious Year Ahead for the Korean Peninsula". The Heritage Foundation, February 6, 2024. https://www.heritage.org/asia/report/precarious-year-ahead-the-korean-peninsula.

Kong, Tat Yan. 2021. "How China Views North Korea's Readiness to Reform and Its Influence on China's North Korea Policy in the Post-Cold War Era." The Pacific Review 34 (1): 85–112. https://doi.org/10.1080/09512748.2019.1651384.

Kristensen, Hans and Norris, Robert. 2017. "A history of US nuclear weapons in South Korea''. Bulletin of the Atomic Scientists 73 (6): 349-357 https://doi.org/10.1080/00963402.2017.1388656.

Kyodo News. 2024. North Korean Foreign Minister Nixes Any Contact with Japan. Tokyo: The Japan Times.

Lee, Dong Hyung. 2003. "The Korean Sunshine Policy: Its Light and Shade." Pacific Focus 18 (1): 175–200. https://doi.org/10.1111/j.1976-5118.2003.tb00281.x.

Lee, Geun. 2010. "The Clash of Soft Powers between China and Japan: Synergy and Dilemmas at the Six-Party Talks." Asian Perspective 34 (2): 113–39. https://doi.org/10.1353/apr.2010.0025.

Lee, Kwon Hyung, and Yoon, Jae Ro. 2021. "The New Southern Policy plus Progress and Way Forward." SSRN Electronic Journal. https://doi.org/10.2139/ssrn.4062021.

Lim, Eunjung. 2019. "South Korea's Nuclear Dilemmas". Journal For Peace And Nuclear Disarmament. 2 (1): 297-318. https://doi.org/10.1080/25751654.2019.1585585.

Manurung, H. 2020. "Indonesia-North Korea Diplomatic Relations: Effort to Pursue National Interest and Create Regional Peace [Hubungan Diplomatik Indonesia – Korea Utara: Upaya Mewujudkan Kepentingan Nasional dan Menciptakan Perdamaian Regional]". Jurnal Politica Dinamika Masalah Politik Dalam Negeri dan Hubungan Internasional. 11. 223-244. 10.22212/jp.v11i2.1466.

Mobrand, Erik, and Hyejin Kim. 2019. "Southeast Asia's Roles in Inter-Korean Affairs." East Asian Policy 11 (03): 50–58. https://doi.org/10.1142/s1793930519000266.

Moon, Chung-in. 2012. The Sunshine Policy: In Defense of Engagement as a Path to Peace in Korea. Seoul: Yonsei University Press.

Noesselt, Nele. 2014. "China's Contradictory Role(s) in World Politics: Decrypting China's North Korea Strategy." Third World

Quarterly 35 (7): 1307–25. https://doi.org/10.1080/01436597.2014.926120.

NBC News. 2006. "North Korea defiant after U.N resolution". July 16, 2006. https://www.nbcnews.com/id/wbna13882871

Noland, Marcus. 2009. "The (Non-) Impact of UN Sanctions on North Korea". Asia Policy 4 (7): 61-88. www.jstor.org/stable/24904901.

UNODA Treaties Database. 2024. Unoda.org. 2024. https://treaties.unoda.org/t/bangkok_protocol.

Paine, Sarah. C. M. 2017. "The First Sino- Japanese War (1894–1895)." In Cambridge University Press eBooks. https://doi.org/10.1017/9780511997662.003.

Park, Chang-Gun. 2006. "Japan's Leadership Shifts: From the East Asian Crisis to the Establishment of an ASEAN + 3 Summit." International Area Review 9 (1): 87–109. https://doi.org/10.1177/223386590600900105.

Park, John. 2015. "Inside Multilateralism: The Six-Party Talks". The Washington Quarterly 28(4): 75-91.

Park, Soul, and Kimberly Peh. 2020. "Leveraging towards Restraint: Nuclear Hedging and North Korea's Shifting Reference Points during the Agreed Framework and the Six-Party Talks." European Journal of International Security 5 (1): 94–114. https://doi.org/10.1017/eis.2019.15.

"Panmunjom Declaration for Peace." 2018. NCNK. April 27, 2018. https://www.ncnk.org/resources/publications/panmunjeom_declaration_for_peace.pdf/file_view.

Peng Er, Lam. 2022. Contemporary Korea-Southeast Asian Relations: Bilateral and Multilateral. London: Routledge.

Petersson, M. 2006. "Myanmar in EU–ASEAN relations". AEJ 4, 563–581. https://doi.org/10.1007/s10308-006-0085-z

Pyeongyang Press Corps. n.d. "Pyeongyang Joint Declaration presents new future". Peace, A New Future. Accessed June 17, 2024. https://www.korea.net/Government/Current-Affairs/National-Affairs/view?subId=678&affairId=750&pageIndex=3&articleId=163654

Richardson, Michael. 2005. "Australia-Southeast Asia Relations and the East Asian Summit." Australian Journal of International Affairs 59 (3): 351–65. https://doi.org/10.1080/10357710500231149.

Rodong Sinmun. 2023. "Report on 9th Enlarged Plenum of 8th WPK Central Committee". KCNA Watch, December 31, 2023. https://kcnawatch.org/newstream/1704027054-512008976/report-on-9th-enlarged-plenum-of-8th-wpk-central-committee/

Seth, Michael J. 2019. A concise history of Korea A concise history of Korea: From antiquity to the present. 3o ed. Lanham, MD, USA: Rowman & Littlefield.

Simon, Sheldon. 1994. "Vietnam's Security: Between China and ASEAN." Asian Affairs An American Review 20 (4): 187–204. https://doi.org/10.1080/00927678.1994.9933673.

Sucharitkul, Sompong. 1996. "BRUNEI DARUSSALAM - CAMBODIA - INDONESIA - LAOS - MALAYSIA - MYANMAR - PHILIPPINES - SINGAPORE - THAILAND - VIETNAM: TREATY ON THE SOUTHEAST ASIA NUCLEAR WEAPON-FREE ZONE." International

Legal Materials 35, no. 3: 635–50. http://www.jstor.org/stable/20698565.

Sumsky, Victor. 2011. EAST ASIAN SUMMIT AND RUSSIA: LONG-AWAITED INVITATION, Security Index: A Russian Journal on International Security, 17:2, 63-68, DOI: 10.1080/19934270.2011.579411.

The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. 2023. Press release on Russia's main foreign policy results in 2023. More information in: https://mid.ru/en/foreign_policy/rso/en/vostocnoaziatskij-sammit-vas-/1923985/.

The National Committee On North Korea. 2018. "Kim Jong Un's 2018 New Year's Address". NCNK, January 1, 2018. https://www.ncnk.org/node/1427.

The White House. 2023. "Joint Press Statement on Nuclear Consultative Group Meeting". The White House, December 16, 2023.

Tong-Hyung, Kim. 2024. "South Korean President Reiterates That Seoul Will Not Seek Its Own Nuclear Deterrent." AP News. February 7, 2024. https://apnews.com/article/south-korea-yoon-suk-yeol-nuclear-north-korea-35f002effe08a320580eb38e5a2a727b.

United Nations Security Council resolution 1695, Letter dated 4 July 2006 from the Permanent Representative of Japan to the United Nations addressed to the President of the Security Council, S/RES/1695 (15 July 2006), available from http://unscr.com/en/resolutions/doc/1695

United Nations Security Council resolution 1718, Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea, S/RES/1718 (14 October 2006), available from http://unscr.com/en/resolutions/doc/1718

United Nations Security Council resolution 2270, Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea, S/RES/2270 (2 March 2016), available from http://unscr.com/en/resolutions/doc/2270

Visentini, Paulo G. Fagundes, Melchionna, Helena H., and Pereira, Analúcia D. 2015. A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo zuche. [S.L.]: Editora Unesp.

Visentini, Paulo G. Fagundes, Vieira, Maria Gabriela O., and Cattelan, Pedro Henrique Prates Cattelan. 2017. "A Terceira Guerra da Indochina (1975-1991): Um inesperado conflito armado entre Estados socialistas.". Revista Defesa e Segurança, no. 2: 1-23.

Vizentini, Paulo, and Pereira, Analúcia. 2014. "The cautious transition of North Korea: venture diplomacy and modernization without reform". Revista Brasileira de Política Internacional. 57 (2): 176-195. http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400310.

Watanabe, Takeshi. 2018. "The Panmunjom Declaration for North Korea: Nuclear Weaponry, Alignment, and Regime Competition". NIDS Commentary 1(74): 1-8. https://www.nids.mod.go.jp/english/publication/commentary/pdf/commentary074e.pdf.

Watanabe, Takeshi. 2017. "Without Incentives: North Korea's Response to Denuclearization". NIDS Journal of Defense and Security 1(18): 101-118.

https://www.nids.mod.go.jp/english/publication/kiyo/pdf/2017/bulletin_e2017_6.pdf

Wongwuttiwat, Jittima, and Adtha Lawanna. 2018. "The Digital Thailand Strategy and the ASEAN Community." The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries 84 (3). https://doi.org/10.1002/isd2.12024.

Zhu, Feng. 2011. "Flawed Mediation and a Compelling Mission: Chinese Diplomacy in the Six-Party Talks to Denuclearise North Korea." East Asia (Piscataway, N.J.) 28 (3): 191–218. https://doi.org/10.1007/s12140-011-9147-y.

조선민주주의인민공화국 외무성. n.d. Ministry of Foreign Affairs, Democratic People's Republic of Korea. Accessed April 26, 2024. http://www.mfa.gov.kp/view/article/19216.

EAST ASIA SUMMIT (EAS)

South China Sea: Military and Territorial Disputes Over Control of the Waterway and Obstacles to Economic Cooperation

Laura da Silva Felipeto[157]
Matheus Severiano Marques Xavier[158]

ABSTRACT

Currently, the South China Sea (SCS) is one of the world's most important waterways. The region is of global geostrategic importance, being the main point of contact between the Pacific and Indian Oceans, with around a fifth of world trade passing through it. In addition, the SCS, due to its natural geography encrusted with islands and the difficult delimitation of areas by coastal states inherited from the post-WWII era, has been the target of constant dispute over the sovereignty of archipelagos and sandbanks that have riches in both marine fauna and resources below the water's surface. This situation attracts interest not only from nearby powers — China, for example — but also from others, the main example being the United States. Therefore, this guide aims to help delegates study the main issues surrounding the SCS, which can hinder the region's economic and security progress, enabling them to work together to provide satisfactory answers to these issues at the East Asia Summit (EAS).

[157]Student of International Relations at Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and Assistant-Director at the East Asia Summit (EAS).

[158]Student of International Relations at Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and Director at the East Asia Summit (EAS).

1 INTRODUCTION

The South China Sea (SCS) is one of the most important regions today, serving as the primary communication channel between East Asia and the Indian Ocean. Responsible for about 20% of global trade traffic, the region holds highly relevant geostrategic value concerning the socio-economic development of the countries bordering its waters, given its rich biodiversity and energy resources spread across the seabed (Schrag 2017; Padula and Fernandes 2020).

An important aspect of the dispute over control of the region is that it is narrow enough for multiple countries to claim entire island complexes simultaneously — such as the Spratly and Paracel Islands — using the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS)[159] to expand their claims to exclusive economic zones (Padula and Fernandes 2020). These reasons also draw China's attention to the region due to its potential for resource exploitation, security concerns, and the fact that China's main trade routes pass through the region. All of these factors led to attempts by China to formalize its maritime sovereignty claim in the SCS by submitting the nine-dash line (Commonwealth of Australia 2022).

Another significant actor in the region is the United States, which in recent years has redirected its attention to the Pacific, specifically East Asian countries, to counterbalance deepening

[159] The United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) codified most of the international law regarding the law of the sea addressing sea-lanes, ocean resources and territorial waters. The convention established the questions regarding sovereign territorial waters, exclusive economic zones (EEZ), the coastal shelf and the right for foreign countries' vessels to passage through the coast (Churchill 2024).

Chinese influence. Through AUKUS[160] and the Quad[161], the US has projected its influence among Western countries with a military focus. In the SCS region itself, the US seeks to ally with countries opposing varying degrees of Chinese control over the South China Sea (Buchan and Rimland 2020; Cheng 2022).

In this context, the Association of Southeast Asian Nations[162] (ASEAN) aims to establish a zone of cooperation and stability in the region for all its members. Additionally, seeking greater dialogue with major powers, ASEAN created the East Asia Summit (EAS), a leaders-led process that gathers "all the key countries central to East Asia's international affairs" (Bisley 2017, 267). The EAS was established to advance and deepen dialogue, promoting a balance of power in the region that is as favorable to ASEAN member states as possible. In this way, the EAS emerges as the best alternative for addressing the pressing issues of the South China Sea region in the most expedient and productive manner (Bisley 2017; Padula and Fernandes 2020).

[160] The AUKUS is a security pact between Australia, the United Kingdom and the United States with the purpose of sharing technologies willing to rival China in the Indo–Pacific, a strategically important area (Kenny 2024).

[161] The Quadrilateral Security Dialogue (The Quad) is a group composed of Japan, United States, India and Australia. The Quad was created during the crisis of the 2004 Indian Ocean tsunami as a maritime cooperation endeavor, nowadays, as China asserts its influence in the Indo–Pacific region, the Quad is willing to strengthen its relations to counterbalance the Chinese economical and military presence (Smith 2021).

[162] The Association of the Southeast Asian Nations (ASEAN), created in 1967 by Indonesia, Malaysia, the Philippines, Singapore, and Thailand, was founded with the main purpose of promoting peace and socio economic growth in the Southeast Asia region (Teekah 2024).

2 HISTORICAL BACKGROUND

The disputes concerning the SCS began 2,000 years ago when the area became an important waterway due to its strategic localization. Over the years, ports and entire regions, such as Macau, Taiwan, Vietnam, Indonesia and parts of the Philippines, were gradually dominated by other nations, increasing tensions in the region. After centuries of disputes, when the Second World War (1945) ended, demands for independence finally began to be met and the focus of European powers shifted, leading them to cease their territorial claims in the region (Aguilar and Fakhoury 2019). Soon, Japan, which had previously controlled several important points, upon losing the war, also ceased to dispute territories in the SCS. On the other hand, during the Cold War (1947 - 1991), the United States began to assert itself as a naval power in the region, opening the way for claims by Asian countries, especially the newly independent ones and China (Aguilar and Fakhoury 2019).

Therefore, due to significant changes in the dynamics of the disputes after the Second World War, in the subsequent decades attempts at international negotiations began, and some mechanisms for cooperation in resolving the disputes in the SCS were created, such as the ASEAN, UNCLOS, and EAS (Council on Foreign Relations 2024). We will begin an analysis after the end of the Second World War and its consequences, as the events that follow are more relevant to understanding the current scenario, such as the historical claims of sovereignty in the area.

2.1 Origins of the Current Configuration (1949-74)

The main areas of dispute in the SCS are the islands, reefs, and bays. In this sense, a series of claims over the Paracel and Spratly Islands followed the evacuation of these archipelagos, in 1949, by the losing group of the Chinese Civil War, the Kuomintang, which, in turn, relocated to Taiwan (Commonwealth of Australia 2022). Therefore, the dispute over the two areas, the Paracel and Spratly Islands, was reignited, and soon, the Philippines, Vietnam, Malaysia, China, and Brunei claimed sovereignty over the areas.

Around 1950, the Philippines argued that the Spratly Islands were essential to their country's security, nevertheless, for many years, the government refrained from making any military movements due to their close ties with the US, which advised against occupying the archipelago (Aguilar and Fakhoury 2019, 317). Still, in the 1950s, China made various pronouncements and took several actions to assert its authority over the region:

> In 1947, Chiang Kai-Shek's government published a map that depicted a dashed line in the shape of a "U," referred to as the U-Shaped Line in English, encompassing virtually the entirety of the South China Sea. This 'Dashed Line Map,' sometimes called the 10-Dash Line or 11-Dash Line as it shows the "U" formed by 11 dashed lines, became the standard for defining Chinese sovereignty claims and rights to maritime resources over the islands and reefs within the lines. (Aguilar and Fakhoury 2019, 316, our translation)[163]

[163] Em 1947, o governo de Chiang Kai-Shek publicou um mapa que apresentava uma linha tracejada em formato de "U", chamada em inglês de U-Shaped Line, englobando praticamente a totalidade do Mar do Sul da China. Este 'Mapa das Linhas Tracejadas', por vezes chamado de 10-Dash Line ou 11-Dash Line, uma vez

In 1953, a nine-dash line was published rather than an eleven-dash line, with the Gulf of Tonkin outside the claim. Subsequently, the People's Republic of China (PRC) government established a troop presence in 1955 and has been constructing harbors and other structures on Paracel Island. Thus, tensions between China and Vietnam escalated in 1956 as Vietnam attempted to establish itself in the region by sending ships to the Spratly archipelago and physically demarcating the territory, further fueling suspicions in China that North Vietnam, which had strong ties with the USSR, harbored Soviet military bases. During this period, China was distancing itself from the USSR due to ideological differences between Chinese communism and Soviet communism. In 1959, Chinese fishermen were arrested by South Vietnamese troops in the Paracel Islands, leading to a significant escalation of hostilities, particularly between China and Vietnam as a whole (Shen 2002). Additionally, in the same year, Taiwan reoccupied one of the Spratly Islands — Itu Aba — where it has maintained its occupation to this day (Aguilar and Fakhoury 2019).

Given the increasing tension among countries disputing land and passages in the SCS, in 1967, an attempt to promote greater dialogue resulted in the establishment of the ASEAN, with Indonesia, Thailand, Singapore, Malaysia, and the Philippines as its founding members. The aims and purposes of ASEAN were to promote active collaboration and mutual assistance in the economic, social, cultural, technical, scientific and administrative

que mostra o "U" formado por 11 linhas tracejadas, se tornou padrão para a definição das reivindicações da soberania chinesa e o direito a recursos marítimos sobre as ilhas e recifes dentro das linhas (Aguilar and Fakhoury 2019, 316).

fields, but also work for regional peace and stability through abiding respect for justice and the principles of the United Nations Charter (The ASEAN Declaration 1967).

However, in 1968, the first studies on the possible existence of oil in the region were released. United Nations (UN) survey revealed the presence of a continental shelf in the South China Sea, this, according to Snyder (1997), intensified troop deployments and unilateral declarations of border lines, many of which overlap each other. Consequently, competing claims and occupations accelerated in the late 1960s, 1970s, and 1980s, with Malaysia and Brunei also joining the race, alongside Taiwan's reoccupation of Itu Aba Island.

2.2 Intensification of conflicts (1973-2000)

Shen (2002) acknowledges that, due to the increased number of studies on the presence of oil in the region, tensions escalated, leading to a series of statements and military movements reaffirming the claims made by ASEAN members. Since the 1970s, maritime territorial law has been back in discussion, hence in 1973,

> The PRC presented its contemporary views on maritime territorial law through a submission to the UN Seabed Committee which stated that 'an Archipelago or an island chain consisting of islands close to each other may be taken as an integral whole in defining the limits of the territorial sea around it', presumably in reference to the Paracel and Spratly Islands. Outside of the ambiguity of the nine-dash line, the PRC had previously restricted its statements on the international stage to claims to sovereignty over islands, rather than substantial territorial

> claims over the South China Sea itself (Commonwealth of Australia 2022, 7).

Aiming to meet its plans for oil exploration, in 1973 South Vietnam occupied ten of the Spratly Islands, and, in response to this action, in 1974, Chinese naval units expelled South Vietnamese forces from the majority of the Paracel Islands (Snyder 1997). This naval clash became known as the Paracel Islands Incident, in which over 100 South Vietnamese soldiers were killed or wounded. Yet, the Vietnamese soldiers who survived retreated south and settled in the Spratly Islands, further provoking the PRC. Soon, by early 1974, South Vietnam had sent official letters to both the Republic of China (ROC) and the Philippines, rejecting their assertions of ownership over the Spratly Islands. Still, between 1974 and 1975, the Philippines and Vietnam took control of parts of the archipelago. Around 1976, Philippine surveys discovered a rich oil field in the Reed Bank, near the Spratly Islands area, prompting reunified but still assertive Vietnam to make new claims and military demonstrations in 1977 (Commonwealth of Australia 2022).

Again, in 1979, China waged a short but bloody conflict with Vietnam, launching an offensive in response to Vietnam's invasion and occupation of Cambodia in 1978. Although both sides claimed victory, China withdrew from Vietnam, before Cambodia secured its independence (Council on Foreign Relations, 2023). Still in 1979, Vietnam and Malaysia published new maps of their claimed maritime areas, thus, the latter established itself in part of the Spratly Islands. Additionally, in 1980, China announced the discovery of oil in the Tonkin Gulf, located near the Vietnamese coast, which further aggravated tensions with Vietnam (Commonwealth of Australia 2022).

In late 1982, after thirty years of negotiations, the final version of the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) delineated the rights and obligations of nations regarding their surrounding waters based on exclusive economic zones (EEZ) and shelves (Aguilar and Fakhoury 2019). Although the measure was not implemented until 1994, it enabled greater dialogue among nations, bringing some years of stability to the SCS region.

However, this period of stability ended in 1988 with a clash between China and Vietnam at Johnson Reef, part of the Spratly archipelago. The conflict arose when the People's Republic of China established a physical presence on Fiery Cross Reef, prompting the Vietnamese to do the same to monitor China's actions and demonstrate strength, which further triggered the Chinese government. This clash marked China's first armed conflict over the Spratly archipelago, one of the most serious military confrontations in the South China Sea (Council on Foreign Relations 2023). In 1995, another military confrontation occurred involving the Spratly archipelago: The Mischief Reef Incident between China and the Philippines, which started after Filipino forces dispatched military units to the Meiji Jiao Reef (or Mischief Reef). The clash revived military relations between the U.S. and the Philippines, leading to a joint exercise shortly after, where U.S. Navy Sea, Air, and Land (SEAL), which is the U.S. Navy's primary special operations force, trained alongside their Philippine counterparts on Palawan Island. Tensions over the occupation eased by the middle of the year, following the signing of a non-binding code of conduct between the Philippines and China. This code called for a peaceful resolution to

the territorial dispute and the promotion of dialogue (Council on Foreign Relations 2023).

The PRC ratified UNCLOS in 1996, however, the Chinese continued to oppose the treaty's requirement that parties undergo mandatory arbitration where there are disputes, and otherwise rejected third-party involvement in such matters. In this quest for more dialogue, in 1998, China and the United States signed the Military Maritime Consultative Agreement, the first bilateral military agreement between the two countries, which sought to foster dialogue among naval forces to avoid misunderstandings (Council on Foreign Relations 2023). Finally, in 2000 "the PRC and Vietnam signed a bilateral treaty that officially established the boundary between their territories, exclusive economic zones (EEZs), and continental shelves in the northern part of the Tonkin Gulf, while also concluding a joint fishing agreement applicable to the area (Commonwealth of Australia 2022).

2.3 Recent developments (2005-2009)

By the beginning of the 21st century, willing to gain a bigger role in the Indo-Pacific region, ASEAN created the ASEAN Plus Three (APT) — a Summit officialized in 1999 composed of the ASEAN members, Japan, the Republic of Korea and the People's Republic of China — and other mechanisms to expand its capacity to operate in the region. (Bisley 2017; Stubbs 2022). In 2005, the heads of States that composed the ASEAN came to the understanding that

> In an increasingly interconnected East Asian region, the interests of its Southeast Asian members were going to be shaped more by events occurring outside the neighborhood, and in particular by a rising China, than they were by intramural affairs. Moreover, it was these impulses — to devise useful institutional structures for a changing region and to engage the Great Powers in ways that retained ASEAN's self-styled "centrality" — that led to the formation of the East Asia Summit (EAS) in 2005 (Bisley 2017, 265).

In 2007, the USA made a turning point in its Pacific politics, notably in the SCS region, the signature of the Quadrilateral Security Dialogue (Quad) was of significance for the balance of power in the region. Its origins date from 2004 as a joint force made in response to the Boxing Day Tsunami[164], known as the deadliest tsunami in the region. Although the agreement was signed the organization lasted only for about a year until, in 2008, the Quad entered a 10 year hiatus due to its fragile constitution at that moment (Buchan and Rimland 2020). Even with this apparent failure, the initiative demonstrated that the SCS region was open for the dispute of the Great Powers — US and China — and also for other regional powers.

[164] On December 26, 2004, on Boxing Day, an earthquake of magnitude 9.1 took place undersea near Sumatra, Indonesia, and it turned into a tsunami that affected a major region on the Indian Ocean, reaching out the East African coast. This tsunami is known as one of the worst natural disasters registered in history, almost 225,000 people died –most from Indonesia, Sri Lanka, India, Maldives, and Thailand–, the direct aftermath with the chaotic situation, the destroyed supply chains, lack of healthcare and food expanded the number of casualties. In the long term, the catastrophic environmental damage occasioned by the Boxing Day Tsunami transformed the region, villages, farmlands and resorts were covered in debris and bodies (Encyclopedia Britannica 2024).

In 2009, Malaysia and Vietnam made a joint submission in the UNCLOS to extend their coastlines 200 nautical miles further. These coastal shelfs involved, in the Vietnamese request, the Spratlys and Paracels islands under the allegation that they were historically Vietnamese . The Philippines argued that the Joint Submission was subject to controversy due to the overlap. Also, in 2009, the PRC, in counterpart, made a submission on the UNCLOS, where it claimed the Nine Dash Line, a coastal shelf that covered almost all the South China Sea region (Commonwealth of Australia 2022).

2.4 Current developments (2011-Nowadays)

Even though the EAS was established in 2005, it began to gain importance as an East Asian forum by the year 2011 when Russia and the United States joined it. This changed the aspect of the Summit that had begun with the fear that it worked merely as a pivot of Chinese intentions for the region. Even though the EAS's work had already been prolific and opened doors for many agreements and advancements in multilateral cooperation in the region, it gained a global role with the entrance of these States (Bisley 2017). Russia's entry into the East Asia Summit was guided by its strategy to regain "geopolitical importance as a key Asian power" (Bisley 2017, 268) inside the EAS, counterbalance the American and Chinese policies and improve the capacity of the ASEAN members to cooperate with the Great Powers (Bisley 2017).

The motives that induced the US to join the group were envisioned by Obama administration's view of the United States policy to "rebalance" the Asian Pacific — known as American Pivot

to Asia — firstly intellectually expressed by Hillary Clinton, Secretary of State at the moment, on an article named America's Pacific Century in which the Secretary expresses that the Asia — Pacific, due to its recent economic growth and potential for more, is a strategic region that requires the United States to "pursue a more geographically distributed, operationally resilient, and politically sustainable force posture"(Clinton 2011) (Clinton 2011; Usman and Khalid 2021). Moving on

> From its heavy emphasis on the Middle East, but also to make Asia the priority of US foreign policy more broadly. The strategy has been criticized as little more than a rebranding of existing US commitments, and while this was reasonable in some spheres, the pivot's strong multilateral engagement strand marked a distinct break with past practice. At the center of that engagement was participation in the EAS. (Bisley 2017, 268)

Since joining the EAS, the US has increased its naval activity in the SCS region. For example: in 2012, the US and the Philippines made a joint military exercise (Aguilar and Fakhoury 2019); additionally, records show "the interception of a US Navy anti-submarine aircraft by Chinese planes in August 2014 and of a US reconnaissance aircraft in 2016" (Aguilar and Fakhoury 2019, 322, our translation[165]). In addition, by the year of 2014, the Oil Platform Crisis occurred. This crisis happened "when China moved its oil exploration platforms to the proximities of the Paracel Islands, [area] disputed with Vietnam, the so-called 'Oil Platform Crisis' began with

[165] "A interceptação de aeronave antissubmarino da Marinha estadunidense por aviões chineses, em agosto de 2014, e de aeronave de reconhecimento estadunidense, em 2016." (Aguilar and Fakhoury 2019, 322)

China sending around 140 vessels, including warships, and Vietnam sending 29 vessels to the region" (Aguilar and Fakhoury 2019, 322, our translation[166]).

At the 2023's APT meeting, its members discussed negotiations for a code of conduct on the matter of the South China Sea waterway, the Philippine delegation emphasized that the South China Sea issue transcends the involvement of just two major powers. They argued that reducing it to a bilateral matter undermines their sovereignty and autonomy, neglecting other nations' rightful interests in the region. Nevertheless, most country representatives stated — as declared by the delegate of Indonesia — that it is important for the ASEAN Committees to "strengthen stability in the maritime sphere in our region [...] and explore new initiatives to these ends" (Reuters 2023) in an attempt to encourage the member States to regain a degree of prominence in their region (Reuters 2023).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

This section aims to delve deeper into the key issues surrounding the South China Sea, particularly focusing on economic aspects such as interdependence, special economic zones, and resource availability in the region. Additionally, it will explore the disputes among South China Sea states over land, China's approach to these disputes, and the role of American influence in the region.

[166] "Quando a China moveu plataformas de exploração de petróleo para as proximidades das ilhas Paracel, disputadas com o Vietnã, iniciou-se a chamada 'Crise das Plataformas de Petróleo' com a China enviando cerca de 140 embarcações, incluindo navios de guerra, e o Vietnã enviando 29 embarcações para a região." (Aguilar and Fakhoury 2019, 322)

This influence supports East Asian countries in balancing against Chinese dominance and safeguarding one of the 21st century's most strategically and economically significant regions (Cardenas 2020; Padula and Fernandes 2020).

3.1 The South China Sea's Economic Sphere

The South China Sea holds economic significance not only for the nations within its boundaries but also for global supply chains. Approximately 21 percent of global trade traverses this waterway, highlighting its crucial role in international commerce (Schrag 2017). Furthermore, the region is of utmost importance to East Asian countries, with the Maritime Silk Road representing a substantial portion of trade for nations such as Indonesia, Malaysia, South Korea, Japan, Vietnam, and Thailand. For instance, the percentages of trade represented by the Maritime Silk Road — a logistical corridor, part of the Belt and Road Initiative, that goes from the Chinese ports and reach Venice, passing through the Strait of Malacca, the Indian coast, Djibouti and stopping in Europe via Suez Channel — for these countries are respectively 85%, 58%, 47%, 19%, 86%, and 74% (Kuo and Kommenda 2018; Padula and Fernandes 2020).

However, the geographic significance of the South China Sea extends beyond its economic importance. It serves as a vital link between the Pacific and Indian Oceans, facilitated by key waterways such as the Straits of Sunda, Lombok, and primarily, Malacca. The Malacca Strait, in particular, serves as a narrow passage through which a significant portion of the region's maritime traffic flows,

making it a critical Sea Line of Communication (SLOC) (Schrag 2017; Saha 2021).



Fig. 1 - Most used SLOCs in the SCSSource, 2017, Jacque Schrag.

The circulation of goods in the South China Sea is not tied only to the East Asian states as the world's largest economies ship significant quantities of their goods through it. The great economies

have considerable volumes of their maritime exports passing through the SCS. According to Schrag (2017)

> Over 64 percent of China's maritime trade transited the waterway in 2016, while nearly 42 percent of Japan's maritime trade passed through the South China Sea in the same year. The United States is less reliant on the South China Sea, with just over 14 percent of its maritime trade passing through the region (Schrag 2017).

The South China Sea has served as a natural arena for East Asian countries to strengthen their economic bonds organically, without the need for external direction from a major power. This phenomenon has largely been driven by the apprehension many nations in the region harbor toward China (Kosandi 2014).

For this reason, it is important to differentiate between countries with stronger defenses and economies and those that are less empowered in these aspects since, according to Kosandi (2014), there is a tendency for countries with smaller capabilities to have a less interdependent relationship with China. Another noteworthy point is that the SCS states differentiate between economic and political issues as Kosandi (2014, 14) states:

> [...] recent developments in the SCS dispute settlement also demonstrate a similar picture. Despite the fact that China — as the state with the largest foreign reserves in the region — contributed significantly to the creation of regional financial cooperation to mitigate crisis, tensions between the SCS claimants remain high. (Kosandi 2014, 14)

Statistically, the integration between the SCS countries has increased in recent decades, and the trade between

> ASEAN and China boosted more than 36 times throughout the 1990s and 2000s, from $7.96 billion in 1991 to $292.78 billion in 2010 (He Shan, 2011). In the 2000s, China had become the primary trading partner of ASEAN surpassing Japan, the United States (US) and the European Union (EU); while on the other hand, ASEAN also had become the third largest trading partner for China, surpassing Japan. ASEAN-China Free Trade Agreement (ACFTA) has been in effect since 2010 and boosted regional trade ever since (Kosandi 2014, 6).

The characteristic pragmatism of inter-state relations in East Asia prevails as China-ASEAN trade relations over the past two decades have followed an upward trend. An important milestone for these relations is Chinese assistance to ASEAN. In November 2021, China announced it would offer aid of 1.5 billion dollars to help with the economic reconstruction of ASEAN countries in the coming years after the COVID-19 period. From 2020 onwards, China became the bloc's main partner, which gave a boost in these relationships (Mahbubani 2023; Wang 2024).

3.1.2 Fishing

In addition to its functionality as a waterway, the SCS is also a region rich in maritime biodiversity, abundant in seafood species The countries of the region have an intimate relationship with fishing, which is an important source of food for local populations and also an important economic driver for the states (Cohn 2024;

Zhang 2018). The intake of fish by ASEAN countries and China in the ratio of animal protein consumption ranges from 21.2% (China) to 68.7% (Cambodia) in their diet — all higher than the world average of 16.2%. This demonstrates that "the ASEAN population relies more heavily on fish for food and protein. ASEAN's per capita annual fish consumption in 2013 was the highest in the world at 35.2 kg" (Zhang 2018, 6).

In the SCS, a complex coral reef system, home to over two-thirds of the species, lies the migration route of the Yellowfin Tuna, which allows for a high fish reproduction rate (Kosandi 2014; Zhang 2018). Consequently, fishing activity in the SCS "contributes [with] over 10 percent of global catch production" (Zhang 2018, 8) and includes three SCS countries among the top 10 global exporters of fish and fish products: China, Vietnam, and Thailand (Shahbandeh 2023). This activity is presented as one of the most important sectors for the SCS countries and for their coastal economies. China, for example, in 2018, had "the largest fishery processing sector in the world. Similarly, the marine fishery is important for the development of marine tourism, shipbuilding, and onshore catering sectors not only in China but also in many ASEAN countries" (Zhang 2018, 8) (Zhang 2018).

For the other ASEAN countries such as Thailand and Vietnam, "fishery exports are one of the key sources of foreign exchange. Indonesia, as the second largest fishery producer in the world, has boosted the country's fishery exports in recent years as well" (Zhang 2018, 8). In conclusion, it can be seen that fishing is an important component of the Asian Southeast lifestyle, covering both subsistence and commercial fishery levels.

3.1.3 Oil and Natural Gas

As previously stated, the South China Sea plays a crucial role in international commerce and the global economy due to its vast natural resources, including crude oil and natural gas, located beneath its waters. Additionally, it is essential for global supply chains, serving as a vital route for the transportation of these mineral resources.

The existence of oil in the region is a subject of debate, as there is no consensus on the extent of these resources due to divergent projections from each country. Additionally, the location of these resources poses a challenge, as most discovered oil and natural gas fields are in contested areas, making it difficult to conduct more in-depth work. In this sense, The U.S. Geological Survey (USGS) predicted in 2012 that

> [...] about 12 billion barrels of oil and 160 trillion cubic feet of natural gas might exist as undiscovered resources in the South China Sea, excluding the Gulf of Thailand and other adjacent areas. About one-fifth of these resources may be found in contested areas, particularly in the Reed Bank at the northeast end of the Spratly Islands (U.S Energy Information Administration, 2013).

However, in 2024 they estimated that

> [...] these areas (provinces of Southeast Asia) may contain anywhere between 2.4 billion barrels and 9.2 billion barrels of petroleum and other liquids and between 62 Tcf and 216 Tcf of natural gas in undiscovered resources (including several basins with portions that run outside of the South China Sea, on land, or both). Because the USGS

> did not examine the entire area, undiscovered resources could be greater (U.S Energy Information Administration, 2024).

On the other hand, also in 2024, Chinese state-owned oil and gas giant CNOOC Ltd claimed to have discovered a new reserve in the South China Sea containing over 100 million tons of oil (Reuters, 2024). Besides that, concerning its role in the transportation of these mineral resources, the U.S. Energy Information Administration (EIA) (2024), estimated that "approximately 18 million barrels per day of crude oil and condensate passed through the South China Sea and Gulf of Thailand in 2023, which was 43% of global oil maritime shipments". In addition, Asia's economic growth increases the demand for energy in the region, in this regard, EIA (2024) calculated that "the total liquid fuels consumption in the Asia-Pacific region rose 1.1% in 2022 and accounted for 36% of total world consumption. Similarly, the Asia-Pacific region's projected natural gas consumption grows by 1.6% annually". Therefore, it is clear how significant the role of the SCS is in the international economy.

3.2 The Question of the Exclusive Economic Zones (EEZ) and the UNCLOS

The UNCLOS has been one of the main tools for dealing with disputes related to the establishment of maritime boundaries. Created in 1982, it defines what is a coastal state taking the following criteria as necessary:

> All nations that have oceans with territorial waters, exclusive economic zones, and contiguous continental shelf are referred to as "coastal states". On the other hand, a coastal state can also be defined as a small or medium-sized nation that is located on the coast of the

> sea and has jurisdiction over the sea that is immediately adjacent to it (Wiraputra et al. 2022, 23).

According to Wiraputra et al. (2022, 23), "the Exclusive Economic Zone, also known as the EEZ, is a convention on the international level that controls a zone that stretches from the baseline of a coastal state out to a distance of 200 nautical miles". Exclusive Economic Zones (EEZs) afford countries sovereign rights over them, enabling full utilization of the waters and subsoil resources for economic and scientific endeavors. However, these rights do not equate to full sovereignty as in territorial seas. Consequently, countries lack police powers within their EEZs. In the event of capturing a foreign vessel within another state's EEZ, prescribed procedures mandate notifying the vessel's flag state. Notably, punitive measures do not typically involve imprisonment, as the coastal state in the EEZ concept holds only "sovereign rights", not full sovereignty (Wiraputra et al. 2022).

Thus, we can understand that this issue is reflected in the situation of the SCS, which is a region intertwined with several coastal member states, most of which are members of ASEAN, bringing the issue of guaranteeing their economic spaces into the scope of the organization, being strangled by China's actions, with its 9DL policy and by the military presence of the West in the form of the AUKUS pact. Lastly, it is believed that the interference of these external actors in the region is in fact an issue to be resolved jointly by ASEAN members in the East Asia Summit, starting with the use of the international legal instruments at its disposal, as well as a greater cooperative effort aimed at maintaining stability in the region (Simbolon and Tampubolon 2022).

3.3 Sovereignty Claims

Since the end of World War II, the islands in the South China Sea (SCS) have been devoid of clear governance, leading to a power vacuum in the region. The lack of a clear owner for these territories has compounded the complexity of resolving the situation. The contemporary claimants to these territories include Brunei, China, Malaysia, the Philippines, Taiwan, and Vietnam. These nations contest sovereignty over numerous minor island clusters, particularly the Paracels, Spratlys Islands, and Scarborough Shoal (Dipua et al. 2020; Kosandi 2014).

Tensions in the region have persisted for decades, often resulting in confrontations between states over disputed maritime territories. In 2008, China officially asserted territorial rights over the entire South China Sea region, further escalating tensions in the area (Dipua et al. 2020; Zhang 2018).

The claims of countries are based on many different factors, but mostly on the legacy of their colonial times or for the fact that the claimed territory is in its 200 miles zone (EEZ). In this case Kosandi (2014) lists their claims as

> Vietnam's claim on sovereignty in the SCS in the Post-WW II was denoted by France in 1954. Its claim was based on historical data and continental shelf principle (Rowan, 2005). Vietnam holds Vietnamese Courts document during King Le Tanh Tong's regime (1460-97) and well documented in the maps produced in the 17th century. [...] Vietnam has develop infrastructure for military presence on 9 islands, small airstrip on Spratly Island, and artificial infrastructure on Vanguard Reef, Prince Consort Bank, and Grainger Bank (Kosandi 2014, 6).

The Filipino situation is believed to have started in 1947,

> [...] when its businessman, Tomas Cloma, established settlement on eight islets in Spratly Islands that he called Kalayaan Islands, and later in 1974 convey the islets to the Philippines government. The government declared in 1971 and 1978 that the Kalaya'an is part of Philippines territory and reiterated it prior to the signing on to UNCLOS in 1982. According to Rowan (2005), in addition to the historical argument, Philippines claim is based on four other arguments: i.e. geographical proximity to the main Philippines islands, economic and strategic importance to the Philippines, vacuum of power after the WW II, and recent occupation based on "discovery" or "prescriptive acquisition" (Kosandi 2014, 6-7).

Taiwan's nowadays situation exists

> [...] based on 1947 claim of the Republic of China. It claims as the official heir of Nationalist China that claimed sovereignty in the waters in 1947. The geographical scope of Taiwan's claim included Paracel, Spratly, Macclesfield Bank and Pratas islands. Taiwan occupies Taiping (Itu Aba), the largest islet in the Spratly and develop infrastructure for military presence and fishermen's port. The country adopts self restraint policy — not to claim territory that is claimed by other state(s) — for its limited capacity for power projection (Kosandi 2014, 7).

The Malaysian government has its claims based on a different basis as they claim

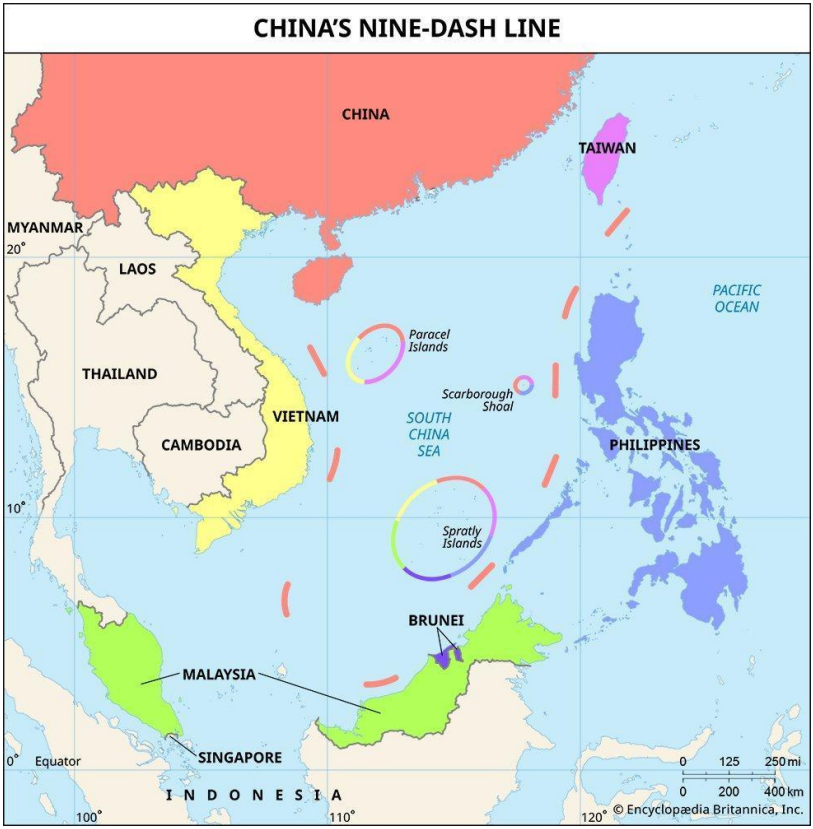
> [...] 12 of Spratly Islands within their 200 nautical miles of exclusive economic zone and occupies only 6 of them. [...]

> Malaysia based its claim on the 1958 Geneva Conventions, especially regarding continental shelf and territorial waters theory. In addition, it issued its own Continental Shelf Act in 1966 and 1969, justifying claim based on continental shelf account to occupy and exploit resources in the disputed area (Kosandi 2014, 7).

In the case of Brunei, it is argued that the State

> [...] claims sovereignty on Louisa Reef — also claimed by Malaysia — and Riflemen Bank — claimed by Philippines. It bases its argument on Britain's 1954 decree of its Borneo boundaries that include continental shelf and territorial waters claims. Brunei has been emphasizing its claim on the waters and has not attempted to evict boats or vessels based on its territorial claims (Valencia et.al., 1997). (Kosandi 2014, 7)

Fig. 2 - Sovereignty claims in the SCS region, n.d., Encyclopaedia Britannica.



It's important to note that diplomatic efforts to resolve these territorial claims have faced challenges, particularly due to the limitations of international mechanisms like the International Tribunal for the Law of the Sea (ITLOS), which lacks sufficient jurisprudence to arbitrate in such matters. As a result, countries often resort to bilateral negotiations to establish boundaries (Padula and Fernandes 2020). The inefficacy of these international mechanisms,

namely ITLOS and UNCLOS, underscores the need for regional organizations such as the East Asia Summit (EAS) and the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) to take a leading role in resolving disputes within their framework. They aim to follow the "ASEAN way" and strengthen regional cooperation while mitigating escalating tensions in the region (Padula and Fernandes 2020; Zhang 2018).

3.3.1 Chinese Presence in the Region

The People's Republic of China (PRC) has played a politically, economically and militarily defining role in the SCS region. Its influence in the region carries great weight in interstate relations and in the regional organizations that comprise the countries bordering the South China Sea (Mahbubani 2021). According to Padula and Fernandes (2020), the Chinese State has a high dependence on energy resources imports given "its weak geological endowment for the extraction of oil and natural gas, to the point that today the PRC is among the three largest importers of energy in the world, in addition to being the second largest consumer" (Padula and Fernandes 2020, 16).

Apart from the issue of inefficiency in internal supply chains, the South China Sea (SCS) holds significant reserves of oil and natural gas in its marine subsoil. These resources present potentially cheaper alternatives to energy imports, which primarily come from countries in Africa and the Middle East (Padula and Fernandes 2020). In 2016, around 80% of China's energy imports passed through the Strait of Malacca, serving as the primary link between China and the Indian Ocean. This strait is described as a focal point for Chinese

expansion westward, highlighting its vulnerability as a chokepoint crucial to China's trade. Approximately 64% of Chinese trade relies on maritime routes, with a significant portion passing through the South China Sea (Padula and Fernandes 2020; Schrag 2017; Saha 2021).

After the end of WWII and Japan's resignation over the control of the SCS, "in 1947 the Chinese administration made a map displaying the nine-dashed line that covers almost the entire Scarborough Shoal, Paracel and Spratly Islands." (Kosandi 2014, 11). Since then, the Nine-Dash Line (9DL) has served as the foundation of China's justification for its presence in the region, with claims to the entirety of the South China Sea. China has steadily expanded its presence throughout the SCS, deploying fishing vessels in waters with overlapping claims and even encroaching into areas within the 200-nautical-mile exclusive economic zones of other countries (Mahbubani 2021). An illustration of the influence of the 9DL can be seen in the relationship between Indonesia and China, where

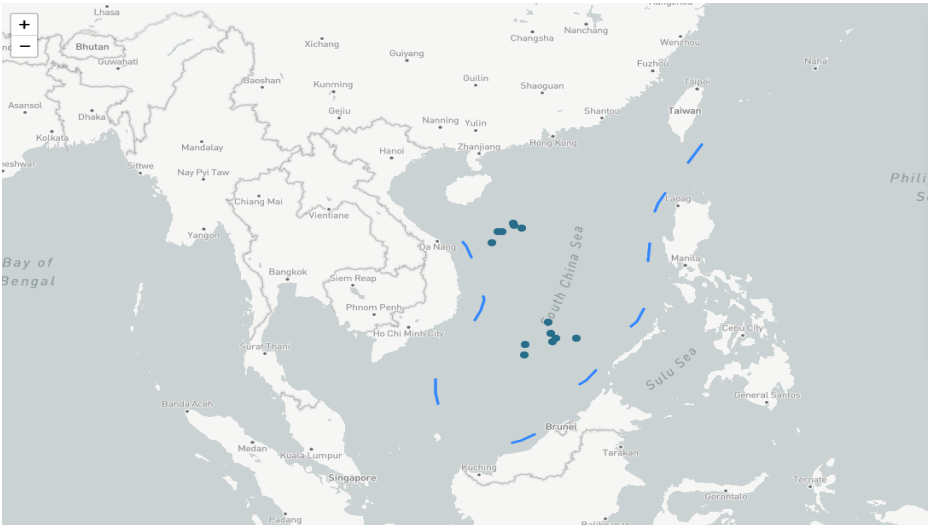
> Although the so-called nine-dash line on Chinese maps showing Beijing's claims in the South China Sea runs close to Indonesia's Natuna Islands, China had previously assured Indonesia that there were no overlapping claims. Already in 2016 and 2020, Chinese fishing vessels entered Indonesia's Exclusive Economic Zone, prompting Indonesian President Joko Widodo to make high-profile visits to the Natuna Islands to reassert his country's sovereignty over the region (Mahbubani 2023, 133-134).

However, even with the 9DL as a fundamental principle and argument for its practices in the South China Sea, there are examples in its history in which concessions were made to gain

greater acceptance from its peers in East Asia. For example, in 1952, 2 dashes were removed from Chinese maps in an act of friendship to Vietnam (Mahbubani 2021).

On the strategic sphere, China has made artificial islands in the last decade, in 2015, came to light the militarization of the islands in the regions, since then the Chinese government kept going with its strategic plans for the region (Associated Press 2022). One of China's short-term goals is to set a well interconnected region in the center of the SCS willing to create a safe space for itself. China has been creating a maritime area of difficult access in case of conflagration, nevertheless this area has the side effect of guaranteeing Chinese military sovereignty (Padula and Fernandes 2020). In 2022, the American navy detected that China equipped three islands on the Paracels archipelago with anti-aircrafts, anti-ship missile systems and other defense mechanisms, they just one more part of the situation in the SCS that includes 13 bases, four of those being large Chinese outposts allowing their aircraft to operate in all SCS region and protect from enemy entrance from the Southern part via SCS (Associated Press 2022; Center for Strategic and International Studies [n.d.]).

Fig. 3 - Chinese military bases disposition in the SCS, 2024, Center for Strategic and International Studies.



3.3.2 The dispute for Huangyan Island

One of the key territorial disputes in the South China Sea is the dispute over Huangyan Island, as the Chinese government usually calls it, also known as Scarborough Shoal. Located at the northern entrance to the SCS, the region itself does not have much commercial potential, yet Padula and Fernandes (2020) state that

> In terms of resources, the reef offers no more than fish and guano, and there is no data on possible riches coming from the marine subsoil. However, the major interest in Scarborough is its strategic position in relation

> to the other archipelagos (Padula and Fernandes 2020, 15, our translation[167]).

Claimed by the Philippines, China and Vietnam, one of the main events arising from this situation is the relatively constant tension given the actions of fishing vessels from both countries, often being shot down or seized by the other's navy (Zhang 2018). In 2012, this situation occurred with the seizure of 8 Chinese fishing vessels by the Philippine navy (Zhang 2018).

In 2016, amidst its proximity to the Philippines, the Sino-Filipino dispute culminated in a verdict by the international maritime court affirming Scarborough Shoal as Philippine territory. Despite this ruling, Chinese occupation, which began in 2012 with the presence of a Chinese vessel blocking access to a crucial waterway, has progressed at a slower pace than initially anticipated due to the court's decision (Padula and Fernandes, 2020). In recent years, tensions have somewhat eased as cooperation agreements in the fishing sector have been forged between the two countries (Zhang, 2018).

3.3.3 The Case of the Paracels and Spratlys islands

The Paracel archipelago is currently under the control of the PRC, however it is also claimed by the Taiwanese and Vietnamese governments (Padula and Fernandes 2020). Regarding resources, the archipelago has oil reserves and fishing shoals in its region that

[167] "Em termos de recursos, o recife oferece não mais do que pescado e guano, e não há dados sobre possíveis riquezas advindas do subsolo marinho. Porém, a maior importância do recife de Scarborough é sua posição estratégica quando relacionada com os demais arquipélagos" (Padula and Fernandes 2020, 15).

make it attractive for countries that claim it (Padula and Fernandes 2020). The Chinese State has made investments in the military sector in the region, even having a permanent population on Woody Island, guaranteeing it an EEZ (Padula and Fernandes 2020).The Spratly Islands are subject to claims by six parties: Malaysia, the Philippines, Taiwan, Vietnam, China, and Brunei, all of whom have established military bases in the region. The area's resources primarily consist of fishing grounds and potential reserves of oil and natural gas, though the exact extent of these resources remains uncertain due to ongoing disputes over the region (Padula and Fernandes, 2020). As noted by Padula and Fernandes (2020), Chinese militarization of the Spratly Islands represents the most advanced stage of the country's operational strategy for the other islands encompassed by the Nine-Dash Line (Padula and Fernandes, 2020).

Finally, the environmental issue has become an important factor in the archipelago, given that fishing has affected ecosystems to the point of signaling a collapse in fishing and the need to jointly rethink the actions of countries in the region (Zhang 2018).

3.4 The American Presence

The rising tensions in the region over the past few decades and the discovery of potential mineral resources have led to an increased military presence by the USA in the South China Sea. Despite not making any territorial claims in the region, the United States has gradually become involved in security issues since the Cold War, when they sought to establish strategic alliances with Asian countries to counter Chinese influence, which they consider a

threat to their objectives in the SCS. An example of this was their involvement in the Vietnam War (1965-1973) and the strengthening of ties with the Philippines (Aguilar and Fakhoury 2019).

Therefore, to safeguard its political, security, and economic interests in the region, the United States has made regular operations with ships and aircraft, which they call Freedom of Navigation Operations (FONOPs), aiming to challenge China's territorial claims and assert the right of passage in international waters. These operations have frequently led to tense encounters between US and Chinese ships and aircraft, such as the USS Decatur incident on September 30, 2018, involved a dangerous encounter between a US Navy destroyer and a Chinese warship near Gaven Reef in the South China Sea, underscoring escalating tensions and highlighting the contentious nature of territorial disputes and freedom of navigation operations in the region (Myers 2018).

In this regard, the US argues that it strives to guarantee freedom of navigation and protect maritime communication lines by endorsing binding legal agreements, including military control and monitoring in the South China Sea. These goals lead to a reorganization of the priorities of American foreign policy. As Pinotti (2015, 171) states

> When Barack Obama came into Presidential power in 2009, he defined as one of his goals the revival of the alliance with Asia and the reassurance of American leadership in the region (Obama 2009). In 2010, in ARF, Hilary Clinton, then Secretary of State, classified the SCS question as an American "national interest" and listed the principles that guided the USA posture.

These values include the freedom of navigation and of maritime trade routes, the Chinese adequacy of maritime claims to the UNCLOS principles and the appreciation of the sovereignty-territory, defined by the UNCLOS. According to Mastro (2020),

> Under the Donald J. Trump administration, the United States has increased the frequency of FONOPs, challenging China's excessive claims in the area. In 2018 and 2019 alone, U.S. Navy vessels sailed within twelve nautical miles of islands and reefs claimed or occupied by China at least a dozen times, a substantial increase from the frequency observed under the Barack Obama administration.

In 2023, Philippine President Ferdinand Marcos Jr. welcomed an expanded U.S. military presence on the island nation. The four additional military bases in the northern Philippines will more than double the previous number, expanding the United States' presence in the South China Sea (Çağla 2023). To the US, the claimant countries under the UNCLOS have the right to freely navigate in the Exclusive Economic Zone at sea and are not obligated to notify claimants of their military activities (Çağla 2023). In this regard, Pinotti (2015, 172) asserts that

> For China, an increase in American presence can threaten the already unstable regional balance of forces, also undermining the efforts of decades of harmonization of its relations with the neighbors. For Vietnam, a greater American leadership represents greater security at the same time that it also may represent the choice between China and USA that must be avoided by all means for the guarantee of its own national interests.

Therefore, the United States offers various forms of assistance to its allies in the South China Sea to strengthen their security and defense capabilities. For instance, the U.S. has provided maritime patrol vessels to the Philippines to enhance its ability to monitor and protect its territorial waters, conducted joint military exercises with Vietnam to improve tactical coordination and readiness in maritime operations, and invested in infrastructure projects in Malaysia to bolster economic stability and resilience. (U.S. Department of State 2024). Through these efforts, the United States aims to ensure its interests in the region.

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

This section discusses the previous international actions that were taken aiming to solve the presented issue. That being said, it is important to understand that the situation at the moment, putting aside some minor advances in recent years, finds itself stagnated, at a slow pace at best. Also, the increasing military tension risen by the Chinese presence has led some states in the region, such as Vietnam, Malaysia and Philippines to concentrate their efforts on alternate solutions focusing on bilateral or multilateral economic agreements, strengthening bonds with extra-regional players — United States and India, for example — for economical and military support (Dipua et al. 2020; Laksmana 2023; Saha 2020). Structured in two subtopics: (i) the relationship between the ASEAN countries and China will be presented in the context of China's attempt at economic integration with the proposal of the Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), the negotiations started in 2012, a Free Trade Agreement (FTA) and the efforts by the ASEAN members to establish along with China a Code of Conduct (COC) to settle the issues of maritime exploration and navigation; (ii)

the disputes in the legal field will be portrayed by the ASEAN countries in search of judicial decisions that allow for the resolution of disputes in the main arbitration bodies, the Permanent Court of Arbitration and the United Nations' Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS), which have received submissions in recent decades and had decisions that favored the countries of the region to the detriment of China's claims with its Nine-Dash Line (9DL) policy.

4.1. ASEAN-China's Situation

The American government, since began its pivot to the Asia Pacific in 2011, has launched a mega-regional economic treaty, aiming to diminish the noodle bowl effect that may be caused by the proliferation of treaties; in 2011, the USA proposed the Trans-Pacific Partnership (TPP), aiming to create a Free Trade Area (FTA) and promote economic integration in the area while asserting its economical hegemony and leadership (Clinton 2011; Dipua et al. 2020). Although the TPP being the center of the American strategy for the region, in 2017, one year after signing the pact, the Trump administration withdrew the initiative due to internal opposition for the TPP, the remaining countries of the agreement proceeded to create a new FTA, signed in 2018, the Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP), substitute for the TPP without United States' presence (McBride et al. n.d.). Nevertheless, China has also proposed its own FTA, in 2012, the Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) is similar to the TPP, yet the RCEP turned out to be the one adopted for the ASEAN member states. Mega-regional cooperation — the fact that

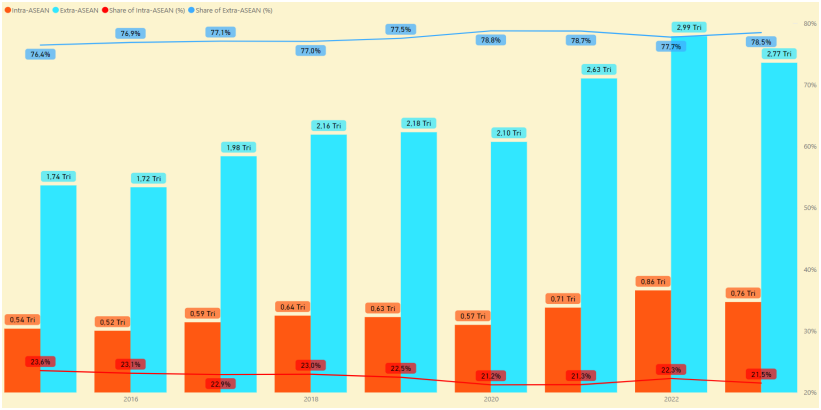
these initiative acquire this size, the TPP would embrace 40% of world economy, they receive this denomination — is believed to be the new stage for the Asia-Pacific states, surpassing the bilateral and multilateral FTA obstacles that make integration in the region difficult (Dipua et al. 2020; Rivai and Bastari 2022).

The RCEP was conceived as a mega-regional FTA based on ASEAN's centrality: "The main purpose of RCEP is to multilaterate every regional trade system by combining all of ASEAN's trade partners" (Rivai and Bastari 2022, 157). Therefore, the main purpose of the RCEP is to integrate under a single agreement ASEAN and partner states (Australia, New Zealand, China, South Korea, and India) and mitigate tariffs collectively (Rivai and Bastari 2022).

However, there is an issue to be addressed involving the two mega-regional FTAs: ASEAN's ability to act as an organization could be undermined. The RCEP was presented by China with the concept of ASEAN centrality, seeking to overcome the concern raised that only part of the members could join the treaty, while others could join the TPP, and create some internal split or weaken the bloc's decision-making and integration process. That said, the situation faced by the organization has developed with the stagnation of the TPP since the withdrawal of the US from the agreement and the consolidation and signing of the RCEP, which went through a process of negotiation and bargaining that greatly favored the countries of the bloc due to its actions. The question now is whether it will be important for countries to deepen their integration process in order to maintain their capacity to act in the region while gaining access to more attractive markets with lower transaction costs. The new treaty could end up exacerbating the differences between intra-regional and extra-regional trade, in which some countries like Laos

export around 70% of their goods within the bloc (Rivai and Bastari 2022). As Rivai and Bastari (2022) argue, "a shallow economic integration can be seen by the intra-ASEAN trade flows that shows how each member are competing to achieve more advantage in bilateral trade. This kind of practice will only obscure ASEAN's regionalism further" (Rivai and Bastari 2022, 165).

Graphic 1 - Intra-ASEAN and extra-ASEAN trade of goods, 2018, Asean Statistics Division.



The issue of the SCS has proven difficult to resolve, as there is a fracture within the ASEAN membership whether joint action can be taken to enable a front to resolve the territorial disputes in the SCS. Since the creation of UNCLOS and then with the failed development of bilateral attempts, countries have tried to engage in discussions within ASEAN, with its conferences being held with interested regional and global players (PRC and USA being the main guests) (Roberts 2017).

Since the early 2000s, ASEAN member states have been concerned with developing a maritime Code of Conduct (COC) — a set of rules that members must follow, in the case of a maritime COC, based on international principles and norms, the UNCLOS, for example —, so that the issue could be closed and any remaining disputes over the region could be addressed through a legal and equitable mechanism. In 2002, the Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea (DOC) was approved. The signing of a DOC is a step towards resolving the situation, but it is important to note that unlike a COC, the DOC does not have legal provisions and serves as a declaration that sets out the principles to be followed by the parties and not a series of rules like the COC. This document served as a synthesis of the laws developed in other pre-existing treaties and agreements, only this time applied to the specific case of the SCS (ASEAN n.d.b). However, the DOC guidelines were only formulated in 2011 and approved the following year; a step forward, given that it aimed to establish general precepts and encourage cooperation between countries in areas of great importance in the international context, such as the protection of maritime biodiversity and the fight against transnational crime in the region, but it is still a long way from the final goal since the DOC is a declaration, not a binding document (ASEAN n.d.a).

It is important to note that the approval of the DOC did not mean greater alignment of stakeholders in the same year during the ASEAN foreign ministers' meeting, as Roberts (2017, 4) states:

> Beijing managed to get the Cambodian ASEAN Chair—represented by its Deputy Prime Minister and Foreign Minister Hor Namhong—to block a Joint Communiqué from referencing any Chinese aggression (i.e., the

> Scarborough Shoal incident) and/or Beijing's activities in Vietnam's Exclusive Economic Zone (EEZ).

This failure is symptomatic in that it was the first time the organization had failed to issue a joint communiqué since its creation. In addition, there were other unsuccessful attempts in the same year, such as the Manila meeting aimed at achieving a unified ASEAN position, as well as a draft Code of Conduct proposed by Indonesia (Roberts 2017).

In 2018, with the reading of the Single Draft COC Negotiating Text (SDNT), real possibilities opened up for the development of a COC, the drafting of which although have suffered of exogenous setback, the COVID-19 pandemic, the signing of the RCEP may indicate as a agglutinating factor for strengthening diplomatic sphere of the SCS (ASEAN n.d.b; Simbolon and Tampubolon 2022). In 2023, under Indonesia's leadership, ASEAN began a process of accelerating the negotiations for the COC guidelines as Chinese cooperation in this situation has proved difficult, since the status quo currently benefits Chinese expansion in all its spheres in the region and allows the imbroglios to continue (Laksmana 2023). Nevertheless, after the meeting of ASEAN ministers and China in July 2023, the Chinese state was willing to negotiate, with Foreign Minister Wang Yi stating that the COC guidelines for the SCS would be ready by 2026 (Gomez and Karmini 2023).

4.2 International Arbitration Disputes: PCA and CLCS' Submissions

Although lacking in law binding specifically regulatory devices for the issue of the South China Sea, territorial disputes have

often taken shape in international arbitration courts. The two most relevant bodies are the United Nations' Commission on the Limits of the Continental Shelf — CLCS — and the Permanent Court of Arbitration (PCA), a non-UN organization. (Commonwealth of Australia 2022; Permanent Court of Arbitration n.d.). It's important to note that both bodies follow different assessment methods: the CLCS aims to deal with questions of the extent of the continental shell of the states that are bordered by the seas, not taking into account historical issues etc. On the other hand, the PCA deals with resolving arbitration cases that deal with maritime disputes and the settlements arising from them.

4.2.1 CLCS' Submissions

The CLCS is a body that deals with the scientific definition of continental shells and is supposed to determine them through a scientific approach, the determination of 200 nm from the beach head. Between 2008 and 2009, the CLCS dealt with requests for analysis of four submissions involving countries that were part of the MSC, two out of them were regarding the extension of their continental shelf outside the SCS, Indonesia, on June 2008, claiming on North West region of the Sumatra Island and the Philippines, on April 2009, on the outer edge of the continental margin in the Benham Rise Region (Thao and Amer 2010). Among them was a proposal that addressed the issue of the South China Sea in an Extended Continental Shelf (ECS) zone. In 2009, Malaysia and Vietnam made a joint submission requesting the extension of their continental shelf beyond the 200 nautical mile limit, willing to resolve their mutual disputes over the islands, ignoring the overlapping

regions; also in this year Vietnam made another submission solely claiming areas on the North Area (VNM-N). On May 7, 2009, China sent objections to the CLCS claiming that the areas were in Chinese space to the submission as justification to 9DL, the request is still listed for determination and is awaiting consideration (Commonwealth of Australia 2022; United Nations n.d.).

4.2.2 PCA's Arbitration Case of 2013

In 2013, the Philippines filed an arbitral proceeding in the Permanent Court of Arbitration in which the Filipino State advocated for their rights based on the UNCLOS. The case filed by the Filipinos was aimed at questioning the legality of claims based on historical rights over archipelagos and portions of the South China Sea, the questioning was aimed at Chinese arguments for its occupation of the region. As such, the case would be an attempt to resolve the issue of the PRC's Nine Dash-Line (9DL), and the practices carried out on this justification in the form of violation of the 200 nm coastal shelf and the economic exploitation of the EEZ of third parties (Permanent Court of Arbitration 2016). In 2016, the PCA concluded that

> Beijing's claim over the nine-dash-line had no legitimacy under UNCLOS or on any other basis. [...] As a consequence, Beijing's activities in the "Philippine EEZ" — such as its construction of artificial islands, its interference in Philippine fishing and exploration activities, and its constructions on non-appropriable "low tide elevations" — constituted a violation of the Philippines' sovereign rights. (Roberts 2017, 6)

However, on the Chinese side, the country not only did not recognize the arbitration's verdict but also did not recognize the process as a whole, during the triggering phase of the parties the Chinese state did not send representatives nor did it defend its case in writing during the process only issuing a note in which it claimed to hold legitimate sovereignty over the MSC islands. That said, Simbolon and Tampubolon (2022) understand that this award — the invalidation of the 9DL — is compatible with UNCLOS and its binding character, obliging countries, China in this case, to follow the treaty.

5 BLOC POSITIONS

The South China Sea is of significant economic importance to the Commonwealth of Australia, therefore, the country, along with its Indo-Pacific allies, is committed to ensuring trade and navigation freedom (Voice of America 2024). Australia's position on the dispute over the SCS has historically had a tone of conciliation and deterrence, with some criticism of China's aggressive actions. In this context, the country works with other actors to convince China of the costs of its unilateral actions while simultaneously reinforcing the benefits of the US-led regional order (Commonwealth of Australia n.d.). However, lately, Australia has been expressing greater concern over China's ambitions and actions in the region, which have involved dangerous maneuvers and harassment against ships from other countries. Consequently, Australia has decided to strengthen its security cooperation with the United States, Japan, and the Philippines (Voice of America 2024).

Brunei Darussalam has announced an Exclusive Economic Zone (EEZ) of 200 nautical miles after signing the United Nations Convention on the Law of the Sea in 1982 (NBR Brunei n.d.). Unlike other countries, Brunei seeks to remain a relatively silent claimant and refrain from making public statements (Putra 2024). Based on the existing international law on maritime territorial boundaries, Brunei claims over the specific area of the Louisa Reef, part of the Spratly Island, which is also claimed by China, Malaysia, the Philippines, Vietnam, and Taiwan. Brunei is the sole claimant among the six Southeast Asian nations that do not possess any maritime features or uphold a military force in the Spratly Islands chain. This is in line with Brunei's two-step approach to resolving the region's issue: bilateral resolutions, such as adhering to the 1982 UNCLOS, while also honoring the ASEAN-China code of conduct (Putra 2024).

The **Kingdom of Cambodia** claims sovereignty and control over all maritime features in the Gulf of Thailand. In 2016, Brunei, along with China, Laos, and Cambodia, defended the notion that developments in the South China Sea should not impede the relations between ASEAN and China (Putra 2024). In this context, Cambodia's close relations with China often lead it to stand in support of China's regional goals, and as part of this alignment, both nations have regularly held military exercises since 2016 (DW 2024).

The Government of the People's **Republic of China** claims indisputable sovereignty over almost all of the South China Sea, which it defines as the "nine-dash line"; it has based this position on its consideration of 2,000 years of activities in this region. Besides, they enhance their assertiveness by affirming that China is the first to have discovered and exercised sovereignty and jurisdiction over Xisha (Paracel Islands), Zhongsha (Scarborough Shoal or

Macclesfield), Dongsha (Pratas Island) and Nansha (Spratly Islands) continuously, peacefully and effectively (China's Government 2016). The Government of the PRC opposes the illegal occupation of its islands in the Nansha Qundao (Spratly Islands) and upholds the freedom of navigation and overflight under international law (China's Government 2016). It seeks to resolve disputes peacefully through negotiation, respecting historical facts and international law, although it maintains that the biggest risk to peace and stability in the South China Sea is the intervention by major countries outside the region, such as the U.S. (China's Government 2022). In January 2021, the PRC passed a law authorizing Chinese Coast Guard vessels to take all necessary measures, including the use of weapons, when national sovereignty, sovereign rights, and jurisdiction are being illegally infringed upon by foreign organizations or individuals at sea (Commonwealth of Australia 2022).

Although the **Republic of India** is not a claimant in the territorial disputes of the SCS, it does have interests within the region, such as the freedom of navigation and the maintenance of its strategic partnerships with Vietnam, the Philippines, and Indonesia. In 2014, Prime Minister Narendra Modi stated that: "Our defense cooperation with Vietnam is among our most important ones" (Ministry of External Affairs of India 2014). In March 2024, India's External Affairs Minister, S. Jaishankar, expressed India's unequivocal support for the Philippines in endorsing its national sovereignty (OFR 2024). They assert that the primary strategic challenge and, consequently, a priority for the Indian Navy, is the potential threat posed by the Chinese People's Liberation Army Navy. New Delhi's support for a rules-based international maritime order, particularly its emphasis on UNCLOS, underscores its

opposition to unilateral actions that could destabilize the region. This position, while based on India's principled foreign policy, also indirectly counters China's extensive territorial claims. (OFR 2024).

As a non-claimant state, **Republic of Indonesia** has maintained a neutral position within ASEAN and sees itself as an "honest broker" or "facilitator" between claimants (NBR Indonesia). However, the Natunas Island, a group of islands in the South China Sea that Indonesia administers, are encompassed within China's nine-dash, even though China does not contest Indonesia's sovereignty over the Natunas.

Despite **Japan** not being among the claimants in the South China Sea, it has increased its involvement recently in the region by strengthening security relationships with several nations involved in the disputes, such as Philippines, the U.S and Vietnam. Japan has condemned repeated actions that obstruct freedom of navigation and escalate regional tensions, including the incident involving damage to a Filipino vessel and its crew by the Chinese coast guard in March 2024 (Japan's MoFA 2024). Additionally, Japan demonstrates support for the Philippines, such as through its consistent adherence to the Arbitral Tribunal's ruling on disputes with China (Japan's MoFA 2024). Japan remains committed to working with the global community, which includes ASEAN Member States and the United States, to uphold a free and open international order rooted in principles of lawful governance. Vietnam and Japan have formed joint offshore energy projects with Japanese companies, and a defense export agreement was established (Voice of America 2021).

As a landlocked country, Laos People's Democratic Republic does not have direct territorial claims in the South China

Sea. Its position on the issue is shaped by its condition as an ASEAN member, it emphasizes ASEAN solidarity, peaceful dispute resolution, and balancing its relations with China while supporting regional stability and economic development. In early 2024, the Lao PDR, as the current rotating chair of ASEAN, reaffirmed the need for peaceful resolution of disputes according to international law, including the 1982 UNCLOS, and stressed the importance of maintaining the freedom of navigation and overflight in the South China Sea (ASEAN Lao PDR 2024).

Considering part of its exclusive economic zone Malaysia claims eleven maritime features in the southern region of the Spratly Island: Erica Reef, Investigator Shoal, Swallow Reef, Amboyna Cay, the James and the Luconia Shoals, Louisa Reef, Ardasier Reef, Marivales, Dallas and Navigator Reefs (NBR Malaysia n.d.). Malaysia prefers natural stands and employs a hedging and sometimes contradictory strategy to balance economic ties with China and to safeguard its interests in the region, while signaling non-alignment with major powers. Through triadic maritime diplomacy, it combines coercive, persuasive, and cooperative strategies to manage and de-escalate tensions in the South China Sea, but it has adopted a more assertive stance in response to recent developments like the Kasawari Gas Development Project (Putra 2024).

While the Republic of the Unity of Myanmar is not a claimant in the South China Sea (SCS), since its chairmanship of the ASEAN summit in 2014, it has worked to promote internal unity among ASEAN members and align the bloc's objectives with the national development goals of its member states. As a result, Myanmar has maintained a neutral stance on the issue, avoiding points of friction —mainly between China, the Philippines, and Vietnam— that could

disrupt the consensus-based decision-making process (Shihong 2014). It's important to note that, in recent years, Myanmar has strengthened its ties with China, which has played a significant role in both the peace process with ethnic armed organizations (EAOs), particularly along the China-Myanmar border, and in the economic sphere through the China-Myanmar Economic Corridor (CMEC) (Kobayashi and King 2022).

As a country that relies heavily on international trade and as a responsible regional and international player, New Zealand advocates for the freedom of navigation and overflight, which are critical for maintaining open sea lanes and global trade routes (NZ Defence White Paper 2010). New Zealand supports international law, particularly the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS), as the framework for resolving disputes in the South China Sea.

The Republic of the Philippines claims sovereignty over the northeastern section of the Spratly archipelago, excluding Spratly Island itself, but including Kalayaan Island Group and the Scarborough Shoal (NBR Philippines n.d.). The Philippine government assumes that, as an archipelagic state, the islands are part of its territory. Additionally, it asserts that the title to Scarborough Shoal passed from Spain to the United States in 1898 along with all other Spanish maritime features surrounding the Philippines archipelago. Once the Philippines got its independence from the U.S., it inherited the Scarborough Shoal title (NBR Philippines n.d.). Their claims are based on history and on the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS), besides they maintain that China's assertions of territorial claims in the South

China Sea lack legal legitimacy and infringes on the Philippines' sovereignty and sovereign rights (Chang 2023).

Although the **Russian Federation** is not a claimant over the SCS, it has sought to carry out a delicate balancing act, especially given that it is a close partner of both China and Vietnam, which are rival claimants in the SCS. Additionally, a joint statement emphasizes that Russia and China are "in the best period of their history" (CNN 2024). Therefore, Russia's official position is more of a neutral stance on the disputes, opposing interference from external powers, which it considers "harmful and counterproductive" (ORF 2021). Moscow strives for the dispute to be resolved peacefully and without the use of force, in line with the 1982 UNCLOS (ORF 2021).

Consistently, the **Republic of Singapore** affirms that it is not a claimant in the South China Sea disputes and that it prefers to remain neutral. It advocates for open communication, regional peace, and adherence to international law, especially the 1982 UNCLOS. Singapore also supports freedom of navigation and overflight and promotes peaceful resolution of disputes according to international principles. In the Philippines for a working visit in April 2024, Singapore's Minister of Foreign Affairs, Balakrishnan, reaffirmed the warm friendship and cooperation between Singapore and the Philippines, noting that Singapore is one of the top investors in the friendly nation (Singapore's MFA 2024). On the other hand, to justify the lack of opposition to Chinese actions in the South China Sea, the Minister argued that ASEAN is united in the sense that no single ASEAN country wants to become a proxy (Singapore's MFA 2024).

The **Republic of Korea** has historically maintained ambiguity regarding its position about the conflicts and claims in the

South China Sea. One of the rare statements was in 2016, when the spokesperson of the Ministry of Foreign Affairs affirmed the importance of maintaining peace, stability, and freedom of navigation in the region, and supports a peaceful resolution of disputes in accordance with relevant agreements, non-militarization commitments, as well as internationally established norms of conduct (Republic of Korea's MoFA 2016). However, recently South Korea has been more outspoken in defending Taiwan and opposing Chinese behavior in the South China Sea. In 2021, The United States and the Republic of Korea made a joint statement opposing to all activities that undermine, destabilize, or threaten the rules-based international order and affirming their willing to maintain peace and stability, and respect for freedom of navigation and overflight in the South China Sea and beyond (Republic of Korea's MoFA 2021). Additionally, a South Korean Foreign Ministry spokesperson said at a press briefing in March 2024 that Seoul was deeply concerned about the Chinese Coast Guard ships using water cannons against a Philippine vessel and that the action heightens tensions in the region (Voice of America 2024).

Once the **Gulf of Thailand** is widely recognized as part of its territory, the Kingdom of Thailand is not a South China Sea claimant. However, Thailand's interests in free navigation within the SCS are among the most pronounced in the region, furthermore, it is preoccupied with non-traditional threats, such as environmental damage since it's one of the world's largest seafood exporters (AMTI 2024). Thailand maintains cordial relations with all major powers, it does not face an existential threat in the form of direct conflict with a great power.

As stated before, the **United States of America** has responded to China's claims in the South China Sea by conducting Freedom of Navigation Operations (FONOPs) and offering assistance to its Southeast Asian allies, such as the Philippines, Vietnam and Japan. In this context, the U.S. seeks to support legal agreements to ensure freedom of navigation and maritime communication routes but also to safeguard its interests in the region. To the US, the claimant countries under the UNCLOS have the right to freely navigate in the Exclusive Economic Zone at sea and are not obligated to notify claimants of their military activities (CFR, n.d.). In March 2024, the U.S. Secretary of State, Antony Blinken, reaffirmed that the U.S. rejects China's maritime claims in the South China Sea to the extent that they exceed the maritime zones and affirmed his commitment to support Southeast Asian claimants confronting PRC pressure which are destabilizing the region and demonstrating blatant disregard for international law (U.S. Government 2024).

The **Socialist Republic of Vietnam** claims sovereignty over the Paracel and Spratly archipelagos, asserting that there is historical evidence of control and administration since their occupation in 1956. It currently occupies 25 features in the region. Additionally, Vietnam opposes what it describes as China's illegal occupation of parts of the Paracel and Spratly archipelagos, accusing China of using force against Vietnam (United Nations 2016). China's repeated incursions and harassment of its ships searching for oil and gas are among Vietnam's primary concerns. Nevertheless, Vietnam seeks a long-term solution to the dispute peacefully, by following international law, to recover what it views as lost territories in the Sea (International Crisis Group 2021).

6 QUESTIONS TO PONDER

1) Given the global scenario of intensifying economic disputes between the two superpowers, is it possible to find a way to guarantee stability and security in the South China Sea?

2) What mechanisms can States use to reduce the military and violent conflicts in the SCS?

3) How can the EAS work towards a cohesive and functional COC on the SCS?

4) How can the EAS work to find more consensus rules for the exploitation of natural resources in the South China Sea?

5) How can the EAS act to promote measures aimed at preserving maritime biodiversity in the SCS?

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Aguilar, Sérgio Luiz Cruz, and Renato Matheus Mendes Fakhoury. 2019. "Mar Do Sul Da China: Um histórico De Disputas". Revista De História Regional 24 (2). https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/13637.

ASEAN. 2012. "Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea." https://asean.org/declaration-on-the-conduct-of-parties-in-the-south-china-sea/. ASEAN Main Portal. Accessed June 24,

ASEAN. n.d. "Situation in the South China Sea." ASEAN Main Portal. Accessed June 24, 2024. https://asean.org/our-communities/asean-political-security-community/peaceful-secure-and-stable-region/situation-in-the-south-china-sea/.

ASEAN Statistics Division. 2018. "ASEAN Trade in Goods (IMTS)". Accessed August 24, 2024. https://data.aseanstats.org/dashboard/imts.hs2.

ASEAN Lao PDR. 2024. "Press Statement by the Chair of the ASEAN Foreign Minister's Retreat". January 29, 2024. https://www.laoschairmanship2024.gov.la/press-statement-by-the-chair-of-amm-retreat-eng/

Associated Press. 2022. "China Has Fully Militarized Three Islands in South China Sea, US Admiral Says". The Guardian. Accessed on July 24, 2024. https://www.theguardian.com/world/2022/mar/21/china-has-fully-militarized-three-islands-in-south-china-sea-us-admiral-says.

Bisley, Nick. 2017. "The East Asia Summit and ASEAN: Potential and Problems." Contemporary Southeast Asia 39 (2). 265–72. http://www.jstor.org/stable/44683768.

Buchan, Patrick Gerard, and Benjamin Rimland. 2020. "Defining the Diamond: The Past, Present, and Future of the Quadrilateral Security Dialogue." CSIS Briefs, March 16, 2020. https://www.csis.org/analysis/defining-diamond-past-present-and-future-quadrilateral-security-dialogue.

Cardenas, Nicky C. 2020. "Military Competition between the United States and China in the South China Sea: A Critical Analysis."

Expeditions with MCUP. December 18, 2020. https://doi.org/10.36304/ExpwMCUP.2020.07.

Center for Strategic and International Studies. 2024. "Chinese Power Projection Capabilities in the South China Sea". Asia Maritime Transparency Initiative. Accessed on July 24, 2024. https://amti.csis.org/chinese-power-projection/.

——. n.d. "By Air, Land, And Sea: China's Maritime Power Projection Network". Asia Maritime Transparency Initiative. Accessed on July 26, 2024. https://amti.csis.org/power-projection-network/.

Chang, Jung Lin. 2023. "Territorial and maritime disputes in South China Sea: The United States' strategic plan of response". Graduate diss., Claremont Graduate University.

Cheng, Manqing. 2022. "AUKUS: The Changing Dynamic and Its Regional Implications". European Journal of Development Studies 2 (1). 1–7. https://doi.org/10.24018/ejdevelop.2022.2.1.63.

Churchill, R. R. 2024. "Law of the Sea." Encyclopedia Britannica. Accessed on July 25, 2024. https://www.britannica.com/topic/Law-of-the-Sea.

Clinton, Hillary. 2011. "America's Pacific Century". Foreign Policy, October 11, 2011. https://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/.

Cohn, Lizzy. 2024. "Showdown in the Spratleys: How Economics Drives China's Claims in the South China Sea". Michigan Journal of Economics, January 31, 2024. https://sites.lsa.umich.edu/mje/2024/01/31/showdown-in-the-

spratleys-how-economics-drives-chinas-claims-in-the-south-china-sea/.

Commonwealth of Australia. 2022. "South China Sea Chronology." Parliament of Australia, March 23, 2022. https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/rp/rp2122/Chronologies/SouthChinaSeaChronology.

Commonwealth of Australia. n.d. "Australia and the South China Sea: debates and dilemmas". https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/BriefingBook45p/SouthChinaSea

Council on Foreign Relations. n.d. "Timeline: China's Maritime Disputes." Accessed July 28, 2024). https://www.cfr.org/timeline/chinas-maritime-disputes.

Council on Foreign Relations. n.d. "Territorial Disputes in the South China Sea". Last modified June 25, 2024. https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/territorial-disputes-south-china-sea.

Çağla, Zeynep Erin. 2023. "South China Sea Tension Shadows ASEAN Summit". ANKASAM | Ankara Center for Crisis and Policy Studies, September 13, 2023. https://www.ankasam.org/south-china-sea-tension-shadows-asean-summit/?lang=en.

Dipua, Angkasa, Rommy Hermawa, Dhiana Puspitawati, Nuddin Harahap, Dickry Rizanny Nurdiansyah and Lukman Yudho Prakoso. 2020. "AN ANALYSIS OF THE SOUTH CHINA SEA CONFLICT: INDONESIA'S PERSPECTIVES, CONTEXTS AND RECOMMENDATIONS". PalArch's Journal of Archaeology of Egypt

/ Egyptology 17 (4):976-90. https://archives.palarch.nl/index.php/jae/article/view/534.

Encyclopedia Britannica. 2024. "Indian Ocean tsunami of 2004". Accessed on May 4, 2024. https://www.britannica.com/event/Indian-Ocean-tsunami-of-2004.

——. n.d. "China's Nine-Dash Line in the South China Sea". Accessed on July 26, 2024. https://www.britannica.com/topic/territorial-disputes-in-the-South-China-Sea/images-videos#/media/1/2243629/307241.

Gomez, Jim, and Niniek Karmini. 2023. "China and ASEAN Agree to Try to Conclude Nonaggression Pact on Sea Feud in 3 Years." AP News (blog). July 13, 2023. https://apnews.com/article/asean-south-china-sea-disputes-7ec76375646cd692c525be7ab2a6290b.

India's Ministry of External Affairs, Media Statements by Prime Minister of India and Prime Minister of Vietnam in New Delhi. 2014. https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/24143/Media+Statements+by+Prime+Minister+of+India+and+Prime+Minister+of+Vietnam+in+New+Delhi+October+28+2014

International Crisis Group. 2021. Vietnam Tacks Between Cooperation and Struggle in the South China Sea. Asia Report N°318. https://www.crisisgroup.org/asia/north-east-asia/china/318-vietnam-tacks-between-cooperation-and-struggle-south-china-sea.

Japan's Ministry of Foreign Affairs of Japan (MoFA). 2024. "Recent Surge in Tensions in the South China Sea". https://www.mofa.go.jp/press/release/pressite_000001_00239.html. Accessed June 26, 2024.

Kenny, M. 2024. "AUKUS." Encyclopedia Britannica. Accessed on July 25, 2024. https://www.britannica.com/topic/AUKUS.

Kobayashi, Yuka, and Josephine King. 2022. "Myanmar's Strategy in the China–Myanmar Economic Corridor: A Failure in Hedging?" International Affairs 98 (3): 1013–32. https://doi.org/10.1093/ia/iiac049.

Kosandi, Meidi. 2014. "Conflicts in the South China Sea and China-ASEAN Economic Interdependence: A Challenge to Cooperation." ASEAN-Canada Research Partnership Working Paper Series 7. https://www.rsis.edu.sg/rsis-publication/nts/335-conflicts-in-the-south-china-s/. Accessed on July 25, 2024

Kuo, Lily and Niko Kommenda. 2018. "What Is China's Belt and Road Initiative?". The Guardian. http://www.theguardian.com/cities/ng-interactive/2018/jul/30/what-china-belt-road-initiative-silk-road-explainer. Accessed on July 25, 2024

Laksmana, Evan. 2023. "The South China Sea Talks between ASEAN and China." IISS. https://www.iiss.org/online-analysis/online-analysis/2023/08/the-south-china-sea-talks-between-asean-and-china/. Accessed on July 25, 2024

Lee, Christy. 2024. "Tensions Simmer Between South Korea and China as Seoul Pivots to Global Role". Voice of America. https://www.voanews.com/a/tensions-simmer-between-south-korea-and-china-as-seoul-pivots-to-global-role-/7538023.html. Accessed on July 25, 2024

Mahbubani, Kishore. 2023. "Asia's Third Way: How ASEAN Survives - and Thrives - amid Great-Power Competition Essays." Foreign

Affairs 102 (2). 130–41. https://www.foreignaffairs.com/southeast-asia/asias-third-way-asean-amid-great-power-competition.

McBride, James, Andrew Chatzky, and Anshu Siripurapu. 2021. "What's Next for the Trans-Pacific Partnership (TPP)? | Council on Foreign Relations." Council on Foreign Relations. https://www.cfr.org/backgrounder/what-trans-pacific-partnership-tpp. Accessed on July 25, 2024

McCarthy, Simone; Stambaugh, Alex; Chernova, Anna. 2024. "Rússia e China estão "no melhor período da história", diz comunicado conjunto". CNN. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/russia-e-china-estao-no-melhor-periodo-da-historia-diz-comunicado-conjunto/. Accessed on July 25, 2024

Mercer, Phil. 2024. "Australia boosts Philippine military ties as South China Sea tensions rise". Voice of America. https://www.voanews.com/a/australia-boosts-philippine-military-ties-as-south-china-sea-tensions-rise-/7598589.html. Accessed on July 25, 2024

Ministry of Foreign Affairs. 2024. "Visit by Minister for Foreign Affairs Dr Vivian Balakrishnan to the Republic of the Philippines, 15 to 18 April 2024". http://www.mfa.gov.sg/Newsroom/Press-Statements-Transcripts-and-Photos/2024/04/20240416-FMV-Philippines. Accessed on July 25, 2024

Myers, Steven Lee. 2018. "American and Chinese Warships Narrowly Avoid High-Seas Collision". The New York Times, October, 2018. https://www.nytimes.com/2018/10/02/world/asia/china-us-warships-south-china-sea.html. Accessed on July 25, 2024

Nivedita Kapoor. 2021. "Russia's conduct in the South China Sea". OFR. https://www.orfonline.org/research/russias-conduct-in-the-south-china-sea. Accessed June 23, 2024

New Zeland Defence White Paper 2010. 2020. "Report prepared by the Ministry of Defence". New Zeland: Ministry of Defence, https://www.defence.govt.nz/assets/publications/defence-review-2009-defence-white-paper-final.pdf. Accessed June 23, 2024

Office of the Spokesperson. 2024. "The United States-ASEAN Relationship". U.S. Department of State, July 26, 2024. https://www.state.gov/the-united-states-asean-relationship-3/#nav__primary-nav. Accessed on July 25, 2024

Padula, Raphael, and Felipe Gusmão Carioni Fernandes. 2020. "O Mar do Sul da China: seu valor estratégico e a geoestratégia chinesa." Sociedade e Cultura 23. doi: 10.5216/sec.v23i.59790.

Pant, Harsh V.; Basu, Pratnashree. 2024. "New Delhi's strategic recalibration recognises the South China Sea's critical importance to regional security and the global maritime order". OFR, April 20, 2024. https://www.orfonline.org/research/indias-nuanced-approach-in-the-south-china-sea. Accessed June 23, 2024

People's Republic of China, Ministry of Foreign Affairs. 2016. "Statement of the Government of the People's Republic of China on China's Territorial Sovereignty and Maritime Rights and Interests in the South China Sea". https://www.fmprc.gov.cn/nanhai/eng/snhwtlcwj_1/201607/t20160712_8527297.htm. Accessed June 23, 2024

People's Republic of China, Ministry of Foreign Affairs. 2022. "Wang Yi Elaborates on China's Solemn Position on the South China Sea

Issue".
https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202208/t20220808_10737244.html. Accessed June 23, 2024

Permanent Court of Arbitration. 2016. "The South China Sea Arbitration (The Republic of Philippines v. The People's Republic of China)". Accessed August 22, 2024. https://pca-cpa.org/cases/7/.

Pinotti, Talita. 2015. "CHINA AND VIETNAM IN THE SOUTH CHINA SEA: DISPUTES AND STRATEGIC QUESTIONS". AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations 4 (8). doi:10.22456/2238-6912.59949.

Putra, Bama Andika. 2024. "Malaysia's "Triadic Maritime Diplomacy" Strategy in the South China Sea". All Azimuth 0: 1-27. doi:10.20991/allazimuth.1455442.

———. "Brunei's silent claims in the South China Sea: a case for the theory of trade expectations". COGENT Social Sciences 10(1). https://doi.org/10.1080/23311886.2024.2317533.

Radio Free Asia. 2021. "Japan Latest Nation to Contest Beijing's South China Sea Claims". Voice of America, January 23, 2021. https://www.voanews.com/a/east-asia-pacific_japan-latest-nation-contest-beijings-south-china-sea-claims/6201116.html. Accessed June 23, 2024

Republic of Korea's Ministry of Foreign Affairs (Korea's MoFA). 2016. "Statement by the Spokesperson of the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Korea on the South China Sea Arbitration Award". https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_5676/view.do?seq=316765. Accessed June 23, 2024

Republic of Korea's Ministry of Foreign Affairs (MoFA). 2021. "U.S.-ROK Leaders' Joint Statement". https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_5476/view.do?seq=319610. Accessed June 23, 2024

Rivai, Aspin Nur Arifin, and Gema Ramadhan Bastari. 2022. "Looking at ASEAN Centrality in the Amidst of TPP & RCEP Mega-Regional Competition." VOX POPULI 5 (2): 150–68. https://doi.org/10.24252/vp.v5i2.33808.

Roberts, Christopher. 2017. "The South China Sea: Beijing's Challenge to Asean and UNCLOS and the Necessity of a New Multi-Tiered Approach". S. Rajaratnam School of International Studies. http://www.jstor.org/stable/resrep19926. Accessed June 23, 2024

Saha, Premesha. 2021. "India Calibrates Its South China Sea Approach." ORF Issue Brief 477. https://www.orfonline.org/research/india-calibrates-its-south-china-sea-approach. Accessed June 23, 2024

Sanglee, Tita. 2024. "Assessing Thailand's maritime governance capacity: priorities and challenges." Asia Maritime Transparency Initiative (AMTI), January 10,2024. https://amti.csis.org/assessing-thailands-maritime-governance-capacity-priorities-and-challenges/. Accessed June 23, 2024

Schrag, Jacque. 2017. "How Much Trade Transits the South China Sea?" ChinaPower Project. Accessed on August 2, 2017. https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/. Accessed June 23, 2024

Shahbandeh, M. 2023. "Leading Exporters Fish and Fishery Products Worldwide, 2020." Statista. August 29, 2023.

https://www.statista.com/statistics/268269/top-10-exporting-countries-of-fish-and-fishery-products/. Accessed June 23, 2024

Shen, Jianming. 2002. "China's Sovereignty over the South China Sea Islands: A Historical Perspective." Chinese Journal of International Law 1 (1). 94–157. https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cjilaw.a000432.

Shihong, Bi. 2014. "Myanmar Keeps ASEAN Position Neutral on South China Sea Disputes". Global Times, May 20, 2014. https://www.globaltimes.cn/content/861288.shtml.

Simbolon, Putu George Matthew, and Manotar Tampubolon. 2022. "ASEAN Collective Responsibility in Upholding Sovereignty in South China Sea Exclusive Economic Zone." European Journal of Economics, Law and Politics 9 (3). 1–13. https://doi.org/10.19044/elp.v9no3a1.

Singapore's Ministry of Foreign Affairs (MFA). 2024. "Visit by Minister for Foreign Affairs Dr Vivian Balakrishnan to the Republic of the Philippines, 15 to 18 April 2024". https://www.mfa.gov.sg/Newsroom/Press-Statements-Transcripts-and-Photos/2024/04/Min-Visit-to-the-PHL_240412. Accessed June 23, 2024

Smith, Sheila. 2021. "The Quad in the Indo-Pacific: What to Know | Council on Foreign Relations". Council on Foreign Relations, May 27, 2021. https://www.cfr.org/in-brief/quad-indo-pacific-what-know.

Snyder, Craig. 1996. "The Implications of Hydrocarbon Development on the South China Sea". International Journal 52 (1). 142-158. https://doi.org/10.2307/40203175.

Teekah, E. n.d. "ASEAN." Encyclopedia Britannica. Accessed on July 25, 2024. https://www.britannica.com/topic/ASEAN.

Thao, Nguyen Hong, and Ramses Amer. 2010. "Coastal States in the South China Sea and Submissions of the Outer Limits of the Continental Shelf." Presented at the 6th IHO-IAG ABLOS Conference, Monaco, October. https://legacy.iho.int/mtg_docs/com_wg/ABLOS/ABLOS_Conf6/S7P1-Pres.pdf. Accessed June 23, 2024

The National Bureau of Asian Research. n.d.. Brunei. Accessed June 20, 2024. https://www.nbr.org/publication/brunei/.

———. n.d.. Indonesia. Accessed June 20, 2024. https://www.nbr.org/publication/indonesia/.

———. n.d.. Malaysia. Accessed June 20, 2024. https://www.nbr.org/publication/malaysia/.

———. n.d.. Philippines. Accessed June 20, 2024. https://www.nbr.org/publication/philippines/.

United Nations, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs. 2016. Viet Nam: Letter dated 13 June 2016 to the Secretary-General, A/70/944 (15 June 2016), available from https://undocs.org/A/70/944. Accessed June 23, 2024

———. Continental Shelf - Joint Submission to the Commission by Malaysia and Vietnam. New York, 2009. https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_mysvnm_33_2009.htm. Accessed June 23, 2024

U.S. Department of State. 2024. "Support for the Philippines in the South China Sea". https://www.state.gov/u-s-support-for-the-philippines-in-the-south-china-sea-9/ Accessed June 26, 2024

Walker, Tommy. 2024. "China builds strategic South China Sea foothold in Cambodia." DW, https://www.dw.com/en/china-builds-strategic-south-china-sea-foothold-in-cambodia/a-69205691. Accessed June 26, 2024

Wang, Yuren, and Yitao Tao. 2024. "The Effect of Fluctuations in Bilateral Relations on Trade: Evidence from China and ASEAN Countries". Humanities and Social Sciences Communications 11 (32). https://doi.org/10.1057/s41599-023-02525-w.

Wiraputra, Anindito, Sri Kuncoro Bawono, and Koesmoyo Ponco Aji. 2022. "Coastal State Responsibility and Rights in Regard to Fisheries Resources in EEZ." Law and Humanities Quarterly Reviews 1 (4). https://doi.org/10.31014/aior.1996.01.04.31.

Zhang, Hongzhou. 2018. "Fisheries Cooperation in the South China Sea: Evaluating the Options." Marine Policy 89 (1). 67–76. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2017.12.014.

EQUIPE XXI UFRGSMUN 2024

SECRETARIADO

Augusto Camatti
Gabriela Gampe Bonness
João Gabriel Birck da Silva
Lucas Lixinski Arnhold
Maíra Emanuelle Jung Moraes

ACADÊMICO

Amanda Haubert Rosa
Ana Carolina Paiva
Angelica Razza
Aramis Dawas
Arthur Zanella Capra Vogt
Bernardo Everling Ribas
Diego Luigi Parodi
Dyaila Polare Dias de Araújo
Eduardo Hippler Wollmann
Fernanda Ferreira Vargas
Gabriele Lima de Souza
Gisele Gregorio
Helena Petry Mizunski Peres
Henrique Selmo Rael
Igor Estima Sardo
Isabela Knauth Casanova
Isadora Perciliana dos Santos
Jéssica Manami Seki
Kauane Santos de Oliveira
Laura da Silva Felipeto
Laura Eduarda Mallmann Kieling
Leonardo Lagemann Pereira da Silva
Lucas Augusto Hendler Soares
Lucas Isdra
Mahara da Silva Ribeiro
Maria Eduarda Corumba Silva
Mariana Dawas Vieira
Mateus Bianco Oliveira
Mateus Mossmann Carneiro
Matheus Severiano Marques Xavier
Nina Kraemer Alano
Tiago Maestri Doutrelepont
Victor de Lucena Santos
Vitor Redivo Ferreira

ADMINISTRATIVO

Amanda Feldmann da Silva
Beatriz Alves Berwig
Bianca de Fraga Ferreira
Isadora Reis Bonetto
Jayne de Lima Pires
Kalini Eduarda Padilha Ribeiro
Leonardo Andrighetto Domeraski
Manuela Borges Rempel
Maria Eduarda Couto Dias
Maria Fernanda Barbosa Freire
Maryanna Lucas Ferreira
Miguel Lombas
Mirella Vargas de Souza
Paola Togni Geremia
Pedro Henrique Atiense Alves
Rafael Both Richinitti
Sthefany Franciny Barreto Bueno